

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 106, 1º semestre de 2010

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 106, 1º semestre de 2010 - Ano 37, ISSN 0101 2428

© 2011 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Denis Fontes de Souza Pinto

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Eduardo Albuquerque de Barros Braga

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

512p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS	33
CONFERÊNCIA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO EMBAIXADOR JOAQUIM NABUCO	
DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO EMBAIXADOR JOAQUIM NABUCO - RIO DE JANEIRO, 18/01/2010	33
VISITA AO BRASIL DE SUA ALTEZA O EMIR DO CATAR, XEQUE HAMAD BIN KHALIFA AL THANI	
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DE SUA ALTEZA O EMIR DO CATAR, XEQUE HAMAD BIN KHALIFA AL THANI - PALÁCIO ITAMARATY , 20/01/2010	49
CERIMÔNIA DE HONRAS FÚNEBRES AOS MILITARES MORTOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER NA MISSÃO DE PAZ NO HAITI	
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE HONRAS FÚNEBRES AOS MILITARES MORTOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER NA MISSÃO DE PAZ NO HAITI - HANGAR DA BASE AÉREA DE BRASÍLIA - DF , 21/01/2010	51

CONFERÊNCIA MINISTERIAL PREPARATÓRIA SOBRE O HAITI	
TEXTO DE BASE PARA A INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL PREPARATÓRIA SOBRE O HAITI - MONTREAL, 25/01/2010	53
SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O HAITI	
DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O HAITI - GENEBRA , 27/01/2010	57
FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS	
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PARA O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS, EM 29/01/2010	61
PREMIO ESTADISTA GLOBAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL	
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE ENTREGA DO PREMIO ESTADISTA GLOBAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL – DAVOS, 29/01/2010	67
REUNIÃO DE CÚPULA DA ORGANIZAÇÃO “GLOBAL ZERO: A WORLD WITHOUT NUCLEAR WEAPONS”	
PALESTRA DO MINISTRO CELSO AMORIM NA REUNIÃO DE CÚPULA DA ORGANIZAÇÃO “GLOBAL ZERO: A WORLD WITHOUT NUCLEAR WEAPONS” - PARIS, 2/02/2010	73
XXI CÚPULA DO GRUPO DO RIO E II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CALC) - CANCÚN	
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE A SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA XXI CÚPULA DO GRUPO DO RIO E DA II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CALC) - CANCÚN, MÉXICO, 23/02/2010	79

CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TROPAS BRASILEIRAS DA MISSÃO DA ONU NO HAITI (MINUSTAH) DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TROPAS BRASILEIRAS DA MISSÃO DA ONU (MINUSTAH) - PORTO PRÍNCIPE, HAITI, 25/02/2010	83
“CICLO DE PALESTRAS” NA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE-PR) PALESTRA DO MINISTRO CELSO AMORIM NO “CICLO DE PALESTRAS” NA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE-PR) - BRASÍLIA , 25/02/2010	85
PALAVRAS DE AGRADECIMENTO POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DA GRÃ-CRUZ DA ORDEM PIANA, PELO NÚNCIO APOSTÓLICO PALAVRAS DE AGRADECIMENTO DO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DA GRÃ-CRUZ DA ORDEM PIANA, PELO NÚNCIO APOSTÓLICO - BRASÍLIA , 04/03/2010	107
FÓRUM URBANO MUNDIAL - O DIREITO À CIDADE: UNINDO O URBANO DIVIDIDO - RIO DE JANEIRO DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA 5ª SESSÃO DO FÓRUM URBANO MUNDIAL - O DIREITO À CIDADE: UNINDO O URBANO DIVIDIDO - RIO DE JANEIRO, 22/03/2010	109
ALMOÇO OFERECIDO AO REI DA SUÉCIA, CARL GUSTAF - PALÁCIO ITAMARATY DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO REI DA SUÉCIA, CARL GUSTAF - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 24/03/2010	113

CONFERÊNCIA DO FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL - BRASÍLIA

PALAVRAS PROFERIDAS PELO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA ABERTURA DA CONFERÊNCIA DO FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL - BRASÍLIA, 25/03/2010 115

DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO À PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHSON-SIRLEAF

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE ALMOÇO OFERECIDO À PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHSON-SIRLEAF - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA , 07/04/2010 119

DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO MALI, AMADOU TOUMANI TOURÉ

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO MALI, AMADOU TOUMANI TOURÉ - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 08/04/2010 121

CÚPULA DE SEGURANÇA NUCLEAR – WASHINGTON - INTERVENÇÃO DO BRASIL

ÍNTEGRA DA APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA SOBRE OS TEMAS DA CÚPULA DE SEGURANÇA NUCLEAR - WASHINGTON, 12 E 13/04/2010 - 123

VISITA DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA, AO BRASIL

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À IMPRENSA POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA, AO BRASIL - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 09/04/2010 127

4ª CÚPULA IBAS

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA DA 4ª CÚPULA
DO IBAS - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 15/04/2010 131

4ª CÚPULA IBAS

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE ENCERRAMENTO DA SESSÃO PLENÁRIA DA 4ª
CÚPULA IBAS - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 15/04/2010 135

DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO
DIPLOMATA - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 20/04/2010 137

DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DO
DIA DO DIPLOMATA - BRASÍLIA , 20/04/2010 145

DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO LÍBANO, MICHEL SLEIMAN

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO LÍBANO,
MICHEL SLEIMAN - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 22/04/2010 151

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA NA PRIMEIRA SESSÃO PLENÁRIA DA REUNIÃO DE
CÚPULA BRASIL-COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)
– PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 26/04/2010 153

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-CARICOM DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO DA SILVA DURANTE A REUNIÃO DA CÚPULA BRASIL- CARICOM – PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 26/04/2010	155
SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL- PARAGUAI: PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS NA FRONTEIRA” DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE O ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-PARAGUAI: PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS NA FRONTEIRA” – PONTA PORÁ –MS, 03/05/2010	159
8ª CONFERÊNCIA DE REVISÃO DO TNP - NOVA YORK DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA 8ª CONFERÊNCIA DE REVISÃO DO TNP - NOVA YORK, 03/05/2010 (VERSÃO EM PORTUGUÊS)	163
REUNIÃO DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA ABERTURA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - BUENOS AIRES, ARGENTINA, 04/05/2010	167
DECLARAÇÃO À IMPRENSA APÓS ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À IMPRENSA, APÓS ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA – MONTEVIDÉU, URUGUAI, 04/05/2010	169

OLIMPÍADAS 2016

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA SOLENIDADE DE ASSINATURA DE ATOS RELACIONADOS ÀS OLIMPÍADAS 2016 - CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, 12/05/2010 171

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-RÚSSIA

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NO FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-RÚSSIA - MOSCOU-RÚSSIA, 14/05/2010 175

DISCURSO DURANTE REUNIÃO AMPLIADA COM O PRESIDENTE DA RÚSSIA, DMITRI MEDVEDEV

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE REUNIÃO AMPLIADA COM O PRESIDENTE DA RÚSSIA, DMITRI MEDVEDEV - MOSCOU, RÚSSIA – 14/05/2010 181

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS - MOSCOU/RÚSSIA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS – MOSCOU – RÚSSIA, 14/05/2010 183

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-CATAR

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-CATAR – DOHA, CATAR, 15/05/2010 187

IV ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO IV ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ – TEERÃ, IRÃ, 16/05/2010 189

14ª CÚPULA DO G-15

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA SESSÃO DE ABERTURA DA 14ª CÚPULA DO G-15 – TEERÃ, IRÃ, 17/05/2010 193

PRÊMIO “NOVA ECONOMIA FÓRUM 2010”	
DISCURSO DURANTE CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO “NOVA ECONOMIA FÓRUM 2010” – MADRI, ESPANHA, 18/05/2010	195
SEMINÁRIO “BRASIL: PARCERIA PARA UMA NOVA ECONOMIA GLOBAL”	
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NO ALMOÇO-CONFERÊNCIA DO SEMINÁRIO “BRASIL: PARCERIA PARA UMA NOVA ECONOMIA GLOBAL” – MADRI, ESPANHA, 19/05/2010	201
CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES	
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES - LISBOA-PORTUGAL, 19/05/2010	211
10ª CIMEIRA LUSO-BRASILEIRA	
DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À IMPRENSA APÓS SESSÃO PLENÁRIA DA 10ª CIMEIRA LUSO-BRASILEIRA - LISBOA-PORTUGAL, 19/05/2010	213
VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP ERDOGAN	
DECLARAÇÃO À IMPRENSA DURANTE VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP ERDOGAN - PALÁCIO ITAMARATY, 27/05/2010	217
3º FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES	
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA SESSÃO DE ABERTURA DO 3º FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES - RIO DE JANEIRO-RJ, 28/05/2010	219
SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DO 33º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL	
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, CELSO AMORIM, NO SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DO 33º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL - BRASÍLIA, 31/05/2010	223

**SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DA COMISSÃO ECONÔMICA
PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)**

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA DURANTE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO DE
ALTO NÍVEL DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA
LATINA E CARIBE (CEPAL) - BRASÍLIA-DF, 01/06/2010 233

99ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NO
EVENTO DE ALTO NÍVEL DA 99ª CONFERÊNCIA
INTERNACIONAL DO TRABALHO - GENEBRA, 14/06/2010 245

CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO

INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA
CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO - GENEBRA, 15/06/2010 249

**CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS EM CONJUNTO COM O
PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA**

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA DURANTE A CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE
ATOS EM CONJUNTO COM O PRESIDENTE DO PERU,
ALAN GARCÍA - MANAUS-AM, 16/06/2010 255

**ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DE ANGOLA, JOSÉ
EDUARDO DOS SANTOS**

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DE ANGOLA,
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS - PALÁCIO ITAMARATY, 23/06/2010 259

**SEMINÁRIO “BRASIL-ITÁLIA: NOVAS PARCERIAS
ESTRATÉGICAS”**

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO “BRASIL-ITÁLIA:
NOVAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS” - SÃO PAULO-SP, 29/06/2010 263

VISITA DO PRESIDENTE DA SÍRIA, BASHAR AL-ASSAD DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA SÍRIA, BASHAR AL-ASSAD - PALÁCIO ITAMARATY, 30/06/2010	269
---	-----

ATOS INTERNACIONAIS	271
----------------------------	------------

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	285
--	------------

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA PALESTINA (05/01/2010)	285
ATENTADO À SELEÇÃO NACIONAL DO TOGO (09/01/2010)	285
TERREMOTO NO HAITI (12/01/2010)	285
MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO MINISTRO CELSO AMORIM À FAMÍLIA DA DOUTORA ZILDA ARNS (14/01/2010)	286
COMUNICADO DOS ESTADOS-PARTES DO MERCOSUL E DOS ESTADOS ASSOCIADOS SOBRE O TERREMOTO NA REPÚBLICA DO HAITI (14/01/2010)	286
FALECIMENTO DE ALTOS FUNCIONÁRIOS DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI (16/01/2010)	286
MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO MINISTRO CELSO AMORIM À FAMÍLIA DE LUIZ CARLOS DA COSTA (17/01/2010)	287
COMUNICADO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS - UNASUL - SOBRE O TERREMOTO NO HAITI (18/01/2010)	287
VISITA AO BRASIL DO EMIR DO CATAR - BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2010 (18/01/2010)	288
COMUNICADO DO G20 SOBRE A SITUAÇÃO NO HAITI (19/01/2010)	288
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO EMIR DO CATAR - BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2010 (20/01/2010)	288

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM EM SOLENIDADE DE HOMENAGEM A LUIZ CARLOS DA COSTA (20/01/2010)	289
MENSAGEM DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO PRESIDENTE ELEITO DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA (21/01/2010)	289
DOAÇÕES PARA AJUDA HUMANITÁRIA AO HAITI (21/01/2010)	289
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 23 DE JANEIRO DE 2010 (22/01/2010)	289
INUNDAÇÕES EM MACHU PICCHU - ATENDIMENTO A BRASILEIROS (27/01/2010)	290
40ª REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS, 27 A 31 DE JANEIRO DE 2010 - PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM (28/01/2010)	290
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO PERU (28/01/2010)	291
NOTIFICAÇÃO AO UNFCCC SOBRE AS AÇÕES BRASILEIRAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES (29/01/2010)	291
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A PARIS - 1º E 2 DE FEVEREIRO (31/01/2010)	293
COMUNICADO DE IMPRENSA DE AUSTRÁLIA, BRASIL E TAILÂNDIA SOBRE O AUMENTO DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR EXTRAQUOTA PELA UNIÃO EUROPEIA (02/02/2010)	293
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À ARGENTINA E I REUNIÃO DA COMISSÃO MINISTERIAL BRASIL-ARGENTINA - BUENOS AIRES, 4 E 5 DE FEVEREIRO DE 2010 (03/02/2010)	295
BRASIL FINANCIA PROJETO DE EDUCAÇÃO NO HAITI (04/02/2010)	296
ETANOL DE CANA-DE-AÇÚCAR PRODUZIDO NO BRASIL É CLASSIFICADO COMO “BIOCOMBUSTÍVEL AVANÇADO” PELA AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DOS EUA (05/02/2010)	296

BRASIL FINANCIA PROJETO DE EDUCAÇÃO NO HAITI (05/02/2010)	296
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO CAMEROUN, HENRI EYEBE AYISSI - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 8 A 12 DE FEVEREIRO DE 2010 (08/02/2010)	297
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA LIBÉRIA, OLUBANKE KING AKERELE - BRASÍLIA, 9 A 12 DE FEVEREIRO DE 2010 (09/02/2010)	297
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA COMISSÃO MISTA BRASIL-CAMEROUN - BRASÍLIA, 09 DE FEVEREIRO DE 2010 (09/02/2010)	297
SOLIDARIEDADE DA UNASUL COM O HAITI - DECISÃO DE QUITO, 9 DE FEVEREIRO DE 2010 (10/02/2010)	298
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA SUÉCIA, CARL BILDT - SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 10 A 13 DE FEVEREIRO (10/02/2010)	300
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO CHILE - SANTIAGO, 12 DE FEVEREIRO DE 2010 (11/02/2010)	300
REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-PAQUISTÃO (12/02/2010)	301
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À ESPANHA - MADRI, 15 DE FEVEREIRO - IV REUNIÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA (12/02/2010)	301
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM AO CHILE - SANTIAGO, 12 DE FEVEREIRO DE 2010 (14/02/2010)	302
SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DO NÍGER (19/02/2010)	302

VISITA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA AO MÉXICO, II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC), XXI CÚPULA DO GRUPO DO RIO - CANCUN, 21 A 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (21/02/2010)	302
FORTES CHUVAS NA ILHA DA MADEIRA (23/02/2010)	303
VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO MÉXICO, CANCÚN, 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (23/02/2010)	303
VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A CUBA, HAVANA, 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (23/02/2010)	303
REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE O PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, E DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS, FELIPE CALDERÓN HINOJOSA - COMUNICADO CONJUNTO (23/02/2010)	304
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO MÉXICO - CANCUN, 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (24/02/2010)	306
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO (CALC) E XXI CÚPULA DO GRUPO DO RIO - CANCUN, 21 A 23 DE FEVEREIRO DE 2010 (24/02/2010)	306
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (24/02/2010)	307
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A CUBA, 23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (25/02/2010)	307
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR - SÃO SALVADOR, 25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2010 (25/02/2010)	308

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO HAITI, 25 DE FEVEREIRO DE 2010 (25/02/2010)	309
II REUNIÃO MINISTERIAL DE ASSUNTOS SOCIAIS E DESENVOLVIMENTO DA ASPA (BRASÍLIA, 1 E 2 DE MARÇO DE 2010) (26/02/2010)	309
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR, 26 DE FEVEREIRO DE 2010 (26/02/2010)	310
VISITA AO BRASIL DOS REIS DA ESPANHA - BRASÍLIA, 3 DE MARÇO DE 2010 (26/02/2010)	310
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO URUGUAI - MONTEVIDÉU, 1º DE MARÇO DE 2010 (26/02/2010)	311
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR - SÃO SALVADOR, 26 DE FEVEREIRO DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO (26/02/2010)	311
TERREMOTO NO CHILE (27/02/2010)	315
TERREMOTO NO CHILE: ATENDIMENTO A BRASILEIROS (28/02/2010)	315
REUNIÕES DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) - BRASÍLIA, 25 A 31 DE MARÇO (01/03/2010)	315
MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS PELO FALECIMENTO DO ACADÊMICO JOSÉ MINDLIN (02/03/2010)	316
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS EUA, HILLARY CLINTON - BRASÍLIA, 3 DE MARÇO DE 2010 (02/03/2010)	316
NEGOCIAÇÕES DE PAZ SOBRE DARFUR (02/03/2010)	317
VISITA AO BRASIL DOS REIS DA ESPANHA - CANCELAMENTO (02/03/2010)	317

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS ESTADOS UNIDOS, HILLARY CLINTON, AO BRASIL - BRASÍLIA, 3 DE MARÇO DE 2010 (03/03/2010)	317
VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS EUA, HILLARY CLINTON - BRASÍLIA, 3 DE MARÇO DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO (03/03/2010)	317
RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA SOBRE O CONTROLE DO TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS (04/03/2010)	321
CONTENCIOSO DO ALGODÃO - PUBLICAÇÃO DA LISTA DE BENS PARA RETALIAÇÃO (08/03/2010)	321
TERREMOTO NA TURQUIA (08/03/2010)	322
HOMENAGEM A MILITARES E FUNCIONÁRIOS DA ONU MORTOS NO HAITI (08/03/2010)	322
“CONSTRUINDO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE” (08/03/2010)	322
VIOLÊNCIA NA NIGÉRIA (09/03/2010)	323
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO MINISTRO E MINISTRO DO EXTERIOR DA ALEMANHA, GUIDO WESTERWELLE - BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 9 A 12 DE MARÇO DE 2010 (09/03/2010)	323
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA HUNGRIA, PÉTER BALÁZS - RIO DE JANEIRO, BRASÍLIA E SÃO PAULO, 9 A 14 DE MARÇO DE 2010 (09/03/2010)	324
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA HUNGRIA, PÉTER BALÁZS - BRASÍLIA, 10 DE MARÇO DE 2010 (10/03/2010)	324
REUNIÃO DO GRUPO DE PAÍSES MEGADIVERSOS AFINS - BRASÍLIA, 12 DE MARÇO DE 2010 (11/03/2010)	324

VISITA A OTTAWA DE DELEGAÇÃO BRASILEIRA DE VICE-MINISTROS - 10 E 11 DE MARÇO DE 2010 (12/03/2010)	325
CONSTRUÇÃO DE NOVAS MORADIAS EM ASSENTAMENTOS ISRAELENSES EM JERUSALÉM ORIENTAL E NA CISJORDÂNIA (12/03/2010)	326
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A ISRAEL, TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS E JORDÂNIA - 15 A 18 DE MARÇO DE 2010 (12/03/2010)	326
REUNIÃO PREPARATÓRIA À CONFERÊNCIA DE DOADORES PARA O HAITI - NOVA YORK, 23 DE MARÇO DE 2010 (22/03/2010)	328
V FÓRUM URBANO MUNDIAL - SESSÃO ESPECIAL SOBRE O HAITI - RIO DE JANEIRO, 23 DE MARÇO DE 2010 (23/03/2010)	328
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI, LUIS ALMAGRO - RIO DE JANEIRO, 23 DE MARÇO DE 2010 (23/03/2010)	328
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DA BELARUS, SENHOR ALEXANDER LUKASHENKO - RIO DE JANEIRO, 22 DE MARÇO DE 2010 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (23/03/2010)	329
VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA – 22 E 23 DE MARÇO DE 2010 (23/03/2010)	331
SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU (01/04/2010)	331
ENTREGA DOS RESTOS MORTAIS DO MAJOR JULIÁN ERNESTO GUEVARA (01/04/2010)	331
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS PAÍSES BAIXOS, MAXIME VERHAGEN - SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 5 A 8 DE ABRIL DE 2010 (05/04/2010)	332

CONTENCIOSO BRASIL-EUA NA OMC SOBRE ALGODÃO - REUNIÃO DA CAMEX - 5 DE ABRIL DE 2010 (05/04/2010)	332
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHNSON-SIRLEAF - 7 A 10 DE ABRIL DE 2010 (06/04/2010)	333
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHNSON-SIRLEAF - BRASÍLIA, 7 DE ABRIL DE 2010 (07/04/2010)	334
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO MALI, AMADOU TOUMANI TOURÉ - SÃO PAULO, BRASÍLIA E FORTALEZA, 6 A 9 DE ABRIL DE 2010 (07/04/2010)	334
BRASIL-EUA: ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO EM DEFESA (07/04/2010)	335
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA - SÃO PAULO E BRASÍLIA, 8 E 9 DE ABRIL DE 2010 (08/04/2010)	335
ANO BRASIL-ALEMANHA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO (08/04/2010)	336
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE GANA, JOHN DRAMANI MAHAMA - SÃO PAULO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS, FORTALEZA E BRASÍLIA, 7 A 9 DE ABRIL DE 2010 (08/04/2010)	336
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA - 9 DE ABRIL DE 2010 (09/04/2010)	337
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA - BRASÍLIA, 9 DE ABRIL DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO (09/04/2010)	337
MENSAGENS DE CONDOLÊNCIAS DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA E DO MINISTRO CELSO AMORIM AO GOVERNO DA POLÔNIA (10/04/2010)	342

CÚPULA DE SEGURANÇA NUCLEAR - WASHINGTON, 12 E 13 DE ABRIL DE 2010 (11/04/2010)	342
PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL-ITÁLIA (12/04/2010)	343
ACORDO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA (12/04/2010)	351
IV CÚPULA IBAS - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 (13/04/2010)	353
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO MINISTRO DA ÍNDIA, MANMOHAN SINGH - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 (13/04/2010)	354
II CÚPULA BRIC - BRASÍLIA, 16 DE ABRIL DE 2010 (13/04/2010)	354
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O PRINCIPADO DE MÔNACO (13/04/2010)	355
REUNIÃO DE MINISTROS DO IBAS COM O CHANCELER DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 (14/04/2010)	355
TERREMOTO NA CHINA (14/04/2010)	355
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HU JINTAO - BRASÍLIA, 14 A 17 DE ABRIL DE 2010 (14/04/2010)	356
COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O PRINCIPADO DE MÔNACO (14/04/2010)	356
II CÚPULA DO BRIC (BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA) E VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA CHINA - ALTERAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO (15/04/2010)	356
COMUNICADO CONJUNTO DOS MINISTROS DO IBAS SOBRE A SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (15/04/2010)	357
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HU JINTAO - 14 E 15 DE ABRIL DE 2010 - COMUNICADO À IMPRENSA (15/04/2010)	358

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, 2010-2014 (15/04/2010)	361
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HU JINTAO - BRASÍLIA, 14 E 15 DE ABRIL DE 2010 (15/04/2010)	378
DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-ÍNDIA - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 (15/04/2010)	378
IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO IBAS - DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA (15/04/2010)	381
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO IBAS - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 (15/04/2010)	388
DOCUMENTOS ADOTADOS POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO IBAS - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 (15/04/2010)	389
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA TURQUIA, AHMET DAVUTOĞLU - BRASÍLIA, 16 DE ABRIL DE 2010 (15/04/2010)	389
II CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO BRIC - COMUNICADO CONJUNTO (15/04/2010)	389
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA II CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO BRIC (15/04/2010)	394
IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO IBAS - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010 - RELATOS DOS FOROS DA SOCIEDADE CIVIL (15/04/2010)	394
COMEMORAÇÃO DO DIA DO DIPLOMATA (18/04/2010)	394
35ª REUNIÃO MINISTERIAL DO GRUPO DE CAIRNS - PUNTA DEL ESTE, 19 E 20 DE ABRIL DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO (20/04/2010)	395

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LIBANESA, GENERAL MICHEL SLEIMAN - BRASÍLIA, SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO, 21 A 26 DE ABRIL DE 2010 (20/04/2010)	397
BRASIL-EUA: CONTENCIOSO DO ALGODÃO - COMUNICADO MRE-CAMEX (21/04/2010)	397
SEMINÁRIO ‘ NOVAS ESTRUTURAS DA GOVERNANÇA GLOBAL’ - BRASÍLIA, 22 DE ABRIL DE 2010 (22/04/2010)	398
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO DA AUSTRÁLIA, SIMON CREAN - BRASÍLIA, 21 DE ABRIL DE 2010 (22/04/2010)	399
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA LIBANESA, GENERAL MICHEL SLEIMAN - BRASÍLIA, 22 DE ABRIL DE 2010 (22/04/2010)	399
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO COMÉRCIO DA AUSTRÁLIA, SIMON CREAN - BRASÍLIA, 21 DE ABRIL DE 2010 (22/04/2010)	399
CÚPULA BRASIL - CARICOM - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (23/04/2010)	400
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A ISTAMBUL, MOSCOU E TEERÃ - 24 A 27 DE ABRIL DE 2010 (23/04/2010)	400
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA JAMAICA, BRUCE GOLDING - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	401
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE ANTÍGUA E BARBUDA, DR. W. BALDWIN SPENCER - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	401
REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-CARICOM – DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	401

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-MINISTRO DAS BAHAMAS, THEODORE BRENT SYMONETTE - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	408
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BARBADOS, MAXINE MCLEAN - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	408
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DE BELIZE, WILFRED ELRINGTON - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	409
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE DOMINICA, ROOSEVELT SKERRIT - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	409
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE GRANADA, TILLMAN THOMAS - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	409
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA GUIANA, BHARRAT JAGDEO- BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	409
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE SÃO CRISTÓVÃO E NÉVIS, DENZIL DOUGLAS - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	410
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE SÃO VICENTE E GRANADINAS, RALPH E. GONSALVES - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	410
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO SURINAME, RUNALDO RONALD VENETIAAN - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	410

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE SANTA LUCIA, STEPHENSON KING - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (26/04/2010)	411
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA CÚPULA BRASIL - CARICOM - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (27/04/2010)	411
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ - BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2010 (27/04/2010)	412
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO HAITI, RENÉ PRÉVAL – BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (27/04/2010)	412
ATO ASSINADO ENTRE O BRASIL, A REPÚBLICA DOMINICANA E O HAITI À MARGEM DA CÚPULA BRASIL-CARICOM – BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010 (27/04/2010)	412
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA À MONGÓLIA (27/04/2010)	414
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ – BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2010 – COMUNICADO CONJUNTO (28/04/2010)	414
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS COM A REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA (29/04/2010)	421
VIII CONFERÊNCIA DE EXAME DO TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES (TNP) – NOVA YORK, 3 A 28 DE MAIO DE 2010 (30/04/2010)	421
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, FERNANDO LUGO - PONTA PORÃ, 3 DE MAIO DE 2010 (30/04/2010)	422
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - BUENOS AIRES, 4 DE MAIO DE 2010 (01/05/2010)	422

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DA UNIÃO ECONÔMICA E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO (UEMOA) - 27 A 30 DE ABRIL DE 2010 (01/05/2010)	422
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO URUGUAI - MONTEVIDÉU, 4 DE MAIO DE 2010 (02/05/2010)	423
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, FERNANDO LUGO - PONTA PORÃ, 3 DE MAIO DE 2010 (03/05/2010)	424
LEI ANTI-IMIGRATÓRIA DO ARIZONA (03/05/2010)	424
ENTREGA DE CREDENCIAIS DE EMBAIXADORES NÃO-RESIDENTES (04/05/2010)	425
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO URUGUAI – COMUNICADO CONJUNTO - MONTEVIDÉU, 4 DE MAIO DE 2010 (05/05/2010)	425
MERCOSUL: FUTURAS NEGOCIAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA (05/05/2010)	426
DIÁLOGO BRASIL-ÁFRICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR, COMBATE À FOME E DESENVOLVIMENTO RURAL – BRASÍLIA, 10 A 12 DE MAIO DE 2010 (06/05/2010)	426
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA A MOÇAMBIQUE (06/05/2010)	427
COMUNICADO CONJUNTO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DA REPÚBLICA DO PARAGUAI SOBRE A CONSTRUÇÃO DA LINHA DE TRANSMISSÃO ENTRE ITAIPU E VILLA HAYES (07/05/2010)	427
PROCESSO DE PAZ NO ORIENTE MÉDIO (09/05/2010)	428
CERIMÔNIA DE ADESAO DO BRASIL AO FUNDO DE RECONSTRUÇÃO DO HAITI - WASHINGTON, 11 DE MAIO DE 2010 (11/05/2010)	428

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À RÚSSIA - MOSCOU, 14 DE MAIO DE 2010 (11/05/2010)	429
PEDIDO DE CONSULTAS DO BRASIL RELATIVO À APREENSÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM TRÂNSITO NA UNIÃO EUROPÉIA (12/05/2010)	429
ACIDENTE AÉREO NA LÍBIA (12/05/2010)	430
MENSAGENS DE CUMPRIMENTOS AO PRIMEIRO-MINISTRO E AO SECRETÁRIO DO EXTERIOR DO REINO UNIDO (12/05/2010)	430
ACORDO ESTRATÉGICO DE INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ENTRE O BRASIL E O MÉXICO - COMUNICADO DE IMPRENSA CONJUNTO EMITIDO PELOS GOVERNOS DO BRASIL E DO MÉXICO - CIDADE DO MÉXICO, 12 DE MAIO DE 2010 (13/05/2010)	431
DIÁLOGO BRASIL-AFRICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR, COMBATE À FOME E DESENVOLVIMENTO RURAL: ADOÇÃO DE DOCUMENTO FINAL (13/05/2010)	432
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À RÚSSIA – 14 DE MAIO DE 2010 (14/05/2010)	437
DECLARAÇÃO CONJUNTA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DO PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA (14/05/2010)	438
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO CATAR (14/05/2010)	439
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO IRÃ (14/05/2010)	439
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO CATAR – 15 DE MAIO DE 2010 (15/05/2010)	439
VI CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE E UNIÃO EUROPÉIA (ALC-UE) - MADRI, 17 E 18 DE MAIO DE 2010 (15/05/2010)	440

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE IRÃ, TURQUIA E BRASIL - 17 DE MAIO DE 2010 (17/05/2010)	440
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO IRÃ – 16 DE MAIO DE 2010 (17/05/2010)	441
CÚPULA UNIÃO EUROPEIA-MERCOSUL - MADRI, 17 DE MAIO DE 2010 - COMUNICADO CONJUNTO (17/05/2010)	442
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A PORTUGAL, POR OCASIÃO DA X CIMEIRA BRASIL- PORTUGAL - LISBOA, 19 DE MAIO DE 2010 (17/05/2010)	443
III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES (18/05/2010)	443
SITUAÇÃO NA TAILÂNDIA (19/05/2010)	443
CARTA AOS MEMBROS DO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (19/05/2010)	444
DECLARAÇÃO CONJUNTA DA X CIMEIRA PORTUGAL- BRASIL - LISBOA, 19 DE MAIO DE 2010 (19/05/2010)	444
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A PORTUGAL - LISBOA, 19 DE MAIO DE 2010 (19/05/2010)	450
VI CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE – UNIÃO EUROPEIA - MADRI, 18 DE MAIO DE 2010 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (19/05/2010)	451
VISITA AO BRASIL DO PRÍNCIPE HERDEIRO DA BÉLGICA – SÃO PAULO, RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 15 A 21 DE MAIO DE 2010 (20/05/2010)	458
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DO SENEGAL, MADICKÉ NIANG – BRASÍLIA, 21 DE MAIO DE 2010 (20/05/2010)	459

ENTREGA DE CARTA DO IRÃ AO DIRETOR-GERAL DA AIEA (24/05/2010)	459
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À ARGENTINA - BUENOS AIRES, 25 DE MAIO DE 2010 (24/05/2010)	459
AFUNDAMENTO DE CORVETA DA REPÚBLICA DA COREIA (25/05/2010)	459
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP ERDOGAN – SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 26 A 29 DE MAIO DE 2010 (25/05/2010)	460
GUIA DO TORCEDOR BRASILEIRO (25/05/2010)	460
III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010 (27/05/2010)	461
BRASIL E EUA AMPLIAM VALIDADE DE VISTO PARA 10 ANOS (27/05/2010)	461
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP ERDOĞAN – 27 DE MAIO DE 2010 (27/05/2010)	461
PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA TURQUIA (27/05/2010)	462
ATO ASSINADO COM CHIPRE POR OCASIÃO DA III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010 (28/05/2010)	466
XXXIII PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL – BRASÍLIA, 30/5 A 1º/6 (28/05/2010)	466
ATOS ASSINADOS COM A ROMÊNIA POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010 (29/05/2010)	467

ATO ASSINADO COM GUINÉ-BISSAU POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010 (29/05/2010)	467
ATO ASSINADO COM A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010 (29/05/2010)	467
VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (ONUDI) - BRASÍLIA, 27 A 28 DE MAIO DE 2010 (29/05/2010)	467
DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO SOBRE A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES (30/05/2010)	468
ATOS ASSINADOS COM A CROÁCIA POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010 (31/05/2010)	469
ATAQUE ISRAELENSE À “FLOTILHA DA LIBERDADE” 31/05/2010	469
VIII CONFERÊNCIA DE EXAME DO TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR (31/05/2010)	470
SITUAÇÃO DA BRASILEIRA IARA LEE (01/06/2010)	471
APOIO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL AO PRESIDENTE DO BID (01/06/2010)	471
40º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (07/06/2010)	471
INTERVENÇÃO E EXPLICAÇÃO DE VOTO DO BRASIL NO CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (09/06/2010)	472
DISCURSO DA EMBAIXADORA MARIA LUIZA RIBEIRO VIOTTI NO DEBATE DO CONSELHO DE SEGURANÇA SOBRE NÃO PROLIFERAÇÃO (IRÃ), REALIZADO EM 8/6/10 (08/06/2011)	473

BRASIL-EUA: CONTENCIOSO DO ALGODÃO - COMUNICADO CONJUNTO MRE-CAMEX (10/06/2010)	475
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A GENEBRA E PARIS, 14 E 15 DE JUNHO DE 2010 (11/06/2010)	476
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS, 16 DE JUNHO DE 2010 (15/06/2010)	476
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A ESTÔNIA, POLÔNIA, BÓSNIA E HERZEGOVINA, SÉRVIA, ÁUSTRIA E ROMÊNIA - 16 A 22 DE JUNHO DE 2010 (15/06/2010)	477
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS, 16 DE JUNHO DE 2010 – COMUNICADO CONJUNTO (16/06/2010)	477
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS, 16 DE JUNHO DE 2010 (16/06/2010)	482
CRIAÇÃO DO CONSELHO DE REPRESENTANTES DE BRASILEIROS NO EXTERIOR – CRBE (17/06/2010)	484
V SESSÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-MOÇAMBIQUE – BRASÍLIA, 16 E 17 DE JUNHO DE 2010 (17/06/2010)	484
DECISÃO DA CAMEX SOBRE O CONTENCIOSO DO ALGODÃO (17/06/2010)	484
BRASIL-EUA: CONTENCIOSO DO ALGODÃO (17/06/2010)	486
ATO ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A ESTÔNIA - TALIM, 17 DE JUNHO DE 2010 (17/06/2010)	486
ATOS ASSINADOS ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 17 DE JUNHO DE 2010 (17/06/2010)	486
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA À SOMÁLIA (18/06/2010)	486

VINDA AO BRASIL DA SELEÇÃO DE FUTEBOL FEMININO DA PALESTINA (18/06/2010)	486
FALECIMENTO DO ESCRITOR JOSÉ SARAMAGO (18/06/2010)	487
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À POLÔNIA – DECLARAÇÃO CONJUNTA – 18 DE JUNHO DE 2010 (18/06/2010)	487
ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À BÓSNIA-HERZEGOVINA - SARAJEVO, 19 DE JUNHO DE 2010 (19/06/2010)	487
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À SÉRVIA – BELGRADO, 20 DE JUNHO DE 2010 (20/06/2010)	487
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS – BRASÍLIA, 23 DE JUNHO DE 2010 (22/06/2010)	488
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA À REPÚBLICA QUIRGUIZ (22/06/2010)	488
XII REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-UNIÃO EUROPEIA BRASÍLIA, 16 E 17 DE JUNHO DE 2010 (22/06/2010)	488
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À BULGÁRIA - DECLARAÇÃO CONJUNTA - SÓFIA, 23 DE JUNHO DE 2010 (23/06/2010)	489
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS – BRASÍLIA, 23 DE JUNHO DE 2010 (23/06/2010)	490
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS – 23 DE JUNHO DE 2010 – DECLARAÇÃO CONJUNTA (23/06/2010)	491
ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO SRI LANKA (23/06/2010)	494
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA ITÁLIA, SILVIO BERLUSCONI – SÃO PAULO, 28 E 29 DE JUNHO DE 2010 (28/06/2010)	494

VISITA DO PRESIDENTE DA SÍRIA, BASHAR AL-ASSAD - BRASÍLIA E SÃO PAULO, 30 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 2010 (29/06/2010)	494
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA ITÁLIA, SILVIO BERLUSCONI – SÃO PAULO, 29 DE JUNHO DE 2010 - DECLARAÇÃO CONJUNTA (29/06/2010)	495
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA ITÁLIA, SILVIO BERLUSCONI – SÃO PAULO, 29 DE JUNHO DE 2010 (29/06/2010)	497
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO INTERNACIONAL E CULTO DA ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN - BRASÍLIA, 30 DE JUNHO DE 2010 (29/06/2010)	497
ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA ÁRABE SÍRIA, BASHAR AL-ASSAD - BRASÍLIA, 30 DE JUNHO DE 2010 (30/06/2010)S	498

ENTREVISTAS **499**

ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SAÍDA DO VELÓRIO DA DRA. ZILDA ARNS NEUMANN - CURITIBA-PR , 15/01/2010	499
ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO DA SILVA, AOS JORNAIS “LA PRENSA” E “EL DEBER”, DA BOLÍVIA – BRASÍLIA – DF, 22/01/2010	501

ÍNDICE REMISSIVO **505**

**CONFERÊNCIA NA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS
EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO
DO EMBAIXADOR JOAQUIM NABUCO**

DISCURSO PROFERIDO PELO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR CELSO AMORIM, NA CONFERÊNCIA NA ACADEMIA BRASILEIRA
DE LETRAS EM HOMENAGEM AO CENTENÁRIO DO FALECIMENTO DO
EMBAIXADOR JOAQUIM NABUCO - RIO DE JANEIRO, 18/01/2010

*As Duas Vidas de Joaquim Nabuco:
O Reformador e O Diplomata*

Meu caro Presidente Marcos Vinícios Vilaça, Minha cara Ana Maria Machado, Secretária Geral da Academia Brasileira de Letras, Professor Fernando Lyra, Presidente da Fundação Joaquim Nabuco, Embaixador Afonso Arinos, meu amigo e colega, Joaquim Aurélio Nabuco e demais familiares do nosso homenageado, Eduardo Portela, a quem devo meu primeiro cargo público, digamos, não estritamente burocrático, Senhoras e Senhores Acadêmicos, Senhores e senhoras parlamentares, Embaixadoras, Embaixadores, Senhoras e senhores, Sinto-me honrado em dirigir-me à Academia Brasileira de Letras na ocasião em que se homenageia o centenário do falecimento de um dos fundadores da instituição que serve de casa à literatura e à cultura brasileiras. Primeiro Secretário-Geral da Academia, o Embaixador Joaquim Nabuco

foi também, ao lado de dois outros imortais, o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa, um dos fundadores da moderna diplomacia brasileira.

Início esta palestra com a confissão de uma certa perplexidade, cuja superação exigirá reflexão mais extensa e profunda do que aquela que pude fazer. O título dessa conferência foi dado há cerca de três semanas. Caso tivesse de escolher um título hoje, teria optado por algo distinto. Muito provavelmente seria “O Enigma Nabuco”, ainda que isso significasse um plágio mais ou menos consciente. É que o que mais me impressionou nesse convívio concentrado com alguns aspectos da obra e da biografia de Joaquim Nabuco foi a complexidade do personagem, insuscetível de definições simplistas. Para um observador contemporâneo, mais afeito às doutrinas e teorias do século XX, Nabuco aparece como um pensador que associa atitudes absolutamente modernas, com posições que, à primeira vista, ao menos, seriam “datadas”. Nada mais atual,

por exemplo, que o impulso reformador em busca de justiça social que anima Nabuco. O mesmo pode-se dizer da acuidade psicológica de sua análise, não só sobre o político, mas sobre o homem Balmaceda. Sua percepção de que o futuro do Brasil está intimamente vinculado ao do conjunto da América do Sul não poderia ser mais contemporânea.

Tudo isso contrasta com sua defesa de um regime controlado por uma pequena elite (que, de resto, ele criticava), com seu temor das consequências de lideranças populares (ou populistas), tanto na França quanto no Chile (e obviamente no Brasil). Seu apego a autores que, diferentemente de outros do mesmo século, são totalmente desconhecidos de um estudante mediano de Ciência Política ou mesmo de História dos dias de hoje - literatos franceses e tratadistas ingleses, no dizer irônico de José Murilo de Carvalho - é igualmente desconcertante. Por outro lado, é justamente esse convívio de contrários que torna a personalidade de Joaquim Nabuco objeto do fascínio de tantos estudiosos. É também o que a torna absolutamente moderna, quase existencialista, no sentido filosófico do termo. Como um personagem de Sartre, Nabuco é permanentemente levado a fazer escolhas: entre a sua classe e a sua causa, entre permanecer fiel às suas convicções monárquicas ou servir à pátria mesmo que sob regime republicano. É evidente a angústia - sentimento tão sartreano - de Nabuco diante da necessidade de ter de optar entre os seus ideais abolicionistas e os interesses do governo brasileiro da época, o que fica patente nas repetidas justificativas da decisão de dirigir-se ao Papa, em sentido contrário ao da diplomacia do Império.

Enigma pressupõe a possibilidade, ao menos em tese, de decifração. Não me atreveria a tentá-la em relação a personalidade tão rica, tão complexa e, ademais, tão

estudada. Chama atenção especialmente a contradição entre o sentimento antiescravista que acompanha Nabuco desde a juventude com a afinidade - que tem algo de racional, algo de sentimental - com um regime político cuja base era a própria escravidão. Diante de tantas escolhas, Nabuco não renunciou a sua liberdade. Nem pretendeu sufocar um lado de sua alma. Em outras palavras, não recorreu à “má-fé”, que o teria levado a compor um personagem talvez coerente, mas desinteressante, além de inautêntico. O enigma Nabuco é também a essência de sua grandeza.

Nabuco, homem de seu tempo

O período em que Nabuco se forjou como homem público, do final do século XIX até a primeira década do século XX, foi extremamente marcante na vida brasileira. San Tiago Dantas sintetizou com precisão o espírito daquela época: “Um contraste singular reinava entre a economia e a inteligência, entre a situação de debilidade material do país e a força com que irrompiam os sinais de uma nova mentalidade. Nos mesmos anos, por um desses descompassos que fazem a maravilha do espectador, elevava-se a um nível, até então inatingido, a vida intelectual do país”.

Em um sentido amplo, os intelectuais e políticos daquela etapa - mesmo considerando a variedade de visões entre eles - compõem a geração fundadora da República brasileira. A própria noção de nacionalidade ganhava densidade intelectual naquele período de forte questionamento e elaboração teórica.

A atmosfera histórica dominada por “dois estados de espírito distintos, o realismo imediatista e o desejo por grandes coisas”, no dizer de San Tiago Dantas, é o ambiente em que Joaquim Nabuco transitou. O traço distintivo dos expoentes daquela geração é justamente esse “desejo por grandes coisas”, cada qual senhor de uma interpretação própria,

mas unificados, em sentido mais profundo, na crença no futuro do País. Daí a necessidade de pensar o Brasil, de estudar sua história, de refletir sobre suas realidades.

A proclamação da República isolou Nabuco - monarquista convicto até o fim - da vida política militante. Continuou ele a se dedicar, com afinco, à vida intelectual. Não se omitiu dos debates públicos. Sua contribuição está registrada nos livros que escreveu após 1889. Alguns deles integram qualquer lista de textos fundamentais para se entender o Brasil.

Passado mais de um século, o fato que mais chama a atenção no alvorecer da República - o Brasil era então considerado um país de quinta categoria, como assim definiu o latino-americanista inglês Percy Martin - é a confiança de homens como Nabuco nas forças profundas da nacionalidade.

É um momento hegeliano da nossa história, no qual se evidencia uma percepção da realidade que replica a visão do filósofo alemão sobre a importância das idéias. Cito Hegel: “A cada dia, fico mais convencido de que o trabalho teórico logra mais feitos do que o trabalho prático. Uma vez que o campo das ideias é revolucionado, o estado atual das coisas não continua a resistir”.

É nessa atmosfera intelectual de idealismo otimista que Nabuco contribui para revolucionar, a seu modo, o “campo das ideias”, mesmo em um terreno habitado por vozes discordantes e contraditórias.

Nabuco, liberal, abolicionista e pioneiro da questão social “O escravo brasileiro, literalmente falando, só tem de seu uma coisa - a morte. Nem a esperança, nem a dor, nem as lágrimas o são...” Raramente se terão escrito palavras tão fortes, tão sentidas e ao mesmo tempo tão apropriadas para definir a desumanização do escravo.

O pensamento de Joaquim Nabuco transitava entre o elã reformista e a preservação

da ordem estabelecida. Sua ação política pretendia transformar o Império em um sistema de bases mais liberais sem, contudo, fazer ruir suas estruturas. Desejava ver, à maneira, por exemplo de Gladstone, na Grã-Bretanha, a monarquia brasileira progredir para um formato mais descentralizado em sua relação com as províncias; um formato em que o Poder Moderador fosse mitigado pelo Conselho de Ministros; em que a Câmara dos Deputados assumisse, em detrimento de um Senado aristocrático, a dianteira na lide das questões nacionais. Mantinha, no entanto, sua confissão monarquista, apesar de nunca ter aceitado os títulos nobiliárquicos que lhe foram oferecidos.

Nabuco queria, antes de mais nada, ver o fim da escravidão. Da tribuna, em conferências e nos artigos que publicou na grande imprensa, batalhou com afinco pela abolição. Mas não se contentava com a abolição da escravidão meramente formal, jurídica, no papel. Desejava ver o ex-escravo verdadeiramente integrado ao sistema produtivo e à sociedade.

Nabuco poderia ser qualificado, de acordo com a terminologia mais atual, como um liberal progressista. Embora gestado no caldo cultural da aristocracia e do patrimonialismo burocrático característicos do seu século, não hesitou em confrontar o cânone político. Mesmo em prejuízo de sua trajetória eleitoral, empunhou a bandeira do abolicionismo, transformando-a na causa de sua vida pública. Para Nabuco, a manutenção do regime de escravidão era o verdadeiro grilhão que atava o Brasil ao atraso e impedia que o País atingisse a civilização. Sua profecia, infelizmente, encontrou guarida na realidade: “A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil”. Passados mais de cem anos, basta pensar na inter-relação dos problemas sociais e raciais, atestada pelas estatísticas ou por qualquer

olhar minimamente crítico, para comprovar a exatidão desse prognóstico.

Para Nabuco, a abolição da escravidão era, na mesma proporção, um imperativo ético e uma precondição para a modernização do Brasil. Nabuco terá sido, quiçá, o principal formulador conceitual da causa abolicionista. Rebouças, Patrocínio, Luís Gama foram, antes de mais nada, mobilizadores da opinião pública. Nabuco deu consistência intelectual à causa. Associou-se à British Anti-Slavery Society - talvez a primeira OnG de que se tem notícia. Redigiu obras sobre a libertação dos escravos e sobre seu próprio envolvimento emocional com a causa.

Em Roma, foi recebido em audiência pelo Papa Leão XIII. Tinha como missão autoimposta defender a emancipação dos escravos e pedir uma condenação da Igreja Católica à manutenção da prática de se escravizarem seres humanos. “O homem não pode ser escravo do homem”, dizia, segundo linha de raciocínio que parecia sorver-se de inspiração kantiana, matizada por uma tendência talvez mais próxima do liberalismo pragmático anglo-saxão do que do igualitarismo rousseauiano. Nabuco admite que “o movimento contra a escravidão no Brasil foi um movimento de caráter humanitário e social antes que religioso”. Recorreu ao Papa exatamente para pressionar os dirigentes no Brasil. Leão XIII viria a publicar uma Bula Papal que condenava a escravidão a partir de uma perspectiva humanista. Pode-se dizer, assim, que o político pernambucano teve uma pequena parcela de responsabilidade em levar a Igreja Católica, ainda no século XIX, a adotar uma visão mais avançada sobre a universalidade dos direitos humanos. A Bula, entretanto, só viria a ser publicada depois do 13 de maio de 1888, não tendo efeito prático para a causa antiescravagista no Brasil. É interessante

notar a preocupação de Nabuco, registrada em “Minha Formação”, em justificar sua posição, distinta da dos governantes da época, embora próxima, no fundo, segundo sua percepção, dos sentimentos da Família Real. A diplomacia do Império levaria a melhor, mas somente no curto prazo. Os que viveram o período da ditadura militar no exercício de função pública entendem perfeitamente este conflito de lealdades. E é um testemunho em favor de Nabuco que tenha optado por defender seu ideal, em detrimento das posições reacionárias dos últimos gabinetes do Império.

Em “O Abolicionismo”, Nabuco sublinha a preocupação com o futuro socioeconômico do ex-escravo, com a integração do brasileiro de origem africana na sociedade nacional. Ressalte-se a ausência dessa preocupação no debate político do Império e da República Velha. Nenhum partido político da Monarquia e da Primeira República - à exceção de talvez algum partido marginal ou, como se diz hoje em dia “nanico - trazia em seu programa menção a tão relevante e crucial questão não somente para o futuro do ex-escravo, mas para o porvir do país. O ex-escravo foi totalmente abandonado pelo governo, pela Igreja e pelos empresários.

Referindo-se a “O Abolicionismo”, Gilberto Freyre atesta que a famosa obra “expressa um reconhecimento, nas décadas de [18]70 e 80, de já haver no Brasil uma questão social e não apenas um problema de substituição do trabalho escravo pelo livre”. O autor de “Casa Grande e Senzala” indaga “como teria surgido em Joaquim Nabuco essa espécie de argúcia - a do político, a do parlamentar, a do analista e interprete de aspirações brasileiras, sensível à importância do social?”. Em seu entender, a resposta está em três fatores: a Faculdade de Direito do Recife, cujo nome pioneiro era Faculdade de Ciências Sociais e Jurídicas, o autodidatismo de Nabuco e a sua “condição de brasileiro de Pernambuco”.

“Em 1884, Nabuco sentenciou: “As reformas de que imediatamente necessitamos são reformas sociais que levantem o nível do nosso povo, que o forcem ao trabalho e deem em resultado o bem-estar e a independência que absolutamente não existem e de que nenhum governo ainda cogitou para a Nação Brasileira. Eis a razão pela qual abandonei no Parlamento a atitude propriamente política para tomar a atitude do reformador social. Foi porque eu me desenganei das reformas políticas”.

A ideia social de Nabuco inspiraria em 1949, ano do centenário de seu nascimento, Gilberto Freyre e um grupo de políticos e intelectuais a proporem a criação de um instituto de pesquisas sociais “destinado a cuidar de desdobramentos da questão social no Brasil. Cuidado, cujo início - apenas o início - se verificou com a incompleta e um tanto retórica abolição de 13 de maio”. A iniciativa resultou na Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas em Ciências Sociais. Coerente com o pensamento e a ação do grande brasileiro, o Instituto Joaquim Nabuco tem como propósito o “estudo sociológico das condições de vida do trabalhador brasileiro da região agrária do Norte e do pequeno lavrador dessas regiões que vise ao melhoramento dessas condições”.

Para além da adesão aos princípios do liberalismo clássico, Nabuco foi, portanto, pioneiro da introdução da questão social no Brasil. Mais do que um intérprete da formação do Brasil, Joaquim Nabuco foi defensor de uma agenda para o futuro, que incluía, além do fim da escravidão, a própria redefinição da questão agrária.

Nabuco e Rui: divergências de enfoques e identidade de propósitos

Interessante notar como as vidas de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa - dois dos grandes homens públicos da Belle Époque brasileira, frequentemente comparados -

estiveram sempre entrelaçadas. Apesar das diferenças de personalidades, opiniões e trajetórias, mantiveram inabalável amizade, admiração recíproca e compreensão.

Ambos nasceram no mesmo ano, 1849. Nabuco teve berço aristocrático-rural, e Rui vinha uma família de classe média urbana. Foram colegas na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, militaram na política acadêmica na agremiação estudantil “Ateneu Paulistano”, inspiraram-se na fonte liberal de pensamento.

Os estilos de entender e fazer política apresentam marcantes diferenças, porém. Nabuco tinha como valor principal a ordem, no caso monárquica, que acaba por matizar seu ideário da reforma político-social, particularmente, o federalismo, a abolição, a integração socioeconômica do ex-escravo, a reforma agrária, e a elevação do padrão de vida do pequeno trabalhador rural. Mudar sim, porém dentro da ordem estabelecida. Gilberto Freyre explica o itinerário de Nabuco: “ao apresentar-se como ‘reformador social’, ele se define por esta opção, para a época insólita, de renovação da ação política pela perspectiva social”. E acrescenta: “tomou rumos diferentes dos seguidos pelo pai [o Senador Nabuco de Araújo] rigidamente jurista. Tomou rumos sociais. Pode-se dizer que plasticamente sociais, no sentido de não serem doutrinariamente isto ou aquilo”. Valorizou suas experiências de vida: “Para Nabuco, povo, gente do povo, homem do povo, negro, gente de cor, foram realidades com que conviveu”. A leitura das lembranças de Massangana endossa essa interpretação.

Afonso Arinos de Melo Franco ressaltou o “Humanismo de Nabuco”, humanismo do século XIX, que combina o liberalismo com o individualismo. Esclarece que “o individualismo de então - é esta uma palavra nova, posta em circulação por Alexis de Tocqueville - era uma doutrina essencialmente

liberal, uma doutrina essencialmente evolutiva, transformadora, progressista - não se confundia com o egoísmo -, mas era fundada na “crença nas possibilidades de aprimoramento e da evolução do homem”. Para o ex-Chanceler, é esta a grande lição do “individualista e liberal” Joaquim Nabuco.

Chega a ser difícil explicar como Nabuco - indivíduo de superior inteligência, ambição legítima pelo poder e dotado de plasticidade no pensamento e na ação - priorizou a fidelidade ao Imperador D. Pedro II, mesmo após proclamação da República a ponto de sacrificar seu futuro político, suas possibilidades de ação prática. Mergulha em ostracismo na solidão de Paquetá, onde já se encontrava no 15 de novembro de 1889.

Já Rui relegava a segundo plano a forma de governo, seja ela monárquica seja republicana. Aplica-se muito bem a Rui Barbosa a definição de Karl Mannheim, segundo a qual “a utopia da mentalidade liberal humanitária é a ideia” - ideia defendida em sua essência, independente das circunstâncias. Na visão de Rui, por exemplo, a democracia deveria ser tanto um valor nacional como internacional. Assim, para Rui Barbosa, a forma de governo e sua ordem política é apenas um detalhe que pode e deve ser mudada, se é um empecilho para a implantação das ideias que defendia: federalismo, liberdade individual, abolicionismo, industrialização, Estado de Direito e igualdade das nações. Como primeiro Ministro da Fazenda da República, Rui tentou empreender gestão modernizadora e reformista da estrutura produtiva do país, pois, como bem observou San Tiago Dantas, “desejava ver abertas as portas da oportunidade num país até então congelado pelos privilégios da classe proprietária.”

Rui atua com determinação de aço e tem plena consciência de que “os governos revolucionários não são, não podem ser

governos econômicos”, conforme expressa com notável franqueza. Por outro lado, Hermes Lima - Ministro das Relações Exteriores do Governo João Goulart e saudoso membro desta Casa -, considerando as fortes e autorizadas críticas de Rui aos vícios, principalmente às fraudes eleitorais, da Primeira República, aponta com lucidez ter sido o tribuno baiano um dos principais ideólogos da Revolução de 1930 - ou seja, da derrubada da ordem política então vigente: “Rui fora o revolucionário histórico por excelência da Segunda República”.

Nabuco: a reforma agrária.

Rui: a revolução industrial.

Nabuco proferiu um dos seus discursos mais importantes da campanha abolicionista no Recife, na praça de São José do Ribamar, em 5 de novembro de 1884. Nele levanta “pela primeira vez a bandeira de uma lei agrária, a bandeira da constituição da democracia rural”. Afirma que “não há outra solução possível para o mal crônico e profundo do povo senão uma lei agrária que estabeleça a pequena propriedade, e que vos abra um futuro, a vós e vossos filhos, pela posse e cultivo da terra. É preciso que os brasileiros possam ser proprietários de terra, e que o Estado os ajude a sê-lo”. Este bem poderia ser o lema do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo do Presidente Lula. Nabuco sustentou ainda que: “A propriedade não tem somente direitos, tem também deveres, e o estado de pobreza entre nós, a indiferença com que todos olham para a condição do povo, não faz honra ao Estado. Eu, pois, se for eleito, não separarei mais as duas questões: a da emancipação dos escravos e a da democratização do solo. Uma é o complemento da outra. Acabar com a escravidão não nos basta; é preciso destruir a obra da escravidão”. Poucas vezes, se é que alguma, um político

ou intelectual daquela época terá proferido palavras tão contundentes. Não é à toa que Alceu de Amoroso Lima, grande batalhador da liberdade e das causas sociais, se pergunta no prefácio que escreveu, em 1966, para uma edição popular de “Minha Formação”: “Quando terá o Brasil outro Joaquim Nabuco para levar adiante a revolução social, a da passagem do trabalho livre ao trabalho justo, ou melhor, do nominalmente livre ao realmente livre?”

No ideário revolucionário de Rui Barbosa, sobressai sua luta pela industrialização do Brasil. Para ele, a República só se consolidaria “quando suas funções se firmassem na democracia do trabalho industrial”. Rui aponta ainda como base da industrialização o ensino industrial que em sua visão “inaugurará a iniciação das forças populares na obra política do Estado”. Rui intuiu, assim, a revolução democrática que seria desencadeada pela industrialização, com todos os percalços que conhecemos. Não é exagerado dizer que essa revolução teve um dos seus lances mais expressivos na eleição, em 2002, de um operário, vindo do ensino industrial e das lutas sindicais, para a Presidência da República.

Nabuco, patrono da reforma agrária, e Rui, pioneiro da industrialização, complementam-se e apontam os dois maiores desafios da modernização democrática do Brasil. E é mister reconhecer a audácia de Nabuco como precursor da justiça social no Brasil. Mais uma vez, é Gilberto Freyre quem assinala: “Num dos seus discursos de abolicionista, Nabuco repetiu esta frase que ele próprio chamou de ‘revolucionária’: ‘O que é o operário? Nada. O que virá ele a ser? Tudo’. Não há aqui um eco, talvez inconsciente, de doutrinas socialistas do século XIX que Nabuco, ele próprio, não professou?”

Com a Lei Áurea, o abolicionista venceu a causa de sua vida política. Como a escravidão servia de sustentáculo para o Império, a abolição

antecipou o ocaso do reinado de Pedro II. E a proclamação da República abreviou a carreira política de Nabuco. O pensador pernambucano viria a ser reconduzido à vida pública por Campos Sales e pelo Barão do Rio Branco, este seu amigo de juventude, que lhe facultaram renascer para o serviço da Pátria, não mais no Parlamento, mas, desta feita, na diplomacia.

Nabuco diplomata Político, escritor, jornalista, intelectual engajado, prócer do movimento abolicionista, Nabuco foi também diplomata de grande destaque. Ainda na mocidade, a pedido de seu pai, Nabuco de Araújo, um dos expoentes do Segundo Reinado, Joaquim Nabuco seria nomeado adido da Legação brasileira em Washington. Nos Estados Unidos, atentou, pela primeira vez, nas movimentações no tabuleiro da geopolítica global e nas virtudes e nos vícios da democracia de massas. Há, em “Minha Formação”, análises penetrantes sobre a vida política dos Estados Unidos, em contraste com os costumes e práticas europeias.

Alguns anos depois, seria designado adido de nossa representação em Londres, embora por curto lapso de tempo, tendo tido que regressar logo ao Brasil, em função do falecimento do pai. Sobre a capital britânica, afirmou, revelando grande sensibilidade: “o que há em Londres como prazer de vida não é a arte, mas o conforto; não é a regra, as medidas, o tom das maneiras; é a liberdade, a individualidade; não é a decoração, é o espaço, a solidez.”

A reflexão fez-me recordar da sensação que tive, em certa ocasião, ao atravessar a Waterloo Bridge, aí pelos anos oitenta. Vivia eu na Holanda, para onde havia sido mandado pelo Itamaraty, como para uma espécie de exílio dourado, onde purgaria o pecado de haver ofendido os brios do regime militar ao autorizar e financiar, como Presidente da Embrafilme, a película “Pra frente Brasil”,

de Roberto Farias. Aproveitando alguns dias de folga - o que não era difícil de obter na pacífica Embaixada na Haia -, fui visitar o meu orientador, Ralph Miliband, na capital britânica. Ao deslocar-me a pé do Centro Cultural do South Bank - onde estão localizados o Royal Festival Hall, a Hayward Gallery, além da cinemateca, teatros e outras salas de concerto -, em direção ao Aldwich, onde fica a London School of Economics, tive a sensação de que Londres era uma espécie de grande cérebro, no qual, como num filme de Tarkovski, se moviam pessoas e ideias, formas diferenciadas de agir e de ver o mundo. Alguns séculos antes, o grande dicionarista e filósofo Samuel Johnson havia definido a grande cidade com uma frase simples e magistral: “He who is tired of London, is tired of life”. Nabuco bem captou essa confluência das liberdades individuais como característica da capital britânica.

Na política brasileira do século XIX, a diplomacia oferecia-se como alternativa ao ostracismo da política eleitoral-partidária. Em período anterior a sua profissionalização, a carreira diplomática afigurava-se como a segunda opção de políticos ou pretendentes; uma sinecura com que eram compensados nos períodos em que seus partidos estavam excluídos do exercício do poder. No Império, como aliás até muito recentemente na República (ainda que de forma mais contida), a atividade diplomática fazia as vezes de banco de reservas da política e do estamento burocrático.

Nabuco ingressou na diplomacia por essa porta, da mesma forma que Juca Paranhos. À época em que Nabuco foi enviado a Washington, o futuro Barão do Rio Branco seria designado, também a pedido de seu pai, Cônsul do Brasil em Liverpool. Nabuco de Araújo, a propósito do futuro do herdeiro, a quem desejava ver substituir a si como homem de Estado, chegou a dizer: “seu talento

não deve morrer na diplomacia”. Alceu de Amoroso Lima faria comentário bem mais mordaz e, aliás, pouco lisonjeiro à diplomacia em seu prefácio a “Minha Formação”.

Nabuco regressaria a Londres, já no período republicano, desta vez para preparar as memórias da defesa brasileira na disputa com a Inglaterra pela posse da região do Pirara. Foi resgatado para o serviço público pelo Presidente Campos Sales, que o designou representante do Brasil na disputa de fronteiras com a Guiana Inglesa, a ser arbitrada pelo Rei Victor Emanuel, da Itália. 46. Ao aceitar o convite, após mais de uma década de hibernação política a que se submeteu na esteira da troca de regime, o monarquista de luto converteu-se, finalmente, em funcionário da República. Afirmou que a aceitação da missão que lhe foi confiada era resposta a um chamado patriótico. Após a longa - e vitoriosa - campanha abolicionista, a nomeação para a Comissão de Limites da Guiana Inglesa marcava seu regresso ao que Ângela Alonso, uma de suas biógrafas mais recentes, classificou como seu “leito natural”: a diplomacia. Na realidade, é parte do enigma que envolve o vulto de Nabuco saber afinal qual era o seu leito natural: a diplomacia, a mobilização abolicionista ou a tribuna parlamentar.

Já em Londres, foi chamado a ocupar, inicialmente de forma interina, a chefia da missão do Brasil na capital britânica, vaga desde o falecimento do seu ocupante. As relações com a Inglaterra, país que acolhera sua causa abolicionista ao fio de tantos anos, andavam estremecidas: além da invasão da Ilha de Trindade, em 1895, à revelia da soberania brasileira, a ocupação da região emoldurada pelos rios Tacutu, Cotingo e Rupununi opunha o Rio de Janeiro a Londres.

A mediação italiana resultou em bipartição - supostamente - salomônica do Pirara. O

laudo arbitral do Rei Victor Emanuel concedeu 3/5 do território disputado à Grã-Bretanha e 2/5 ao Brasil. O argumento brasileiro sobre o *uti possidetis* - o título de propriedade sobre um território com base na anterioridade e antiguidade da ocupação - havia sido refutado. A decisão foi vista como uma derrota diplomática para Nabuco e para o Brasil. O contraste com as vitórias do Barão do Rio Branco nas questões de Palmas e do Amapá também alimentaram a interpretação de que o Brasil havia sido alienado de território que lhe cabia.

A opinião pública e a historiografia viriam a redimir Nabuco. Há um quase consenso de que a escolha do árbitro influenciou o resultado do laudo arbitral, muito mais do que a qualidade das memórias preparadas. O mediador italiano, que nutria pouco discretas simpatias pela Inglaterra, buscou solução que não melindrasse Londres. Apesar da relativa falta de precisão histórica e técnica do laudo arbitral, a decisão italiana foi plenamente acatada pelo Governo brasileiro. O respeito às decisões arbitrais sobre nossos limites tem sido sempre um postulado de nossa diplomacia. Joaquim Nabuco seria nomeado, em 1905, primeiro Embaixador do Brasil em Washington, assim que a Legação brasileira nos Estados Unidos foi promovida à categoria de Embaixada - a primeira entre todas.

Na época, o status de “Embaixada” era privilégio concedido às grandes potências. Era considerado uma mostra de hierarquia superior e, ademais, havia um efeito prático: o Embaixador tinha acesso ao Presidente de uma maneira que o Ministro de Legação não tinha. O gesto de elevar a Legação dos Estados Unidos, portanto, não estava desprovido de simbolismo político: sinalizava que o Brasil republicano passava a atribuir prioridade à agenda continental. Era a materialização da transferência do eixo preferencial da diplomacia brasileira da Europa para as

Américas. No mesmo ano, como manifestação de reciprocidade, foi no Rio de Janeiro que os Estados Unidos também inauguraram sua primeira Embaixada na América do Sul.

Ao assumir a Embaixada em Washington, Nabuco trabalhou em sintonia com o Barão do Rio Branco para estreitar as relações com os Estados Unidos, país que já dava mostras da importância que iria adquirir ao longo do século XX. Em pouco tempo, Nabuco conquistou grande prestígio na capital norte-americana, a ponto de o Presidente Theodore Roosevelt ter aconselhado um diplomata recém-chegado a conhecer logo o Embaixador do Brasil, segundo ele, “porque não há em Washington personalidade mais interessante”.

A “aliança não-escrita”, assim definida pelo historiador Bradford Burns, forjava-se na percepção do peso relativo das duas repúblicas no hemisfério. Mesmo antes de assumirem o status de superpotência, os Estados Unidos dos tempos do Barão e de Joaquim Nabuco balanceavam, de certo modo, o eurocentrismo que dominava as relações internacionais. Pode-se dizer que o laudo arbitral sobre o diferendo com a Inglaterra traumatizara Nabuco. Como assinala Rubens Ricupero, mais do que o resultado em si, passou a preocupar Nabuco o seu arrazoado, que poria em risco nossa soberania sobre boa parte do território nacional, especialmente na Amazônia. Daí a afirmação, que hoje pode até soar simplista, segundo a qual “para nós a escolha é entre o monroísmo e a recolonização europeia”.

A aproximação com os Estados Unidos da primeira década do século XX não estava, portanto, eivada de nenhum sentido de subserviência ou de assombro. O cálculo de Rio Branco e de Joaquim Nabuco era de que os Estados Unidos estavam dispostos a impedir ingerências europeias no continente americano. Além disso, tal movimento reforçava a posição do Brasil em sua vizinhança imediata.

A “alta inteligência”, para recorrer ao jargão diplomático da época (hoje talvez se diria “parceria estratégica”) com os Estados Unidos parecia, assim, de grande interesse para o Brasil. Com o benefício da visão retrospectiva, pode argumentar-se que Nabuco nutria uma visão que viria a revelar-se talvez excessivamente otimista sobre o comportamento dos Estados Unidos como potência global. Se, por um lado, conforme previu em “Balmaceda”, aquele país optou por não se lançar em aventuras neocoloniais do tipo praticado pelas potências europeias, a evolução dos fatos não confirmou sua opinião de que Washington não buscaria estabelecer uma esfera de influência própria na América Latina e Caribe.

Como Embaixador brasileiro em Washington, Nabuco trabalhou para fazer do Rio de Janeiro a sede da Terceira Conferência Pan-americana de 1906. Vitorioso, fez gestões para que o Secretário de Estado Elihu Root viesse ao Brasil, no que passou à História como a primeira visita do chefe da diplomacia americana ao exterior. Nabuco presidiu a Conferência, tendo-se empenhado, em seus eventos preparatórios, em evitar que as rusgas entre países do continente impedissem que o encontro chegasse a bom termo.

De volta a Washington, imbuídos do espírito de integração continental, Root e Nabuco trabalharam conjuntamente pela expansão do Bureau das Repúblicas Americanas, que chegou a ter suas atividades concentradas na Residência do Embaixador do Brasil. A União Pan-americana, que viria a ser formalizada na Conferência Pan-americana de Buenos Aires, já após o falecimento de Joaquim Nabuco, é, evidentemente, um embrião da atual Organização dos Estados Americanos.

Em vista de seu sucesso na condução da Conferência Pan-americana, Nabuco foi cogitado para assumir a chefia da

delegação brasileira que seria enviada à Haia para a Segunda Conferência de Paz. O evento provocava grande movimentação na comunidade internacional. Na Haia, seriam definidas as próprias bases do direito internacional. Em face de problemas de saúde, que já enfrentava, e do convite de Rio Branco a Rui Barbosa, Nabuco somente pôde colaborar com os preparativos para a atuação brasileira na Conferência.

Rio Branco, homem público acima de tudo racional, aceita a impugnação do nome de Nabuco - seu escolhido - por influentes setores republicanos, para chefiar a delegação brasileira. Acolhe a indicação do nome de Rui Barbosa para ser o representante do Brasil nessa pioneira e importante assembleia internacional - a primeira na história a reunir todos os Estados soberanos.

Apesar da campanha movida contra seu nome pelo “Correio da Manhã”, Joaquim Nabuco demonstra grandeza de espírito ao apoiar e colaborar com o amigo Rui Barbosa na estreia do Brasil na política global. Preparou perfis dos delegados que conhecia - os Embaixadores aqui presentes reconhecem a importância dessa tarefa quando nos preparamos para uma negociação -, e trocou farta correspondência com o Chefe da delegação brasileira. Entre as sugestões que faz a Rui, Nabuco lembra o exemplo da missão do Conde Witte aos Estados Unidos por ocasião do Tratado de Portsmouth, oportunidade em que o enviado russo saiu das regras e das etiquetas, dirigindo-se à imprensa americana e “conquistou para seu país a boa vontade geral”. Recomendava Nabuco a Rui: “Você não é um diplomata de carreira está numa missão em que o estadista não tem que considerar protocolos, nem formulários e por isso pode libertar-se de quantas regras tolas e anacrônicas que ainda prendem o nosso ofício, num tempo em que a opinião

é a força das forças em política”. Em muitos embates recentes e atuais da diplomacia brasileira, sobretudo em questões econômicas e comerciais, as lições de Nabuco continuam a servir de inspiração.

Foi nas Conferências do Rio de Janeiro e da Haia que o Brasil debutou na diplomacia multilateral. O multilateralismo viria a se consolidar como um canal privilegiado de expressão dos princípios, pontos de vista e interesses brasileiros no mundo. Uma ordem internacional organizada por regras previsíveis e em que se constriam o arbítrio e o uso unilateral da força é não só moralmente desejável como também do mais profundo interesse para uma nação de vocação pacífica como o Brasil. Não é exagerado crer que o Brasil, desde aquele momento, desenvolveu uma visão verdadeiramente multilateralista das relações internacionais.

Nabuco, entretanto, nutria opinião algo distinta daquela de Rui. Ao contrário de Rui Barbosa, que na Segunda Conferência Internacional da Haia consagrou-se pela defesa da igualdade soberana entre os Estados, o pernambucano acreditava que a extensão de direitos iguais para todos os países, representava, na verdade, manancial de desigualdade no cenário internacional. Segundo seu raciocínio, os países mais populosos ficariam, em termos proporcionais, sub-representados em uma ordem internacional formada por unidades que se beneficiassem das mesmas prerrogativas jurídicas. É um debate que continua vivo, se não na teoria, pelo menos na prática, e que pode ser resumido, por exemplo, pela latente disputa de competências entre a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU. Também está presente na polêmica em torno das novas configurações informais da chamada “governança global”, no fim do século passado e no início do atual: G-8, G-20 e todos esses “gês”.

A visão de Rui triunfou. Convencido, o Barão do Rio Branco instruiu a delegação brasileira à Haia a defender a tese de que qualquer país independente, a despeito de suas dimensões, da região em que estivesse localizado ou do seu grau de “civilização” (era este mesmo o termo utilizado), seriam titulares dos mesmos direitos nas relações internacionais. A defesa da igualdade soberana dos Estados tornou-se, desde então, um pilar da ação externa brasileira.

Apesar dos argumentos que expôs em longa missiva a Rui Barbosa, Nabuco não poderia ser definido como um defensor da desigualdade ou da hierarquização entre países. Ele compreendia essa desigualdade como uma situação de fato e buscava reservar ao Brasil o espaço de grandeza, segundo ele, correspondente à sua dimensão. Entendia que, em um sistema organizado pela diferença de capacidades relativas entre os países, ao Brasil cabia a inclusão no rol dos “grandes”.

O pensamento realista de Nabuco estava, naturalmente, influenciado pelas noções de seu tempo. A principal preocupação dos formuladores de política externa brasileira de então, bem como de outras nações militarmente fracas, era a preservação da integridade territorial e da soberania nacional (já me referi ao “trauma do Pirara”). A preocupação, respectivamente de Rui e Nabuco, com a universalidade dos princípios e com a preservação da soberania nacional, resultou o histórico compromisso brasileiro com uma ordem internacional fundada em regras.

O pensamento diplomático de Nabuco: a questão da América Latina e da América do Sul Forjado em uma matriz cultural eminentemente europeia, Nabuco foi tomado de fascínio pela sociedade norte-americana, pela vivacidade de sua democracia, pela abertura do país aos fluxos migratórios. O que veio a ser confundido, por um certo

revisão histórica, como deslumbramento, era, na verdade, fascínio com a própria ideia de modernidade. Nas conferências que proferiu em várias universidades americanas, entre as quais se destacam as de Chicago e Wisconsin, transparece sua admiração pelo Novo Mundo e pela contribuição que acreditava que os Estados Unidos dariam à civilização, dizia ele, “para além do tabaco”.

Merece destaque a análise do cenário internacional que Nabuco faz em carta a Campos Sales em 1906. O Embaixador brasileiro em Washington enxerga com clareza a relevância da política exterior e expressa sua preocupação com a elevação do nível de tensão entre as potências do período: “Minha impressão é que para todos os países da Europa e da América o problema externo tende cada dia mais a sobrepujar os problemas internos, porque estamos caminhando para uma época em que a sorte de todos eles, sem exceção, tem que ser afetada pela solução que tiver o conflito de influência e preponderância entre os grandes sistemas atuais de força” - e é interessante notá-los - “como sejam a Tríplice e a Dupla Aliança, o Império Britânico e a doutrina Monroe”.

O decantado pan-americanismo de Nabuco por vezes oculta a importância que ele atribuía às relações com os países vizinhos mais próximos. Pressentiu o grande estadista que o continente sul-americano está unido não somente pela circunstância geográfica, mas também pela escolha de uma forma de governo que revelava um sentido de destino comum: já na época, o sistema republicano.

Em “Balmaceda”, obra notável, sobretudo pelo pioneirismo que representa esse estudo sobre um estadista, seu contemporâneo, de outra nação sul-americana, Nabuco afirmou: “O interesse que antes já me inspiravam as coisas sul-americanas aumentou naturalmente depois da Revolução de 15 de novembro.

Desde então, começamos a fazer parte de um sistema político mais vasto. Desse modo, o observador brasileiro, para ter ideia exata da direção que levamos, é obrigado a estudar a marcha do Continente, a auscultar o murmúrio, a pulsação continental”. O moderno impulso integracionista, que levou à criação do Mercosul e da Unasul, não poderia encontrar expressões mais felizes e apropriadas.

No livro sobre o estadista chileno, Nabuco adiantou a prioridade que confere à América do Sul para a inserção internacional do Brasil. Aponta, com firmeza, a necessidade de um caminho próprio: “A solução do problema tem assim que ser procurada dentro de cada um dos nossos países, mas depende da formação em torno deles de uma opinião interessada em seu resgate, que auxilie os esforços, ou, quando mais não seja, registre os sacrifícios dos que em qualquer parte lutarem pela causa comum.” Não é outra a inspiração, por exemplo, da cláusula democrática do Mercosul.

É um dos primeiros intelectuais brasileiros a trabalhar e priorizar o conceito de América do Sul. Coloca-se como um “espectador sul-americano”, chama a atenção para o fato de que “dia a dia torna-se mais importante, para nós, conhecer o estado político da América do Sul”.

O livro sobre o presidente chileno logra, a um só tempo, radiografar um momento histórico da circunstância regional, a revolução chilena de 1891, e descreve - até com certo registro trágico-poético - o quadro psicológico da personagem central. A composição de Nabuco sobre o isolamento e a solidão que levaram Juan Manuel Balmaceda a tirar sua própria vida, enquanto asilado dentro da Legação argentina em Santiago, não recorre a imagens fáceis ou à dramatização edificante. Além de extraordinário esforço, historiográfico e literário, revela a densidade intelectual e a profundidade de análise do autor.

É traçado paralelo, frequentemente (inclusive numa ode de Pablo Neruda), entre a trajetória

de Balmaceda e aquela de Salvador Allende. A plataforma de governo progressista, a alienação dos setores mais conservadores da sociedade e o fim trágico seriam elementos presentes nas biografias desses dois líderes chilenos. Não é possível, tampouco, ler a descrição de Nabuco dos últimos dias de Balmaceda sem evocar a memória de outros políticos que escolheram abreviar dramaticamente suas próprias vidas. A figura de Balmaceda, por quem o autor nutre doses similares de interesse e de antipatia, serve de pretexto para o verdadeiro mote central do livro: as tensões presentes no regime presidencialista entre participação popular e ordem pública, entre autoridade e democracia, entre eficácia e representatividade. Não há uma palavra sobre o substrato econômico do balmacedismo. Não há menção ao controle sobre o salitre, por exemplo. Joaquim Nabuco discorre, na obra, sobre o equilíbrio de poderes entre Executivo e o Legislativo em uma república, sob a ótica dos perigos da excessiva concentração do poder. Monarquista e liberal, Nabuco perfilou-se, no campo das ideias, aos parlamentares republicanos chilenos. Mais importante que este tipo de escolha é o esforço de análise de dilemas institucionais até hoje vivos, a partir do estudo de uma situação específica vivida por um país sul-americano. Em Balmaceda, vem à superfície a percepção de Nabuco acerca da importância da estabilidade da região e do progresso dos vizinhos para o Brasil. Com grande atualidade, diz ele: “A liberdade argentina tornou-se um interesse direto para o Brasil, como era para os argentinos a liberdade chilena no tempo de Rosas. É do interesse do boliviano e do peruano que o Estado mais vizinho lhe ofereça um asilo seguro, e sirva ao seu país de estímulo”.

Apesar de algo longo, cito por extenso, dada a sua importância para a compreensão do sentimento de Nabuco, um parágrafo do capítulo final do livro: “Desde que é preciso

aceitar o inelutável” - isto é, a República - “o estudo da Revolução chilena tem grande interesse para nós do ponto de vista da evolução política do Hemisfério. De fato, dado o progresso da moral universal, não é possível que a civilização assista indefinidamente impassível ao desperdício de força e atividade humana que se dá em tão grande escala em uma das mais consideráveis seções do globo, como é a América Latina. A manutenção de um vasto continente em estado permanente de desgoverno, de anarquia, é um fato que dentro de certo tempo há de atrair forçosamente a atenção do mundo, como afinal a atraiu o desaproveitamento da África. Como se fará a redenção dos países centro e sul-americanos? Onde acharão eles amparo contra os seus governos extortores? Como se fará nascer e crescer em cada um deles a consciência do Direito, da Liberdade, e da Lei, que neles não existem, por não ter sanção alguma?” Ainda hoje, os muito progressos alcançados na sedimentação do estado democrático na América Latina e Caribe, bem como os avanços econômicos e sociais da região, não podem servir de pretexto para que se baixe a guarda.

Merece registro, na dimensão sul-americana de Nabuco, a intenção por ele expressa, em carta ao Barão Homem de Melo, em 1882, de “fundar e dirigir no Brasil um jornal”, que teria, entre seus propósitos, ser um periódico “sul-americano interessado em desenvolver relações que não existem entre o nosso e países como a República Argentina e o Chile. Um jornal assim, estou certo, seria o maior serviço que se poderia prestar ao Brasil”.

No horizonte ideológico em que um homem de seu tempo podia mover-se, o pan-americanismo afigurava-se como a expressão de uma integração regional possível. Nabuco abraçou essa causa com ardor. Chegou a preannunciar a formação de uma comunidade política nas Américas. O desenvolvimento

altamente assimétrico no continente americano faz com que essa visão seja hoje matizada por natural cautela. Subsiste, por certo, o interesse em estreitar a cooperação entre todos os países das Américas, mas seria arriscado falar em integração entre entidades com tanto desnível de poder.

A integração regional assume, assim, formas diversas. O Mercosul, estruturado inicialmente para incentivar o aumento do intercâmbio econômico, apesar da forte motivação política que inspirou os seus primórdios, constituiu a vértebra central de um processo de afirmação da América do Sul como espaço geopolítico. A União de Nações Sul-americanas, a Unasul, ao ter logrado envolver todos os países do continente em torno de um projeto de coordenação política, significou um passo adiante nessa caminhada. No final de 2008, a convite do Presidente Lula, foram reunidos, na Costa do Sauípe, na Bahia, os Chefes de Estado de todos os países da América Latina e Caribe. Foi nesta conferência - a CALC, como ficou conhecida - que todos os países da região encontraram-se, pela primeira vez, em dois séculos de História, tendo como base uma agenda própria, sem tutela externa.

Vale a pena, novamente, recorrer a Nabuco, desta vez, em “O Estadista do Império”: “A política exterior é a política por excelência, sobretudo para as nações quase de futuro, como o Brasil”. A referência ao País “quase de futuro” não era exceção no pensamento dos homens da época. A crença na excepcionalidade do País, acompanhada da percepção de que o Brasil só alcançaria sua grandeza quando cruzasse a linha de chegada da modernidade, inquietava aquela geração. Rui Barbosa, por exemplo, acreditava que o Brasil figurava entre as “nações repletas de porvir”. A formulação clássica de Stephen

Zweig, concebida já em meados do século XX, povoou o imaginário coletivo brasileiro por gerações.

Nabuco, Barbosa e o austríaco Zweig, cada um a seu modo, acertaram no prognóstico. A noção de “quase futuro”, em um primeiro momento, dispensou o “quase” e, depois, fez do futuro o presente - como reconhecem hoje governos estrangeiros e a opinião pública mundial. A política exterior - “a política por excelência”, como define Nabuco - assume uma parte da responsabilidade desse processo, ao traduzir no cenário internacional a atitude de uma nação que, altivamente, pretende contribuir para a formação de uma ordem mais multipolar, mais democrática, mais justa e mais solidária.

Nabuco, Quixote brasileiro Guiado em toda a sua trajetória, pelo casamento entre a teoria e a prática, Joaquim Nabuco pode ser considerado como um dos mais completos políticos nacionais.

Ele revela em “Minha Formação” as duas fontes principais para a fixação de suas convicções. A primeira é teórica - o livro “A Constituição Inglesa” de Walter Bagehot, obra sobre a qual confessa: “tirei dela, transformado-a a meu modo, a ferramenta toda com que trabalhei em política, excluindo somente a obra da abolição, cujo estoque de ideias teve para mim outra procedência”.

A outra fonte é prática, a experiência decisiva de sua infância, narrada no capítulo “Massangana”, no qual “a escravidão para mim cabe toda”, diz ele. Sua “identificação humana com os escravos”, segundo seus próprios termos, seria “um quadro inesquecido da infância, em uma primeira impressão, que decidi, estou certo, do emprego ulterior de minha vida”.

A capacidade de unir a teoria à prática se revela, de modo especial, em “O Abolicionismo”, que, no entender de

Francisco Iglésias, é: “a reflexão mais coerente, profunda e completa já feita no Brasil sobre o assunto, um dos livros mais importantes das ciências sociais jamais escritos no Brasil”. A opinião é corroborada, entre outros, por Evaldo Cabral de Melo, que, em conferência pronunciada no Itamaraty, em 1999, por ocasião do sesquicentenário do nascimento do nosso homenageado, aponta a centralidade, para Nabuco, da escravidão como elemento definidor da sociedade brasileira. Nabuco foi um intelectual capaz de ver as realidades de seu tempo além de sua posição de classe ou de sua filiação ideológica. Conforme enfatizou Gilberto Freyre, Nabuco foi “um desertor de sua casta, de sua classe, de sua raça, cujos privilégios combateu com (...) vigor e (...) desassombro.” Leonardo Dantas Silva nos refere, nesse contexto, a um discurso de 1884, dirigido à classe dos Artistas Pernambucanos, em que Nabuco repudia a identificação com os proprietários de Terra e com os comerciantes: “escolheria”, diz ele, “o insignificante, o obscuro, o desprezado elemento operário, porque está nele o germe do futuro da nossa pátria; porque somente o trabalho manual dá força, vida, dignidade a um povo.”

Em outro registro, vale a pena lembrar a vigorosa defesa que Nabuco, católico, fez da secularização das instituições, tanto para os vivos como para os mortos. Certa feita proferiu, no Parlamento, discurso em que denuncia que “o cadáver do general Abreu e Lima passou pelas ruas do Recife, sem que a autoridade civil, que tinha jurisdição sobre o cemitério municipal, (...) reclamasse o corpo para dar-lhe sepultura. Quando se tirou a prova que não eram só os vivos, mas eram também os mortos que estavam sujeitos à perseguição religiosa”. Observe-se que Abreu e Lima - o general brasileiro que foi companheiro de Simon Bolívar - defendia um ideário político

de inspiração socialista e que Nabuco era um liberal. Tal diferença de pontos de vista não arrefeceu a defesa que Nabuco, numa atitude digna do famoso aforismo de Voltaire, fez dos direitos humanos e da dignidade de Abreu e Lima, mesmo depois de morto. Como se sabe, o cadáver do general bolivariano foi afinal sepultado no “Cemitério dos Ingleses”, mais tolerante em matéria religiosa.

Machado de Assis, grande amigo e admirador de Nabuco, registra a “isenção de espírito” do grande pernambucano: “O seu juízo da Revolução Praieira (...) me pareceu excelente. Não traz aquele cheiro partidário, que sufoca os leitores”.

A racionalidade de tonalidade britânica (i.e. pragmática) de Nabuco, sublinhada por Gilberto Freyre, não prejudicou sua adesão a princípios, nem levou ao abandono do idealismo. Em “Minha Formação”, assim define sua vocação de homem público: “Procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas”.

Essa autodefinição nos remete à figura de Don Quixote em sua fidelidade a um ideal, na doação de si mesmo a uma causa, tão bem descrita por San Tiago Dantas em seu famoso ensaio “Don Quixote, apólogo da alma ocidental”. No prefácio de “Minha Formação”, Nabuco fez uma digressão, reveladora de sua atitude diante da vida e da sociedade, em que dá indícios de que a sua verdadeira causa, tão ou mais que a própria abolição, foi o Brasil. Cito uma passagem, que certamente servirá de inspiração àqueles que estão na vida pública: “Se alguma coisa observei no estudo do nosso passado, é quanto são fúteis as nossas tentativas para deprimir, e como sempre vinga a generosidade. Não dou, entretanto, o bon à tirer a este livro, senão porque estou convencido de que ele não enfraquecerá em ninguém o espírito de ação e de luta, a coragem e a resolução de combater

por ideias que repute essenciais, mas somente indicará alguma das condições para que o triunfo possa ser considerado uma vitória nacional, ou uma vitória humana, e para que a vida, sem ser uma obra de arte, o que é dado a muito poucos, realize ao menos uma parcela de beleza”.

O enigma Nabuco

Nabuco provoca surpresas pelo foco pessoal na pioneira autobiografia “Minha Formação”, pela denúncia de toda sociedade em “O Abolicionismo” e pela exaltação e também crítica indireta que faz da “grande era brasileira” em “Um Estadista do Império”. Onde está afinal a essência de Nabuco? É por um lado “desertor de sua casta, de sua classe, de sua raça”, no dizer de Gilberto Freyre, e, por outro, mantém uma fidelidade quase incompreensível à monarquia e a D. Pedro II. O monarquista e o reformista social, o diplomata e o teórico humanista, o defensor da ordem e da libertação humana, todos conviviam no espírito de Joaquim Nabuco. Mais do que a evolução do dândi juvenil para o intelectual engajado da maturidade - do Quincas o Belo para o abolicionista -, a ausência de aparente coesão no seu sistema de crenças amplifica seu caráter enigmático. A grandeza de Joaquim Nabuco também é descortinada pela natureza não-linear de seu pensamento.

Numa tentativa de compreensão da personalidade de Nabuco, destaca Francisco Iglésias que “a aparência apolínea do moço predestinado à política escondia um homem sensível, angustiado, muitas vezes perto do desespero”.

“Il fait jour dans votre âme ainsi que sur vos fronts. La nôtre est une nuit où nous égarons”

Este verso do poema trágico “Toussaint Louverture” de Lamartine é utilizado por Nabuco como epígrafe do seu “O Abolicionismo”. A evocação do herói da independência haitiana é de uma dramática oportunidade. Este achado, quase casual, em meio ao garimpo dos textos de Nabuco, me leva a concluir esta palestra com uma sentida e profunda homenagem aos muitos - brasileiros, haitianos e pessoas de uma plêiade de nacionalidades - que tiveram suas vidas ceifadas pelo terremoto que vitimou o Haiti no dia 12 último. E não só a eles, mas aos que, com teimosia, lutam por sobreviver - ou para fazer com que outros sobrevivam. O Brasil assumiu um compromisso irreversível com o presente e com o futuro deste país irmão e seu povo sofrido. Nossas Forças Armadas lideram o componente militar da operação de paz da ONU no Haiti desde 2004, tendo contribuído para a estabilização do país e para o bem-estar dos haitianos. Muitos dos brasileiros que perdemos na tragédia da semana passada se encontravam no Haiti para ajudar nesta tarefa. Pôde-se rastrear, no pensamento de Joaquim Nabuco, a solidariedade regional - e por que não dizer as afinidades afro-americanas? - como um princípio de ação diplomática. Nabuco acreditava que os destinos dos países do continente estavam entrelaçados. O sofrimento do povo haitiano é, agora mais do que nunca, comungado pelo povo brasileiro - e motivo adicional para o nosso engajamento. A homenagem ao Embaixador Joaquim Nabuco e ao seu empenho pela dignidade de todos os seres humanos é, por extensão, uma homenagem aos que se dedicam, inclusive às vezes com o sacrifício da própria vida, à melhora das condições de vida do homem sobre a Terra.

Muito obrigado.

**VISITA AO BRASIL DE SUA ALTEZA O EMIR DO CATAR,
XEQUE HAMAD BIN KHALIFA AL THANI**
DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA,
POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DE SUA ALTEZA O EMIR DO CATAR,
XEQUE HAMAD BIN KHALIFA AL THANI - PALÁCIO ITAMARATY , 20/01/2010

Sua Alteza real xeque Hamad Bin Khalifa Al Thani, emir do Estado do Catar, e sua Alteza real xeica Mozah Bint Nasser,

Minha companheira Marisa Letícia,

Xeque Hamad Bin Jassim Al Thani, primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros do Catar, por meio de quem cumprimento os demais ministros da delegação do Catar,

Meu companheiro José Alencar, vice-presidente da República, e sua senhora Mariza Alencar,

Ministro Gilmar Mendes, presidente do Supremo Tribunal Federal,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros, e embaixatriz Ana Maria Amorim,

Senhores embaixadores,

Senhores empresários,

Senhores jornalistas,

Parlamentares,

Amigos e amigas,

A primeira visita oficial de um chefe de Estado do Catar ao Brasil oferece uma oportunidade histórica. Foi com esse empenho que Vossa Alteza sediou a II Cúpula América do Sul-Países Árabes no ano passado. Somos duas regiões separadas pela

geografia, mas unidas na busca de respostas solidárias aos desafios de um mundo cada vez mais interdependente. Com o mesmo ânimo, realizaremos no Rio de Janeiro, em maio próximo, a Aliança de Civilizações. Quero homenagear a Xeica Mozah, que tem assumido papel de liderança nesse foro, em defesa das causas universais.

Somos confiantes num futuro que se constrói a partir da rica diversidade de nossa herança. Essa mensagem de tolerância e esperança também forjou o Brasil, um país que une povos e culturas. Esse é o espírito que nos levou a atuar, desde 2004, no Haiti, em parceria com as Nações Unidas. No momento em que enfrentamos as trágicas consequências do terremoto que se abateu sobre aquele país-irmão, somos reconhecidos pela pronta disposição do Catar em contribuir com ajuda emergencial.

Essa vocação de solidariedade também nos aproxima na busca de alternativas para o conflito no Oriente Médio. Defendemos a constituição de um Estado palestino viável e a existência de Israel em condições de segurança.

A influência do Catar na questão palestina e a atuação de Vossa Alteza em prol do processo de paz de Darfur, no Sudão, assim como na estabilização política libanesa têm merecido reconhecimento mundial.

O mecanismo de consultas políticas bilaterais que estamos lançando reforçará a capacidade de nossos países de trocarem informações e engajarem-se nesses esforços de reconciliação. Por isso, o chanceler Amorim viajou ao Oriente Médio no início do ano passado, para apoiar os esforços em favor de um cessar-fogo em Gaza. Com igual convicção, recebi visitas dos presidentes Peres, Abbas e Ahmadinejad. E visitarei Israel, a Palestina e a Jordânia em março, e o Irã, em maio. Agora, também, visitarei o Catar em maio.

Meu caro amigo,

Os acordos que assinamos hoje, de cooperação econômica e comercial e de serviços aéreos, além dos acordos entre nossas empresas privadas, espelham as potencialidades que unem duas economias dinâmicas e complementares.

Desde 2003, o comércio bilateral cresceu substancialmente, ultrapassando os 440 milhões de dólares, em 2008. Entretanto, o Catar permanece destino pouco conhecido dos exportadores brasileiros.

A realização, à margem da II ASPA, do Foro Empresarial Árabe-Sul-Americano, ajudou a reverter esse quadro. A conclusão de um tratado de livre-comércio Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo irá alargar ainda mais esses horizontes promissores. Contamos com o empenho do Catar para concluirmos esse acordo.

Estou certo de que a delegação empresarial que acompanha Vossa Alteza identificará, no Brasil, entusiasmo e disposição para ampliar e diversificar as oportunidades de investimentos.

Meu país oferece os atrativos de um mercado interno em franca expansão e com amplas oportunidades em setores de ponta. O Programa de Aceleração do Crescimento, a Copa do Mundo de 2014, as Olimpíadas de 2016 e a solidez do mercado financeiro nacional são outras âncoras a serem exploradas.

O Catar também se abre para a participação

de empresas brasileiras no ambicioso programa de obras de infraestrutura em setores onde nossas empresas são bastante competitivas. A esperada ligação aérea direta entre o Brasil e o Catar certamente intensificará ainda mais as oportunidades de negócios.

Alteza,

No momento em que o Catar se consolida como referência internacional, tenho plena confiança no quanto nossos países podem construir juntos.

Conte com o empenho brasileiro em consolidar a parceria que hoje estamos lançando, em prol da prosperidade e da felicidade de nossos povos.

Obrigado.

CERIMÔNIA DE HONRAS FÚNEBRES AOS MILITARES MORTOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER NA MISSÃO DE PAZ NO HAITI

DISCURSO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA, DURANTE CERIMÔNIA DE HONRAS FÚNEBRES AOS MILITARES
MORTOS NO CUMPRIMENTO DO DEVER NA MISSÃO DE PAZ NO
HAITI - HANGAR DA BASE AÉREA DE BRASÍLIA - DF , 21/01/2010

Há momentos em que as palavras se tornam frágeis diante da brutalidade dos fatos.

A tragédia que se abateu sobre o Haiti, no dia 12 de janeiro de 2010, foi um desses episódios em que o destino cego e implacável parece ter assumido as rédeas da condição humana.

Nosso coração, que já estava partido pelo sofrimento desse povo-irmão, de raízes africanas como as nossas, recobriu-se duplamente de luto e dor nos dias que se seguiram.

Vinte brasileiros que se dedicavam à difícil tarefa da reconstrução haitiana perderam a vida em Porto Príncipe, no derradeiro testemunho do seu compromisso com a redenção do país.

Entre eles, estavam dois civis: nossa querida Zilda Arns, médica, pediatra, criadora da Pastoral da Criança, símbolo da fé brasileira na cooperação para a justiça social; e o diplomata Luiz Carlos da Costa, vice-chefe da Missão de Paz da ONU no Haiti, que já emprestara sua experiência de 40 anos em situações de conflito no Kosovo e na Libéria.

Estavam lá, também, os 18 bravos soldados do Exército Brasileiro que tombaram cumprindo a mais nobre missão humanitária já efetivada pelas nossas Forças Armadas.

Estou falando de destemidos compatriotas que chegaram ao Haiti levando a seguinte mensagem àquela gente sofrida: “Vocês não estão sozinhos. Viemos aqui em nome do Brasil. Trazemos segurança para suas famílias, trazemos paz. Trazemos remédios, solidariedade e, acima de tudo, o respeito do povo brasileiro ao povo haitiano”.

Cada um desses homens reafirmou, durante sua vida, a vocação pacífica e solidária da nação brasileira. Sem nunca perder a firmeza e a coragem necessárias para combater a violência e a criminalidade que tanto assolavam o Haiti, nossos militares sempre souberam conviver harmoniosamente com a população local, e ganhar a sua estima.

O soldado brasileiro nunca foi confundido com invasores estrangeiros. Muito pelo contrário: foi a sua mão amiga que criou a confiança mútua entre a Força de Paz das Nações Unidas e os justos anseios da sociedade haitiana.

Por terem nos representado assim, com o sacrifício da própria vida, quero dizer, em nome do Brasil e dos brasileiros:

Obrigado, General-de-Brigada João Eliseu Souza Zanin.

Obrigado, General-de-Brigada

Emílio Carlos Torres dos Santos.

Obrigado, Coronel Marcus Vinicius Macedo Cysneiros.

Obrigado, Tenente-Coronel Francisco Adolfo Vianna Martins Filho.

Obrigado, Tenente-Coronel Márcio Guimarães Martins.

Obrigado, Capitão Bruno Ribeiro Mário.

Obrigado, Segundo-Tenente Raniel Batista de Camargos.

Obrigado, Primeiro-Sargento Davi Ramos de Lima.

Obrigado, Primeiro-Sargento Leonardo de Castro Carvalho.

Obrigado, Segundo-Sargento Rodrigo de Souza Lima.

Obrigado, Terceiro-Sargento Douglas Pedrotti Neckel.

Obrigado, Terceiro-Sargento Washington de Souza Seraphin.

Obrigado, Terceiro-Sargento Arí Dirceu Fernandes Júnior.

Obrigado, Terceiro-Sargento Kleber da Silva Santos.

Obrigado, Terceiro-Sargento Tiago Anaya Detimermani.

Obrigado, Terceiro-Sargento Antônio José Anacleto.

Obrigado, Terceiro-Sargento Felipe Gonçalves Júlio.

Obrigado, Terceiro-Sargento Rodrigo Augusto da Silva.

Minhas senhoras e meus senhores,

Peço a Deus que permita mantermos sempre na memória a lembrança e o exemplo de nossos bravos compatriotas. E que Ele amenize este doloroso momento pelo qual passam todos os seus familiares.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA MINISTERIAL PREPARATÓRIA SOBRE O HAITI
TEXTO DE BASE PARA A INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO
AMORIM NA CONFERÊNCIA MINISTERIAL PREPARATÓRIA
SOBRE O HAITI - MONTREAL, 25/01/2010

Senhor Presidente,

Gostaria inicialmente de agradecer ao Governo canadense a iniciativa de organizar esta Conferência. Desde o primeiro momento, o Presidente Lula defendeu a realização de uma conferência de alto nível de doadores para ajudar o Haiti.

Gostaria também de expressar de público minhas condolências ao Primeiro-Ministro haitiano, Jean-Max Bellerive, o que já lhe fiz pessoalmente, no sábado, quando visitei o Haiti. À dor da tragédia, soma-se a tristeza de saber que ela ocorreu num momento em que o Haiti dava passos importantes na direção do desenvolvimento, de maior estabilidade política, participação democrática e segurança para seus cidadãos.

O compromisso do Brasil com o Haiti não é novo nem circunstancial. Por todos os laços culturais, políticos e históricos que unem o Brasil ao Haiti, temos estado presentes com projetos e iniciativas que visam a promover o desenvolvimento daquele país, contribuindo ao mesmo tempo para a autoestima dos haitianos, capazes de conduzir seu próprio destino. No momento da tragédia, a Agência Brasileira de Cooperação estava envolvida

em cerca de 30 projetos para a formação de haitianos. Lideramos, desde 2004, a Missão da ONU para a Estabilização do Haiti, a MINUSTAH, que tem se desempenhado com êxito na manutenção da segurança e da ordem no país.

Dezoito militares e três civis brasileiros morreram no terremoto. Entre os civis, perdemos a Fundadora da Pastoral da Criança, Dra. Zilda Arns, considerada a Madre Teresa brasileira, e o Representante Adjunto da ONU para o Haiti, Luiz Carlos da Costa, além de oficiais, suboficiais e soldados. Essas perdas tão sofridas dos brasileiros não nos desviam do compromisso de ajudar aquele país. Ao contrário, nunca o Brasil e os brasileiros estiveram tão convencidos do papel que devem desempenhar, sempre com humildade e respeito aos haitianos, na construção de um Haiti mais seguro e próspero.

Senhor Presidente,

Em nossas discussões, não podemos perder de vista que a ajuda ao Haiti deve responder aos anseios do povo haitiano e do seu Governo. Estamos ajudando ao Haiti, não a nós mesmos. Nossa tarefa é contribuir para que o Governo do Haiti possa exercer,

em sua plenitude e no mais breve prazo, a responsabilidade de definir as prioridades de seu povo e a melhor maneira de canalizar a ajuda internacional. Não estamos aqui para substituir as autoridades legítimas do Haiti.

O bem-vindo desejo de cooperar com o Haiti tampouco deve ser desperdiçado ou desvirtuar-se por obra de ações unilaterais alheias ao trabalho da ONU. As Nações Unidas são a moldura que dá a necessária legitimidade ao conjunto de esforços internacionais em favor dos haitianos. A ajuda ao país pode e deve ser coordenada pelas Nações Unidas, com base em mandatos claros e adaptados às circunstâncias, que conciliem as dimensões de segurança e desenvolvimento.

Nossa região, em especial a vizinhança imediata do Haiti e seus parceiros da CARICOM, tem um papel central no encaminhamento de soluções para a recuperação do país, como já têm tido aliás pela presença de profissionais da saúde e pelo envio de combustível. Essa importância deve estar refletida em sua inclusão entre os atores que devem participar de reuniões que se seguirão à de hoje. O Brasil sempre considerou que a boa inserção na região era uma das condições de estabilidade democrática do Haiti.

Saúdo a generosidade incansável com que o Governo dominicano, sob a condução do Presidente Leonel Fernández, estende a mão ao país vizinho em momento de tamanha dificuldade. Sem ela, muito da ajuda internacional não poderia ter chegado ao Haiti.

Nosso propósito deve ser também de angariar apoio de outros países, mesmo de fora da região, que já expressaram a disposição de ajudar o Haiti. O Brasil está pronto a utilizar sua rede de contatos no Oriente Médio, na Ásia e mesmo na África, para envolver a alguns deles neste esforço.

Senhor Presidente, Caros colegas,

O Presidente Lula determinou a doação

ao Haiti de 15 milhões de dólares a título de ajuda humanitária emergencial, dos quais já repassamos 5 milhões de dólares à ONU. Nos próximos dias, enviaremos os 10 milhões de dólares restantes. Em breve, o Brasil estará em condições de anunciar uma segunda doação de magnitude similar, desta vez para a reconstrução do Haiti. Mas isso é apenas uma fração da ajuda que o Brasil está estendendo aos haitianos, em alimentos, água, remédios, equipes de resgate, hospitais de campanha, máquinas para a remoção de entulhos e abertura de vias, entre outros itens. O Governo do Presidente Lula enviou ao Congresso brasileiro uma proposta de pacote total de ajuda ao Haiti de 375 milhões de reais, o que equivale a cerca de 210 milhões de dólares. Esse valor inclui as doações, os gastos das forças militares com atividades diretamente relacionadas à assistência humanitária no Haiti, e a construção de dez unidades de saúde em território haitiano. Trata-se do maior pacote de ajuda internacional já prestado pelo Brasil, e de um montante muito significativo para um país em desenvolvimento como o nosso.

O Governo brasileiro também decidiu atender ao pedido da ONU de aumentar os seus contingentes na MINUSTAH. No dia de hoje, o Congresso brasileiro examina a aprovação do envio de mais 1.300 militares e policiais. Desse total, esperamos mandar prontamente cerca de 750 militares e 150 policiais, para auxiliar a MINUSTAH em suas tarefas mais emergenciais de manutenção da segurança e de apoio à ajuda humanitária.

No plano da cooperação, o Brasil pretende retomar tão rápido quanto seja possível os projetos em curso antes do terremoto desde a construção de barragens até a formação profissional de haitianos nas mais diversas áreas, sobretudo agricultura e construção civil. O Haiti precisa, hoje mais do que nunca,

de braços e mentes preparados para retomar as rédeas de seu destino.

Além de alimentos, remédios e água, é essencial contribuir, de imediato, para a expansão de programa que favoreçam a formação de frentes de trabalho, tais como os que têm sido fomentados pelo PNUD, em colaboração com outros parceiros.

Senhor Presidente,

A reconstrução do Haiti passa também pela abertura de mercados para os produtos haitianos em condições vantajosas. No Brasil, estão avançadas as discussões com o setor privado para o estabelecimento de arranjos que reduzam tarifas e simpliquem as regras de origem para a importação de produtos do Haiti. Convido os principais parceiros comerciais do Haiti a estabelecer ou aprimorar mecanismos que beneficiem exportações de manufaturados haitianos. Faço um apelo aos empresários e investidores para que retomem suas análises e planos de investimentos no Haiti.

O desenvolvimento de longo prazo do Haiti deve incorporar a sustentabilidade ambiental, em especial o reflorestamento em larga escala do país, às prioridades do processo de reconstrução. Brasil e Espanha trabalham conjuntamente em projeto piloto. Mas as necessidades haitianas reclamam iniciativas de maior fôlego, a serem financiadas com recursos de instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial.

A fim de melhor ajudarmos o Haiti, precisamos manter o sentido de urgência que tem norteado a ação de todos os países. A Conferência de Alto Nível para a Reconstrução do Haiti deve ser realizada o quanto antes. Precisamos aproveitar o alto grau de mobilização e solidariedade internacional verificado sob o impacto dessa tragédia, para envolvermos ao máximo os Governos e as sociedades em favor de uma ajuda efetiva ao povo do Haiti. Não podemos, uma vez mais,

como tantas vezes no passado, superada a crise, dar as costas a esse país.

O Brasil continuará a se empenhar no comando da MINUSTAH, e fará o que estiver a seu alcance para que o Haiti, de modo soberano, enfrente essa grave crise humanitária e encontre o caminho do desenvolvimento.

Muito obrigado.

SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O HAITI

DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA SESSÃO ESPECIAL
DO CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS SOBRE O HAITI - GENEVRA , 27/01/2010

(Versão em português)

13a Sessão Especial do Conselho de
Direitos Humanos

O apoio do Conselho de Direitos Humanos
ao Processo de Recuperação do Haiti após
o Terremoto de 12 de Janeiro, 2010: Um
enfoque a partir dos direitos humanos

“Venham, contemplem estas ruínas
hediondas,

Estes restos, estes fragmentos, estas cinzas
desgraçadas,

Estas mulheres, estas crianças, esmagadas
umas sobre as outras,

Estes membros espalhados sob o mármore
rompido,

Cem mil malsinados devorados pela terra,

Que, sangrando, rasgados e ainda em
estertores,

Terminam seus penosos dias (...) enterrados
sob seus tetos, no horror dos tormentos.”

Esses são os versos iniciais de um poema
de Voltaire sobre o terremoto de Lisboa de
1755. À exceção do mármore, poderiam
igualmente descrever, com lamentável
precisão, o ocorrido em Porto-Príncipe em
12 de janeiro. No século XVIII, o terremoto
de Lisboa desencadeou grande controvérsia
a respeito das mais profundas convicções
filosóficas e teológicas da humanidade. Da

mesma maneira, no mundo globalizado atual,
a destruição de Porto Príncipe e outras cidades
haitianas configura-se em tragédia para a
humanidade como um todo.

Tenho a honra de dirigir-me a este Conselho
pela terceira vez como Ministro das Relações
Exteriores. Minha presença aqui, apenas
três dias após minha visita a Porto-Príncipe,
salienta a importância que o Brasil confere
a este organismo e particularmente ao pleno
diálogo a respeito do auxílio e da reconstrução
do Haiti da perspectiva dos direitos humanos.

O Haiti é, hoje, seguramente, o maior
desafio à capacidade da comunidade
internacional de ajudar a reconstruir um país
devastado de uma maneira que leve em conta
sua soberania e, ao mesmo tempo, estabeleça
as condições para um círculo virtuoso de
desenvolvimento social e econômico com
maior segurança, democracia e plena fruição
dos direitos humanos por todos.

Essa abordagem está no âmago da decisão
brasileira de participar, desde 2004, da ação
coletiva sob o mandato das Nações Unidas.
Do nosso ponto de vista, a segurança, a
assistência humanitária e o desenvolvimento
social e econômico não podem ser encarados
separadamente. São elementos indivisíveis
de uma resposta eficaz e de longo prazo da

comunidade internacional, sob a liderança irredutível dos próprios haitianos, às consequências do terremoto de 12 de janeiro. O Presidente Lula reafirmou o compromisso do Brasil ontem, ao anunciar sua intenção de visitar o Haiti em 25 de fevereiro.

É essencial que generosas ofertas sejam feitas para o alívio do sofrimento. E a comunidade internacional deu sua resposta à emergência. Porém, não basta apaziguar nossa tristeza e expressar nosso pesar. Temos de nos certificar de que, ao oferecer assistência às necessidades básicas dos haitianos por alimentos, água e saúde, estejamos também ajudando a aumentar sua auto-estima e sua dignidade. Não nos cabe substituir as autoridades haitianas para tomar decisões sobre as necessidades do povo haitiano e sobre quais são suas prioridades. Como disse o Presidente Lula em cerimônia de homenagem aos 18 militares cujas vidas se perderam no terremoto: “Vocês não estão sozinhos. Vimos aqui em nome do Brasil. Trazemos segurança para suas famílias, trazemos paz. Trazemos remédios, solidariedade e, acima de tudo, o respeito do povo brasileiro ao povo haitiano”. Gostaria também de homenagear Luiz Carlos da Costa, Vice-Representante das Nações Unidas no Haiti, e Zilda Arns, a Madre Teresa brasileira.

O respeito pela autodeterminação em conjunção com a decisão de ajudar aqueles extremamente necessitados é o que chamamos de “não-indiferença”, princípio que não afeta a não-intervenção, mas traz nova perspectiva sobre ela.

Após ter visitado o Haiti nove vezes desde 2004, posso garantir: a não-indiferença trouxe resultados em termos de maior segurança, de reforço da governança democrática, de progresso sócio-econômico e de maior autoconfiança. Nos últimos anos, o Haiti pôde

realizar eleições livres e democráticas. Pouco antes do terremoto, uma alteração no Gabinete foi aprovada pelo Parlamento em questão de dias, sem atritos nem violência. Isso é novidade na política haitiana. Um processo de reforma constitucional significativo foi lançado sob a liderança do Presidente Préval e havia expectativa de que fosse concluído em um curto espaço de tempo. As autoridades gozam de legitimidade e, apesar das terríveis circunstâncias, têm realizado esforços para ajudar as pessoas a retomarem suas vidas.

Na Conferência dos “Amigos do Haiti”, que acabou de ser realizada em Montreal, mais de 20 países e organizações internacionais anunciaram compromisso de longo prazo, com uma fase inicial de 10 anos. É uma parceria na qual o Governo haitiano liderará os esforços com o apoio da comunidade internacional e com a coordenação das Nações Unidas. A reunião no Canadá também decidiu pela realização de conferência internacional em março, na sede das Nações Unidas, para dar seguimento a esse compromisso. Deverá ser evento inclusivo, do qual participarão todos aqueles dispostos a ajudar na mitigação do que já se considera uma das maiores calamidades de todos os tempos. Nossa tarefa urgente agora é de cumprir essa promessa com a maior celeridade. E, para tanto, este Conselho terá um papel central.

Sr. Presidente,

Conforme preceituado na Declaração de Viena, a “promoção e a proteção dos direitos humanos são questões prioritárias para a comunidade internacional”. Este Conselho tem o mandato legal e a obrigação moral de promover os direitos humanos por intermédio do diálogo e da cooperação e de responder prontamente às urgências de direitos humanos. Não há circunstâncias em que tais diretrizes sejam mais aplicáveis do que no Haiti.

Os fatídicos eventos de 12 de janeiro trouxeram novos e dramáticos desafios para a promoção de todos os direitos humanos no Haiti. Neste momento de urgência, a comunidade internacional concentra-se em fornecer assistência imediata ao povo haitiano. No entanto, os desafios de recuperação e de reconstrução, não apenas de edificações, mas também de instituições, encontram-se à nossa frente.

A realização desta sessão, em estreita coordenação com o Haiti e com o amplo apoio dos membros e dos observadores do Conselho de Direitos Humanos, demonstra nossa vontade coletiva de ajudar o Haiti neste difícil momento de perda e dor.

A sessão de hoje também é um indicativo de que o Conselho de Direitos Humanos pode desenvolver uma cultura diversa. As Sessões Especiais deliberam, na maior parte das vezes, sobre violações graves aos direitos humanos e a necessidade correspondente de proteger as vítimas. Isso é uma obrigação da comunidade internacional com a qual estamos todos de acordo. Hoje, porém, estamos aqui não apenas para proteger, mas também para promover os direitos humanos.

A promoção de todos os direitos humanos - econômicos, políticos, civis, culturais e o direito ao desenvolvimento - deve ser igualmente integrada aos esforços de ajuda e de reconstrução do Haiti. Ofereço-lhes o seguinte exemplo: com a ajuda das agências das Nações Unidas, o Brasil tem ajudado o Haiti a estabelecer um centro especial para proteção de mulheres contra a violência. O centro encontra-se agora sob os destroços do Fort National.

Em uma demonstração real da indivisibilidade dos direitos humanos, eu lhes asseguro de que o Haiti terá nosso apoio para a satisfação das necessidades básicas e imediatas de auxílio, para a reconstrução da infra-estrutura econômica e

social, para a reforma de sua constituição e para a recuperação de seu patrimônio cultural. Como se ressaltou em recente artigo de jornal, os murais da Catedral da Santíssima Trindade em Porto-Príncipe, que representam as histórias da Bíblia com figuras negras, devem ser restaurados. O Conselho pode fornecer assistência em áreas como acesso a alimentos, direito à saúde, habitações adequadas, proteção de menores, entre outras, com base no conhecimento acumulado e na experiência de detentores de mandatos bem como com a Equipe Conjunta de Proteção.

Sr. Presidente,

Todos sabemos que os desastres naturais podem ocorrer em países ricos ou pobres. Porém, os terríveis efeitos destes eventos são obviamente mais sérios em nações afligidas por dificuldades econômicas ou sociais. A pobreza endêmica, a desnutrição, o analfabetismo e o desemprego generalizado, para não mencionar a ausência de condições para o trabalho decente, eram todos componentes do círculo vicioso do qual o Haiti tentava escapar antes do desastre. Eles não vão desaparecer com a partida das equipes de ajuda e das câmeras de televisão. Esse é o motivo pelo qual a atenção deste Conselho ao Haiti é tão importante.

Em minha visita ao Haiti, vi a destruição de cima, de um helicóptero, e de perto, nos becos que tive que atravessar para chegar ao Centro Cultural do Brasil, que no momento abriga nossa Embaixada. No Batalhão Brasileiro, vi cenas de cirurgias, amputações, substituição de ossos por dispositivos de metais. Vi, também, o nascimento de uma criança. Recebeu o nome de Marly, em homenagem a enfermeira que assistiu à mãe no parto. Que a imagem de Marly possa inspirar nossas esperanças e nossas ações.

Obrigado.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA PARA
O FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS, EM 29/01/2010

Discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim em nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Davos, em 29 de janeiro de 2010

“Minhas senhoras e meus senhores,

Em primeiro lugar, agradeço o prêmio “Estadista Global” que vocês estão me concedendo.

Nos últimos meses, tenho recebido alguns dos prêmios e títulos mais importantes da minha vida.

Com toda sinceridade, sei que não é exatamente a mim que estão premiando - mas ao Brasil e ao esforço do povo brasileiro. Isso me deixa ainda mais feliz e honrado.

Recebo este prêmio, portanto, em nome do Brasil e do povo do meu país. Este prêmio nos alegra, mas, especialmente, nos alerta para a grande responsabilidade que temos.

Ele aumenta minha responsabilidade como governante, e a responsabilidade do meu país como ator cada vez mais ativo e presente no cenário mundial.

Tenho visto, em várias publicações internacionais, que o Brasil está na moda. Permitam-me dizer que se trata de um termo simpático, porém inapropriado.

O modismo é coisa fugaz, passageira. E o Brasil quer e será ator permanente no cenário do novo mundo.

O Brasil, porém, não quer ser um destaque novo em um mundo velho. A voz brasileira quer proclamar, em alto e bom som, que é possível construir um mundo novo.

O Brasil quer ajudar a construir este novo mundo, que todos nós sabemos, não apenas é possível, mas dramaticamente necessário, como ficou claro, na recente crise financeira internacional - mesmo para os que não gostam de mudanças.

Meus senhores e minhas senhoras,

O olhar do mundo hoje, para o Brasil, é muito diferente daquele, de sete anos atrás, quando estive pela primeira vez em Davos.

Naquela época, sentíamos que o mundo nos olhava mais com dúvida do que esperança. O mundo temia pelo futuro do Brasil, porque não sabia o rumo exato que nosso país tomaria sob a liderança de um operário, sem diploma universitário, nascido politicamente no seio da esquerda sindical.

Meu olhar para o mundo, na época, era o contrário do que o mundo tinha para o Brasil. Eu acreditava, que assim como o Brasil estava mudando, o mundo também pudesse mudar.

No meu discurso de 2003, eu disse, aqui em Davos, que o Brasil iria trabalhar para reduzir as disparidades econômicas e sociais, aprofundar a democracia política, garantir as liberdades públicas e promover, ativamente, os direitos humanos.

Iria, ao mesmo tempo, lutar para acabar sua dependência das instituições internacionais de crédito e buscar uma inserção mais ativa e soberana na comunidade das nações.

Frisei, entre outras coisas, a necessidade de construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática.

E comentei que a construção desta nova ordem não seria apenas um ato de generosidade, mas, principalmente, uma atitude de inteligência política.

Ponderei ainda que a paz não era só um objetivo moral, mas um imperativo de racionalidade. E que não bastava apenas proclamar os valores do humanismo. Era necessário fazer com que eles prevalecessem, verdadeiramente, nas relações entre os países e os povos.

Sete anos depois, eu posso olhar nos olhos de cada um de vocês - e, mais que isso, nos olhos do meu povo - e dizer que o Brasil, mesmo com todas as dificuldades, fez a sua parte. Fez o que prometeu.

Neste período, 31 milhões de brasileiros entraram na classe média e 20 milhões saíram do estágio de pobreza absoluta. Pagamos toda nossa dívida externa e hoje, em lugar de sermos devedores, somos credores do FMI.

Nossas reservas internacionais pularam de 38 bilhões para cerca de 240 bilhões de dólares. Temos fronteiras com 10 países e não nos envolvemos em um só conflito com nossos vizinhos. Diminuímos, consideravelmente, as agressões ao meio ambiente. Temos e estamos consolidando uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, e estamos caminhando para nos tornar a quinta economia mundial.

Posso dizer, com humildade e realismo, que ainda precisamos avançar muito. Mas ninguém pode negar que o Brasil melhorou.

O fato é que Brasil não apenas venceu o desafio de crescer economicamente e incluir socialmente, como provou, aos céticos, que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza.

Historicamente, quase todos governantes brasileiros governaram apenas para um terço da população. Para eles, o resto era peso, estorvo, carga.

Falavam em arrumar a casa. Mas como é possível arrumar um país deixando dois terços de sua população fora dos benefícios do progresso e da civilização?

Alguma casa fica de pé, se o pai e a mãe relegam ao abandono os filhos mais fracos, e concentram toda atenção nos filhos mais fortes e mais bem aquinhoados pela sorte?

É claro que não. Uma casa assim será uma casa frágil, dividida pelo ressentimento e pela insegurança, onde os irmãos se vêem como inimigos e não como membros da mesma família.

Nós concluímos o contrário: que só havia sentido em governar, se fosse governar para todos. E mostramos que aquilo que, tradicionalmente, era considerado estorvo, era, na verdade, força, reserva, energia para crescer.

Incorporar os mais fracos e os mais necessitados à economia e às políticas públicas não era apenas algo moralmente correto. Era, também, politicamente indispensável e economicamente acertado. Porque só arrumam a casa, o pai e a mãe que olham para todos, não deixam que os mais fortes esbulhem os mais fracos, nem aceitam que os mais fracos conformem-se com a submissão e com a injustiça. Uma casa só é forte quando é de todos - e nela todos encontram abrigo, oportunidades e esperanças.

Por isso, apostamos na ampliação do mercado interno e no aproveitamento de todas as nossas potencialidades. Hoje, há mais Brasil para mais brasileiros. Com isso, fortalecemos a economia, ampliamos a qualidade de vida do nosso povo, reforçamos a democracia, aumentamos nossa auto-estima e amplificamos nossa voz no mundo.

Minhas senhoras e meus senhores,

O que aconteceu com o mundo nos últimos sete anos? Podemos dizer que o mundo, igual ao Brasil, também melhorou?

Não faça esta pergunta com soberba. Nem para provocar comparações vantajosas em favor do Brasil.

Faça esta pergunta com humildade, como cidadão do mundo, que tem sua parcela de responsabilidade no que sucedeu - e no que possa vir a suceder com a humanidade e com o nosso planeta.

Pergunto: podemos dizer que, nos últimos sete anos, o mundo caminhou no rumo da diminuição das desigualdades, das guerras, dos conflitos, das tragédias e da pobreza?

Podemos dizer que caminhou, mais vigorosamente, em direção a um modelo de respeito ao ser humano e ao meio ambiente?

Podemos dizer que interrompeu a marcha da insensatez, que tantas vezes parece nos encaminhar para o abismo social, para o abismo ambiental, para o abismo político e para o abismo moral?

Posso imaginar a resposta sincera que sai do coração de cada um de vocês, porque sinto a mesma perplexidade e a mesma frustração com o mundo em que vivemos.

E nós todos, sem exceção, temos uma parcela de responsabilidade nisso tudo.

Nos últimos anos, continuamos sacudidos por guerras absurdas. Continuamos destruindo o meio-ambiente. Continuamos assistindo, com compaixão hipócrita, a miséria e a morte assumirem proporções dantescas na África. Continuamos vendo, passivamente, aumentar os campos de refugiados pelo mundo afora.

E vimos, com susto e medo, mas sem que a lição tenha sido corretamente aprendida, para onde a especulação financeira pode nos levar.

Sim, porque continuam muitos dos terríveis efeitos da crise financeira internacional, e não vemos nenhum sinal, mais concreto, de que esta crise tenha servido para que repensássemos a

ordem econômica mundial, seus métodos, sua pobre ética e seus processos anacrônicos.

Pergunto: quantas crises serão necessárias para mudarmos de atitude? Quantas hecatombes financeiras teremos condições de suportar até que decidamos fazer o óbvio e o mais correto?

Quantos graus de aquecimento global, quanto degelo, quanto desmatamento e desequilíbrios ecológicos serão necessários para que tomemos a firme decisão de salvar o planeta?

Meus senhores e minhas senhoras,

Vendo os efeitos pavorosos da tragédia do Haiti, também pergunto: quantos Haitis serão necessários para que deixemos de buscar remédios tardios e soluções improvisadas, ao calor do remorso?

Todos nós sabemos que a tragédia do Haiti foi causada por dois tipos de terremotos: o que sacudiu Porto Príncipe, no início deste mês, com a força de 30 bombas atômicas, e o outro, lento e silencioso, que vem corroendo suas entranhas há alguns séculos.

Para este outro terremoto, o mundo fechou os olhos e os ouvidos. Como continua de olhos e ouvidos fechados para o terremoto silencioso que destrói comunidades inteiras na África, na Ásia, na Europa Oriental e nos países mais pobres das Américas.

Será necessário que o terremoto social traga seu epicentro para as grandes metrópoles européias e norte-americanas para que possamos tomar soluções mais definitivas?

Um antigo presidente brasileiro dizia, do alto de sua aristocrática arrogância, que a questão social era uma questão de polícia.

Será que não é isso que, de forma sutil e sofisticada, muitos países ricos dizem até hoje, quando perseguem, reprimem e discriminam os imigrantes, quando insistem num jogo em que tantos perdem e só poucos ganham?

Por que não fazermos um jogo em que todos

possam ganhar, mesmo que em quantidades diversas, mas que ninguém perca no essencial?

O que existe de impossível nisso? Por que não caminhamos nessa direção, de forma consciente e deliberada e não empurrados por crises, por guerras e por tragédias? Será que a humanidade só pode aprender pelo caminho do sofrimento e do rugir de forças descontroladas?

Outro mundo e outro caminho são possíveis. Basta que queiramos. E precisamos fazer isso enquanto é tempo.

Meus senhores e minhas senhoras,

Gostaria de repetir que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza. Esta também é uma das melhores receitas para a paz. E aprendemos, no ano passado, que é também um poderoso escudo contra crise.

Esta lição que o Brasil aprendeu, vale para qualquer parte do mundo, rica ou pobre.

Isso significa ampliar oportunidades, aumentar a produtividade, ampliar mercado e fortalecer a economia. Isso significa mudar as mentalidades e as relações. Isso significa criar fábricas de emprego e de cidadania.

Só fomos bem sucedidos nessas tarefas porque recuperamos o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e não nos deixamos aprisionar em armadilhas teóricas - ou políticas - equivocadas sobre o verdadeiro papel do estado.

Nos últimos sete anos, o Brasil criou quase 12 milhões de empregos formais. Em 2009, quando a maioria dos países viu diminuir os postos de trabalhos, tivemos um saldo positivo de cerca de um milhão de novos empregos.

O Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair. Por que? Porque tínhamos reorganizado a economia com fundamentos sólidos, com base no crescimento, na estabilidade, na produtividade, num sistema financeiro saudável, no acesso ao crédito e na inclusão social.

E quando os efeitos da crise começaram a nos alcançar, reforçamos, sem titubear, os fundamentos do nosso modelo e demos ênfase à ampliação do crédito, à redução de impostos e ao estímulo do consumo.

Na crise ficou provado, mais uma vez, que são os pequenos que estão construindo a economia de gigante do Brasil.

Este talvez seja o principal motivo do sucesso do Brasil: acreditar e apoiar o povo, os mais fracos e os pequenos. Na verdade, não estamos inventando a roda. Foi com esta força motriz que Roosevelt recuperou a economia americana depois da grande crise de 1929. E foi com ela que o Brasil venceu preventivamente a última crise internacional.

Mas, nos últimos sete anos, nunca agimos de forma improvisada. A gente sabia para onde queria caminhar. Organizamos a economia sem bravatas e sem sustos, mas com um foco muito claro: crescer com estabilidade e com inclusão.

Implantamos o maior programa de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, que hoje beneficia mais de 12 milhões de famílias. E lançamos, ao mesmo tempo, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, maior conjunto de obras simultâneas nas áreas de infra-estrutura e logística da história do país, no qual já foram investidos 213 bilhões de dólares e que alcançará, no final do ano de 2010, um montante de 343 bilhões.

Volto ao ponto central: estivemos sempre atentos às políticas macro-econômicas, mas jamais nos limitamos às grandes linhas. Tivemos a obsessão de destravar a máquina da economia, sempre olhando para os mais necessitados, aumentando o poder de compra e o acesso ao crédito da maioria dos brasileiros.

Criamos, por exemplo, grandes programas de infra-estrutura social voltados exclusivamente para as camadas mais pobres. É o caso do programa Luz para Todos, que levou energia elétrica, no campo, para 12 milhões de pessoas

e se mostrou um grande propulsor de bem estar e um forte ativador da economia.

Por exemplo: para levar energia elétrica a 2 milhões e 200 mil residências rurais, utilizamos 906 mil quilômetros de cabo, o suficiente para dar 21 voltas em torno do planeta Terra. Em contrapartida, estas famílias que passaram a ter energia elétrica em suas casas, compraram 1,5 milhão de televisores, 1,4 milhão de geladeiras e quantidades enormes de outros equipamentos.

As diversas linhas de microcrédito que criamos, seja para a produção, seja para o consumo, tiveram igualmente grande efeito multiplicador. E ensinaram aos capitalistas brasileiros que não existe capitalismo sem crédito.

Para que vocês tenham uma idéia, apenas com a modalidade de “crédito consignado”, que tem como garantia o contracheque dos trabalhadores e aposentados, chegamos a fazer girar na economia mais 100 bilhões de reais por mês. As pessoas tomam empréstimos de 50 dólares, 80 dólares para comprar roupas, material escolar, etc, e isto ajuda ativar profundamente a economia.

Minhas senhoras e meus senhores,

Os desafios enfrentados, agora, pelo mundo são muito maiores do que os enfrentados pelo Brasil.

Com mudanças de prioridades e rearranjos de modelos, o governo brasileiro está conseguindo impor um novo ritmo de desenvolvimento ao nosso país.

O mundo, porém, necessita de mudanças mais profundas e mais complexas. E elas ficarão ainda mais difíceis quanto mais tempo deixarmos passar e quanto mais oportunidades jogarmos fora.

O encontro do clima, em Copenhague, é um exemplo disso. Ali a humanidade perdeu uma grande oportunidade de avançar, com rapidez, em defesa do meio-ambiente.

Por isso cobramos que cheguemos com o espírito desarmado, no próximo encontro, no

México, e que encontremos saídas concretas para o grave problema do aquecimento global.

A crise financeira também mostrou que é preciso uma mudança profunda na ordem econômica, que privilegie a produção e não a especulação.

Um modelo, como todos sabem, onde o sistema financeiro esteja a serviço do setor produtivo e onde haja regulações claras para evitar riscos absurdos e excessivos.

Mas tudo isso são sintomas de uma crise mais profunda, e da necessidade de o mundo encontrar um novo caminho, livre dos velhos modelos e das velhas ideologias.

É hora de re-inventarmos o mundo e suas instituições. Por que ficarmos atrelados a modelos gestados em tempos e realidades tão diversas das que vivemos? O mundo tem que recuperar sua capacidade de criar e de sonhar.

Não podemos retardar soluções que apontam para uma melhor governança mundial, onde governos e nações trabalhem em favor de toda a humanidade.

Precisamos de um novo papel para os governos. E digo que, paradoxalmente, este novo papel é o mais antigo deles: é a recuperação do papel de governar.

Nós fomos eleitos para governar e temos que governar. Mas temos que governar com criatividade e justiça. E fazer isso já, antes que seja tarde.

Não sou apocalíptico, nem estou anunciando o fim do mundo. Estou lançando um brado de otimismo. E dizendo que, mais que nunca, temos nossos destinos em nossas mãos.

E toda vez que mãos humanas misturam sonho, criatividade, amor, coragem e justiça elas conseguem realizar a tarefa divina de construir um novo mundo e uma nova humanidade.

Muito obrigado.”

PREMIO ESTADISTA GLOBAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

DURANTE ENTREGA DO PREMIO ESTADISTA GLOBAL DO

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL – DAVOS, 29/01/2010

Discurso pronunciado pelo Ministro Celso Amorim em nome do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em Davos, em 29 de janeiro de 2010

“Minhas senhoras e meus senhores,

Em primeiro lugar, agradeço o prêmio “Estadista Global” que vocês estão me concedendo.

Nos últimos meses, tenho recebido alguns dos prêmios e títulos mais importantes da minha vida.

Com toda sinceridade, sei que não é exatamente a mim que estão premiando - mas ao Brasil e ao esforço do povo brasileiro. Isso me deixa ainda mais feliz e honrado.

Recebo este prêmio, portanto, em nome do Brasil e do povo do meu país. Este prêmio nos alegra, mas, especialmente, nos alerta para a grande responsabilidade que temos.

Ele aumenta minha responsabilidade como governante, e a responsabilidade do meu país como ator cada vez mais ativo e presente no cenário mundial.

Tenho visto, em várias publicações internacionais, que o Brasil está na moda. Permitam-me dizer que se trata de um termo simpático, porém inapropriado.

O modismo é coisa fugaz, passageira. E o Brasil quer e será ator permanente no cenário do novo mundo.

O Brasil, porém, não quer ser um destaque novo em um mundo velho. A voz brasileira quer proclamar, em alto e bom som, que é possível construir um mundo novo.

O Brasil quer ajudar a construir este novo mundo, que todos nós sabemos, não apenas é possível, mas dramaticamente necessário, como ficou claro, na recente crise financeira internacional - mesmo para os que não gostam de mudanças.

Meus senhores e minhas senhoras,

O olhar do mundo hoje, para o Brasil, é muito diferente daquele, de sete anos atrás, quando estive pela primeira vez em Davos.

Naquela época, sentíamos que o mundo nos olhava mais com dúvida do que esperança. O mundo temia pelo futuro do Brasil, porque não sabia o rumo exato que nosso país tomaria sob a liderança de um operário, sem diploma universitário, nascido politicamente no seio da esquerda sindical.

Meu olhar para o mundo, na época, era o contrário do que o mundo tinha para o Brasil. Eu acreditava, que assim como o Brasil estava mudando, o mundo também pudesse mudar.

No meu discurso de 2003, eu disse, aqui em Davos, que o Brasil iria trabalhar para reduzir as disparidades econômicas e sociais, aprofundar a democracia política, garantir as liberdades públicas e promover, ativamente, os direitos humanos.

Iria, ao mesmo tempo, lutar para acabar sua dependência das instituições internacionais de crédito e buscar uma inserção mais ativa e soberana na comunidade das nações.

Frisei, entre outras coisas, a necessidade de construção de uma nova ordem econômica internacional, mais justa e democrática.

E comentei que a construção desta nova ordem não seria apenas um ato de generosidade, mas, principalmente, uma atitude de inteligência política.

Ponderei ainda que a paz não era só um objetivo moral, mas um imperativo de racionalidade. E que não bastava apenas proclamar os valores do humanismo. Era necessário fazer com que eles prevalecessem, verdadeiramente, nas relações entre os países e os povos.

Sete anos depois, eu posso olhar nos olhos de cada um de vocês - e, mais que isso, nos olhos do meu povo - e dizer que o Brasil, mesmo com todas as dificuldades, fez a sua parte. Fez o que prometeu.

Neste período, 31 milhões de brasileiros entraram na classe média e 20 milhões saíram do estágio de pobreza absoluta. Pagamos toda nossa dívida externa e hoje, em lugar de sermos devedores, somos credores do FMI.

Nossas reservas internacionais pularam de 38 bilhões para cerca de 240 bilhões de dólares. Temos fronteiras com 10 países e não nos envolvemos em um só conflito com nossos vizinhos. Diminuímos, consideravelmente, as agressões ao meio ambiente. Temos e estamos consolidando uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, e estamos caminhando para nos tornar a quinta economia mundial.

Posso dizer, com humildade e realismo, que ainda precisamos avançar muito. Mas ninguém pode negar que o Brasil melhorou.

O fato é que Brasil não apenas venceu o desafio de crescer economicamente e incluir socialmente, como provou, aos céticos, que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza.

Historicamente, quase todos governantes brasileiros governaram apenas para um terço da população. Para eles, o resto era peso, estorvo, carga.

Falavam em arrumar a casa. Mas como é possível arrumar um país deixando dois terços de sua população fora dos benefícios do progresso e da civilização?

Alguma casa fica de pé, se o pai e a mãe relegam ao abandono os filhos mais fracos, e concentram toda atenção nos filhos mais fortes e mais bem aquinhoados pela sorte?

É claro que não. Uma casa assim será uma casa frágil, dividida pelo ressentimento e pela insegurança, onde os irmãos se vêem como inimigos e não como membros da mesma família.

Nós concluímos o contrário: que só havia sentido em governar, se fosse governar para todos. E mostramos que aquilo que, tradicionalmente, era considerado estorvo, era, na verdade, força, reserva, energia para crescer.

Incorporar os mais fracos e os mais necessitados à economia e às políticas públicas não era apenas algo moralmente correto. Era, também, politicamente indispensável e economicamente acertado. Porque só arrumam a casa, o pai e a mãe que olham para todos, não deixam que os mais fortes esbulhem os mais fracos, nem aceitam que os mais fracos conformem-se com a submissão e com a injustiça. Uma casa só é forte quando é de todos - e nela todos encontram abrigo, oportunidades e esperanças.

Por isso, apostamos na ampliação do mercado interno e no aproveitamento de todas as nossas potencialidades. Hoje, há mais Brasil para mais brasileiros. Com isso, fortalecemos a economia, ampliamos a qualidade de vida do nosso povo, reforçamos a democracia, aumentamos nossa auto-estima e amplificamos nossa voz no mundo.

Minhas senhoras e meus senhores,

O que aconteceu com o mundo nos últimos sete anos? Podemos dizer que o

mundo, igual ao Brasil, também melhorou?

Não faça esta pergunta com soberba. Nem para provocar comparações vantajosas em favor do Brasil.

Faça esta pergunta com humildade, como cidadão do mundo, que tem sua parcela de responsabilidade no que sucedeu - e no que possa vir a suceder com a humanidade e com o nosso planeta.

Pergunto: podemos dizer que, nos últimos sete anos, o mundo caminhou no rumo da diminuição das desigualdades, das guerras, dos conflitos, das tragédias e da pobreza?

Podemos dizer que caminhou, mais vigorosamente, em direção a um modelo de respeito ao ser humano e ao meio ambiente?

Podemos dizer que interrompeu a marcha da insensatez, que tantas vezes parece nos encaminhar para o abismo social, para o abismo ambiental, para o abismo político e para o abismo moral?

Posso imaginar a resposta sincera que sai do coração de cada um de vocês, porque sinto a mesma perplexidade e a mesma frustração com o mundo em que vivemos.

E nós todos, sem exceção, temos uma parcela de responsabilidade nisso tudo.

Nos últimos anos, continuamos sacudidos por guerras absurdas. Continuamos destruindo o meio-ambiente. Continuamos assistindo, com compaixão hipócrita, a miséria e a morte assumirem proporções dantescas na África. Continuamos vendo, passivamente, aumentar os campos de refugiados pelo mundo afora.

E vimos, com susto e medo, mas sem que a lição tenha sido corretamente aprendida, para onde a especulação financeira pode nos levar.

Sim, porque continuam muitos dos terríveis efeitos da crise financeira internacional, e não vemos nenhum sinal, mais concreto, de que esta crise tenha servido para que repensássemos a ordem econômica mundial, seus métodos, sua pobre ética e seus processos anacrônicos.

Pergunto: quantas crises serão necessárias para mudarmos de atitude? Quantas hecatombes financeiras teremos condições de suportar até que decidamos fazer o óbvio e o mais correto?

Quantos graus de aquecimento global, quanto degelo, quanto desmatamento e desequilíbrios ecológicos serão necessários para que tomemos a firme decisão de salvar o planeta?

Meus senhores e minhas senhoras,

Vendo os efeitos pavorosos da tragédia do Haiti, também pergunto: quantos Haitis serão necessários para que deixemos de buscar remédios tardios e soluções improvisadas, ao calor do remorso?

Todos nós sabemos que a tragédia do Haiti foi causada por dois tipos de terremotos: o que sacudiu Porto Príncipe, no início deste mês, com a força de 30 bombas atômicas, e o outro, lento e silencioso, que vem corroendo suas entranhas há alguns séculos.

Para este outro terremoto, o mundo fechou os olhos e os ouvidos. Como continua de olhos e ouvidos fechados para o terremoto silencioso que destrói comunidades inteiras na África, na Ásia, na Europa Oriental e nos países mais pobres das Américas.

Será necessário que o terremoto social traga seu epicentro para as grandes metrópoles européias e norte-americanas para que possamos tomar soluções mais definitivas?

Um antigo presidente brasileiro dizia, do alto de sua aristocrática arrogância, que a questão social era uma questão de polícia.

Será que não é isso que, de forma sutil e sofisticada, muitos países ricos dizem até hoje, quando perseguem, reprimem e discriminam os imigrantes, quando insistem num jogo em que tantos perdem e só poucos ganham?

Por que não fazemos um jogo em que todos possam ganhar, mesmo que em quantidades diversas, mas que ninguém perca no essencial?

O que existe de impossível nisso? Por que

não caminhar nessa direção, de forma consciente e deliberada e não empurrados por crises, por guerras e por tragédias? Será que a humanidade só pode aprender pelo caminho do sofrimento e do rugir de forças descontroladas?

Outro mundo e outro caminho são possíveis. Basta que queiramos. E precisamos fazer isso enquanto é tempo.

Meus senhores e minhas senhoras,

Gostaria de repetir que a melhor política de desenvolvimento é o combate à pobreza. Esta também é uma das melhores receitas para a paz. E aprendemos, no ano passado, que é também um poderoso escudo contra crise.

Esta lição que o Brasil aprendeu, vale para qualquer parte do mundo, rica ou pobre.

Isso significa ampliar oportunidades, aumentar a produtividade, ampliar mercado e fortalecer a economia. Isso significa mudar as mentalidades e as relações. Isso significa criar fábricas de emprego e de cidadania.

Só fomos bem sucedidos nessas tarefas porque recuperamos o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e não nos deixamos aprisionar em armadilhas teóricas - ou políticas - equivocadas sobre o verdadeiro papel do estado.

Nos últimos sete anos, o Brasil criou quase 12 milhões de empregos formais. Em 2009, quando a maioria dos países viu diminuir os postos de trabalhos, tivemos um saldo positivo de cerca de um milhão de novos empregos.

O Brasil foi um dos últimos países a entrar na crise e um dos primeiros a sair. Por que? Porque tínhamos reorganizado a economia com fundamentos sólidos, com base no crescimento, na estabilidade, na produtividade, num sistema financeiro saudável, no acesso ao crédito e na inclusão social.

E quando os efeitos da crise começaram a nos alcançar, reforçamos, sem titubear, os fundamentos do nosso modelo e demos ênfase

à ampliação do crédito, à redução de impostos e ao estímulo do consumo.

Na crise ficou provado, mais uma vez, que são os pequenos que estão construindo a economia de gigante do Brasil.

Este talvez seja o principal motivo do sucesso do Brasil: acreditar e apoiar o povo, os mais fracos e os pequenos. Na verdade, não estamos inventando a roda. Foi com esta força motriz que Roosevelt recuperou a economia americana depois da grande crise de 1929. E foi com ela que o Brasil venceu preventivamente a última crise internacional.

Mas, nos últimos sete anos, nunca agimos de forma improvisada. A gente sabia para onde queria caminhar. Organizamos a economia sem bravatas e sem sustos, mas com um foco muito claro: crescer com estabilidade e com inclusão.

Implantamos o maior programa de transferência de renda do mundo, o Bolsa Família, que hoje beneficia mais de 12 milhões de famílias. E lançamos, ao mesmo tempo, o Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC, maior conjunto de obras simultâneas nas áreas de infra-estrutura e logística da história do país, no qual já foram investidos 213 bilhões de dólares e que alcançará, no final do ano de 2010, um montante de 343 bilhões.

Volto ao ponto central: estivemos sempre atentos às políticas macro-econômicas, mas jamais nos limitamos às grandes linhas. Tivemos a obsessão de destravar a máquina da economia, sempre olhando para os mais necessitados, aumentando o poder de compra e o acesso ao crédito da maioria dos brasileiros.

Criamos, por exemplo, grandes programas de infra-estrutura social voltados exclusivamente para as camadas mais pobres. É o caso do programa Luz para Todos, que levou energia elétrica, no campo, para 12 milhões de pessoas e se mostrou um grande propulsor de bem estar e um forte ativador da economia.

Por exemplo: para levar energia elétrica a 2 milhões e 200 mil residências rurais, utilizamos 906 mil quilômetros de cabo, o suficiente para dar 21 voltas em torno do planeta Terra. Em contrapartida, estas famílias que passaram a ter energia elétrica em suas casas, compraram 1,5 milhão de televisores, 1,4 milhão de geladeiras e quantidades enormes de outros equipamentos.

As diversas linhas de microcrédito que criamos, seja para a produção, seja para o consumo, tiveram igualmente grande efeito multiplicador. E ensinaram aos capitalistas brasileiros que não existe capitalismo sem crédito.

Para que vocês tenham uma idéia, apenas com a modalidade de “crédito consignado”, que tem como garantia o contracheque dos trabalhadores e aposentados, chegamos a fazer girar na economia mais 100 bilhões de reais por mês. As pessoas tomam empréstimos de 50 dólares, 80 dólares para comprar roupas, material escolar, etc, e isto ajuda ativar profundamente a economia.

Minhas senhoras e meus senhores,

Os desafios enfrentados, agora, pelo mundo são muito maiores do que os enfrentados pelo Brasil.

Com mudanças de prioridades e rearranjos de modelos, o governo brasileiro está conseguindo impor um novo ritmo de desenvolvimento ao nosso país.

O mundo, porém, necessita de mudanças mais profundas e mais complexas. E elas ficarão ainda mais difíceis quanto mais tempo deixarmos passar e quanto mais oportunidades jogarmos fora.

O encontro do clima, em Copenhague, é um exemplo disso. Ali a humanidade perdeu uma grande oportunidade de avançar, com rapidez, em defesa do meio-ambiente.

Por isso cobramos que cheguemos com o espírito desarmado, no próximo encontro, no México, e que encontremos saídas concretas

para o grave problema do aquecimento global.

A crise financeira também mostrou que é preciso uma mudança profunda na ordem econômica, que privilegie a produção e não a especulação.

Um modelo, como todos sabem, onde o sistema financeiro esteja a serviço do setor produtivo e onde haja regulações claras para evitar riscos absurdos e excessivos.

Mas tudo isso são sintomas de uma crise mais profunda, e da necessidade de o mundo encontrar um novo caminho, livre dos velhos modelos e das velhas ideologias.

É hora de re-inventarmos o mundo e suas instituições. Por que ficarmos atrelados a modelos gestados em tempos e realidades tão diversas das que vivemos? O mundo tem que recuperar sua capacidade de criar e de sonhar. Não podemos retardar soluções que apontam para uma melhor governança mundial, onde governos e nações trabalhem em favor de toda a humanidade. Precisamos de um novo papel para os governos. E digo que, paradoxalmente, este novo papel é o mais antigo deles: é a recuperação do papel de governar.

Nós fomos eleitos para governar e temos que governar. Mas temos que governar com criatividade e justiça. E fazer isso já, antes que seja tarde.

Não sou apocalíptico, nem estou anunciando o fim do mundo. Estou lançando um brado de otimismo. E dizendo que, mais que nunca, temos nossos destinos em nossas mãos.

E toda vez que mãos humanas misturam sonho, criatividade, amor, coragem e justiça elas conseguem realizar a tarefa divina de construir um novo mundo e uma nova humanidade.

Muito obrigado.”

**REUNIÃO DE CÚPULA DA ORGANIZAÇÃO “GLOBAL
ZERO: A WORLD WITHOUT NUCLEAR WEAPONS”**
PALESTRA DO MINISTRO CELSO AMORIM NA REUNIÃO
DE CÚPULA DA ORGANIZAÇÃO “GLOBAL ZERO: A WORLD
WITHOUT NUCLEAR WEAPONS” - PARIS, 2/02/2010

(Versão em português do original em inglês)
Obrigado, Embaixador Thomas Pickering
Sinto-me honrado em estar aqui nesta conferência, falando para uma platéia de tão alto nível.

Embora, como o Embaixador Pickering lembrou, eu tenha me envolvido pessoalmente com a questão do desarmamento nuclear em diferentes períodos da minha carreira, não posso me considerar um especialista na área, ou dizer que sei tanto quanto vocês sobre o assunto.

Assim sendo, eu gostaria de falar sob a perspectiva específica do Brasil, um país que está passando por mudanças profundas, que está ampliando a sua participação nos assuntos mundiais e que está tentando criar um mundo mais igualitário, seguro e justo, um mundo onde não há justificativa para armas nucleares. Senhoras e Senhores,

Na última sexta-feira, estive em Davos, representando o Presidente Lula em uma cerimônia de premiação do Fórum Econômico Mundial.

O cenário era apropriado para refletir sobre como o mundo está mudando. Que um ex-metalúrgico, um ex-líder sindical de

um partido de esquerda, seja objeto de reconhecimento em Davos é, em si, um símbolo dos novos tempos.

Raramente vimos tantas verdades absolutas serem destruídas por meros fatos em um espaço tão curto de tempo.

Muitas das certezas de ontem, às vezes anunciadas de forma arrogante, provaram ser nada mais do que receitas para o fracasso econômico, para o crescimento da desigualdade e, no fim das contas, para uma desastrosa crise financeira, cujos efeitos ainda sofremos.

A fé cega na capacidade do mercado de apresentar soluções perfeitas para todos os problemas nos levou a um beco sem saída. Foi necessária uma crise que acarretou custos enormes ao bem estar de milhões de habitantes do planeta para que a maioria dos líderes se desse conta de que as políticas e as práticas do capitalismo desregulado não fornecem uma boa base para a prosperidade e a justiça social.

Mas, como em quase tudo na vida, há um lado positivo. Talvez o melhor resultado da crise mundial tenha sido a mudança nos conceitos e na mentalidade de como lidar com os desafios globais.

Está surgindo um consenso de que legitimidade e eficácia nas relações internacionais só podem ser encontradas em decisões que sejam tomadas democraticamente, com a participação de um grupo mais abrangente e representativo de países.

A governança global está sendo revisitada e reconstruída. Atualmente, é claro para qualquer um que o mundo não pode ser dirigido por um clube de auto-intitulados tomadores de decisão.

Na área econômica, alguns avanços foram alcançados com o novo papel do G-20 e as mudanças subseqüentes nas instituições financeiras internacionais.

No domínio político, porém, os déficits de legitimidade e eficácia não foram corrigidos.

Não podemos mais ignorar que a pobreza extrema e a exclusão social são ameaças permanentes à ordem internacional.

Ao falarmos de segurança, o desenvolvimento não pode ser relegado a um segundo plano. Para continuar no centro da ordem mundial, a ONU precisa passar por uma reforma.

Embaixador Pickering, amigos,

É interessante observar que muitas das críticas feitas ao gerenciamento da economia mundial antes da crise podem ser aplicadas também à área do desarmamento nuclear.

Em discussões sobre desarmamento nuclear, costumava-se lidar com verdades absolutas.

A fé inabalável na dissuasão é um bom exemplo desse tipo de pensamento dogmático.

Também seria justificável questionar se a não-proliferação, sem ser paralelamente acompanhada pelo desarmamento, é uma proposta com credibilidade ou segura.

E devemos nos perguntar se as armas nucleares são um meio apropriado de lidar com as ameaças de segurança do século XXI: terrorismo, conflitos interétnicos e crimes cibernéticos.

Foi necessária uma grande crise financeira para surgirem mudanças concretas em conceitos e práticas que estavam fadadas ao fracasso na esfera econômica.

É sensato esperar por uma grande crise de segurança - ou mesmo uma grande crise nuclear - para dar os passos necessários para a progressiva eliminação das armas nucleares?

É animador ver que, no meio de toda essa reflexão sobre a governança global, o desarmamento nuclear está mais uma vez no topo da agenda internacional.

Em 1995-96, juntamente com alguns dos ilustres presentes, fui membro da Comissão de Camberra.

O período após a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria foi de otimismo prudente com relação às possibilidades de desarmamento nuclear.

O relatório da Comissão de Camberra estabeleceu uma rota gradual e segura para a eliminação de armas nucleares.

Alguns anos depois, na Conferência de 2000 do TNP, junto com os nossos parceiros da Coalizão da Nova Agenda, o Brasil desempenhou um papel crucial na elaboração de um plano de ação realista e inovador, negociado com os Estados detentores de armamentos nucleares.

Esse programa, conhecido como “os 13 passos”, incluía, além de algumas medidas práticas, um compromisso inequívoco dos Estados nucleares. Alguns de nós, talvez ingenuamente, tivemos a esperança de que a realidade finalmente começaria a mudar.

Infelizmente, a maioria dessas promessas ficaram no papel. De fato, a última década não foi gentil com o desarmamento nuclear. Em alguns aspectos, não conseguimos avançar. Em outros, houve retrocesso.

Mas, como um otimista inveterado, permito-me contagiar por uma moderada esperança. O

compromisso dos Estados Unidos e da Rússia com um mundo livre de armas nucleares e o discurso do Presidente Obama em Praga geraram expectativas positivas.

A promessa do Presidente Obama de que os Estados Unidos estão comprometidos a “buscar a paz e a segurança de um mundo livre de armas nucleares” fez soar novamente cordas que estavam mudas.

Mas para que a visão dos Presidentes Obama e Medvedev de um mundo livre de armas nucleares não continue sendo apenas isso -- uma visão --, o ímpeto deve ser mantido.

Não faltam idéias acerca de como chegar a zero armas nucleares: ONGs, a sociedade civil e cientistas e intelectuais vêm contribuindo para este debate. É particularmente encorajador ver vários líderes proeminentes envolvidos neste esforço.

Para mencionar apenas algumas iniciativas de alguns dos participantes que estão aqui:

- Gareth Evans, junto com Yoriko Kawaguchi e outros membros da Comissão Internacional sobre Não-Proliferação e Desarmamento Nuclear, retomaram, expandiram e atualizaram as questões discutidas em Camberra há 14 anos.

- Os ex-Secretários George Schulz, William Perry e Henry Kissinger, junto com o ex-Senador Sam Nunn, conseguiram, desde 2007, reposicionar o debate nos Estados Unidos, o ator mais crucial de todos.

- O Embaixador Ékeus e o SPRI redobram a sua mobilização pela causa do desarmamento nuclear.

- O movimento Global Zero merece elogios por colocar a total eliminação de armas nucleares em primeiro plano e por oferecer um esquema confiável para atingir esse objetivo.

Senhoras e Senhores,

Em três meses, teremos outra conferência de revisão do TNP. Não podemos permitir outro fracasso, tal como o de 2005.

Devemos partir das decisões alcançadas em 2000 e ajustá-las à realidade presente.

Em larga medida, o sucesso de 2000 - o qual foi apenas relativo, já que não se materializou - deveu-se a intenso diálogo entre a Coalizão da Nova Agenda e os Estados detentores de armas nucleares.

Estou confiante de que tal acordo pode ser alcançado novamente, com a participação de outros países igualmente desiludidos com as noções de dissuasão nuclear ou de guarda-chuva nuclear.

No longo prazo, o TNP só pode sustentar-se caso seus três pilares - desarmamento, não-proliferação e usos pacíficos da energia nuclear - sejam manejados de maneira equilibrada.

É vital que não seja negado, a nenhum país, o direito de desenvolver energia nuclear com fins pacíficos, incluído o enriquecimento, desde que de acordo com os requisitos da AIEA.

O equilíbrio entre o desarmamento e a não-proliferação é particularmente importante.

Quarenta anos após a entrada em vigor do Tratado, os Estados não-nucleares - com uma notável exceção - mantiveram sua promessa de não adquirir armas nucleares.

Os cinco Estados que detêm armas nucleares, no entanto, ainda estão longe de cumprir sua parte da barganha.

Desde o fim da Guerra Fria, as reduções de armas têm ocorrido, mas não podem ser vistas como parte de um caminho seguro em direção ao cumprimento da promessa do desarmamento.

Causa espécie que venham nos dizer que o TNP está em crise em função de um alegado ritmo alarmante de proliferação.

Se há crise no TNP, é principalmente em função da falta de desarmamento, muito mais do que da tendência à proliferação.

Causa particular preocupação o fato de que o desenvolvimento qualitativo de arsenais nucleares

não cessou. Novas armas nucleares e seus sistemas de transporte estão sendo projetados.

Bilhões de dólares são gastos em programas nucleares militares. A redução de estoques não levará ao verdadeiro desarmamento enquanto continuar a corrida armamentista qualitativa.

O desarmamento e a não-proliferação reforçam-se um ao outro. Ignorar aquele e enfatizar este - como se minhas armas nucleares fossem aceitáveis, mas as suas ou as deles, não - é uma lógica que o Brasil e muitos outros países não podem aceitar.

O fracasso no cumprimento das obrigações contidas no Artigo VI do TNP solapam o regime de não-proliferação. Enquanto alguns Estados possuírem armas nucleares, outros Estados ficarão tentados a adquiri-las ou desenvolvê-las.

O Plano de Ação Global Zero está absolutamente correto em afirmar que “enquanto as armas nucleares existirem, continuarão a disseminar-se”.

A própria existência de armas nucleares reduz a segurança dos Estados, de todos os Estados. Um mundo no qual a existência de armas nucleares continua a ser aceita é intrinsecamente inseguro.

É inseguro porque políticas de comando e de controle apenas - o simples gerenciamento de um mundo nuclear - não são nada tranquilizadoras.

É inseguro porque a tecnologia para a construção de um arsenal nuclear é perfeitamente alcançável para um grupo de países não-detentores de armas nucleares.

É apenas a crença de que armas nucleares serão eliminadas no futuro próximo que pode nos oferecer garantias de que esses Estados permanecerão afastados do caminho da proliferação.

Caros amigos,

O desarmamento é um processo longo, caro e complexo. Mas é uma decisão política

tanto quanto a decisão de não-proliferar.

É necessário que se defina um horizonte temporal para o desarmamento nuclear. O programa apresentado no Plano de Ação Global Zero, composto de quatro fases, ao longo de 20 anos, é uma contribuição realista e bem-vinda a este debate.

Estou seguro de que ele pode ser combinado com esquemas prévios, tal como aquele delineado pela Comissão de Camberra e outras propostas mais recentes.

A perspectiva de conclusão do processo de negociação do START é sinal encorajador.

Juntos, os EUA e a Rússia possuem quase 90% de todas as armas nucleares existentes. O Global Zero tem razão em esperar que essas nações assumam a liderança e demonstrem resultados concretos em suas negociações.

Os outros Estados que possuem armas nucleares devem juntar-se ao processo o quanto antes.

Precisamos ir além das reduções nucleares unilaterais, por mais importantes que sejam. O zero global não resultará de iniciativas esporádicas e isoladas.

Um programa de ação sistemático e abrangente, como o dos 13 passos, é crucial.

Claro que este número - 13, apesar de sua mágica - não é sacrossanto. Pode ser 13, ou 20, segundo a proposta do relatório Evans-Kawaguchi.

As questões não é tanto a adição de mais passos, algumas vezes pela subdivisão de um deles. O mais importante é a redução desse número, agindo de maneira firme e decisiva para implementar esses passos.

Uma mudança de cultura também é necessária. As doutrinas de defesa que legitimam e antevêm o uso de armas nucleares devem ser alteradas.

Um dos maiores méritos da Comissão de Camberra foi precisamente o de dissecar e desconstruir, com precisão, os argumentos

comumente usados em defesa das armas nucleares.

Uma indicação da disposição de redefinir essa visão tradicional na revisão da política nuclear em andamento no governo americano seria uma demonstração decisiva de liderança.

Embaixador Pickering, Colegas,

Claro que, assim como o Presidente Obama, não somos ingênuos. Reconhecemos os muitos desafios ao regime de não-proliferação nuclear.

O Brasil está preocupado com a possibilidade de que armas nucleares sejam desenvolvidas por outros Estados além daqueles que já as possuem. Assim como outros países, também receamos que tais armas caiam em mãos de terroristas.

A Cúpula de Segurança Nuclear, a ser realizada em Washington, em abril próximo, será uma oportunidade-chave para tornar o mundo um lugar mais seguro.

Mas a verdadeira segurança e a existência de armas nucleares são conceitos que não podem conviver juntos.

Atualmente, o mundo lida com as supostas implicações militares do programa nuclear iraniano.

O Embaixador Pickering escreveu, recentemente, artigo acerca do que denominou “miopia tática” na forma como as negociações com o Irã estavam sendo conduzidas.

Estou completamente de acordo com seu conteúdo.

Acredito, por isso, que a proposta da AIEA, que prevê a troca de urânio enriquecido a 3,5% por combustível para o reator de Teerã, é uma oportunidade que não deveria ser desperdiçada.

Não porque irá resolver todas as questões, mas porque tem o potencial de destravar um diálogo extremamente necessário entre o Irã e o Ocidente.

Na opinião do Brasil, as negociações em torno do conceito básico da proposta da AIEA

ainda não estão esgotadas.

Senhoras e Senhores,

O Brasil tem autoridade moral para exigir o progresso no campo do desarmamento nuclear e da não-proliferação.

Nossa Constituição é uma das poucas no mundo que estipula o uso da energia nuclear apenas para fins pacíficos. Dez anos após a aprovação dessa Carta, nosso Congresso Nacional, ao votar a ratificação do TNP, estabeleceu a obrigação de nosso Governo em avançar no campo do desarmamento nuclear.

Nos anos 80 e 90, o Brasil e a Argentina iniciaram um processo inédito de estabelecimento de confiança que poderia servir de inspiração para outros países.

Este processo levou à criação de uma agência bilateral de contabilidade e controle - a ABACC - e à conclusão de um acordo quadripartite abrangente de salvaguardas com a AIEA.

Esse tipo de pensamento criativo e a ação coordenada serão necessários em todos os níveis - bilateral, regional e multilateral - para alcançarmos um mundo sem armas nucleares.

Não podemos repetir velhas fórmulas que preservam ou replicam a mentalidade da Guerra Fria.

Assim como em outros temas-chaves da agenda internacional - tais como a mudança climática, a crise financeira, a segurança alimentar e energética - as soluções advirão apenas da ação concertada no âmbito do quadro multilateral.

O papel da Conferência sobre o Desarmamento, na qualidade de órgão negociador multilateral essencial, deve ser revitalizado. Seu Programa de Trabalho deve ser implementado sem demora.

Embaixador Pickering, Senhoras e Senhores,

Hoje, as armas nucleares não são necessárias nem do ponto de vista da segurança, nem como símbolo de status.

Elas são a incorporação de uma era passada, na qual o domínio da tecnologia para a produção de armas nucleares era o passe para o andar de cima do clube político; uma era na qual apenas alguns corajosos se opunham às grandes somas de dinheiro gastas na acumulação de armas, e não no bem-estar das pessoas ao redor do mundo.

Estima-se que o trágico terremoto que ceifou tantas vidas no Haiti liberou a energia de várias armas nucleares. O custo para reconstruir o Haiti é provavelmente inferior àquele para produzir e manter o número equivalente de bombas verdadeiras.

Os argumentos usados para defender as armas nucleares não são mais justificáveis, se é que em algum momento o foram. A era do equilíbrio do terror acabou.

A persistência das armas nucleares é um obstáculo sério à verdadeira democratização das relações internacionais. É, também, um risco assustador.

Um novo pacto para a promoção da paz, da segurança, da solidariedade e do desenvolvimento é uma tarefa urgente. As armas nucleares não encontram abrigo nesse pacto.

Como de costume, a liderança política é essencial. Todos aqui estamos em uma posição para exercer certa influência.

Vamos fazê-lo.

Antes de agradecer-lhes, eu gostaria de citar uma passagem, como fiz na Conferência do TNP em 2000, de “A Consciência de Zeno”, de Italo Svevo, publicado após a Primeira - não a Segunda - Guerra Mundial:

“Quanto se exaurirem todos os gases venenosos, um homem, de carne e osso como todos os outros homens, no silêncio de seu quarto, inventará um explosivo de tal poder que todos os explosivos existentes parecerão inofensivos brinquedos em comparação. E outro homem, feito à sua imagem e à imagem de todo o resto, mas um pouco mais fraco do

que eles, roubará esse explosivo e rastejará até o centro da Terra com ele, e o ajustará exatamente onde ele calcula que terá o efeito máximo. Haverá uma tremenda explosão, mas ninguém a escutará, e a Terra retornará a seu estado nebuloso e vagará pelo céu, livre, afinal, dos parasitas e das doenças.”

Vamos trabalhar para que essa profecia não se concretize.

Muito obrigado.

XXI CÚPULA DO GRUPO DO RIO E II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CALC) - CANCÚN

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE A SESSÃO DE ENCERRAMENTO DA XXI CÚPULA DO GRUPO DO RIO E DA II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (CALC) - CANCÚN, MÉXICO, 23/02/2010

Todos nós estamos aos poucos descobrindo que a única saída que nós temos é trabalhar fortemente a nossa integração. E trabalhar a nossa integração significa nós nos confrontarmos com as instituições multilaterais existentes hoje e que não funcionam adequadamente.

Ora, vejamos a nossa atitude, aqui, em solidariedade à Argentina, no caso das Malvinas. Qual é a explicação geográfica, política, econômica de a Inglaterra estar nas Malvinas? Qual é a explicação política das Nações Unidas já não terem tomado uma decisão e dizer: “Não é possível. Não é possível que a Argentina não seja dona das Malvinas, e seja um país que está a 14 mil quilômetros de distância o dono das Malvinas”.

Ora, será que é o fato de a Inglaterra participar do membro... como membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que a eles pode tudo e aos outros não pode nada? Eu... a companheira Cristina já foi embora, mas eu penso que é importante dizer aqui o seguinte, ou seja, é preciso que a gente comece a instigar para que o Secretário-Geral das Nações Unidas

reabra esse debate com muita força, dentro das Nações Unidas. O momento político é exatamente esse. Já que nós temos temas, eu queria fazer um apelo aos presidentes da América Latina e do Caribe: muitas vezes, nós evitamos discutir determinados assuntos porque nós temos divergências com outros países, mas é inexorável que a gente discuta o papel do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não é possível que as Nações Unidas continuem com um Conselho de Segurança representado pelos interesses geopolíticos da Segunda Guerra Mundial e não leve em conta todas as mudanças que aconteceram no mundo. Ora, por que a gente não muda? Ah, porque a Itália não quer a Alemanha, porque a China não quer o Japão, porque o México não quer o Brasil ou o Brasil não quer o México, porque na África não se entendem. Ora, meu Deus do Céu.

Ora, se nós formos pequenos e não tivermos coragem de enfrentar esse debate e que a gente esteja representado regionalmente, a ONU vai continuar a funcionar sem representatividade e os conflitos do Oriente Médio vão ficar por

conta dos interesses eminentemente norte-americanos, quando, na verdade, era a ONU que deveria assumir a responsabilidade de estar negociando a paz no Oriente Médio. Era a ONU que deveria estar negociando as discussões com o Irã. Por que a ONU se afasta e os países individualmente tratam desses assuntos? É porque a ONU perdeu representatividade e porque muitos dos países que participam do Conselho de Segurança preferem a ONU frágil para que eles possam desobedecer às decisões da ONU e fazer do seu comportamento enquanto nação a grande personalidade de governança mundial.

Então esse é um assunto que eu espero que em alguma reunião seja colocado na pauta para a gente discutir com muita força e com muita vontade. Nós percebemos uma coisa importante que aconteceu em Copenhague por ocasião da questão do clima. Certamente nem a União Europeia, nem o Japão, nem os Estados Unidos levaram em conta a existência do continente africano e dos seus interesses na questão climática. Não levaram em conta a questão de vários países da América do Sul, da América Latina que estavam lá representados. Havia um determinado momento em Copenhague em que a grande culpada era a China, ou seja, tudo era feito para que se negasse o Protocolo de Quioto, para que tirasse dos europeus a responsabilidade com as metas e com os financiamentos e que jogasse nas costas da China a responsabilidade pelo fracasso da questão... da questão do clima.

Aqui, a Colômbia e a Argentina participaram de uma reunião às 3 horas da manhã, 4 horas da manhã, em que eu fiz questão de dizer que nem no tempo de sindicalista eu fiz uma reunião tão desorganizada como aquela em que estavam presentes os presidentes da França, da Alemanha, da Itália, da Suécia, da Holanda e de tantos outros países importantes, inclusive com representação dos Estados

Unidos. Leonel, você não tem dimensão da pobreza de espírito, não tem dimensão. Presidentes de países importantes discutindo parágrafos, discutindo artigos, para ver se se colocavam de acordo para questionar a China no dia seguinte.

Nós... Eu penso que os países que estiveram lá, dos que fizeram uso da palavra, da América do Sul, se posicionaram corretamente bem. Eu ouvi falar o Uribe, eu ouvi falar o Chávez, eu ouvi falar o Evo Morales, e eu penso que nós temos demonstração, companheiro Raúl, no final, quando nós fizemos uma reunião na China, da África do Sul, da Índia e do Brasil em que o Obama pediu para participar da reunião, eu acho que nós demos ali o tom de que é possível no México, este ano, a gente encontrar uma fórmula de ter um acordo levando em conta as responsabilidades diferenciadas. Porque não é possível que os países ricos se proponham a dar uma quantia em dinheiro muito pequena e falam como se estivessem dando uma quantia em dinheiro muito grande.

Eles agem, Leonel, como se estivessem prestando um favor, quando, na verdade, nesses 200 anos foram eles que poluíram o planeta e que, portanto, não existe favor, é pagamento de dívida, é uma reparação que eles estão fazendo. E eu estou convencido de que com o espírito revolucionário do povo mexicano nós vamos aqui conseguir firmar ao acordo que não conseguimos fazer em Copenhague. E eu fiz questão de dizer no meu discurso que Copenhague não deu certo porque não tinha organização e não tinha coordenação. Não tinha conversa, esse é o fato concreto e objetivo.

Bem, aqui... eu penso que foi muito rica a discussão sobre o Haiti. Eu trago um apreço pela história do Haiti, primeiro país negro do nosso continente a conquistar a sua independência, mas também um país

condenado ora por embargo, ora por invasões, ora por ocupações, ora por governantes ladrões, ditadores. O dado concreto é que o Haiti já estava em uma miséria muito grande antes do terremoto. O terremoto veio apenas agravar a situação do Haiti e sensibilizar a todos nós. No caso do Brasil, além das quase 300 mil mortes que disse o companheiro Préval, nós perdemos pessoas muito queridas nossas - além dos 18 soldados, perdemos uma grande mulher chamada Zilda Arns e o nosso representante nas Nações Unidas.

Bom, qualquer dinheiro que o Brasil der, qualquer coisa vai ajudar o Haiti, mas não vai recuperar a vida das pessoas que morreram. Entretanto, eu tenho a convicção de que as pessoas que estavam lá, sobretudo, sabiam que estavam lá para correr qualquer risco, e a morte é um dos riscos que nós nos subordinamos quando estamos em uma luta como aquela de restabelecer a paz no Haiti. De forma que eu penso que as decisões tiradas aqui com o Haiti são pouco diante do que a gente precisa fazer. O Haiti nós temos que pensar em longo prazo. Não existe possibilidade de se recuperar o estrago feito pelas centenas de governantes irresponsáveis que teve o Haiti, o estrago feito pelo terremoto, o estrago feito por tudo o que é da história do Haiti em poucos anos.

O que é necessário é que haja determinação nossa de cada vez mais sermos solidários com os companheiros do Haiti, sempre levando em conta que nós precisamos todo santo dia dizer que é necessário fortalecer o governo eleito democraticamente no Haiti. E que grande parte dos recursos que a gente tiver que dar, tem que passar pela orientação do governo do Haiti. Isso precisa ficar muito claro porque senão, daqui a pouco, está todo mundo governando o Haiti menos o presidente eleito democraticamente e o primeiro-ministro. Então é preciso que a gente sempre tenha cuidado com isso.

Por último, dizer aos companheiros que eu fico muito gratificado. Eu não sou... não sou pessimista, o que, muitas vezes, alguns companheiros são nos nossos encontros internacionais. Eu não sou pessimista, ou seja, mesmo tendo 50 anos de bloqueio a Cuba, eu sempre trabalho com a expectativa de que não estará longe o dia em que apareça um governo e diga: “Olha, não tem mais nenhuma razão de continuar bloqueando... É preciso...”. E isso vai acontecer na medida em que a gente em cada reunião se manifeste, em cada reunião aprove um gesto de solidariedade, em cada conversa como os governantes americanos a gente discuta isso. Isso não pode ser um assunto para uma reunião a cada dois anos, isso tem que fazer parte do nosso cotidiano.

Eu sou daqueles que acredito que nós só teremos chance de nos desenvolvermos, de crescermos economicamente, de fazer distribuição de renda, de fazer a reparação da dívida social que nós temos em nosso continente com a parte pobre se a gente estiver em paz e tiver tranquilidade. Por isso essa criação da Comunidade Latino-Americana e Caribenha é uma coisa que se eu não tivesse participado de outra coisa a nível internacional, eu penso que teria valido a pena a gente ter convocado a primeira e a segunda reunião.

De forma, companheiro Calderón, que eu quero dizer para vocês que é gratificante viver esse dia no México. Eu não esperava que nós chegássemos tão rápido a criar a Comunidade, eu não esperava. Mas eu penso que isso me motiva a dizer a todos vocês: não há nenhuma razão para nós sermos pessimistas. Nenhuma razão. E eu digo sempre o seguinte: quanto mais angustiados nós estivermos, nós temos que olhar o que era o nosso continente, há dez anos, há 12 anos, há 15 anos, há 20 anos, para a gente dizer: “Avançamos de forma extraordinária. Não resolvemos ainda todos os problemas sociais, mas estamos

consolidando a democracia como em nenhum outro momento desses 200 anos lutando pela independência”.

E isso fica demonstrado em uma maioria aqui... que não está presente Honduras aqui. E não está presente por uma razão muito simples: é porque mesmo tendo eleições lá, sabe... sabe que aquelas eleições foram convocadas de forma equivocada, que se trincou um mandato de um homem eleito democraticamente pelo voto e a gente não pode aceitar nem por brincadeira que essa experiência de juntas militares de Honduras prevaleça em outros países da América Latina e do Caribe. Porque daqui a pouco eles resolvem entender que qualquer um de nós é demais, e portanto, nos afastam para que eles coloquem a ordem.

E a ordem em Honduras era o Zelaya ter terminado o seu mandato, ter convocado um processo eleitoral, e ter passado o mandato para quem tivesse sido democraticamente eleito. Eu penso que o comportamento de todos nós... De vez em quando recebem crítica de algum setor da imprensa, mas eu tenho a convicção de que o comportamento do Grupo do Rio, o comportamento da OEA na condenação foi a coisa mais justa e mais democrática que nós fizemos.

Por isso eu queria reconhecer e dar os parabéns a todos os companheiros. E aqui todos nós aprendemos uma coisa fantástica, aqui todos nós já aprendemos, ou seja, numa reunião como essa não existe gente de direita ou gente de esquerda apenas, porque quando nós sentamos aqui nós somos chefes de Estado. E chefes de Estado sem abrir mão das suas convicções ideológicas são obrigados a fazer os tratados e acordos que são possíveis serem feitos e a questão ideológica, muitas vezes, não é colocada como prioridade, mas é a relação entre os Estados que muitas vezes leva em conta.

Portanto, parabéns companheiro Calderón pela condução dessa reunião e parabéns aos companheiros pela criação da Comunidade Latino-Americana e Caribenha.

**CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TROPAS BRASILEIRAS
DA MISSÃO DA ONU NO HAITI (MINUSTAH)**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
CERIMÔNIA DE FORMATURA DAS TROPAS BRASILEIRAS DA MISSÃO
DA ONU (MINUSTAH) - PORTO PRÍNCIPE, HAITI, 25/02/2010

Brasileiros em missão no Haiti,
Meus amigos, Minhas amigas,
Embaixador brasileiro no Haiti,
Oficiais-generais aqui presentes,

Vim ao Haiti para expressar a solidariedade brasileira com esse sofrido povo irmão. Quero reafirmar nosso compromisso em ajudar na reconstrução deste país, que tem dado provas de grande coragem e muita vontade de viver. Mais do que nunca, essa é a missão do Brasil no Haiti: ajudar o país a reencontrar o caminho do desenvolvimento. Esse é o sentido da nossa presença à frente da Minustah. É por essa razão que estou aqui no Brabatt, o orgulhoso batalhão brasileiro.

Quero homenagear todos os brasileiros que perderam sua vida na causa da paz. Deram um testemunho de solidariedade que continuará a inspirar a generosidade da sociedade brasileira. Entre os civis, perdemos a fundadora da Pastoral da Criança, doutora Zilda Arns, e o representante-adjunto da ONU para o Haiti, Luiz Carlos da Costa. Dezoito jovens militares brasileiros tampouco morreram em vão. Deixaram um exemplo de dedicação e profissionalismo. Contribuíram para o reconhecimento de que as Forças Armadas brasileiras hoje gozam por sua presença no

Haiti. Seus nomes sempre serão lembrados por uma pátria comovida e eternamente grata.

A Minustah vinha dando um exemplo extraordinário de como é possível garantir segurança sem esquecer as aspirações ao bem-estar e à dignidade deste povo. As tropas brasileiras são universalmente reconhecidas por sua capacidade de estabelecer laços de confiança e solidariedade seja onde estiverem. Seu êxito em levar paz e tranquilidade aos bairros pobres de Porto Príncipe é reconhecido, admirado e copiado. Com o terremoto, o país sofreu um grave retrocesso. Grande parte da infraestrutura física foi destruída ou seriamente danificada. Um povo que vivia em condições materiais precárias agora enfrenta o desafio da sobrevivência. Confiamos na determinação do povo haitiano em retomar a caminhada da reconstrução da maior estabilidade política, da participação democrática. É o que nos garantem as incontáveis demonstrações de heroísmo e de solidariedade nos dias e semanas que se seguiram ao terremoto. Compartimos a dor e o sofrimento daqueles que perderam familiares e bens. Vamos ajudar a reconstruir vidas, moradias e infraestrutura.

O Brasil e a Minustah vão perseverar, pois sabemos que os haitianos não desistirão.

Nisso nos inspiramos pela vontade indomável de viver daqueles que sobreviveram dias e semanas debaixo de escombros. Nunca deixaram de acreditar no resgate, assim como aqueles que escavaram, sem pausa, com as próprias mãos. É com esse mesmo sentido de urgência e dedicação que aviões da FAB estão levando diariamente assistência humanitária ao Haiti e estão na linha de frente da presença brasileira.

O navio Almirante Saboia está levando... está trazendo 180, ou melhor, 80 toneladas de alimentos, 100 toneladas de medicamentos e 16 toneladas de água. Sessenta e três médicos do Exército brasileiro, junto com 11 civis voluntários, além de dois helicópteros foram enviados ou foram trazidos para o Haiti. Esse é um esforço nacional. A sociedade civil e empresas brasileiras também estão mobilizadas para ajudar. Só as ONGs já arrecadaram centenas de milhares de reais. No entanto, passada a atual emergência, o Haiti continuará confrontado com o desafio de gerar capacidade produtiva que dê sustentação econômica ao País. Precisamos buscar respostas de longo prazo para ajudar o Haiti a encontrar novas vocações econômicas. Só assim poderá superar uma longa história de opressão, pobreza e desesperança.

O compromisso brasileiro com o Haiti é de longo prazo. Prova maior disso é nossa determinação em viabilizar a hidrelétrica de Artibonite, que fornecerá água e energia para a reconstrução do Haiti. Na Conferência para Reconstrução do Haiti, em março, vamos aproveitar a renovada mobilização e solidariedade internacional. Para enfrentar esse novo desafio, a Minustah vai crescer.

Estamos dobrando o seu contingente que será reforçado com mais 750 militares e 150 policiais do Exército. Sei que o Brasil poderá contar com vocês nesse novo desafio. E eu queria, Comandante, dizer aqui que embora vocês não precisem de medalhas, eu poderia dizer que poucas vezes na história do Brasil as Forças Armadas foram motivo de tamanho orgulho para o povo brasileiro como as Forças Armadas têm sido pelo seu comportamento no trabalho à frente da Minustah.

Parabéns, e que continuem sendo motivo de orgulho para o povo brasileiro. Um abraço e boa sorte.

“CICLO DE PALESTRAS” NA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE-PR)

PALESTRA DO MINISTRO CELSO AMORIM NO “CICLO DE PALESTRAS” NA SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (SAE-PR) - BRASÍLIA , 25/02/2010

Hoje vou falar sobre algumas das linhas de força da nossa política externa, tentando inseri-las na atual conjuntura internacional. Acompanhei, recentemente, o Presidente Lula nessa reunião no México que resultou na criação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe. E para mim foi particularmente especial porque foi a primeira vez que voltei a Cancun depois da Reunião Ministerial da Organização Mundial do Comércio de 2003.

E por que a volta a Cancun foi expressiva? Porque, embora a política externa do Governo do Presidente Lula tenha muito claramente manifestado suas prioridades, sua maneira de ver o mundo - demonstrou, por exemplo, quando houve a crise do Iraque, uma atitude real e profunda em busca de soluções pacíficas para o conflito -, não tinha havido ainda um grande teste para nossa capacidade de enfrentar pressões externas e internas (e grande parte da mídia interna reflete intensamente as pressões externas).

Então, o primeiro grande teste que nós tivemos foi a reunião da OMC em Cancun. Naquela época, supunha-se que ia haver uma conclusão das negociações. Isso não quer dizer que todos os detalhes técnicos já estivessem acertados, mas os elementos básicos da Rodada de Doha (de negociações das regras do

comércio internacional) poderiam - pensava-se - ser concluídos naquela ocasião.

Formou-se uma pressão muito forte para que houvesse essa conclusão, e foi feito um documento pelo presidente do Conselho Geral da OMC e levado a Cancun. Obviamente, aquele documento era muito desequilibrado, mas para quem conhece reuniões ministeriais, é sempre muito difícil ter uma batalha contra um documento que já está colocado sobre a mesa. Uma das táticas que você tem quando se está em uma negociação internacional é discutir sobre a base do seu papel e não sobre a base do papel dos outros.

O fato é que o papel que estava sobre a mesa, o documento - o projeto de ata final da reunião - era um projeto muito desfavorável para nós. Para se ter uma ideia, quase nada havia sobre subsídios agrícolas, e havia muito pouco sobre dumping, que era talvez o tema de maior interesse do Brasil, e também muito pouco sobre outras questões que poderiam interessar a outros países em desenvolvimento. No entanto, havia muito sobre abertura dos mercados industriais, do mercado de serviços, sobre a abertura para compras governamentais, etc.

Então, fomos para aquela reunião na defensiva. Tratava-se quase de virar a mesa, mas virar a mesa na área internacional

não é muito simples, porque é preciso ter certa legitimidade para fazer isso. Não se deve chegar no momento de conclusão da negociação e simplesmente parecer que está obstruindo tudo. Nós já tínhamos começado antes um trabalho de aglutinação de outros países em desenvolvimento, sobretudo Índia, Argentina, África do Sul e, aos poucos, foram aderindo outros países que não estavam contentes com aquele projeto de ata final que se preparava para apresentação e discussão em Cancun.

Quando chegamos a Cancun, a situação era ainda muito desfavorável e tratamos logo de congregar esses países que estavam conosco. Fizemos várias reuniões e, em cinco dias, as pessoas foram percebendo a importância do G-20 [grupo de 20 países em desenvolvimento]. Atualmente, esse G-20 ficou um pouco obscurecido pelo outro mais importante, o dos presidentes, que discute as questões financeiras e econômicas do mundo. Mas quem sabe o atual (embora existisse o G-20 no FMI) tenha ganhado força e legitimidade em razão do G-20 anterior? Quando formamos o G-20, havia um pouco aquela ideia de que aquilo era mais uma tentativa de países em desenvolvimento de criar caso, dificuldade, mas que, na hora mesmo da negociação, todos iriam ceder e as grandes potências, sobretudo, União Europeia e Estados Unidos, seriam capazes de impor a sua vontade.

Houve certo espanto, porque o processo não se deu assim, porque as ideias foram evoluindo e o G-20 funcionou com grande unidade. Na realidade, quando terminamos a reunião eram até mais do que vinte países, depois houve uma reversão em decorrência de pressões e, no momento, são mais de vinte novamente. Mas, enfim, ele foi crescendo, ganhando unidade e nós fizemos reuniões com o Diretor-Geral, por exemplo, mas sobretudo com a União

Europeia e com os Estados Unidos. Foi uma grande surpresa, sobretudo para os Estados Unidos, porque eles esperavam que fossem discutir com vinte países, esperavam que cada um ia levantar o seu ponto - os pontos não são naturalmente idênticos - e isso os ajudaria a levar, como sempre tinham levado no passado, a Conferência para os objetivos que eles tinham. Na realidade, o G-20 falava em nome de todos. Então não era o Paraguai falando em nome do Paraguai, o Brasil falando em nome do Brasil, a China falando em nome da China. Com isso, verificou-se que havia uma grande unidade que não foi quebrada e, obviamente, que o centro do G-20 era, sobretudo, a questão agrícola. Com a evolução da conferência, conseguimos evitar o que teria sido um acordo muito ruim naquele momento.

Até hoje, a imprensa tem desenhado isso como o “fracasso de Cancun”. Para nós, Cancun não foi um fracasso. Fracasso teria sido concluir Cancun em bases totalmente assimétricas e desvantajosas para os países em desenvolvimento. Claro que houve outros movimentos, acho que o fato de o G-20 estar bem organizado também inspirou outros países em desenvolvimento - no caso, países africanos, países de menor desenvolvimento relativo - a se articularem em torno de outras questões que para eles eram mais prementes talvez e, com tudo isso, na realidade, não se pôde concluir Cancun.

Tivemos na época não só uma batalha na mesa de negociação - é como se diz: “O diabo sabe das coisas não porque é esperto, mas porque é velho” - então, como eu já tinha vivido já várias ocasiões desse tipo, aprendi naquela ocasião também a disputar não só na mesa de negociação, mas também na mídia. Porque o comum nessas situações é que a versão que saía nos primeiros dias era sempre a versão dos países desenvolvidos, em que países como Brasil e Índia, atrapalhavam as

negociações e criavam dificuldades. Porém, aos poucos isso foi se modificando e ficou claro que tínhamos objetivos totalmente legítimos, porque o que estávamos querendo era que os nossos produtos agrícolas pudessem competir em condições de igualdade, e não competir com o Tesouro dos Estados Unidos, ou com o da União Europeia, que subsidiam altamente a sua produção.

Conseguimos alterar, não totalmente - pelo menos um pouco - essa percepção em vários setores da mídia, sobretudo a internacional, que passou a se interessar pelo G-20. O fato é que, ao fim da reunião do G-20, ao fim de Cancun, esse perigo de que as relações ficassem totalmente desequilibradas contra nós acabou sendo evitado. E não só isso. Mais importante do que isso é que, com a questão de Cancun, a nossa posição dentro da OMC mudou totalmente. Quem acompanha esse tema, mesmo quem acompanhou de longe, viu que houve uma mudança substancial na maneira de negociar na OMC. Não chegamos a uma conclusão na Rodada Doha até agora, talvez porque, à medida que os países em desenvolvimento ganhavam força, as negociações se tornaram mais difíceis.

Naquela ocasião, quando se falava em uma negociação, havia uma entidade que era chamada o “Quad”. O “Quad” era a União Europeia (que na época era a Comunidade Europeia), os Estados Unidos, o Canadá e o Japão. Então, tudo era decidido entre eles. Depois que resolviam, eles levavam para um foro mais amplo e daí entravam Brasil, Índia, Argentina. Mas, se tivéssemos que mudar algo, isso não passava de uma vírgula, a substituição de um acento circunflexo por um acento agudo, porque a verdadeira essência da negociação era feita por esse “Quad”.

Quem acompanhou durante esses anos a negociação da OMC observa que se falava muito de G-4. Foi até algo interessante, porque

normalmente as metáforas do futebol passam para a política e, nesse caso, a metáfora da política passou para o futebol, o que eu acho que é um motivo de raro envaidecimento para nós. Mas, enfim, ouviu-se falar muito de G-4, só que o G-4 que substituiu de certa forma o “Quad” nesse tipo de articulação não era mais composto apenas de países ricos. Era composto por Estados Unidos, União Europeia, Índia e Brasil.

Nas negociações ocorridas em meados de 2008, quando parecia novamente que nós poderíamos ter chegado a um fim, a esses quatro se juntaram China, Japão e Austrália. Os países em desenvolvimento passaram a ter, portanto, papel central nas negociações - e isso foi uma grande mudança. Tal mudança obviamente não agradou. Dois dias depois de finalizada a reunião da OMC, Bob Zoellick, o atual Presidente do Banco Mundial e na época Representante Comercial dos Estados Unidos, escreveu um artigo no Financial Times. Era um artigo curto, em que a palavra “Brasil” aparecia cinco vezes - pode-se imaginar que não era de maneira elogiosa. Mas, quatro meses depois, o próprio Zoellick me telefonou, falou um minuto sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e quase 50 minutos sobre a OMC. Ele me propôs, então, que retomássemos a negociação.

O que o Brasil fez naquele momento? E por que estou dizendo isso? Porque enquanto ia do aeroporto a caminho da reunião de Cancun, fui me lembrando daquela reunião de 2003, em que o mundo viu que o Brasil era capaz de dizer “não” - mas de uma maneira que não era irracional e obstrucionista, mas de maneira qualificada. Não é simplesmente dizer “não, não quero; não vou fazer nada, não quero participar”, porque isso nós tentamos, de alguma forma, fazer na Rodada Uruguai, mas fomos levados de roldão porque esse tipo de posição não tem condição de prevalecer

no cenário internacional sem procurar alternativas, sem ser propositivo, que é o que o Brasil e os países do G-20 têm que fazer.

Essa articulação precisava ter legitimidade. Não bastava ser só Brasil, Índia e China porque senão parece que são só os grandes países em desenvolvimento em detrimento dos pequenos. Tivemos que nos articular com os africanos, tivemos que nos articular com os centro-americanos. Enfim, o G-20, desde o início, tinha países de menor desenvolvimento relativo, como a Tanzânia, tinha países centro-americanos. Alguns chegaram a sair e depois voltaram.

Por que estou mencionando esse momento? Porque ele foi, de alguma forma, estruturante da política externa brasileira. Foi um momento de teste. Porque definir no papel quais são os objetivos e até como alcançá-los, e quais são as dificuldades, é muito diferente de realmente começar a enfrentar as dificuldades. Ou seja, há uma grande distância entre dizer que o objetivo principal, ou de acordo com os nossos princípios, é defender a integração latino-americana - que está prevista, aliás, na Constituição - ou a soberania dos Estados ou a solução pacífica de controvérsias e, na situação concreta, ser capaz de defender esses pontos. Creio que naquele momento, por incrível que pareça, isso nos deu muita credibilidade em muitas outras negociações, incluindo, por exemplo, a negociação da Alca, que nós continuamos discutindo com os americanos.

O Brasil nunca aceitou realizar algo apenas por estar premido pelo tempo ou por pressões externas. Começamos, já no Governo Lula, logo no início das discussões, e havia um prazo para o Brasil apresentar as suas ofertas na Alca. Eu falei: “Não vou fazer isso”. Como é que um Governo que acaba de chegar, em 40 dias vai apresentar uma oferta em uma negociação tão complexa como a da Alca? E disseram: “Mas temos que fazer! Porque está combinado!”. Eu também não estou

criticando as pessoas do Governo anterior, porque até acho que eles não fizeram de má-fé, pois na realidade eles tinham que ter apresentado antes e preferiram não apresentar, pois haveria em breve um novo Governo, e tentaram ganhar um prazo. E aí não tivemos condições de fazer isso.

Com a questão de Cancun, nós ganhamos também uma credibilidade internacional que obrigou o próprio Governo americano a nos olhar com respeito e a ver que o Brasil não estava com implicância de natureza ideológica, ou que nós não queríamos nada, mas que nós tínhamos que defender os nossos interesses. Aliás, eu sempre disse que era muito difícil ter uma Alca, naquela época, que correspondesse aos interesses do Brasil. Mas se nós conseguíssemos fazer, por que não? Então negociamos. Chegamos até a alguns entendimentos que, no fim, não deram certo porque havia gente muito dogmática, sobretudo do lado deles, que queria outros resultados.

Por isso, quero dizer que Cancun foi um momento estruturante, e ficou claro internacionalmente e também para a opinião pública interna, apesar da maneira como a mídia dizia “fracasso em Cancun”, “Brasil, Índia e China responsáveis pelo fracasso em Cancun”. Sobre os mesmos fatos, comparei as manchetes brasileiras e as internacionais, sobretudo quando se referiam ao Brasil. Parecem duas histórias completamente diferentes, com a mídia brasileira sempre nos jogando para baixo: ou era fracasso ou era obstrução. Sempre uma palavra negativa. Na mídia internacional, era o contrário: “Brasil lidera grupo de países em desenvolvimento”. Uma percepção bem mais sofisticada daquilo que estava acontecendo.

Aquele foi um momento que, apesar dessas vicissitudes, mostrou, nacional e internacionalmente, que a nossa política externa era para valer. Que era, assim como o Presidente

Lula me encomendou quando fui convidado ao cargo, uma política externa “ativa e altiva”. Sem jogo de confrontação e de obstrucionismo a todo preço, mas com negociação.

Naquela mesma reunião de Cancun, no fim de algumas tensas negociações, o próprio Robert Zoellick disse: “O Brasil apresenta condições muito difíceis, mas vê-se que está trazendo propostas, então respeitamos”. Essa atitude gera respeito. Defender com firmeza o seu ponto de vista, ser capaz de propor, legitimar e negociar. É difícil, mas é o que fizemos. Isso foi um aspecto da política externa no plano da política comercial, que teve reflexos na negociação da Alca, que acabou não prosperando porque, evidentemente, não era para ser do jeito que atendesse aos interesses de países como o Brasil e outros. Teve todo esse impacto nas negociações com a União Europeia e na continuação da negociação comercial.

Fui a Cancun com o Presidente da República, no começo desta semana, para uma reunião também singular e de alguma maneira muito ilustrativa dos rumos da nossa política externa. Porque aquela era, depois da primeira que tivemos em Salvador, na Bahia, a segunda reunião de cúpula de todos os países da América Latina e do Caribe. E como o Presidente Lula frisou algumas vezes, nunca, em 200 anos de história, a América Latina e o Caribe haviam se reunido sem uma tutela externa. Um fato muito impressionante é que a América Latina e o Caribe podiam se reunir com os Estados Unidos no âmbito da Cúpula das Américas, sem Cuba. Poderia se reunir com a União Europeia, poderia se reunir sem os caribenhos, com na Cúpula Ibero-americana. Mas não podia haver reunião entre América Latina e o Caribe apenas. Não é impressionante? Eu fico muito impressionado com alguns retrospectos. O complexo de inferioridade é tal que qualquer ato de

autoafirmação, por mais inocente que seja, é visto como um desafio a uma potência externa - sobretudo em relação aos Estados Unidos. Podíamos até nos reunir com a Europa. Mas reunir só América Latina e Caribe, não podia. Esse movimento foi resultado de um processo que resultou, em grande medida, de uma linha de força da política externa brasileira.

Então, voltar a Cancun foi simbólico em relação à primeira manifestação, digamos, de real capacidade não só de agir independentemente, mas de agir articuladamente com outros países, como havia sido a reunião da OMC. Voltar a Cancun teve um significado simbólico porque nós sabemos que, nessas situações, a primeira reunião pode já encerrar questão. Mas quando você faz a segunda e vem a terceira, aquilo vai se firmando. Mas, nesse caso, foi até mais do que isso, porque houve uma decisão muito importante de se criar a Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe - a Celac. Essa decisão é marca de algo que a política externa brasileira ajudou a criar.

Mencionei recentemente, na parte internacional do Congresso do PT, que além de altiva e ativa, a política externa brasileira foi criativa. Porque muitos dos grupos que vemos hoje foram literalmente invenções da política externa brasileira. Não foram, no entanto, criados do nada. Em política não se pode inventar a partir do nada. Inventar é captar o potencial da realidade e transformar essa realidade virtual em realidade atual.

Muito antes desse episódio que relatei, que tem a ver com a integração da América Latina e Caribe de maneira muito mais ampla, concretizamos a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), que foi também um processo longo - e que também não foi retórico, ao contrário do que diziam os detratores, que são muitos, da nossa política externa, seja por indiferença ou porque não

acreditam no Brasil, ou por qualquer outra razão. A criação da Unasul foi um processo trabalhado com grande profundidade. Primeiro, politicamente. O Presidente Lula, no primeiro ano de Governo, recebeu todos os dirigentes da América do Sul. Em dois anos, ele havia visitado todos os países dessa região. Houve um trabalho político em torno disso, mas também houve um trabalho para transformar essa realidade em algo concreto, que vai além da retórica.

Inicialmente, trabalhamos fortemente para ter uma área de livre comércio na América do Sul. E não foi uma tarefa fácil. A primeira pessoa que falou em uma área de comércio sul-americana foi o Presidente Itamar Franco, em uma reunião do Grupo do Rio, em Santiago do Chile, em 1993. Pouco depois, numa reunião da Associação Latino-Americana de Integração (Aladi), em Montevideu, coube a mim explicar como se poderia fazer essa área de livre comércio sul-americana. Naquela época já se começava a falar de uma Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa). Não estava ainda definida com esses termos, mas já se falava muito da expansão do Nafta [sigla em inglês do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio]. Tudo que se falava era que receberíamos uma irradiação distante da luz, que viria do Norte. Quer dizer, o Nafta ia ser expandido aos poucos e chegaria até o Cone Sul. Então, quando fomos lá falar de não de Alca, mas de Alcsa, a repercussão variou entre a hostilidade e a indiferença. Depois houve uma reunião presidencial - também vamos reconhecer o que aconteceu durante o Governo Fernando Henrique Cardoso - que lançou um processo relativo à infraestrutura. Mas também parou aí, e não foi muito adiante. E nós nos dedicamos profundamente, no Governo do Presidente Lula, a levar adiante e criar as condições para uma real unidade. Não só levamos muito para frente a questão

da infraestrutura, mas, sobretudo, esses acordos comerciais. Isso não significa que consideremos o livre comércio uma panaceia para tudo. Mas se alguns países da região estão realizando acordos de livre comércio com países fora do continente, é melhor que tenhamos entre nós também.

Dedicamos boa parte do esforço político-diplomático da primeira parte do Governo do Presidente Lula, além desses outros episódios que mencionei, a concretizar as bases da integração. E conseguimos, em 2004, assinar um acordo envolvendo a Comunidade Andina e o Mercosul. Isso significa, na prática, toda a América do Sul. Guiana e Suriname são casos diferenciados. Primeiro, porque têm uma relação com a Comunidade do Caribe (Caricom). Segundo, porque são países tão mais pobres que também não podem entrar numa zona de livre comércio da mesma maneira que os outros. E não foi fácil concluir o acordo. Em todos os países que visitávamos, verificávamos que havia um grande medo do Brasil. E nós sempre dizíamos, como o Presidente Lula disse outro dia no México também, que é difícil entender por que a burguesia colombiana, os capitalistas colombianos, ou peruanos, ou equatorianos, naquela época, tinham medo do Brasil e não tinham medo dos Estados Unidos. É algo que não dá para entender. Algo que só pode fazer parte da estrutura ideológica das pessoas. Não há raciocínio econômico que explique uma coisa dessas. E fomos mostrando também que o Brasil, por ser a economia mais forte da região, poderia até a aceitar que as concessões não fossem absolutamente simétricas e que levassem em conta as diferenças. Com isso, conseguimos, em 2004, ter o Acordo-Quadro, e um pouco depois fizemos os acordos específicos com os países da região.

Então, chegamos à Unasul, que não é, ao contrário do que muitas pessoas dizem, algo

retórico. É algo baseado em ações muito concretas da integração sul-americana. O comércio do Brasil com a América do Sul aumentou exponencialmente nesses anos. Não estou contando 2009, porque esse foi um ano muito pouco típico em função da crise que atingiu o comércio de manufaturas do mundo inteiro. Atingiu a nossa exportação para a América do Sul, como para os Estados Unidos. Se tomarmos 2008, que foi um ano mais dentro dos padrões, a América do Sul passou a representar, em vez 12% ou 13% das nossas exportações, 20% delas. A América do Sul sozinha já é maior que os Estados Unidos, e continua a ser, apesar da crise, como mercado de exportações brasileiras. Não quero dizer que a questão econômica comercial seja a única motivação, mas é uma das motivações. É importante ter isso presente. E 90% das nossas exportações são manufaturas ou semimanufaturas. É uma exportação de qualidade muito maior. Sem falar que os investimentos brasileiros na América do Sul aumentaram muitíssimo. Toda essa boa relação política facilitou a resolução de conflitos, embora nós tenhamos também que lutar contra outros preconceitos. O Brasil, em muitos países da América do Sul, era visto como imperialista ou subimperialista. Temos também que convencer os outros, porque o Brasil é maior, tem uma economia mais pujante e foi autodenominado Império durante mais de 60 anos. É curioso, pois não estamos acostumados a pensar no Brasil como um Império, mas se pegarmos um livro, artigo ou discurso do século XIX, ele vai se referir à diplomacia brasileira como a diplomacia do Império. É um termo que naturalmente causa susto. Então, existe todo um esforço para se convencer, não só com palavras, mas com atos, de que não é assim, que nós queremos uma integração que beneficie a todos. Queremos investimentos brasileiros

que sejam produtivos e que respeitem as legislações locais.

Essa integração, a criação da Unasul, que depois permitiu essa comunidade de toda a América Latina e Caribe, tudo isso está relacionado à atual política externa. No começo, quando as pessoas estavam muito interessadas na Alca, na negociação com a União Europeia, os jornalistas sempre me perguntavam por que eu me interessava tanto pela América do Sul. Eu dizia que era porque eu moro aqui. Se eu morar na Rocinha, tenho que me interessar pelos problemas da Rocinha. Se morar no Copacabana Palace, vou me interessar pelos problemas do Copacabana Palace. Você tem que começar a se interessar pelo lugar em que mora. E moramos na América do Sul. Essa é uma realidade que não vai mudar. E acho até uma boa realidade. E creio que temos muito que aprender com nossos vizinhos, bem como ensinar a eles e nos fortalecermos com eles.

Temos que nos convencer de que o Brasil é um país muito grande e muito importante. A prova é o grupo Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) e o papel que estamos desempenhando nas relações internacionais. Na economia que vai se configurando para o século XXI, os atores serão os grandes blocos. Os Estados Unidos são um bloco em si mesmos. A China é um bloco em si mesma. E a União Europeia é um bloco. Olha, nesse cenário, até o Brasil talvez não seja suficientemente grande. Então, ter uma América do Sul articulada, bem entrosada econômica e politicamente é muito importante para nós.

Dei aqui dois exemplos de questões importantes, mas houve muitas outras iniciativas. O Brasil vai sediar agora uma Cúpula Fo Fórum Índia, Brasil e África do Sul (Ibas) e outra dos Brics. O Fórum Ibas decorre de uma cooperação natural, porque são três grandes democracias - o Brasil

se orgulha muito também de ser um país democrático -, cada uma em um continente do mundo em desenvolvimento, que até então se desconheciam. Quando veio ao Brasil o ex-Presidente da África do Sul Thabo Mbeki, a ex-Ministra Zuma sugeriu, no segundo dia de sua visita, a criação de outro grupo, envolvendo uns sete ou oito países. Eu sugeri algo simples e funcional: um grupo com Brasil, Índia e África do Sul. Isso já vinha na minha cabeça desde o Governo Itamar Franco. Porque até o caminho das Índias passava pela África do Sul. E o Brasil entrou nessa equação de alguma maneira. Por coincidência, são três grandes democracias com preocupações sociais e posições independentes no cenário internacional. Então devíamos nos articular mais. E fizemos o Fórum Ibas.

Vai haver a quarta cúpula em breve e já houve umas dez reuniões ministeriais. Daí podem resultar ações de fato práticas. Já houve outros grupos de países em desenvolvimento. Mas é muito difícil acertar um projeto entre quinze países, porque cada um quer de um jeito. Fica impossível. Porém, entre três, quem sabe? Temos agora cooperação em várias áreas. Há cooperação na área de defesa, na área de energia, na área cultural. Já estamos falando em satélite Ibas - algo que seria muito simbólico. Estamos trabalhando juntos com o Ministério da Tecnologia, e é possível que saia algo. Mostra que podemos trabalhar juntos. O projeto que foi selecionado pelo PNUD (Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento) como exemplo de cooperação Sul-Sul no Haiti, por exemplo, foi um projeto do Ibas, que é um projeto de coleta de resíduos sólidos, de lixo, que dá muito emprego para as pessoas em uma das favelas - a favela do Carrefour Feuilles. O projeto tem três dimensões: dá emprego, limpa as ruas - as pessoas notam quando vão chegando perto de Carrefour Feuilles que as ruas vão ficando

mais limpas - e, ao mesmo tempo, permite a transformação dos resíduos em combustível, o que também evita o continuado desmatamento do Haiti. É um projeto modelo financiado por países pobres em desenvolvimento.

Na ONU sempre houve essa divisão: os doadores e os receptores, os ricos e os pobres. São ricos e pobres mesmo. Mas eu sempre disse - e aprendi isso com os caseiros de um sítio que eu tinha em Brasília - que você não precisa ser rico para ser solidário. Eu os via adotando, dando comida para as crianças mais pobres do vizinho, e aquilo me causava muita impressão. Quer dizer que não é preciso você ser rico para ser solidário. A Índia, o Brasil e a África do Sul estão demonstrando isso.

Posteriormente, houve a primeira Cúpula dos América do Sul-Países Árabes. E todo mundo perguntava por quê fazer aquilo. Os resultados vieram em várias frentes. O nosso comércio quadruplicou com os países árabes. Nos dois sentidos: não me refiro apenas à compra de petróleo. Em uma ocasião, desembarquei no Catar para ter uma conversa preparatória para uma reunião e vi que todos os ônibus eram brasileiros. A Arábia Saudita compra aviões da Embraer.

O mesmo acontece com a África. As pessoas pensam que a aproximação com África é uma questão meramente retórica - e não tem nada disso. Primeiro, é verdade que o Brasil tem que redescobrir as suas raízes africanas. E digo francamente, como Embaixador na ONU, como Ministro das Relações Exteriores, se tem algo que às vezes causa um pouco de constrangimento é estarmos sempre falando em democracia racial, mas olhamos ao redor e não encontramos uma pessoa que possa ser considerada negra em certos círculos - com raríssimas exceções. Mas isso está mudando. É preciso internalizar a África no Brasil, o que também é importante do ponto de vista da autodescoberta do Brasil.

Nossas exportações para a África multiplicaram por cinco nesses anos. Se fôssemos tomar a África - concordo que é um artifício - como um país isolado, ela seria hoje o nosso quarto parceiro comercial. Alguém poderia imaginar isso? Todo mundo criticava o Presidente Lula, questionando o que ele estava fazendo na África, enquanto deveria estar na Alemanha, na França. Bem, ele também foi à Alemanha e à França. Então, a África viria abaixo apenas dos Estados Unidos, da China e da Argentina. Acima da Alemanha, do Reino Unido e do Japão. Portanto, não se trata de algo sem importância do ponto de vista econômico. Sem falar nos investimentos. Em um país pequenininho, a Guiné Equatorial, uma empresa brasileira - as grandes nem estiveram interessadas - foi lá realizar uma obra de construção no valor US\$ 40 milhões. Hoje tem mais de US\$ 1 bilhão investidos na Guiné Equatorial.

Criamos essa Cúpula da América do Sul-África. Uma Cúpula Brasil-África era o desejo de muitos países africanos, mas achamos que do ponto de vista da integração da América do Sul era importante que o encontro contemplasse todos os países da nossa região. Porque bem ou mal, para o Brasil, a África é uma realidade. Para outros países não é. Fizemos a América do Sul e África aproximarem-se. Fizemos a América do Sul e os países árabes ficarem mais próximos. Vi com muito orgulho a Presidenta de turno da Unasul, a Presidenta Bachelet, na segunda Cúpula realizada em Doha, no Catar, falando em nome de toda a América do Sul. Achei bonito. É algo em que estamos avançando.

Tudo isso, como digo, são invenções. Não estavam aí. Na OMC, tivemos que confrontar uma realidade e tomar posições. Nesses casos que mencionei, não: nós inventamos. Além de altiva e ativa - parece um pouco autoelogio, mas acho que era o que ela se propunha a ser,

e foi -, a política externa tem sido criativa.

Claro que também procuramos negociar. Não é que queiramos sempre confrontar. Aliás, não quero nunca confrontar. Muitas vezes encontramos soluções. Para voltar ao assunto inicial, em julho de 2008, se fosse pelo Brasil, a própria Rodada de Doha teria sido concluída. Porque nós e, para falar a verdade, a União Europeia também, soubemos fazer. A maioria ali queria que terminasse, mas teríamos concluído a Rodada de Doha, o que seria muito benéfico, porque as pessoas criticam a OMC por beneficiar mais os ricos. Beneficia mais os ricos porque é da natureza das coisas que os poderosos façam as legislações em seu benefício. Mas sem lei é muito pior. Isso eu posso garantir. É melhor ir tratando de reequilibrar a OMC porque colocar a OMC de lado é lei da selva. E, na lei da selva, nós saímos perdendo.

Perguntas

1) André de Melo Souza (Ipea)

O senhor mencionou que Cancun, particularmente a criação do G-20 Comercial, foi um “momento estruturante da atual política externa brasileira”. Nas suas palavras, a primeira vez em que o Brasil disse “não”. Eu queria saber em que medida a reunião anterior em Doha e, especificamente, a negociação sobre a declaração de Doha, de Tríplice Saúde Pública, não pode ser considerada um precursor do G-20, e também uma instância até anterior, em que o Brasil já tenha se posicionado de forma assertiva.

Claro que o Brasil já foi capaz de dizer “não” no passado. Há um livro recente sobre os personagens e as discussões na OMC volta ao lançamento da Rodada de Doha, de modo que esse episódio está relatado em detalhes. É de um autor americano chamado Paul Blustein [Misadventures of the Most Favored Nations: Clashing Egos, Inflated Ambitions and the Great Shambles of the World Trade

System]. O Brasil teve, indiscutivelmente, coragem naquele episódio. Fui parte desse processo, o Ministro da Saúde da ocasião, José Serra, também foi parte desse processo. A nossa resistência na ocasião foi fundamental para conseguir um resultado positivo sobre o tratamento da questão da saúde pública na OMC.

Em Cancun, a questão era mais complexa, mais difusa, envolvia toda a parte agrícola, envolvia muitos outros aspectos, não estava concentrada em um único ponto. Na questão da propriedade intelectual e saúde, tínhamos um ponto a nosso favor, o que não houve na reunião de Cancun: parte importante da opinião pública internacional estava do nosso lado, porque a questão da Aids era mais evidente. Além disso, muitas OnGs e outras forças que também têm expressão internacional estavam do nosso lado. E nós soubemos operar com isso.

Mas eu não diria que teve o mesmo impacto do que foi feito na Reunião Ministerial de Doha, porque ali o Brasil, junto com outros, poderia ter sido tachado como responsável pelo fracasso da Conferência. Ali, enfrentamos - e ganhamos - uma disputa diplomática, sem perder a postura propositiva que levou o próprio Representante Comercial americano, alguns meses mais tarde, a me propor que Brasil e Estados Unidos fossem o centro de uma rearticulação que, naturalmente, envolvia também a União Europeia, a Índia e outros.

2) Alberto Cavalcanti (SAE) Gostaria de comentar um tema que o senhor desenvolveu com muita propriedade: a questão da disjunção entre o que se relata sobre a atuação da diplomacia brasileira aqui no Brasil, na nossa mídia, e o que se vê na mídia dos outros países. Estudei pessoalmente esse episódio hondurenho, que para mim é ainda mais emblemático dessa disjunção porque, diferentemente do que ocorreu naquelas

negociações de grandes acordos comerciais em organismos multilaterais, em que havia interesses diferentes e até opostos aos nossos, portanto capazes de se exprimir, até dentro do Brasil, no caso hondurenho, aparentemente, houve um alinhamento universal. Países que se opõem - Paquistão e Índia, Coréia do Sul e do Norte, Israel e Síria etc. - ninguém aderiu ao governo golpista de Honduras. Houve um alinhamento universal, com uma única exceção, até onde percebi: certos setores da nossa grande imprensa, em que observamos até alinhamentos entre pessoas com histórico de esquerda e um advogado que pertenceu ao Comando de Caça aos Comunistas e que se tornou de repente um advogado constitucionalista especialista em assuntos hondurenhos. Junto a essa percepção uma experiência pessoal, de ter atuado na Secretaria de Comunicação da Presidência da República em três governos, para lhe dizer que tenho a impressão pessoal de que o Itamaraty não se comunica muito com a sociedade brasileira, deixa isso a outras instâncias. Quem fala pelo Itamaraty na prática com a sociedade brasileira são tradutores que nem sempre são tradutores, às vezes são traidores. Não teria chegado o momento, com essa mudança da qualidade da inserção internacional do Brasil no mundo, de o Itamaraty reforçar a sua capacidade de dizer à sociedade brasileira o seu próprio discurso, sem ter que ser intermediado, digamos assim, pelos editores externos?

Concordo que sempre é possível melhorar os nossos serviços. Mas, como o principal porta-voz do Itamaraty sou eu próprio, acho que apareço até demais. Procuo até falar menos quando posso. Quanto mais falo, não adianta: a mídia coloca de outra maneira. Mas tenho uma convicção: talvez o que eu vá dizer seja ilusório e possa até parecer pretensioso, mas como ando sem segurança, pelas ruas, o meu contato com setores da população indica

que a maneira como o povo recebe a mensagem da política externa é, de modo geral, positiva. E, como eu já disse uma vez, é mais positiva nas portas das fábricas do que nos shopping centers. As pessoas apreendem, talvez porque hoje em dia existam muitos sites e blogs, porque muita informação aparece na televisão de forma direta e isso impede a manipulação pelos editores.

Dei o exemplo durante a minha palestra da Reunião Ministerial de Cancun de 2003, em que o aspecto da comunicação foi fundamental, sobretudo com a mídia internacional. Não quero entrar numa discussão sociológica sobre a mídia brasileira, mas muitas vezes se dá uma entrevista e o que se publica é sempre algo que possa ser interpretado como negativo. Um exemplo: houve essa reunião da América Latina e Caribe em Cancun sobre a qual já falamos. Um evento importantíssimo, em que estavam representados todos os países da região, tivemos a presença do o Presidente Calderón, eleito por um partido considerado de centro-direita no México. Ninguém pode dizer que o Presidente Calderón é um homem de esquerda. E o que os jornais procuraram mostrar? Divulgaram como uma foto em que aparece o Presidente Chavez à frente e o Presidente Lula ao fundo. O que se pode fazer contra isso? O Itamaraty não tem órgão de imprensa para publicar outra foto. Não é que aquela foto seja falsa. A reunião da Unasul à margem da Cúpula de fato aconteceu. A foto é, portanto, verdadeira, mas reflete apenas uma parte da verdade. E quando se expõe apenas uma parte da verdade, você pode, sem estar mentindo, dar uma visão errada dos fatos.

Voltando à questão de Honduras. A condenação ao golpe foi unânime. Até pela Organização dos Estados Americanos - portanto, também pelos Estados Unidos e pelo Canadá. Não houve nenhum país que deixasse de condenar o golpe. Evidentemente, foi um

golpe militar, porque o Presidente legítimo foi tirado dos seus aposentos com uma pistola encostada na sua cabeça e transportado para fora do país. Todos condenaram isso.

Essas discussões começaram, sobretudo, quando o Brasil ofereceu proteção ao Presidente Zelaya. Não era algo que nós fomos atrás. Simplesmente ocorreu. Aliás, pelo contrário. Houve um momento, logo no início da crise, quando o Zelaya ainda estava fora de Honduras, em que o Secretário-Geral da OEA pediu um avião brasileiro para ir ao país e nós cedemos - o primeiro avião que pousou lá em uma missão oficial era brasileiro. Pouco depois, o próprio Presidente Zelaya quis voltar a Honduras e também pediu a nossa ajuda. Negamos porque não íamos entrar em nenhuma aventura. Não é questão de ser a favor ou de ser contra uma parte ou outra. Nós éramos evidentemente contra o golpe. Mas não poderíamos expor um avião brasileiro a chegar lá e ter ordem de parar em outro lugar, ou não se respeitar a ordem e ter outro constrangimento maior ainda. Não poderíamos expor o Brasil a isso. Em outro exemplo, quando também houve aquela tentativa por terra, houve um telefonema em que o Presidente Zelaya falou com o Presidente Lula, que respondeu: “Cautela, nós apoiamos você como o Presidente legítimo de Honduras, mas vá com calma”. Esses foram os nossos conselhos básicos.

Não poderíamos recusar, entretanto, proteção a um Presidente eleito legitimamente e que deveria estar ocupando o palácio presidencial. Quando ele pediu proteção à Embaixada do Brasil, chegou lá por outros meios, não procuramos investigar quais e muito menos tivemos qualquer participação na chegada dele. Mas não podíamos negar proteção. Claro que aí uma parte enorme da mídia disse que o Brasil não podia fazer isso. Quiseram nos colocar num dilema: “O Brasil

tem que dizer se é asilo ou se não é asilo”. Dilema, aliás, que foi primeiro colocado pelos golpistas, pelo Roberto Micheletti. Não foi nem a imprensa brasileira que inventou esse dilema, não quero ser injusto. A imprensa simplesmente comprou essa falsa questão dos golpistas.

O que os golpistas queriam dizer com isso? Bom, se o Governo brasileiro dissesse que é asilo, o Zelaya não poderia manter contatos políticos. Contatos políticos que ele devia manter com os próprios membros do governo do Micheletti. Entretanto, se disséssemos que não era asilo, talvez teria sido dado livre trânsito àquelas pressões que aconteceram em torno da Embaixada do Brasil, talvez até tentassem entrar lá para arrancar o Zelaya à força.

Não entramos nesse jogo. Todos, unanimemente, até os Estados Unidos, reconhecem que o papel do Brasil foi positivo. A solução final foi a que queríamos? Não, não foi. Mas teria sido pior se tivéssemos nos recusado a receber o Presidente Zelaya, porque provavelmente não teria havido acordo, não teria havido anistia, não teria havido aquele gesto do Presidente Pepe Lobo - eleito em eleições que nós não concordamos com a forma - que foi à Embaixada do Brasil para sair junto com o Zelaya. É difícil especular o que poderia ter acontecido.

O Brasil está totalmente confortável com a posição que tomou. Quem teve problemas é o governo que emergiu do golpe de Honduras, que tem que provar que é efetivamente um governo de conciliação, um governo de diálogo. E, mais tarde, pode ser até que essa ferida se cicatrize, porque a política, como toda política externa ou interna, é feita de princípios, mas é feita também de visões da realidade. A região tem vários governos democráticos, incluindo muitos com os quais temos afinidades. Vamos acompanhar, portanto, como a situação evolui.

3) Mariana Brasil (IPC-IG)

Qual é o motivo do apoio brasileiro ao programa nuclear iraniano?

4) Jorge Romano (Ipea)

Acredito que a política com relação ao Irã e até a visita do Presidente Lula ao Irã estão provocando um desconforto muito grande entre alguns setores dos Estados Unidos e Israel, e lobbies organizados nos Estados Unidos. Gostaria de ouvir uma avaliação da sua parte, no sentido do que pode acontecer nos próximos meses, porque estamos em um ano eleitoral, em que a questão da política externa vai ganhar mais peso e a questão do Irã com certeza vai ser bastante debatida. Daí a necessidade de o Governo explicar muito bem para a sociedade o que está acontecendo, e por que o Brasil está disposto a pagar esse preço.

Não se trata de apoiar política nuclear iraniana. O que o Brasil tem dito é que o Irã, assim como o Brasil, tem direito de desenvolver um programa nuclear pacífico. E é preciso, para isso, que ele esteja se comportando dentro das regras da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e do Tratado de Não-Proliferação (TNP), do qual é signatário.

É importante ter em mente que há países que não assinaram o Tratado e sabidamente têm armas nucleares. Índia e Paquistão, declaradamente, Israel, não-declaradamente. Todas as vezes em que se discute a possibilidade de um Oriente Médio livre de armas nucleares, os Estados Unidos são, quase sempre, os primeiros a se opor, em função de sua aliança com Israel.

O Brasil é, obviamente, contra a proliferação nuclear. Não faria sentido o País assinar o Tratado de Não-Proliferação, dizer na sua Constituição que as armas nucleares estão proscritas, e achar razoável que outros desenvolvam ou adquiram a bomba.

A nossa posição básica tem sido a de discutir. Vamos ter a oportunidade de fazer isso,

em breve, na conferência de revisão do TNP, ocasião em que vamos poder cobrar também o cumprimento do Artigo 6, que versa sobre o desarmamento nuclear. Até agora muito se fez e muito se fala sobre a não-proliferação, mas nada ou quase nada se fez pelo desarmamento, e uma das razões - vou mencioná-la, ainda que não tenha sido o atual Governo -, que levou o Brasil a assinar o Tratado é a convicção de que deveria existir um equilíbrio entre não-proliferação e desarmamento.

Voltando ao caso do Irã: o que o Brasil defende é o programa nuclear pacífico. Houve, no passado, suspeitas em relação à quantidade de urânio não-declarada ou não-especificada. Não sei se as respostas oferecidas pelo Irã foram consideradas totalmente satisfatórias ou não. De lá para cá, a Agência Atômica continua inspecionando. Até onde sabemos, não há nenhum indício de desvio no destino do urânio no Irã. Existem dúvidas ainda sobre um passado um pouco longínquo, mas quando a própria Agência Atômica se refere a essas dúvidas, ela se refere - e vou usar a expressão exatamente como surge nos relatórios da AIEA - a “alegados estudos”. Quer dizer, nem os estudos são estudos. São estudos alegados. Provavelmente relatórios de serviços secretos de países que não simpatizam com o Irã.

Vivi de muito perto o que aconteceu com o Iraque, porque fui Embaixador na ONU durante quatro anos e depois, como Ministro, continuei a acompanhar o assunto. Além disso, presidi três comissões sobre o Iraque na esteira da presidência brasileira do Conselho de Segurança. Vi como aquelas coisas iam evoluindo num sentido cujo sinal era claro. O Iraque era obrigado a dar provas negativas. E é muito difícil você dar prova negativa. Pense na sua vida pessoal: se a pessoa tem que provar que não fez algo, não é provar que aquela acusação está errada ou provar quem fez, é provar que não fez. É muito difícil. O

que se pedia do Iraque era isso. O Iraque não provou que não fez. Então, bombardearam o Iraque, invadiram o Iraque e não encontraram nada. Milhares de pessoas morreram por conta desse equívoco. Derrubaram um ditador? Muito bem. Será que foi a maneira certa de fazê-lo? De qualquer maneira, o motivo alegado, que eram armas de destruição em massa, armas químicas, nada foi provado, não encontraram nada. O que não quer dizer que o Iraque também não tenha feito, no passado, coisas erradas.

O que nós tememos muito é que ocorra uma situação parecida com a que ocorreu no Iraque, e tudo indica que a situação está caminhando nesse sentido. Por isso, o que o Brasil tem procurado fazer neste caso? Além do desejo natural de ter boas relações com um país com quase 80 milhões de habitantes - do tamanho da Turquia e maior do que qualquer país da América Latina, salvo o México e o próprio Brasil -, que terá uma grande influência no Oriente Médio e, portanto, na paz mundial e nos preços do petróleo, para ficar só nos interesses de cunho, digamos, mais egoístas. Como temos um bom diálogo com o Irã e um bom diálogo também com os países ocidentais, procurado ver é ver se é possível chegar a uma conclusão que permita, de um lado, ao Irã continuar tendo um programa pacífico de energia nuclear e, do outro, dar garantias ao Ocidente e à comunidade internacional como um todo, de que o Irã não está usando isso para fins nucleares.

Essa questão vem sendo discutida há muito tempo. Muitas vezes conversei a respeito com o antigo Diretor da Agência, com quem tenho uma relação muito boa dos tempos em que presidi o painel do Iraque, o Mohamed El-Baradei, que é, por sinal, prêmio Nobel da Paz. Eu sempre dizia para ele: “A minha teoria é muito simples porque é uma coisa muito fácil dos ocidentais entenderem. É

a teoria do cartão de crédito, é a teoria do American Express”. A pessoa falhou no American Express, fica dois, três, até quatro anos sem poder tirar outro cartão. É, portanto, uma questão de credibilidade. Você não pode dizer que aquela pessoa não tem direito a American Express porque é muçulmana, porque outro país não gosta dela ou porque ela é branca, preta ou azul. É porque não pagou. Recuperando a credibilidade, ela passa a ter direito novamente. Não se pode negar em abstrato ou em absoluto o direito de o país obter enriquecimento, porque é permitido. O Brasil, por exemplo, enriquece urânio.

O que se precisa é chegar a esse ponto, essas discussões estão muito empacadas e nunca houve nenhum progresso, pelo menos durante os sete anos em que estou aqui como Ministro. Sempre paravam nesse ponto, porque não havia o reconhecimento de que o Irã teria esse direito. Por quê? Podemos discutir a questão do uso dual (de tecnologias para uso civil ou militar). Recentemente, houve o pedido do Irã para comprar material combustível que utiliza urânio enriquecido a 20%. O Irã pediu à Agência Atômica para facilitar essa compra e, em decorrência desse pedido, houve um início de negociação. E qual foi a reação imediata do Ocidente? Digo Ocidente porque Estados Unidos, Inglaterra e França são os mais vocais, não quer dizer que a Rússia não participe das negociações, a China também. A reação foi a seguinte: “Vender vai ser difícil, mas, quem sabe, podemos trocar. Você nos dá urânio levemente enriquecido, a 3,5%, que é o que serve para produzir energia”, que é o que é usado, por exemplo, na usina de Angra dos Reis e em outros lugares, “e nós te fornecemos o equivalente, não é a mesma quantidade porque naturalmente o outro é mais processado, e nós lhe damos o equivalente em elementos combustíveis com urânio a 20%”. Por quê? Porque o elemento combustível

com o urânio em 20%, por razões de ordem técnica, já não pode ser transformado em bomba atômica.

E por que foi feita essa contraproposta se a proposta inicial do Irã era comprar? Porque os países ocidentais ou os países que se preocupavam com o enriquecimento de urânio viram nisso uma chance de dizer “então a gente retira do Irã certa quantidade de urânio enriquecido, e devolve para ele de uma forma que não pode ser transformada em bomba”. O acordo parecia, dessa forma, ter elementos mutuamente favoráveis ou satisfatórios, porque, do lado do Ocidente, havia esse objetivo de retirar do Irã uma quantidade de urânio, e do lado do Irã, obter uma coisa que parecia ter uma dificuldade em fazer - que é ter urânio a 20% - e depois transformar em elemento combustível, para o reator de pesquisa que serve também para fazer elementos medicinais. Além disso, isso não deixava de ser um reconhecimento do direito do Irã de enriquecer 3,5%, porque se estavam concordando com a troca é porque o enriquecimento de urânio era aceitável. Para o Ocidente, ainda havia o elemento adicional de que o Irã estava renunciando aos 20%, o que nenhum tratado, nenhuma regra da Agência Atômica impede.

Essa proposta parecia ter potencial de prosperar. A análise de por que razão não prosperou é complexa. Cada um tem a sua versão. Chegou a haver um pré-acordo entre um negociador iraniano, em Viena, e os negociadores da Agência Atômica, que depois não foi aprovado. A alegação iraniana é de que o Ocidente, sobretudo os Estados Unidos, fez muita publicidade em torno do fato de que esse acordo limitaria a capacidade iraniana, limitaria o programa nuclear iraniano e isso, por sua vez, gerou uma reação interna no Irã. É verdade que houve reação interna. Mas o Irã é um país que tem muitos centros de poder e não

é tão unitário ou monolítico quanto se pensa. O parlamento iraniano tem um presidente que não é correligionário do atual Presidente do Irã, inclusive concorreu contra ele em eleições no passado. E foi o parlamento iraniano disse que aquele que o acordo negociado em Viena era inaceitável.

Qual é a situação hoje? Existe uma proposta cujos conceitos básicos parecem ser favoráveis a um lado e ao outro. O que o Brasil tem procurado fazer? E não é só o Brasil, a Turquia também, por exemplo, que é membro da Otan e, segundo se sabe, tem armas nucleares ocidentais estacionadas em seu território. O que países como o Brasil e Turquia têm procurado fazer? É procurar restabelecer as condições para esse diálogo. O Irã precisa mostrar internamente que não está assinando on the dotted line, quer dizer, que não está assinando onde mandam assinar, como se tivesse um formulário pronto. Trata-se de poder negociar um pouco, discutir prazo, discutir como seria feita a entrega. Quem sabe pode haver um acordo? Talvez seja uma ilusão, talvez seja uma ingenuidade. O que ouço muito é que os países ocidentais valorizam a interlocução do Brasil e da Turquia, mas isso às vezes vem com um apoio cheio de crítica.

Como se dá esse apoio cheio de crítica? São ideias como: “Não, com isso o Irã só quer ganhar tempo”. Pode ser, eu não excluo essa possibilidade, mas, de qualquer maneira, para se passar do estágio atual para a bomba atômica, e há relatórios americanos que dizem isso, não se passa em seis, oito meses de jeito nenhum. Não passará provavelmente nem em dois anos. Se o Irã está tentando comprar esse urânio a 20% é porque ele tem dificuldade. A não ser que tudo faça parte de um despistamento absolutamente diabólico.

O Irã anunciou agora que vai enriquecer urânio a 20% e as posições foram ficando mais rígidas e mais afastadas. Penso que isso

é ruim para o mundo, porque se houver no Irã uma tragédia como houve no Iraque, vai haver consequências incalculáveis. Porque o Irã não é o Iraque. O Iraque não tinha um regime bem visto. Saddam Hussein, em geral, não era bem visto no mundo árabe, até porque se tratava de um regime muito secular. As pessoas podem criticar por outro aspecto, mas ele não era muito islamita, digamos que era pouco islamita. Curiosamente, com a ação ocidental, o islamismo, sem entrar em julgamento de mérito, cresceu. Não diminuiu, cresceu, o que é um fato muito curioso. O caso do Irã é um pouco diferente. Claro que a maior parte dos governantes tem grandes restrições ao Irã. Mas o fato é que o regime iraniano têm grande penetração na massa. Se houver um ataque militar ao Irã, isso terá, provavelmente, consequências muito graves, ao meu ver, muito além do Irã. Mas mesmo que não seja um ataque militar, digamos um regime de sanções.

Acompanhei de perto a questão do Iraque e, na ocasião, o Brasil teve a honra - um “abacaxi” também, mas um “abacaxi” honroso - de presidir três painéis sobre o Iraque, o que nunca tinha ocorrido. Nunca tinha havido esse tipo de fato: passar um assunto do Conselho de Segurança para um país conduzir. Acontece que essa é uma característica brasileira: o Brasil tem capacidade de falar com a Rússia, com a China, com a França, com os Estados Unidos, tem capacidade de ter diálogo com todos. Então, o Brasil foi encarregado, ao fim da presidência brasileira do Conselho, de cuidar dos três painéis. Não entrarei nos detalhes sobre os outros, mas era um painel sobre desarmamento, o outro era relativo à parte de indenizações sobre bens kuaitianos levados para o Iraque e o terceiro, sobre a parte humanitária. A conclusão - e não cheguei a ela sozinho, mas com todos que faziam parte do painel, incluindo Sérgio Vieira de Mello,

que faleceu depois tragicamente no Iraque, e havia também um sueco-italiano, o Stefano di Mistura, que atualmente tem uma função importante no Afeganistão da ONU - foi que sanções no Iraque tinham surtido efeito zero sobre a liderança iraquiana, mas tiveram efeito devastador sobre o povo iraquiano. Por quê? Vejamos como começam essas sanções. Inicialmente, dizem que vão fazer sanções localizadas (“targeted sanctions”). “Não é para atingir o povo. Mas grafite que serve para fazer lápis não se pode usar, porque grafite também é um elemento moderador em um reator nuclear. Borracha? Também não pode porque apesar de o pneu ser usado em ambulâncias, o pneu também pode ser usado em um blindado”.

E assim foram se desenrolando os fatos. E o resultado? A capacidade de produção de energia elétrica no Iraque caiu pela metade ou até em 60%. A capacidade de saneamento de água potável tinha caído 60%. E tudo isso se refletiu no aumento da mortalidade infantil em mais de 200%. Não lembro os números exatos, mas eram muito expressivos. Então, isso em nada diminuiu a força do Saddam Hussein, mas teve um efeito devastador sobre o povo iraquiano. Efeito do qual até hoje não se recuperou - e não se recuperará tão cedo. Depois disso houve os ataques. O Iraque, antes desses fatos, tinha padrões de desenvolvimento humano similares aos de países desenvolvidos. Claro que é porque tinha petróleo. E caiu aos níveis mais baixos dos países de menor desenvolvimento relativo antes do ataque. O regime de sanções acaba levando a uma engrenagem meio sem volta, quando se aplica uma sanção e o país não cede.

Se o Presidente Ahmadinejad já teve dificuldade, seja por que razão for, de aceitar o acordo que o seu agente havia mais ou menos pré-acordado em Viena, é porque ele, de fato, tem resistência interna. Se ele for aceitar sob a pressão das sanções, é uma

capitulação. O Mussavi, o líder da oposição, talvez até com certa razão, foi um dos primeiros a dizer que aquele acordo era uma capitulação. Então vai ser cada vez mais difícil para o Presidente Ahmadinejad chegar a um acordo. À medida que vai sendo mais difícil, as sanções vão aumentando; depois que elas aumentam, não dão resultado. Há radicalização. Os outros países também sofrem pressões internas. Nos Estados Unidos, começam a dizer que não podem fraquejar, que têm que endurecer, que as sanções não funcionaram e que, então, é preciso passar para algo mais forte - e algo mais forte é um ataque. E assim se chega a essa situação de danos irreparáveis.

A nossa posição é essa. Apoiamos sim o princípio de que qualquer país pode ter energia para fins pacíficos, sob supervisão da Agência, como ocorre com o Brasil. Agora, para que isso ocorra, é preciso restabelecer a confiança. Portanto, esse acordo não abrange todos os aspectos, existem outros. Porém, se ele prosperar, isso pode ajudar a recriar a confiança. E a confiança é a base da distensão.

5) Fábio Ferreira Batista (Ipea)

Ministro, há trinta anos tive a oportunidade de ser seu aluno no curso de Relações Internacionais, na Universidade de Brasília, e na ocasião o senhor ministrava Teoria Política 1 e Teoria Política 2. Gostaria de ouvir um pouco sobre que pensadores influenciaram mais o seu trabalho como estrategista na área de política externa e como formulador e implementador de política externa também.

Foram muitos. Em matéria de política internacional, fui estudando, formando as minhas próprias ideias, não singularizaria um autor, sinceramente. Li obras como a de Hans Morgenthau, “A Política Entre as Nações”, os idealistas, o Samuel Pinheiro Guimarães e outros. São influências múltiplas. Eu não singularizaria.

Um autor em teoria política, mais amplamente, muito importante é o Karl Mannheim, que me ajuda a ver os fatos de maneira não-ingênua. “Ideologia e Utopia” sempre salientei como um dos livros seminais, que forjaram a minha visão. Ele deve sua visão a vários, a sociólogos, deve ao Marx - mas longe de alguém poder dizer que Mannheim era marxista, ele procurava outros caminhos. Então, prezo essa capacidade de procurar ver para além das declarações, para além dos enunciados, qual é o verdadeiro pensamento, a que interesses corresponde, mas também entendendo que essa influência dos interesses sobre o pensamento não é uma influência mecânica e nem imediata. Ela se faz por meio de elementos muito mais complexos.

Enfim, li muitos livros de História, aprende-se muito com a História também. Vê-se os fatos que aconteceram, e como eles foram resolvidos, assim você forma suas conclusões.

6) Rodrigo Moraes (Ipea)

Sobre o ingresso da Venezuela no Mercosul, gostaria de saber como, na sua opinião, se concilia a postura do Brasil, que é claramente “não-confrontacionista” com relação aos vizinhos e com relação aos Estados Unidos, com a postura do governo da Venezuela, que é claramente confrontativa em relação aos Estados Unidos e, em parte, também em relação à Colômbia.

A confrontação sempre tem dois lados. Não vou aqui justificar, e não me cabe ficar julgando a política externa de outros países. Mas que houve uma tentativa quase bem-sucedida de golpe de Estado na Venezuela e que ela teve apoio do Governo americano na época é um fato não ignorado. Então, pode ser que a Venezuela tenha algumas reações, mas essas reações também foram motivadas por algumas ações. Não sei quando começou.

Obviamente, acreditamos que o ingresso da Venezuela no Mercosul ajuda a que aquele

país tenha uma compreensão melhor dos fatos. Creio que o Presidente Lula exerça uma influência muito positiva, e é uma influência moderadora sobre a Venezuela. E não somente o Presidente Lula. Veja bem, houve recentemente um episódio que a imprensa até destacou relativamente pouco, um entrevisto entre o Presidente Chávez e o Presidente Uribe. No entanto, o fato de eles estarem ali na Conferência acabou possibilitando, como resultado desse entrevisto, que se criasse um grupo de amigos para discutir a questão.

Acredito que, com a entrada da Venezuela no Mercosul, e considerando todo o conjunto das economias do Mercosul, bem maior se comparado com o da Venezuela, é muito mais provável que tenhamos capacidade de influenciar a Venezuela do que o vice-versa, quero dizer, temos estrutura econômica, de busca de “inserção internacional soberana”.

Portanto, parece-me que não há o que temer, ao contrário. No início, talvez o próprio Presidente Chávez tivesse a ilusão de que iria mudar o Mercosul, mas já percebeu que não vai. O Mercosul é como é. Claro que em algum aspecto sempre há uma interação dessas influências, mas não tenho nenhum temor disso. Creio que vai ser positivo e que a Venezuela vai ter que absorver o acervo do Mercosul. E isso vai ser positivo para a Venezuela também. É curioso quando ouvimos o Presidente Chávez dizer: “Não, não gosto muito do capitalismo, mas gosto dos capitalistas brasileiros”. Mas por quê? Porque ele está acostumado a brigar com os capitalistas venezuelanos, porque os capitalistas venezuelanos, pelo menos na visão dele, foram contra ele, foram a favor do golpe, totalmente dependentes de influências externas. Por isso creio que seja uma oportunidade de que haja uma influência no geral positiva.

7) Paulo de Tarso Linhares (Ipea)

Minha pergunta é a respeito da diplomacia norte-americana, cujo princípio básico de estratégia é conhecer o outro. E, para mim, a diplomacia norte-americana é, em boa medida, uma incógnita, particularmente no Governo Obama. O Presidente Obama, aparentemente - e esse é o ponto que me causa mais angústia -, não foi capaz de imprimir à política externa as promessas feitas durante a campanha. É claro que a campanha nunca é o retrato do que efetivamente se fará. Porém, há a questão de Guantánamo, agora o episódio do aeroporto de Porto Príncipe, a própria atuação que levou algumas horas na denúncia do golpe de Honduras, esses fatos parecem indicar a ação ainda muito forte de setores abaixo da presidência dos Estados Unidos e a incapacidade dessa nova direção de impor a sua vontade sobre eles. É isso que acontece? Como é que opera a política externa norte-americana no Governo Obama? É, de fato, uma política nova, ou segue o padrão antigo?

Em relação à política americana, é muito difícil fazer um juízo de valor sobre uma questão desse tipo. Acredito que o Presidente Obama revelou muito boas intenções no começo do seu Governo, em matéria de política externa. Mas temos que considerar a realidade de cada país. Ninguém faz uma política externa no abstrato. Levando em conta todos os fatores, o tipo de envolvimento que os Estados Unidos têm com o mundo, as alianças militares, acho até que ele começou bem.

No caso da América Latina e Caribe - porque não podemos esquecer que os nossos irmãos caribenhos fazem parte da nossa região, e quando falamos em América do Sul é América do Sul, mas quando falamos em América Latina, é América Latina e Caribe -, ele teve uma atitude muito positiva na reunião da Cúpula das Américas, quando propôs um diálogo com a Unasul. Isso é muito interessante, porque a própria mídia

brasileira falou que a Unasul era concebida para confrontar os Estados Unidos, e aí eles pedem um diálogo conosco. Assim talvez a Unasul fique mais “legitimada”: quando os Estados Unidos dizem que está bem, aí o pessoal aprova.

Então, começou com boas intenções. Houve um diálogo. A relação dele com o Presidente Chávez parecia até que ia permitir certa distensão. Logo em seguida, houve a questão de Cuba na OEA, em que foi possível aprovar por unanimidade a revogação da suspensão. E tudo isso foi levado na base do diálogo. Não posso dizer que a política externa americana tenha mudado, que está sendo diferente. As circunstâncias talvez não tenham sido as mais favoráveis. Mesmo no caso de Honduras, devo dizer que a atitude inicial dos Estados Unidos foi muito positiva. Eles também condenaram o golpe militar. Os Estados Unidos concordaram com as resoluções, com as mesmas exigências, que houvesse uma volta do Presidente Zelaya. No Oriente Médio, por exemplo, o primeiro discurso do Presidente Obama, no Cairo, foi muito positivo em matéria de abertura, dizendo que “não há inimigos”. Do mesmo modo, a abertura em relação ao próprio Irã, ele fez gestos. Os iranianos tiveram também um pouco de dificuldade: para eles, também não é fácil, pela ideologia que se formou lá dentro. Em relação ao clima, com todos os defeitos da proposta americana, ele se engajou.

Contudo, creio que todos os países têm dificuldades internas. E o problema é quando o Presidente fica muito absorvido com algum outra questão, seja interna ou externa, como é caso do Afeganistão, a tendência é a burocracia tomar a dianteira. Seja o Departamento de Estado, seja o Pentágono. Acho que isso aconteceu um pouco sem, digamos, o suficiente acompanhamento nos temas em nível elevado. Isso aconteceu com Honduras, não nas condenações iniciais, mas

na evolução do tema, o que é demonstrado pelas pressões que certos congressistas mais à direita vieram a exercer. E há relações às vezes pessoais.

Quando tínhamos que lidar com o problema de Angola, quando eu estava no Conselho de Segurança, e apoiávamos o governo legítimo, que era o único, a comunidade internacional oficialmente apoiava o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), mas quando se tratava de alguma medida mais dura em relação à União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), era quase impossível porque havia ligações históricas. Eram ligações não do governo, mas de alguns congressistas. Então, em Honduras provavelmente existia também. Isso limitou um pouco a margem de manobra. A questão não é tanto discutir a política, mas até que ponto o Presidente Obama está sendo capaz de imprimir a sua personalidade na política externa.

Temos esperanças de que, superadas essas questões da reforma da saúde e outras, o Presidente Obama possa dedicar mais atenção a esses outros temas. Inspirou-me muita esperança, em relação ao Oriente Médio, quando ele nomeou o Senador George Mitchell como Enviado Especial. O Senador Mitchell é uma pessoa de grande capacidade: foi quem mediou aquele acordo de Sexta-Feira Santa, na Irlanda do Norte, que também parecia um problema impossível de se resolver, e isso me deu grandes esperanças.

8) Coronel Penteado (Comando Militar do Planalto)

O que o senhor acha da assertiva de Clausewitz, que a guerra é a política por outros meios?

Em relação ao Clausewitz, não vou fazer uma análise longa, porque alguns dos meus ex-alunos de Teoria Política podem achar que eu já esqueci, ou que não estou tão firme.

Mas a essência da frase de Clausewitz, como a entendo, é introduzir alguma racionalidade na guerra, que a guerra não é um objetivo em si mesmo, a guerra não é para as pessoas se destruírem, mas para atingir um objetivo determinado. Esse objetivo foi procurado pela política, e não deu certo, daí se recorre à guerra. É para as pessoas não esquecerem isso. Acredito - e já era assim na época dele, e isso é verdade em qualquer época, e talvez mais verdade na nossa, em que a sociedade está envolvida de maneira mais dramática - que você sabe como começar uma guerra, mas terminá-la não é simples. Portanto, é preciso ter cuidado, vejo a frase do Clausewitz sobretudo por esse ângulo. É uma continuação da política, mas ela muito facilmente escala para outros resultados que não faziam parte do objetivo inicial. É, portanto, sempre melhor evitar.

Se você quiser interpretar em tempos modernos, poderia se referir a algumas ações de paz da ONU, que são ações militares, elas também se inserem em um quadro político. Não se trata apenas de entrar em um país e reprimir um grupo. Deve haver um objetivo, que é a estabilidade.

Boa a sua pergunta, porque me permite falar do Haiti, onde temos feito um trabalho extraordinário com as Forças Armadas Brasileiras. É um trabalho que tem também a ver com a ordem e a segurança e foi, no início, mal compreendido por uma parte da sociedade brasileira - tanto da direita como da esquerda, que não compreenderam que essa era uma ação de paz das Nações Unidas e que era voltada para objetivos verdadeiramente solidários com o povo haitiano. É um trabalho extraordinário reconhecido hoje por todo o povo haitiano. Mas isso se deu por um objetivo político. Não é só a ordem pela ordem e a segurança pela segurança, mas a ordem e a segurança para permitir o desenvolvimento político e econômico.

9) Melissa Andrade (do IPC-IG)

Minha pergunta é relacionada às duas cúpulas que estão prestes a acontecer: a cúpula do Ibas (Índia, Brasil e África do Sul) e a cúpula do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China). O IPC (Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo) agora está envolvido na organização do fórum acadêmico que vai anteceder a cúpula do Ibas. Então, justamente nesse processo de reflexão sobre a cúpula, sobre os assuntos que vão ser discutidos, eu gostaria de ouvi-lo sobre o que está sendo pautado no âmbito do Itamaraty.

A resposta é um pouco mais de procedimento do que de conteúdo. Não vou agora me estender sobre os temas todos do Ibas, mas acho muito importante que haja essa discussão. Nós chamamos Ibas em português. “Ibsa” é a sigla original, em inglês. Vou até contar algo que se passou comigo para dar um tom mais leve. Certa vez, fui a Portugal com o Ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia. E o Ministro da Ciência e Tecnologia de Portugal, em determinado momento (isso faz vinte anos - aliás, hoje ele é Ministro da Ciência e Tecnologia, na época era o presidente do CNPq português) se referiu à Sida, e eu vi que o Renato, o meu ministro, não tinha entendido. Eu cochichei para ele: “Aids”. Então o português percebeu e disse: “Ah, vocês lá dizem Aids? Nós cá dizemos Sida”. Na realidade, ele tinha razão, porque a sigla em português deveria ser Sida. Mas a sorte estava do nosso lado porque daí a cinco minutos ele falou de programas de tecnologia militar e se referiu à Nato. E eu disse: “Ah, vocês cá dizem Nato? Nós lá dizemos Otan”. Então, Ibas ou Ibsa, não tem importância.

De qualquer maneira, o que eu sugeriria a você, como estamos num processo de preparação, é iniciar um contato formal no Itamaraty, porque não seria capaz de dizer agora quais são os temas. Sei que tem temas

em ciência e tecnologia, tem temas em ciências sociais, é muito amplo. Então, seria difícil responder sua pergunta, mas agradeço o seu interesse e você pode pedir ao Embaixador Roberto Jaguaribe ou ao Conselheiro João Genésio para vocês terem uma conversa sobre isso, porque seria muito bom. E o Fernando Apparicio que está aqui pode ser o transmissor dessa consulta.

Só quero aproveitar para dizer que é algo muito importante, porque essas ideias demoram muito a ser absorvidas pela sociedade. O primeiro esforço de absorção é pelos outros órgãos do governo. Também demora, porque as pessoas estão acostumadas a pensar de determinada maneira. Aproveito também porque isso tem a ver com uma pergunta anterior e com as relações entre campanha e governo, Estado, partido político. Lembro-me de que, quando estávamos numa das primeiras visitas que o Presidente Lula fez ao exterior, incluímos nas notinhas dele a questão da ampliação do Conselho de Segurança. E o Presidente Lula já tinha falado na Alemanha e ia voltar a falar na França. E um Ministro do Governo disse: “Ah, mas isso não fazia parte do programa de campanha”. Disse isso porque estava interessado em falar de outros temas. Para você ver, hoje em dia, no programa do PT, está a ampliação do Conselho de Segurança. Então, há uma relação de interação entre todos esses temas.

A expressão América do Sul, por exemplo, constava dos livros da minha infância, ou talvez do campeonato de futebol. Ou seja, não se usava. Não existia. Era só América Latina. A América Latina está na nossa Constituição, é verdade, e tem que ser respeitada, mas, na realidade, se queremos fazer um processo de integração da América Latina, tem que começar por onde está mais perto. Por essa razão, pusemos tanta ênfase na América do Sul sem renegar a América Latina. Então, o Ibas

tem que ser absorvido pela sociedade. Por isso o trabalho que se está fazendo é de extrema importância, o que vocês estão fazendo nesta parte dos contatos acadêmicos, universitários, científicos, e etc. Para falar a verdade, tenho mais “carinho” pelo Ibas do que pelo Brics, porque o Brics tem uma relação com a realidade, chegou lá e viu: Brasil, Rússia, Índia e China são os mais importantes. O Ibas não. Este nós criamos, e foi na base não só de similaridades vistas de fora, mas de afinidades de valores. Acredito ser uma grande tarefa.

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DA GRÃ-CRUZ DA ORDEM PIANA, PELO NÚNCIO APOSTÓLICO

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO DO MINISTRO CELSO AMORIM POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE ENTREGA DA GRÃ-CRUZ DA ORDEM PIANA, PELO NÚNCIO APOSTÓLICO - BRASÍLIA, 04/03/2010

Sinto-me honrado com a concessão que me é feita da Grã-Cruz do “Ordine Piano”. O povo brasileiro comunga com a Igreja Católica, acima de tudo, valores. O humanismo, a solidariedade e a universalidade são referenciais que inspiram todos os brasileiros, mesmo os não-católicos. A grande maioria da população brasileira foi criada e educada em torno desses marcos civilizatórios, que colocam a vida humana no centro das preocupações. São valores como esses que também orientam a nossa diplomacia. A presença do Brasil no Haiti, por exemplo, foi e é motivada, pelo espírito de solidariedade a esse povo fraterno. Ou, como disse algumas vezes, pela noção de que, em certos casos extremos, a não-intervenção tem que ser matizada pela não-indiferença, desde que as ações estejam amparadas em decisões multilaterais legítimas. Depois da tragédia que acometeu nossos irmãos haitianos, o compromisso do Brasil com a reconstrução e o desenvolvimento do país, que já era forte, se tornou irreversível. Talvez ninguém simbolize melhor essa solidariedade movida por valores, e no caso dela, também pela fé cristã, do que a Dra. Zilda Arns, a quem aproveito para estender

minhas homenagens. O adágio segundo o qual “o desenvolvimento é o novo nome da paz”, conforme o ensinamento do Papa Paulo VI, é um conceito caro ao Governo do Presidente Lula. O Acordo-Quadro entre o Brasil e a Santa Sé, que acaba de entrar em vigor, é o primeiro de nossa História com essa abrangência. Ele abriga todas as normas de convívio com a Igreja Católica na legislação brasileira e oferece uma moldura legal a nosso relacionamento. A conciliação entre os preceitos do acordo com a natureza laica do Estado brasileiro exigiu muito trabalho diplomático, por vezes árduo. Aproveito para cumprimentar a Embaixadora Vera Machado, que era nossa Representante junto ao Vaticano, e a Embaixadora Edileuza Reis, Diretora do Departamento de Europa, que não pôde estar conosco aqui hoje, pelo empenho nas negociações que conduziram ao Acordo. Tive grande satisfação em acompanhar o Presidente Lula em visita de Estado ao Vaticano, em 2008, quando o Papa Bento XVI acolheu a comitiva brasileira. Antes disso, tive a supina honra de ser recebido em audiência privada pelo Papa João Paulo II. Na ocasião, fui portador de carta do

Presidente Lula que associava o Brasil ao apelo de Sua Santidade pela cessação de hostilidades no Iraque. A profunda crença na diplomacia como forma de evitar que a paz seja preterida pela guerra é compartilhada, historicamente, pela Santa Sé e pelo Brasil. A Ordem Piaia foi criada, em seu formato atual, pelo Papa Pio IX, considerado, por muitos historiadores, como um pontífice de ideias avançadas. A abolição das leis de segregação contra os judeus é testemunho de seu espírito ecumênico. A tolerância e a aceitação do outro - valores que estão no centro do catolicismo - são parte indissociável do espírito brasileiro e da formação do nosso povo. O Núncio Apostólico é o decano do corpo diplomático em Brasília. Como diplomata de carreira, embora já aposentado, sinto-me ainda mais prestigiado por receber essa distinção tão especial das mãos de Vossa Excelência Reverendíssima, a quem peço que transmitir ao Secretário de Estado do Vaticano, Dom Tarcísio Bertone, e a Sua Santidade, o Papa Bento XVI, meus mais sinceros agradecimentos.

FÓRUM URBANO MUNDIAL - O DIREITO À CIDADE: UNINDO O URBANO DIVIDIDO - RIO DE JANEIRO

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA 5ª SESSÃO DO FÓRUM URBANO MUNDIAL - O DIREITO À CIDADE: UNINDO O URBANO DIVIDIDO - RIO DE JANEIRO, 22/03/2010

Bem, eu estou aqui num calor que vocês não têm dimensão, e certamente vocês estão num calor maior do que o calor que eu estou aqui, ainda.

Eu tenho um discurso razoável, não tão grande como o da nossa querida representante das Nações Unidas, mas eu vou... não vou utilizar o meu pronunciamento aqui. Vou apenas dizer algumas palavras.

E queria começar cumprimentando o nosso querido convidado, o presidente Yoweri Museveni, presidente de Uganda,

Cumprimentar o Noli de Castro, vice-presidente das Filipinas,

Cumprimentar o nosso querido companheiro Sérgio Cabral, governador do Rio de Janeiro,

Cumprimentar a senhora Anna Tibaijuka, diretora do Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos,

Cumprimentar o senhor Manuel Chaves González, terceiro vice-presidente de Governo da Espanha,

Cumprimentar o senhor Shaun Donovan, secretário de Habitação e Desenvolvimento Urbano dos Estados Unidos,

Cumprimentar o senhor Ibrahim Bin Khalifa Al-Khalifa, ministro de Habitação do Bahrein - depois de citar este nome aqui, eu já

posso ser considerado meio árabe, porque já falei o nome inteiro,

Quero cumprimentar o meu ministro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores,

O Marcio Fortes, ministro das Cidades,

Quero cumprimentar todos os parlamentares aqui presentes,

Quero cumprimentar o prefeito Eduardo Paes,

Quero cumprimentar a senhora Nazek Hariri,

Quero cumprimentar todos os prefeitos brasileiros que estão aqui, todos os prefeitos de outras cidades da Europa, dos Estados Unidos, da América Latina, do Oriente Médio, da África, da Ásia,

Quero cumprimentar os especialistas na discussão sobre a questão urbana.

Eu vou ser, realmente, muito, muito curto. Se o Marcos pegasse aqui o meu discurso seria bom, porque está caindo aqui. O palanque não segura tudo aqui. Primeiro, obrigado por terem vindo ao Brasil e obrigado por terem aceito a cidade do Rio de Janeiro como cidade anfitriã deste encontro. Vocês vão ter o privilégio de passar alguns dias numa das cidades mais extraordinárias do mundo; uma cidade que acaba de ser premiada com as Olimpíadas de 2016; uma cidade que,

certamente, será premiada ou com a abertura ou com o encerramento da Copa do Mundo de 2014; mas, sobretudo, uma cidade que começa a ser, nesse momento, vista como a cara de um novo Brasil que está nascendo do forte investimento que o Estado brasileiro, em parceria com os estados e com as prefeituras, está fazendo na questão urbana.

No meu discurso tinha uma série de números que eu não vou citar. Números que, certamente, o Ministro das Cidades vai falar um pouco, que a ministra Dilma Rousseff vai falar um pouco, que depois os especialistas brasileiros que estão aqui para o debate irão falar, que a Caixa Econômica brasileira, certamente, nos painéis de que for participar vai falar.

Então, eu não vou me ater aos números que os meus companheiros de governo vão apresentar a vocês. Eu vou apenas dizer para vocês uma coisa extremamente importante. Nós estamos, neste momento da história brasileira, provando que é possível construir um novo país e é possível construir uma nova política urbana para os países em desenvolvimento. E é possível construir sem precisarmos ficar criticando o que aconteceu antes de nós.

Eu digo sempre que o século XXI é o século em que o administrador público tem que ter duas coisas importantes a fazer: a primeira é projetar uma cidade com melhor qualidade de vida, e a segunda é fazer reparação nos desmandos causados por muitos administradores do século XX que permitiram que o país e muitas cidades, no Brasil e no mundo, se transformassem numa grande favela. A verdade, a verdade é que nós estamos provando que é possível mudar as coisas. Aliás, eu queria pedir às pessoas que vieram de fora - prefeitos de outras cidades, técnicos em urbanização de outros países - que visitassem... e você, Eduardo,

montar uma estrutura junto com o nosso vice-governador para que as pessoas visitem o Rio de Janeiro, para ver o que está acontecendo nas favelas do Rio de Janeiro, para ver o que está acontecendo em muitos lugares do Rio e em muitos lugares do Brasil.

Aliás, qualquer um de vocês pode visitar qualquer capital deste país, que vocês vão ver investimentos em políticas urbanas, saneamento básico e habitação, como nunca houve na história deste país. Eu não quero ficar dizendo para vocês, eu quero que vocês visitem o Brasil. Podem visitar o Rio, podem ir para São Paulo, podem pegar um ônibus aqui ou um carro e ir à Baixada Fluminense, podem sair daqui e ir conhecer o ABC Paulista - a região que me projetou para a política brasileira -, podem ir visitar a Bahia, podem ir visitar Recife, Fortaleza, podem escolher qualquer capital, ou, poderia dizer, podem escolher qualquer cidade, que tem investimentos como nunca teve na história deste país.

E por quê? Porque houve um tempo, houve um tempo em que não era prudente fazer investimento para resolver os problemas crônicos das grandes cidades. Saneamento básico, nem pensar! Esse negócio de ficar enterrando tubo embaixo da terra para carregar esgoto! Não dá nem para colocar o nome da mãe ou da avó naquela manilha, porque ela está embaixo da terra! Não dá para fazer propaganda eleitoral! Nem pensar! É por isso que no Brasil nós tínhamos cidades grandes, importantes, que tinham coleta de esgoto, mas não tinham um metro de tratamento de esgoto. As pessoas achavam que não era importante. O importante era fazer viaduto, e aí colocavam o nome da mãe, do pai: “Viaduto Lula da Silva”, “Viaduto Hariri”, “Viaduto Sérgio Cabral”. Isso era importante, ou uma ponte.

A pequenez de muita gente que governou o meu país ao longo de muito tempo foi não

perceber que a imagem mais digna que um governante poderia levar, da sua obra como administrador, não era uma ponte com o nome de um parente, mas era uma criança podendo brincar descalça na rua, sem estar pisando em esgoto a céu aberto. Vocês vão perceber um fenômeno que está acontecendo no Brasil e, certamente, alguns setores da imprensa não veem e não enxergam, ou não querem ver e não querem enxergar. Mas, em muitos casos neste país está havendo um êxodo ao contrário: pessoas da cidade estão voltando para o campo.

Isso porque nós temos uma grande política de financiamento para a agricultura familiar; isso porque nós temos uma grande política de assentamento de 570 mil famílias no campo; isso porque o governo federal compra parte do alimento que os pequenos produzem; e isso porque levamos luz elétrica a 12 milhões de brasileiros que moravam no meio do mato e não tinham energia elétrica.

Então, nós temos um acúmulo de experiência que, muito mais do que falar, eu queria que vocês conhecessem, e também pudessem deixar para nós as boas experiências que vocês conhecem nas cidades em que vocês moram, nos países em que vocês vivem. Que vocês pudessem nos mostrar como é que feito isso na Argentina, na Colômbia, na Venezuela, no Equador, no Chile, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia; como é que isso é feito em Uganda; como é que isso é feito na África do Sul; como é que isso é feito em todos os países do mundo, para que a gente aprenda as boas práticas administrativas que vocês estão conhecendo ou colocando em prática nos países que [de onde] vocês vêm.

Uma coisa vocês podem levar daqui do Brasil: nunca... eu não vou dizer “nunca na história do Brasil”, porque eu falo muito isso. Mas vocês podem pegar todos os dados, visitar prefeitos de partidos de oposição,

visitar intelectuais que não concordam com o governo e perguntar os números, porque os números falam mais do que a língua. Neste país, nunca se trabalhou tanto a questão da urbanização de favelas, nunca se construiu tantas casas.

A Caixa Econômica Federal, que é o banco de financiamento, só para vocês terem ideia, nesses dois primeiros meses de 2010, ela já emprestou mais dinheiro, Marinho, do que todo o ano de 2005. Em apenas dois meses, ela já contratou mais do que ela contratou durante todo o ano de 2005. Da mesma forma é que este país - ao contrário do mundo desenvolvido, que está vendo todo os dias crescer o número de desempregados - neste país, no mês de fevereiro, com Carnaval e tudo, nós criamos 209 mil empregos novos, empregos formais. Isso vocês vão ouvir aqui dos ministros.

Nós gostaríamos de aprender um pouco, porque houve um tempo em que os governantes diziam: “Eu não posso fazer nada porque a economia tem que crescer”. É que nem a esquerda, Chico Alencar, que passou a vida inteira dizendo: “Só é possível mudar alguma coisa quando chegar o Socialismo”. E deixava de levar um trabalho a sério no cotidiano, a cada hora, a cada minuto. Nós estamos provando que é possível fazer uma combinação entre crescimento econômico e distribuição de renda, entre crescimento econômico e melhoria da qualidade de vida das pessoas, porque nós estamos fazendo aquilo que todos precisam fazer, que é uma forte política de distribuição de renda.

Estamos muito longe, muito longe de chegar onde queremos, mas já fizemos muito mais do que muitos imaginavam que nós poderíamos fazer. Quando eu tomei posse, em 2003, eu dizia: primeiro nós vamos fazer o necessário; segundo, nós vamos fazer o que é possível; e, quando menos perceberem, nós

estaremos fazendo o impossível. Se vocês pegarem muitas escritas ou muitos livros de gente importante, não conseguiriam avaliar o que está acontecendo no Brasil nesse momento. E nós todos queremos aprender com vocês como fazer mais.

De uma coisa eu tenho certeza, e digo isto para terminar aqui o meu discurso: a coisa mais barata e a coisa mais simples que um governo tem que fazer é cuidar da parte mais pobre da população. Essa é uma experiência rica que nós temos acúmulo e gostaríamos de discutir muito com vocês nos painéis que vão acontecer por aqui. Nós, nesses sete anos de governo, já fizemos 67 conferências nacionais.

Cada conferência nacional - a conferência para discutir a questão de gênero, a questão da saúde, a conferência para discutir a questão do negro, a conferência para discutir a questão da comunicação, a conferência para discutir segurança pública, para discutir portador de deficiência -, cada conferência dessas é feita em cada município, depois é feita em cada estado e depois é feita em nível nacional. Na última que nós fizemos, de cultura, mais ou menos 20 mil pessoas participaram do debate sobre a política cultural do nosso país.

E é com base nas decisões dessas conferências nacionais que o governo vai se dotando de informações para ir colocando em prática as políticas mais adequadas para atender a necessidade da população. Eu tenho certeza de que os brasileiros e as brasileiras que estão participando deste encontro, depois de quatro dias de debate, certamente estarão mais dotados de sabedoria para fazer com que o governo possa colocar no seu programa, nas suas políticas públicas as experiências bem-sucedidas nos países de vocês.

Quero desejar a todos vocês um extraordinário encontro, que discutam e, por favor, visitem o Rio de Janeiro. De vez em quando vocês leem que morreu alguém no Rio

de Janeiro. Obviamente que nós não negamos que há violência no Rio de Janeiro. Mas este estado e esta cidade são estado e cidade que têm um povo extraordinário, possivelmente o mais alegre do Brasil, possivelmente o mais cortês do Brasil.

Agora, não se embrenhem por lugares que vocês não conhecem. Transitem como cidadãos normais, que vocês vão perceber que nada vai acontecer a nenhum de vocês, a não ser conhecer as melhores praias, a gente mais bonita e a paisagem mais extraordinária que os olhos de vocês vão poder ver.

Um abraço e boa sorte.

**ALMOÇO OFERECIDO AO REI DA SUÉCIA, CARL
GUSTAF - PALÁCIO ITAMARATY**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO REI DA SUÉCIA, CARL
GUSTAF - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 24/03/2010

Suas majestades rei Carl Gustaf e rainha Sílvia, da Suécia,

Minha companheira Marisa Letícia Lula da Silva,

Deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados,

Senhor Göran Hägglund, ministro da Saúde da Suécia, em nome de quem cumprimento a delegação sueca,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, em nome de quem cumprimento os ministros brasileiros,

Senhores e senhoras da imprensa,

Deputados, Senadores, Empresários,

Amigos e amigas,

Dar as boas-vindas ao rei Carlos XVI Gustavo e à rainha Sílvia, da Suécia, é sempre uma especial alegria. O carinho que os brasileiros sentem pela Suécia leva o nome deste casal de amigos do Brasil. Admiramos a dedicação da rainha Sílvia ao trabalho em prol das crianças e adolescentes de nosso país. Somos reconhecidos pelo engajamento do rei Carlos XVI Gustavo em defesa do meio ambiente. Da proteção de nosso patrimônio natural dependerá a saúde do país que esses jovens herdarão. Sempre apreciei o compromisso do povo sueco com

a solidariedade comunitária e a igualdade de oportunidades. Lutei, desde o meu tempo de militância sindical, com essa mesma convicção.

É possível construir uma sociedade com dignidade e cidadania para todos. Majestades, Esses mesmos valores sustentam a parceria entre nossos países. As empresas suecas instaladas no Brasil são conhecidas por aliar avanço tecnológico com forte compromisso social. São essas as qualidades dessa grande cidade industrial sueca que se implantou em São Paulo: mais de 200 empresas gerando mais de 50 mil postos de trabalho. Os números não param por aí. Entre 2003 e 2008, o comércio bilateral passou de US\$ 900 milhões a US\$ 2,3 bilhões. Os US\$ 400 milhões que a Suécia aplicou no Brasil em 2009 representam oito vezes o valor de 2008.

No momento em que a crise internacional fez secar investimentos e crédito de forma dramática, respondemos redobrando a aposta na nossa parceria. Estou convencido de que estão dadas as condições para multiplicar esses avanços e identificar novos horizontes de cooperação. É esse o sentido do Conselho de Negócios Brasil-Suécia que estamos criando. Com projetos conjuntos em inovação

tecnológica e capacitação de mão de obra, vamos aumentar a competitividade de nossas empresas e abrir novos mercados. O Brasil está fazendo sua parte.

A reação robusta de sua economia à instabilidade financeira global sinaliza condições excepcionais para atrair uma nova leva de investimentos produtivos. Estamos lançando, ainda este mês, um plano ambicioso de ampliação da infraestrutura do país. São projetos que ajudarão o Brasil a preparar-se para sediar os dois maiores eventos do calendário esportivo internacional: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Desde o trem-bala até projetos de saneamento, são obras que vão revitalizar nossas grandes cidades e tornar mais eficientes nossos corredores de exportação.

Majestades, Na Conferência de Copenhague, em dezembro passado, ficou claro que a comunidade internacional está longe de um consenso para responder ao desafio da mudança do clima. Estou convencido de que Suécia e Brasil têm um papel decisivo a desempenhar na COP-16 no México, ainda este ano. Com iniciativas inovadoras em energia renovável, limpa e eficiente, estamos apontando a direção a seguir. Assim como no Brasil, a Suécia está adotando medidas concretas para reduzir de forma drástica e sustentável sua dependência dos combustíveis fósseis. Não temos tempo a perder.

Nosso acordo sobre cooperação em bioenergia abre caminho para ações de grande impacto. Contamos com a Suécia como nosso maior aliado para liberalizar o mercado de etanol na União Europeia e ajudar a criar renda e oportunidades para países na África, América Latina e Caribe. Ano após ano, a produção de alimentos no Brasil vem crescendo. Ao mesmo tempo, em 2009, registramos o menor desmatamento em 20 anos. Graças a um ambicioso compromisso de redução de emissões, deixaremos de despejar

na atmosfera, até 2020, mais de 1 bilhão de toneladas de CO₂. Isso representa quase a totalidade dos compromissos de todos os países desenvolvidos juntos.

Senhoras e senhores, Com Celso Furtado e Gunnar Myrdal aprendemos que o subdesenvolvimento não é uma fatalidade. O mundo que queremos só será possível pela defesa intransigente da democracia e do multilateralismo, do diálogo sobre a força, do desarmamento e da não proliferação, da preservação do meio ambiente, e do respeito aos direitos humanos. Sei que a Suécia é um aliado incondicional dessa empreitada.

Com a certeza de que esta visita irá fortalecer os vínculos que nos unem, convido todos os presentes a erguerem um brinde à saúde e felicidade do Rei e da Rainha, à prosperidade de nossos povos e à amizade sincera entre Suécia e Brasil.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA DO FUTURO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL - BRASÍLIA

**PALAVRAS PROFERIDAS PELO MINISTRO CELSO AMORIM POR
OCASIÃO DA ABERTURA DA CONFERÊNCIA DO FUTURO DA LÍNGUA
PORTUGUESA NO SISTEMA MUNDIAL - BRASÍLIA, 25/03/2010**

Senhores Ministros,
Senhor Secretário-Geral do Itamaraty,
Embaixador Antônio Patriota,
Senhor Diretor do Museu da Língua Portuguesa, que organizou generosamente esta exposição,

Autoridades da CPLP e do Instituto Internacional da Língua Portuguesa,

Meu querido Embaixador Lauro Moreira, que durante tantos anos se destacou como o primeiro Representante brasileiro junto à CPLP,

Embaixador Ruy Nogueira,
Amigos,

Eu aproveito esta oportunidade para dar as boas-vindas aos participantes da Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa. Até por que não vou poder estar presente nos demais dias do evento. Isso porque terei que chefiar a delegação do Brasil presente à Conferência de Doadores para o Haiti - naturalmente uma conferência que trata de um assunto emergencial e de grande interesse para nós -, que deverá angariar recursos da comunidade internacional para a reconstrução daquele país. O Secretário-

Geral do Itamaraty, na qualidade de Ministro interino, irá conduzir, pelo lado brasileiro, os trabalhos desta Conferência. Esta exposição de hoje, organizada pelo Museu da Língua Portuguesa de São Paulo - um exemplo, aliás, de instituição cultural - abre a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. A sequência de eventos, que culminará com a Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, tem como propósito refletir sobre ações tendentes ao fortalecimento e à difusão da língua portuguesa no mundo.

Na Conferência, vão ser analisadas propostas para a implantação do idioma em foros multilaterais. O que já começou a ocorrer: a Organização Mundial de Propriedade Intelectual, por exemplo, já utiliza a língua portuguesa em algumas de suas sessões. Estamos trabalhando para que isso ocorra na Unesco e para, quem sabe no futuro, outros organismos façam o mesmo.

Também visa a Conferência a trabalhar pelo fortalecimento do ensino da língua portuguesa, atender ao expressivo contingente de cidadãos oriundos de países lusófonos

na Diáspora e também trabalhar para a maior difusão da língua nos meios de comunicação internacionais. Vamos também analisar, nesse processo, a implantação do Acordo Ortográfico, que é um instrumento indispensável para uma verdadeira política da nossa língua.

A exposição de hoje valoriza, digamos, a “porosidade” da língua portuguesa às influências locais e externas. O português é, assim, um idioma “mestiço”. E, plagiando João Cabral de Melo Neto, que reflete a nossa “alma mestiça”.

Estima-se que há 245 milhões de pessoas que falam a língua portuguesa no mundo. É idioma oficial de oito países espalhados em quatro continentes. Embora não estejamos em uma competição: o português é hoje língua oficial para mais pessoas do que é o francês, que é língua oficial das Nações Unidas.

O Brasil assume compromisso de promoção do idioma no mundo como objetivo de sua política externa. Pessoalmente, tenho um envolvimento muito forte com a causa da promoção da língua portuguesa já há muitos anos. Como Diretor do Departamento Cultural do Itamaraty - está aqui presente a Ministra Eliana Zugaib, que é minha sucessora no cargo - participei da organização da 1ª Cúpula dos Países Lusófonos, em São Luís do Maranhão, em 1989, por convocação do Presidente Sarney e inspiração do Embaixador José Aparecido de Oliveira. Como Ministro do Governo Itamar, presidi, em Brasília, o 1º Encontro dos Chanceleres dos Países de Língua Portuguesa, evento precursor da CPLP.

Como mencionei o Zé Aparecido, é indispensável fazer uma homenagem a esse grande brasileiro que foi o principal idealizador da CPLP. Como Embaixador do Brasil em Lisboa, Zé Aparecido trabalhou tenazmente para viabilizar a constituição da entidade, que, na realidade, só viria a ser fundada em 1996.

Não sei se está aqui presente o filho dele, o Deputado José Fernando, mas gostaria de recordar também que na viagem que o Presidente Lula fez a Maputo, ele batizou com o nome de José Aparecido de Oliveira o Centro Cultural Brasil-Moçambique.

Falar neste Centro Cultural é especialmente emocionante para nós - e para mim particularmente -, porque foi uma criação para a qual, digamos, conspiraram três pessoas: o próprio Embaixador José Aparecido, que era o Ministro da Cultura na época; eu, que era Diretor do Departamento Cultural; e o Embaixador Nazaré, que era o então Embaixador do Brasil em Moçambique. Tivemos que fazer mágicas orçamentárias - fizemos tudo corretamente, como não poderia deixar de ser - para conseguir os recursos necessários para alugar aquele Centro. Tivemos que cancelar alguns concertos na Sala Priel em Paris ou algumas exposições na Galeria Debret para viabilizá-lo. A despeito do ceticismo que alguns demonstraram inicialmente, por estarmos lidando com um país jovem, com instituições supostamente precárias, o Centro funciona seguramente há mais de vinte anos, de modo que aquele aluguel já foi pago e repago algumas dezenas de vezes graças àquele gesto. O Centro é, portanto, muito importante. E para quem preza cultura, como é o nosso caso, o Centro demonstra como a promoção cultural desempenha um papel político.

Dois a três anos depois, já estava como Embaixador em Genebra, tive a grata surpresa ao abrir o “International Herald Tribune” e ler artigo sobre Moçambique, que ainda se encontrava em plena guerra civil, antes, portanto, dos acordos de paz. E o artigo dizia que a cidade de Maputo era uma cidade deserta, que tudo faltava e que, do ponto de vista cultural, a única coisa que pulsava era o hoje Centro Cultural José Aparecido de

Oliveira, então Centro de Estudos Brasileiros em Moçambique. Vê-se, portanto, que papel importante esses Centros podem ter no próprio desenvolvimento dos países.

O Presidente Lula atribui grande importância à promoção da língua portuguesa no mundo e à aproximação com os países de língua portuguesa. Foi o primeiro Presidente brasileiro a visitar todos os países da CPLP. Desde o início do Governo, abrimos (ou reabrimos) Centros Culturais brasileiros em Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e estamos em processo de instalação de outro em Timor-Leste, para se somar aos que já existiam em Moçambique e Guiné-Bissau.

Há pouco tempo, quando visitei Guiné-Bissau, vi que o curso que foi montado no Centro Cultural naquele país já tem mais de 800 alunos - um número fenomenal. Estes centros estão, na realidade, ajudando a produzir cultura nesses países, além de ajudar a universalizar a língua portuguesa para facilitar seu uso internacional, científico e acadêmico. Como mencionei alguns dos Centros Culturais, não quero perder a oportunidade de fazer referência a homenagem que o Presidente Lula fez quando decidiu a criação do Centro Cultural em Angola, que ainda funciona em acomodações muito modestas. Mas estamos trabalhando para que, muito em breve - como, certamente, o Embaixador Ruy Nogueira, que comanda toda essa área, poderá atestar -, o Centro Cultural em Angola tenha a dimensão de que a nossa relação com aquele país merece. E este Centro Cultural o Presidente Lula denominou Ovídio de Andrade Melo. O Embaixador, meu primeiro chefe no exterior, foi, coincidentemente, o Representante Especial do Brasil, em Angola, durante o Governo de Transição.

Uma das coisas importantes que eu ouvi nessas minhas andanças pela África - especialmente pela África de língua

portuguesa - foi um comentário do então Ministro angolano das Relações Exteriores, que me contou que o reconhecimento pioneiro pelo Brasil do Governo de Angola - que era, na realidade, do MPLA - foi absolutamente decisivo para a pacificação do país, ao menos em Luanda. Foi um gesto de grande coragem. E o nosso Representante em Angola naquele momento era o Embaixador Ovídio de Andrade Melo, que hoje é homenageado com o nome do Centro Cultural do Brasil naquele país.

Falando de língua, a gente não pode deixar de falar em poesia. Eu sei que é batido, mas não há como deixar de lembrar o verso de Fernando Pessoa: “Minha pátria é a língua portuguesa”. Vamos fazer uma pequena variante, talvez um pequeno silogismo, embora não necessariamente esses exercícios de lógica sempre combinem com a poesia. O poeta brasileiro Vinícius de Moraes disse: “Minha pátria é a luz, o sal e a água”. Combinando os versos Fernando Pessoa aos de Vinícius, podemos dizer que a língua portuguesa é “a luz, o sal e a água”, que são, no limite, a própria vida.

Nesse espírito de celebração do idioma, do diálogo e da vida, quero convidá-los para conhecer a exposição e, em seguida, para ouvir o show da Maria Bethânia.

Bem-vindos.

Muito obrigado.

**DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO À
PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHSON-SIRLEAF**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
ALMOÇO OFERECIDO À PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHSON-
SIRLEAF - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA , 07/04/2010

Senhora Ellen Johnson-Sirleaf, presidente da República da Libéria,

Senhora Olubanke King, ministra dos Negócios Estrangeiros da Libéria, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da delegação liberiana,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros aqui presentes,

Senadores, Deputados federais,

Embaixadores,

Amigos e amigas,

A primeira visita de um chefe de Estado da Libéria ao Brasil é ocasião para comemoração. Celebramos o encontro de duas nações nascidas sob o signo da liberdade e da esperança. Ninguém melhor do que a presidenta Ellen Johnson encarna esses valores. Primeira mulher africana chefe de Estado, a eleição de Vossa Excelência consagra uma trajetória dedicada à dignidade do indivíduo e à justiça para todos.

As duras perseguições que sofreu não comprometeram seu empenho em favor da reconciliação nacional. As dificuldades do exílio não abalaram seu compromisso com um futuro de desenvolvimento e democracia

para o seu povo. Cara Presidenta, O Brasil compartilha sua confiança inabalável na África. Acreditamos nos 800 milhões de africanos determinados a realizar a promessa de uma região com vastas riquezas naturais e extraordinárias perspectivas de crescimento. Nessa empreitada, a África, hoje, fala com unidade de propósito e voz uníssona. As realizações da União Africana e de organismos como a Cedeao e a União do Rio Mano são prova de que o continente está reencontrando o rumo da construção da paz e da consolidação da democracia.

A Libéria é símbolo dessas conquistas. Superou anos de conflito e lançou-se na reconstrução nacional. Como a Presidenta gosta de dizer, a Libéria não tem problemas, a Libéria tem desafios. O Brasil quer ser parceiro na solução desses desafios. O Acordo de Cooperação Técnica que assinamos em 2009 mostra o caminho a seguir. O intercâmbio de equipes técnicas nas áreas de fortalecimento institucional e de saúde aponta o quanto podemos realizar juntos.

A estratégia liberiana de redução da pobreza e o programa Fome Zero são experiências exitosas que devemos partilhar. Queremos levar para toda a África nosso compromisso

de fazer do bem-estar o ponto de partida do desenvolvimento solidário. O combate à Aids será sempre uma prioridade. É com essa convicção que o Brasil está construindo uma fábrica de antirretrovirais em Moçambique. Queremos que a Libéria e todo o continente tenham acesso a medicamentos e treinamentos fundamentais para derrotar uma pandemia que ameaça gerações de africanos.

No Brasil, aprendemos que não há segurança alimentar sem uma agricultura familiar robusta. E, por intermédio da Embrapa, estamos levando ao pequeno agricultor, na Libéria, a experiência brasileira de fortalecimento da produção rural. Estamos semeando em solo africano a revolução verde que os brasileiros conheceram nas últimas décadas. Essa mesma tecnologia tropical também promete outra revolução.

A Libéria possui todas as condições de clima e de solo para ser grande produtora de biocombustíveis. No Brasil, conhecemos os benefícios de reduzir a dependência dos combustíveis fósseis. Multiplicamos a geração de renda e empregos, e nos tornamos referência no combate à mudança climática. Em maio próximo, temos a oportunidade de dar um passo decisivo nessa parceria. Vamos realizar, em Brasília, encontro com os ministros da Agricultura de todo o continente africano. Contamos com a participação da Libéria para selar definitivamente uma aliança que une tecnologia do futuro com a solidariedade que atravessa gerações.

Senhora Presidenta, Essas são as armas dos países em desenvolvimento para vencer uma crise financeira global que golpeou, sobretudo, os mais vulneráveis. Fazer a economia mundial voltar a crescer, mas

de forma sustentável, significa recolocar o tema do desenvolvimento no foco da agenda global. Gerar empregos e derrotar a fome são tarefas inadiáveis em um mundo cada vez mais interdependente.

Na caminhada da Libéria rumo à reconstrução nacional, seu melhor aliado será uma governança global democrática e equilibrada. É preciso que o Banco Mundial e o Fundo Monetário abandonem seus dogmas obsoletos e condicionalidades nefastas. O Brasil não se tornou credor desses organismos para que as coisas continuassem como antes. Exigimos reformas profundas para que os países em desenvolvimento possam ter voz ativa na definição de seu próprio futuro.

É esse o compromisso que os países do Bric renovarão em seu encontro em Brasília, na semana que vem. É também a mensagem que o Brasil levará às próximas cúpulas do G-20. Sei que estaremos falando pela Libéria e pelos jovens africanos que sonham com um amanhã à altura das melhores tradições e conquistas desse nobre continente.

É com esse propósito que dou boas-vindas à Vossa Excelência e peço a todos que levantem um brinde em homenagem a Presidenta da Libéria.

**DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO
PRESIDENTE DO MALI, AMADOU TOUMANI TOURÉ**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO MALI, AMADOU TOUMANI
TOURÉ - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 08/04/2010

Excelentíssimo senhor Amadou Toumani Touré, presidente da República do Mali, e senhora Lobbo Touré,

Senhor Moctar Ouane, ministro das Relações Exteriores do Mali, por meio de quem cumprimento os demais integrantes da delegação do Mali,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, por [meio de] quem cumprimento todos os ministros aqui presentes,

Senhores deputados, Senadores, Jornalistas, Embaixadores, Empresários,

Amigos e amigas,

A primeira visita do presidente Amadou Touré ao Brasil confirma o momento excepcional de nossas relações. Não é mera coincidência que o presidente Touré venha ao Brasil no ano do cinquentenário da independência do Mali. Intérprete autêntico das aspirações de seu povo, Vossa Excelência nos traz uma mensagem de dedicação à verdadeira soberania, àquela conquistada na luta pela democracia, pela justiça e pelo desenvolvimento. Sua luta pela redemocratização do Mali ajudou a fazer desse país um modelo de estabilidade na África subsaariana e um motivo de esperança para todo o continente africano.

Senhor Presidente, A aproximação do Brasil com a África é motivada pela mesma busca de justiça e cooperação solidária. Prova disso é nossa parceria com os países produtores de algodão. Somos aliados contra os que pregam o livre comércio, mas praticam o protecionismo. Somos contra os que despejam bilhões de dólares no mercado internacional em benefício de poucos e em detrimento de milhares de agricultores pobres. É esse o propósito de nossa disputa na Organização Mundial do Comércio. Na luta por um regime multilateral de comércio mais justo e equitativo é fundamental abolir os subsídios distorcivos dos países ricos. Somente assim teremos êxito em fazer das negociações de Doha uma verdadeira “Rodada do Desenvolvimento”.

A conclusão da Rodada é um imperativo para a promoção do desenvolvimento dos países mais pobres e vulneráveis. É inaceitável que nações ricas protelem os resultados de quase uma década de negociações. Mas são necessários, também, novos paradigmas na cooperação internacional. Este é o objetivo do projeto da Fazenda Modelo de Sotuba. Estamos lançando uma experiência pioneira de fomento à capacidade produtiva do Mali, mas que beneficiará também agricultores de Burkina Faso, Benin e Chade.

A primeira colheita de algodão realizada no ano passado, com a presença do embaixador Celso Amorim, comprovou o que já sabíamos: a transformação do cerrado brasileiro em um celeiro internacional [nacional] tem excelentes perspectivas de se repetir nas savanas africanas. Essa mesma convicção leva o governo do Mali a apostar na cooperação em biocombustíveis. Como o Brasil, seu país dispõe de todas as condições para diversificar sua matriz energética e reduzir a importação de derivados de petróleo custosos e poluentes. Essas experiências podem e devem ser ampliadas. Por isso, vamos sediar, em Brasília, em maio, o Diálogo Brasil e Países Africanos sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural.

Meu amigo presidente Touré, Nas diferentes partes do Brasil que Vossa Excelência visitará, poderá comprovar que a contribuição africana está profundamente enraizada em nossa cultura. O povo brasileiro quer conhecer melhor suas origens. Só entendendo sua história, poderá traçar o caminho seguro de seu futuro. Por isso vamos aumentar o intercâmbio entre universidades, professores e alunos. Estamos tornando realidade o compromisso, em lei, de levar a cultura e a história afro-brasileiras às escolas e às próximas gerações.

A abertura da Embaixada do Brasil em Bamaco, em 2008, acelerou nossa descoberta mútua. A realização, em maio, da “Semana do Brasil” revelará costumes e modos de ser que aproximam nossos povos e forjam uma identidade comum. Com a próxima inauguração da Universidade para 10 mil alunos brasileiros e africanos em Redenção, no Ceará, vamos formar profissionais em setores estratégicos como saúde, agricultura e gestão pública. O Brasil aposta no extraordinário potencial do Mali e de todo o Oeste da África.

Essa também é a visão das empresas brasileiras que integraram a missão

empresarial liderada pelo ministro Celso Amorim, em 2009. No encontro promovido ontem na Fiesp, demos novos passos para realizar essas oportunidades de negócios e de investimentos.

Meu caro presidente Touré, O Mali está na vanguarda da caminhada da África rumo a um futuro de paz, segurança e prosperidade. A Escola de Manutenção da Paz do Mali faz parte dessa trajetória de sucesso que o Brasil reconhece e aplaude. É esse também um campo onde podemos juntar nossas experiências em benefício mútuo.

É com esse mesmo espírito de cooperação e solidariedade que convido todos, de pé, a erguerem suas taças pela saúde do presidente Touré e da primeira-dama, e pela felicidade e prosperidade crescente do povo-irmão do Mali.

Muito obrigado.

CÚPULA DE SEGURANÇA NUCLEAR – WASHINGTON
- INTERVENÇÃO DO BRASIL
ÍNTEGRA DA APRESENTAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA SOBRE OS TEMAS DA CÚPULA DE SEGURANÇA
NUCLEAR - WASHINGTON, 12 E 13/04/2010 -

“A segurança nuclear é um aspecto essencial do uso da energia nuclear para fins pacíficos, particularmente no atual contexto em que se espera aumento expressivo da geração de energia nuclear em todo o mundo. Juntamente com a proteção física do material e das instalações nucleares e com as garantias adequadas quanto ao uso exclusivamente pacífico da tecnologia nuclear, a segurança é fundamental para a criação de um ambiente favorável ao desenvolvimento das aplicações da energia nuclear em benefício da humanidade.

Desde o advento das aplicações pacíficas do átomo, a segurança nuclear tem sido fundamental para se assegurar o pleno aproveitamento dos benefícios gerados pela tecnologia nuclear.

Hoje, enfrentamos novos desafios nessa área, em particular o risco de que agentes não-estatais, em particular grupos terroristas, tenham acesso a materiais ou armamentos nucleares para propósitos ilícitos.

O Brasil está comprometido com ações nacionais e internacionais para combater o terrorismo nuclear. Qualquer ato terrorista, praticado sob qualquer pretexto, é condenado de forma veemente pelo Brasil. O repúdio

ao terrorismo é um dos dez princípios constitucionais que regem nossas relações internacionais.

É importante, por outro lado, evitar que a preocupação legítima com o terrorismo nuclear prejudique o direito de acesso, uso e desenvolvimento da energia nuclear para fins pacíficos.

O modo mais eficaz de se reduzir os riscos de que agentes não-estatais utilizem explosivos nucleares é a eliminação total e irreversível de todos os arsenais nucleares.

É essencial que as armas nucleares, até sua eliminação total, estejam absolutamente seguras. Quanto maior a quantidade de armas nucleares e sua disseminação, maiores as dificuldades e custos associados a sua proteção. O desarmamento nuclear e a não-proliferação constituem componentes essenciais de qualquer estratégia efetiva que vise alcançar os objetivos da segurança nuclear.

O Brasil não abre mão de cobrar de todos os Estados-Parte a observância dos objetivos do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). Esperamos que a Conferência de Exame do TNP, a realizar-se em maio, produza resultados concretos. O sucesso da Conferência somente será possível

mediante o tratamento equilibrado dos três pilares do Tratado. A necessidade de se avançar o processo de desarmamento nuclear é a maior prioridade, até porque, somente com o fim das armas nucleares, teremos garantias plenas quanto à não-proliferação.

Outras dimensões devem, no entanto, ser consideradas na seara da segurança nuclear. Em meu País, estamos conscientes disso, especialmente após grave acidente radiológico na cidade de Goiânia, em 1987, envolvendo uma fonte radioativa medicinal (Césio-137).

Desde aquela época, fortalecemos e aprimoramos nossa autoridade nacional regulatória, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). A CNEN, hoje, exerce controle estrito sobre as mais de 50 mil fontes radioativas utilizadas para inúmeras atividades pacíficas no Brasil, em áreas como medicina, indústria e pesquisa.

O Brasil possui uma legislação robusta, eficiente e adequada nas áreas de proteção física e prevenção do terrorismo. Estão incorporadas à legislação interna todas as normas relacionadas à proteção física de bens, materiais e equipamentos sensíveis constantes dos acordos e regimes de que somos parte. O Brasil é parte de todas as convenções da AIEA sobre a matéria e de treze acordos multilaterais e regionais sobre combate ao terrorismo.

A segurança nuclear é responsabilidade primária de cada Estado. Trata-se, porém, de uma preocupação coletiva de toda a comunidade internacional. Devemos, pois, trabalhar juntos para assegurar a adoção universal dos mais altos padrões de segurança.

A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) é a única instituição multilateral de escopo universal com competência e experiência no assunto. Apoiamos a atuação da AIEA na elaboração de diretrizes para a proteção física dos materiais; na conscientização das autoridades

nacionais quanto à importância do tema; e no treinamento para a implementação das medidas adequadas.

A cooperação internacional é essencial para se alcançar os objetivos abrangentes da segurança nuclear. Iniciativas bilaterais, plurilaterais ou outros esforços, ainda que relevantes, não podem sobrepor-se ao papel central e primário de organizações multilaterais pertinentes, como a AIEA.

Considerações relacionadas à segurança nuclear não podem em absoluto servir como pretexto para dificultar o acesso à tecnologia nuclear para fins pacíficos. O Brasil tem fornecido à comunidade internacional todas as garantias de que suas atividades nucleares destinam-se exclusivamente a fins pacíficos. Essas garantias têm sido dadas no plano bilateral, por meio de acordo com a Argentina; no plano regional, por meio do Tratado de Tlatelolco; e no plano multilateral, por meio do Acordo Quadripartite (Argentina, Brasil, ABACC e AIEA).

O Brasil aplica controles estritos e eficazes sobre transferências de bens sensíveis de uso na área nuclear. Nossa legislação incorporou todas as Diretrizes do Grupo de Supridores Nucleares.

Apoiamos a iniciativa do Presidente Obama de convocar esta Cúpula de Segurança Nuclear. Estamos dispostos a seguir cooperando com nossos parceiros e com instituições multilaterais nessa empreitada.

O tratamento adequado das preocupações relacionadas à segurança nuclear e, em contexto mais amplo, das questões relativas à paz e à segurança internacionais envolve a necessária reforma das instâncias decisórias máximas sobre tais temas, em especial o Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Não podemos falar em segurança nuclear sem pensar em que tipo de governança global

administra a segurança internacional no mundo de hoje. Nas áreas comercial, financeira e de mudança do clima, vemos progressos, com o estabelecimento de arranjos mais representativos para lidar com os desafios do mundo atual. Mas na área de segurança internacional isso ainda não vem ocorrendo. Persistem as estruturas e as regras de 1945.

A ONU vem perdendo credibilidade. Ao não contar com um Conselho de Segurança mais representativo e com maior legitimidade - e cada vez mais descompassado com a realidade atual --, as Nações Unidas perdem espaço na governança da segurança internacional. Isso não interessa a ninguém.

O compromisso do Brasil com a segurança nuclear e com o combate ao terrorismo nuclear é inabalável. Reiteramos nosso apoio ao cumprimento do Comunicado Conjunto e do Plano de Ação a serem adotados nesta Cúpula. O Brasil está pronto a cooperar ativamente para um mundo mais seguro, em que - paralelamente à eliminação de todos os arsenais nucleares -- os materiais fisséis e as instalações nucleares estejam protegidos.”

ANEXO

ACORDOS INTERNACIONAIS E LEGISLAÇÃO E MEDIDAS NACIONAIS NAS ÁREAS DE PROTEÇÃO FÍSICA DE MATERIAIS E INSTALAÇÕES NUCLEARES E DE COMBATE AO TERRORISMO.

1. Acordos Internacionais

§ O Brasil é parte do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e do Tratado de Proibição das Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tlatelolco).

§ O Brasil é parte das 13 convenções internacionais sobre terrorismo: (i) Convenção Relativa às Infrações e a Certos Outros Atos Cometidos a Bordo de Aeronaves; (ii) Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves; (iii)

Convenção para Prevenir e Punir os Atos de Terrorismo Configurados em Delitos Contra as Pessoas e a Extorsão Conexa, Quando Tiverem eles Transcendência Internacional; (iv) Convenção para a Repressão de Atos Ilícitos Contra a Segurança da Aviação Civil; (v) Convenção sobre a Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, Inclusive os Agentes Diplomáticos; (vi) Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns; (vii) Protocolo para a Repressão de Atos Ilícitos de Violência em Aeroportos que Prestem Serviço à Aviação Civil Internacional; (viii) Convenção para a Marcação de Explosivos Plásticos para Fins de Detecção; (ix) Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos; (x) Convenção Internacional sobre a Supressão de Atentados Terroristas com Bombas (com reserva ao parágrafo 1 do art. 20); (xi) Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo; (xii) Convenção Interamericana contra o Terrorismo; e (xiii) Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear.

§ O Brasil é também parte das convenções da AIEA relativas à proteção física do material nuclear: (i) Convenção Sobre a Proteção Física do Material Nuclear; (ii) Convenção sobre Pronta Notificação de Acidente Nuclear; (iii) Convenção sobre Assistência no Caso de Acidente Nuclear ou Emergência Radiológica; (iv) Convenção de Segurança Nuclear; e (v) Convenção Conjunta para o Gerenciamento Seguro de Combustível Nuclear Usado e dos Rejeitos Radioativos.

§ Além disso, o Brasil segue as recomendações estabelecidas pelo Código de Conduta da AIEA em relação ao tema.

2. O Brasil e a Argentina são parte de arranjo bilateral na área de controle e contabilidade de

materiais nuclear, o Sistema de Contabilidade e Controle Comum (SCCC), implementado pela Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle.

3. Os dois países, a ABACC e a AIEA são parte do Acordo Quadripartite para Aplicação de Salvaguardas, de 13 de dezembro de 1991, que define as salvaguardas implementadas aos a todos os materiais e em todas as atividades nucleares levadas a cabo no Brasil e concorre para assegurar o caráter exclusivamente pacíficos do Programa Nuclear Brasileiro.

4. Os países do MERCOSUL, Bolívia e Chile se comprometeram politicamente com a Declaração de Ushuaia, de 1998, que declara a região zona de paz e cooperação, livre de armas de destruição em massa.

2. Legislação Nacional

§ A Constituição Federal determina o uso da tecnologia nuclear no País exclusivamente para fins pacíficos.

§ A Lei nº 4118, de 27 de agosto de 1962, criou a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e estabeleceu as atividades nucleares em território nacional como monopólio do Estado. Define como crime contra a segurança nacional a transferência clandestina de materiais nucleares e proíbe a posse ou transferência de materiais nucleares sem autorização da CNEN.

§ A Comissão estabeleceu, em 2004, Grupo de Proteção Física (GPF), para centralizar todos os esforços do Governo brasileiro para a proteção física dos materiais, equipamentos e tecnologias nucleares sob jurisdição nacional.

§ O Governo brasileiro criou, em 1980, o Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON), com vistas ao planejamento integrado, ações coordenadas e implementação contínua de procedimentos com vistas a responder a necessidades de segurança relacionadas às atividades nucleares brasileiras.

§ As diretrizes nacionais para exportação de bens sensíveis impõem procedimentos para a exportação, pelo Brasil, de quaisquer equipamentos, materiais ou tecnologias identificadas pela Lista de Equipamentos, Materiais e Tecnologias de Uso na Área Nuclear ou pela Lista de Equipamentos, Materiais e Tecnologias Relacionadas de Uso Dual, baseadas nas Diretrizes do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), de que o Brasil é membro desde 1996. A Coordenação-Geral de Bens Sensíveis (CGBE) do Ministério da Ciência e Tecnologia é o órgão responsável pelo controle de exportações de bens sensíveis.

§ A Lei nº 6453, de 17 de outubro de 1977, estabelece a responsabilidade civil por danos nucleares e responsabilidade penal por atos relacionados a atividades nucleares.

§ Na área de transporte de bens sensíveis, compete ao Ministério dos Transportes definir regras e procedimentos aplicáveis em território nacional. A Regulação nº 204, de 20 de maio de 1997, atualizada pela Resolução nº 420/2004, de 12 de fevereiro de 2004, contém as “Instruções Complementares a Regulações para Transporte Rodoviário e Ferroviário de Produtos Perigosos”.

VISITA DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA, AO BRASIL
DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À IMPRENSA
POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DO CHILE, SEBASTIÁN
PIÑERA, AO BRASIL - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 09/04/2010

Excelentíssimo senhor Sebastián Piñera, presidente da República do Chile, e sua senhora Cecília Morel,

Senador Jorge Pizarro, presidente do Senado do Chile, Deputada Alejandra Sepúlveda, presidente da Câmara dos Deputados do Chile,

Senhor Alfredo Moreno, ministro das Relações Exteriores do Chile, por meio de quem cumprimento os demais integrantes da delegação chilena,

Embaixador Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros,

Companheiros da imprensa,

Amigos e amigas,

Ao escolher o Brasil como destino de sua primeira visita de Estado, o presidente Piñera fez mais do que renovar o afeto e a amizade que sempre aproximaram os nossos povos. Com esse gesto, Vossa Excelência reafirmou o compromisso solene que une Chile e Brasil. Nossos países redobram a aposta em um modelo de desenvolvimento verdadeiramente sustentável, solidário e integrador. Juntos, estamos ajudando a escrever um novo capítulo na trajetória da América Latina e do Caribe.

Meu caro presidente Piñera, Durante o terremoto de fevereiro último, o Chile viu

centenas de vidas ceifadas e incontáveis prejuízos à sua infraestrutura. Nesse momento de superação, certamente o Brasil estará ao lado do Chile. Vossa Excelência dedicou o seu governo à tarefa de reconstrução nacional. Não duvidamos que, sob sua presidência, o Chile se dedicará, com redobrada determinação, a reconstruir fundações ainda mais sólidas para seu desenvolvimento e o bem-estar do seu povo.

Senhoras e senhores, O compromisso do Brasil em ajudar o Chile a reerguer-se é concreto e incondicional. Mais do que nunca, devemos redobrar esforços para por em prática os compromissos que assumimos ao lançar, em 2006, nossa aliança renovada e a Comissão Bilateral que inauguramos. Essa parceria se assenta em bases sólidas. Nossas economias não sucumbiram à crise econômica global, mas reagiram, reforçando complementaridades. Resistimos à tentação do protecionismo, de modo que nosso intercâmbio comercial já recuperou os níveis pré-crise.

Agora, apostamos na parceria entre duas economias altamente competitivas e abertas à inovação, para acelerar a reconstrução da infraestrutura do Chile. Os empresários que o presidente Piñera encontrou ontem, em São Paulo, terão grande interesse em participar dessa parceria, e o BNDES estará à disposição.

Confiemos no potencial de um comércio que passou de 3 bilhões, em 2003, para quase 10 bilhões, em 2008. Esse ambiente econômico favorável de nossas relações fez do Chile um dos maiores investidores estrangeiros em nosso país, com um estoque de investimento de US\$ 8 bilhões. Já o Brasil investiu mais de US\$ 2 bilhões no Chile, nos últimos anos, mas, agora, temos a oportunidade de fazer mais, em benefício da recuperação deste país irmão.

Por isso, temos urgência em concluir o acordo bilateral de promoção de investimentos. Nossa parceria em TV digital é prova de que caminhamos juntos, rumo à revolução do conhecimento. Empresas, técnicos e pesquisadores chilenos e brasileiros estão unindo esforços para construir uma moderna infraestrutura de comunicações. Estamos dando o passo decisivo para forjar um pujante pólo tecnológico regional.

No momento em que o Brasil se prepara para sediar os dois maiores eventos esportivos mundiais, o memorando de entendimento que estamos assinando hoje é especialmente oportuno. Promoverá a atividade nas áreas de educação física, capacitação profissional, produção de material esportivo e intercâmbio de programa de grande alcance social.

Caro presidente Piñera, Nossa inserção no mundo globalizado será mais competitiva e sustentável por meio de uma América do Sul unida, democrática e socialmente justa. Não nos interessa ser ilhas de prosperidade no oceano de insatisfação e frustração. Com o apoio e a participação decisiva do Chile, a Unasul realizou grandes avanços em sua consolidação institucional, alicerçada numa agenda de superação de assimetrias e no desenvolvimento da infraestrutura viária e energética. Precisamos construir estradas, pontes, hidrelétricas, gasodutos e linhas de transmissão.

Nossa tarefa imediata é inaugurar, em conjunto com a Bolívia, o Corredor Rodoviário Interoceânico, que permitirá a conexão entre Santos, no Atlântico, e Iquique, no Pacífico. Estou convencido de que é chegada a hora de aprofundarmos nossa identidade sul-americana também na área monetária.

O Brasil quer estender ao Chile a experiência que temos com a Argentina, de transações comerciais em moeda local. Chile e Brasil são peças fundamentais para a estabilidade da América Latina e do Caribe. É o que estamos fazendo ao reforçar nossa presença na Missão de Estabilização no Haiti. Nossa aposta na integração não tem volta, mas isso não basta. Precisamos reformar uma arquitetura econômica e financeira global, que privilegia a especulação e remunera a ganância. Aqui, a Cepal terá uma contribuição essencial a dar.

Ao valorizar a experiência sul-americana de combinar a ampliação da democracia com inclusão social, está recolocando o desenvolvimento no centro da agenda internacional. Precisamos, sobretudo, que os países em desenvolvimento estejam no centro das soluções globais para problemas universais. Por isso, agradeço a reiteração do apoio chileno, para que o Brasil ocupe assento permanente no Conselho de Segurança reformado. É gesto de confiança na capacidade brasileira de ajudar a construir soluções eficazes, legítimas e fundadas em um compromisso com a democracia, os direitos humanos, a liberdade e a justiça social.

Meu caro presidente Piñera, Demos, hoje, passos firmes para consolidar o muito que Chile e Brasil já alcançaram durante os governos que nos antecederam. Confio que legaremos às próximas gerações realizações à altura de nossa grande amizade.

Muito obrigado. E também dizer à imprensa brasileira e à imprensa chilena que

eu já disse ao companheiro Piñera que antes de terminar o meu mandato eu farei a minha visita de Estado ao Chile, para visitar o povo chileno e o presidente Piñera. Eu não sairei da Presidência do Brasil sem visitar o Chile como Chefe de Estado. Muito obrigado.

4ª CÚPULA IBAS

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE ABERTURA DA SESSÃO PLENÁRIA DA 4ª CÚPULA DO IBAS - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 15/04/2010

Primeiro, dar as minhas mais cordiais boas-vindas ao primeiro-ministro Singh e dar as minhas boas-vindas ao nosso companheiro Zuma.

E quero declarar aberta a 4ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul.

Se o Zuma quiser assumir um compromisso comigo, nós poderíamos, Zuma, convidar o primeiro-ministro Singh para assistir à final da Copa do Mundo, dia 11 de julho, entre África do Sul e Brasil. Se der empate entre Brasil e África do Sul, nós então pediremos para o ministro Singh desempatar para que não haja nenhum conflito entre nós dois.

Bem, todos vocês têm acesso... eu penso que a ata, a proposta de agenda está de acordo. Eu considero aprovada a nossa agenda de trabalho e vamos passar então à fase dos pronunciamentos que nós temos que fazer: Brasil, África do Sul e Índia.

Primeiro, eu quero dizer aos companheiros ministros brasileiros, indianos e da África do Sul, e dizer à imprensa brasileira, à imprensa africana e à imprensa da Índia a importância dessa 4ª Cúpula do Ibas, que estamos realizando aqui, em Brasília. E dizer a vocês que após sete anos, o Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul volta a Brasília para dar

continuidade a uma trajetória vitoriosa, cujo início coincidiu com o primeiro dia de meu governo, em 1º de janeiro de 2003.

O lançamento do Ibas, junto com a África do Sul e a Índia, foi meu primeiro compromisso em política externa. O Ibas é nossa resposta a uma ordem internacional desigual e injusta, incapaz de resolver antigos problemas, como a pobreza extrema e a fome de milhões de seres humanos. Uma ordem que também não oferece soluções para as novas ameaças que se multiplicam, como a degradação ambiental e a insegurança alimentar e energética.

Somos três grandes democracias multiétnicas do mundo em desenvolvimento, unidas para propor e construir, sem antagonismos, com firmeza e continuidade de propósitos. Nossa vocação democrática nos ensinou a apostar na transparência e legitimidade das decisões multilaterais. Para problemas cada vez mais globais, precisamos de respostas igualmente universais. Frente aos desafios de um mundo interdependente, propomos mais cooperação e mais solidariedade.

O Ibas quer ajudar a moldar um século XXI livre dos conflitos, da miséria e do medo. Na OMC, lutamos pela conclusão da Rodada de Doha de forma equilibrada.

O comércio pode ser uma alavanca para os países mais pobres realizarem seu potencial agrícola. No G-20 financeiro, enfrentamos a crise internacional com a certeza de que a recuperação da economia mundial depende, em grande medida, da força dos países em desenvolvimento. Mas também depende da rápida aplicação de medidas já decididas, para pôr fim à especulação desenfreada e regular os principais fatores que estiveram na origem da grave crise financeira mundial.

No Conselho de Direitos Humanos, fizemos prevalecer o direito à saúde sobre os interesses de cartéis farmacêuticos. Nas negociações sobre mudança de clima, somos a base de uma sólida coalizão que defende o meio ambiente sem questionar o direito ao desenvolvimento. Estamos juntos nessas inúmeras frentes, mas os países em desenvolvimento não consolidarão uma voz mais ativa sem a reforma da ONU e a ampliação do Conselho de Segurança. Temos credibilidade e estamos dispostos a assumir responsabilidades.

Por isso, defendo a participação de novos atores nas negociações sobre o Oriente Médio. Não temos histórico colonial nem interesses particulares na região. Podemos ajudar a desobstruir os impasses. Nosso único interesse naquela parte do mundo é a de contribuir para a paz. Meus amigos e minhas amigas, Cooperação, diálogo e solidariedade. Esses também são os pilares da estratégia de desenvolvimento social do Ibas. Estamos fazendo aí uma rica e diversificada experiência.

Quero prestar minha homenagem ao primeiro-ministro Singh e ao presidente Zuma por seu compromisso com essa iniciativa. Já estamos colhendo os primeiros frutos de nosso trabalho. O projeto-símbolo dessa nova etapa de nossa parceria é o lançamento de

dois satélites Ibas. Beneficiarão muitas nações amigas em áreas que vão da navegação à agricultura. Por meio do Fundo Ibas, estamos transformando em iniciativas concretas de solidariedade Sul-Sul nossos avanços em pesquisa agrícola, formação técnico-profissional, saúde e desenvolvimento de fontes renováveis de energias.

Estamos implementando projetos de cooperação no Haiti, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Burundi, Palestina, Laos e Camboja na convicção de que podemos erradicar a fome e a pobreza. Estamos levando fármacos para ajudar países, sobretudo da África, devastados por doenças curáveis. Em Ramalá, na Palestina, estamos construindo um centro esportivo porque o esporte é o melhor amigo da paz. Com o Fundo Ibas, estamos provando que não é preciso ser rico para ser solidário, que é possível ajudar sem ingerência nos assuntos internos de outras nações.

Estamos provando também que solidariedade não escolhe hora. Vamos redobrar nossa ação solidária no Haiti, com o aporte de US\$ 2 milhões para ajudar na reconstrução após o devastador terremoto. Com o envolvimento de parlamentares, das organizações não-governamentais e das universidades, estamos tornando o Ibas um projeto de nossas sociedades. O Foro de Mulheres traz mensagem sobre a importância de valorizarmos o seu papel no desenvolvimento de nossas sociedades. O Foro de Pequenas e Médias Empresas cria fortes sinergias. Com o seminário empresarial conjunto Ibas-Bric, vamos dar novo impulso a esse setor fundamental na criação de emprego e renda.

Caros amigos Singh e Zuma, O Ibas enfrentou o ceticismo dos que preferem a inércia à ação. Nossas realizações provam

que temos motivos para olhar o futuro com otimismo. Tenho certeza que outros frutos virão. Quando vierem, eu já não estarei deste lado da mesa, mas o Brasil certamente estará. Pessoalmente, continuarei a me empenhar pela cooperação Sul-Sul. Também seguirei me dedicando à causa da integração do Brasil com a Índia e a África do Sul. Acredito no futuro do Ibas, pois sei que esses ideais continuarão a inspirar líderes como Jacob Zuma e Manmohan Singh.

Muito obrigado.

4ª CÚPULA IBAS

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE ENCERRAMENTO DA SESSÃO PLENÁRIA DA 4ª CÚPULA IBAS - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 15/04/2010

Obrigado, primeiro-ministro Singh.

Estamos chegando ao final da nossa Cúpula. Esta Cúpula é o resultado de mais de um ano de preparação. Ela foi precedida de encontros de 15 grupos de trabalho, reuniões ministeriais e vários fóruns paralelos. Esses eventos demonstraram a diversidade e força do Ibas como mecanismo de diálogo.

Agradeço a todos aqueles que contribuíram para esse esforço de construir respostas solidárias para nossos desafios comuns. Somos uma aliança de três democracias. Por isso, quero dar uma palavra especial àqueles que melhor expressam nossa vocação para o diálogo. É extraordinário o compromisso nesses últimos dois dias dos foros da sociedade civil na consolidação do Ibas. É a garantia de sustentação da iniciativa nos anos futuros. Mostra que o Ibas é muito mais que um fórum de chefes de Estado. É um verdadeiro encontro de culturas.

Felicito particularmente o Fórum de Mulheres, na pessoa da ministra Nilcéa Freire, pelo seu trabalho. Os parlamentares também discutiram a questão de gênero, em especial a participação feminina na vida política. Os editores debateram a ordem

mundial da comunicação, a necessidade de melhor divulgarmos nossa visão de mundo. Não precisamos importar a interpretação dos outros sobre a nossa própria realidade.

Na área empresarial, são muitas as oportunidades. Prova disso é que, nos últimos sete anos, nossas trocas quadruplicaram, atingindo US\$ 12 bilhões em 2009. Nossa melhor resposta para a crise foi apostar em mais comércio e mais investimentos. Nossas economias são movidas pelo crescimento do mercado interno e pela inovação de nossas empresas. É hora de promover uma maior participação do pequeno e médio empreendedor no Ibas. Encontrar respostas para a degradação das regiões metropolitanas é uma tarefa urgente, como a recente tragédia no Rio de Janeiro deixou claro. Com determinação e ações consistentes, vamos vencer uma das principais batalhas do século XXI: garantir moradia e condições de vida decente para todos. Com vontade política, o Ibas segue coeso e vai ampliando seu leque de atuações.

O Fundo Ibas é a face externa desse esforço. É a demonstração de nosso compromisso em levar ajuda, solidariedade e esperança

aos mais vulneráveis. Meus caros amigos, Esta Cúpula é a culminação de uma longa caminhada e o começo de uma jornada ainda mais promissora. Índia, Brasil e África do Sul já têm uma história conjunta e certamente terão, cada vez mais, um futuro comum.

Pessoalmente, eu me despeço do Ibas. E o faço com o sentimento do dever cumprido, com orgulho e felicidade de ver que nossa ideia prosperou. Com a alegria de ter compartilhado com indianos e sul-africanos esta extraordinária e promissora aventura. Desafiamos a geografia e a inércia. E hoje eu posso dizer que nós vencemos. Muito obrigado.

Bem, o último item prevê a adoção de documentos que já foram assinados, já foram distribuídos. E eu quero felicitar os envolvidos pela adoção da estratégia de desenvolvimento social e da declaração sobre o futuro da agricultura.

Certamente, Vossas Excelências já têm, diante de si, a última versão da declaração final da 4ª Cúpula. Não havendo comentários, eu penso que nós poderíamos considerar a declaração aprovada, para que possamos divulgá-la à imprensa, daqui a pouco. E se não há nenhuma observação, eu quero considerar encerrada esta 4ª Cúpula do Ibas que, na minha opinião, foi muito boa.

Quero convidar o presidente Zuma, o primeiro-ministro Singh, nós vamos ao auditório falar com a imprensa. Breves palavras de nós três. Não vai ter respostas, perguntas e respostas, é apenas uma fala curta nossa. E vamos dar cinco minutos para que tenhamos tempo de ir ao toalete, pelo menos pentear o cabelo e lavar o rosto para ficarmos bonitos diante das câmeras de televisão.

DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
DURANTE CERIMÔNIA EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO
DIPLOMATA - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 20/04/2010

Companheira Marisa Letícia,
Meu caro companheiro Celso Amorim,
ministro das Relações Exteriores,
Senhores embaixadores estrangeiros,
Embaixatriz Ana Maria, Embaixador Patriota,
Meus caros formandos, Amigos e amigas,
Meu caro orador dos formandos,
Meu caro diretor do Instituto Rio Branco,

Bom, como eu não sou diplomata e nem estou me formando hoje, eu vou quebrar um protocolo aqui, que é o seguinte: eu estou com um discurso muito bem feito, bonito, mas vai demorar meia hora. E eu penso que o Celso, um dia, o Itamaraty publicará isso aqui, ou quem sabe, a [o] Rio Branco mesmo publicará, como peça de estudo dos alunos. Vale a pena. Mas eu queria dizer duas palavras, porque já é uma e meia, a emoção que os familiares estão aqui, dos seus formandos, daqui a pouco começa a virar raiva, porque a fome não permite que ninguém... a fome não permite que ninguém seja carinhoso com ninguém. E eu queria dizer, Celso, duas palavras.

Primeiro, eu acho que os nossos meninos e meninas que estão se formando hoje, eles vão entrar no mundo da diplomacia brasileira certamente vendo o mundo um pouco diferente

daquilo que a tua geração estava habituada a ver. Aliás, a gente, quando olhar o Mapa Mundi, a gente vai perceber que o Norte não é tão grande como eles pensam que seja e o Sul não é tão pequeno como eles pensam que seja, ou seja, vamos começar a olhar o mundo mais igual, para que a gente comece a se entender e a ser respeitado no mundo.

Eu gostaria de dizer para vocês uma coisa que marcou a minha passagem pela Presidência da República. Nós estamos chegando a um momento difícil porque, daqui para frente, todo ato que eu participar será o último, tudo vai ser o último: foi o último Bric, o último Unasul, o último Nações Unidas, ou seja, daqui a pouco eu tenho nove meses de despedida constante e essa é a minha última participação aqui, como Presidente, na formação dos nossos diplomatas. E dizer para vocês que eu disse um dia para o Celso: “Ô Celso, você precisa tomar muito cuidado, porque o Brasil começou a ficar importante. E quando um país começa a ficar importante, começa a gerar ciúmes. E quando começa a gerar ciúmes, nós começamos a arrumar inimigos. Porque aqueles que não foram capazes de fazer o que você está fazendo, vão começar a ser contra. Até porque,

durante muito tempo, nós fomos induzidos a ter complexo de vira-latas neste país.

O importante era a gente não ser ninguém, ser alguém era um privilégio de outros e não nosso”. O Celso poderia contar para vocês a primeira reunião que nós fizemos com o G-8. Eu lembro, lembro em Evian, eu com seis meses de mandato, com muito orgulho, porque eu sabia quem eu estava representando lá, eu sabia de onde eu tinha vindo, e nós chegamos em uma reunião, já estavam lá quase todos os presidentes da República, faltava chegar apenas o Presidente dos Estados Unidos.

E nós estávamos sentados em umas mesinhas, no hotel em que ia ser a reunião, aí, quando o Bush entra, todo mundo levanta. Eu falei para o Celso: Celso, eu vou ficar sentado, ninguém levantou quando eu cheguei. Qual é a subserviência de a gente levantar porque chegou o Presidente dos Estados Unidos? E não era arrogância não, era apenas respeito.

O Kofi Annan estava conosco, ficou muito incomodado, não sabia se sentava ou se levantava, mas... E, humildemente, o Bush foi lá na nossa mesa, nos cumprimentou e sentou conosco. Não aconteceu nada de anormal. O anormal seria se nós tivéssemos levantado como, habitualmente, as pessoas faziam. Essa é uma coisa que me marcou muito.

Outra coisa que marcou a diplomacia brasileira era a quantidade de críticas que a gente recebia quando a gente ia para a África. Eu vi, aqui, que a nossa premiada aqui está no Gabão. Você não sabe quantas críticas nós recebemos porque fomos ao Gabão, porque as pessoas estavam acostumadas que, diplomacia, a gente tinha que ir para Nova York, para Washington, para Paris, para Londres, para Roma, para Madri, para Buenos Aires, que era muito importante, ou para o Paraguai, que tinha conflitos políticos conosco. Mas para a África? Era descabido. “O que um presidente vai fazer indo para a África?”.

Pois bem, eu vou terminar o meu mandato visitando 25 países africanos e ainda vou sair devendo mais 20 que eu deveria visitar e que eu espero visitar quando eu não for mais presidente da República. A mesma coisa era para a Ásia. Eu lembro da crítica - e vocês são muito jovens. Eu lembro da crítica que nós recebemos quando nós fizemos uma feira em Dubai. Gastamos US\$ 500 mil para fazer uma feira. Ninguém nunca perguntou quanto a gente vendeu, só queriam saber quanto que nós tínhamos gastos. Gastamos 500 mil e vendemos US\$ 50 milhões.

Eu lembro de quanto nós fomos vítimas aqui quando compramos um avião. Pergunte para o Celso se não melhorou substancialmente ele agora poder fazer uma viagem em um avião da FAB, chegar, com muito orgulho, com um avião fabricado pela Embraer em qualquer país do mundo e não ter que ir para São Paulo, para pegar uma ponte aérea, para ir não sei para onde, para chegar em Nova York, tirar o sapato para poder entrar lá. Pergunta se não é muito mais orgulhoso. Quando inventaram a história de tirar o sapato, eu disse para o Celso: ministro que tirar o sapato deixará de ser ministro. Se tiver que tirar o sapato, volta para o Brasil, porque nós não exigimos que ninguém tire o sapato aqui, por que tem que exigir da gente? Nós temos que... e ainda o cidadão com um passaporte vermelho. Diplomata. Antigamente era chique, hoje não é mais tão chique ter passaporte... Hoje tem muita gente, hoje tem muita gente que desconfia mais dos vermelhos do que dos azuis. Mas de qualquer forma eu tenho um vermelho e vou dá-lo para o ...

Bem, eu queria dizer para vocês que o Brasil vive um outro momento. Há uma... há uma coisa... o Celso estava falando de um artigo. Há uma coisa que vocês vão perceber: que o Brasil poderia ter feito as coisas diferente. Por exemplo, o Brasil não precisaria

ter intercedido para fazer um acordo na Venezuela. E graças ao Brasil aquele acordo saiu e as coisas voltaram a normalidade da forma mais democrática possível.

Todos vocês acompanharam como alguns queriam que eu partisse para a garganta do Evo Morales, que esganasse ele quando ele disse que o gás era dele. E eu não fiz porque achei que o gás era dele mesmo, e que nós tínhamos que pagar o preço justo pelo gás. Todo mundo queria que eu pulasse na garganta do Lugo e esganasse ele quando ele queria um pouco mais de dinheiro de Itaipu. E eu acho que eles precisam. E por que eu acho que eles precisam? Porque um país como o Brasil, que é a maior economia desse continente, o Brasil tem que ser o lado generoso. O Brasil tem que ser aquele que estende a mão, aquele que ajuda, aquele que permite que haja um avanço dos outros. O Brasil não pode ser o grande país e os outros os pequenos países. Até porque não haveria espaço para felicidade, para tranquilidade se a gente não fizer uma outra maneira de tratar os nossos vizinhos e fazer com que o crescimento do Brasil sirva para eles crescerem.

Vocês certamente terão muito mais orgulho, muito mais orgulho. E quando a gente começa a ganhar muito, Celso, a gente começa a incomodar. Talvez nem tanto os presidentes, mas talvez a burocracia intermediária que negocia. Eu tenho orgulho do que o nosso país fez, com a coordenação do Celso, na Organização Mundial de Comércio. Eu tenho orgulho quando países como os Estados Unidos, quando países como a União Europeia toda me procuravam: “Lula, está nas suas mãos, você é que decide”. Quer dizer, se eu decidisse do jeito que eles quisessem. Mas, como nós tínhamos o nosso próprio jeito, terminamos por não ter um acordo, depois de um trabalho imenso. E não fizemos o acordo porque paralisou na divergência entre Estados

Unidos e Índia. Divergência eleitoral, porque tinha eleição nos Estados Unidos em 2008 e tinha eleições em maio na Índia. E o Kamal, que era o negociador da Índia, era candidato na sua região, no mês de maio. E o governo americano, pensando em ganhar as eleições, não queria mexer [em] nada de comércio. O que é triste é que já faz dois anos, e nunca mais ninguém tocou no assunto. Como se não tivesse uma necessidade de resolver a crise econômica negociando a rodada de Doha.

Tem muita gente que não gostaria que o nosso querido Brasil fizesse retaliação nos Estados Unidos por conta do algodão. Ora, se a OMC tem regras, elas valem para o Gabão e valem para os Estados Unidos. Não podem valer apenas para um, tem que valer para todos. O que o Brasil fez? Exercitou um direito universal: regras estabelecidas pelos participantes. Graças a Deus, concluímos o acordo, e o algodão vai perder o subsídio que tinha, e os pobres da África, países como o Benin, que produz 400 mil toneladas de algodão, vai poder viver mais tranquilamente, mandando o seu algodão para o mercado internacional.

Então, Celso, eu quero que você compreenda e esses meninos e meninas compreendam que o Brasil ganhou muita importância por isso. Muitas vezes, o Itamaraty é criticado pelas coisas boas que faz. Ninguém critica um embaixador porque ele só gosta de participar de coquetéis toda noite. Se convocar alguém da imprensa para ir junto, não vai ter crítica nenhuma. Criticam é quando ele tem posição política definida. Criticam é quando ele tem posições de autoestima e defender o seu país.

Aí nós recebemos críticas, como recebemos quando colocamos a China como parceiro comercial nosso, como parceiro estratégico; quando decidimos fortalecer o Mercosul; quando decidimos criar a Unasul; quando decidimos criar a Comunidade da América

Latina e Caribe. Então, tudo que une os iguais, nós temos críticas. Porque na verdade, viu Celso, eu acho que o Itamaraty, por todo trabalho prestado ao Brasil... algumas pessoas ainda pensam que o Itamaraty foi criado para ser uma coisa de relações de G-10, G-15, G-20, só coisa dos mais ricos, e não como um país que criou 34 embaixadas no nosso governo.

E eu quero dizer que é com muito orgulho, muito orgulho, quando eu vejo um menino ou uma menina, e passou por São Tomé e Príncipe e por Gabão. E hoje é muito importante, porque muitos diplomatas brasileiros pedem para ir para esses lugares, numa demonstração de que a gente começa a ter mais orgulho, não apenas da nossa profissão, mas do nosso país. E a gente sabe que ninguém vai respeitar a gente se a gente não se respeitar.

Está aqui um companheiro que estava na Venezuela, e é com muito orgulho que, quando a gente quando cria uma comunidade de nações do Caribe e da América Latina, que um companheiro presidente da República de outro país vem pedir: “Lula, pelo amor de Deus, manda o seu embaixador para me ajudar a redigir o documento, que nós não temos condições de fazer”. Além da relação de confiança, é a relação da competência, e é isso que faz com que o Itamaraty seja essa casa de excelência que nós somos...sempre fomos, historicamente fomos.

Mas é importante combinar essa excelência com autoestima do nosso corpo de diplomatas, com o orgulho de saber que nós poderemos discutir em igualdade, sabe, de igual para igual, com o Sarkozy, com o Obama, com o Hu Jintao, com o Medvedev, com o primeiro-ministro Singh, se não existe grau de país de primeira e país de segunda. Um pode ser mais rico do que o outro, mas a nossa terra é tão importante quanto a deles e a nossa ação tem que ser tão importante quanto a deles.

É isso que vai nortear a carreira de vocês:

é vocês dormirem tranquilos sabendo que vocês fizeram aquilo que tinha que ser feito, e é por isso que é importante a importância que a gente deu à diversificação da relação do Brasil. Recebemos muitas críticas.

Eu fico vendo, Celso, o mundo... Eu, muitas vezes, acho que as pessoas me tratam bem porque, como eu sou um operário de fábrica, então, todo mundo: “Lulinha” daqui, “Lulinha” de lá, sabe? E eu também trato todo mundo muito bem. O Celso sabe que eu respeito todo mundo. Eu acredito na relação humana como ninguém acredita. A Marisa até não gosta muito que eu fique passando a mão nas pessoas, abraçando, ela até não gosta muito, mas é assim que eu me relaciono. E eu acho que eu estabeleci uma relação de amizade com os presidentes, uma relação de companheiros. Mas sempre com a antena ligada de que o Brasil estava colocando o pé em espaços que outrora não colocava o pé.

Então, de repente, acontece Copenhague. Nós já tínhamos perdido três vezes as Olimpíadas. As pessoas acham que nós ganhamos o direito de fazer as Olimpíadas por sorte. Por sorte, não, foi dedicação exclusiva do Itamaraty durante dois anos; foi dedicação dos nossos embaixadores em cada país em que tinha delegado; foi dedicação minha de conversar com todos os presidentes e pedir voto, mandar carta para todos os delegados, mandar carta para todos os primeiros-ministros, mandar carta para todos os presidentes durante dois anos; do governador do Rio de Janeiro; do prefeito do Rio de Janeiro; do presidente do COI.

Foi a dedicação de um país para ganhar Copenhague, não foi a sorte. Eu lembro da última conversa que eu tive, em Copenhague. Eu fui lá dois dias antes para conversar com um delegado votante. E eu lembro que eu fui conversar com um companheiro da imprensa... não, companheiro da Itália,

não vou dizer o nome dele aqui, mas eu fui conversar. Aí, o cara nem me cumprimentou, já começou a botar defeito no Brasil: “Eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa disso, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa daquilo, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa da violência no Rio, eu acho que o Brasil não vai ganhar por causa disso”. Ou seja, o cara não me conhecia, sentou na minha frente e ditou regras para mim durante meia hora.

Aí, quando ele terminou de falar, o nosso querido João Havelange queria se retirar da reunião, o Prata estava com mais uns 50 caras no escritório que eu estava, cada um com uma má vontade maior do que a outra, falando alto. Eu levantei e dei um berro, pedi para quem não quisesse ouvir, caísse fora da reunião. Aí, o italiano se assustou, e eu falei: olha, companheiro, vou dizer uma coisa para você. “Qualquer delegado, qualquer delegado do COI, qualquer pessoa que tiver voto no Comitê Olímpico, pode votar contra o Brasil. Você não pode, você não pode. Você tem obrigação moral e política de votar no Brasil, porque é lá que tem a maior comunidade italiana fora da Itália.

Então, se você não pode fazer a Olimpíada de Roma, faça no Brasil, para os italianos verem”. Bem, eu não sei se eu ganhei o voto dele, mas eu sei que quando terminou a votação, ele foi o primeiro a vir me abraçar. Ele foi o primeiro. Porque é assim. As pessoas chegam em um lugar, as pessoas querem dizer. Ô Celso, sabe aqueles negociadores europeus? Agora nos tratam com deferência. Mas, no começo, quando você é novato no pedaço, chega lá um cara de quarto escalão, que você nem sabe, e vai ditando regras, e vai impondo condições: “A Europa pensa isso, a Europa quer que faça isso”. Ora, quer, não! Quer saber se nós queremos? Vamos baixar o facho e vamos sentar em igualdade de condições.

É assim que deve ser a diplomacia brasileira: sermos, todo mundo, generosos, bondosos, humildes, mas orgulhosos de sermos brasileiros e defender os nossos interesses. Agora, em Copenhague, no COP 15... A Marisa já está reclamando ali, dizendo para a Ana Amorim: “Se ele tivesse lido o discurso, já tinha acabado”. Isso é a experiência de 36 anos de casado, é isso que... Mas eu vou contar, a última, essa da COP 15. Na COP 15, estava desenhada uma coisa extraordinária. Outros países ricos queriam acabar com o Protocolo de Quioto, porque ninguém queria compromisso com metas, e ninguém queria compromisso com financiamento.

E estavam os países, todos, combinados para jogar todo o peso da responsabilidade em cima dos países em desenvolvimento, sobretudo da China. Nós mandamos uma boa delegação para lá, o Brasil, sabiamente, tomou uma decisão de que a gente iria diminuir a emissão de gases de efeito estufa de 36 a 39% até 2020; que nós iríamos reduzir o desmatamento da Amazônia em 80% até 2020, então o Brasil chegou lá com autoridade moral - que está esse menino dos Santos, agora, que todo mundo quer que convoque ele para a Seleção, esse menino Neimar -, o Brasil chegou com essa autoridade moral.

Todo mundo queria ver qual era a “paradinha” que o Brasil ia dar e para que lado que o goleiro ia cair. Vamos lá. Cheguei lá, tivemos bilaterais com todos os países europeus, todo mundo queria saber o que o Brasil estava pensando, o que o Brasil ia fazer, o que o Brasil... Bom, foi ficando claro para eles que nós não íamos prejudicar a China; e foi ficando claro para eles que nós não queríamos acabar com o Protocolo de Quioto; e foi ficando claro para eles que nós queríamos que todos tivessem responsabilidade, porém, diferenciada, e que cada um pagasse pelo estrago que cometeu ao planeta. Isso posto,

pediram para que eu... Imagina, pediram para eu convocar uma reunião depois das 10 horas da noite. E fomos para um jantar com a Rainha, estou eu convidando todo mundo: vamos para a reunião, vamos para a reunião. Eu não fazia isso nem no tempo em que eu era dirigente sindical. Mas às 3 horas da manhã, a gente estava apinhado em uma sala apertada, que não tinha cadeira para todo mundo sentar, discutindo palavras e artigos. Chegou uma hora que eu levantei e falei: “Olha, companheiros, quero dizer uma coisa para vocês: nós, no meu país, já fizemos a lição de casa”.

O embaixador Figueiredo estava conosco, não é? Aliás, um craque, viu Celso, um craque. Um craque na arte de negociar, na arte de flexibilizar e na arte de endurecer quando é necessário endurecer. Então, estávamos lá, aí, 3h da manhã, eu falei: “Sabe de uma, gente, olha: nem no tempo em que eu era dirigente sindical eu ficava discutindo artigos e palavras. Eu vou embora”. Levantei e fui embora.

Dia seguinte, às 9h, começamos outra vez. Quando foi meio-dia: “Não vai dar acordo”. Levantamos. Aí, ninguém conversava com ninguém mais. Ficou aquele “samba do crioulo doido”. Ficou aquele negócio assim... Quando foi 5h da tarde, nós pedimos uma reunião: Brasil, China, Índia e África do Sul. Basic. Porque, também, o Itamaraty é que nem o governo: sempre que tem só uma palavra, já faz uma sigla. Então... É verdade. Começamos a reunião, não tinha sigla, já saímos com um tal de “Basic”. Aí, qual não é a nossa surpresa, que Brasil, China e Índia estavam bem afinados. E África do Sul. Brasil, China, Índia e África do Sul. Bem afinados, o G-77, os países africanos todos conosco.

O nosso companheiro Chávez, o Evo Morales, mais radicalizando. E aí, lá pelas tantas, entra o presidente Obama. Primeiro, chegou a Hillary

Clinton, os chineses não quiseram deixar ela entrar. E ela dizia: “Eu sou Secretária de Estado”. Acho que os chineses não entendiam, mas ela terminou... Ela entrou na reunião do Basic, e daqui a pouco estava a Europa reunida em um canto, chega o Obama e fala: “Olha, eu vim aqui para conversar, se precisava fazer um acordo”. Então, sentou o Obama lá, depois de uma hora, uma hora e pouco, fizemos um acordo, ele fez algumas propostas, algumas nós aceitamos, outras nós recusamos, fizemos um acordo. E depois acabou a reunião sem ter o sucesso que tinha, nós vamos ter que trabalhar para o COP 16. Por que eu estou dizendo isso? Na história política da Humanidade, toda vez que aqueles que têm similaridades se juntarem, eles ganham muita força.

O problema sério é quando os iguais se juntam aos diferentes - e sobretudo aos ricos, nunca se juntam aos pobres - para formular políticas de unidade, políticas que permitam a coesão entre os países. Então, quando a gente começa a ganhar esses espaços, nós vamos arrumando adversários. Então, o Brasil na OMC teve um problema, o Brasil em Copenhague teve outro problema, o Brasil nas Olimpíadas teve outro problema. E assim a gente vai arrumando, ou seja, a gente vai chegando em um baile que tinha três caras bonitos, 50 mulheres, de repente, chega mais 50 bonitos e as mulheres vão rareando, as pessoas não querem. E vale de mulher para homem também. Ou seja, o dado concreto é que o Brasil não é mais coadjuvante. O dado concreto é que o Brasil cresceu, o dado concreto é que o Brasil virou importante. E não virou importante apenas porque temos 200 milhões de habitantes, oito milhões e meio de quilômetros quadrados.

Viramos importantes porque temos políticas importantes. E eu falo sem medo de errar, porque temos na figura do Celso,

liderando a diplomacia brasileira, talvez, o melhor diplomata em ação hoje de todos os que eu conheço, de todos. Isso vai criando ciúmes para quem está fora e eu acho que deve criar orgulho para vocês. Muito orgulho, porque vocês estão entrando na carreira diplomática em um momento auspicioso da história deste país. E não pode ter retorno, não pode ter retorno. Ou seja, a gente não pode voltar aos tempos em que o Brasil... E eu defendo mais embaixada, defendo mais dinheiro para o Itamaraty, ou seja, acho que a gente não tem... Eu, quando chego em um lugar qualquer eu vejo a Embaixada da França, a Embaixada da China, a Embaixada Americana, é do tamanho da Esplanada dos Ministérios.

Tem mais gente do que todo o Itamaraty. Às vezes, a gente chega na nossa e tem dois funcionários. Não se queixam do salário por respeito ao Presidente, mas a gente sabe que a gente precisa melhorar muito. E eu sei que nós já melhoramos, eu sei. Nós já duplicamos quase o número de funcionários, já melhorou salário, mas eu sei que é pouco. Pela excelência que é a nossa diplomacia, nós precisamos estar em todos os países, com embaixadas preparadas com muitos especialistas para fazer intervenção em todos os assuntos, Celso.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que dentro de quatro, oito anos, nós iremos ter muito mais orgulho do Itamaraty. Itamaraty deixou de ser aquela coisa bonita, inteligente, para poucos. Nós queremos continuar bonitos, inteligentes para todos e para muitos.

É esse o nosso papel. Por isso, meninos e meninas, que Deus dê força para vocês, se depender do discurso, do que se falou em nome de vocês, eu acho que essa turma tem tudo para ser uma turma vencedora. Um abraço, que Deus abençoe todos vocês e parabéns aos familiares.

DIA DO DIPLOMATA

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR CELSO AMORIM, POR OCASIÃO DO DIA DO DIPLOMATA - BRASÍLIA, 20/04/2010

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva,
Dona Marisa Letícia,
Ana, minha mulher,
Senhor Secretário Geral do Itamaraty,
Embaixador Antonio Patriota,

Embaixador Ruy Nogueira, na pessoa de quem cumprimento os demais chefes da Casa,
Senhor Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Georges Lamazière,

Secretário Leandro Vieira Silva, orador da Turma Joaquim Nabuco, por intermédio de quem saúdo todos os formandos e formandas, seus pais e demais familiares,

Diplomatas de países amigos que se formaram aqui na nossa Academia

Diplomática,

Embaixadores estrangeiros acreditados em Brasília,

Colegas,

Amigos e amigas,

Recebi com enorme alegria o convite para ser paraninfo da Turma 2007-2009 do Instituto Rio Branco. Aceitei a homenagem de todo o coração, mas também com humildade, pois sei que devo atribuí-la, em primeiro lugar, ao reconhecimento do papel que o Brasil atingiu no mundo ao longo deste Governo. Esta é,

portanto, uma honraria que deve ser repartida entre todos os colegas que me auxiliaram - direta ou indiretamente - a executar a política externa formulada pelo Presidente Lula. A escolha de Joaquim Nabuco como patrono da Turma, no centenário de seu falecimento, é um justo tributo a um pioneiro do pensamento social no Brasil e um dos fundadores da nossa moderna diplomacia. Inclusão social e política externa são dois pilares das transformações que o Governo do Presidente Lula vem promovendo no País.

Há alguns meses, tive a felicidade de proferir conferência que inaugurou ciclo de homenagens a Joaquim Nabuco na Academia Brasileira de Letras. Conhecer melhor seu pensamento foi uma experiência gratificante. A personalidade de Nabuco não se presta a simplificações. Bon vivant na juventude, intelectual engajado na maturidade, Nabuco colocou-se contra sua classe, contra sua “raça” (para usar um conceito superado, mas então vigente), contra sua própria carreira política, em nome de seus ideais humanistas. Até mesmo o Governo do Império Nabuco desafiou, ao apresentar ao Papa o memorial em que pedia a intervenção da Igreja para acelerar a abolição. Embora tenha mantido

suas convicções monarquistas, Nabuco não declinou do chamado patriótico para servir à jovem República, cuja proclamação ele amargara: primeiro como advogado no litígio contra os ingleses sobre a região do Pirara e, logo depois, como o primeiro Embaixador brasileiro nos Estados Unidos.

É possível rastrear no pensamento de Nabuco raízes de aspectos relevantes da diplomacia brasileira. Junto com o Barão do Rio Branco, o nosso primeiro Embaixador em Washington ajudou a forjar uma forte relação com os Estados Unidos - naquela época ainda uma potência em ascensão. Aos olhos atuais, esta atitude pode parecer um exercício de submissão. Na verdade, tratava-se de liberar o Brasil dos excessos da influência europeia. Não seria de todo descabido dizer que, *mutatis mutandis*, trabalhar junto com os Estados Unidos da virada do século passado equivalia, de certo modo, a buscar fortalecer o que hoje chamaríamos de multipolaridade.

Nabuco foi também um precursor na valorização da América do Sul. Abolido o Império, que forçosamente nos distinguia na região, Nabuco foi um pioneiro, ao ver que os destinos das repúblicas sul-americanas estavam intimamente entrelaçados. Compreendeu que, na mesma medida em que turbulências em um país podiam contaminar toda a região, a promoção da paz e da democracia, tal como entendida à época, em qualquer de nossos países, também seria benéfica para os demais. O estudo de Nabuco sobre o Presidente chileno Juan Manoel Balmaceda e sua trágica trajetória política é um exemplo, possivelmente único em nosso país no século XIX, de uma pesquisa sobre um estadista contemporâneo da América do Sul.

Mas a genuína causa da vida de Nabuco foi a abolição da escravidão. É de sua autoria a frase: “não basta acabar com a escravidão, é preciso acabar com a obra da escravidão”.

É ele quem identifica o legado perverso que a escravidão deixaria. É ele também quem constata a importância de atacar a questão agrária. Intui, se não explicita, que escravidão e latifúndio eram faces da mesma moeda; que a primeira somente seria verdadeiramente enterrada quando se eliminasse o segundo.

No processo de preparação da fala na ABL, cheguei à conclusão de que a personalidade instigante, complexa e não-linear de Joaquim Nabuco faz do patrono da Turma um verdadeiro enigma, ou simplesmente, um homem moderno. Nabuco viveu e encarnou as contradições de seu tempo. Foi um contestador das ideias hegemônicas da época, sem jamais ter sido um revolucionário. Aquele “brasileiro de Pernambuco” teria seguramente se identificado com o verso de Raul Seixas: “Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo”.

Presidente,

A política externa do seu Governo também escolheu, desde a primeira hora, rebater, com atos, “aquela velha opinião formada sobre tudo”: opinião de que a integração sul-americana e latino-americana era um ideal inatingível; de que o comércio Sul-Sul era um objetivo puramente ideológico; de que uma nova geografia comercial e política era uma quimera. Sobretudo contrapôs-se ao conceito, ou melhor dizendo “pré-conceito”, de que as questões globais só podem ser decididas entre os países ricos.

Há 20 anos, o mundo festejava a derrubada do Muro de Berlim, que representava a divisão entre Leste e Oeste nas relações internacionais. Proclamou-se mesmo o fim da História, como se a eliminação da pobreza, o combate à injustiça e a superação de toda sorte de assimetrias fossem objetivos de somenos. Sua política externa, Presidente, ajudou a reconhecer que a História é um

fluxo contínuo; que não cessa nem cessará nunca. Ouso mesmo dizer que contribuiu para acelerar esse movimento e direcioná-lo no sentido das transformações necessárias.

A constituição do G-20 da OMC na reunião ministerial de Cancun em 2003, em torno da liberalização dos mercados agrícolas dos países ricos, mudou para sempre o padrão das negociações comerciais multilaterais. Isso não poderia ter ocorrido sem o ativo empenho da diplomacia brasileira. Em Cancun, não somente tivemos o desassombro de enfrentar os poderosos e desafiar os paradigmas estabelecidos. Procuramos e logramos fazer convergirem as posições dos países em desenvolvimento, em favor de um desenlace que não violentasse os interesses dos mais pobres.

A extensão da luta contra a fome e a pobreza ao plano internacional, que Vossa Excelência liderou com outros dirigentes, serviu e continua a servir de inspiração a muitas iniciativas, que, mesmo antes da crise, procuravam tornar menos longínquas as metas de desenvolvimento do milênio.

Novos mecanismos substituíram o G-7 como palco das decisões globais de grande relevo. A elevação do G-20 Financeiro ao nível de Chefes de Estado e de Governo, movimento do qual Vossa Excelência foi um dos protagonistas, significou um passo nessa direção. O Grupo BRIC; o Fórum IBAS; o grupo BASIC nas negociações referentes à mudança do clima; o G-20 da OMC têm contribuído para a construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e inclusiva. E o que esses agrupamentos têm em comum? É que o Brasil está presente - e é atuante - em todos eles.

Nossa política externa enfrentou “aquela velha opinião” de que exercer, na cena internacional, o protagonismo compatível com a nossa grandeza - não só econômica,

mas também política e cultural - seria inútil ou, mesmo perigoso. O Brasil soube desafiar o falso paradigma de que nossa política externa deveria pautar-se pela noção da “limitação de poder”. Esta, por sua vez, se baseava numa contabilidade falsa, que deixava de lado o exemplo das nossas transformações sociais, a natureza vibrante da nossa democracia e - por que não? - a nossa capacidade de buscar soluções inovadoras e criativas para velhos problemas.

Ao contrário, exploramos ao máximo os nossos trunfos, entre os quais está a nossa convivência amistosa e fraternal com os povos da América Latina e do Caribe, a começar pela América do Sul. Parlamento do Mercosul, Focem, Casa/Unasul e CALC (agora CELAC), além de inúmeras ações bilaterais despojadas de egoísmo imediatista, impulsionaram a integração, em benefício de nossos povos, reparando injustiças do passado e corrigindo assimetrias do presente. Deram-nos fôlego, também, para uma atuação mais desenvolvida e afirmativa no plano global.

Nossa política externa foi de encontro “àquela velha opinião” de que buscar uma aproximação com a África, com o Oriente Médio e com os países em desenvolvimento da Ásia implicava desperdício de tempo e de energia. Para além dos laços humanos que compartilhamos com esses países - afinal, a sociedade brasileira é formada por migrantes de muitas partes do mundo e 50% da nossa população é de origem africana - a nossa política de cooperação Sul-Sul produziu resultados muito concretos, que nem os críticos mais apegados a uma visão puramente mercantilista da política externa podem negar.

O comércio do Brasil com os países árabes quadruplicou desde a realização da primeira Cúpula América do Sul-Países Árabes, em abril de 2005, em Brasília. O intercâmbio comercial com a África quintuplicou nos

últimos sete anos. O continente africano, se tomado em conjunto, já seria nosso quarto maior parceiro comercial, à frente, de sócios tradicionais, como Japão e a Alemanha.

Nossa política externa questionou “aquela velha opinião” de que é preciso ser rico para ser solidário. Desde 2004, o Brasil comanda a operação de paz da ONU no Haiti. Ajudamos na busca da paz e da segurança e contribuímos decisivamente para a sua reconstituição institucional. Depois do terremoto de 12 de janeiro, nosso compromisso com o Haiti se tornou ainda mais profundo. Levamos aos haitianos alimentos, medicamento e esperança. Há três semanas, na Conferência de Doadores para o Haiti, em Nova York, embasamos nosso gesto com recursos. Demos substância real à nossa solidariedade e apoiamos, de forma concreta e prática, a legítima aspiração do Haiti de ser dono do seu destino.

São incontáveis as ações que, sozinhos ou em conjunto com outros países, como os do IBAS, temos desenvolvido em benefício de nações mais pobres na África, na América Latina e Caribe e, até mesmo em lugares distantes na Ásia e na Oceania. Da fazenda modelo de algodão no Mali aos professores no Timor, passando pelo Centro de Treinamento Profissional do Senai em Guiné Bissau, o Brasil tem feito da cooperação com os mais necessitados uma vertente importante de sua ação diplomática.

Finalmente, nossa política externa derrubou “aquela velha opinião” de que o Brasil precisa pedir licença para agir nas relações internacionais. Mantemos intransigentemente nossa tradição diplomática pacifista e de respeito ao direito internacional. Combinamos o princípio básico da não-intervenção nos assuntos de outros Estados com uma atitude de “não-indiferença”, que nos permitiu ser instrumentais na criação do Grupo de Amigos da Venezuela e nas gestões da Unasul

em prol da paz e reconciliação na Bolívia. Há quem pense, por comodismo ou precaução excessiva, que devemos nos silenciar diante das grandes questões globais que não nos digam respeito de forma direta e imediata. O que essas pessoas muitas vezes esquecem é que a omissão também tem um custo. E, cedo ou tarde, teremos de pagá-lo. O Oriente Médio, o Irã, as situações de conflito ou pós-conflito na África estão muito mais próximas de nós do que por vezes se imagina. Não só por laços familiares e afetivos, como constatamos nos bombardeios do Líbano, em 2006, mas porque a paz e o desenvolvimento cada vez mais terão de ser globais - ou simplesmente não serão.

Este Governo tem um inabalável compromisso com os direitos humanos, sejam estes sociais e econômicos ou civis e políticos. Isto é verdade no plano interno como no internacional. Repudiamos a tortura e apoiamos a democracia, como tivemos a oportunidade de demonstrar nos recentes episódios em Honduras. Mas como influir de maneira justa e, sobretudo, eficaz é um julgamento que tem que ser feito em cada caso individual, à luz das particularidades nacionais, regionais e globais do momento. Por isso o Brasil é um dos mais ativos promotores da Revisão Periódica Universal no Conselho de Direitos Humanos na ONU, cuja criação defendemos com afinco. Mas o que não podemos é abdicar de nossa capacidade de julgar por nós mesmos ou delegar nossas decisões aos mais poderosos, por temor de um suposto isolamento.

O mesmo ocorre em questões complexas da atualidade como a do programa nuclear iraniano. Neste caso, o Brasil não é nem pró-EUA nem pró-Irã, como frequentemente se diz. O Brasil é pró-Paz. É contra as armas nucleares e a favor do desenvolvimento nuclear pacífico. E, mais concretamente, o

Brasil vê que é possível chegar a uma solução negociada para o problema iraniano, que atenda àqueles dois quesitos, com base em propostas existentes. Por isso continuaremos a tentar, sem bravatas ou tiradas quixotescas, mas também sem a covardia dos que podem mas não fazem, por conveniência, medo ou inapetência política. O que queremos evitar, neste caso, é uma tragédia similar à que ocorreu no Iraque, onde o ciclo de sanções impostas a Bagdá e as atitudes desafiantes de Saddam Hussein terminaram da forma que todos conhecemos.

Falo hoje como Paraninfo, mas falo também como Ministro das Relações Exteriores, que acompanha o Presidente Lula ao longo destes quase sete anos e meio. Apesar disso, resistirei à tentação de listar aqui as medidas administrativas que buscaram dar meios humanos e materiais a nossa ação diplomática, a ampliar a presença do Brasil no mundo e a tornar o nosso Itamaraty, de tantas e tão nobres tradições - entre as quais, como dizia o Ministro Silveira, a melhor de todas é a de saber renovar-se - mais parecido com o povo brasileiro, que tanto amamos e que queremos representar bem.

Seja por que razão for - timidez, pudor de não elogiar o chefe ou simples discordância - não é comum que o Ministro das Relações Exteriores seja escolhido como paraninfo das turmas do Instituto Rio Branco. Esta homenagem geralmente é reservada para algum professor ou diplomata que teve contato mais próximo com os alunos. Procurei aqui alinhar, sem excesso de detalhes, as ideias e os sentimentos que têm impulsionado a política externa do Presidente Lula, cuja execução me coube assistir. O que mais me emociona na homenagem que me é prestada, talvez imerecidamente, é imaginar que boa parte dessas ideias e desses

sentimentos é comungada pelos jovens que ingressam na carreira diplomática. Pois nada pode ser mais gratificante para alguém que se aproxima do ocaso de suas atividades político-profissionais do que ver que seus ideais - ou alguns deles - são compartilhados pelas novas gerações.

Joaquim Nabuco, à sua época, classificou o Brasil como um país “quase de futuro”. Outros, depois dele, constataram que o Brasil era - em uma imagem que virou lugar comum - o “país do futuro”. Graças ao nosso Governo, Presidente, podemos assumir que essas imagens ficaram, de uma vez por todas, no passado. Agradeço-lhe, comovido, por me ter permitido participar desta grande empreitada. São as novas gerações de diplomatas, entre os quais esta turma de formandos, que terão a tarefa de enfrentar os desafios sempre inéditos que a nossa inserção no mundo continuará a suscitar. Posso dar testemunho de que muitos desses jovens colegas, inclusive o nosso orador de hoje, o Leandro, têm-se voluntariado a servir em países que antes poderiam ser considerados como “difíceis”.

Parabenizo os formandos, seus pais, cônjuges, companheiros e companheiras pela vitória nas árduas batalhas que tiveram até aqui. Estou seguro de que as lutas que estão diante de vocês serão enfrentadas com o mesmo entusiasmo e patriotismo, sem os quais tudo o que fazemos se torna um ritual inútil.

Hoje é meu último Dia do Diplomata como Ministro das Relações Exteriores do Governo do Presidente Lula. Devo confessar que a carreira da qual já me aposentei, mas a que me mantenho fortemente ligado - a mesma que vocês abraçaram -, recompensou-me para além das minhas expectativas. Não se tratou somente de conhecer líderes mundiais e testemunhar a História de um ângulo privilegiado ou,

mesmo, viver em lugares interessantes. Mas sim de saber que tudo isso foi feito por uma causa que vale a pena: servir ao Brasil. Meus queridos formandos, se me permitirem, dou-lhes um último conselho. É fundamental que um diplomata entenda o seu país. Essa compreensão, entretanto, pode se dar de duas formas. Uma delas é por meio de um olhar puramente retrospectivo, que se concentra em mazelas, limitações e defeitos situados no passado. A outra é prospectiva: a projeção do lugar do País no mundo adiante do horizonte. Isso não significa ignorar a História, mas ter a compreensão de que o Brasil será melhor e maior amanhã do que é hoje. Assim como hoje ele é melhor e maior do que foi ontem.

“Eu vi o mundo, ele começa no Recife”, diz a frase eternizada no painel do muralista pernambucano Cícero Dias. A ideia por trás da máxima deste conterrâneo de Nabuco é que a nossa visão de mundo é ditada pelas nossas circunstâncias. Depois de tantas andanças pelo mundo afora - fosse como diplomata em início de carreira, Embaixador ou Ministro das Relações Exteriores - posso também dizer: “eu vi o mundo, ele começa no Brasil”. E este Brasil que vocês, queridas formandas e formandos, estão recebendo como ofício e missão de vida é muito diferente daquele que eu recebi quando me formei no Instituto Rio Branco. É democrático, socialmente mais justo e internacionalmente respeitado. E a boa notícia é: o melhor de nossa História ainda está por vir. Muito obrigado!

**DISCURSO DURANTE ALMOÇO OFERECIDO AO
PRESIDENTE DO LÍBANO, MICHEL SLEIMAN**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DO LÍBANO, MICHEL
SLEIMAN - PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 22/04/2010

Excelentíssimo general Michel Sleiman,
presidente da República do Líbano,

Senhora Wafaa Sleiman,

Minha companheira Marisa,

Senhor, Tarek Mitri, ministro da Informação
e das Relações Exteriores do Líbano, por meio
de quem cumprimento os demais integrantes
da delegação libanesa,

Embaixador Celso Amorim, ministro
das Relações Exteriores, por meio de quem
cumprimento os demais ministros brasileiros,

Senhoras e senhores embaixadores,

Deputados Federais,

Senadores,

Amigos e amigas convidados,

Receber o Presidente do Líbano é sempre
uma ocasião especial para nós, brasileiros.
Recebê-lo no ano em que comemoramos 130
anos da imigração libanesa é renovar os laços
humanos que fazem desta visita um verdadeiro
reencontro familiar.

Particpei há dias de evento em que
recordamos os desbravadores do passado.
Munidos apenas de coragem e esperança,
homens e mulheres que atravessaram oceanos
em busca de uma nova vida. Seus filhos
herdaram seu tino e talento, destacando-se no

Brasil como políticos, médicos, arquitetos,
engenheiros, artistas e cientistas. Estão
representados aqui hoje na pessoa do ministro
Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio; de Fernando Haddad,
ministro da Educação; de Jorge Hage, da
Controladoria-Geral da República [União].

Foi com esse espírito que meu governo
lançou o encontro de líderes de países da
América do Sul e de países árabes, cuja
segunda edição se realizou em Doha em 2009.

Nossos países estão escrevendo um novo
capítulo dessa extraordinária epopéia. Fui
o primeiro presidente do Brasil a visitar o
Líbano por estar convencido de que essa
nossa parceria é indispensável. O Brasil quer
participar da construção de um novo Líbano.
Em anos recentes, imigrantes brasileiros
desenham o caminho inverso. Prestamos
assistência humanitária durante o conflito
de 2006 e participamos das conferências
de doadores para a reconstrução do país.
Colaborar para a plena reconciliação do
Líbano é o desejo de todos os brasileiros.
Espelha nossa profunda gratidão a uma nação
que tanto contribuiu para a formação do Brasil
moderno e confiante de hoje.

Por meio de acordos que assinamos hoje, vamos realizar cooperação em matéria de desenvolvimento social e esporte.

Meu caro amigo presidente,

O Brasil quer ver o Líbano recuperar seu lugar como porta privilegiada de acesso aos investimentos e ao comércio no Mundo Árabe. Queremos consolidar o papel de Beirute como plataforma para os negócios brasileiros. Estamos empenhados em reativar a conexão aérea direta entre os países. Desde o início de meu governo, nosso comércio triplicou, chegando a U\$ 300 milhões. Temos agora o desafio de equilibrá-lo. Parte da resposta está na diversificação da pauta de exportações libanesas.

Este foi um dos objetivos da recente missão empresarial que o ministro Miguel Jorge comandou a Beirute. À frente de 61 empresas brasileiras, também identificou oportunidades de investimentos para acelerar a reconstrução da infraestrutura do país. Na oportunidade, foi assinado um Memorando de Entendimento sobre Comércio e Investimento, que vai multiplicar os resultados que já estamos colhendo.

Senhor presidente,

Com sua eleição ao cargo de presidente da República, em 2008, e com a bem-sucedida eleição parlamentar em 2009, o Líbano lançou as bases do renascimento que atualmente vive. Das profundas convicções que alimentam sua corajosa militância, Vossa Excelência destilou uma certeza absoluta: a inabalável vocação do povo libanês para a paz e para a democracia. Sua liderança se inspira na trajetória do saudoso companheiro Rafik Hariri, que sacrificou sua vida à causa que estava mais próxima de seu coração: fazer do Líbano um exemplo de tolerância e prosperidade para todo o Oriente Médio.

A visita que Vossa Excelência fez a Damasco é passo indispensável nessa marcha. Essa é a agenda de paz e reconciliação que nossos países estão levando ao Conselho de Segurança. Não haverá reconciliação na região sem um Líbano vivendo em harmonia com seus vizinhos. Não haverá conforto para o sofrido povo libanês enquanto perdurar o conflito árabe-israelense, a questão dos refugiados palestinos e as indefinições sobre o programa nuclear iraniano.

Estive recentemente no Oriente Médio e pude ver de perto a esperança nos olhos das crianças. Estou convencido de que a paz está ao nosso alcance. É com a certeza... É com a mesma confiança no diálogo que irei em maio a Teerã.

Senhor presidente,

Recordo com especial admiração minha visita a Beirute em 2003. Naquela ocasião, ela renascia, pujante e confiante, das cinzas de uma dilacerante guerra. Essa cidade é a expressão viva do caminho da reconciliação e da reconstrução que o Líbano, sob a liderança de Vossa Excelência, vem percorrendo.

É com essa certeza que quero convidar o Líbano a forjar uma nova parceria com o Brasil. É com a mesma convicção que convido todos a erguerem um brinde à saúde do presidente Sleiman e à amizade e afeto entre os nossos povos.

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA PRIMEIRA
SESSÃO PLENÁRIA DA REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-COMUNIDADE DO
CARIBE (CARICOM) – PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 26/04/2010

Bem, eu quero, primeiro, dizer da alegria de estar recebendo todos os companheiros e companheiras que representam a Caricom, para participar desta Cúpula Brasil-Caricom. Portanto, eu quero cumprimentar todos e quero declarar aberta esta reunião de Cúpula Brasil-Caricom.

Nós temos um pequeno roteiro que vocês conhecem. Eu vou fazer uma breve abertura, depois falará o primeiro-ministro de Dominica, o companheiro Roosevelt, Presidente Pro-Tempore da Comunidade do Caribe; depois falará o Edwin, secretário-geral da Caricom; e depois, então, nós abriremos a palavra a todos os participantes.

Meus amigos e minhas amigas,

Com a abertura desta primeira reunião Brasil-Comunidade do Caribe, honramos o compromisso assumido na Cúpula da Caricom, em 2005. Estamos confiantes nessa parceria baseada na força de nossa diversidade. Nossa rica herança africana nos faz aliados na luta contra toda forma de discriminação e desigualdade.

Compartilhamos, também, uma forte vocação democrática. Este ano, o povo se pronunciará soberanamente em eleições gerais no Haiti, Suriname, em Trinidad e Tobago e no Brasil.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

O processo de integração que estamos lançando faz parte de um movimento que está reescrevendo a história da América Latina e do Caribe. Na Bahia, em 2008, pela primeira vez em 200 anos, as nações latino-americanas e caribenhas reuniram-se com uma agenda própria, sem tutelas externas. Há dois meses, no México, criamos a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, na certeza de que problemas comuns exigem soluções compartilhadas.

Estamos nos espelhando no exemplo da Caricom, que tem sabido atuar como bloco coeso e disciplinado. A Comunidade conhece sua força: são 17 milhões de caribenhos com um PIB de US\$ 80 bilhões. Representam 44% dos votos na OEA e 7% dos assentos na ONU. Ao fortalecer nossa aliança, forjamos posições conjuntas em favor de uma ordem internacional mais justa.

No G-20, o Brasil busca expressar as demandas da América Latina e do Caribe. Temos proposto iniciativas para engajar as instituições multilaterais no financiamento de programas sociais e de infraestrutura nos países em desenvolvimento.

A redução dos gases de efeito estufa e o crescimento robusto do mundo em

desenvolvimento, requerem que todos os países assumam suas responsabilidades. O Brasil continuará dando o exemplo, com iniciativas ambiciosas, para reduzir, substancialmente, suas emissões. Insistiremos na conclusão da Rodada de Doha. Precisamos reverter distorções ao comércio agrícola mundial, que mantêm milhões na insegurança alimentar ou na dependência da caridade.

Caros amigos,

Temos pressa em recuperar o tempo perdido. É o que mostra o extraordinário aumento de nossas trocas. Passaram de US\$ 657 milhões, em 2002, para US\$ 5 bilhões e 200 milhões, em 2008, um aumento de quase dez vezes mais. A crise econômica redobrou nossa determinação em consolidar essa parceria. Nos primeiros meses de 2010, o nosso comércio vive forte recuperação. A ampliação das trocas e o estímulo a investimentos brasileiros ajudam a corrigir o elevado desequilíbrio comercial em favor do Brasil.

Abrimos embaixadas em todos os países da Comunidade. Queremos conviver mais de perto com a sociedade caribenha e conhecer suas aspirações. A inauguração da representação diplomática de Barbados, em Brasília, em 2010, mostra que essa também é a convicção do Caribe.

Estou convencido de que estão dadas as condições para concluirmos um acordo entre o Mercosul e a Caricom. Reforçar nossas relações requer criarmos conexões aéreas e marítimas diretas.

O Brasil tem, hoje, o status de observador junto à Comunidade, mas queremos ser verdadeiros parceiros. Por isso, decidimos aceitar o comando da Minustah. Confiamos em que a América Latina e o Caribe podem oferecer um novo paradigma de soluções de conflitos. Vamos provar que não é preciso ser rico para ser generoso. O Brasil destinará mais de US\$ 300 milhões para ajudar o Haiti

a recuperar-se do recente terremoto. Também queremos demonstrar que é possível ser solidário respeitando a soberania do povo haitiano.

Senhoras e senhores,

A Caricom é destino de 10% de toda a cooperação técnica brasileira. Essa é uma parceria vitoriosa que vamos intensificar em setores prioritários. A Embrapa vai compartilhar pesquisas com o Instituto Caribenho de Pesquisas e Desenvolvimento Agrário. O Ministério da Saúde do Brasil e o Instituto Caribenho de Saúde Ambiental vão assinar memorando de entendimento. Vamos dar início às negociações para a participação no Fundo de Desenvolvimento da Caricom. Essas iniciativas requerem identificar fontes inovadoras de financiamento. A decisão do Brasil de tornar-se membro pleno do Banco de Desenvolvimento do Caribe é nossa resposta.

Amigos,

Há poucos dias, o Brasil acolheu os líderes do Ibas e dos Bric, países que estão reescrevendo as regras do sistema internacional. Com a mesma motivação nos reunimos hoje. Acreditamos na nossa visão de um mundo melhor e, sobretudo, um mundo mais justo. Essa é a vocação do Caribe e do Brasil: aproximar para unir e unir para mudar.

Muito obrigado.

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-CARICOM
DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE LUIZ
INÁCIO DA SILVA DURANTE A REUNIÃO DA CÚPULA BRASIL-
CARICOM – PALÁCIO ITAMARATY, BRASÍLIA, 26/04/2010

Primeiro, eu queria reiterar os cumprimentos à presença de cada chefe de Estado, chefe de Governo e de todos os representantes dos países-membros da Caricom. Cumprimentar a imprensa. E dizer para vocês, os nossos embaixadores, eu acho que é sempre importante a gente enaltecer o trabalho daqueles que, no anonimato, produziram todos esses documentos que nós assinamos aqui, produziram todos os papéis que nós assinamos e que, muitas vezes, nós, chefes de Estado, chegamos em uma reunião, está tudo muito pronto para a gente fazer e, muitas vezes, a gente não agradece. Então, meus agradecimentos a todos aqueles que trabalharam para que nós pudéssemos ter essa reunião exitosa que tivemos hoje.

Em segundo lugar, dizer a todos os amigos presentes a essa reunião que hoje é um dia muito especial para mim. Especial porque quando fui, em 2005, no Suriname, participar da Caricom, eu assumi o compromisso de que nós iríamos fazer uma cúpula entre o Brasil e a Caricom. Demorou um pouco, é verdade, mas nós já participamos de outras reuniões, porque já fizemos a Comunidade Latino Americana e Caribenha, já fizemos uma reunião na Bahia, no Brasil, uma reunião no México.

Mas eu estou extremamente feliz porque eu vi, na reunião de trabalho de hoje, quanto tempo nós perdemos não nos relacionando, nas últimas décadas. De um lado, porque o Brasil olhava para os países da Caricom como se fossem países pequenos, economicamente sem importância, e que era importante ter uma relação com as grandes economias do mundo, com as grandes nações do mundo. Mas quando a gente olha a questão do comércio entre a Caricom e o Brasil, e a gente lembra que, em 2002, nós tínhamos apenas US\$ 660 milhões no fluxo comercial entre o Brasil e a Caricom, e chegamos a 2008 com US\$ 5,2 bilhões., nós percebemos que, se nós tivéssemos começado antes, a gente poderia estar em uma situação infinitamente melhor.

O Brasil não olhava para a Caricom e vocês também não olhavam para nós. Porque o Brasil não era um país respeitado no mundo. Muitas vezes, se falavam do Brasil, as pessoas lembravam do Carnaval brasileiro ou as pessoas lembravam do futebol brasileiro. O Brasil não era levado a sério na questão política. O que mudou nesses últimos períodos é que nós nos descobrimos, é que nós poderemos ser úteis e solidários a todos os países da Caricom, e vocês podem ser úteis e solidários ao Brasil. E, ao mesmo tempo, eu tenho a convicção de

que os acordos que nós assinamos hoje vão mudar, definitivamente, a história na relação entre Brasil e os companheiros dos países da Caricom. Não tenho dúvida, companheiros, de que haverá mudança substancial. Primeiro, porque o Brasil caminha com muita disposição de se transformar em uma grande nação e em uma grande potência econômica. O Brasil tem condições, e, se nós continuarmos no ritmo que estamos, o Brasil poderá chegar em 2016, 2018 a ser a quinta potência econômica mundial.

E, ao Brasil – e essa é uma visão do meu governo, e eu tenho a convicção do povo brasileiro –, a nós não interessa crescermos sozinhos. É preciso que todos cresçamos juntos. Nós poderemos fazer muito. A nossa Embrapa pode ajudar de forma extraordinária o desenvolvimento agrícola nos países da Caricom. Poderemos colaborar de forma extraordinária na questão da saúde. Poderemos colaborar de forma extraordinária na segurança alimentar, porque temos uma experiência exitosa e extraordinária na agricultura familiar. E tudo isso nós só poderemos passar para os companheiros se nós conhecermos o que cada um de nós está fazendo.

Na questão energética, nós temos condições de ajudar os países da Caricom. Temos tecnologia, temos expertise, portanto, nós poderemos descobrir novas fontes de energia, trabalhando conjuntamente. Por isso que eu disse no início que estava feliz com essa reunião.

Mas, veja que importante, que nós assinamos nessa Declaração, que é uma coisa que me deixa mais feliz ainda: Na Declaração tem um parágrafo em que nós dizemos o seguinte: “Reconhecendo a importância da herança africana em suas sociedades, os chefes de Estado e de Governo decidiram incentivar a realização de estudos sobre o fenômeno da escravidão e seu impacto na formação

de suas identidades nacionais, com vistas a valorizar adequadamente a participação dos afrodescendentes em suas histórias comuns”. Eu acho isso de uma riqueza incomensurável, nós colocamos em um documento, para que a gente possa, de forma muito humilde, trabalhar o significado dos afrodescendentes na história da Caricom e sobretudo na história do Brasil, que é o maior país negro do mundo, depois da Nigéria.

Portanto, meus queridos companheiros e companheiras, eu acho que essa reunião aqui celebra coisas mais importantes do que apenas mais uma reunião. Eu agora estou importante, porque eu faço reunião do G-8, do G-13, do G-20, do G-77, do G-15, do Ibas, do Bric, da Unasul... Ou seja, o que não falta é “G” para eu participar de reunião. Mas essa reunião aqui, se for analisada do ponto de vista eminentemente econômico por um jornalista crítico, eles vão dizer, aqui no Brasil: “Por que o presidente Lula dedicou uma segunda-feira para discutir com os países da Caricom?” E eu diria: Possivelmente, se os interesses fossem só econômicos, nós não estaríamos fazendo essa reunião. Essa reunião, ela celebra algo mais importante que o dinheiro. Ela celebra a autoafirmação da soberania dos países, por menor que eles sejam. Ela celebra o fortalecimento da democracia no nosso continente. E ela celebra a extraordinária certeza de que a grandeza de um país não está apenas no tamanho do seu território ou na quantidade da sua população, está na grandeza dos seus dirigentes, está nos gestos do seu povo.

E eu tenho certeza - depois de conhecer vários de vocês - que o menor país que participa da Caricom, o menor, o que tem 50 mil habitantes, o que tem 90 mil habitantes, tem o mesmo direito que tem o maior país do mundo em população, que é a China, ou o maior país economicamente falando, que são

os Estados Unidos. Afinal de contas, o que nós queremos é garantir a nossa soberania e nós queremos garantir a autodeterminação dos nossos povos.

Essa reunião tem esse significado. Possivelmente, há 15 anos ninguém acreditaria se nós falássemos em uma reunião como esta, ninguém acreditaria. E hoje, ela não só se realizou como eu participei do ato de maior assinatura de quantidade de acordos que eu já participei em oito anos de governo.

Por isso, meus queridos companheiros e companheiras, chefes de Governo, chefes de Estado, embaixadores, ministros, do coração, os meus agradecimentos à presença de vocês aqui, hoje. Com essa declaração, eu quero cumprimentar o nosso companheiro Roosevelt, da Dominica, e dizer que fiquei lisonjeado com as suas palavras. E dizer para ele que mesmo eu não estando mais na Presidência, fique tranquilo que eu vou continuar fazendo política. Podem ficar tranquilos que eu vou continuar fazendo política porque eu nasci político e vou morrer político.

Muito obrigado e está encerrada a nossa Cúpula.

Aguardo vocês, todos [em traje] esporte, para a gente jantar.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-PARAGUAI: PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS NA FRONTEIRA”

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE O ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL “BRASIL-PARAGUAI: PERSPECTIVAS DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS NA FRONTEIRA” – PONTA PORÃ –MS, 03/05/2010

Meu caro companheiro Fernando Lugo, presidente da República do Paraguai,

Meu caro Juan Bartolomé Ramírez, governador do Departamento de Amambay,

Meu caro André Puccinelli, governador do estado de Mato Grosso do Sul,

Senhor Héctor Lacognata, ministro das Relações Exteriores do Paraguai, por meio de quem cumprimento todos os ministros paraguaios aqui presentes,

Embaixador Antonio Patriota, ministro interino das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros aqui presentes,

Senhores senadores brasileiros, paraguaios, Deputados federais brasileiros e paraguaios, Senhoras e senhores embaixadores, Prefeitos,

Meu caro Paulo Okamoto, presidente do Sebrae,

Senhoras e senhores empresários, Jornalistas e amigos,

Tenho a alegria de receber aqui em Ponta Porã um lutador social, um homem profundamente identificado com as aspirações de seu povo, a quem posso, orgulhosamente, chamar de companheiro. Sua presença à frente da nação paraguaia é parte de um movimento mais amplo de renovação política em nosso continente, que busca construir uma América

do Sul mais justa, inclusiva e democrática. Você transformou a indignação com a miséria em sua cidade natal – San Pedro – em luta incansável em favor dos mais necessitados.

Caro companheiro Lugo,

A realização desta reunião na divisa entre o Paraguai e o Brasil tem grande simbolismo. No passado, alguns viram nossas fronteiras como pontos de separação. Hoje estamos tornando-as em traço de união, comunicação e intercâmbio entre nossos povos. Ou fazemos a integração da produção, do trabalho, da educação e da saúde para todos, ou a integração será a da ilegalidade, do crime, do tráfico de drogas e de armas. Cabe a nós, dirigentes, tomar a dianteira nesse processo. Foi isso que fizemos quando adotamos a Declaração Conjunta de 25 de julho passado. Nela, marcamos o início de um novo diálogo, mais maduro e equilibrado. Nela, reafirmamos a centralidade de Itaipu como fator de integração de nossos países.

Hoje, demos mais um passo nessa direção ao definir os mecanismos para construção da linha de transmissão entre a margem direita de Itaipu e a cidade de Villa Hayes. Isso permitirá que o Paraguai utilize a energia que lhe cabe na produção global de Itaipu para sua industrialização e o bem-estar de sua população.

Por minha instrução, o BNDES analisa o financiamento da construção de uma linha de transmissão entre Itaipu e Salto del Guairá. É projeto importante para levar mais energia ao leste do Paraguai. Ainda na área de infraestrutura, temos a construção da segunda ponte sobre o rio Paraná, entre Foz do Iguaçu e Presidente Franco. Espero lançar, com o presidente Lugo, a pedra fundamental antes do final deste ano.

Junto com a regulamentação do regime de tributação unificada, essas iniciativas ajudarão Ciudad del Este a renovar sua vocação econômica. Essas medidas aperfeiçoam nossa complementação econômica, ajudam a construir mais investimentos produtivos brasileiros no Paraguai e favorecem um maior equilíbrio entre nossa balança comercial.

De janeiro a março de 2010, o comércio bilateral já é 60% superior ao mesmo período de 2009. Este é um sinal concreto de que estamos superando a crise e voltando a crescer. O aprofundamento do Mercosul é outro poderoso instrumento de integração de nossos sistemas produtivos. Para isso, é essencial avançar na eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum e atuarmos juntos pela plena incorporação da Venezuela ao Mercosul.

Integração também se faz com tecnologia de ponta. Estou convencido de que caminhamos para um padrão de TV digital comum na região e esperamos que o Paraguai possa juntar-se ao Brasil, Argentina, Bolívia, Peru, Chile, Equador e Venezuela para consolidar a América do Sul na vanguarda do acesso democrático à informação.

Mas nosso empenho em busca de maior desenvolvimento não seria completo sem medidas concretas para enfrentar a desigualdade e a exclusão social. A luta contra a pobreza

requer maior aproximação na área social. Nossos programas de inclusão constituem importante elo de aproximação. O Tekoporã e o Bolsa Família conferem a paraguaios e brasileiros lugar e voz em nossa sociedade.

A cooperação em agricultura familiar é vital para a segurança alimentar da nossa região. Nosso Programa de Aquisição de Alimentos pode ser aproveitado pelo Paraguai. Da mesma forma, a experiência inovadora do Minha Casa, Minha Vida pode servir de inspiração para programas paraguaios na área de habitação.

Também têm um grande alcance social os progressos alcançados em matéria de regularização migratória de paraguaios que vivem no Brasil e de brasileiros que vivem no Paraguai. Estão em pleno andamento no Paraguai as campanhas de documentação de brasileiros e seus descendentes, muitos deles nascidos em solo paraguaio. A Lei da Anistia, que sancionei no ano passado, permitiu a regularização de milhares de paraguaios, até então indocumentados no Brasil.

Caro amigo presidente Lugo,

Democracia gera paz, solidariedade e desenvolvimento. Compartilhamos o compromisso permanente de preservar e aprofundar o regime democrático em nossos países. Não há mais espaço para rupturas institucionais e golpes militares em nossa região. A colaboração da Unasul para a estabilidade institucional da Bolívia em 2008 é prova do compromisso inequívoco de toda a região com a preservação e o aprofundamento da democracia. A posição firme do Paraguai e do Brasil em relação ao golpe em Honduras deixa claro que não contemporizamos mais com quarteladas explícitas ou maldisfarçadas contra os representantes escolhidos

legitimamente pelo voto popular. Ao Brasil interessa a prosperidade e a estabilidade de nossos vizinhos. Não nos convém ser uma ilha de prosperidade em um oceano revolto.

A sorte do Paraguai é a nossa própria sorte. Por essa razão, expressei minha solidariedade para com as iniciativas de seu governo no sentido de combater toda ação à margem da lei que ameace as instituições paraguaias e dificulte sua ação reformadora. Nossa cooperação será fundamental para derrotar a criminalidade, tenha ela a cara que tiver.

Que o povo irmão paraguaio tenha sobre sua Presidência a realização de uma vida digna que tanto merece. O Paraguai poderá contar com o Brasil para realizar essa aspiração.

Meu querido companheiro Lugo,

Eu queria apenas dizer a você da minha alegria de estar aqui em Ponta Porã, com a participação de mais de 215 empresários brasileiros e paraguaios, com a presença de tantos ministros paraguaios e de tantos ministros brasileiros, porque, aos poucos, nós estamos vencendo o ceticismo. Pessoas que ao longo de décadas e décadas ousaram duvidar que não era possível Brasil e Paraguai trabalharem de forma harmônica, trabalharem de forma conjunta pensando no desenvolvimento mútuo dos dois países.

E eu penso que nós temos duas opções para fazer na nossa vida: ou a gente se levanta todos os dias pela manhã procurando um culpado pelas nossas desgraças ou a gente se levanta de manhã fazendo o que vocês estão fazendo: procurando uma saída para melhorar a vida de cada paraguaio e de cada brasileiro. Não existem muitas outras opções. O que existe, na verdade, é a determinação, que vocês estão colocando neste seminário, de que os defeitos não serão corrigidos se a gente ficar parado

apenas diagnosticando os defeitos. Os defeitos existem e servem para que, ao detectá-los, a gente possa aprimorar um outro jeito de convivência, um outro jeito de governança, um outro jeito de aliança, para que a gente possa tirar os nossos países da situação de pobreza em que nós fomos colocados durante séculos e séculos.

Se eu dissesse para alguém lá em São Paulo que eu ia a Ponta Porã fazer uma reunião com o presidente Lugo e que ia fazer uma reunião com empresários brasileiros e paraguaios, alguém iria dizer: “Esse Lula é, no mínimo, louco. Se ele quiser ir ao Paraguai, ele tem que ir a Assunção. Se ele quiser ir ao Paraguai, ele tem que ir, no máximo, em Ciudad del Este. Ir a Ponta Porã, lá no Mato Grosso, onde ainda tem violência, onde tem o Exército Revolucionário, onde diz que tem os traficantes, onde tentaram balear... fizeram um atentado contra um senador? Esse Lula é louco”. Posso dizer para vocês que eu não sou louco. É que eu acredito que a única forma de a gente vencer o narcotráfico, de a gente vencer os bandidos que existem por aí, de a gente vencer aqueles que querem afrontar a democracia é a gente estar de corpo presente oferecendo mais oportunidades, mais chances e mais possibilidades de Brasil e Paraguai crescerem juntos.

Por isso, presidente Lugo, muito obrigado por ter aceitado a nossa proposta de agenda. Depois, nas perguntas da imprensa, nós vamos poder dizer que nós já temos outras agendas marcadas, porque embora eu termine o meu mandato no dia 31 de dezembro, se tudo der certo, eu ainda terei que estar no Paraguai duas vezes para que a gente comece a ver, andar os acordos que nós fizemos. Portanto, muito obrigado a todos vocês.

8ª CONFERÊNCIA DE REVISÃO DO TNP - NOVA YORK
DISCURSO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA 8ª CONFERÊNCIA DE
REVISÃO DO TNP - NOVA YORK, 03/05/2010 (versão em português)

Embaixador Cabactulan, Presidente da Conferência de Revisão,

Embaixador Sergio Duarte, Subsecretário-Geral para Assuntos de Desarmamento,

Senhoras e Senhores,

Senhor Presidente,

Gostaria de parabenizá-lo por presidir esta Conferência. O Senhor pode contar com toda a colaboração da minha delegação.

O Tratado de Não-Proliferação é intrinsecamente injusto, pois divide o mundo entre “os que têm” e os que “não têm”. Ele é uma expressão dos desequilíbrios do sistema internacional. É o produto de uma era na qual o poderio militar, principalmente o das armas nucleares, era a principal, senão a única, fonte de prestígio e de poder político. O próprio fato, lamentável, de que os membros permanentes do Conselho de Segurança são justamente os cinco Estados nucleares reconhecidos pelo Tratado reforça a percepção de que armas nucleares são um meio para obter proeminência política. Por mais injusto que o Tratado seja, o TNP contém no Artigo VI a semente de sua própria auto-correção. No entanto, a inobservância do Artigo VI perpetua um desequilíbrio destrutivo.

Quarenta anos após a entrada em vigor do TNP, o objetivo fundamental de um mundo livre de armas nucleares continua sendo pouco mais do que uma miragem.

O Brasil está convencido de que a melhor garantia para a não-proliferação é a total eliminação das armas nucleares.

Enquanto alguns Estados possuem armamentos nucleares, haverá outros tentados a adquiri-los ou desenvolvê-los.

Podemos lamentar esta lógica perversa, mas não podemos negá-la facilmente.

Senhor Presidente,

Há uma década, o Brasil participou, pela primeira vez, de uma Conferência de Revisão. Naquela ocasião, assim como hoje, a delegação brasileira tinha consciência de que, ao ratificar o Tratado, o Congresso brasileiro estabelecia a obrigação do Governo de buscar progresso real na área de desarmamento nuclear. No ano 2000, as negociações com os Estados detentores de armas nucleares, lideradas principalmente pela Coalizão da Nova Agenda, resultaram em um programa de ação prospectivo e realista, que passou a ser conhecido como “os treze passos para o desarmamento”.

Dentre outras medidas, a Conferência estabeleceu um compromisso inequívoco dos Estados detentores de armas nucleares com a total eliminação de seus arsenais nucleares.

É triste observar que esta e tantas outras promessas ainda não foram cumpridas.

Mesmo enquanto continuamos lutando pela implementação desses passos, é preciso

avançar para além dos objetivos do ano 2000.

Isso é exatamente o que a Coalizão da Nova Agenda previu quando apresentou um documento com 22 recomendações na área de desarmamento nuclear.

Um compromisso claro, por parte dos Estados detentores, de não-primeiro uso de armas nucleares certamente daria mais credibilidade ao Tratado de Não-Proliferação.

Apresentar garantias de segurança juridicamente vinculantes aos Estados não-nucleares também.

Os Estados detentores de armas nucleares também deveriam renunciar ao aprimoramento ou desenvolvimento de novos artefatos nucleares.

Senhor Presidente,

No último ano, os Estados Unidos e a Rússia comprometeram-se com um mundo livre de armas nucleares.

O Presidente Obama, no seu discurso em Praga, deu nova motivação àqueles que buscam a total eliminação dos arsenais nucleares.

O novo Acordo START foi um passo necessário, ainda que limitado, nessa direção.

Para o Brasil, são bem-vindos os avanços conceituais contidos na Revisão da Postura Nuclear dos Estados Unidos, principalmente com relação a garantias negativas de segurança e ao compromisso do Governo dos Estados Unidos em buscar a ratificação do Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares (CTBT).

Há apenas três semanas, em Washington, líderes de mais de quarenta países confirmaram sua disposição de engajar-se em temas relativos à segurança nuclear.

Porém, os participantes da Conferência também foram lembrados, por mais de um palestrante, inclusive o Presidente Lula, de que a forma mais eficaz de reduzir os riscos de mau uso de materiais nucleares por agentes não-estatais é a eliminação total e irreversível de todos os arsenais nucleares.

Por mais que sejam importantes, medidas unilaterais e episódicas não nos levarão a eliminar as armas nucleares.

O desarmamento nuclear requer passos amplos e verificáveis, bem como um cronograma preciso e realista.

Os argumentos para justificar a posse de armas nucleares durante a Guerra Fria, se em algum momento foram válidos, não podem mais ser sustentados.

Todos concordam que os dias da destruição mútua assegurada [mutually assured destruction – MAD] há muito se foram. Paradoxalmente, a mentalidade daquela época parece perdurar.

Armas nucleares não têm utilidade contra as ameaças de segurança do mundo de hoje.

Não servem para combater os crimes transnacionais, para prevenir conflitos étnicos e religiosos, nem para reprimir a guerra cibernética ou o terrorismo.

As armas nucleares prejudicam a segurança de todos os Estados, inclusive daqueles que as possuem.

Um mundo em que a existência de armas nucleares continua a ser aceita é intrinsecamente inseguro.

Os riscos de confiar em sistemas de “comando e controle” são conhecidos de todos os que estudaram a Guerra Fria.

Foram apontados por especialistas, inclusive por pessoas que ocuparam cargos elevados nas hierarquias de comando nuclear.

Os esforços para evitar a proliferação nuclear devem ser conduzidos com absoluta seriedade.

No entanto, conter a disseminação do conhecimento humano é uma tarefa difícil, se não impossível.

A fé na eliminação das armas nucleares em um futuro próximo é o que nos oferece a garantia máxima contra a proliferação nuclear.

Não se deve negar o direito a atividades

nucleares pacíficas a nenhum país, contanto que tal país aja de acordo com o TNP e com os requisitos da AIEA acordados.

As preocupações legítimas com a não-proliferação não devem impedir o exercício do direito a atividades nucleares pacíficas.

Isso não diminui a importância de prevenir violações e assegurar que todos os membros do TNP cumpram suas obrigações.

As eventuais dúvidas acerca da implementação do Tratado devem ser resolvidas, sempre que possível, por meio do diálogo e da negociação.

Não podemos esquecer que o TNP é parte do objetivo maior da comunidade internacional de promover a paz, conforme os princípios e os propósitos da Carta da ONU.

Senhor Presidente,

Dez anos antes de aderir ao TNP, o Brasil consagrou em sua Constituição a proibição de atividades nucleares para fins não-pacíficos.

Mesmo antes disso, o Brasil e a Argentina haviam-se engajado em um processo sem precedentes de construção de confiança, por meio da implementação de um sistema abrangente de controle e contabilidade de materiais nucleares.

Estamos convencidos de que o modelo brasileiro-argentino de cooperação deve ser uma fonte de inspiração para outros países e regiões.

O Brasil também se orgulha de ser parte do Tratado de Tlatelolco, que estabeleceu a primeira zona livre de armas nucleares em parte habitada do planeta. Estamos convencidos de que o estabelecimento de zonas livres de armas nucleares, especialmente em regiões com focos de tensão, como o Oriente Médio, pode contribuir para a paz e a segurança.

Senhor Presidente,

Quaisquer compromissos adicionais àqueles estabelecidos no TNP devem ser considerados à luz da implementação geral do

Tratado, particularmente no que diz respeito ao desarmamento nuclear.

Estamos inteiramente conscientes de que o desarmamento é um processo complexo, caro e demorado.

Porém, é uma decisão tão política quanto a decisão de não proliferar.

O mundo só estará a salvo quando todos os países considerarem que estão sendo tratados com equidade e respeito; quando suas vozes forem ouvidas e as causas dos conflitos, como a pobreza e a discriminação, forem superadas.

A presença de armas nucleares apenas agrava esses problemas.

As armas nucleares geram instabilidade e insegurança.

Aprofundam o sentido de injustiça.

Não esperemos mais cinco anos para traduzir nosso objetivo comum de um mundo sem armas nucleares em ações políticas concretas.

Obrigado.

**REUNIÃO DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL)**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA ABERTURA DA
REUNIÃO DO CONSELHO DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA UNIÃO DE
NAÇÕES SUL-AMERICANAS (UNASUL) - BUENOS AIRES, ARGENTINA, 04/05/2010

Bem, primeiro eu queria, Rafael, te dar os parabéns pela capacidade de articulação que você demonstrou na Presidência Pro Tempore da Unasul, sobretudo a unificação da Unasul em função da solidariedade ao Haiti e a unificação da Unasul na discussão da crise econômica.

Então, eu acho que o trabalho que você fez foi a demonstração de que a integração da América Latina e da América do Sul não é uma coisa pequena ou uma coisa de alguns teóricos. Acho que nós descobrimos que somente a nossa organização é que pode garantir um novo rumo para a América do Sul e para a América Latina.

Eu penso que a indicação do companheiro Kirchner para secretário-geral é a consolidação de mais uma etapa do fortalecimento da Unasul. O Kirchner tem experiência, conhece o continente, conhece as dificuldades políticas, ideológicas que temos aqui no continente, conhece as diferenças e, portanto, eu acho que ele está cem por cento apto para ser um extraordinário secretário-geral da Unasul. Portanto, eu abro esta reunião, declarando o voto do Brasil ao companheiro Kirchner.

**DECLARAÇÃO À IMPRENSA APÓS ENCONTRO COM
O PRESIDENTE DO URUGUAI, JOSÉ MUJICA**
DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À
IMPRENSA, APÓS ENCONTRO COM O PRESIDENTE DO URUGUAI,
JOSÉ MUJICA – MONTEVIDÉU, URUGUAI, 04/05/2010

Bem, primeiro, dizer para a imprensa brasileira e para a imprensa do Uruguai da enorme satisfação de poder estar aqui numa reunião com o meu querido companheiro Pepe Mujica.

No dia 29 de março eu recebi o companheiro Pepe em Brasília e, em Brasília, nós decidimos criar uma comissão bilateral para discutir os assuntos e as necessidades estratégicas de uma política de integração entre Brasil e Uruguai.

E esta, hoje, aqui em Montevideu... teve uma reunião de empresários brasileiros, empresários uruguaios e ministros, que foi a primeira reunião feita a partir de março de 2010 para produzir elementos para a comissão bilateral começar a produzir as propostas concretas e objetivas no desenvolvimento da integração Brasil e Uruguai.

É importante lembrar a imprensa brasileira e a imprensa uruguaia que a relação comercial entre Brasil e Uruguai está avançando de forma excepcional, e estamos com um pequeno superávit para os companheiros do Uruguai e não vamos reclamar. Achamos que é extremamente importante que a economia do Uruguai tenha um crescimento sustentável, para que o Uruguai possa competir de forma

mais justa no Mercosul e na América do Sul inteira.

Bem, eu penso que aos poucos, também, nós estamos nos convencendo de que o Mercosul é o grande parceiro de todos nós, que a América do Sul é a grande parceira comercial, também, de todos nós do Mercosul, e que nós também aprendemos a diversificar as nossas relações comerciais, para que nós não fiquemos dependentes apenas de um ou de outro país.

O que é importante ter em conta é que eu já disse ao meu amigo Pepe, já disse à Cristina e já disse ao companheiro Lugo, já disse ao Evo e a outros companheiros que o Brasil, por ser a maior economia da América do Sul, por ser o país mais desenvolvido na América do Sul, o Brasil tem a obrigação de se transformar no grande mercado receptor de produtos, não apenas agrícolas, mas de produtos manufaturados produzidos nos países do Mercosul. É a forma de contribuição que nós temos que ter entre nós, na Unasul, no Mercosul e na América Latina.

Também nossa discussão sobre a integração produtiva anda de forma extraordinária, ou seja, com várias empresas brasileiras e uruguaias

estabelecendo os projetos de investimentos, troca de conhecimentos tecnológicos para que a gente possa produzir, e isso facilitar com que também sejamos importadores de produtos industriais produzidos no Uruguai. Veja que nós já estamos exportando... já ultrapassamos os 10 milhões de importação de carros feitos aqui no Uruguai, o que é um fato inusitado. Os companheiros Uruguaios estarem produzindo carros e exportando para o Brasil e para outros países da América do Sul.

Mas a maior preocupação nossa é com a integração física do nosso continente, sobretudo do Brasil e do Uruguai, na questão de transmissão elétrica. Nós estamos discutindo isso já há algum tempo, e eu acabei de propor ao presidente Pepe Mujica que façamos daqui a três meses... porque eu só tenho oito meses de mandato, e nesses oito meses de mandato eu vou ter que fazer o que não foi feito em oito anos. Então, eu quero fazer a próxima reunião com os companheiros do Uruguai em Santana do Livramento daqui a três meses, no começo de agosto ou no final de julho. Depois eu quero fazer uma outra reunião aqui no Uruguai, antes de terminar o meu mandato, para ver se a gente conclui os projetos que nós estamos trabalhando, na questão das linhas de transmissão.

A Petrobras já está fazendo o estudo sísmico nos dois blocos que ela conquistou, e estaremos torcendo para que a Petrobras possa encontrar petróleo aqui. Nós temos também a discussão sobre a questão do porto em águas profundas, o Porto de La Paloma. Nós sabemos o que isso representa para a integração, do que isso representa para o Uruguai, e também, nessa reunião em Santana do Livramento, daqui a três meses, nós vamos aprofundar esse projeto.

O Uruguai tem interesse de recuperar as suas ferrovias e nós temos interesse em participar desse processo de integração,

inclusive com financiamento do BNDES. Estamos estudando também a viabilidade da reativação de nosso ramal ferroviário a partir de Livramento. Estamos discutindo – e eu espero que daqui a três meses a gente já tenha pronto o projeto – o financiamento do centro de convenções de Montevideu, e isso com a participação de empresas brasileiras. Já houve reunião do gabinete do Ministro da Fazenda com os ministros uruguaios, e eu penso que nós estamos com possibilidade de avançar já para a próxima reunião que vamos fazer.

Também estamos discutindo um projeto de hidrovía para o desenvolvimento do nordeste do Uruguai e extremo sul do Rio Grande do Sul. Essa obra já foi incluída do Programa de Aceleração do Crescimento econômico que nós lançamos este ano, de 2011 a 2010 [2014]. Também vamos trabalhar juntos para que a gente possa, nos próximos dias, se Deus ajudar e a Europa melhorar, fazer o acordo comercial entre Mercosul e União Europeia, que, aproveitando a Presidência argentina e a Presidência espanhola, não pode ter momento maior e melhor para que a gente faça esses acordos.

No mais, meus queridos amigos, eu queria dizer que nós estamos avançando, temos condições de avançar muito mais, sobretudo se nós tivermos o crescimento econômico que está sendo delineado para a economia uruguaia e que está sendo delineado para a economia brasileira. O mundo inteiro já sabe que nós sofremos menos com a crise porque fomos mais responsáveis antes da crise; o mundo inteiro sabe que o nosso sistema financeiro é mais sólido, que a nossa política fiscal é mais responsável; e, portanto, nós achamos que o século XXI vai ser o século da América do Sul ocupar um espaço importante no cenário econômico mundial.

Dito isso, eu quero agora experimentar uma boa carne que Pepe Mujica vai oferecer a um presidente faminto, como eu.

OLIMPIADAS 2016

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA SOLENIDADE DE ASSINATURA DE ATOS RELACIONADOS ÀS OLIMPIADAS 2016 - CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL, BRASÍLIA, 12/05/2010

Vejam, eu fiz uma limpeza no meu discurso. Eu tirei oito páginas e ficaram oito, então, é muito curto. Mas é porque, além de vocês, que já entendem tudo o que foi dito aqui, a imprensa precisa apenas saber o que é este ato aqui, porque é importante que amanhã...

Nós sabemos que a sede da Autoridade Olímpica vai ser no Rio de Janeiro, portanto, será a instituição responsável pela aprovação e monitoramento das obras e dos serviços que compõem a carteira de projetos olímpicos. Isso é uma coisa importante, porque nós estamos assumindo compromisso entre três entes federados, mais os companheiros do COI, ou seja, estamos assumindo o compromisso público – que, para nós, é muito sério – de que nós vamos ter como órgão máximo da Autoridade Olímpica o Conselho Público Olímpico, que será uma outra instituição com a participação de muita gente, que vai participar o governo federal, o Prefeito, o Governador do estado do Rio, para que a gente tome as decisões sempre, sempre, muito bem discutidas e, de preferência, de [em] consenso.

A APO terá, ainda, um conselho de governança permanente, de natureza colegiada, no qual está assegurada a representação de toda a sociedade brasileira. O governo federal... vocês sabem que eu já assinei dois decretos

criando o Portal da Transparência tanto da Copa do Mundo como dos Jogos Olímpicos. E por que eu fiz isso? Porque, primeiro, tinha um grupo de céticos, que achava que a gente não ia ganhar a Copa; nós ganhamos. Depois, um outro grupo achava que a gente não ia ganhar as Olimpíadas; nós ganhamos. Aí começaram a dizer: “Mas eu quero ver se vai ter honestidade. Eu quero ver se vai fiscalizar. Eu quero ver quem vai controlar”. Então, eu, logo de cara, criei o Portal, por decreto, para quem quiser acompanhar cada centavo. É só entrar na internet e vai acompanhar dentro de casa, sentado no sofá, tomando o seu uísque, falando mal do governo, vai acompanhar, *pari passu*, o que nós vamos fazer.

Também, dentro da APO, a sociedade poderá ter segurança de que o orçamento público será empregado em prol dos benefícios para o esporte, a juventude e a população do Rio de Janeiro, em se tratando das Olimpíadas. Ela será instituída para finalidade específica e por tempo determinado, com duração prevista até dia 31 de dezembro de 2018. Por que é que tem que ser assim? Porque depois o cidadão que levou todos os louros da glória de realizar as Olimpíadas vai ter que prestar contas e, na hora em que prestar contas, somente quando fechar o balanço das Olimpíadas, que ele estiver

condenado a uns 30 anos de cadeia, é que ele, então, vai poder destituir o mandato. Essa é uma coisa... porque também a gente demonstra muita responsabilidade no trato disso.

E, por último, eu queria dizer para vocês, companheiros, que o Comitê Gestor Federal tem por finalidade estabelecer diretrizes para orientação, coordenação e gestão das ações do governo federal no cumprimento das responsabilidades para o desenvolvimento dos programas, projetos e ações relacionadas aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Isso é extremamente importante pelo seguinte: quando nós fomos fazer os Jogos Pan-Americanos... na garganta, todo mundo promete tudo, mas na hora de colocar o guizo no pescoço do gato, as pessoas já não agem com a mesma seriedade. O Sérgio lembra, ele era recém-chegado ao governo; você lembra, aqui, também recém-chegado à prefeitura... Não, não, ele depois, ele depois, era secretário do Sérgio. O governo federal tinha assumido um compromisso de gastar por volta de 600 ou 800 milhões nos Jogos Pan-Americanos. Acontece que quando foi chegando a época de realizar os Jogos, as coisas não estavam feitas, quem ia para a cucuia era o nome do Brasil. Então, nós passamos a assumir responsabilidades – o Nuzman (incompreensível) – que não eram nossas. Fomos assumindo responsabilidade, assumindo responsabilidade, assumindo, até que nós arcamos, acho que com 70% de tudo que foi feito nos jogos Pan-Americanos. E nós não queremos que aconteça isso nas Olimpíadas e também não queremos que aconteça na Copa do Mundo.

Nós vamos ter que, os três juntos – eu tenho apenas oito meses de gestão –, mas nós, juntos, vamos ter que assumir todos os compromissos; que todo mundo saiba quanto

cada um de nós, ente federado, vai assumir de compromisso, de gastos, de investimentos, para que a gente possa mostrar ao mundo e aos céticos aqui no Brasil, que nós vamos realizar a melhor, mais bonita e mais competente Olimpíada, já depois de fazer a melhor Copa do Mundo, campeão do mundo, que não vai se repetir 1950.

Eu estou feliz porque o Corinthians não tinha nenhum jogador para ser convocado, não foi convocado nenhum jogador mesmo do Corinthians. Antigamente, a gente ficava torcendo para [ver] se ia convocar o jogador do nosso time, na década de 70, está lembrado, torcendo: “Vai convocar, vai convocar”. Agora está tudo no estrangeiro, aqui de dentro ninguém está preocupado mais, porque... facilitou. Eu acho que o Dunga fez a convocação que é a cara dele. Pode não ter gostado o Sérgio Cabral que queria alguém do Vasco, alguém do Flamengo. A verdade é a seguinte: ele convocou à cara dele, ou seja, com aquela cara ele foi campeão da Copa América, ele foi campeão da Copa das Confederações, ele classificou o país três rodadas antes. Nós estamos lembrados que teve Copa do Mundo, aí, que a gente suava para não ser desclassificado e ele... Então, ele montou o time, pode ter faltado um ou outro jogador, no gosto de cada um dos times aqui, mas a verdade é que o Tuma... ô, a verdade é que o Dunga está levando para lá um time que é um time vencedor, é um time vencedor. Eu acho que nós, com esse time, poderemos ganhar a Copa do Mundo. O Dunga mostrou, sobretudo, uma coisa que é preciso todo mundo ter: personalidade. Não se deixar seduzir por aqueles que fazem manchete querendo convocar jogadores. Aqui presidente já indicou jogador para ser convocado; aqui, muitas vezes, as manchetes

indicam. Eu lembro que o último jogo que nós perdemos para a França, na Copa do Mundo do ano passado [de 2006], foi a Seleção do povo, estão lembrados? Tinha que ter entrado dois jogadores, e entrou, não sei se o Ricardinho, se o Gilberto Silva. Eu sei que era o time do povo, e perdemos.

Então, eu acho que é o seguinte: comandante é exatamente assim, Serginho. É como nós: decide, as pessoas gostam ou não gostam, e a gente executa. Se der tudo certo, parabéns; se der tudo errado, vai pagar um preço muito caro. Portanto, eu, a partir deste momento, sou o torcedor número 1 da Seleção brasileira e, para inveja de vocês, estarei na Final. Mesmo que o Brasil não esteja, eu estarei lá, porque eu tenho uma visita de chefe de Estado no dia 9 de julho e tenho uma viagem para a África no dia 5. Certamente, eu estou trabalhando com a ideia de que o Brasil vai para a Final, mas se não for, no ato final da Copa do Mundo, nós temos que pegar a nossa “chavezinha” e trazer para cá a Copa do Mundo.

Então, gente, olhe... Orlando, parabéns; parabéns, meu companheiro Eduardo; parabéns, Sérgio Cabral; parabéns, Nuzman. Eu acho que essa afinidade que vocês estão mostrando desde que nós fomos montar o projeto olímpico para ganhar... Eu lembro, Nuzman, numa declaração tua – eu vou falar isso porque eu tenho muita reunião e tenho um telefonema ainda de um companheiro, do companheiro Sarkozy. Mas eu vou dizer uma coisa: eu lembro de uma vez que eu vi uma declaração tua dizendo o seguinte. Eu vi uma declaração tua dizendo o seguinte, muito tempo atrás, acho que depois das Olimpíadas de 92... de 82, em Barcelona. [De] 92, eu vi você dizer o seguinte: “O voleibol brasileiro chegou à situação que chegou depois que nós estabelecemos o

profissionalismo dentro do voleibol”. Aquele centro de treinamento excepcional que o Orlando tinha me convidado para ir lá ver – eu já vi na televisão, mas nunca fui lá – em Saquarema. Nunca me convidaram para ir lá, mas... talvez porque eu seja baixinho, perto dos que jogam lá. Então, vi você dizer isso. E eu acho que, pela primeira vez, nós fomos disputar uma Olimpíada de forma profissional, arquitetada antes, planejada antes. Alguns falavam: “Nossa, mas o Brasil está gastando dinheiro”. Quem quiser fazer de graça, vá disputar para ver se ganha. Tem que contratar profissionais. Eu ganhei a eleição para Presidente assim, meu filho. Eu perdi três. Quando eu fiz a primeira profissional de verdade, pensada, planejada, está aqui o Lulinha, Presidente da República.

Então, nós que já tínhamos perdido três, nós fomos profissionais. O trabalho da prefeitura, o trabalho do governo do estado, o trabalho do Nuzman, do Orlando. Eu te confesso que nós não tiramos proveito. O correto seria a gente ter voltado no dia seguinte para o Brasil e ter feito uma baita de uma festa. A verdade é que o povo fez a festa, mas nós não participamos dela porque estávamos lá; e quando voltamos, já voltamos tarde, já tinham as críticas no jornal.

Mas eu estou convencido, Sérgio Cabral, você tem chance de estar até 2014 no governo, este moço pode estar até 2016. Mas, independente disso, acho que enquanto brasileiros, todos nós, vamos contar com o apoio da Câmara dos Deputados, do Senado, para que a gente mostre que este país não aceita mais ser tratado como segunda classe. Nós aprendemos a sentar na janela, como Romário nos ensinou, e não sairemos mais da janela.

Portanto, parabéns, e vamos trabalhar, Serginho.

FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-RÚSSIA

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NO FÓRUM EMPRESARIAL BRASIL-RÚSSIA - MOSCOU-RÚSSIA, 14/05/2010

Dizer a vocês da alegria de estar outra vez em Moscou e poder contribuir para aproximar ainda mais os homens de negócios da Rússia e do Brasil.

Quero começar, cumprimentando os ministros que me acompanham nesta viagem: o ministro Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores; o ministro Nelson Jobim, ministro da Defesa; o ministro Luiz Barretto, do Turismo; o ministro Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social; o companheiro Pedro Brito, da Secretaria Especial de Portos,

Quero cumprimentar o senhor Sergei Rybakov, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia,

O embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, embaixador do Brasil na Rússia,

O senhor Arkadi Dvorkovitch, assessor econômico da Presidência da Federação Russa,

O senhor Ivan Ramalho, secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio do Brasil,

Quero cumprimentar os empresários brasileiros aqui presentes,

Os empresários russos,

Cumprimentar a todos, senhores e senhoras,

Vim à Rússia renovar uma antiga tradição da diplomacia brasileira. Apesar da distância

geográfica, nós, brasileiros, sempre fomos atraídos pelas oportunidades oferecidas por este país. Como no Brasil, aqui tudo é em grande escala: extensão territorial, população, riquezas naturais e sistema produtivo.

Hoje estou acompanhado de expressiva delegação de empresários brasileiros interessados em realizar essas possibilidades. Já demos passos importantes para ampliar e diversificar nosso intercâmbio a um nível condizente com a importância de nossos países. Entre 2002 e 2008, multiplicamos por cinco o valor de nossas transações, que chegaram a US\$ 8 bilhões.

Nossas economias saíram da recessão mundial fortalecidas. Por isso, estou convencido de que podemos ultrapassar a meta de US\$ 10 bilhões para 2010. Mas precisamos dar um salto qualitativo, fomentando trocas de produtos de maior valor agregado e removendo barreiras que ainda limitam o crescimento do comércio. Um primeiro passo será o uso de moedas locais, de forma a reduzir custos e riscos em nosso intercâmbio.

Queremos identificar novas parcerias e estimular investimentos recíprocos em setores estratégicos como energia, infraestrutura, espaço e defesa. Os empresários russos já deram a partida, a instalação da Gazprom, no Brasil, abre caminho para reforçar sua

parceria com a Petrobras na área de liquefação e transporte de gás. Com as descobertas de petróleo na camada pré-sal, multiplicam-se novas perspectivas de fornecimento de bens e equipamentos para a indústria do petróleo e de gás natural no Brasil.

Nossos países são potências petrolíferas, mas sabemos que a diversificação e a aposta nas fontes renováveis são a melhor resposta ao desafio da segurança energética do século XXI. Por isso, nossa parceria estratégica deve também se estender à agricultura. Confio que a experiência brasileira na produção de biocombustíveis encontrará campo fértil neste país. Podemos desenvolver projetos conjuntos para a produção de etanol e biodiesel, e responder ao desafio do aquecimento global. Na luta para tornar a agricultura brasileira ainda mais competitiva e menos dependente de monopólios multinacionais, contamos poder aumentar a importação de fertilizantes da Rússia.

A integração energética do território nacional é prioridade para os nossos dois países. A vasta experiência de nossas empresas estatais, (incompreensível) e Eletrobrás, abre espaço para cooperarmos em projetos ambiciosos de transmissão elétrica. Queremos envolver empresários russos e brasileiros na produção e comercialização de receptores para sistemas de rastreamento via satélite.

Com a assinatura do Programa Intergovernamental de Cooperação 2010-2012, vamos desenvolver conhecimentos e compartilhar tecnologias em 29 projetos de cooperação, que vão desde metrologia e biologia até física e nanotecnologia.

Queremos estar na vanguarda de setores vitais para a nossa competitividade na sociedade do conhecimento do século XXI. Os preparativos para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 fazem do Brasil um canteiro de obras e abre um extraordinário

cenário de oportunidades de negócios.

Chegou a hora de investir nessa parceria. Isso requer aproximar visões e reduzir distâncias. Chegou, portanto, o momento de estabelecer conexões aéreas diretas entre Rússia e Brasil.

Senhoras e senhores,

Nossas iniciativas bilaterais de pouco adiantarão, no entanto, se não formos capazes de assegurar uma rápida recuperação da economia mundial. Os países BRIC reagiram com firmeza à implosão dos mercados no coração do capitalismo. A recessão não nos enfraqueceu. Ao contrário, mostrou nossa capacidade de propor alternativas para sair da crise. O colapso das ortodoxias financeiras e das bolhas especulativas mostrou a ilusão daqueles que acreditavam na infalibilidade da mão invisível do mercado. Foi necessária a intervenção da mão visível do Estado para proteger o sistema econômico e, sobretudo, os mais vulneráveis da sociedade.

Mostramos que não se combate desemprego com protecionismo e com desregulamentação dos direitos trabalhistas, mas apostando no potencial de nossos mercados internos. Nossa política econômica privilegiou o mundo do trabalho e a inclusão social. Preservamos o equilíbrio fiscal e reduzimos a vulnerabilidade externa. Abrimos espaço para ações governamentais e financiamentos públicos anticíclicos.

O resultado está à vista. O Brasil gerou centenas de milhares de postos de trabalho em 2009 – precisamente 905 mil novos postos de trabalho – e vamos gerar mais de 2 milhões de empregos formais neste ano de 2010. No primeiro quadrimestre, certamente nós ultrapassaremos, já, 900 mil empregos, no primeiro quadrimestre deste ano. Nunca abdicamos do compromisso de enfrentar a desigualdade social. Desde 2003, 24 milhões de brasileiros deixaram a pobreza absoluta e

31 milhões passaram a integrar a classe média.

Com essas credenciais, levaremos à reunião do G-20, em Toronto, a mensagem da Cúpula dos BRIC em Brasília. Nossos países estão decididos a fazer avançar mudanças profundas na governança econômica global. A instabilidade financeira na Europa não deixa espaço para ilusões ou inércia. Precisamos reformar as instituições financeiras internacionais e evitar o ressurgimento de tentações protecionistas nos países desenvolvidos.

Ao consolidar espaços econômicos integrados, estaremos somando forças para enfrentar o impacto da desaceleração econômica mundial. Queremos fazer do comércio e da cooperação técnica e financeira Sul-Sul um poderoso motor do crescimento de nossas exportações. Por isso, defendemos a entrada da Rússia na OMC como mais uma medida do fortalecimento do multilateralismo.

Senhoras e senhores empresários,

Em 1884, o patrono de nossa diplomacia, Barão do Rio Branco, participou de missão comercial brasileira à Exposição Internacional de São Petersburgo. Já naquela época, percebeu as potencialidades de uma aliança entre a Rússia e o Brasil. Este seminário é uma oportunidade excepcional para estreitar, definitivamente, os laços de conhecimento e de parceria entre nossas comunidades empresariais. É com essa convicção que eu desejo a todos vocês bons negócios.

Mas, meus amigos e minhas amigas, eu vou... Acho que o presidente Medvedev vai me dar mais dois minutos de tolerância para eu poder dizer mais algumas palavras para os empresários brasileiros e para os empresários russos.

Eu penso que a crise que aconteceu em 2008 está a nos provocar para uma mudança de comportamento muito forte, em relação ao comportamento que nós tivemos no século XX. O século XXI está a exigir de cada país mudanças na regra do jogo: primeiro, a

diversificação das nossas relações comerciais. Eu digo isso aos empresários russos e invoco o testemunho dos empresários brasileiros, que foi um grande tema que nós colocamos em prática no Brasil, a partir de 2003. O Brasil tinha uma relação muito privilegiada com os Estados Unidos e com a Europa e uma relação menos prioritária com outros países do mundo.

Então, nós tomamos uma decisão de não ficar dependentes de um único bloco ou de um único país. Resolvemos fortalecer a nossa relação, primeiro, com quem estava próximo de nós, e fomos procurando aqueles que tinham similaridades com o Brasil. Fortalecemos, e muito, a nossa relação com a América do Sul, com a América Latina. Fortalecemos, e muito, a nossa relação com o continente africano, e não é desprezível o fluxo comercial entre Brasil e o continente africano. Fortalecemos, e muito, a nossa balança comercial com os países árabes. Fortalecemos, e muito, as nossas relações com os países asiáticos e, praticamente, aumentamos em cinco vezes a nossa relação com a Rússia.

É muito pouco, ainda, o fluxo comercial entre Brasil e Rússia. Pela importância dos dois países, pela localização geográfica dos dois países, possivelmente tanto Rússia quanto Brasil, no século XX, tiveram outras prioridades; tiveram, quem sabe, outra visão e outros compromissos, possivelmente. Mas neste século XXI, com a economia globalizada, nós não temos mais o direito de fechar os olhos ao mapa-múndi e não enxergar o potencial de negócios que existe entre Rússia e Brasil.

Está aqui o meu Ministro da Defesa, certamente estará aqui, também, alguém responsável pelas empresas aéreas russas. É incompreensível que dois países do tamanho da Rússia e do Brasil, com a população do tamanho da Rússia e do Brasil, com o potencial científico e tecnológico da Rússia e do Brasil, é incompreensível que a gente

não tenha voo direto entre Moscou e Brasília, entre Moscou e São Paulo, ou entre Moscou e Rio de Janeiro. É incompreensível.

É um desafio para o governo brasileiro é um desafio para o governo russo, mas sobretudo é um desafio para os empresários, porque nós, políticos, falamos e vocês têm a tarefa de executar parte daquilo que nós falamos ou transformar em realidade o sonho que nós vendemos. O Brasil nunca ofereceu, em nenhum momento da sua história, as oportunidades de investimentos que o Brasil (incompreensível) oferece agora. Nunca. A minha geração, eu tenho 64 anos de idade, a minha geração não viveu nenhum momento em que o país oferecesse a oportunidade de negócios que oferece hoje. Portanto, é um desafio aos empresários russos.

Mas ao mesmo tempo, e eu tenho dito isso todo santo dia e em toda viagem: para nós, o comércio perfeito é aquele comércio que seja uma via de duas mãos. O comércio onde apenas um leva vantagem não é um bom comércio, porque ele cria problemas e distorções na balança comercial. Então, é verdade que nós, brasileiros, queremos vender, mas é verdade também que nós, brasileiros, queremos e precisamos comprar para que todos nós nos sintamos confortáveis com o crescimento da nossa balança comercial.

É por isso que nós estamos desafiando os nossos economistas, o Ministro da Fazenda, o Presidente do Banco Central, a fazermos as nossas trocas comerciais nas nossas moedas. Nós somos muito grandes, nós temos que ter confiança em nós, os nossos Bancos Centrais têm que ter responsabilidade. A gente não pode, por desconfiança, fazer negócios em outra moeda, que não controlamos e não produzimos. Eu penso que esse é um desafio entre Brasil e Rússia, é um desafio entre Brasil e os BRIC, e é um desafio na nova lógica comercial do século XXI, para que nós não sejamos tão

vulneráveis como nós fomos agora, na crise econômica mundial. Com a crise da Europa e, sobretudo, da Grécia, fica muito claro que foi feito muito pouco para resolver o problema da crise. E me parece que ela volta mais forte em alguns países do que em 2008, por pura irresponsabilidade, por falta de controle do sistema financeiro. Então, nós, Rússia e Brasil temos a responsabilidade de, no G-20, nos BRIC e onde mais nós participarmos, trabalhar juntos para que a gente permita, pelo menos uma vez neste século, que o setor produtivo tenha prioridade em relação ao sistema financeiro, e que o sistema financeiro tenha como finalidade o setor produtivo, porque essa é a razão da existência dele, de financiamento do setor produtivo.

Eu tenho uma experiência, no Brasil. Gostaria de partilhar essa experiência com os outros companheiros de outros países, gostaria que os empresários conhecessem o que nós fazemos no Brasil porque tem uma coisa que, no Brasil, nós aprendemos a fazer: não tem mágica em economia, não tem invenção em economia. O que vale, na economia, é a seriedade com que você trata a estabilidade econômica, com que você controla a inflação, a seriedade do teu sistema financeiro.

No Brasil, se não fossem os bancos públicos estarem reforçados... Os empresários brasileiros sabem que nós, certamente, teríamos muito mais dificuldade de segurar a crise, se não fossem o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal.

Todo mundo aprendeu essa lição lá no Brasil, e é isso que nós queremos partilhar com os nossos companheiros russos. Queremos aprender com vocês aquilo que vocês têm de bom e queremos ensinar a vocês aquilo que nós temos de bom. Quem sabe, esse duplo conhecimento, colocado um único objetivo, faça com que a Rússia possa crescer mais rapidamente, e o Brasil crescer

mais rapidamente, e nos transformarmos em duas grandes economias para competir neste mundo globalizado.

Eu espero receber muitos empresários russos no Brasil e espero que os brasileiros visitem muito a Rússia, para que a gente possa ultrapassar, num curto espaço de tempo, os US\$ 10 bilhões na balança comercial. Afinal de contas, nós podemos muito mais se tivermos vontade e disposição política.

Muito obrigado e boa sorte.

**DISCURSO DURANTE REUNIÃO AMPLIADA COM O
PRESIDENTE DA RÚSSIA, DMITRI MEDVEDEV**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
REUNIÃO AMPLIADA COM O PRESIDENTE DA RÚSSIA, DMITRI
MEDVEDEV - MOSCOU, RÚSSIA – 14 DE MAIO DE 2010

Primeiro, eu queria dizer ao presidente Medvedev que é a quarta vez que eu visito este extraordinário país. Eu fui a primeira vez em Moscou... em 2005 eu vim aqui. Depois em São Petersburgo em 2006, Ekaterinburg em 2009, e agora Moscou outra vez. Talvez seja a minha última viagem a Moscou enquanto presidente do Brasil.

Acho que nesse período em que eu estive no governo do Brasil, aconteceu uma coisa muito importante na relação entre Rússia e Brasil: de 2002 a 2008, o nosso comércio aumentou 375%. Chegamos a 8 bilhões, em 2008. Em 2009, por conta da crise econômica, caiu 46%, 46,5%. Mas eu penso que nós provamos, em 2008, que Brasil e Rússia podem chegar a dez, 12, 14, 15. Acho que há um espaço extraordinário de crescimento na relação comercial Rússia-Brasil. Obviamente que hoje o comércio é superavitário para o Brasil. E o presidente Medvedev sabe, os meus ministros sabem que eu tenho defendido que a boa prática de comércio para um equilíbrio mundial é que o comércio seja uma via de duas mãos, ou seja, que a gente possa ter um equilíbrio entre os países para que não haja desajuste no fechamento das nossas contas no final do ano, que ninguém seja deficitário durante muito tempo.

Nós sabemos do potencial tecnológico da Rússia, nós sabemos do avanço da Rússia na questão espacial, nós sabemos a potência da Rússia na questão da produção de trigo e fertilizantes, e penso que nós temos um potencial extraordinário. Sobretudo, presidente Medvedev, acho que os nossos empresários, nem os brasileiros e nem os russos, ainda [não] descobriram o potencial que nós temos, de troca entre nós. Eu fiquei muito feliz... Eu participei, agora de manhã, de uma reunião com empresários russos no Hotel, onde tinha praticamente 70 empresários brasileiros de grandes empresas brasileiras.

Acho que a entrada da Gazprom no Brasil foi extremamente importante, nesse momento em que a Petrobras está descobrindo mais petróleo. Na última semana anunciamos mais... encontramos mais um poço com 4 bilhões e 700 mil [milhões] barris de petróleo, o que é uma coisa muito importante. Nós estamos recuperando a indústria naval brasileira, estamos fazendo fortes investimentos em ferrovias, em infraestrutura, temos as Olimpíadas e a Copa do Mundo, e tudo isso são oportunidades para parcerias entre empresas russas e empresas brasileiras. Acho que os empresários brasileiros, aos poucos, vão descobrindo também o potencial russo.

Nós temos um plano de ação da nossa parceria estratégica. Eu penso que ele fortalece muito e valoriza a cooperação bilateral. E nós temos que, sobretudo para equilibrar o nosso comércio, estimular a cooperação nas áreas científica e tecnológica, na área espacial, na área técnico-militar, na questão da energia nuclear.

O dado concreto, Presidente, é que nós estamos andando. Penso que na discussão que o Presidente e eu tivemos, nós nos colocamos de acordo de que nós vamos criar um grupo de trabalho para pensar o nosso comércio nas nossas moedas e também para pensar em voos diretos Moscou-Brasília, porque acho que o tamanho dos dois países e o potencial econômico dos dois países exige que a gente tenha linha direta, para os nossos empresários viajarem e para que os nossos turistas possam conhecer. Eu acho que qualquer pessoa do mundo que vier e vir o Kremlin, do jeito que está bonito, vai ser uma coisa extremamente importante.

Então, sou mais uma vez, grato pelo carinho. Queria dizer ao presidente Medvedev da minha solidariedade ao seu governo e ao povo russo pelas vítimas que faleceram nos desastres das minas, da nossa solidariedade na luta contra o terrorismo. Então, mais uma vez, obrigado.

Estão aí os nossos ministros que podem falar...

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA APÓS CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS - MOSCOU/RÚSSIA

DECLARAÇÃO À IMPRENSA CONCEDIDA APÓS CERIMÔNIA DE
ASSINATURA DE ATOS – MOSCOU – RÚSSIA, 14/05/2010

Obs: Por problemas técnicos, o início deste discurso não foi gravado.

... celebrar uma nova aliança entre nossos países. Rússia e Brasil compartilham a aspiração de construir um mundo de paz e democracia, com oportunidade de crescimento econômico e justiça social.

Sabemos que para atingir esses objetivos, necessitamos de uma governança global à altura dos desafios de um mundo multilateral e multipolar. Mas para superar os dogmas e temores que dificultam o convívio entre as nações, reduzem o espaço de cooperação e colocam riscos inaceitáveis, é preciso forjar novas realidades e novas mentalidades.

Vivemos num mundo onde se multiplicam ameaças: o aquecimento global, a insegurança energética e o terrorismo internacional. Persistem velhas mazelas: a pobreza extrema, a violência e a intolerância. Nunca foi tão necessário termos organizações multilaterais rigorosas, mas o que vemos é inércia e resistência às mudanças que precisamos.

As instituições financeiras de Bretton Woods, como as Nações Unidas, exigem reforma. Hoje elas são uma sombra distorcida de um passado há muito superado. Por essa

razão, valoramos as manifestações da Rússia, de simpatia à candidatura do Brasil a membro permanente de um Conselho de Segurança ampliado. Vemos essa posição como um voto de confiança na capacidade do Brasil de desempenhar um papel (incompreensível) esses novos tempos.

Somos um país pacífico, compartilhamos fronteira com dez outras nações numa região (incompreensível) e das mais desarmadas. Não nos omitimos frente à (incompreensível) de estabilidade internacional, que persiste sem solução, como no Oriente Médio.

Irei ao Irã, irei a Teerã nos próximos dias, confiante no poder do diálogo e da persuasão. Mas a paz que desejamos só será duradoura se forjarmos uma ordem econômica internacional mais justa e equitativa. Na esfera ambiental, precisamos enfrentar juntos o desafio da mudança do clima. Por isso, esperamos contar com a aproximação entre (incompreensível) para garantir o êxito da COP-16, no México. Essas foram as mensagens das Cúpulas BRIC, de Ekaterinburg e de Brasília. Também são as lições que levaremos juntos ao G-20, em Toronto.

Em meu discurso de posse, em 2003, identifiquei a relação com a Federação da

Rússia como uma prioridade da política externa do meu governo. Com a assinatura do plano de ação e da parceria estratégica, damos um passo essencial para realizar, definitivamente, essa visão. Nosso comércio nos dá motivos para otimismo. Passou de US\$ 1 bilhão e 600 milhões a US\$ 8 bilhões, entre 2002 e 2008.

Estou convencido de que a melhor resposta à crise é dobrar os esforços para atingir nossa meta de US\$ 10 bilhões, em (incompreensível). Para isso, devemos reverter a concentração da pauta bilateral em produtos de baixo valor agregado e evitar barreiras não tarifárias, de lado a lado.

Nos seminários empresariais, os nossos homens de negócio puderam explorar respostas a essas questões e identificar oportunidades para formar consórcios na Rússia, no Brasil ou em um terceiro país. A adoção de mecanismo de pagamento em moedas locais será outro poderoso indutor para esse projeto.

O programa bilateral de cooperação em ciência e tecnologia colocará competência e competitividade na vanguarda de nossa aliança. É o que prometem os programas de cooperação bilateral em telecomunicações, navegação por satélite e capacitação em áreas técnicas.

O desenvolvimento conjunto de veículos lançadores de satélite de nova geração ajudará a consolidar, definitivamente, o Programa Espacial Brasileiro. Este ano, também, comemoramos outro marco na aliança entre Rússia e Brasil: os 182 anos do estabelecimento de laços diplomáticos.

Uma extensa programação de eventos celebra nossa vocação universalista e a confiança na força de nossa gente para (incompreensível) um mundo melhor. Isso

explica porque a primeira escola do Teatro Bolshoi no exterior esteja no Brasil, na cidade de Joinville. Símbolo internacional reconhecido de excelência, essa instituição oferece a crianças e famílias vulneráveis acesso à educação, formação profissional e dignidade. Solidariedade e compromisso com um mundo mais justo, esse é o cimento da aliança que estamos forjando hoje.

Eu queria dizer ao presidente Medvedev e queria dizer aos seus ministros e aos meus ministros que Brasil e Rússia são dois gigantes que, ao longo de décadas ou de séculos, preferiram ficar distantes um do outro, preferiram, eu diria, não reconhecer as suas próprias importâncias. O século XXI e a crise econômica de 2008 despertaram nesses dois gigantes a ideia e a certeza de que nós não teríamos o direito de ficar atrelados à mesma lógica da relação que nós tivemos no século XX, de que era preciso criar algo novo, de que era preciso fomentar os nossos investidores, de lado a lado, a acreditarem no potencial do desenvolvimento dos dois países.

Acho que o número que eu citei aqui, de US\$ 1 bilhão e 600 milhões para US\$ 8 bilhões, até 2008, é algo muito significativo. Mas se nós olharmos a potencialidade da Rússia, a potencialidade do Brasil, a população da Rússia, a população do Brasil, o desenvolvimento científico e tecnológico da Rússia, o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil, os países que estão em volta da Rússia e em volta do Brasil, nós temos que nos convencer de que é muito pouco oito modestos bilhões de dólares no fluxo comercial.

Por isso, eu acho que o compromisso de uma atuação e de um plano estratégico entre

Rússia e Brasil é fundamental para que a gente possa ultrapassar os [US\$] 10 bilhões, mas, sobretudo, para que a gente possa fazer com que empresários brasileiros venham investir na Rússia e empresários russos invistam no Brasil, e empresários russos e brasileiros construam joint ventures, e a gente possa ter os dois países tendo empresas multinacionais implantadas em vários países.

Isso só será possível, meu querido amigo Medvedev, se Brasil e Rússia compreenderem que não é possível mais não termos voo direto Moscou-Brasília, ou Moscou-São Paulo, ou um voo entre os dois países. Não é possível, não é possível que os nossos empresários, que os nossos turistas, que os nossos estudantes não tenham como visitar os nossos países porque nós não criamos uma linha direta do seu país. Nós constituímos um grupo de trabalho que vai colocar como prioridade o estabelecimento dessa conexão aérea entre os dois países. Ao mesmo tempo, criamos um grupo de trabalho para que estabeleça... para que faça uma proposta para o presidente Medvedev e para mim sobre a questão do comércio nas nossas moedas. Não existe nenhuma explicação de por que nós estamos tratando o comércio, abdicando da moeda russa e da moeda brasileira, e utilizando uma terceira moeda, quando nós poderíamos fortalecer as nossas moedas.

O momento é muito importante porque a crise econômica, que começou nos países ricos, motivada pela incompetência gerencial do sistema financeiro desses países, não só não está resolvida, como voltou com muito mais força na Europa. É inexplicável que um país do tamanho da Grécia cause o pânico nas Bolsas do mundo inteiro e que cause o

pânico que causou nos países da Europa. A única demonstração que isso pode nos dar é de que não há controle do sistema financeiro, apesar de na primeira reunião do G-20 nós termos tomado a decisão de que era preciso cuidar do sistema financeiro, controlar a alavancagem do sistema financeiro, de que era preciso cuidar do FMI, cuidar do Banco Mundial. Mas me parece que nós ainda não fizemos a lição de casa do G-20. O presidente Medvedev e eu vamos agora para o Canadá, na próxima reunião do G-20, e eu acho que lá nós precisamos não só explicar o que está acontecendo nos nossos países, mas cobrar dos outros países o que está acontecendo na economia de cada país, para que nós possamos tomar as decisões corretas.

Quero agradecer ao presidente Medvedev pela gentileza e pela disposição, e também por acreditar que o trabalho que o Brasil está fazendo junto ao Irã é uma tentativa de estabelecer um novo jeito de fazer política no mundo, ou seja, que a paz será encontrada, não como era no século XX ou XIX, pela quantidade de armas, mas ela será encontrada pelo diálogo e pela relação política, e, sobretudo, pela diplomacia que (incompreensível), quem sabe, discutir e, quem sabe, garantir a existência da paz.

Eu vou ao Irã, tenho a compreensão do presidente Medvedev de que o Brasil está fazendo um gesto de não permitir que aconteça o erro e o equívoco que aconteceu com o Iraque pouco tempo atrás. O mundo e nós precisamos é de um mundo de paz e não de um mundo de terrorismo e de um mundo de guerra. Eu tenho a convicção de que a Rússia e o Brasil pensam igual e agem juntos para que a gente possa manter a paz no mundo.

Muito obrigado, Presidente, pelo carinho, e muito obrigado pela recepção.

SEMINÁRIO EMPRESARIAL BRASIL-CATAR
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA
CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO EMPRESARIAL
BRASIL-CATAR – DOHA, CATAR, 15/05/2010

É um grande prazer iniciar a primeira visita oficial de um Presidente do Brasil ao Catar, participando deste evento empresarial. Aqui estive, no ano passado, quando da reunião América do Sul - Países Árabes.

Qualquer empresário sabe que o sucesso de sua empreitada depende de uma sólida rede de contatos e da qualidade do diálogo com seus interlocutores. Não há nada mais vantajoso do que negociar com alguém de nossa confiança.

Pois é isso que os governos estão fazendo: construindo confiança. Venho a Doha retribuir a visita do Emir do Catar a Brasília, em janeiro último, com o ânimo de impulsionar os contatos iniciados naquela ocasião entre os empresários de nossos países.

Apresença expressiva de homens de negócio brasileiros aqui hoje mostra que estamos no caminho certo. Nossas economias estão passando por um processo de modernização sem precedentes.

Estamos construindo estradas, portos e aeroportos para garantir uma infraestrutura competitiva num mundo cada vez mais globalizado. A excelência das empresas de engenharia e construção brasileiras,

reconhecida mundialmente, tem um papel a desempenhar.

Nossos países saíram mais fortes da crise. O Catar cresceu 9,5% em 2009, e as perspectivas para os próximos anos são excepcionais.

No Brasil, implementamos uma política de desenvolvimento que combina crescimento sustentável, estabilidade econômica, distribuição de renda e redução da vulnerabilidade externa. Temos um sistema bancário seguro e um mercado interno robusto.

A crise financeira não nos pegou desprevenidos. Nosso risco-país é o menor dos últimos sete anos. Nossas reservas internacionais não param de crescer e nos tornamos credores do FMI. Essas mudanças não são passageiras, nem fruto de políticas provisórias. Resultam de um projeto de longo prazo e de um compromisso com mais de 190 milhões de brasileiros.

Em 2010, nossa economia vai crescer de forma sustentável e vamos gerar 2,5 milhões de novos empregos formais. Estamos ganhando a luta contra a pobreza e a exclusão social. No fim deste ano, contaremos com 14 milhões de novos empregos criados no Brasil desde 2003

Nosso comércio exterior vem crescendo ano após ano, quebrando todos os recordes. Implementamos reformas que consolidam um ambiente macroeconômico sólido. Reduzimos barreiras e burocracias que muitos chamam de “Custo Brasil”.

Ao mesmo tempo, a crise confirmou o acerto de nossa estratégia de diversificação de nossas parcerias. Sem abandonar as relações com sócios tradicionais, buscamos novos mercados e novos horizontes.

É esse o sentido de nossa aproximação com o Oriente Médio. Com a Cúpula América do Sul e Países Árabes, estamos consolidando uma ponte entre dois continentes. Nosso comércio alcança 20 bilhões de dólares, um aumento de 150% desde a primeira Cúpula ASPA, em Brasília, em 2005.

O Brasil está empenhado, junto com seus sócios do Mercosul, em concluir negociações com o Conselho de Cooperação do Golfo. Conto com o Catar para chegarmos a um pacote equilibrado e mutuamente vantajoso.

Senhores empresários,

Catar e Brasil estão dando um exemplo do potencial dessas relações. Nosso intercâmbio bilateral aumentou mais de 10 vezes entre 2003 e 2008, passando de 37 a 439 milhões de dólares. Para continuar neste ritmo, precisamos diversificá-lo por meio de parcerias produtivas em áreas estratégicas. Sei que estão sendo estudadas possibilidades em setores de alto valor agregado como o de máquinas, instrumentos eletrônicos e veículos. Vemos com especial otimismo a perspectiva no setor aeronáutico. Não preciso descrever as virtudes dos Supertucanos, da Embraer, uma vez que os pilotos do Catar já vêm sendo adestrados nessas aeronaves.

A descoberta da camada pré-sal no litoral brasileiro também traz possibilidades excepcionais. Os milionários investimentos em extração, que serão necessárias nos próximos anos, ajudarão a Petrobras a consolidar seus estoques estratégicos e sua posição de vanguarda tecnológica.

Meus amigos e minhas amigas,

Por todas essas razões, o Brasil pode ser a porta de entrada do Catar na América do Sul, e o Catar pode ser o canal privilegiado para o acesso brasileiro ao mercado do Oriente Médio. Vocês, empresários, desempenham papel crucial nessa aliança estratégica que queremos e vamos construir.

Este seminário é uma prova concreta de que nossas relações ultrapassaram a etapa dos discursos bem-intencionados. Para aqueles que temem as distâncias, recorde que a companhia aérea do Catar acaba de estabelecer voo direto entre Doha e São Paulo. Não temos mais motivos para deixar de investir nos contatos empresariais e no fluxo de turismo entre nossos dois países.

Apesar das diferenças culturais e dos percursos históricos distintos, estou convencido de que as perspectivas para as nossas relações econômicas e comerciais nunca foram tão favoráveis. Prova disso é nossa paixão comum pelo esporte e, em especial, pelo futebol. Sei que como parte do esforço para transformar o Catar em um grande centro esportivo internacional, está a campanha para sediar a Copa do Mundo de 2022. Contem com o Brasil nessa empreitada.

Shukran.

IV ENCONTRO EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
NA CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO DO IV ENCONTRO
EMPRESARIAL BRASIL-IRÃ – TEERÃ, IRÃ, 16/05/2010

Excelentíssimo senhor Mahmoud Ahmadinejad, presidente da República Islâmica do Irã,

Senhores ministros iranianos,
Ministros brasileiros,
Empresários iranianos,
Empresários brasileiros,
Amigos da imprensa iraniana e da imprensa brasileira,

Meus senhores e minhas senhoras,

Tenho muita alegria em participar do encerramento deste seminário. Aqui foram discutidas novas oportunidades de negócios, que nossos empresários estão explorando para fortalecer a parceria econômica e comercial entre Irã e Brasil.

Somos dois grandes países em desenvolvimento, com economias dinâmicas e um empresariado empreendedor. Nossa associação ganha importância no momento em que o mundo passa por acelerada transformação. A crise financeira demonstrou urgência em reorganizar a economia mundial.

Os grandes mercados emergentes têm novo papel e colocam a exigência de uma nova governança econômica global. Não só o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional precisam transformar-se. É necessário também um sistema multilateral de

comércio mais representativo dos anseios do mundo em desenvolvimento.

Por isso, defendemos o fim dos entraves que impedem o avanço do processo de ascensão do Irã na OMC. O ingresso do Irã na OMC tem que obedecer os critérios estritamente técnicos.

Fizemos uma nova geografia econômica e comercial. Há 20 anos, quase 70% do comércio exterior brasileiro se voltavam para os países da OCDE. Hoje, 55% das trocas são com o mundo em desenvolvimento. Essa diversificação foi possível graças aos avanços na integração latino-americana e ao reforço de parcerias no Oriente Médio, África e Ásia. Sem abrir mão de nossos parceiros tradicionais, fizemos das relações Sul-Sul um grande ativo de nossa política externa.

Senhoras e senhores,

O Irã é um dos grandes mercados do Sul e parceiro importante. Assim como o Brasil, o Irã não se deixou abater pela crise, manteve sua trajetória de crescimento sólido. Nos últimos sete anos, nosso intercâmbio comercial mais do que dobrou: de 500 milhões para 1 bilhão e 200 mil dólares. Hoje já está entre os três maiores mercados para produtos brasileiros no Oriente Médio. A recessão global não afetou essa tendência.

Ao contrário, mostrou nossa capacidade de propor saídas alternativas para a crise.

Mas podemos avançar muito mais. Mais de 450 empresas brasileiras exportaram para o Irã no ano passado. Representantes de 60 companhias brasileiras vieram a este seminário, muitas buscando parceiros pela primeira vez.

Os números de 2010 são motivo de otimismo. No primeiro trimestre do ano, as exportações brasileiras para o Irã cresceram 77% e as importações brasileiras cresceram 125%. O agronegócio oferece um desafio especial. O Irã já é um dos cinco maiores mercados do Brasil neste setor, sobretudo para açúcar, carne e soja. Com o apoio da Embrapa à efetiva transferência tecnológica, queremos ajudar o Irã a aumentar sua independência alimentar.

Irã e Brasil são potências petrolíferas, mas as fontes renováveis de energia são o caminho do futuro. O Irã já entrou na revolução dos biocombustíveis, ao aprovar a legislação que prevê a adição de 5% de etanol à gasolina. Convido missão técnica a ir ao Brasil conhecer nossa experiência com os motores flex-fuel.

Transferência de tecnologia e cooperação técnica são palavras chaves para nossa parceria em programa de desenvolvimento industrial do Irã. É conhecido o arrojo dos empresários brasileiros nos setores da alimentação, construção civil e petroquímica.

Há também um amplo espaço inexplorado para bens de capital e serviços, nos setores estratégicos de telefonia, energia e indústria de petróleo. A participação de empresas brasileiras na extração de ferro, cobre, chumbo e zinco é outra opção para diversificar a pauta de exportação do Irã.

O êxito de um empreendimento dessa envergadura certamente atrairá outros investimentos brasileiros e constituirá caminho para reforçar e equilibrar os fluxos comerciais.

O mercado brasileiro, em franco crescimento, é uma excelente opção para produtos, serviços e investimentos iranianos. As possibilidades se multiplicam ainda mais com os dois megaeventos esportivos que serão sediados no Brasil: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Precisamos aumentar o turismo, multiplicar as conexões aéreas e capitalizar as possibilidades abertas pelos acordos que assinamos em cooperação esportiva.

Não alcançaremos nossas ambições sem um mecanismo ágil e ambicioso de financiamento e de operações comerciais. É importante lembrar que o acordo de financiamento que nós assinamos hoje é um acordo de financiamento de 1 bilhão de euros, em cinco anos, para a venda de alimentos para o Irã.

Não faz sentido que os negócios entre empresas iranianas e brasileiras dependam de crédito e da boa vontade de bancos estrangeiros. Esse foi um tema central da recente troca de missões técnicas entre nossos países. Vamos colocar em prática alternativas capazes de sustentar um intercâmbio decente e mais equilibrado. É esse o objetivo do Memorando de Entendimento para a Concessão de Linhas de Crédito que acabamos de firmar. Serão recursos destinados, preferencialmente, para a importação de alimentos brasileiros.

Minhas amigas e meus amigos,

Com a intensa agenda de visitas de alto nível, de lado a lado, estamos superando a barreira da distância e reforçando nosso conhecimento mútuo. Estamos criando as condições para aprovar projetos que aprofundarão nossa parceria e enriquecerão a cooperação (incompreensível) solidariedade Sul-Sul.

Ao concluir os trabalhos deste seminário, tenho certeza de que estabelecemos as bases concretas para confiar no futuro das relações econômicas e comerciais entre os nossos países.

Antes de agradecer, eu queria dizer aos companheiros, que entreguei ao presidente Ahmadinejad um livro na língua do povo iraniano, ensinando como exportar para o Brasil, numa demonstração de que o Brasil não quer apenas vender. Nós queremos, também, ajudar a produzir aqui e a comprar aqui os produtos fabricados, porque na minha opinião, o bom comércio é aquele que tem um equilíbrio no fluxo da balança comercial e que um país não tenha um grande superávit sobre o outro.

Por isso, eu queria, depois, convidar o empresário representante dos empresários, Ali Akbar Mehrabian, para pegar este livro aqui e começar a vender muito para o Brasil nos próximos dias. Ah, ele é Ministro de Indústrias e Minas do Irã. Levante a mão que o meu companheiro vai entregar aí embaixo. É melhor vir aqui porque aí tiramos uma foto. Embora eu não seja candidato nas próximas eleições, uma foto sempre ajuda.

Muito obrigado.

14ª CÚPULA DO G-15

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA SESSÃO DE ABERTURA DA 14ª CÚPULA DO G-15 – TEERÃ, IRÃ, 17/05/2010

Quero agradecer ao presidente Ahmadinejad pela hospitalidade com que acolhe a 14ª Cúpula do G-15. Aqui estão reunidos líderes de um grupo de nações unidas na sua diversidade, que escolheram o Irã, ponto de encontro de muitas civilizações, para dar continuidade a este importante diálogo.

Criado há mais de 20 anos, o G-15 foi nossa resposta às transformações inauguradas com o fim do mundo bipolar. Atravessamos juntos os anos difíceis da hegemonia do pensamento único. Éramos uma das poucas vozes dissonantes do projeto conservador defendido pelos seguidores do Consenso de Washington. Nunca hesitamos na defesa de um mundo mais democrático, onde todas as vozes pudessem ser ouvidas.

A crise em que está hoje mergulhada a economia mundial, sobretudo nos países desenvolvidos, mostra que nossos diagnósticos de anos atrás eram basicamente corretos.

Sabemos como o descolamento do setor financeiro em relação ao setor produtivo levou a economia mundial à beira do abismo. Sabemos como esse descontrole foi

alimentado pela crença cega e fundamentalista no mercado, ao qual se atribuem condições de autorregulação perfeita da atividade econômica.

Há alguns anos começamos a ouvir vozes que afirmavam que um outro mundo era possível. Hoje temos claro que um outro mundo é necessário, é imprescindível. O mundo do pós-crise será muito diferente daquele em que nosso Grupo se formou.

O G-7 deixou de ser o centro de gravidade da nova governança econômica global. Mas o G-15, que nasceu como contraponto, não perdeu sua vocação.

Tenho a convicção de que no momento em que estamos redesenhando um sistema internacional mais justo e solidário, nosso Grupo mantém e amplia sua relevância.

Hoje o G-15 tem entre seus membros algumas das economias mais dinâmicas do mundo. Somos agora um dos principais motores do crescimento da economia internacional. Precisamos seguir juntos no momento em que a crise global ganha novo alento e ameaça o emprego e a esperança de milhões de pessoas nos países em desenvolvimento.

Sempre que enfrentamos as crises divididos, fomos derrotados. Sempre que estivemos juntos e unidos, trilhamos o caminho da vitória. Foi assim na OMC, com o G-20 Comercial, será assim no G-20 Financeiro.

Mas a unidade não significa desconhecer diferenças. Atuamos em cenários econômicos, políticos e sociais distintos. Temos especificidades culturais e trajetórias históricas próprias. Não buscamos modelos únicos nem unanimidades. Nossa força está na capacidade de construir a unidade de projetos distintos. Nossa unidade, na diversidade, é o principal trunfo que temos para garantir uma presença livre e soberana dos países em desenvolvimento neste mundo em transformação.

O G-15 continua a espelhar essa riqueza dos países do Sul. Sua força advém da interação cultural, política e econômica, em busca do objetivo comum: uma ordem internacional mais justa socialmente e mais democrática politicamente. Erradicar a fome e o subdesenvolvimento ainda são os principais desafios da Humanidade no limiar do século XXI.

Devemos aproveitar a variedade de nossas capacidades e experiências para aprofundar a cooperação Sul-Sul. Sobre a base da solidariedade podemos construir uma nova cooperação centrada no desenvolvimento e na paz. O Fundo de Cooperação do G-15 para a África é central nessa estratégia. Ele nos permite inaugurar uma nova era nas relações com os países africanos. O G-15 precisa tomar a dianteira nesse esforço e adotar uma política sistemática de apoio ao desenvolvimento rural e à agricultura africana.

O Brasil sempre esteve na vanguarda desses

esforços. Lançamos na semana passada, em Brasília, o Diálogo Brasil-Países Africanos em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural. A experiência brasileira mostrou que é possível converter áreas tropicais em espaços férteis e produtivos. Queremos levar a revolução agrícola do cerrado brasileiro para as savanas africanas. Vamos gerar empregos, renda e uma fonte potencial de exportações.

Com o Fundo IBAS – Índia, Brasil e África do Sul –, estamos provando que não é preciso ser rico para ser solidário. Podemos ajudar sem ingerência nos assuntos internos de outras nações. Estamos transformando em iniciativas concretas de solidariedade Sul-Sul nossos avanços em pesquisa agrícola, formação técnico-profissional, saúde e desenvolvimento de fontes renováveis de energia. Estamos, também, implementando projetos de cooperação no Haiti, Palestina, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Burundi, Laos e Camboja, na convicção de que podemos erradicar a fome e a pobreza.

Senhor Presidente, caros amigos,

Esta Cúpula é a culminação de uma longa caminhada e o começo de uma jornada ainda mais promissora. Já temos uma história conjunta e, certamente, estaremos juntos no futuro. Cooperação, diálogo e solidariedade, esses devem ser os pilares do G-15. No momento em que o mundo busca alternativas para um modelo esgotado, podemos oferecer uma perspectiva renovadora. O mundo espera, sobretudo, demonstrações de liderança e coragem daqueles que apostam numa visão de futuro comum.

Muito obrigado, Presidente.

PRÊMIO “NOVA ECONOMIA FÓRUM 2010”

DISCURSO DURANTE CERIMÔNIA DE RECEBIMENTO DO PRÊMIO

“NOVA ECONOMIA FÓRUM 2010” – MADRI, ESPANHA, 18/05/2010

Minha querida companheira Cristina Kirchner, presidente da Argentina,

(Incompreensível) do Mercosul, em nome de quem cumprimento as demais autoridades da América Latina e do Caribe aqui presentes,

Meu caro companheiro José Manuel Durão Barroso, presidente da Comissão Europeia, em nome de quem cumprimento as demais autoridades da Europa,

Senhora companheira Maria Teresa de la Vega, primeira vice-presidente do governo da Espanha,

Senhor José Luis Rodriguez, presidente da Nova Economia Fórum,

Companheiros ministros,

Chanceler da Espanha,

Meu caro irmão Néstor Kirchner, presidente da Unasul, secretário-geral da Unasul recém-eleito,

Companheiros e companheiras,

Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de todos vocês: das minhas companheiras Cristina Kirchner e Maria Teresa de la Vega, que estão aqui; dos ministros e demais

delegados europeus e latino-americanos que trabalham há meses para o êxito desta Cúpula; das autoridades e personalidades espanholas que vieram prestigiar este evento; e de todos os demais convidados, brasileiros e estrangeiros, que enfrentaram as sempre complexas medidas de segurança para estar nesta sala. Agradeço também a Nova Economia Fórum por esta amizade.

Antes de ler o meu discurso aqui, eu queria dizer que o embaixador brasileiro aqui na Espanha trabalhou comigo seis anos antes de assumir o seu primeiro posto. Então, depois de trabalhar comigo seis anos, ontem foi a primeira vez que ele adentrou o meu avião para me receber como Presidente da República, e eu tê-lo como embaixador aqui. Eu queria, Paulo, meu companheiro POC, dizer que espero que você trate a Espanha com muito carinho, porque a Espanha sempre nos tratou com muito carinho. Espero que você possa... Certamente eu não virei mais aqui, mas eu espero que você tenha muitos outros presidentes visitando a Espanha.

A Cristina disse uma coisa que nos tocou, que possivelmente não tenha, na história da Argentina e na história da Espanha... na história do Brasil, um momento em que os presidentes se autoelogiaram ao participarem de eventos. E eu queria que os espanhóis compreendessem que foi um desafio meu e do Kirchner, em um primeiro momento, dos nossos ministros das Relações Exteriores, que era preciso reeducar a nossa diplomacia – nem a Argentina e nem os brasileiros era para se verem como adversários –, e, depois, com a companheira Cristina. Nós nos convencemos de que nós dependemos da nossa boa relação.

Houve um tempo em que os presidentes do Brasil e da Argentina disputavam para ver quem era mais amigo dos presidentes norte-americanos, e nós disputamos a nossa relação de amizade com a convicção de que o povo argentino e o povo brasileiro, independentemente dos nossos governos, se tratam como irmãos. Só temos uma pequena divergência no futebol.

Veja outra novidade que está acontecendo hoje, Cristina, veja outra novidade: aqui nós estamos na Espanha que, pela primeira vez, está confiante de que pode chegar à final da Copa do Mundo agora. O meu companheiro Zapatero disse que é a melhor Seleção da Espanha de todos os tempos. Mas aqui, da América Latina, vizinhos, tem dois países com muita possibilidade de chegar à final. Oxalá, se não chegar à final a Espanha, que chegue a Argentina e o Brasil; se não chegar o Brasil, que chegue a Espanha e a Argentina; e se não chegar a Argentina, que chegue a Espanha e o Brasil, porque aí nós estaríamos fazendo a integração definitiva da União Europeia com o Mercosul.

Sei que a Nova Economia Fórum, tendo à frente o dinâmico companheiro José Luis Rodriguez, desempenha importante papel na organização

de debates sobre os principais temas da agenda espanhola e internacional. Sei também que criou um espaço privilegiado para que personalidades de diferentes matizes possam apresentar e discutir suas ideias. Acho que a oportunidade de debate como as criadas pelo Fórum são cada vez mais necessárias. Como dizemos no Brasil: é conversando que a gente se entende. Por isso, eu fui até o Irã, porque acredito que é conversando que a gente se entende.

Não basta ter acesso a uma quantidade cada vez maior de informações, é necessário entender a posição dos outros, permitir a troca de ideias, provocar e promover diálogos. O título da homenagem também me parece atual e relevante – “Desenvolvimento Econômico e Coesão Social”. Esta é a maneira como se entende aqui na Espanha o desafio central do crescimento sustentável equitativo. No combate à desigualdade econômica e social, na superação da fome e da pobreza, é a ideia de que avanços permanentes só são possíveis se as sociedades progredirem como um todo, sem deixar ninguém para trás.

Fico feliz de constatar que o Presidente do México e outros companheiros latino-americanos já receberam essa distinção. É o reconhecimento da chegada de um tempo novo na América Latina e Caribe. Nossa região passa por um momento histórico de implantação de um novo modelo de desenvolvimento, de uma nova realidade política e social que é, no fundo, um caminho sem retorno. Nossa região avança em um momento especialmente complexo. Estamos todos enfrentando (incompreensível) das sequelas da crise financeira internacional, uma crise em que muitos estão pagando pelos excessos de poucos, uma crise que exige medidas difíceis e corajosas.

Acho que já ficou claro que não há receitas únicas, que cada país precisa trabalhar com

base em sua própria realidade, mas ficou evidente, também, que temos que trabalhar todos juntos para superar a situação atual. É por isso que Espanha e Brasil, assim como muitos dos outros países que participaram da Cúpula, estão trabalhando juntos para reformar o sistema financeiro internacional, para atualizar instituições e regras, para aumentar a supervisão e os controles necessários dos mercados e das entidades que neles operam.

Nesses meus quase oito anos de governo, tenho insistido muito na tese de que a superação dos principais desafios do nosso tempo passa, necessariamente, pela redução da desigualdade, por respostas concretas aos flagelos da fome e da pobreza.

São vários os exemplos que poderia citar, mas vou mencionar apenas o combate à mudança do clima, que está na ordem do dia e foi tratado nesta Cúpula. Na reunião de Copenhague, muitas vozes se somaram para repetir e insistir que qualquer acordo precisa levar em conta a dimensão do desenvolvimento econômico-social, a diferença entre os países. E não se trata de uma discussão diplomática ou de uma barganha para ver quem paga menos ou ganha mais. O tema central é equidade: a busca de soluções que permitam aos países se desenvolverem e superarem a desigualdade. Essa lógica se aplica, com variações, a vários outros temas: desde as negociações da OMC às discussões sobre paz e segurança. É a chave para a solução de muitos de nossos problemas.

Amigos e amigas,

Os países da América Latina e do Caribe e seus parceiros da União Europeia se reuniram aqui em Madri para discutir as relações birregionais. Temos uma rica e ampla agenda de iniciativas conjuntas, e nossa relação deve refletir, cada vez mais, as mudanças que estão acontecendo em nossas regiões.

Para que nosso diálogo e trabalho prosperem, é preciso que sejamos capazes, cada vez mais, de entender o ponto de vista do outro. Um dos assuntos complexos que temos pela frente é o da imigração. É um teste para a construção de nossas posições comuns, é um desafio para todos aqueles que realmente acreditam no conceito da coesão social. Como sociedades imigrantes e migrantes, muitos dos países que estão aqui representados precisam dar exemplos, encontrar soluções que atendam os requisitos de justiça e solidariedade.

Esse tema é importante, como as negociações comerciais, e tivemos excelentes notícias aqui em Madri, em grande parte graças aos esforços dos nossos companheiros e amigos espanhóis e argentinos, representados pelo Zapatero e pela companheira Cristina.

A União Europeia e o Mercosul decidiram, finalmente, retomar as negociações do acordo de associação. Espero que prevaleça o interesse mais amplo e compartilhado de construir riqueza e prosperidade, de gerar mais comércio e investimento, mais trabalho para os europeus e mais trabalho para os cidadãos dos países do Mercosul.

O relançamento das negociações pode ser um estímulo para a retomada dos esforços na Unasul. Lá o desafio é ainda maior e mais importante: com um acordo bem-sucedido e equilibrado, teremos importante ferramenta para combater as desigualdades. Quero, também, aproveitar para insistir na importância da cooperação triangular, de projetos conjuntos de Brasil e Espanha, Brasil e Argentina, Argentina e Espanha e outros parceiros europeus, em benefício de terceiros países. Seja na América Latina e no Caribe, seja na África ou na Ásia, podemos aproveitar as complementaridades de nossa experiência

em cooperação, potencializar recursos, sejam eles financeiros ou humanos.

Senhoras e senhores,

Não posso concluir sem uma menção especial aos nossos anfitriões. Certamente voltarei muitas vezes à Espanha no futuro. É um lugar onde me sinto à vontade, onde tenho grandes amigos. Não sei se terei mais tempo para voltar aqui no exercício da Presidência da República, por isso, trago aqui hoje o meu “muito obrigado”, o meu reconhecimento pela disposição de diálogo e de trabalho conjunto. E falo tanto do governo como da sociedade espanhola, dos seus empresários, que apostam no Brasil, e de todos aqueles que gostam do meu país e que trabalham pelo aprofundamento dos laços de amizade.

Vejo no prêmio que recebo do Nova Economia Fórum um sinal de amizade da Espanha pelo Brasil e do crescente interesse pelo nosso país. Penso também que é prova de que as mudanças em curso no Brasil e em nossa atuação internacional encontram eco aqui na Espanha, e não podia ser de outra forma. Nossos dois países são aliados em muitas causas internacionais, temos identidade em nossa atuação no G-20 e na ONU e estamos unidos na luta por um mundo mais justo e mais solidário, e vamos trabalhar também, com afinco, para que nossas relações bilaterais nos ajudem a gerar benefícios crescentes para espanhóis e para brasileiros.

Agora, que tornamos obrigatório o ensino do espanhol no Brasil, os vínculos com a Espanha vão se fortalecer ainda mais. Só ficará faltando, portanto, estimular os espanhóis a fazerem um esforço para aprender português ou, pelo menos, para ensaiar um saboroso “portunhol”, que todos nós entendemos.

Meus companheiros e companheiras,

Eu queria apenas render um tributo à minha relação com a Espanha. Nos anos 80, um dirigente

espanhol foi visitar o Brasil, e, naquele tempo, eu estava condenado pelo regime de segurança, pelo Conselho de Segurança no Brasil, e estava afastado do sindicato. Já tinha ido lá um líder alemão, o Helmut Schmidt, e tinha exigido dos militares brasileiros que queria encontrar comigo. Foi um encontro curto, mas foi um encontro cortês. E foi um líder por lá chamado Adolfo Soares, que foi na Espanha... não era um homem de esquerda, mas, certamente, era um democrata e exigiu me receber, contra a vontade daqueles que governavam o país na época.

Depois, em 1989, eu era candidato a presidente, e vocês sabem que candidato a presidente que não é famoso, que não está em primeiro lugar nas pesquisas, muita gente não recebe, muita gente não quer nem conversar com o candidato se não tem possibilidade de ganhar. Eu vim à Espanha e fui recebido pelo meu companheiro Felipe González, me recebeu no Palácio, não teve vergonha de me receber no Palácio quando não havia perspectiva de eu ser presidente da República do Brasil.

Depois, mais adiante, eu tive uma boa relação com o ex-presidente Aznar, e recebi o companheiro Zapatero... quando eu vim receber o Prêmio das Astúrias, foi quando eu encontrei com o companheiro Zapatero, que disse a mim que era candidato, e depois tivemos também uma extraordinária relação.

Mas mantive, aqui na Espanha, com os trabalhadores das Comissões Obreiras e da UGT, uma extraordinária relação nesses 30 anos de vida política. Eu, cada vez que vinha aqui, Cristina, eu tinha que me reunir em um lugar com as Comissões Obreiras, em outro lugar com a UGT porque, naqueles anos, eles tinham muito mais divergências.

Mas não apenas os dirigentes sindicais; os empresários espanhóis. Eu queria contar um caso para vocês, para mostrar como a

nossa relação é verdadeira. Eu era candidato, em 2002, quando a imprensa brasileira, muitas vezes, divulgava que se eu ganhasse as eleições, eu ia acabar com a economia brasileira – que já estava acabada, na verdade – e que seria um desastre para o livre mercado a minha vitória.

Eis que – eu não vou citar nomes aqui – aparece um empresário espanhol para me visitar no meu comitê de campanha, e eu expliquei para ele como era a campanha no Brasil, qual era a minha possibilidade de ganhar. Terminou a reunião, esse homem disse simplesmente o seguinte: “Se você quiser, eu vou falar com a imprensa que os empresários espanhóis não têm nenhuma preocupação com a vitória do Lula. Se o Lula ganhar, nós vamos continuar investindo aqui”. E esse homem foi dar uma entrevista coletiva no meu comitê e não teve nenhuma preocupação de dizer que os empresários espanhóis queriam investir no Brasil.

Hoje, os empresários espanhóis, sejam banqueiros ou sejam do setor de telecomunicações, sabem que o Brasil é um grande espaço para investimentos, e, certamente, existem poucos lugares em que os empresários estejam ganhando tanto dinheiro como estão ganhando no Brasil. E obviamente que eu prefiro que eles ganhem dinheiro porque se eles tiverem prejuízo, eu vou ter desemprego. Então, eu quero que as empresas ganhem, que os trabalhadores ganhem, porque assim a gente fortalece a nossa democracia.

Eu estou muito comovido com o prêmio. Eu, muitas vezes, fico ouvindo os discursos das pessoas me elogiando e eu tenho uma preocupação: primeiro, de acreditar no que eles falam de mim. Eu fico preocupado porque o ego vai crescendo, e eu falei para a Cristina: quando eu chegar ali, na cadeira, eu tenho que pegar um alfinete e estourar para que o ego não tome conta de mim.

Mas é prazeroso, é prazeroso terminar oito anos de governo numa situação importante, numa situação extremamente importante porque, diferentemente de qualquer presidente do meu país, ninguém nunca tinha que provar nada. Se fizesse parte da elite, da elite intelectual ou da elite econômica, poderia governar. Se não desse certo, ficaria fora e logo, logo, se esqueceria se ele foi um bom ou um mau governante. Pelo fato de eu ter saído de uma fábrica e pelo fato de eu ser dirigente sindical, eu tive que provar, a cada minuto, a cada hora, a cada dia, a cada semana, a cada mês, a cada ano, que eu tinha condições de governar esse país. E por que eu tinha que provar? Porque, se eu não conseguisse, se eu não conseguisse governar o país, certamente ia levar mais 200 anos para que um operário metalúrgico pudesse pensar em ser presidente de um país grande e importante como o Brasil.

Então, eu saio daqui a sete meses – não pensem que vou sair já, vai acontecer muita coisa ainda no Brasil –, eu saio no dia 1º de janeiro com a consciência tranquila de que, primeiro, nunca os empresários brasileiros e estrangeiros ganharam tanto dinheiro como ganharam no meu governo. Saio com a consciência tranquila de que, em nenhum momento, os trabalhadores tiveram a quantidade de reajuste de salário que tiveram no meu governo. Durante oito anos do meu mandato, 99% dos acordos sindicais foram com conquista de aumento real de salário. Saio com a convicção de que os pobres do meu país nunca tiveram o tratamento civilizado, humano e democrático que nós demos a eles nesses oito anos de convivência.

Portanto, eu saio com uma coisa mais importante do que os números das pesquisas de opinião pública: não é fácil, nem no Brasil e nem em outro lugar do mundo, depois de oito anos, um Presidente da República ter 83%

de aprovação do seu povo. Não é fácil! E isso é mérito desse povo, que vai me dar uma coisa extraordinária, porque o legado que eu estou deixando é que eu despertei no mais humilde dos brasileiros – de um catador de papel da rua a um economista, a um metalúrgico, a um gráfico, a um pedreiro –, eu despertei na consciência deles a ideia de que eles podem e devem chegar à Presidência da República. É só querer e se preparar. E tudo isso, porque eu nunca prometi muito. Eu, toda vez que tenho que prometer uma coisa, eu medito muito na mediana do que eu posso dar.

Vocês estão lembrados do meu discurso de posse. No meu discurso de posse, eu não disse que ia prender ninguém, não disse que ia fazer nada de mais. Eu apenas disse que, ao terminar o meu mandato, [se] cada brasileiro ou brasileira tiver o café da manhã, o almoço e a janta, eu já estarei realizado. Hoje eu tenho a convicção de que nós conseguimos conquistar muito mais do que isso, e certamente que o Brasil está preparado para conquistar muito mais do que isso.

Na crise econômica – e é um motivo de orgulho, talvez tenha acontecido o mesmo na Argentina e em quase todos os países da América do Sul –, na crise econômica, quem segurou a economia do meu país foi a parte mais pobre da população, que atendeu a um apelo do Presidente da República feito em rede nacional de rádio e televisão para que o povo consumisse, consumisse com responsabilidade, mas que consumisse, porque se ele não consumisse, as empresas não iam produzir, o comércio não ia vender e aí, sim, ele, que não estava consumindo com medo de perder o emprego e não poder pagar a sua dívida, iria perder o emprego definitivamente, porque a economia seria um desastre.

Essa foi uma lição, meu caro Durão Barroso, que deveria servir para a Europa, porque na crise econômica, em 2008, muitos países

ricos se encolheram, diminuíram o consumo, diminuíram o crédito, e o que aconteceu é que a economia foi se atrofiando.

Nós, na América do Sul... eu não sei se o Evo Morales está aqui, mas vocês podem fazer um estudo sobre a economia da Bolívia: precisou um índio chegar ao governo da Bolívia para o povo pobre da Bolívia ter um aumento na sua renda e ter um aumento na participação da renda nacional. E pela primeira vez, desde 1940, Barroso, a Bolívia tem reservas, mais de 10 bilhões de reservas, e tem o maior superávit da história da Bolívia. É uma coisa extraordinária. Demonstra que muito mais do que apenas curso de doutor, as pessoas precisam ter curso de inteligência e de possibilidades para bem dirigir o seu país.

Por isso, muito obrigado a todos vocês. Muito obrigado. Vou fazer por merecer este prêmio. Vou fazer por merecer este prêmio porque eu me sinto orgulhoso de ser reconhecido. Tem gente que pensa que não: “Ah, eu não gosto”. Eu sou muito humilde, mas eu tenho noção do que é importante para mim, e este prêmio é muito gratificante para mim.

Obrigado.

SEMINÁRIO “BRASIL: PARCERIA PARA UMA NOVA ECONOMIA GLOBAL”

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NO ALMOÇO-
CONFERÊNCIA DO SEMINÁRIO “BRASIL: PARCERIA PARA UMA
NOVA ECONOMIA GLOBAL” – MADRI, ESPANHA, 19/05/2010

Meu caro amigo Felipe González, ex-presidente de Governo da Espanha,

Senhora Cristina Garmendia, ministra de Inovação, Ciência e Tecnologia, por meio de quem cumprimento todos os ministros e autoridades espanholas aqui presentes,

Meu caro companheiro Franklin Martins, ministro da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, por meio de quem cumprimento os ministros brasileiros que estão aqui,

Caro companheiro Enrique Iglesias, secretário-geral ibero-americano,

Senhor Ignacio Polanco, presidente do grupo Prisa, por meio de quem cumprimento todos os funcionários do Grupo,

Nossa querida companheira Vera Brandimarte, diretora do jornal Valor Econômico, por meio de quem cumprimento toda a equipe de jornalistas do Valor,

Companheiros empresários,

Amigos do El País,

Eu fiquei numa dúvida quando vi a apresentação do Guido e do Paulo Bernardo, com aquela quantidade de números, mas quem melhor defendeu o governo foram os empresários. Os empresários são menos exigentes do que nós mesmos, e eu vou contratar o Trabuco para fazer palestra sobre o governo.

Eu quero agradecer a todos as palavras elogiosas ao Brasil, e dizer para vocês algumas poucas coisas. Tem uma coisa que o Felipe González disse, uma palavra que parece mágica e que parece uma palavra comum mas, na arte de governar, ela ganha uma importância incomensurável, que é a palavra “previsibilidade”, ou seja, todo mundo adora saber o que vai acontecer amanhã, depois de amanhã e, se possível, gostaria de prever o que vai acontecer durante os próximos dez, 15 ou 20 anos.

Mas tem uma outra palavra que os políticos esqueceram, que é a palavra “óbvio”. Se nós, políticos, fizéssemos apenas o óbvio e não tentássemos inventar tanto, seria muito mais fácil governar o mundo. É uma palavra pequena, mas ela é muito necessária na arte de governar. Tudo fica menos complicado quando a gente pratica apenas o óbvio. Um inventor pode tentar fazer qualquer coisa, mas o político precisa fazer o óbvio. O óbvio é você cuidar do seu país, é você cuidar da sua gente, é você definir quais as prioridades, é definir quais as que você vai focar e começar a tomar as decisões.

Não é complicado. Muita gente fala: “é complicado governar”. Eu acho que complicado é você não governar e não fazer

apenas o óbvio, e não permitir que aqueles que você quer atrair para fazer investimentos no seu país tenham previsão do que vai acontecer.

Não existe, na verdade, nenhuma mágica no que está acontecendo no Brasil. O que existe é previsibilidade e a utilização apenas da decisão de fazer o óbvio. Vou dar um exemplo: o Brasil, que é um país de economia capitalista, precisava ter capital – não é possível um país capitalista sem ter capital. Segundo, não era possível um país capitalista sem ter financiamento, e não era possível você aplicar o capitalismo sem ter crédito. Quando nós entramos no governo, todo o crédito disponibilizado era de apenas R\$ 380 bilhões. Hoje, nós estamos com mais de R\$ 1, 5 trilhão de crédito.

O BNDES era o banco de financiamento da indústria e não tinha dinheiro, o máximo que ele emprestava era \$ 30 bilhões. E qual era a mágica de não emprestar? Era dificultar as exigências, não é? Quando alguém precisava de um empréstimo do BNDES, o BNDES exigia tanto, que só pegava dinheiro emprestado no BNDES quem não precisava de dinheiro, porque a garantia e a exigência eram de uma magnitude, que o cidadão... se o cidadão pudesse cumprir as exigências do BNDES, ele não precisaria pegar dinheiro no BNDES. E assim valia para o Banco do Brasil, assim valia para a Caixa Econômica Federal e assim valia para os bancos públicos... para os privados também.

Eu lembro que uma vez – o Trabuco não era ainda presidente do Bradesco – eu fui a uma reunião da Febraban, e lá eu perguntei a um amigo nosso por que os bancos privados não financiavam casa, ou por que os bancos privados não abriam crédito para as pessoas de baixa renda. E a resposta foi simples, verdadeira. Ele disse o seguinte: “Olha, ô Lula, nós não podemos financiar porque as pessoas podem não pagar, as pessoas podem

ficar inadimplentes. Então, nós não temos garantia para emprestar. Nós não podemos financiar casa porque se a pessoa não pagar, nós não podemos tomar a casa de volta. A lei não permite tomar a casa de volta”. Então, dava a impressão de que você estava garantindo à pessoa o direito de ter a sua casa e não ser tomada, quando, na verdade, você estava negando o direito de a pessoa ter a casa porque você não financiava casa.

Eu, agora, queria fazer um programa de financiamento de caminhões. Eu estou, há mais de cinco anos, pensando em como renovar a frota de caminhões do Brasil. Primeiro, para ativar a indústria automobilística do setor de caminhões. Segundo, para permitir ao motorista autônomo ter um caminhão novo, poluir menos e ele ter a sua vida facilitada. A lei não permite que o motorista autônomo dê o seu caminhão como garantia. Eu compro um carro, se eu não pagar, a empresa vai lá e me toma o carro de volta. O caminhão não pode, porque a lei prevê que é um instrumento de trabalho e, portanto, o cidadão não pode dá-lo como garantia. Maravilhoso! Só que esse cidadão não vai poder comprar um caminhão novo, porque se ele não tem garantia para dar, ninguém vai vender o caminhão. E ainda não encontramos a solução. O Guido apresentou uma proposta para mim. Ainda está atendendo a pequena e micro empresa, mas não está atendendo ainda o motorista autônomo. Pois bem, então o Brasil... O Brasil era assim: o Brasil se contentava em governar o país para 30% da população ou 40% da população. Aliás, eu acho que o Estado brasileiro governava para a parte da sociedade que não precisava do Estado. Vamos ser francos, a classe média brasileira, representada por nós aqui, ela precisa pouco do Estado, ela precisa pouco. Agora, quem é que precisa do Estado? É a parte mais vulnerável da sociedade. No caso do Brasil, só para você ter ideia, Felipe

González, eram 50 milhões de brasileiros que viviam abaixo da linha da pobreza. Não era pouca gente, era “uma Espanha” que vivia abaixo da linha da pobreza.

Ora, quando nós chegamos ao governo, eu tomei a decisão de que nós precisaríamos provar algumas coisas nos debates econômicos, até então, feitos no Brasil. Eu não sou economista, mas eu debato muito Economia, quando eu era sindicalista, depois quando eu era candidato... Esse negócio de você perder três eleições me ajudou muito, porque você tem que fazer programa, você tem que se preparar para debate na televisão... Eu estou quase especialista em Economia! Eu tinha comigo a convicção de que era preciso provar que nós não tínhamos que esperar a economia crescer para distribuir renda, que era compatível você fazer a economia crescer e você distribuir renda.

Depois, nós tínhamos que provar uma outra coisa que, no Brasil, não era habitual: quando o Brasil decidia exportar, o Brasil asfixiava o mercado interno; quando ele decidia alimentar o mercado interno, ele asfixiava as exportações, como se fossem duas coisas antagônicas. Nós provamos que era preciso... era possível distribuir e crescer e provamos que era possível exportar e fortalecer o mercado interno. E provamos uma outra coisa que eu considero tão importante quanto essas outras duas: que aumentar o salário-mínimo, nem quebrava a Previdência Social, nem era inflacionário.

Essas três coisas foram feitas simultaneamente, as três deram certo, e a inflação está controlada e a economia cresceu. Porque quando você toma essas atitudes, você está fortalecendo o mercado interno. Uma outra coisa importante: eu fiz debate com economistas, com meus companheiros há mais de vinte anos, eu nunca tinha ouvido falar as palavras “crédito consignado”.

Você sabe que o debate político, Felipe, dos anos 90, no Brasil, pelo menos... os meus amigos assessores falavam assim para mim: “ô Lula, o Brasil está quebrado. O Brasil não tem jeito. O Brasil está com uma dívida insuportável, o déficit público...”. Eu ia para casa, eu falava: esses companheiros querem que eu seja presidente e dizem que o Brasil está quebrado! No mínimo, eu estou entrando em uma jogada errada. Quando, na verdade, o Brasil precisava de crédito. Nós criamos um crédito, dando como garantia a folha de pagamento: o trabalhador dava o seu salário... e garantimos que os sindicatos é que faziam os acordos com os bancos. Não era o governo, o governo não se metia nisso. Conclusão: hoje nós temos, de crédito consignado, R\$ 120 bilhões fomentando o mercado. Ou seja, pessoas aposentadas, que jamais teriam direito de entrar em um banco a não ser para receber o seu salário, que estão tomando dinheiro emprestado para viajar, que estão tomando dinheiro emprestado para comprar outras coisas. Para sair, inclusive, da compra à prestação, porque ele compra mais barato se ele comprar à vista.

Bom, isso fez com que o Brasil elevasse 31 milhões de brasileiros das classes D e E para a classe média. E isso garantiu que nós tirássemos 20 milhões de brasileiros da linha da pobreza. E isso fortaleceu... Todo mundo aqui, pode ficar certo o pessoal da Telefônica, de que todo mundo tem um celular, pode ficar certo; da Iberdrola, pode ficar certo de que todo mundo tem energia, já, na sua casa.

Porque isso permitiu que essa gente, que era marginalizada, virasse consumidora. Essas pessoas passaram a entrar em shopping, essas pessoas passaram a sonhar com televisor colorido, essas pessoas começaram a ter coisas que, até então, eram só da classe média. E é engraçado, porque isso não precisaria ser nenhum grande economista para pensar nessas

coisas. Eu vivi no movimento sindical muito tempo, eu briguei muito, e eu dizia para os empresários: por que vocês não copiam aquilo que Henry Ford dizia: ele tem que pagar aos seus funcionários um salário que lhes permita comprar o carro que eles produzem, porque se não venderem o carro, não vão a lugar nenhum.

Então, nós conseguimos fazer com que o Brasil começasse a recuperar a sua autoestima. Eu acho que tem pouca gente no mundo, hoje, orgulhosa como o povo brasileiro. Eles aprenderam a gostar de si próprios. Quem está investindo no Brasil sabe que tem poucos trabalhadores criativos e trabalhadores, como o povo brasileiro. Aquele povo passou séculos, Guido, precisando de uma oportunidade, porque nós, nós, no Brasil, tínhamos aprendido, por doutrina, por termos sido colônia, que nós éramos insignificantes. Tudo o que vinha de fora era melhor. Se viesse dos Estados Unidos, então, era top. Se fosse... é... se fosse de alguns países europeus, também. Nós não nos respeitávamos, nós nos achávamos de segunda categoria, e nenhuma nação vai para a frente se não gosta de si mesma.

Então, a primeira coisa que nós fizemos foi recuperar... fizemos até uma campanha de publicidade para recuperar a autoestima do brasileiro, quando a gente dizia: “Eu sou brasileiro e não desisto nunca”. A primeira coisa que nós fizemos foi uma campanha de recuperação da autoestima. Eu, quando via um filme americano, mesmo aqueles enlatados de pior qualidade, numa TV a cabo, a bandeira americana aparece lá, orgulhosamente. E, no Brasil, nós tínhamos vergonha de dizer que éramos brasileiros. Hoje o brasileiro é um povo orgulhoso.

Os embaixadores brasileiros, todos andam de cabeça erguida, porque antigamente eles tinham vergonha de serem embaixadores nos

países. Hoje eles sabem que eles são levados em conta em cada país que eles estão, e que discutem com mais seriedade. Essa é uma coisa importante.

A outra coisa importante que nós conseguimos fazer no Brasil foi fazer com que acabasse uma discussão equivocada, atrasada, dos anos 80, que era a briga entre o público e o privado: quem prestava mais. Se o Estado era importante ou não, se o Estado... Uma briga da década de 80: o Estado máximo ou o Estado mínimo; se era melhor a empresa privada ou a empresa pública. Na verdade, o que nós fizemos foi trabalhar corretamente com os dois. O Banco do Brasil é extraordinário, mas o Bradesco também é extraordinário.

Mas o governo precisa ter instituições públicas porque numa crise como essa, se o governo não tiver um instrumento de manejo da economia ele quebra a cara, como alguns países quebraram a cara. Quando a crise veio, o nosso companheiro Trabuço sabe, nós tivemos um problema com carro usado. Para comprar um carro novo, era preciso a pessoa vender o carro velho. E nós não tínhamos banco para financiar porque o banco que financiava carro usado estava com a corda no pescoço. Eu chamei o Banco do Brasil e o companheiro Guido, e nós queríamos que o Banco do Brasil assumisse o financiamento de carro usado. O Banco do Brasil nos colocou... nos disse: “Nós não temos expertise para financiar carro usado”. Eu pensei: o que fazer? Como é que eu vou formar um especialista? A crise não vai esperar. Eu lembro de uma coisa que você me falou, Felipe, em 1989, eu não sei se você está lembrado. Eu vim... eu era candidato a presidente, eu vim aqui, e o Felipe perguntou para mim: “Como é que você vai conviver com as Forças Armadas?” Eu falei para o Felipe: ah, nós vamos democratizar as Forças Armadas. Aí, o Felipe falou: “Você sabe quanto tempo demora para uma pessoa

virar general? Quarenta anos. Você só tem quatro anos de mandato, como é que você vai democratizar as Forças Armadas?” Como é que eu ia esperar formar alguém do Banco do Brasil em expertise para financiar carro usado, se a crise estava pegando no nosso pé?

Então, nós tomamos a decisão de comprar um banco, e compramos 50% de um banco privado, que era o banco mais financiador de carro usado. Tivemos um problema de financiamento de motocicleta - acho que o Bradesco não estava com garantia para financiar motocicleta. Eu disse ao Guido Mantega: eu não sei se é o Bradesco ou quem quer que seja, mas você me arruma um banco para financiar motocicleta, porque se não financiar, não vende! E ninguém dá garantia de motocicleta, ninguém dá garantia. O Guido arrumou, e voltou à normalidade o mercado de motocicletas, ou seja, apenas o óbvio, nenhuma grande novidade.

Pois bem, nós, companheiros e companheiras, na apresentação feita pelo Paulo Bernardo e pelo Guido, pelo Luciano Coutinho e pelos empresários, está claro que os números do Brasil são sólidos, está claro que o Brasil tem previsibilidade e está claro que o Brasil quer ser um ator global. Primeiro, porque nós não concordamos com a atual governança global. A governança global de hoje, se a gente quiser ela representada pela ONU, ela representa o mundo político de 1945, mas não representa o mundo político de 2010. É preciso mudar, é preciso levar em conta a existência da África, é preciso levar em conta a existência do Oriente Médio e todas as suas confusões, é preciso levar em conta a América Latina, é preciso levar em conta a Índia, é preciso levar em conta o Japão, é preciso levar em conta outros continentes. E nós estamos brigando com isso há mais de 17 anos.

Apesar de 140 países terem assinado pela reforma das Nações Unidas, quem já está

lá, sentado na cadeira, não quer mudar. E aí, poderíamos falar das confusões que não são resolvidas, porque tem gente que defende que quanto mais fraca forem as Nações Unidas, mais as decisões serão unilaterais e, aí, predomina a ideia de quem tem mais força. E nós achamos que não é possível continuar assim. Achamos que não é possível, numa crise econômica como essa que nós tivemos, você não ter uma instância multilateral que chamasse à discussão. Porque o G-20 funcionou num primeiro momento. Mas, na verdade, o poder de decisão do G-20 é muito escasso, porque as pessoas não cumprem, cada um volta para o seu país e faz o que bem entender. Qual é o organismo multilateral que nós temos de fiscalização do sistema financeiro? Qual é o sistema multilateral que nós temos para evitar o funcionamento de paraísos fiscais?

Eu temo que as pessoas pensem que a crise já acabou. A crise não acabou e nós não sabemos quais os efeitos dela. A crise está que nem esse vulcão, que está aí na Islândia, todos os dias soltando um pouquinho de fumaça negra, atrapalhando o trânsito aéreo. Alguém poderia me responder por que a Alemanha demorou tanto tempo para ajudar a Grécia? Como é que pode a Europa, tão poderosa, demorar três meses para resolver o problema da Grécia? É porque os países perderam o poder de fazer política monetária e estão dependendo de uma decisão coletiva que, de coletiva, não tem nada. É quase individual, porque quem tem mais dinheiro termina tomando a decisão. Me disseram ontem, Felipe, que a Alemanha dizia assim: “Todo mundo sabe que eu quero ajudar a Grécia, mas eu só posso dizer isso no apagar das luzes”. E levou ao pânico, que pode se espriar por outros países, e nós não sabemos como é que pode continuar o mundo sem essa governança global. Por exemplo, o desaparecimento

do crédito, Felipe. Uma empresa como a Petrobras, uma empresa como a Petrobras, que nunca teve problema de financiamento no mundo, não conseguia US\$ 1 bilhão emprestado em nenhum banco do mundo. Teve que se voltar para o mercado interno e disputar o crédito dos outros empresários que não tinham condições de pegar no exterior, no BNDES e na Caixa Econômica Federal, porque o crédito simplesmente desapareceu e você não tinha nenhum instrumento porque na verdade, na crise, o que os países mais ricos deveriam ter feito era ter disponibilizado crédito para que as pessoas continuassem consumindo, para reativar a produção. E isso não aconteceu.

No Brasil, nós tomamos todas as medidas que tínhamos que tomar em três meses, todas. Eu fiz uma coisa, Felipe, que eu jamais imaginei fazer. Porque a imprensa, no desejo de informar a sociedade, publicava manchetes: “Quebraram os Estados Unidos, quebrou a Alemanha, quebrou não sei quem, quebrou a Espanha, quebrou... e vai quebrar não sei quem, e quebra tal banco. O consumidor não está consumindo porque ele vai perder o emprego, o trabalhador não quer comprar porque ele não quer fazer dívida, ele vai perder o emprego.” Eu falei: bom, o mundo acabou! Eu tive que ir para a televisão, em rede nacional, fazer apologia ao consumo para o povo brasileiro, dizer exatamente o seguinte: se você não está comprando porque está com medo de perder o emprego, trate de comprar, porque se você não comprar, aí sim, é que você vai perder o emprego, porque a fábrica não vai produzir, a loja não vai vender e aí, sim, todo mundo vai ficar desempregado. Compre. E foi essa parte pobre da população que foi comprar. Os indicadores do comércio brasileiro mostram que nas regiões mais pobres do país, as classes D e E consumiram mais do que as classes A e B do Centro-Sul do país.

Então, a economia brasileira está sólida porque a sociedade brasileira está ficando sólida, porque a sociedade brasileira está participando do mercado, porque nós criamos em oito anos de mandato, Felipe... vamos terminar o mandato com 14,5 milhões de novos postos de trabalho criados... com trabalhos formais. Talvez, só a China e a Índia tenham algo similar. São 14,5 milhões de novos consumidores, pagadores de impostos, para o Guido poder arrecadar bem, pessoas dentro da Previdência Social. E o Guido, que é o meu ministro da Economia, e os ministros, sabem o seguinte: não existe hipótese de a gente tratar a economia com mágica, não existe hipótese. O Brasil aprendeu a ser sério. Porque houve um tempo em que ninguém acreditava no Brasil, ninguém acreditava que o Brasil seria capaz de cumprir o que assinasse ou o que falasse. Aliás, tinha gente que adorava fazer acordo, assinar, e não cumprir. E aí, as pessoas achavam bonito, mas ninguém levava o Brasil a sério. Hoje as pessoas estão percebendo que o Brasil tem previsibilidade, que o Brasil tem projeto de longo prazo. O nosso projeto de desenvolvimento... Nós fizemos, agora, um projeto até 2014, que é para poder comprometer verba e não permitir que entre um presidente novo e comece a pensar... Ele já perde um ano, se não tiver as coisas prontas.

Então, eu queria dizer aos empresários espanhóis que é a segunda ou terceira vez que eu venho aqui pedir para que os senhores acreditem no Brasil e invistam no Brasil. Acho que está na hora dos empresários brasileiros começarem a pensar, também, em investir na Espanha, porque essa coisa de investimento, essa coisa de mercado sempre tem que ser uma via de duas mãos, sempre tem que ser uma via de duas mãos. Então, como o Brasil, agora, tem muitas empresas brasileiras virando multinacionais, o Brasil não tem mais vergonha de ter empresa grande, de

fazer investimento, eu acho que é importante que os empresários brasileiros pensem em construir parcerias com empresas espanholas, para fazer investimentos aqui. Por que a nós interessa, quanto mais crescer a economia da Espanha, mais investimentos espanhóis nós vamos ter no Brasil. Quanto mais encolher a economia espanhola, menos investimento espanhol a gente vai ter no Brasil. Então, é uma espécie de ajuda mútua que nós temos que fazer. Nós temos relações excepcionais, somos dois países de muita tradição; até o meu time, em São Paulo, o Corinthians, foi fundado por espanhóis em 1910. Portanto, nós temos história em comum para podermos estabelecer essa relação de confiança entre Espanha e Brasil.

Nós temos um comércio pequeno – eu acho que é pequeno, pelo potencial dos dois países -, nós precisamos fazer muito mais e acho que temos condições de fazer. A gente faz um seminário como este aqui, mas temos que fazer um outro seminário no Brasil. E fazer com que o Brasil não espere 2025, 2020, ou seja, o Brasil pode se transformar na quinta economia nos próximos dez anos. Nós temos público para isso, temos mercado para isso e temos potencial para isso.

Para terminar, uma coisa importante... o Felipe também falou uma coisa que me chamou a atenção, que a gente não costuma falar: formação de capital humano. Pois, meu caro Felipe González, eu já sou, na história do Brasil, o presidente que mais fez universidades. Nós vamos terminar o meu mandato com 12 universidades novas entregues e duas – uma latino-americana e outra afrodescendente, afro-brasileira – que já foram aprovadas pelo Congresso. Nós, com o programa do ProUni, já colocamos 726 mil jovens da periferia na universidade, pobres da periferia que jamais conseguiriam entrar na universidade se não fosse um programa criado pelo governo. E um

programa inteligente: nós fizemos isenção de impostos para as universidades privadas, e o equivalente ao imposto nós pegamos bolsas de estudo para os pobres da periferia. São 726 mil jovens, já, na universidade. Além disso, nós dobramos o número de vagas nas universidades federais. Saímos de 113 para 227 mil vagas nas universidades federais. Em oito anos, Felipe, nós fizemos uma vez e meia o que foi feito em cem anos, em nível de escola técnica.

Eu tenho a convicção de que o resultado disso aparece dentro de quatro ou cinco anos. O Brasil... todo mundo aqui sabe que o Brasil estava com... está com falta de engenheiros, porque durante muito tempo, durante muito tempo o Brasil ficou sem investimentos. Aliás, o último presidente que tentou fazer investimento, e endividou o Brasil, foi o governo Geisel, que terminou em 1979. De [19]79 até 2003 tinha poucas obras no Brasil. Então, os engenheiros que eram formados nas nossas universidades iam ser analistas econômicos. Formavam-se em Engenharia e iam fazer comentários da situação financeira, os chamados especialistas em finanças; eram todos engenheiros.

Então, nós estamos num processo de formação de novos engenheiros, porque não tínhamos. Aliás, no Brasil hoje está faltando pedreiro, está faltando eletricitista, está faltando gente para colocar azulejo. E as empresas têm dado uma contribuição extraordinária, porque muitas empresas estão formando os seus funcionários. Nós, agora, inauguramos um estaleiro em que a maioria dos trabalhadores do estaleiro eram trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar. Levamos um ano e meio formando eles para poderem trabalhar no estaleiro. A Petrobras tem 17 mil jovens aprendizes sendo preparados para trabalhar no setor de petróleo.

Este é um país que pode fazer um programa

de cinco anos. Nós estamos, agora, trabalhando o Brasil para dizer a vocês, espanhóis, e ao mundo o que nós queremos do Brasil em 2022, quando nós completarmos 200 anos de Independência.

E vai ter eleições no Brasil, agora. Vai ter eleições no Brasil e eu tenho a convicção de que vou eleger a minha candidata. De qualquer forma, de qualquer forma, eu quero dizer para vocês que não existe mais aquele discurso dos anos 80, de que “se o Lula ganhasse as eleições o Brasil ia acabar, se o Lula ganhasse as eleições seria o fim do mundo, os empresários iriam embora para Miami, se o Lula...” Isso não existe mais. Hoje, embora tenha diferença de programa, tenha diferença de candidato, eu acho que será muito difícil, quem ganhar as eleições, mudar para que o Brasil volte a ser o que era antes. Não existe espaço, não existe espaço. O Brasil aprendeu a ser sério, e vocês, empresários espanhóis que estão investindo no Brasil, são testemunha.

Me dizia um companheiro, que eu não vou dizer quem é, que a primeira vez que foi ao Brasil, o gabinete dele aqui na Espanha fez um dossiê para ele ir conversar com a ministra Dilma, e no dossiê estava assim: “ex-guerrilheira”. Pois essa ex-guerrilheira pode ser a próxima presidente da República do país, porque o Brasil não aceita mais esse preconceito, esse debate. Todo mundo sabe que nós aqui... todo mundo que está aqui, nós temos relação com os outros candidatos. Uma das candidatas, a Marina, era do meu partido e foi minha ministra do Meio Ambiente até outro dia. O José Serra, embora seja do PSDB, é amigo de todo mundo aqui. E temos divergência política, essa divergência vai ser explicitada na campanha. E eu acho que nós temos condições de ganhar as eleições. Essa é uma coisa que eu acho muito importante, que foi uma conquista da democracia brasileira. Nós nunca tivemos um processo eleitoral tão

tranquilo como nós temos agora, sem nenhum jornal e nenhum empresário ter medo de quem vai ganhar. Ninguém se preocupa com quem vai ganhar na Alemanha, quem vai ganhar... ninguém se preocupa. Por que é que se preocupa, no Brasil? Eu acho que essa é a novidade no Brasil, companheiros, essa é a novidade no Brasil. Esses meninos sabem que não podem errar, sabem que não podem errar – nem Guido Mantega, na Fazenda; nem Paulo, no Planejamento –, sabem que não podem inventar números.

Então, eu queria dizer para vocês que nós temos um programa de investimento muito grande. Nós temos um programa que ultrapassa 1 trilhão nos próximos anos, entre empresa pública, empresa privada, entre hidrelétrica, plataforma, navio, sonda, ferrovia, rodovia, hidrovía, e nós, obviamente que gostaríamos de ter os espanhóis como parceiros. Não precisam investir sozinhos; façam parceria com os empresários brasileiros, porque eu acho que é a chance de quem quiser fazer bons investimentos e ganhar um bom dinheiro. O Brasil é o país da hora, é o país da vez, e nós sabemos que só vamos continuar incentivando os empresários a investirem lá se vocês continuarem ganhando dinheiro e falando bem do Brasil. Só espero que não falem tão bem na minha presença. Na minha ausência também vocês tratem de falar bem, porque senão o El País publica, eu fico sabendo, e aí nós vamos ter problemas depois.

De qualquer forma, eu sou agradecido. Agradecido porque os empresários espanhóis acreditaram no Brasil, investiram no Brasil, estão ganhando dinheiro no Brasil, é verdade, e ganhando bastante dinheiro no Brasil. Eu sou da tese que quando me perguntam “Por que um banco está ganhando muito dinheiro no governo Lula?”... Chegam a dizer para mim: “Ô Lula, nós estamos ganhando mais dinheiro agora do que no governo Fernando

Henrique Cardoso. Você não acha que é uma contradição, um operário deixar os banqueiros ganharem dinheiro?” Eu falo: eu quero que eles ganhem dinheiro, porque se não ganharem dinheiro eles quebram, eu vou ter que tirar um Proer outra vez e vou ter que colocar dinheiro do Estado para salvar os bancos. Então, eu quero que eles ganhem dinheiro, quero que eles emprestem dinheiro, quero que financiem a produção, que gerem emprego, que gerem renda, que gerem riqueza, porque é tudo isso o que um ex-dirigente sindical pode querer quando vira governante.

Eu estou convencido, Felipe, estou convencido... Eu que acompanhei a tua trajetória no governo da Espanha, eu que vi quantas vezes você foi crucificado, eu que estou vendo, agora, o Zapatero pagar por uma crise que ele nada tem a ver com ela. Essa crise é mais profunda, os responsáveis dessa crise fingem que não é com eles a crise, e países como Espanha e Portugal sofrem mais porque são menores, em uma Europa poderosa, rica, fragilizada na falta de controle do seu sistema financeiro. Eu acho que todos nós...e agora vamos para o G-20, em Toronto, com a disposição de definir qual é a validade, qual é o poder de decisão do G-20, porque não dá para a gente continuar nessa incerteza que estamos vivendo no mundo.

O Brasil está bem, a América Latina vive o seu melhor momento, a América do Sul vive o seu melhor momento. Nós nunca tivemos a quantidade de países vivendo uma democracia efervescente, como nós temos agora.

Ontem, a Presidenta da Argentina disse uma coisa importante, foi a primeira vez que um presidente da Argentina fez um discurso elogiando um presidente brasileiro. Isso parece pouco, mas para nós, brasileiros, que víamos a Argentina considerar a gente o inimigo, e nós considerarmos a Argentina o inimigo, saber que nós viramos parceiros e que nós

dependemos um do outro para crescer, é uma coisa extraordinária.

A América Latina vive um bom momento, a América do Sul vive um melhor momento, e tudo que acontece lá, pode ficar certo, Felipe, que é excesso do exercício da democracia, e nós temos que entender isso como uma coisa boa para a América do Sul, melhor do que no tempo em que a gente não tinha democracia na América do Sul.

Então, eu quero agradecer mais uma vez agradecer ao El País, agradecer ao Valor, agradecer aos empresários, e dizer para vocês que o Brasil não tem retorno, o Brasil se transformará numa grande potência econômica, e queremos também nos transformar num grande agente político, porque o negócio do Irã, o negócio do Irã foi... Você sabe bem que nós fizemos exatamente o que os Estados Unidos queriam fazer cinco, seis meses atrás. Qual era o grande problema do Irã? Era que ninguém conseguia fazer o Irã se sentar à mesa para negociar, e o Irã conseguiu fazer. Por quê? Porque você, que é um político, sabe que essas decisões, às vezes, são tomadas em função de uma relação de confiança. Então, o Irã aceitou sentar à mesa para negociar. O Brasil e a Turquia não tinham poder para negociar acordo nuclear, nem nós queríamos. A única coisa que nós queríamos era convencer o Irã de que ele deveria assumir compromisso com a Agência, deveria negociar e deveria depositar o seu urânio na Turquia. Tudo isso foi concordado. Agora depende do Conselho de Segurança da ONU se sentar com disposição de negociar, porque se sentar sem querer negociar, vai voltar tudo à estaca zero.

Da mesma forma, eu acho que os conflitos do Oriente Médio, enquanto tiver apenas um país querendo resolver aquilo, sem envolver todos os problemas, colocar em uma mesa todo mundo, nós não vamos ter tranquilidade no Oriente Médio. Então, é preciso mais atores, é preciso

mais negociadores e é preciso mais disposição política. Eu acho que o mundo caminha para isso. Uma nova governança global, a ONU bem fortalecida, é o que vai dar resultado nesses próximos dez, 15 ou 20 anos. Se a ONU continuar assim, nós vamos ter problemas sérios de governança global no mundo.

Então, muito obrigado. Eu queria dizer que saio da Espanha daqui a pouco, para Portugal, com a consciência tranquila de que os espanhóis têm sido parceiros extraordinários em tudo que tem acontecido de bom no nosso país. Eu espero que a recíproca seja verdadeira e que os empresários brasileiros possam merecer, do governo espanhol, o mesmo elogio que eu posso fazer aos empresários espanhóis quando os brasileiros estiverem investindo aqui.

Bom almoço.

CERIMÔNIA DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE CERIMÔNIA
DE ENTREGA DO PRÊMIO CAMÕES - LISBOA-PORTUGAL, 19/05/2010

Senhor Cavaco Silva, presidente da República portuguesa, e sua senhora, Maria Cavaco Silva,

Excelentíssimo senhor José Sócrates, primeiro-ministro de Portugal,

Senhor Arménio Vieira, agraciado pelo Prêmio Camões de 2009,

Senhora Gabriela Canavillas, ministra da Cultura de Portugal, na pessoa da qual saúdo os demais ministros portugueses,

Meu caro Juca Ferreira, ministro da Cultura do Brasil, na pessoa do qual saúdo os demais ministros brasileiros que me acompanham,

Senhora Helena Buescu, representante do Conselho do Júri do Prêmio Camões,

Senhoras e senhores,

É um grande prazer participar, pela terceira vez, da entrega do Prêmio Camões. Criada em 1988, esta premiação já é uma referência internacional. Reconheceu escritores de Angola, Moçambique, Portugal e Brasil, países que espelham toda a rica diversidade de nossa cultura comum.

Mas o Prêmio não é um marco apenas para o mundo da língua portuguesa. Muitos desses agraciados são renomados escritores além de suas fronteiras, numa demonstração definitiva do universalismo da civilização lusófona. Ela expressa sentimentos e comunica valores que tocam a nossa humanidade comum.

Premiar este ano, pela primeira vez, um escritor de Cabo Verde é fazer justiça a uma

tradição literária que exprime essa abertura ao mundo. Como arquipélago, Cabo Verde e seu povo sempre tiveram o mar e o além-mar como vocação natural.

Arménio Vieira, nascido na cidade da Praia, é poeta, escritor e jornalista. É tão versátil quanto a palavra, que é seu instrumento de trabalho. É autor de uma obra inovadora que muito diz sobre as lutas e os sonhos de nossos povos. Arménio Vieira é um artesão da liberdade. Cantou os valores comuns que uniram nossos povos ao longo da história na luta anticolonial, a busca da paz, da justiça e do desenvolvimento, mas também enalteceu a liberdade do homem. A saudável rebeldia e o inconformismo de Arménio Vieira andam de mãos dadas com uma profunda sensibilidade pela dor e injustiça do outro, como em João Cabral de Melo Neto, a quem tanto admira. Nem por isso a poesia e a prosa de Arménio Vieira são marcadas pela lamentação. Elas se nutrem, sobretudo, de um forte sentimento de esperança.

Como você, Arménio, sonhamos e trabalhamos para que os quatro continentes em que viceja a língua portuguesa estejam, um dia, à medida dos nossos sonhos de liberdade.

Meus parabéns, Arménio Vieira, e muito obrigado por sua inestimável contribuição à nossa língua e à nossa cultura.

Muito obrigado.

10ª CIMEIRA LUSO-BRASILEIRA

DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA À IMPRENSA APÓS SESSÃO PLENÁRIA DA 10ª CIMEIRA LUSO- BRASILEIRA - LISBOA-PORTUGAL, 19/05/2010

Meu caro companheiro, primeiro-ministro Sócrates,

Companheiros ministros de Portugal, ministros do Brasil,

Companheiros que vieram de tantos lugares do Brasil para assinar acordos com Portugal,

Companheiros da imprensa brasileira e da imprensa portuguesa,

Eu penso que o século XXI é o século dos países que não tiveram chance no século XX. Eu lembro que uma parte do mundo cresceu muito no século XIX, outra parte cresceu muito no século XX, e eu firmei a convicção, Sócrates, de que o século XXI o Brasil não jogaria fora, o Brasil iria aproveitar o século XXI para se transformar em uma grande economia. O Brasil, desde que eu me conheço por gente, o Brasil sempre foi o país do futuro, mas quando a gente vai adquirindo consciência política, a gente vai ficando preocupado porque o futuro demora muito a chegar para o Brasil.

De 1950 a 1980, a economia brasileira foi a economia que mais cresceu no mundo. Entretanto, quando chegou aos anos 80, o que nós percebemos era que os ricos tinham ficado mais ricos e os pobres tinham ficado mais pobres. Então, era preciso tentar diminuir essa distância e garantir que os pobres pudessem

subir um degrau na escala social do nosso país. O Brasil hoje vive um momento, eu diria, mágico na sua economia. Dizem que eu tenho sorte, porque tudo dá certo, mas também trabalho muito. Eu, você percebe que eu estou com a cara cansada porque estamos há oito dias andando pelo mundo, tentando comprar e vender as coisas para o Brasil. Eu não tenho nenhuma vergonha de fazer propaganda de qualquer empresa brasileira, em qualquer lugar do mundo. Uma vez eu estive com um presidente, no Brasil, e ele não quis sentar em um carro porque o carro, ele não queria fazer merchandising de um carro. Eu falei: pois eu sento nos dois, pode tirar foto minha aqui, como vendedor de carro, que eu estou satisfeito.

O Brasil tem vivido este momento excepcional. Quando eu terminar o meu mandato agora, Sócrates, nós vamos ter gerado pelo menos 14,5 milhões de empregos novos; nós vamos ter feito 14 universidades federais; nós vamos ter feito 214 escolas técnicas; nós vamos ter mudado um pouco a cara do nosso país – 31 milhões de brasileiros entraram na classe D, ou melhor, na classe C, e 21 milhões de brasileiros saíram da pobreza absoluta –, a economia brasileira está crescendo.

Eu, durante a crise econômica de 2008, eu usei dizer que a crise no Brasil era só

uma marola, uma pequena onda, que não ia acontecer no Brasil o que aconteceria nos países ricos, e até nisso eu tive sorte. Nós fomos o último país a entrar na crise e fomos o primeiro país a sair da crise. Essa é uma crise sui generis, porque é uma crise que aconteceu nos países ricos, e toda vez que acontece uma crise nos países ricos ela reflete nos países pobres. E desta vez, na América Latina e na América do Sul, todos os países estão crescendo, diferentemente dos países ricos, que enfrentaram a crise de forma mais dura. E quando a gente tem crise, a gente também tem que tomar medidas duras.

O ajuste fiscal que eu fiz em 2003 foi, possivelmente, o ajuste fiscal mais duro que o governo já fez. Entretanto, nós tínhamos consciência de que, se não fizéssemos aquele ajuste fiscal, a gente não conseguiria atravessar o oceano. E foi graças à coragem que nós tivemos em 2003 é que nós conseguimos hoje estar em uma posição altamente confortável. Aqui tem muitos amigos meus, do meu partido e do governo, que ficavam nervosos comigo, que diziam para mim: “Não é possível, isso é um programa de direita, isso é um programa...”. Mas fui obrigado a fazer o programa para poder colher o que nós estamos colhendo hoje.

Eu sei que a crise vai exigir sacrifício. Lamentavelmente, os mais ricos, que são responsáveis por essa crise, não pagarão a dívida. Eu, sinceramente, não conheço nenhum economista que me explique porque a União Europeia demorou três meses para tratar a questão da Grécia; eu não consigo compreender porque deixaram o Lehman Brothers quebrar, que ficaria muito mais barato tentar encontrar uma saída enquanto ele estava funcionando; eu não consigo entender porque os países ricos não têm uma regulamentação do sistema financeiro mais dura como, por exemplo, no Brasil, onde o sistema financeiro

não pode alavancar mais de dez vezes o seu patrimônio líquido.

Eu faço parte do G-20, Sócrates, e as coisas têm sido muito lentas, ou seja, as nossas decisões não são implementadas porque nós não temos uma governança global, nenhuma instituição multilateral que possa obrigar que as coisas sejam cumpridas, cada um volta para o seu país e faz a mesma coisa que precisa. Ou seja, os prejuízos são globais, as políticas comerciais são globais, as decisões dos bancos centrais – tem decisões que são globais, mas, na verdade, a aplicação dessas medidas é individual e, aí, nós temos mais dificuldade.

É muito importante estar hoje em Portugal, assinando essa quantidade de acordos e protocolos que estão aqui. É muito importante porque, definitivamente, os empresários portugueses já tinham descoberto o Brasil antes de o Brasil descobrir Portugal, com seu empresariado. São 20 bilhões de euros investidos no Brasil por empresários portugueses, por mais de 600 empresas portuguesas. E há muito tempo nós fazemos discurso de que Portugal é, pela nossa relação histórica, a porta de entrada mais importante para os produtos brasileiros no mercado europeu.

Agora, finalmente, as empresas brasileiras estão agindo de forma mais madura e de forma, eu diria, mais de reconhecimento daquilo que Portugal já fez pelo Brasil. Nós, recentemente, tivemos duas empresas brasileiras, a Camargo Corrêa e a Votorantim, que compraram por volta de 52% da maior cimenteira de Portugal e, portanto, são grandes investimentos. Nós estamos, com a Embraer, montando duas fábricas aqui em Portugal, e é importante que é a Embraer, porque a Embraer é alta tecnologia e, portanto, é muito valor agregado. Nós estamos percebendo a parceria na área de ciência e tecnologia com o Brasil, o que é uma coisa extremamente importante. Hoje eu descobri, finalmente eu descobri um

país onde uma empresa se cria em 30 minutos. Ou seja, o nosso Ministro da Indústria e Comércio e o nosso Ministro do Planejamento vão ter que vir aqui para aprender, porque o que as pessoas mais se queixam, no Brasil, é que demora muito para abrir uma empresa. Melhorou bastante, melhorou bastante com as mudanças que nós fizemos, mas, certamente, ainda não é em 30 minutos, e para fechar elas demoram muito mais tempo.

Então, nós queremos aprender com Portugal. Portugal está nos ajudando na área de saneamento básico, sobretudo em função da Copa do Mundo e em função das Olimpíadas, e nós somos agradecidos porque Portugal já viveu essa experiência.

Mas uma coisa me chamou a atenção, que foi o acordo da Galp e da nossa empresa de biodiesel. Eu tive o prazer de estar com a direção da Petrobras e também com a direção da Galp no coração da selva amazônica, numa plantação de palma africana, que é originária da própria região e, portanto, nós estamos utilizando áreas degradadas. Além de produzir um combustível limpo, nós vamos recuperar áreas degradadas, gerar empregos. Uma parte desse óleo será utilizada pela Petrobras, numa refinaria lá mesmo, no estado do Pará, para atender a região Norte do país, mas a grande parte virá para ser refinada aqui em Portugal, para que Portugal possa vender ao mercado europeu e, sobretudo, aos nossos amigos espanhóis que estão aqui, bem mais próximos de nós. Ou seja, quando ligarem um carro com biocombustível, vocês não vão sentir aquele cheiro insuportável do óleo diesel, mas vão sentir o cheiro de um óleo mais gostoso, muita gente vai pensar até que está fritando uma batatinha. Eu acho que... Eu sinto orgulho, porque esse é um programa que eu sonhei, esse é um programa que foi patenteado no Brasil, em 1975, mas somente em 2003 nós resolvemos adotar o

biocombustível como uma parte da matriz, da nossa matriz energética no Brasil, acho que foi muito importante. Então, quando eu vi a Galp assinar o acordo, eu fiquei muito, mas muito, muito, muito feliz, porque acho que foi um acordo extraordinário.

Uma outra coisa importante que eu vi aqui... Uma outra coisa que eu vi aqui, muito importante, foi o acordo da Petrobras com a Galp também, para tentar pesquisar e ver o que é possível que tenha no fundo do mar aqui, perto de Portugal. No Brasil, nós encontramos a 7 mil metros de profundidade aquele petróleo que faltava para nós em terra, e é preciso muito investimento em tecnologia para a gente conseguir tirar um petróleo que tem 2 mil metros de lâmina d'água, 2 mil metros de rocha, 2 mil metros de sal, para você poder chegar lá. Nós estamos tomando todo o cuidado do mundo para que a gente não traga um japonês lá na sonda, porque está quase chegando do outro lado do mundo. Eu acho que a Petrobras é uma empresa de excelência na área de tecnologia, eu acho extraordinário que essa parceria com a Galp se transforme em uma parceria muito forte.

Nós temos a Portugal Telecom, com forte investimento no Brasil. Eu acho que no Brasil sempre há espaço de crescer. Acho que era importante que a gente discutisse com a Brasil Telecom como a gente crescer no mercado africano também, crescer no mercado brasileiro, crescer no mercado latino-americano. Nós, agora, aprovamos... criamos uma empresa para investir em banda larga, nós queremos levar banda larga a todos os rincões do nosso país, nós queremos transformar a banda larga em um direito de cada cidadão e não em um privilégio de quem tem dinheiro para pagar, ou seja, é preciso que a gente consiga vender isso mais barato para o povo brasileiro e, obviamente, isso vai contar com a parceria dos companheiros portugueses.

Eu quero dizer ao meu amigo Sócrates que é sempre uma alegria vir a Portugal. Lamentavelmente, hoje eu vim em uma correria muito grande. Um presidente da República nunca pode dizer que está cansado, porque político tem sempre a impressão de passar a ideia de que ele é forte, de que ele não cansa nunca. Eu estou cansado, muito cansado, eu deveria ter chegado aqui mais cedo, trabalhado mais cedo, mas também não pude chegar porque estamos em uma viagem que começou na Rússia, em Moscou, depois Catar, depois o Irã, depois a Espanha e agora Portugal, mas eu estou feliz. Estou feliz porque, finalmente, Brasil e Portugal se reencontraram. Não é mais aquela coisa só sentimental, é uma coisa muito verdadeira de compreender a posição estratégica, do ponto de vista geográfico, que está Portugal para o Brasil e o potencial que o Brasil tem para ajudar a alavancar a economia portuguesa. Eu tenho certeza de que se a gente continuar crescendo, como estamos pensando que vamos crescer, nós poderemos ter muito mais parceria com Portugal.

Portanto, eu quero agradecer mais uma vez o carinho do meu companheiro e amigo Sócrates e dizer que eu espero que a gente se encontre muitas vezes e que façamos muitos acordos até o dia 31 de dezembro, quando termina o meu mandato na Presidência do Brasil.

Muito obrigado, gente.

**VISITA DO PRIMEIRO-MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP ERDOGAN
DECLARAÇÃO À IMPRENSA DURANTE VISITA DO
PRIMEIRO-MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP
ERDOGAN - PALÁCIO ITAMARATY, 27/-5/2010**

Bem, eu quero cumprimentar o nosso amigo, o primeiro-ministro Erdogan, primeiro-ministro da República da Turquia,

Quero cumprimentar os ministros das Relações Exteriores da Turquia e do Brasil e, com isso, cumprimentar a todos os ministros brasileiros e todos os ministros turcos,

E dizer que é uma grande satisfação receber, em Brasília, o Primeiro-Ministro de um país destinado pela geografia e pela história a ser um ponto de encontro entre a Europa e a Ásia, e uma ponte entre o Ocidente e o Oriente.

As relações entre a Turquia e o Brasil são marcadas por sólidos laços de amizade e cooperação e por uma atuação criativa, construtiva e corajosa nas questões mais importantes no cenário internacional.

Acreditamos que é a flexibilidade, não o dogmatismo, que aproxima os povos. É o engajamento construtivo, não o isolamento e a punição que nos leva ao entendimento. É esse o espírito que norteou nossa atuação na negociação com o Irã.

A Declaração de Teerã constitui oportunidade que não pode ser desperdiçada. Ela não resolve todos os problemas de uma única vez, mas estabelece as condições para o diálogo como o caminho mais eficiente, para superar divergências e construir a confiança

em torno de um objetivo exclusivamente pacífico do programa nuclear iraniano.

Queremos superar dogmas e temores que empobrecem o convívio entre as nações, reduzem os espaços de cooperação e conduzem o mundo a riscos inaceitáveis. Por isso também defendemos um mundo desnuclearizado e em paz. Recusamos o mito de que a região está fadada ao conflito, de que seus filhos estão condenados a uma rotina de ódio e sofrimento que alimenta a irracionalidade da guerra.

Turquia e Brasil são exemplos de convivência pacífica e harmoniosa entre (falha no áudio) e judeus, tendo sempre mantido relações fluidas tanto com Israel quanto com o mundo árabe. Somos, também, parceiros na construção de uma ordem internacional multipolar. Estamos em posição privilegiada para fazer ouvir a voz dos países emergentes e contribuir para assim encontrarem respostas concretas aos desafios contemporâneos.

As Nações Unidas e as instituições financeiras de Bretton Woods requerem reformas para deixarem de ser uma sombra distorcida de um passado há muito superado.

Advertimos que não se deve abandonar os compromissos com mudanças profundas ao primeiro sinal de recuperação da economia mundial. Agora que a instabilidade

[estabilidade] voltou reafirmamos a urgência de corrigir os desequilíbrios, discriminações e injustiças que levaram à crise. Estas são as mensagens que levaremos juntos ao G-20 de Toronto.

Caro amigo Erdogan,

Essa sintonia de posições encontra expressão concreta no plano de ação da parceria estratégica Brasil-Turquia que hoje firmamos juntamente com outros acordos importantes. A expressiva delegação de empresários turcos que o acompanha, vai nos permitir explorar novas possibilidades para ampliar e diversificar o intercâmbio bilateral. Existem grandes oportunidades para elevar nosso relacionamento a níveis condizentes com a importância de nossos países. Nosso comércio aumentou 330% entre 2002 e 2008, tendo superado, e muito, a casa de US\$ 1 bilhão. Mas o nosso potencial é extremamente maior. Considerando o forte dinamismo de nossas economias nos primeiros meses de 2010, estou seguro de que podemos dar um salto qualitativo no curto prazo.

O Brasil está comprometido com o avanço das negociações comerciais Mercosul-Turquia, com vistas à implementação de uma Área de Livre Comércio. Com flexibilidade e espírito pragmático será possível gerar oportunidades significativas de acesso a mercados e interação econômica com nossa base nesse acordo.

A Turquia também oferece grande oportunidade para negócios com o Brasil, principalmente por seu perfil logístico. Importantes rotas comerciais passam pelo território turco. Existem possibilidades de novas parcerias em vários setores. A Petrobras está instalada na Turquia desde 2006. Ela intensificará o trabalho com sua congênere turca TPAO na prospecção de petróleo em águas profundas na Costa de Sinop e também de gás natural em Kirklareli. Vamos

transformar a exploração do Mar Negro e das reservas do pré-sal brasileiro em modelo de cooperação energética e de competência tecnológica entre países em desenvolvimento. O Brasil também pode ser parceiro importante para a Turquia na diversificação de sua matriz energética. A experiência brasileira na produção de biocombustíveis encontrará campo fértil nesse país. Podemos desenvolver projetos conjuntos para a produção de etanol e de biodiesel. É graças ao conhecimento recíproco que brasileiros e turcos poderão desenvolver estimulantes formas de integração e novos projetos em comum.

A Embratur quer dinamizar o setor de turismo, motivada pela recente inauguração de voos diretos ligando as cidades de Istambul e São Paulo. Para apoiar essa iniciativa contamos com a instalação de consulados gerais em Istambul e São Paulo.

Senhor Primeiro-Ministro,

Vossa Excelência participará amanhã, no Rio de Janeiro, da abertura do 3º Fórum da Aliança das Civilizações, projeto de grande originalidade, nascido de iniciativas conjuntas de seu governo e do governo espanhol, à qual o Brasil se associou desde a primeira hora.

Sua presença no Fórum tem um importante significado simbólico: reafirma, com força, os valores de solidariedade, de tolerância, de abertura de espírito e de promoção do diálogo intercultural. Esses valores sempre marcaram nossas relações e hoje, mais do que nunca, guardam toda a sua relevância. São princípios que nos unem com entusiasmo e com espírito verdadeiramente fraternal. Isso prova que países com autênticas afinidades, apesar da distância, podem e devem trabalhar juntos.

Muito obrigado.

3º FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA NA
SESSÃO DE ABERTURA DO 3º FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA
DE CIVILIZAÇÕES - RIO DE JANEIRO-RJ, 28/05/2010

Senhor Secretário-Geral das Nações Unidas,

Senhores presidentes, chefes de Estado, convidados para participar do 3º Fórum da Aliança de Civilizações.

Primeiro, o governo brasileiro e o povo brasileiro, especialmente esta cidade maravilhosa, como é conhecido o Rio de Janeiro, dão as boas-vindas a todos os que nos honram com sua presença neste Fórum.

Esta Aliança foi a resposta de um expressivo grupo de nações à ofensiva obscurantista daqueles que pretenderam dividir a Humanidade a partir de um suposto choque de civilizações.

Nossa adesão a esse projeto está em sintonia com os princípios universalistas que regem o Estado brasileiro e sua política externa, mas também reflete o que foi a construção de nossa identidade nacional. Somos multiétnicos, acolhemos distintas religiões e culturas. A nação brasileira é formada por nossos povos originários, pelos milhões de africanos que para aqui vieram, forçados, para o trabalho escravo. Abriga sucessivas levas de imigrantes europeus e asiáticos. Aqui convivem pacificamente milhões de descendentes de árabes com centenas de milhares de judeus e descendentes de judeus.

O Brasil tem uma enorme dívida para com os povos de quase todo o mundo, que ajudaram a construir nossa riqueza material, mas, sobretudo, são responsáveis pela construção

de nosso patrimônio cultural. Todos eles, sem exceção, fazem parte do que chamamos de civilização brasileira.

Aprendemos com nossa própria história que a tolerância e a igualdade de oportunidades são fundamentais para um ambiente de concórdia e de paz. Ela nos ensinou que a exclusão, o preconceito e a pobreza alimentam cenários de tensão e de conflito, fomentam situações de dominação e de injustiça, que impedem povos e nações de construir um futuro digno e pacífico.

Não haverá encontro fraternal de civilizações enquanto não forem enfrentadas as raízes profundas dos conflitos, enquanto houver fome e desemprego, mas também enquanto persistir a intolerância étnica, religiosa, cultural e ideológica.

A promoção de uma cultura de paz deve ser um dos pilares centrais deste Fórum. Para tanto, precisamos renovar mentalidades. Para renová-las é necessário oferecer oportunidade de crescimento econômico com justiça social aos milhões de homens e mulheres que vivem nas margens da Humanidade, humilhados e ofendidos, sem esperança.

São absurdas as teses sobre uma suposta fratura de civilizações no mundo que conduziria, inexoravelmente, a conflitos. Essas teorias são criminosas quando utilizadas como pretexto para ações bélicas, ditas preventivas.

O Brasil aposta no entendimento que faz calar as armas, investe na esperança que

supera o medo, faz da democracia política, econômica e social sua única e melhor arma. Minha experiência como líder sindical ensinou-me que posições inflexíveis só ajudam a confrontação e afastam a possibilidade de soluções de paz que a maioria aspira.

Com esses princípios, viajei a Tel Aviv e a Ramalá, tentando buscar a paz. Com esse propósito, o primeiro-ministro Erdogan e eu fomos a Teerã buscar, com o presidente Ahmadinejad, uma solução negociada para um conflito que ameaça muito mais do que a estabilidade de uma região importante do Planeta. O mundo precisa do Oriente Médio em paz e o Brasil não está alheio a essa necessidade.

Defendemos um planeta livre de armas nucleares e o pleno cumprimento, por todos os países, das determinações do Tratado de Não Proliferação. Acreditamos que a energia nuclear deve ser um instrumento para a promoção do desenvolvimento, não uma ameaça. Temos sólidas credenciais para exigir o desarmamento. O Brasil é um dos poucos países a consagrar, em sua Constituição, a proibição de produzir e de usar armas nucleares. A América Latina e o Caribe formam a primeira zona desnuclearizada do Planeta. A existência de armas de destruição em massa tornam o mundo mais inseguro. Os arsenais nucleares são peças ultrapassadas e obsoletas de um tempo, já superado, de equilíbrio do terror.

Caros amigos,

A promoção da Aliança de Civilizações requer criatividade para forjar novos laços entre regiões e continentes. Reduzimos distâncias físicas, aproximando visões de mundo, integrando povos e culturas. Na América Latina e Caribe, estamos consolidando um projeto de integração regional que vai além da criação de um espaço econômico continental. Queremos que nossas diversidades sejam um fator de

multiplicação de nossa força, não um pretexto para dissolver nossos objetivos comuns.

Foi a perspectiva de ampliação de um diálogo de civilizações que nos levou a realizar duas reuniões de Cúpula entre países da América do Sul com os países árabes, e outras duas com os países africanos. Estamos aprofundando nosso conhecimento mútuo, na certeza de que valores e heranças compartilhados nos farão mais fortes para enfrentar desafios como o aquecimento global, a insegurança energética e o terrorismo transnacional, mas, sobretudo, a fome e a miséria no mundo.

Amigas e amigos,

A crise financeira que se abateu sobre todos mostrou o quão necessário será contar com organizações multilaterais vigorosas, à altura de um mundo cada vez mais diverso e multipolar. Mas constatamos grande resistência à mudança. Incapazes de assumir os seus próprios erros, alguns governantes buscam transferir o ônus da crise para os mais fracos. Adotam medidas protecionistas que oneram bens e serviços exportados por países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que se mostram lenientes com os paraísos fiscais, responsabilizam imigrantes pela crise social.

A comunidade internacional precisa reagir. Combater as manifestações de xenofobia e de racismo é tarefa inadiável. O Brasil continua um país aberto e solidário para aqueles que vêm buscar aqui trabalho digno e vida melhor. No momento em que a recessão ceifava milhares de empregos em nossa economia, não hesitamos em regularizar a situação de dezenas de milhares de migrantes.

Senhoras e senhores,

Os jovens constituem um dos grupos mais vulneráveis às influências do fanatismo e da intolerância, além de serem as principais vítimas da violência. Mas são também a melhor promessa para o futuro, sempre que orientados para o conhecimento do outro e

para o respeito às diferenças. A participação jovem em programa de promoção do diálogo e da cooperação intercultural tem que ser o objetivo central de nossa Aliança.

É imprescindível um forte investimento na educação. O conhecimento e a informação histórica e cultural sobre diferentes civilizações são essenciais para a promoção de um ambiente naturalmente tolerante. Por isso, estamos implementando o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas brasileiras. Povos sem conhecimento de sua história e de sua cultura não têm como avaliar o presente e serão incapazes de fazer as melhores opções para a construção do seu próprio futuro.

Os meios de comunicação também têm papel decisivo na formação de valores em qualquer sociedade. Sua atuação construtiva é indispensável para a promoção dos princípios de nossa Aliança.

Meus caros amigos,

Este 3º Fórum confirma que não nos deixamos vencer nem pela distância, nem pelo ceticismo dos que duvidavam de nossa capacidade de trabalhar juntos. Aqui prevalece a determinação de romper paradigmas para aperfeiçoar um diálogo pioneiro entre Estados e sociedades que desejam construir um mundo à imagem de suas melhores tradições de entendimento e de solidariedade. É essa a mensagem que nossa Cúpula lança.

O Brasil ajudará a solidificar cada vez mais essa ponte de amizade e cooperação que estamos construindo entre nossos povos.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DO 33º PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL
INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
CELSO AMORIM, NO SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DO 33º
PERÍODO DE SESSÕES DA CEPAL - BRASÍLIA, 31/05/2010

Sr. Danilo Astori, Senhor Vice-Presidente do Uruguai,

Sr. José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA,

Sr. Enrique Iglesias, Secretário-Geral da Secretaria Ibero-Americana,

Sr. Heraldo Muñoz, Diretor Regional para a América Latina do PNUD,

Minha querida Alicia Barcena, Secretária-Executiva da CEPAL,

Meu compatriota Antonio Prado, aqui representando os dirigentes da CEPAL.

Existe uma forte relação de amor entre o Brasil e a CEPAL que é muito conhecida e muito antiga, que também antecede em muito minha entrada, digamos assim, nas lides internacionais.

Tomei contato com o famoso estudo de Raul Prebisch intitulado “A industrialização da América Latina e alguns dos seus principais problemas”, pela primeira vez, em uma apostila que era distribuída no Instituto Rio Branco. Na academia diplomática brasileira, tínhamos a sorte de ter aula com grandes professores, como Antônio Barros de Castro, grande economista brasileiro que dividia com o Professor Carlos Lessa a representação da CEPAL no Brasil. No meu caso, fui aluno do Carlos Lessa. O estudo

do Prebisch foi para mim absolutamente marcante porque, junto com os livros do Celso Furtado – especialmente, “Formação Econômica do Brasil” –, abriu meus olhos, de uma maneira definitiva, para a problemática do desenvolvimento.

O estudo do Prebisch é até hoje muito atual. Durante muito tempo, identificava-se o pensamento do Prebisch apenas com a industrialização. Ao estudar o fenômeno da “deterioração dos termos de intercâmbio” – que acho que era a expressão que ele usava –, ele apontava para o fato de que os países que conseguiram se desenvolver e que conseguiram manter o nível de renda, eram países que se haviam industrializado, e que os outros que continuavam especializados em matérias primas ou produtos agrícolas não tinham conseguido avançar. Era a explicação que ele dava para o fenômeno do atraso da América Latina e da repartição da renda no mundo de forma que não beneficiava a nossa região.

Mas, na minha modesta opinião, porque eu não sou economista, se estudarmos mais a fundo o que queria dizer aquele texto do Prebisch é que ele apontava não só para a industrialização, enquanto processo industrial, mas enquanto capacidade de inovação tecnológica. O Prebisch não

falava de “inovação tecnológica”, ele falava de “progresso técnico”, mas o progresso técnico era o que gerava essa possibilidade de apropriação da renda que permitia a poupança, que permitia o investimento, etc. Esse texto serviu de inspiração a muitos outros historiadores – mas, sobretudo, economistas – e seguiu influenciando gerações e gerações de estudiosos brasileiros. Então, o meu primeiro contato com a CEPAL foi um contato intelectual, foi um contato através do Raúl Prebisch quando eu era aluno do Rio Branco, pelas mãos do Carlos Lessa, mas também do Antônio Barros de Castro, que está aqui hoje conosco.

Essa história de amor com a CEPAL se aprofunda, porque eu entrei para o Instituto Rio Branco – desculpem-me se isso é um pouco pessoal, mas acho que essas coisas são importantes – em 1963. Naquela época, o Brasil tinha o que chamamos de Política Externa Independente. Homens como Santiago Dantas, Afonso Arinos e outros haviam conduzido a política externa brasileira por um caminho desbravador, um caminho novo em relação ao que sempre fora no passado. Mas, entre a minha entrada no Rio Branco e a minha formatura como diplomata, ocorreu o golpe militar de 64. Então a minha geração foi uma geração traumatizada. Em determinado momento, já depois do golpe, eu perguntei ao Carlos Lessa, que era um bom amigo, se ele não me arrumava um lugarzinho na CEPAL, porque eu não estava interessado em continuar sendo diplomata naquelas condições. Mas o Carlos Lessa foi muito franco e disse: “olha, a CEPAL também tem muita dificuldade, eu não sei nem como vai ser com a CEPAL no Brasil, agora que eu não sei se o Governo brasileiro dará o mesmo tipo de apoio que deu na época do Getúlio Vargas. Por outro lado, também é importante que haja quadros na diplomacia”. Essa é uma história

que pouca gente sabe. O Professor Lessa sabe que eu devo, em parte, àquela “doce recusa” de me encontrar um lugar na CEPAL o fato de ter continuado na diplomacia.

É muito importante para o Brasil estar sediando esse novo Período de Sessões neste contexto de grandes transformações no mundo, de um modo geral, e na nossa região, de modo particular. Em 2002, nós sediamos o 29o Período de Sessões. E é interessante fazer um contraponto entre as visões prevaletentes naquela altura e agora em matéria de desenvolvimento econômico, integração, ideias econômicas e políticas de modo geral. Naquela época, a despeito da crise na Rússia, da crise asiática, das próprias crises do Brasil, da Argentina (o México tinha vivido uma crise um pouco antes), ainda prevalecia uma visão acrítica, ou pouco crítica, da globalização – tema central, aliás, daquele Período de Sessões. Defendia-se a eficácia dos mercados e sua capacidade inerente de auto-regulamentação. Argumentava-se a favor da desregulamentação da atividade econômica. Tudo isso permeado por uma forte desconfiança em relação ao papel do Estado no desenvolvimento. O lema era “Liberalização, Desregulamentação, Privatização”. As mesas redondas daquele período de sessões discutiam a “Globalização com Equidade” – justa preocupação com a equidade que a CEPAL conseguiu manter –, “Meio Ambiente e Globalização”, também igualmente importante, mas sempre o tema globalização no centro, e “Políticas Macroeconômicas no Mundo Globalizado”.

Reparem que, mesmo em uma organização que sempre manteve sua capacidade de análise crítica frente às tentativas de homogeneização das políticas de desenvolvimento, os títulos das mesas redondas daquele ano sugeriam semanticamente uma relação de subordinação a uma ordem internacional avassaladora e

inexorável, uma ordem internacional ditada pela globalização. Hoje não. As mesas redondas – tenho aqui os títulos – “Políticas Macroeconômicas para o Desenvolvimento”, “Heterogeneidade Estrutural e Brechas de Produtividade”, “Institucionalidade Social e Laboral”, “Estado, Política, Fiscalidade e Pactos Sociais: uma Equação a Construir”. Essas mesas redondas deste seminário, do qual eu tenho a honra de participar, enunciam uma postura ativa em relação a políticas sociais, pactos fiscais e políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Em outras palavras, um resgate do papel do Estado. Não trabalhamos mais com base em modelos preconcebidos – ou ditados de fora da nossa região.

As transformações ocorridas nos últimos anos e a recente crise econômica internacional evidenciaram, para além de qualquer dúvida, não apenas o equívoco de tantas daquelas ideias, sobretudo quando levadas adiante de maneira simplista, mas o equívoco da própria noção de um modelo único de crescimento, conhecido como “la pensée unique”. Na verdade, para usarmos uma expressão cunhada por um revolucionário da literatura, o brasileiro Oswald de Andrade, um dos líderes da nossa vanguarda literária do começo do século XX: “é preciso ver com os olhos livres de preconceitos”. Assistimos hoje a consolidação de um novo paradigma de desenvolvimento, ancorado em uma combinação bem sucedida de crescimento com igualdade. Nas próprias palavras do documento da CEPAL, “crescer para igualar, e igualar para crescer”.

Este é, aliás, o princípio básico que tem orientado os esforços do Governo do Presidente Lula. Ou seja: vê-se a importância do papel do Estado na redução da desigualdade econômica e social, chegando aonde o mercado não alcança, com programas tais como o “Bolsa Família”, o “Luz para Todos”, programas

de agricultura familiar, e tantos outros. E, justamente por meio desses programas em que a ação do Estado é fundamental, possibilita-se a expansão do mercado interno, injetando-se maior dinamismo na economia de consumo.

Podemos refletir sobre como essa mudança de paradigma de desenvolvimento se terá refletido na atuação externa do Brasil. Passamos, claramente, de uma submissão aos desígnios de uma ordem internacional alegadamente inexorável para uma inserção ativa em um contexto internacional marcado por grandes transformações. No caso do Brasil, isso se traduziu numa priorização sem precedentes da integração da América do Sul, da América Latina e do Caribe.

Não podemos só pensar em comércio e em cifras econômicas, mas é interessante visitá-las. Em 2002, ano do último período de seções da CEPAL realizado no Brasil, as exportações totais do Brasil para a América do Sul foram da ordem de US\$ 7,5 bilhões, 12,4% do total, a metade do que exportávamos para os EUA, por exemplo, que foi destino na época de 25,7% das nossas exportações naquele ano. Para a América Latina e Caribe, no seu conjunto, as exportações de 2002 foram de US\$ 11,5 bilhões e 19% do total. Menos do que para os EUA e obviamente muito menos que para a União Europeia. Desde então, as exportações para a América do Sul cresceram 260% e chegaram, no ano de crise (porque no ano anterior foi superior a isso, mas enfim, o número que eu tenho aqui é de 2009), a US\$ 27 bilhões, com 17,7% do total. No ano anterior, em 2008, foi cerca de 20% do total, superando de longe a participação dos EUA no nosso mercado. Vale dizer que tudo isso ocorreu em um contexto em que as exportações com os EUA também estavam crescendo, se nós excluirmos 2009. Então, é uma notável mudança de paradigma. E se considerarmos

o conjunto da América Latina e Caribe, o crescimento foi um pouco menor, mas foi de 210%, chegando em 2009, que é um ano ruim para comparar em função de sua excepcionalidade, a US\$ 36 bilhões, ou 23% do total. Mesmo nesse ano negativo – e é preciso levar em conta que no caso da América Latina e Caribe as manufaturas têm um papel muito grande nas nossas exportações, portanto são mais atingidas em um período de crise –, essas exportações para a região foram superiores às exportações para a União Europeia. Em 2008, a América Latina e Caribe representou o maior mercado para as exportações brasileiras. Embora tenha perdido espaço para a Ásia, que assumiu a dianteira com o advento da crise financeira internacional, a região vem recuperando terreno.

Ao mesmo tempo, o Brasil tem procurado fazer um esforço muito grande para reduzir seus superávits – não por meio da redução de suas exportações, é claro, mas com o aumento das importações dos países da região. Instituímos um programa de substituição competitiva de importações, que estimula as importações feitas da nossa região. O Uruguai, aliás, tem sido nos últimos tempos um bom exemplo. Depois de um período muito ruim, em que as nossas importações oriundas de lá tinham caído muito, inclusive em relação ao período inicial, voltaram a chegar a níveis recordes, apresentando crescimento inclusive no ano de 2009.

O Brasil, juntamente com seus sócios do Mercosul, concedeu também, algumas vezes de maneira diferenciada, outras vezes de maneira global, grande liberalização comercial, tarifa zero, para países como Equador e a Bolívia, que não são membros do Mercosul. E fazemos isso tudo com a plena consciência de que estamos também não apenas ajudando esse países, mas ajudando o próprio Brasil, no longo prazo, porque a nós interessa que haja

economias prósperas na nossa vizinhança. Isso não ocorreu de maneira casual. Em todos os acordos de livre comércio que o Mercosul assinou com outros países da região, sobretudo da América do Sul, nós procuramos levar em conta as assimetrias. Não foi um processo fácil convencer o próprio empresariado brasileiro, outros setores do Governo brasileiro, mas isso foi, finalmente, abraçado por todos. Mas nós tínhamos prazos de degravação mais curtos e concedíamos mais exceções a esses outros países, reconhecendo o grande superávit que o Brasil tinha com eles. No entanto, nós não deixávamos de pedir, quando era o caso, as vantagens corretas e adequadas para as economias menores do Mercosul.

Assim foi na nossa negociação individual com alguns países da América do Sul e assim foi também na nossa negociação com os países do Pacto Andino e assim será, no momento em que nós estivermos maduros para fazê-lo, na nossa negociação com países como os da América Central e do Caribe. Naturalmente, com o México a conversa é um pouco diferente pois, nesse caso, terá que ser um pouco mais de igual para igual. De qualquer maneira, esse esforço grande que nós temos colocado na integração sul-americana e latino-americana e caribenha exigiu, em muitos momentos, também uma certa – eu não diria “generosidade” ou “altruísmo” porque todos dirão que isso é ingênuo e não existe generosidade ou altruísmo em política externa – visão de longo prazo que nos permitia fazer maiores concessões no curto prazo em troca de um benefício maior, do nosso ponto de vista, que era a integração de toda a região e também o processo de paz.

Na realidade, o processo de integração regional não esteve indiferente ao que ocorria também no plano político. Já havia sido assim na origem do Mercosul. Nós sabemos que, em grande parte, suas motivações iniciais

foram políticas, embora depois ele tenha se concentrado no aspecto econômico e comercial. Foi assim também com a UNASUL, criação mais recente, mas que justamente se inicia, eu diria, com várias iniciativas de natureza política. Mas os primeiros atos que dão concretude dizem também respeito aos acordos de livre comércio que eu acabei de mencionar, além das obras de infra-estrutura.

Mais recentemente, nos dedicamos profundamente a uma integração mais ampla de toda América Latina e Caribe, com intensa participação, creio eu, de quase todos os presentes aqui, e com isso fundamos, após a primeira reunião de Sauípe, mas agora já em Cancún, como foi lembrado pela Alicia, fundamos a CELAC, a entidade que congrega todos os países da América Latina e Caribe.

Vale a pena dizer, essa postura não tem nenhum espírito confrontacionista. Neste mesmo período, aumentamos nossa relação com a União Europeia, aumentamos a nossa relação com os EUA. Mas, é claro, sem desconhecer que a América Latina e o Caribe é a nossa casa maior e a América do Sul, aquela casa mais próxima. A propósito, recordo-me que uma vez um jornalista brasileiro, já faz algum tempo, uns seis anos talvez, me perguntou: “Ministro, por que o senhor dá tanta atenção à América do Sul e a à América Latina?” E aí eu falei: “Por que eu moro aqui. Se eu morasse em outro lugar, eu daria atenção a outro lugar, mas eu moro aqui! Então é aqui que eu tenho que cuidar, aqui que eu tenho que ver se os encanamentos estão funcionando, se as paredes são boas, se as portas são melhores ainda que as paredes, diferentemente do que aconteceria se eu morasse em outros lugares”.

Nas nossas relações bilaterais com os países da região, também procuramos sempre levar em conta essas assimetrias. Isso, em muitos casos, gerou críticas internas fortes ao Governo do Presidente Lula, mas acho

que nós fizemos a coisa correta. Com vários países – não é nem necessário individualizá-los –, o Brasil teve, em alguns momentos, dificuldades, fossem ligadas a preço de energia ou fossem ligadas a outros aspectos, mas procuramos resolver tudo com essa ótica de visão de longo prazo.

Digo com muita franqueza a todos aqui presentes: o Brasil é um país grande e é um grande país. Não tenho quaisquer dúvidas sobre isso. Mas mesmo o Brasil é relativamente pequeno nesse mundo de blocos que se formam. Se você pensa na União Européia como um bloco em si mesmo, se você pensa nos Estados Unidos como um bloco, se você pensa em China como bloco em si mesmo, fica claro que é preciso unir a nossa região. É preciso que América do Sul e a América Latina e Caribe estejam juntas. Do contrário, em primeiro lugar, ninguém vai nem prestar atenção em nós, e, em segundo lugar, se prestar atenção, vai fazê-lo para tirar as concessões e não dar nada em troca, porque nós não teremos poder de barganha. Mas, se nós estivermos unidos, nosso poder de barganha será naturalmente muito maior e nós lograremos negociações muito diferentes daquelas que estavam sendo gestadas há cerca de oito ou dez anos.

O patrimônio que nós acumulamos a partir de um modelo de integração baseado na solidariedade e no progresso social dá maior legitimidade à inserção internacional do Brasil e dos demais países. Além disso, credenciamos a reivindicar a democratização dos meios de governança global. É a “legitimidade do exemplo”. Desde o início, com todos os defeitos e assimetrias que meu amigo Astoria nunca deixou, com razão, de mencionar, o Mercosul credencia todos os seus membros no cenário internacional. O mesmo acontecerá, seguramente, com os esquemas mais amplos de integração da região.

Essa legitimação e essa capacidade de atuar conjuntamente no cenário internacional se refletem em alguns processos em andamento no campo econômico e financeiro, a exemplo dos debates do G-20 e das negociações da OMC. Não sei ainda qual será o resultado da Rodada de Doha, nem sei se haverá resultado. Creio que já não será mais no meu período, mas o resultado virá, por que eu acho que é quase impossível você querer reinventar todo o processo de negociação ou esquecer – seria pior ainda – o processo de negociação que houve e deixar que o mundo seja segmentado em blocos econômicos em conflito um com o outro.

No dia que houver um pouco de bom senso e que o bom senso esteja bem espalhado, como dizia Descartes – Descartes tem uma frase muito boa que diz: “o bom senso é a coisa mais bem repartida do mundo, porque cada um acha que tem dele o suficiente” –, a Rodada de Doha chegará a um final, não só a uma conclusão, mas a uma conclusão justa, que faça jus ao seu nome de Rodada do Desenvolvimento. Mas, independentemente disso, a ação dos países em desenvolvimento, a capacidade de eles se articularem no G-20 da OMC mudou, eu digo isso com segurança, mudou para sempre o padrão de negociações da Organização Mundial do Comércio. Isso não teria existido se não houvesse essa capacidade de articulação dentro da nossa região. A grande maioria dos países da América Latina – o Caribe tem uma situação um pouco diferente, devido aos acordos históricos com a União Europeia – são membros do G-20 da OMC.

Aqueles que conhecem a OMC, como o querido amigo Enrique Iglesias, pai da Rodada Uruguai, sabem muito bem, que naquela ocasião, havia países que mandavam e outros que contemporizavam, sugeriam uma vírgula ou outra. O Iglesias já não estava mais lá no

final da Rodada do Uruguai, não pode nem ser responsabilizado pela sua conclusão – aliás eu diria que o lançamento foi melhor do que a conclusão. Mas eu estava na conclusão. E na conclusão havia, e continuou havendo por muito tempo na OMC, o famoso “Quad”, que eram: Estados Unidos, União Europeia, Japão e Canadá.

Na Rodada de Doha, o quadro mudou totalmente. Quando você falava de G-4, havia participação de países em desenvolvimento. Tudo isso só foi possível em função da formação do G-20 da OMC. Nossa coesão regional e a consolidação política não se deram, evidentemente, no vácuo. Ocorreu em um contexto de um crescimento econômico vigoroso, no caso do Brasil e de muitos outros países, do aumento do comércio e, como eu, de certa maneira, já indiquei, com a diversificação de mercados, com destaque para o comércio Sul-Sul. Hoje em dia, se nós olharmos para o comércio brasileiro, certamente os países em desenvolvimento ocupam um lugar de grande destaque, principalmente na América Latina e Caribe, mas também muitos outros, como China, Índia e África do Sul. Não é à toa, aliás, que o Presidente do Banco Mundial, Bob Zoellick, meu amigo e companheiro de algumas negociações importantes, que já foi grande defensor de um livre-cambismo à outrance no tempo da ALCA, agora reconhece que a receita para sair da crise (estou citando artigos de jornal, porque eu não tenho tido tempo ultimamente de ler coisas mais técnicas, mas como nunca vi desmentido, deve ser verdade) é o mercado interno e o comércio Sul-Sul. Na opinião dele, são esses fatores que têm ajudado os países em desenvolvimento a sair da crise. Mais do que isso, recentemente Zoellick disse que os países desenvolvidos devem mirar-se nos exemplos dos BRIC. Mesmo do ângulo de quem via a economia por uma visão mais tradicional, não é preciso ir

mais longe para ver que estamos seguramente no caminho certo.

Nos últimos anos, nós temos feito aqui no Brasil, creio eu, a coisa certa. Lembrou aqui o Professor Marco Aurélio Garcia, na abertura deste seminário, que a estabilidade econômica sem inclusão social não traz verdadeiros benefícios ao país. Isso é algo que o Presidente Lula sempre enfatiza: o Brasil conheceu momentos de crescimento e momentos de estagnação, momentos de inflação e momentos de relativa estabilidade macroeconômica. A única coisa que não mudava era a desigualdade. Pelo contrário, a desigualdade ia sempre crescendo. E agora, nos últimos anos, não apenas conquistamos a estabilidade macroeconômica como também reduzimos o endividamento público, atraímos investimento direto externo, somos credores do FMI, o Brasil emprestou dinheiro para ajudar a Grécia sair da crise, mas nada disso teria ocorrido e não teria sido sequer legítimo se não fosse acompanhado de uma queda dos níveis históricos de concentração de renda e de riqueza.

As mudanças sociais e econômicas que ocorreram no Brasil e na América Latina e Caribe nos últimos anos são estruturais. Não são resultado de nenhum tipo de assistencialismo. Foram progressos concretos na distribuição de renda que geraram frutos permanentes no acesso das populações mais pobres à educação e a outros bens e serviços públicos fundamentais. Temos que reconhecer, no entanto, que os significativos avanços na área social não resolveram alguns problemas estruturais da nossa região.

Os estudos da CEPAL – mais uma vez a CEPAL nos mostrando caminhos – apontam ainda para a má distribuição dos frutos do crescimento entre setores da economia. Nossa região tem também perdido participação nas áreas mais dinâmicas da economia mundial,

com déficit crônico em inovação tecnológica. E aqui entra outro aspecto que eu creio que é importante: eu trabalhei durante um tempo na área de ciência e tecnologia. Foi, aliás, quando se criou o Ministério da Ciência e Tecnologia e, naquela época, o Brasil investia de 0,4% a 0,6% em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento. Hoje, o Brasil já investe 1,43% – é o dado mais recente que eu tenho – em ciência e tecnologia. Não é ainda o que investe a Coreia, não é o que investem outros países importantes, mas é um aumento notável. E se houvesse um ponto que seria importante mostrar aos outros países da região onde está ainda a nossa falha é, creio, nessa área. O Brasil melhorou um pouco, mas o conjunto da região investe pouco, investe somente 0,67% do PIB, segundo os dados de que eu disponho, em ciência e tecnologia.

Claro que isso gera também brechas de produtividade que ameaçam várias outras conquistas. E eu aqui queria fazer um tributo a outro cepalino – já que eu mencionei o Prebisch –, que é o Fernando Fajnzylber, uma pessoa notável. Eu me lembro que, na época em que eu estava para sair do Ministério da Ciência e Tecnologia – isso faz parte também dessa história de amor com a CEPAL –, fiquei vários meses sem função no Itamaraty, porque nós defendíamos uma política tecnológica muito ativa e que não agradava a muitos setores. Levei seis meses para ter de novo uma função no Ministério das Relações Exteriores. Como, aliás, durante o governo militar, levei também alguns meses para ter função no Itamaraty depois de produzir o filme “Pra frente, Brasil”. Mas, no caso do MCT, eu me recordo que a CEPAL achou que eu ia ficar muito deprimido se ficasse só em casa, mesmo que recebendo meu salário básico, e me pediu para escrever um estudo sobre política tecnológica – e foi o que eu fiz. É uma coisa que pode ser encontrada ainda não sei, em algum arquivo empoeirado,

mas de qualquer maneira chamava-se “Quem tem medo de Stefan Zweig?”. Stefan Zweig é um escritor austríaco que morou no Brasil e que se referia ao Brasil como “o país do futuro”. Então, o significado do título referia-se a quem tinha medo que o Brasil chegasse a esse futuro. Ali muito superficialmente – que eu não tinha competência para fazer de maneira mais profunda –, eu comparava um pouco o que acontecia na América Latina com o que estava acontecendo em outros países, especialmente na Coreia e em outros países da Ásia.

Nesse processo de leituras, eu me deparei com um artigo muito interessante do Fernando Fajnzylber, que se chamava “El casillero vacío de Latinoamérica”. Em português, “casillero” significa “casa”, no sentido da casa do jogo de damas, do jogo de xadrez. Então, qual era a casa vazia? Isso porque ele fazia uma pequena matriz, muito simples: de um lado da matriz vinha o dinamismo econômico e do outro lado vinham padrões de equidade. Fajnzylber chegou à conclusão seguinte: na América Latina, havia países com dinamismo e sem equidade – caso do Brasil durante muitos anos; havia países com equidade, mas sem dinamismo – era o caso do Uruguai, que ele citava na época; e havia países que não tinham nem dinamismo, nem equidade. Mas não havia, nunca, países com dinamismo e com equidade ao mesmo tempo. E como superar essa dicotomia? Evidentemente, isso estava ligado a problemas como distribuição de renda, que, por sua vez, está ligada à taxa de escolarização, que, por sua vez, está ligada à ciência e à tecnologia, e a taxas de poupança. Então, esse conjunto de fatores criava um círculo vicioso, em que alguns países tinham conseguido ter taxas de poupança ou receber muito investimento externo, e com isso tiveram algum dinamismo. Outros não tanto, porque não tinham mercados tão grandes, mas

todos eles padeciam dessa fragilidade. Queria, então, eu quero deixar essa homenagem a Fernando Fajnzylber, que faleceu muito jovem, mas que foi um economista de extraordinária qualidade.

Outro desafio, já que nós falamos amplamente do social e do tecnológico, é o de garantir o desenvolvimento ambientalmente sustentável. A questão do clima é uma questão de fundamental importância. Propostas apresentadas pelo Brasil e por outros países em desenvolvimento da região na reunião de Copenhague – o México também foi muito ousado nas suas propostas sobre financiamento – apontam para modelos econômicos ambientalmente amigáveis. Embora os esforços nesse sentido tenham custos altos no curto prazo, eles seguramente trarão benefícios no longo prazo, não só em termos de qualidade de vida para as pessoas, mas até porque haverá uma tendência dos mercados a se tornarem cada vez mais exigentes. Os países só não devem usar isso para um protecionismo disfarçado, o que frequentemente também ocorre. Mas não deixará de ser legítimo que o próprio consumidor, informado corretamente, possa fazer escolhas de produtos não só socialmente, mas ambientalmente sustentáveis. Assim, esse esforço todo que nós poderemos fazer em termos de uma economia mais amigável ao meio ambiente terá também um benefício econômico-comercial. Os mesmos estudos da CEPAL que identificam estas e outras “brechas a selar” – segundo as palavras da própria CEPAL – indicam também caminhos por seguir, e alguns deles já foram mencionados aqui neste contexto.

Para concluir, constato com grande satisfação que, não só no plano interno, mas também na nossa política internacional, conduzida pelo Presidente Lula, houve uma grande convergência entre os caminhos

indicados pela CEPAL e os seguidos pelo Brasil: opção por uma integração regional renovada e animada pela busca de igualdade não só dentro dos países, mas entre eles.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DA COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL)

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO DE ALTO NÍVEL DA COMISSÃO ECONÔMICA
PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL) - BRASÍLIA-DF, 01/06/2010

Minha querida companheira Alicia Bárcena, secretária-executiva da Cepal,

Meu caro companheiro Eloi Ferreira, ministro-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social [Racial],

Meu caro companheiro Antonio Prado, secretário-executivo adjunto da Cepal, por meio de quem cumprimento todos os dirigentes e funcionários da Cepal aqui presentes,

Senhoras e senhores embaixadores,

Senhoras e senhores representantes de organismos internacionais,

Companheiros e companheiras delegados estrangeiros,

Amigos da imprensa,

Eu tenho, como de hábito, dois discursos: um que está escrito e outro que eu gostaria de fazer. Eu vou tentar cumprir os dois, sempre pedindo desculpas a vocês porque, como eu não assisti aos debates que vocês fizeram aqui durante esses dias, eu posso repetir algumas coisas que vocês já discutiram. Antecipadamente eu peço perdão por repetir alguma coisa que vocês já discutiram. Mas, ao mesmo tempo, quando as coisas que foram discutidas foram boas, não existe nenhum problema em repetir aquilo que são coisas

boas porque, muitas vezes, tem coisas ruins que são repetidas e isso traz prejuízo à nossa querida América Latina e à nossa querida América do Sul.

Eu vou começar com a minha fala eminentemente institucional. Primeiro, é um prazer, um enorme prazer receber os delegados da Cepal aqui em Brasília, exatamente no ano em que a capital federal completa 50 anos de idade. Construída no final da década de 50, Brasília é um símbolo de uma época marcada pelo sonho da superação do subdesenvolvimento, o sonho que a Cepal acalentou desde sua criação. Afinal de contas, não existia outra razão para a Cepal existir se não fosse o desenvolvimento.

A Comissão foi pioneira na denúncia dos mecanismos históricos que perpetuavam as desigualdades entre o Norte industrializado e o Sul em desenvolvimento. Propôs soluções estruturais para o enfrentamento desses problemas.

Além de seu magnífico esforço em favor do desenvolvimento de nossa região, a Cepal vem prestando, aos povos da América Latina e do Caribe, uma contribuição de alto valor político: a criação da consciência de um destino

político-econômico comum. O documento que serviu de base para as discussões aqui em Brasília é o exemplo mais eloquente dessa preocupação.

Este Período de Sessões ocorre num momento em que nossa região dá passos importantes para enfrentar o estigma da desigualdade que ainda nos marca. Estamos recuperando nossa autoconfiança depois de décadas perdidas.

A aposta na substituição de importações para promover o crescimento permitiu, no passado, dar saltos importantes em nossa industrialização. Mas, naquele período, muitos acreditavam que para distribuir renda era necessário, antes, fazer a economia crescer para depois distribuir. Outros, então, se descuidaram do equilíbrio macroeconômico. A inflação e o endividamento comprometeram a continuidade do nosso desenvolvimento em vários países da nossa querida América Latina e do Caribe. O crescimento, quando houve, ele ocorreu em benefício de muitos poucos nos países onde ele ocorreu.

A partir da crise dos anos 80, passamos a viver sob a influência das teses do Consenso de Washington. Elas preconizavam o Estado mínimo, com a perda de sua função mais importante, que era a função indutora e reguladora; defendiam privatizações desenfreadas de empresas públicas; propugnavam a desregulamentação das relações trabalhistas. O planejamento foi relegado ao museu da história. Praticamente todos deixaram de planejar. O interesse nacional foi relativizado, o que tornava relativa a soberania popular em cada país. O crescimento só seria possível para uma parcela pequena da população. Os demais ficariam à margem do mercado e do processo produtivo e seriam tratados com medidas eminentemente compensatórias.

No Brasil – hoje com mais de 190 milhões

de habitantes – trabalhava-se com a ideia de uma economia para atender a 60 milhões de brasileiros, deixando dois terços da população entregues à própria sorte, quem sabe se o mercado as enxergasse. Essa situação foi mudando nos últimos anos, e a crise financeira atual colocou uma lápide nesse ciclo de quase três décadas de equívocos cometidos em nome dos fundamentalistas do mercado.

Estamos hoje diante de uma gigantesca tarefa histórica. Não podemos ficar prisioneiros de paradigmas que ruíram. Precisamos aprofundar o debate sobre a crise e propor as alternativas corretas. Uma atitude de independência intelectual é necessária para superar tais obstáculos.

Nossa região reagiu. Tomou consciência de sua força e da necessidade de forjar um projeto de desenvolvimento próprio. Afinal de contas, nós tivemos o privilégio de receber esse legado deixado por Raúl Prebisch e Celso Furtado.

Em anos recentes, vivemos na região uma onda de democracia popular e de crescimento muito robusto. Vamos ser francos, companheiros: há muito tempo e há muitas décadas a gente não tinha visto tanto o exercício da democracia na nossa querida América Latina. Nem imaginávamos que a gente pudesse ver um chefe maia governando a Guatemala, um jornalista governando El Salvador, um metalúrgico governando o Brasil, um índio governando a Bolívia, e vai daí, adentrando as vitórias do movimento social no nosso continente, que nós poderíamos definir como o momento histórico de mais forte democracia.

Seu motor e o motor dessas democracias são classes historicamente excluídas e deserdadas, que hoje encontram seu lugar e sua voz em sociedades que não mais ignoram suas justas reivindicações. Aliás, um dado importante: uma revista, no Brasil, pouco tempo atrás,

publicou uma grande reportagem dizendo que os índios não são maioria na Bolívia. Certamente houve um equívoco enorme do jornalista da revista, porque se na Bolívia a maioria não for índio, no Brasil a maioria não é brasileiro, ou os alemães não são maioria na Alemanha, ou os americanos não são maioria nos Estados Unidos.

Nunca tantos governos tiveram o desenvolvimento econômico e a justiça social como preocupação central. Isso tem permitido avançarmos uma agenda de integração de novo tipo, alicerçada na superação de assimetrias e no desenvolvimento da infraestrutura viária e energética. Nossas políticas se guiam pelo respeito à diversidade e estamos corrigindo assimetrias que prejudicam os parceiros menores.

Nossa atuação no Haiti, no âmbito da Minustah, mostra que a segurança coletiva tem de combinar-se com a justiça social e o respeito à soberania nacional. Sica, Caricom, Unasul e Celac são exemplos dessa nova concepção de integração; representam reais opções de governança regional que contribuem para um mundo multipolar e multilateral, sem espírito de confrontação.

Amigas e amigos,

A experiência do Brasil prova que é possível manter disciplina macroeconômica e controlar a inflação sem sacrificar nossas oportunidades de progresso, e reduzindo nossa vulnerabilidade externa.

Não se combate desemprego com protecionismo e com a desregulamentação dos direitos trabalhistas. Por isso, teremos criado mais de 14,5 milhões de empregos no dia 31 de dezembro, quando eu deixar a Presidência da República. Mais de 14 milhões de empregos formais nós teremos criado nesses oito anos de governo.

Da mesma forma que apostamos no potencial de nosso mercado interno,

poderemos também apostar no mercado de consumo regional como fator de nosso desenvolvimento.

Não abdicamos do compromisso de enfrentar a desigualdade social. Desde 2003, 24 milhões de brasileiros que viviam em estado de pobreza absoluta deixaram essas condições, e 31 milhões de brasileiros ascenderam à classe média, fazendo com que nós tenhamos hoje mais de 50% da população vivendo na classe média.

Realizamos uma política econômica que privilegiou o mundo do trabalho e a inclusão social, preservou o equilíbrio fiscal e reduziu a vulnerabilidade externa. Pudemos, assim, implementar estratégias governamentais e financiamentos públicos anticíclicos.

Fizemos do comércio com a região um vetor fundamental da política externa brasileira. Nos cinco anos que antecederam a crise econômica, as trocas entre Brasil, América Latina e Caribe cresceram 300%, alcançando US\$ 80 bilhões em 2008.

Com o uso de moedas locais no nosso intercâmbio – já temos com a Argentina, vamos fechar com o Uruguai, e a ideia é fazermos o intercâmbio comercial na moeda de cada país para que a gente não fique dependendo de comprar dólares –, a gente pode multiplicar os resultados da nossa balança comercial, sobretudo porque vamos facilitar a vida de pequenos e médios empresários nas exportações e importações. A cooperação técnica e financeira Sul-Sul será, cada vez mais, um grande motor do crescimento global.

Apostamos num pacto regional pelo desenvolvimento sustentável. Não podemos retroceder nos compromissos com tecnologias ambientalmente sustentáveis ou abrir mão das fontes renováveis de energia. Juntos teremos papel decisivo para garantir resultado ambicioso e abrangente na COP-16, no México, este ano.

Estamos a poucos dias da Cúpula do G-20, em Toronto. A comunidade internacional aguarda propostas que revertam a retração da economia global. Reformular a arquitetura financeira mundial, aumentar os recursos do FMI e do Banco Mundial, e criar linhas de crédito mais flexíveis eram decisões inadiáveis. Agora precisam ser colocadas em prática.

A instabilidade financeira na Europa é especialmente preocupante em vista da fragilidade da recuperação global. A melhor política para o equilíbrio fiscal é o crescimento econômico dos países.

Na América Latina e no Caribe é fundamental restaurar o financiamento para as economias em desenvolvimento, especialmente para os países mais pobres. Implementar, com rapidez, o aumento o capital do BID, fortalecer a CAF e tornar o Banco do Sul uma realidade, certamente ajudarão na retomada do crescimento e na geração de empregos.

Amigas e amigos,

O mundo espera, sobretudo, demonstrações de liderança e de coragem daqueles que apostam numa visão de futuro comum. É, portanto, chegada a hora da política, como tenho afirmado muitas vezes.

Devemos, sim, ter orgulho de nossas recentes conquistas nas áreas social e econômica, mas não podemos nos esquecer de que os desafios futuros ainda são imensos.

Temos, como diz o encontro aqui, brechas por cerrar, caminos por abrir, para usar os termos tão consagrados pela Cepal neste encontro. É chegada a hora da igualdade.

Companheiras e companheiros,

Amigas e amigos,

Eu vou guardar o discurso institucional aqui, porque eu queria ter uma conversa agora mais de companheiro e menos de Presidente com vocês, nesta tarde de hoje.

Primeiro, eu acho importante nós termos em conta o que aconteceu no nosso continente

nos últimos anos para que a gente tenha clareza do que nós fizemos. Eu tenho participado de todas as reuniões, desde que tomei posse no dia 1º de janeiro de 2003, e sou o maior incentivador de que nós conquistamos coisas inimagináveis nesses oito anos, apesar de, em cada reunião que a gente faz, a gente estar lamentando que não tenha avançado mais. A gente reclama que não tem avançado muito porque a gente está olhando apenas para o futuro, mas a gente não olha para as coisas que aconteceram num passado muito recente na nossa querida América Latina.

Primeiro, todos nós, praticamente, viemos de países que sofreram golpes militares durante a década de 60 e a década de 70, e algumas só acabaram na década de 80. Algumas... Alguns países em que os militares tomaram o poder, houve uma visão desenvolvimentista do país; em outros países, houve uma visão de entreguismo; e muitos países foram praticamente desmontados, além do atraso político a que foi submetido cada país em função do afastamento e da morte de dezenas ou centenas de lideranças emergentes em cada país.

Segundo, nós nos esquecíamos de que, pouco tempo atrás, qualquer embaixador de uma potência maior dava palpite sobre a economia dos nossos países como se fosse uma autoridade importante dentro de cada país. Não faz muito tempo, na América Central, embaixadores de determinados países diziam, categoricamente, quem deveria ganhar ou não as eleições. E isso começou a mudar, começou a mudar porque o povo começou a compreender que não era mais possível a gente ter conquistado a independência... Aliás, participei da festa da independência da Argentina na semana passada. Há 200 anos nós conquistamos a independência e ainda não tínhamos nos dado conta de que a independência tinha nos dado soberania para decidir o nosso próprio destino.

Pela primeira vez, a gente, nessas últimas décadas, tem um conjunto de dirigentes... Já tivemos em décadas passadas. Na década de 50, tivemos vários dirigentes políticos no continente que brigavam por soberania, e por isso muitos foram cassados, por isso muitos foram depostos dos seus mandatos. Nós não podemos nos esquecer dos que lutaram pela independência.

Mas, teve um momento em que a grande briga na América do Sul era saber qual era o presidente que era mais amigo dos Estados Unidos. Se um presidente, então, dos Estados Unidos convidasse alguém para passar uma tarde em Camp David, era o máximo, era o máximo! Eu lembro da briga do Menem... da Argentina e do Brasil, dos economistas, quem era mais disso, quem era mais amigo daquilo, ou seja, era um comportamento pequeno de pessoas que não sentiam orgulho ou não tinham autoestima de representar os seus países com a soberania que precisariam representar.

Eu penso que nós criamos um novo paradigma e estamos mostrando que não é preciso brigar com ninguém. Eu quero amizade com todos os países do mundo, eu quero tratar os Estados Unidos da melhor forma possível, a China, da melhor forma possível, a Rússia... Mas eu quero tratar a Guiné-Bissau, eu quero tratar a Bolívia, eu quero tratar o Uruguai, o Paraguai com o mesmo respeito que eu trato as grandes nações. Porque, por menor que seja a quantidade de habitantes de um país, tem que ser respeitada a sua soberania e a sua autodeterminação tanto quanto uma grande nação como a China.

Afinal de contas, a gente não mede a política pela quantidade de pessoas ou pela quantidade de conhecimento científico e tecnológico. A gente mede pela qualidade da cabeça política que têm os dirigentes e o povo de um país. E, por isso, nós adquirimos a consciência de que todos merecem respeito.

Daí porque – parecia impossível – nós criamos a Unasul, daí [parecia] impossível, nós fizemos a primeira reunião, em 200 anos, entre América do Sul, América Central e Caribe – a primeira vez da América Latina integrada com o Caribe –, somente nós, sem ninguém falando outra língua, a não ser nós mesmos. Isso não é pouco. Fizemos duas reuniões América do Sul-Países Árabes, duas reuniões África-América do Sul, criamos o Conselho de Defesa, criamos o Conselho de Combate ao Narcotráfico. Essas coisas não estão funcionando 100%, mas nós precisamos dizer ao mundo que nós não precisamos de ninguém para tomar conta dos problemas que são nossos. Se nós temos problemas de drogas, nós temos que resolvê-los; se nós temos problemas de miséria, nós temos que resolvê-los; se nós temos problema de desenvolvimento, nós temos que resolvê-lo.

Eu, também, não sou daqueles, Alicia, que fica acusando os outros pela minha desgraça, porque normalmente o cidadão, às vezes, fica dizendo: “Não, porque o culpado da minha desgraça são os Estados Unidos, é o império; o culpado da minha desgraça é a Europa, que é rica; o culpado...” Não, para mim, o culpado... é preciso saber como é que se comportou a elite dirigente de cada país durante anos e anos e anos, porque no fundo, no fundo, é ela que é responsável, é ela que se submeteu.

Então, eu penso que na hora em que nós adquirimos essa consciência, nós pegamos um pouco mais de prazer, um pouco mais de amor, um pouco mais de orgulho próprio de sermos o que nós somos: dirigentes de países pobres, mas que queremos crescer e queremos crescer de forma soberana.

Eu lembro – tenho muito na pele – o quanto eu fui atacado quando eu disse que eu iria priorizar a minha relação com a América do Sul, com a América Latina, com a África, com os países árabes. Porque parecia impossível

que um presidente do Brasil – para alguns a 10ª economia, para outros a 9ª, para outros a 8ª, mas o maior país do continente – ficasse de costas para os seus parceiros que estão ligados a ele por um cordão umbilical chamado fronteira. Aliás, tem gente até hoje achando que a nossa relação com a América do Sul é um retrocesso.

É indescritível como aqueles que morreram para conquistar a nossa independência não servem de exemplo para muitos de hoje, que ainda acham que a gente deveria ser colonizado para ser mais forte. Eu, sinceramente, não conheço nenhum país que se transformou em forte... Depois, não tem colonizadores bons. Porque diziam: “Não, os holandeses são melhores, os alemães eram melhores, os não sei quem eram melhores”. É só visitar os países em que houve colônia para você perceber que nenhum deles foi bom colonizador. Acho que o nosso foi melhor, porque você veja que aqui não precisa nem ter guerra para a gente fazer a independência, o próprio... a própria Coroa decidiu entre eles se arranjar e fazer a independência aqui, que é um pouco da cultura política do Brasil. Aqui, entre uma briga e um jeitinho, nós vamos no jeitinho. É um jeito mineiro de fazer política, é um jeito um pouco brasileiro, talvez resultado dessa mistura de europeus, africanos e índios, que permitiu que a gente tivesse essa facilidade de flexibilizar – não no mundo do trabalho – na política, na política. Essa foi uma coisa extremamente importante. Então, eu penso que acabou aquela fase, de duas décadas atrás, do Consenso de Washington, e depois a faixa [fase] do consenso único, ou seja, o pensamento único.

Eu lembro... Quando a gente é oposição... A vantagem de a gente perder muita eleição é que a gente aprende muito. Para quem tem a humildade de perder, não é? Mas eu lembro quando, no México, o Salinas era vendido

como se fosse o herói da modernidade desenvolvimentista. Eu lembro das brigas apoteóticas de Cavallo e Malan – um ministro da Economia da Argentina, o outro do Brasil –: quem era mais amigo de não sei quem. O FMI mandava todos os dias um agente para dar palpite: “Você compra isso, você vende aquilo, você não pode fazer isso”. Aliás, os funcionários do FMI nem atendiam mais quando eles chegavam lá. E essas pessoas achavam que estavam fazendo bem para os seus países.

Eu penso que nós estamos construindo um mundo mais verdadeiro, com defeitos e com virtudes. Tem muita gente que se orgulha de dizer: “Ó, no meu país, a carga tributária é [de] apenas 9%”; “No meu país a carga tributária é [de] apenas 10%”. Quem tem carga tributária de 10% não tem Estado! O Estado não pode fazer absolutamente nada.

Está aí, cheio de exemplos para a gente ver. É só percorrer o mundo para a gente perceber que exatamente os Estados que têm as melhores políticas sociais são os Estados que têm a carga tributária mais elevada – vide Estados Unidos, vide Alemanha, vide França, vide Suécia, vide Dinamarca –, e os que têm a carga tributária menor não têm condições de fazer absolutamente nada de política social. É só fazer um “recogido” na nossa querida América para a gente ver o que acontece. Então, eu penso que nós superamos essa primeira fase.

A segunda coisa que eu acho importante é que nós quebramos um outro paradigma. Aqui no Brasil, Alicia, se dizia o seguinte: “Se o Brasil vai exportar, o mercado interno tem que morrer, ser asfixiado”. Ou: “Se o Brasil vai aumentar o mercado interno, as exportações têm que morrer”. Nós provamos que não é antagônico o crescimento do mercado interno com o crescimento do mercado externo, provamos. Da mesma forma que se dizia:

“Olha, aumentar o salário é inflacionário. Não pode aumentar salário porque o desenvolvimento vai acontecer apenas com o crescimento econômico. Tem países crescendo há vários anos seguidos, a taxas importantes, e não tem como fazer política social”. Nós decidimos o contrário. Nós decidimos que era possível a gente acabar com aquela discussão: “Primeiro cresce para depois distribuir ou primeiro distribui para depois crescer?”. Nós fizemos os dois, concomitantemente, e o sucesso foi extraordinário.

Vocês não sabem a alegria que eu tenho de pegar as pesquisas publicadas por todos os institutos e saber que enquanto muita gente rica do meu país, no auge da crise, ficou com medo e se encolheu, os pobres do Norte e do Nordeste foram às compras para reativar a economia brasileira. Na parte mais pobre do Brasil, no Norte e no Nordeste, as classes D e E... Esse dado é muito importante. No Norte e no Nordeste do Brasil, as classes D e E consumiram mais do que as classes A e B das regiões Sul e Sudeste do país. É o milagre da multiplicação do pouco dinheiro que os pobres têm, porque pouco dinheiro na mão de muitos significa distribuição de renda, e muito dinheiro na mão de poucos significa concentração de riqueza e empobrecimento da maioria.

Mas não foi apenas o acerto, não foi apenas o acerto da política macroeconômica que fez o Brasil chegar à situação que está hoje. É importante lembrar – e eu acho que essa é uma coisa que eu vou trabalhar para tentar contribuir com os países da América Latina e da África – que foi a quantidade de políticas sociais que nós colocamos neste país. Eu vou dar um exemplo de uma política social que eu gostaria que a Cepal conhecesse a fundo, uma coisa chamada Territórios da Cidadania. Territórios da Cidadania foi uma escolha que nós fizemos, de pegar os 1.800

municípios mais pobres do Brasil, com menor IDH, juntamos todas as políticas públicas do governo federal, e elas chegam in loco naqueles municípios. São 120 Territórios, cada Território tem uma quantidade de cidades, cada Território tem uma coordenação regional e tem uma coordenação municipal. Eu acho que era importante a Cepal conhecer para que a Cepal ajudasse a difundir...

Alícia, eu tenho muitos anos de movimento social. Desde 1969 eu faço participação no movimento sindical; desde 1980 eu estou na vida política; portanto, se tem um cidadão aqui neste plenário que sabe fazer pauta de reivindicação, sou eu. Já reivindiquei tudo o que vocês imaginam que um homem possa reivindicar, e eu nunca vi nada tão perfeito na minha vida como o Territórios da Cidadania. Ele não está dando ainda 100% certo porque nós fomos ambiciosos e colocamos 1.800 municípios e 120 Territórios de uma só vez. A gente poderia ter feito menor número para a gente fazer uma concentração de esforços. Mas seria importante que a Cepal pudesse, com seus técnicos, visitar alguns Territórios da Cidadania.

Uma outra coisa que nós fizemos aqui, que merece ser conhecido, é o Programa Luz para Todos. O Programa Luz para Todos já conseguiu, de 2004 até agora, levar energia elétrica para mais de 15 milhões de pessoas, pessoas que viviam à base da lamparina e nós levamos energia elétrica totalmente gratuita para essas pessoas, estejam elas onde estiverem. Já foram mais de 2 milhões e 200 mil casas que receberam energia elétrica. Vocês imaginam que nós já gastamos mais de... acho que 1 milhão de quilômetros de fios, já gastamos mais de 1 milhão e 200 mil postes e já gastamos... ou melhor, 5 milhões de postes e já gastamos mais de 1 milhão de transformadores, levando energia para a casa das pessoas. E quando chega a energia, quem

nasceu na cidade, quem nasceu em Santiago, quem nasceu em Brasília, quem nasceu em Buenos Aires, quem nasceu em Montevideu, quem nasceu em Lima, ali no centro, pisando no asfalto e com luz elétrica, não sabe o que é você chegar com energia elétrica numa casa de uma pessoa que viveu a vida inteira com a lamparina. É você trazer o século XXI para o século XVIII, ou seja, é um salto de qualidade como se fosse a máquina do tempo. E quando chega a luz, chega a televisão. Na pesquisa que nós fizemos com 3 mil usuários do Programa Luz para Todos, 80%, ou melhor, 79%, a primeira coisa que eles compram é uma televisão, certamente para ver a cara do Presidente falando, certamente. Setenta e quatro por cento compram geladeira.

Eu não sei se aqui tem alguma pessoa que já viveu sem geladeira. Certamente os pais de vocês viveram. Eram obrigados a matar um porco, pegar o porco, cortar, dar uma pré-cozida na carne, enfiar dentro da lata de banha, guardar a lata de banha, e quando queria pegar era só ir lá. Eu, não faz muito tempo, na década de 60, morando num bairro de São Paulo, eu não tinha geladeira. Para tomar cerveja, a gente comprava a cerveja quente no bar, que era mais barato... no supermercado, descia dentro de um balde [para] dentro do poço, ficava lá uns 40 minutos dentro do poço para a gente tirar e beber ela mais ou menos gelada. Então, hoje a pessoa compra geladeira. É uma coisa extraordinária uma pessoa tomar uma aguinha gelada, nordestino adora água gelada. E 50% compararam aparelho de som para ouvir, certamente, música e não discurso em época de campanha. Mas, a evolução é extraordinária.

Uma outra coisa importante que eu acho que os companheiros precisam conhecer, sobretudo, Prado, você que é economista – não sei se a Alicia é economista também –, é o seguinte: é o Programa Crédito

Consignado. Eu tenho pedido para vários presidentes amigos, de países amigos, criarem o Crédito Consignado. O pobre, ele tem uma dificuldade: ele não está bancarizado, muitas vezes ele não tem nem conta bancária. Se ele não tem conta bancária, ele não consegue entrar num banco, e quando você pergunta por que ele não toma dinheiro emprestado, ele não toma dinheiro emprestado porque ele não tem garantia para oferecer, então o banco não empresta. O que nós fizemos? Nós fizemos um acordo com o movimento sindical e com o sistema financeiro: o trabalhador e o aposentado dão como garantia o envelope do pagamento, e o banco não pode descontar mais que 30% do salário do trabalhador. Sabe quanto dinheiro tem movimentado, hoje, pelo Crédito Consignado? R\$ 120 bilhões, o equivalente a US\$ 65 bilhões, que estão na mão de aposentados ou que estão na mão de pessoas que antes não conseguiam tomar dinheiro em banco.

Uma outra coisa grave no Brasil é que... veja, precisou um torneiro mecânico, de um partido socialista, chegar ao poder para poder afirmar para as pessoas que governavam este país que país capitalista tem que ter capital. Imaginem o contrassenso! Precisei eu chegar ao governo para dizer o seguinte: olha, este país tem que ter crédito. Quando eu cheguei ao governo, o crédito que o Brasil inteiro tinha era [de] R\$ 380 bilhões, todo o Brasil. Hoje somente o Banco do Brasil tem mais do que isso, e o Brasil inteiro está com R\$ 1 trilhão e 500 bilhões de crédito. Saímos de 21%, 22% para quase 48% do PIB, de crédito. Aí você vira um país capitalista desenvolvido, você tem crédito para as pessoas poderem financiar.

Uma outra coisa importante, Alicia, que é uma experiência rica e que essa me orgulha: o Brasil talvez seja um dos poucos países do mundo que tem um presidente e um vice-presidente... o vice-presidente um grande

empresário, o Presidente um ex-sindicalista, os dois não têm diploma universitário. E veja a ironia do destino: eu já sou o Presidente que mais fiz universidades no país, que mais fiz escolas técnicas e que mais investiu em ciência e tecnologia. Significa que para gostar da educação não precisa já ter um diploma. Talvez quem não tenha, sinta mais necessidade, e isso é um motivo de orgulho.

Este mês eu vou participar da primeira formatura de 540 meninos da periferia que estudaram no ProUni e que vão se formar em Medicina. Quinhentos e quarenta jovens da periferia, que se não fosse o ProUni jamais conseguiriam entrar na universidade, e o ProUni, para os companheiros da Cepal entenderem, é um programa em que nós fizemos uma determinada redução nos impostos que as universidades privadas nos pagavam e transformamos o equivalente ao imposto numa bolsa. Este ano, chegamos a 726 mil alunos no ProUni, e vamos ter meninos... dos quais 40% são meninos negros e meninas negras da periferia. Quando nós criamos esse programa, a elite brasileira dizia que eu estava nivelando a educação por baixo. Hoje já está provado que os melhores alunos das universidades são exatamente os alunos que cursaram o ProUni, porque na hora em que os pobres têm uma oportunidade, eles não largam mais.

Uma outra coisa importante: quando nós chegamos aqui, era consagrada a ideia de que o Brasil não precisava mais fazer refinarias, porque o Brasil já tinha todas as refinarias que precisava. Nós tomamos a decisão de fazer mais três grandes refinarias no Brasil. Quando nós chegamos aqui, diziam que o Brasil não podia fazer nem plataforma para a Petrobras, nem sonda e nem navio. A indústria naval brasileira, na década de 50, era a segunda maior do mundo; na década de 90 caiu para 1.600 trabalhadores. Hoje já estamos outra

vez com 50 mil trabalhadores, fazendo plataformas, fazendo sondas e fazendo navios. Todas as plataformas nossas têm pelo menos 70% de componente nacional feito dentro do nosso país.

Diziam também que a gente não tinha gás. Quando a Bolívia começou a brigar com a gente, muita gente queria que eu brigasse com o Evo Morales e, na minha cabeça, não passava a ideia de um metalúrgico de São Bernardo brigar com um índio da Bolívia. Não, não, não havia quem fizesse eu brigar com o Evo Morales. Pois bem, em vez de brigar com o Evo Morales, nós achamos que ele tinha direito no gás. Era dele, portanto, ele tinha o direito de querer gerenciar o seu gás. Muita gente me chamou de frouxo, mas eu preferi devolver a ele aquilo que era dele, pagou o que tinha que pagar para nós, e resolvemos fazer uma política de gás. Todo mundo dizia que a gente não tinha gás. Nós criamos o Plangás, e hoje nós, daqui a pouco tempo, não precisaremos mais do gás da Bolívia. Mas não vamos deixar de usar porque nós precisamos ajudar a Bolívia a continuar crescendo economicamente e a maior fonte de receita da Bolívia é exatamente o gás que vende para o Brasil, portanto, nós vamos continuar comprando o gás do nosso companheiro.

Mas temos que trabalhar mais forte para fazer a integração energética da América do Sul. Não é possível que o Chile sofra a cada inverno, que a Argentina tenha problema a cada inverno, que o Uruguai tenha problema a cada inverno, e nós temos um potencial energético extraordinário na América do Sul. Nós haveremos de construir, já nos próximos governos, um processo de integração energética para que a gente não tenha mais problema de energia na América do Sul, sobretudo com o potencial hídrico que nós temos. Estamos trabalhando com o Peru, com a Venezuela para que a gente possa utilizar todo o potencial hídrico e a gente produzir

energia, e um país transportar para o outro na medida das necessidades. Essa é uma coisa que eu considero fantástica e que nós vamos conseguir fazer.

Bem, para terminar, eu queria dizer para vocês que se tem uma coisa sagrada que um dirigente político não pode esquecer de fazer é cuidar dos mais pobres. Eu penso que qualquer sacrifício que a gente puder fazer, nós temos que fazer, para fazer com que chegue na mão do mais pobre o mínimo necessário para ele sobreviver, e muitas vezes nós deixamos para cuidar dos mais pobres para o [no] fim. Eu digo sempre que o pobre, ele é muito lembrado na época das eleições. Na época da eleição, não tem candidato do mundo que fale mal de pobre. Fala mal de banqueiro, fala mal de grandes terras-tenentes, fala mal de grandes empresários, mas pobre é a coisa fantástica. Só que depois que as pessoas ganham as eleições, nunca convidam os pobres para almoçar, nunca convidam os pobres para jantar, e nunca convidam os pobres para tomar café. Aí os pobres não podem participar do processo de desenvolvimento dos países. É por isso que entra governo e sai governo, você vai analisando os índices de crescimento de desenvolvimento humano e eles estão sempre baixos.

Eu falo com muito orgulho: este país aqui chegará, em 2015, cumprindo, cumprindo todas as Metas do Milênio estabelecidas nas Nações Unidas, e fazemos isso porque nós exercitamos aqui no Brasil a democracia levada às últimas consequências. Nesses oito anos de governo, nós já fizemos 67 conferências nacionais. Cada conferência nacional... primeiro tem conferências municipais, depois tem conferências estaduais, depois tem conferência nacional. Aqui já fizemos conferência de negro, de índio, GLTB [GLBT], já fizemos conferência de força e segurança pública, segurança de... conferência de imprensa, conferência

de portador de deficiência, conferência de índio, conferência... até conferência que fala mal do governo tem aqui. Aqui é proibido proibir. E nós estamos executando, com muita humildade, aquilo que é aprovado nas conferências.

Hoje eu fui a uma festa na Volkswagen, Alicia. Eu fui no Congresso Mundial dos Trabalhadores da Volkswagen que pela primeira vez está sendo realizado no Brasil, e pude dizer, olhando na cara dos meus companheiros sindicalistas, que eu só não os atendi mais, Marco Aurélio, porque eles não fizeram mais reivindicação, porque todas que fizeram, nós atendemos.

Aqui a democracia foi exercida porque são essas decisões que balizam o comportamento do governo. Quando vocês veem um sem-terra fazer uma passeata aqui em Brasília, ou a Contag, eles nos entregam uma pauta de reivindicação. Aquela pauta de reivindicação é distribuída para todos os Ministérios que têm alguma coisa a ver com aquele movimento. Depois de 30 dias nós nos sentamos com os trabalhadores e dizemos: “Isso aqui pode, isso não pode, isso pode, isso não pode”. E vamos todo mundo para a rua comemorar as conquistas e chorar as não conquistas. É assim que a gente vai consolidando a democracia neste país.

Portanto, Alicia, quando eu deixar a Presidência, no dia 31 de dezembro de 2010 – porque sabe que para a gente que está no governo oito anos passam tão rápido... eu nem vi passar, mas para a oposição demora tanto, para a oposição é um sacrifício oito anos –, eu vou deixar com a consciência tranquila de que o maior legado que nós vamos deixar é que nós estabelecemos uma nova relação entre Estado e sociedade, entre governo e movimentos sociais. Posso, com a minha consciência tranquila, andar em qualquer rua deste país depois do dia 1º de janeiro e tratar

todo mundo como companheiro e ser tratado como companheiro.

Tenho a certeza absoluta de que esse é o grande legado nosso, é a mudança de paradigma no exercício da democracia, e falo com o coração aberto: quem vier depois de mim, quem vier depois de mim sabe que não pode retroceder porque terá no seu calcanhar um novo paradigma. E aí as pessoas vão dizer: “Se um metalúrgico sem diploma universitário conseguiu fazer tudo o que fez, por que você não vai fazer mais?” Então, o paradigma é maior, a pressão vai ser maior. Eu estarei, onde estiver, tentando ajudar esses companheiros a transformarem este país numa grande nação, porque no século XX nós jogamos fora muitas oportunidades.

Nós não podemos nos esquecer que a Argentina, no começo do século passado, era a 5ª economia do mundo; nós não podemos nos esquecer que o Uruguai era considerado a Suíça sul-americana; e nós não podemos nunca perder de vista que foi exatamente o autoritarismo, que foi a subordinação de alguns chefes de Estado que achavam que tudo o que vinha da Europa ou do norte dos Estados Unidos era bom e tudo que vinha daqui era ruim, que fez com que os nossos países sofressem um retrocesso.

Eu estou convencido que tudo que tiver que acontecer de bom ou tudo que tiver que acontecer de ruim seja por nossa responsabilidade, e o povo está aprendendo a eleger dirigentes com mais responsabilidade. Aqueles que achavam engraçado serem tratados... Eu, de vez em quando... eu tenho duas pessoas que eu marco, assim, na minha vida, como é que essas pessoas fizeram o mundo retroceder. Uma foi o Gorbachev porque destruiu um império e não colocou nada no lugar. Tudo bem que pudesse mudar, um país que pudesse... mas não ficou nada! E quando ele foi candidato só teve 6% dos votos.

O outro foi o nosso... o Saddam Hussein, que deixou destruírem o país porque tinha mentido tanto para o povo que tinha armas químicas, que na hora de provar não tinha e o país foi invadido da forma que invadiram.

Eu acho que aqui na América do Sul nós estamos calejados. Nós somos o primeiro continente desnuclearizado, ou seja, aqui nenhum país tem bomba nuclear. Não queremos. Aqui o que nós queremos é produzir mais feijão, mais arroz, mais verduras, mais frutas, mais comida, mais emprego, mais salário, mais cultura, mais qualidade de vida para fazer a América Latina se transformar num continente em que o seu povo viva com dignidade e com respeito.

Por isso, queridos companheiros da Cepal, meus parabéns por mais este encontro. Espero que daqui a 50 anos estejamos juntos, cumprimentando os 100 anos da Cepal. Se nós não estivermos aqui, vamos torcer para que esteja aqui gente melhor do que a nossa geração.

Um abraço, que Deus nos abençoe.

99ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO

INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NO EVENTO DE ALTO NÍVEL DA 99ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO TRABALHO - GENEVRA, 14/06/2010

Senhor Presidente da 99ª Conferência Internacional do Trabalho, Gilles de Robien,

Senhor Diretor-Executivo do Setor de Normas e Princípios Internacionais do Trabalho da OIT, Kari Tapiola, representante do Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho,

Embaixadora Maria Nazareth Farani de Azevêdo, Presidente do Conselho de Administração da OIT,

Senhoras e Senhores,

Gostaria de agradecer o convite para ser orador principal neste painel de alto nível da 99ª Conferência Internacional do Trabalho. É sempre motivo de alegria voltar à OIT.

Desenvolvimento humano e Trabalho Decente são caminhos que convergem na busca da dignidade e do bem-estar.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a Agenda do Trabalho Decente têm muito em comum. São iniciativas que procuram valorizar o indivíduo. São caminhos para a justiça social. E são marcos para o desenvolvimento dos povos.

O Trabalho Decente é um meio indispensável para alcançar os Objetivos do Milênio. Sem emprego e renda, as pessoas não terão meios para romper o ciclo da exclusão social. Isso é especialmente verdadeiro quando

não pensamos estaticamente e constatamos que as assimetrias impostas pela pobreza se estendem de uma geração para outra.

Também a consecução dos Objetivos do Milênio encurtará a distância para o pleno emprego, a renda e a dignidade.

O Brasil está determinado a cumprir a Agenda de Desenvolvimento do Milênio. O Governo do Presidente Lula reiterou e reforçou esse compromisso como política de Estado.

O Brasil deverá cumprir todos os oito Objetivos até 2015, graças a duas estratégias complementares: ao mesmo tempo em que se fortaleceu a economia real, o Governo brasileiro priorizou a justiça social. Esses objetivos são também os mesmos perseguidos pelo Pacto Global pelo Emprego.

Desde o primeiro momento, o Governo do Presidente Lula fez do combate à fome e à pobreza a sua marca. Quarenta milhões de brasileiros foram retirados da pobreza.

A educação é a chave para a construção de uma sociedade justa. No Brasil, podemos dizer que vencemos a árdua batalha da universalização do ensino básico. Programas de transferência de renda como o Bolsa Família vinculam a concessão dos benefícios à frequência escolar. O Governo do Presidente

Lula foi adiante: expandiu de maneira notável o ensino técnico e superior. O ProUni, programa de bolsas para universidade privadas, fez com que o acesso a instituições de ensino superior deixasse de ser um sonho longínquo para muitos estudantes carentes. Ações afirmativas em universidades públicas têm contribuído para superar as desigualdades raciais que ainda persistem.

Paralelamente, o Brasil conseguiu reduzir drasticamente o número de crianças que trabalham. Esse compromisso com a erradicação do trabalho infantil transcende as fronteiras: o Governo brasileiro tem estabelecido parcerias para o combate a esse flagelo com países da América Latina, África e Ásia.

O Bolsa Família e a política de aumentos reais do salário mínimo expandiram a classe média, sedimentaram o mercado interno, fortaleceram a economia e melhoraram a vida das pessoas. Pela primeira vez em nossa História recente, renda e riqueza foram distribuídas de forma mais equânime. Essas políticas sociais transcendem a sua motivação moral: elas tiveram forte conteúdo macroeconômico.

Senhor Presidente,

As políticas sociais e o forte investimento na economia real mitigaram o impacto da crise internacional no Brasil. Por meio de políticas contracíclicas, que apostaram no fortalecimento do mercado interno e na promoção do Trabalho Decente, o Brasil rapidamente superou a recessão e reencontrou o caminho do desenvolvimento.

Mesmo antes da eclosão da crise, o Brasil buscou diversificar suas parcerias por meio de uma diplomacia universalista. Ao buscar a África, o Oriente Médio, a Ásia e, sobretudo, a América Latina e Caribe, reforçamos laços culturais e afetivos e revertemos uma tendência histórica. Hoje, o Brasil comercia mais com outros países em desenvolvimento

do que com os países ricos. Até há pouco tempo, somente Europa e Estados Unidos representavam mais de metade das nossas trocas comerciais. Em pouco mais de sete anos, esse número caiu para cerca de 30%, apesar do aumento registrado nas trocas com nossos parceiros tradicionais.

Fizemos uma verdadeira revolução no nosso comércio exterior. Essa diversificação reduziu as vulnerabilidades externas da economia brasileira. Provou ser estratégia acertada quando o centro do capitalismo sofreu severos abalos em sua estrutura. Esse êxito não passou despercebido. Alegreme que uma voz de autoridade como a do Presidente do Banco Mundial defenda hoje o fortalecimento do mercado interno e o comércio Sul-Sul como instrumentos para a promoção do desenvolvimento. Não poderia haver demonstração mais eloquente de que a sabedoria convencional de outrora seguia, na verdade, na contramão da História.

Ao longo dos últimos anos, o nível de emprego no Brasil cresceu de forma consistente. Mesmo em 2008, ao contrário do que se poderia esperar em cenário de crise, o Brasil registrou crescimento do emprego formal. Foram criados quase um milhão de postos de trabalho com carteira assinada em um ano. Mostramos ser possível reduzir a pobreza e as desigualdades sociais em contexto adverso.

Outro mito que a realidade brasileira desmentiu foi o do Estado mínimo. Durante décadas, as palavras de ordem do neoliberalismo prevalecente se resumiam ao tripé “liberalização, privatização e desregulamentação”. A contrapartida era um Estado fraco, incapaz de promover o desenvolvimento e de proteger os mais vulneráveis. As políticas perseguidas pelo Governo do Presidente Lula combateram ativamente esse mito.

As crenças que preconizam um Estado frágil e pouco ativo sofrem de um mal de origem: apostam que o bem-estar social pode ser confiado à mão invisível do mercado. Os países em desenvolvimento sabem quão visível é o preço dessa superstição. Estado forte não se confunde com Estado autoritário. O Estado forte que queremos pressupõe controle democrático de todas as instituições políticas.

Senhor Presidente,

No contexto da crise financeira, defendemos que a OIT seja um fórum central para tratar das questões econômicas globais. Sempre entendemos que emprego e a proteção dos trabalhadores são não apenas promotores da justiça social, mas também instrumentos de correção dos desequilíbrios da globalização.

Sustentamos que a OIT, por meio de seu Diretor-Geral, participasse das deliberações do G-20. Sua composição tripartite e a prática do diálogo social fazem da Organização a voz da economia real. Por isso, não poderia estar ausente de um dos principais espaços de discussão e decisão das questões macroeconômicas.

Senhor Presidente,

O Brasil não tem uma visão egoísta do desenvolvimento. Acreditamos que o progresso é fruto de construção coletiva. A verdadeira prosperidade requer dinamismo econômico e estabilidade sociopolítica. Muitos projetos de integração sul-americana, como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), refletem forte preocupação com a redução das assimetrias. Entendemos ser nossa responsabilidade compartilhar experiências bem-sucedidas.

Queremos contribuir para que outros países também possam cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Por meio da cooperação Sul-Sul, o Brasil tem procurado mitigar o sofrimento e ajudar outros povos no caminho de desenvolvimento. São muitos

os exemplos dessa solidariedade ativa na política externa do Presidente Lula: nosso compromisso com o Haiti antes e depois do terremoto; nosso envolvimento em Guiné-Bissau; as doações que fizemos à Palestina; os projetos do Fundo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) espalhados pelo mundo inteiro. Somente com a África, mantemos mais de trinta projetos de cooperação técnica de vulto, entre os quais o escritório da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em Gana, a fábrica de medicamentos antirretrovirais em Moçambique, a Fazenda-Modelo de algodão no Mali. Abrimos – ou estamos abrindo – centros de formação profissional em todos os países de língua portuguesa.

Graças em boa parte à iniciativa brasileira, esta Organização passou a desenvolver a modalidade de cooperação Sul-Sul. Além do combate ao trabalho infantil, estabelecemos projetos de cooperação na área de seguridade social na América Latina, na África e no Timor-Leste. No marco do acordo-quadro que assinei, em 2009, com o Diretor-Geral, Juan Somavía, deveremos firmar quatro novos entendimentos nos próximos dias, em áreas que incluem diálogo social e combate ao trabalho forçado.

No mais das vezes, não se trata só de emprestar ou doar dinheiro, mas de transferir conhecimento de um país em desenvolvimento que passa – ou passou – por desafios semelhantes. O valor da cooperação recebida é muito maior do que o preço da cooperação prestada, porque cria oportunidades de desenvolvimento humano com enorme efeito multiplicador.

A cooperação internacional é importante instrumento de transformação da realidade. As ações de solidariedade confirmam que a indiferença diante do conflito e da pobreza não é aceitável. E que não é preciso ser rico para ser solidário.

O Brasil tem sua própria visão de cooperação internacional. Quer contribuir para um novo paradigma. Não acredita na dicotomia entre países doadores e países receptores. Antes, preconiza relações de parceria para o desenvolvimento que sejam horizontais e livres de condicionantes. É claro que não se devem dispensar os recursos e a experiência dos países ricos. Amanhã assinaremos pioneiro acordo de cooperação com os Estados Unidos e a OIT para o combate do trabalho infantil no Haiti.

O Sul também é fonte de políticas e programas que podem inspirar, inclusive nos países ricos, uma forma mais solidária de se relacionar com o próximo. Mais do que reformas no sistema de financiamento ao desenvolvimento, é necessária uma mudança de mentalidade.

Essa mudança deve abarcar também o tratamento dispensado ao trabalhador migrante, vítima de especial discriminação em momentos de crise. Muito recentemente, o Brasil aprovou legislação que permitiu a regularização da maior parte dos migrantes em território brasileiro.

Senhor Presidente,

Em setembro, teremos a Cúpula de Revisão dos Objetivos do Milênio. Será oportunidade de avaliar nossos esforços. Tivemos a crise econômica, energética, ambiental e, sobretudo, alimentar. É escandaloso que, de acordo com dados da FAO, mais de 1 bilhão de pessoas passe fome enquanto tantos têm feito do desperdício o modelo econômico.

Diante dos riscos de que nem todos consigam atingir os progressos definidos na Cúpula do Milênio, é preciso rever as estratégias. A OIT pode – e deve – desempenhar papel fundamental nesses esforços. O Brasil continua disposto a fazer a sua parte na construção de uma ordem internacional mais

representativa e democrática, que confira aos países em desenvolvimento papel proporcional à sua importância.

Senhor Presidente,

Na Encíclica “*Populorum Progressio*”, o Papa Paulo VI disse que “o desenvolvimento é o novo nome da paz”. Em contrapartida, sem paz, não haverá desenvolvimento sustentável. A paz é um bem, como o ar e a liberdade, cujo valor só é reconhecido quando não está presente.

A paz tem custos. Todos devem se envolver nos esforços para a sua construção e manutenção. O Brasil, de sua parte, escolheu o diálogo, as soluções negociadas e a diplomacia como forma de resolver os conflitos. Paz, cooperação solidária e comércio justo serão o novo nome do desenvolvimento.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO
INTERVENÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM NA CONFERÊNCIA
DO DESARMAMENTO - *GENEBRA, 15/06/2010*

Senhor Presidente,
Embaixadores,
Senhoras e Senhores,

É um prazer dirigir-me à Conferência do Desarmamento, que por duas vezes tive o privilégio de presidir. No momento em que uma nova presidência brasileira se inicia, gostaria de reiterar a confiança de meu país neste órgão.

Por experiência própria, posso dizer que, por tempo demais, a Conferência do Desarmamento tem tido o fracasso e a frustração como parte de sua rotina.

Agora, o ambiente é favorável para que a Conferência do Desarmamento seja fundamental nesta área crucial da segurança internacional. A CD pode ser protagônica em uma mudança ainda mais profunda: a efetiva participação de nações em desenvolvimento e de Estados não-nuclearmente armados em tais assuntos.

Em função das crises econômicas dos últimos anos, emerge o consenso de que a legitimidade e a eficácia nas relações internacionais demandam decisões tomadas de maneira democrática, com a participação de um grupo amplo e representativo de países.

A governança global está sendo reconstruída. O mundo não pode ser gerido

por pequenos grupos que se auto-intitulam tomadores de decisão.

No campo econômico e financeiro, já houve algum progresso. No entanto, no campo político, as lacunas de legitimidade e de eficácia ainda não foram preenchidas.

Isso é particularmente verdadeiro na esfera da paz e da segurança internacional. A infeliz identidade entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os cinco Estados reconhecidos pelo TNP como nuclearmente armados torna decisões sobre esses assuntos objeto de certa “reserva de mercado”.

Ações decisivas da CD no campo do desarmamento nuclear podem auxiliar na mudança dessa realidade anacrônica.

Senhor Presidente,

Nós saudamos iniciativas que promovem o desarmamento nuclear, empreendidas tanto em nível bilateral quanto em nível multilateral.

O Brasil foi à VIII Conferência de Exame do TNP convencido de que o encontro representaria a chance de sobrevivência do TNP como um instrumento multilateral eficaz.

Estamos contentes em observar que cada vez mais pessoas – cientistas, ativistas, líderes políticos – passam a compartilhar da nossa visão

de que a melhor garantia para a não-proliferação é a eliminação total das armas nucleares. Da mesma maneira, a forma mais eficaz de reduzir os riscos do uso indevido de materiais nucleares por atores não-estatais é a eliminação irreversível de todos os arsenais nucleares.

Armas nucleares não têm função no mundo mais pacífico, democrático e próspero que queremos todos construir. Precisamos não apenas manter, como também incrementar a segurança para todos, especialmente para os países que não possuem e não anseiam possuir armas nucleares.

Faz-se necessária uma mudança de mentalidade. Deve-se abandonar a lógica da Guerra Fria, a lógica da capacidade de destruição mútua. Devemos reconhecer a simples verdade de que as armas nucleares diminuem a segurança de todos os Estados, inclusive daqueles que as possuem.

O mundo não atingirá estabilidade sustentável enquanto a protelação do desarmamento nuclear e a contínua modernização dos arsenais estimularem a proliferação.

A Conferência de Exame teve êxito modesto. Esse resultado relativamente positivo permite um otimismo cauteloso. Pode-se ter a esperança de que estejamos adentrando uma nova fase no desarmamento nuclear.

O fato de que fomos capazes de avançar a partir dos “13 passos” para o desarmamento nuclear e que os Estados nuclearmente armados reafirmaram o seu “compromisso inequívoco” de eliminar seus arsenais nucleares são boas notícias.

A decisão de convocar, dentro de dois anos, uma Conferência para a criação de uma zona livre de armas nucleares e de outras armas de destruição em massa no Oriente Médio foi de suma importância.

O Brasil está pronto para colaborar com a Conferência. Apesar das evidentes complexidades da situação do Oriente Médio, as lições do exitoso processo de construção de confiança entre Brasil e Argentina no campo nuclear poderiam representar uma contribuição técnica à busca desses objetivos na Conferência do Oriente Médio.

Entretanto, somente palavras não tornarão o mundo um lugar mais seguro. Elas devem ser acompanhadas por ações concretas.

Há dez anos, nós achávamos que havia razões para comemorar. Contudo, a maioria das promessas pactuadas na Conferência de Exame de 2000 permaneceu no papel. Na verdade, a primeira década do novo milênio assistiu a virtual paralisia no âmbito do desarmamento nuclear.

Ações positivas em relação a alguns aspectos não nos podem cegar para a falta de progresso em outras áreas, tais como o estado de alerta e a modernização de arsenais. De fato, em alguns casos, nós regredimos.

O Brasil saúda a promessa de reduções quantitativas nos arsenais dos Estados nuclearmente armados. No entanto, isso está longe de ser suficiente. Os cortes nos arsenais foram contrabalanceados por melhoras qualitativas das forças nucleares, pela modernização das armas nucleares e de seus sistemas de lançamento, bem como pelo papel definido para as armas nucleares nas doutrinas de defesa nacional.

É preocupante o fato de que uma grande porção, senão a totalidade de tal redução, não implica a destruição ou o descarte dessas armas.

Um calendário mais rigoroso para o desarmamento nuclear também é essencial. Causa certo desapontamento o fato de que o documento final da Conferência do TNP se

refere apenas a um “sentimento de urgência”.

Ainda assim, se houver vontade política, o novo plano de ação fornece uma base sobre a qual avançar na busca do objetivo de um mundo livre de armas nucleares.

O diálogo positivo entre a Coalizão da Nova Agenda, os P-5 e vários outros Estados não-nuclearmente armados foi determinante para o consenso.

Os Estados não-nuclearmente armados têm cumprido a sua parte do acordo. Ansiamos agora pela continuidade da vontade política e pela aceleração dos passos em prol da realização dos compromissos de desarmamento nuclear consagrados no Artigo VI do Tratado. É nesse ponto que reside o “déficit de cumprimento”.

Distintos Delegados,

O impulso trazido pela recente Conferência do TNP nos encoraja a acabar com a paralisia da Conferência do Desarmamento. Devemos retomar imediatamente as negociações e buscar objetivos guiados por ações.

Enquanto vinha para cá, reli uma intervenção que fiz nesta Conferência dez anos atrás. É lamentável mas surpreendente o quanto dela poderia ser repetido, hoje, sem qualquer alteração. Não podemos mais escolher a inércia como procedimento padrão da CD.

Se a CD deseja retomar seu lugar como órgão negociador relevante, devemos agir imediatamente.

Um Comitê “ad hoc” para lidar com o desarmamento nuclear certamente auxiliaria na construção de um caminho para novos trabalhos multilaterais sobre o assunto.

Na medida em que avançamos nas negociações de um Tratado sobre Materiais Físseis (TMF), necessitamos de outro órgão subsidiário que lide com os passos que levam ao desarmamento nuclear.

Um tratado sobre materiais físicos não deve assegurar somente o banimento verificável da produção de materiais para aparatos nucleares. Deve, também, tratar dos estoques existentes de materiais utilizáveis em armamentos.

Acredito que existam maneiras que poderiam ser exploradas para superar as atuais dificuldades de começar as negociações sobre o TMF.

O Brasil está apresentando um documento de trabalho com esse fim.

Outros órgãos subsidiários para questões relacionadas a garantias negativas de segurança e à prevenção de uma corrida armamentista espacial também devem ser estabelecidos.

As Garantias Negativas de Segurança reforçam a noção de que a segurança internacional deve fundamentar-se no Direito, e não no uso da força. O progresso rumo a um instrumento juridicamente vinculante sobre garantias negativas de segurança permanece sendo um importante objetivo desta Conferência.

Deve-se preservar o espaço sideral do “armamentismo”. A crescente dependência de nossas sociedades de atividades espaciais torna imperativo que as preocupações com os usos impróprios do espaço sideral sejam adequadamente tratadas. Na qualidade de país em desenvolvimento engajado em um programa espacial totalmente pacífico, o Brasil almeja acesso irrestrito ao espaço sideral livre de armas. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores,

O sucesso relativo da Conferência de Exame do TNP prova que as diferenças entre as nações são melhor enfrentadas por meio do diálogo e da diplomacia.

A Declaração de Teerã, assinada pelo Brasil, pela Turquia e pelo Irã sobre questões relacionadas ao programa nuclear iraniano,

ilustrou como essas ferramentas podem ajudar na redução de distâncias e na superação de obstáculos. Recriminação e suspeita deram lugar a pacientes negociações.

É importante repetir as razões que inspiraram dois países em desenvolvimento, membros não-permanentes do Conselho de Segurança, a ousar lidar com assunto de tal relevância na esfera da paz internacional.

A Turquia e o Brasil guiaram-se primordialmente pelo objetivo – o qual, estou certo, é compartilhado por todos neste recinto – de encontrar uma fórmula que garantisse o exercício do direito do Irã ao uso pacífico da energia nuclear, ao mesmo tempo em que fornecesse garantias de que o programa nuclear iraniano possuísse propósitos exclusivamente pacíficos.

Nós não inventamos um novo esquema.

Nós meramente demos nova vida (ou, como disse um grande jornal do Ocidente, “nós ressuscitamos”) uma proposta originalmente feita pelo Grupo de Viena, levando em consideração os parâmetros que nos foram repetidamente indicados como chaves para um acordo de criação de confiança.

O resultado foi reconhecido por instituições e personalidades altamente respeitadas – do Dr. El Baradei ao Embaixador Pickering; da Associação para o Controle de Armas nos Estados Unidos à Organização da Conferência Islâmica – como uma conquista que valia a pena ser seguida.

É difícil compreender porque não lhe foi dada pelo menos uma chance de gerar resultado. Seu valor como medida de criação de confiança, como plataforma para novas negociações, não foi posto à prova.

Ainda é cedo para saber, com precisão, quais serão os efeitos das novas sanções.

Só podemos esperar que a oportunidade mais promissora de engajar o Irã em um

diálogo sobre seu programa nuclear não tenha sido perdida.

De qualquer maneira, se e quando as partes decidirem retornar à mesa de negociação, enfrentarão um desafio ainda maior.

A presença de inspetores da AIEA é a melhor garantia para apaziguar as preocupações de que nenhum material está sendo desviado para finalidades não-pacíficas. O Brasil está convicto de que o convencimento alcançará mais do que as ameaças; de que a construção de uma atmosfera positiva é o único caminho viável para uma solução que seja satisfatória a todos.

Senhor Presidente,

Esta Conferência deve fazer sua parte ao manter o ímpeto criado pela Conferência de Exame do TNP. Deve engajar-se em debates substanciais a respeito de todos os tópicos da agenda, em particular o desarmamento nuclear. Deve reafirmar, por intermédio de sua ação prática e que almeje resultados, a utilidade de investir capital político em iniciativas multilaterais.

Os Estados-Membros podem contar com nosso compromisso inabalável de restituir à Conferência do Desarmamento seu papel central no tratamento das questões cruciais de segurança do nosso tempo.

Caros amigos,

Peço licença para fazer algo que não é do meu hábito: citar a mim mesmo.

Não em virtude da sabedoria das palavras, mas pelas lições nelas contidas e pelo que aconteceu e não aconteceu a seguir.

No ano 2000, logo após a bem-sucedida Conferência de Exame do TNP, o Brasil alertou que “a continuada paralisia da CD coloca um véu de dúvida sobre o valor do progresso alcançado em outras instâncias”.

(...) “A verdadeira questão com a qual nos deparamos é a seguinte: é ou não verdade que, a despeito de nossas prioridades e preocupações

divergentes, compartilhamos todos o mesmo interesse universal no reforço do mecanismo multilateral para o desarmamento e a não-proliferação? E, sendo esse o caso, até onde estamos preparados para demonstrar a flexibilidade necessária para fornecer soluções construtivas e que não coloquem em jogo interesses vitais?”

Nenhuma resposta convincente a essa pergunta foi dada nos últimos dez anos.

Que dessa vez seja diferente.

Muito obrigado.

**CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS EM CONJUNTO
COM O PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA**
DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
A CERIMÔNIA DE ASSINATURA DE ATOS EM CONJUNTO COM O
PRESIDENTE DO PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS-AM, 16/06/2010

Meu caro amigo e companheiro Alan García, presidente do Peru,

Meu caro Omar Aziz, governador do estado do Amazonas,

Meu caro embaixador José Antonio García Belaunde, ministro das Relações Exteriores do Peru, por meio de quem cumprimento os demais membros da delegação peruana,

Embaixador Antônio Patriota, ministro interino das Relações Exteriores, por meio de quem cumprimento os demais membros da delegação brasileira,

Senhores parlamentares,

Prefeito Amazonino Mendes, de Manaus,

Senhores empresários,

Senador Alfredo Nascimento, aqui presente,

Senhoras e senhores,

Companheiros da imprensa,

Eu penso que como nós deixamos a imprensa participar daquela reunião com os ministros, nós vamos precisar falar menos, e vai ter duas perguntas, me parece, de cada lado, dos jornalistas.

Mas eu queria dizer ao meu querido companheiro Alan García da alegria de mais uma vez estar recebendo ele como chefe de

Estado do Peru, aqui no meu país, e dizer ao Alan García que eu sou um latino-americano ou um sul-americanista juramentado. Eu, sinceramente, não posso compreender como é que tanta gente que governou os nossos países, ao longo de tantos séculos, permitiu que nós ficássemos tão distantes e permitiu que as nossas relações privilegiadas fossem com o Norte e não com o Sul. Uma parte do nosso continente dependia da Coroa espanhola e outra parte dependia da Coroa portuguesa. Mas, mesmo já fazendo mais de 200 anos que todos conquistaram a independência, ainda assim nós ficamos dependentes do lado mais rico do planeta e não ousamos construir, entre nós mesmos, uma política que pudesse alicerçar o crescimento da América do Sul, da América Latina e o desenvolvimento de cada um dos nossos países.

Houve um certo tempo na América Latina em que era muito fácil: você não precisaria fazer muita coisa, porque era só você ficar fazendo crítica ao império, seja o império americano ou seja aos países ricos da Europa; que você justificava a ineficácia da sua economia; que você justificava a pobreza; que você justificava uma série de coisas. Poucas

vezes nós paramos para discutir os problemas criados por nós mesmos, pelas nossas elites dirigentes, pela corrupção praticada no nosso continente, pela subserviência política e intelectual nossa aos chamados países desenvolvidos, e isso significou um atraso enorme para o desenvolvimento da América do Sul.

Eu penso que nós vivemos hoje um novo momento. É certo que você não vai conseguir mudar 500 anos de história em 10 anos, 15 anos ou 20 anos. Tem um período de construção, de maturação, de elaboração de novas doutrinas para que a gente possa construir as nações sul-americanas com uma cabeça sul-americana, pensando no desenvolvimento do nosso continente.

Eu, Alan, estou fazendo uma experiência muito rica. Nós vamos inaugurar a Unila, que é uma universidade latino-americana, onde os professores serão latino-americanos, o currículo será latino-americano e os alunos serão latino-americanos, ou seja, serão estudantes, professores e o currículo dos países da América Latina. A nossa ideia é que a gente tenha pelo menos 10 mil alunos e que haja uma mistura da América Latina, para que a gente aprenda a nossa história, para que a gente possa, a partir daí, criar uma parte de latino-americanos com conhecimento mais profundo dos nossos problemas e das nossas soluções.

Não queremos fazer isso para ser contra quem quer que seja. Eu aprendi a fazer política, na minha vida, não sendo contra; eu aprendi a fazer política, na minha vida... Eu acho que sou, dos políticos brasileiros, o que menos criticou os outros pelas mazelas do Brasil. As mazelas do Brasil dependem, em parte, da elite política que governou este país e que permitiu que elas acontecessem, que aceitou a influência indevida, que aceitou que as coisas não fossem corretamente feitas durante séculos neste país. Portanto, eu não quero jogar a culpa nunca em

cima de ninguém, eu prefiro olhar os meus defeitos e, a partir daí, construir as coisas novas que nós precisamos construir.

Eu estou muito feliz com a sua visita ao Brasil, porque eu conheço o Alan García há muito tempo. Em 1989, quando eu fui derrotado na eleição brasileira, o único telefonema que recebi foi do companheiro Alan García, depois do resultado, e ele tinha me recebido enquanto candidato, em Lima, no Palácio do Governo.

Eu acho que, depois de tanto tempo, somente hoje é que eu ouvi falar, pela primeira vez, que o Brasil passou oito anos sem comprar cimento do Peru, porque nós temos um problema de alguém, no Brasil, que não queria que a gente comprasse. Somente hoje eu fiquei sabendo que tem exigência fitossanitária para comprar cimento. Como eu não conheço ninguém que coma cimento, a não ser que o cidadão queira se suicidar, eu, sinceramente, estou levando isso na minha cabeça. Você vai ouvir muito falar nesse negócio do fitossanitário, porque eu quero descobrir quem é o cidadão insano que resolveu pedir investigação sanitária para comprar um saco de cimento. Nós temos que descobrir na Receita Federal, na Polícia Federal, no Ministério da Agricultura, nos produtores de cimento quem é o insano que pediu que houvesse uma exigência sanitária, fitossanitária, para vender cimento para o Brasil.

A pessoa que fez isso, Alan, é tão de má-fé que não sabe quantos governadores da região Norte do país, sobretudo eu poderia te dar um estado, que é o Acre. Aquele povo sofre para comprar brita, para comprar cimento, para comprar tijolo – quando o rio está cheio, consegue chegar, quando não está cheio, não chega –, é tudo três, quatro vezes mais caro do que em qualquer parte do país, e alguém se acha no direito de dizer: “Olha, vamos pedir um exame fitossanitário no saco de cimento que vem do Peru”. Quer dizer, sinceramente,

é uma coisa que demonstra como nós ainda temos que melhorar para podermos ser tratados como países altamente civilizados, altamente modernos.

Eu poderia pegar um outro exemplo: certamente um companheiro de alguma região do estado do Amazonas, de Rondônia ou do Acre deve comprar um quilo de cebola a US\$ 3, US\$ 4 ou US\$ 5, que venha de São Paulo, quando ele poderia comprar a US\$ 1, que está lá, vizinho dele, ou seja, uma cebola não pode andar 5 mil quilômetros de avião, é muito luxo carregar cebola de avião, quando ela pode vir num carrinho de mão, pode vir de bicicleta, pode vir montada num cavalo, e custar mais barato. Essas coisas é que vocês, companheiros ministros, estão desafiados a fazer a revolução. A revolução é essa. Não adianta ficar lendo grandes teorias desenvolvimentistas, grandes teorias marxistas para fazer uma revolução. É essa a revolução que nós precisamos fazer: fazer apenas aquilo que nós conhecemos, o óbvio. Eu digo todo dia: se cada governante do mundo, se cada burocrata do mundo fizesse apenas o óbvio, nós não teríamos problema na humanidade. O problema é que tem sempre um manual e o manual está sempre feito para criar um obstáculo em vez de facilitar as coisas.

Eu penso que essa quantidade de acordos que nós assinamos aqui vai permitir que a gente avance um pouco mais. Certamente todo mundo sabe da crise energética que passa o mundo, todo mundo sabe da questão do clima, todo mundo sabe que as grandes potências ainda estão quase que tentando responsabilizar os países como nós que temos reservas, e muitas reservas florestais, a sermos quase que os únicos a pagar pelo controle da questão do clima.

Eu fui a Copenhague, Alan, e países que têm industrialização há 200 anos querem ter a mesma responsabilidade que um país que começou a se industrializar na semana

passada, ou seja, como se eles não tivessem responsabilidade pelo gás de efeito estufa que eles já jogaram no planeta há 200 anos ou há 300 anos.

Nós, aqui na América do Sul, temos a vantagem de termos a possibilidade de produzir a energia mais limpa do mundo em grandes quantidades. É só juntar o poder e o potencial de gás que nós temos, é só juntar o poder hídrico que nós temos de construir energia, é só discutirmos a possibilidade de construir a energia eólica, é só ver o potencial de construir energia através de biomassa, ou seja, nós temos um potencial de produzir energia limpa que nenhum continente do mundo tem, nenhuma parte do mundo tem.

Acho que esses acordos que foram assinados aqui, entre Brasil e Peru, propõem uma possibilidade excepcional de a gente começar a não ter medo de nós, a construirmos as coisas conjuntamente. Por exemplo, tem 7.200 megawatts que podem ser construídos em parceria do Brasil e Peru, sempre tendo em conta que a energia, prioritariamente, é para atender ao povo peruano porque, se não for assim, nós nem começaremos a construir essas hidrelétricas. Entretanto, nós temos regimes de chuvas diferenciados e, se houver uma interligação do nosso sistema, nós poderemos nos atender, beneficiando o povo peruano e beneficiando o povo brasileiro.

De forma que eu estou, Alan, feliz. Quero agradecer a presença dos empresários, que estão desde ontem trabalhando aí, foram dois dias de trabalho, quero agradecer aos empresários peruanos, aos empresários brasileiros, e quero dizer para vocês o seguinte: nós mudamos, a cada quatro anos ou cinco anos, aqui no Brasil ainda pode demorar oito anos, mas vocês não mudam, vocês são empresários, vocês são técnicos que vão a vida inteira ser empresários e técnicos e que, portanto, a vocês cabe a responsabilidade de

impulsionar aquilo que é demonstrado na vontade política do presidente Alan García e na minha. Nós assinamos os documentos, mas se vocês não andarem, a gente tem pouca chance de obter sucesso.

Então, querido amigo Alan García, obrigado, mais uma vez, por ter vindo ao Brasil; obrigado, mais uma vez, por acreditar que juntos nós poderemos construir uma aliança muito forte e que juntos nós poderemos construir uma América do Sul e uma América Latina muito mais consolidadas.

Obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DE ANGOLA, JOSÉ
EDUARDO DOS SANTOS - PALÁCIO ITAMARATY, 23/06/2010

Excelentíssimo senhor José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, e sua senhora Ana Paula dos Santos,

Minha querida companheira Marisa,

Senhores Carlos Maria da Silva Feijó, ministro de Estado Chefe da Casa Civil de Angola; Assunção Afonso dos Anjos, ministro das Relações Exteriores de Angola, por meio de quem cumprimento os demais ministros presentes da delegação de Angola,

Embaixador Ruy Nogueira, ministro interino das Relações Exteriores do Brasil, por meio de quem cumprimento os demais ministros brasileiros,

Senhores embaixadores,

Senadores,

Deputados,

Amigos empresários,

Amigos e amigas,

Sinto-me honrado em receber uma vez mais, no Brasil, a visita do meu estimado amigo, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos.

Nosso encontro ocorre poucos dias após o falecimento de José Saramago. Sua obra é extraordinária contribuição para a literatura mundial e para a valorização da Língua Portuguesa. Inconformado com as injustiças de seu tempo, Saramago aliou sua condição

de escritor à de lutador social. Deixa-nos como legado seu compromisso com os mais desfavorecidos, uma inspiração para todos nós.

A relação entre Angola e Brasil está marcada pelo entendimento, compreensão, solidariedade, e pela frequente convergência sobre os temas da agenda internacional. Pelos laços históricos, humanos e culturais que unem nossos países e povos, Angola e Brasil sempre mantiveram um relacionamento privilegiado. Hoje vamos formalizar essa aliança, como fizemos agora há pouco a assinatura da nossa parceria estratégica que nos permitirá trabalhar juntos, de forma ainda mais coordenada e produtiva.

Angola vem realizando significativos avanços na consolidação democrática, fortalecendo suas instituições políticas e econômicas. A nova Constituição aprovada este ano é um passo fundamental para que essa jovem nação trilhe o caminho do desenvolvimento com justiça social e consolide seu destino histórico de país soberano. A economia angolana cresce em ritmo acelerado, o que permitiu dobrar o seu PIB nos últimos sete anos.

O Brasil tem orgulho de poder ter contribuído para esse êxito, por meio da atuação de inúmeras empresas e profissionais

brasileiros no projeto de reconstrução nacional angolano. O intercâmbio bilateral mostra a força de nossas relações: entre 2002 e 2008 elevou-se mais de vinte vezes, passando de US\$ 211 milhões a US\$ 4,2 bilhões, o que faz de Angola um dos principais parceiros do Brasil na África. O “Diálogo Brasil-Países Africanos em matéria de Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural” comprovou nossas expectativas.

As semelhanças entre a savana africana e o cerrado brasileiro são promissoras. Esse é um campo fértil para a atuação da Embrapa no continente africano. Queremos ajudar Angola a diversificar sua economia, realizando seu imenso potencial agrícola e assegurando sua soberania alimentar.

Nossa língua comum também oferece um amplo leque a explorar, em matéria de educação e capacitação de recursos humanos. Os acordos celebrados hoje facilitarão o intercâmbio de docentes e estudantes entre universidades angolanas e brasileiras, a concessão de bolsas de estudo de parte a parte e a criação de redes de pesquisa entre os dois países.

Com a inauguração da Universidade Luso-Afro-Brasileira, em Redenção, no Ceará, a ser aprovada pelo Congresso Nacional, vamos formar dez mil profissionais africanos e brasileiros em setores estratégicos como saúde, agricultura e gestão pública.

Tenho certeza de que à frente da CPLP a partir de julho, Vossa Excelência continuará o processo de consolidação de nossa comunidade, fortalecendo nossa língua no cenário internacional.

Caro amigo Presidente,

Compartilhamos as margens do mesmo oceano. Temos o compromisso de zelar pela paz na região e pelo direito de cada país de aproveitar economicamente os recursos de seu litoral e de sua zona econômica exclusiva. Por isso, queremos dar novo impulso à Zona de Paz

e Cooperação do Atlântico Sul. Nosso acordo de cooperação na área de defesa contribuirá para esse objetivo. Vamos reforçar os laços já existentes entre as Forças Armadas de ambos os países, e identificar sinergias e complementaridades que contribuam para o desenvolvimento das respectivas indústrias de Defesa.

Com maior aproximação de Ministérios e agências especializadas dos dois países, bem como a maior interação entre a Petrobras e a Sonangol, tenho certeza de que poderemos avançar muito nossa cooperação na exploração de petróleo submarino.

Meu caro Presidente,

Angola e Brasil são dois grandes países em desenvolvimento, que estão convencidos da necessidade de construir uma ordem internacional mais justa e equânime. A reforma das instituições globais não pode ignorar a crescente importância da África e da América do Sul. Nossas economias estão entre as mais dinâmicas do mundo e entre as que primeiro retomaram o crescimento após a crise financeira.

Na caminhada de Angola rumo à reconstrução nacional, seu melhor aliado será uma governança global, democrática e equilibrada. É preciso que o Banco Mundial e o Fundo Monetário abandonem, de uma vez por todas, seus dogmas obsoletos e condicionalidades absurdas. O maior desequilíbrio no mundo de hoje é o que separa países ricos e pobres.

O desenvolvimento da África, da Ásia e da América Latina contribuirá diretamente para a promoção do crescimento global e para a diminuição desse nefasto e inaceitável desequilíbrio. É essa a mensagem que o Brasil levará à Cúpula do G-20, de Toronto, no próximo fim de semana.

Meu caro José Eduardo dos Santos,

A nova política do Brasil para a África veio para ficar. Meu país está definitivamente

decidido a contribuir para que essa relação se aprofunde, e a cooperar com o fortalecimento da democracia e da paz nesse continente irmão. Quero, nesta ocasião, reiterar o compromisso de que as portas do Brasil estarão sempre abertas para Angola.

Com esse espírito, convido todos a erguerem um brinde à prosperidade do povo angolano, ao permanente aprimoramento das relações entre Brasil e Angola e à felicidade pessoal de Vossa Excelência e do povo angolano.

Muito obrigado.

SEMINÁRIO “BRASIL-ITÁLIA: NOVAS PARCERIAS ESTRATÉGICAS”

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA DURANTE
ENCERRAMENTO DO SEMINÁRIO “BRASIL-ITÁLIA: NOVAS
PARCERIAS ESTRATÉGICAS” - SÃO PAULO-SP, 29/06/2010

Excelentíssimo senhor Silvio Berlusconi,
presidente do Conselho de Ministros da
República Italiana,

Ministro Celso Amorim, das Relações
Exteriores,

Nelson Jobim, ministro da Defesa,

Miguel Jorge, ministro do Desenvolvimento,
Indústria e Comércio Exterior,

E Orlando Silva, ministro dos Esportes,
que me comunicou que o Paraguai venceu
o Japão nos pênaltis e, portanto, foi para as
quartas de final. Significa que nós, significa
que nós corremos o bom risco de ter quatro
países do Mercosul disputando as semifinais
daqui a pouco.

Quero cumprimentar o senhor Adolfo
Urso, vice-ministro do Desenvolvimento
Econômico, em nome de quem cumprimento
todos os membros da comitiva italiana,

Quero cumprimentar o nosso companheiro
e amigo Benjamin Steinbruch, presidente da
Fiesp,

Cumprimentar os embaixadores aqui
presentes,

Cumprimentar os empresários, as
empresárias,

E cumprimentar os companheiros da
imprensa brasileira e da imprensa italiana,

Recebo com muita satisfação a visita do
primeiro-ministro Silvio Berlusconi. Sua
presença no Brasil fortalecerá uma parceria
estratégica fundada nos vínculos humanos que
aproximam nossos dois países. Quase 30 milhões
de brasileiros descendem de italianos, que
vieram ajudar a construir o Brasil moderno de
hoje. Começava aí uma saga que marcou a vida
brasileira nas artes, na política, na agricultura,
nos negócios, na culinária e no esporte. Esse é o
patrimônio maior de nossa amizade.

Caro primeiro-ministro Berlusconi,

Essa amizade centenária ganhou novo
impulso com o Plano de Ação que assinamos
em abril. Ele prepara nossa parceria para os
desafios do século XXI. Queremos estar na
vanguarda nas áreas de defesa, de energia, de
ciência e tecnologia, de educação e cultura.

A associação no desenvolvimento do caça
AMX é exemplo do que podemos alcançar.
Vamos replicar seu êxito na produção de
unidades navais, fragatas e navios de apoio
logístico. Também cooperaremos no setor de
transportes terrestres e no desenvolvimento de
veículos blindados.

O êxito das empresas italianas instaladas
no país comprova que investir no Brasil é
um bom negócio. A acelerada retomada do

crescimento no Brasil está multiplicando situações para novos empreendimentos.

Temos motivos para otimismo, pois as oportunidades estão traçadas com a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, sem falar nos projetos de infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento.

Estão dadas as condições para continuarmos a multiplicar um comércio bilateral que triplicou entre 2002 e 2008, chegando a quase US\$ 10 bilhões.

Mais comércio será a nossa resposta à crise internacional. Queremos ultrapassar a barreira dos US\$ 10 bilhões, de forma a refletir as dimensões e potencialidades das nossas economias.

Foi esse espírito de superação que motivou a criação do Conselho Empresarial Brasil-Itália. Vamos diversificar o comércio, estimular a atuação das pequenas e médias empresas e enfatizar projetos conjuntos de inovação tecnológica.

Igual sentido empreendedor nos levou a retomar as negociações para um acordo de associação entre o Mercosul e a União Européia. Temos o desafio de ir além da discussão sobre tarifas e subsídios. Estamos sinalizando o compromisso de ambos os blocos em ganhar escalas de competitividade e multiplicar oportunidades de investimentos.

Também estamos juntando forças em defesa de uma ordem global mais justa e equilibrada. Atuamos juntos no G-20 para assegurar maior transparência e responsabilidade dos mercados financeiros. Assim, lograremos prevenir futuras crises.

Confio que a recém-concluída Cúpula de Toronto tenha dado sinal claro do compromisso do G-20 em tomar as medidas de saneamento financeiro das economias europeias. Mas também de estímulos necessários para

garantir uma retomada forte e sustentável do crescimento global.

A crise internacional reforçou o papel decisivo dos países emergentes e em desenvolvimento. A Itália encontrará no Brasil uma alternativa sólida e segura contra choques futuros. Isso só é possível porque não repetimos os erros do passado.

A experiência brasileira não deixa margem para dúvidas. Políticas recessivas não resolvem desajustes macroeconômicos. Pelo contrário, agravam o desemprego e as desigualdades sociais.

A história da América Latina, na década de 80, foi dominada por ajustes fiscais que inviabilizaram o crescimento e produziram graves desequilíbrios fiscais.

Em resposta à crise atual, o Brasil não hesitou em estimular o crescimento, o consumo e o crédito. Eu próprio, no auge da crise, conclamei os brasileiros para que continuassem a consumir.

Os resultados estão aí. Temos uma economia robustecida pelo crescimento recente, pela notável melhora na distribuição de renda, por um sistema financeiro sólido, sujeito à regulação e supervisões rigorosas.

A consequência, no plano social, será a criação de mais de 2 milhões de novos empregos formais em 2010, o que elevará a mais de 14 milhões de postos de trabalho, ao longo do meu governo.

Meu caro amigo Primeiro-Ministro,

Itália e Brasil estão unidos na construção de um mundo fundado na cooperação solidária, onde a solução pacífica de conflitos fortalece a democracia e resguarda os direitos humanos.

Essa convicção nossa ação conjunta de ajuda humanitária às vítimas do terremoto no Haiti. Equipes militares e de primeiros-socorros brasileiras chegaram a Porto Príncipe a bordo do porta-aviões italiano Cavour.

Com igual sentido de solidariedade, estamos empenhados na busca de solução negociada para o conflito árabe-israelense. Estamos convencidos de que novos atores poderão contribuir decisivamente para evitar nova frustração das iniciativas em favor da paz.

Foi com esse espírito que Brasil e Turquia se empenharam em uma solução pacífica e negociada para a questão do Programa Nuclear Iraniano, que se consubstanciou na “Declaração de Teerã”, de 17 de maio.

Senhor Primeiro-Ministro,

Não hesito em afirmar que vivemos um momento de excepcional criatividade na parceria entre italianos e brasileiros. A multiplicidade de eventos e contratos que a sua visita enseja é um eloquente testemunho do que podemos realizar juntos. Sei que será inspiração para os participantes deste evento empresarial.

Minha amigas e meus amigos,

Vocês perceberam que eu acabei o meu discurso, mas eu tenho outro aqui, pequeno. Eu não poderia deixar o Berlusconi ir embora sem falar um pouco com o coração de um brasileiro que tem cada vez mais orgulho do que este país pode ser nos próximos anos.

Quando nós discutimos economia, Primeiro-Ministro, normalmente, os nossos ministros discutem a macroeconomia, grandes números, grandes tomadas de decisões no Tesouro Nacional, no Banco Central. Eu costumo fazer uma mistura entre a macroeconomia e a microeconomia, aquela economia pequena, que não aparece nas primeiras páginas dos jornais, que muitas vezes não merece noticiário em um canal de televisão. Mas é aquela pequena economia que permite que um cidadão simples comece a compreender o que é virar cidadão. Nesses dias, eu fui a um banco no Nordeste chamado BNB, Banco do Nordeste. Esse banco, em

2002 disponibilizou, no ano inteiro, para crédito apenas R\$ 262 milhões. E esse banco, Benjamin, tinha uma inadimplência de 37,5%. Significa que era um banco que dava duas alegrias ao tomador do dinheiro: a primeira, o fato de ele pegar o dinheiro; a segunda, o fato de ele não ter que pagar esse dinheiro.

Pois bem, se em 2002 esse banco investiu apenas R\$ 262 milhões de reais, em 2009 esse banco financiou R\$ 22 bilhões. Para os pequenos agricultores, esse banco financiou R\$ 1,3 bilhão, que atendeu a um milhão de pequenos proprietários.

Quando eu falo da microeconomia, eu falo que as coisas não são antagônicas. E vocês sabem da minha briga, no Brasil, de não permitir que haja confronto entre o agronegócio e a agricultura familiar, mas que também não haja confronto entre o grande crédito e o pequeno crédito. Porque, às vezes, o empresário, ele pega R\$ 1 bilhão em um banco, faz uma empresa altamente sofisticada, gera 100 empregos e, na outra ponta, você empresta 1 bilhão e você gera um milhão de empregos.

Quando eu falo assim, eu não falo para colocar uma ponta contra a outra. Eu falo que as duas são imprescindíveis para o país, porque uma traz tecnologia altamente avançada e traz produtos muito sofisticados, mas a outra traz um componente social que é o necessário até para que essa fábrica de produtos sofisticados possa produzir e ter para quem vender o seu produto.

Eu, Berlusconi, passei parte da minha vida sendo dirigente sindical, e eu me denominava um socialista, um socialista. E, aqui, muita gente tinha medo da palavra “socialismo”, muita gente, ou seja, a bipolaridade, o Muro de Berlim, a Guerra Fria, foi um desastre. Quando eu cheguei à Presidência da República, eu percebi que tinha um misto de ignorância minha e um misto de ignorância de quem tinha medo de mim, porque não era

possível que a gente continuasse a afirmar que o Brasil era um país de economia capitalista sem ter capital, sem ter crédito.

Berlusconi, em março de 2003, este país inteiro tinha apenas R\$ 380 bilhões de crédito. O Brasil inteiro tinha R\$ 380 bilhões de crédito. Hoje este país tem pouco ainda, mas já tem R\$ 1,5 trilhão de crédito. A nossa Caixa Econômica Federal, que financiava casas, em 2002 ela financiou R\$ 5 bilhões; no ano passado ela financiou R\$ 47 bilhões, e neste ano vai financiar R\$ 55 bilhões. Hoje, em 2010, somente o Banco do Brasil tem mais crédito disponibilizado do que o Brasil inteiro tinha em 2002.

Ora, o milagre da economia brasileira, Berlusconi, tem vários componentes. Um deles... Eu acho importante você saber disso, porque você vai continuar como Primeiro-Ministro por mais três anos e eu, daqui a seis meses, serei ex-Presidente, e é importante que você possa nos ajudar nisso. Nesses oito anos de governo, o pobre não tinha o direito de entrar em banco. Pobre e aposentado não tinham direito a crédito. Nós criamos uma coisa chamada “crédito consignado”, oferecemos a folha de pagamento do trabalhador como garantia, e hoje nós temos R\$ 120 bilhões circulando no mercado, por conta do crédito consignado.

Quando nós chegamos neste governo, Berlusconi, tinha R\$ 2 bilhões para financiar a agricultura familiar. Hoje, nós temos R\$ 16 bilhões para financiar a agricultura familiar e R\$ 100 bilhões para financiar o agronegócio neste país.

Mas uma coisa importante, Berlusconi: nós tínhamos no Brasil mais de 12 milhões de pessoas que não tinham energia elétrica. Nós criamos um programa chamado Luz para Todos, em 2004. Esse Programa já colocou energia na casa de 2,4 milhões de brasileiros [2,4 milhões de famílias], atendendo a 12

milhões de pessoas que viviam no escuro. Só para vocês terem dimensão do que significa esse programa: 1,1 milhão quilômetros de fios - daria para enrolar o planeta Terra 28 vezes; 5,56 milhões postes; 876 mil transformadores. Cada pessoa que recebe a luz em casa, a primeira coisa que ela faz: 83% compram geladeira; 79% compram televisão; 59% compram aparelho de som, fora os milhões de liquidificadores e de outras coisas que as pessoas compram para colocar dentro de casa. O nosso Bolsa Família, Berlusconi, atende hoje 12,5 milhões de famílias. São 12,5 milhões de famílias que recebem todo mês uma quantia em dinheiro para levar o básico para comer em casa.

O Banco de Desenvolvimento – e aqui tem muitos empresários – o Banco de Desenvolvimento do Brasil [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES], quando eu cheguei ao governo, o máximo que ele emprestava era R\$ 40 bilhões; no ano passado, emprestou R\$ 139 bilhões. E quanto mais dinheiro vocês precisarem, mais dinheiro vai ter no BNDES para a gente poder emprestar, porque o BNDES pode emprestar muito mais dinheiro para o desenvolvimento.

Uma coisa extremamente importante que a gente precisa dizer aqui: nós, na crise econômica, enquanto todo mundo se acovardou, Berlusconi, eu fui à televisão fazer um pronunciamento de oito minutos, fazendo a apologia do consumo, pedindo para o povo comprar, comprar com responsabilidade; não se endividar como o povo americano fez, mas comprar mantendo a sua poupança. E foi exatamente isso que fez com que o Brasil, já em março de 2009, tivesse a indústria automobilística batendo recorde de produção, recorde de venda e recorde de licenciamento.

Já no mês de março estávamos com um recorde na produção e na venda de máquinas de lavar roupas, geladeira e fogão. Na crise

do alimento, Berlusconi, quando parecia que a soja iria parar no céu, o preço, nós criamos o programa Mais Alimentos e resolvemos financiar tratores para os pequenos agricultores. Aqui estão os empresários da indústria de máquinas agrícolas. E foi exatamente esse programa responsável pela produção e pela venda de 80% dos tratores que nós vendemos no Brasil, no ano da crise.

No auge da crise, Berlusconi, quando os bancos estavam quebrando, lá fora, aqui no Brasil nós tomamos a decisão de comprar bancos. Eu queria financiar carro usado. O banco que financiava carro usado estava quebrando, não tinha financiamento. Nós tomamos a decisão de comprar 50% do banco que tinha a maior carteira de financiamento de carro usado. Liberamos 100 bilhões do compulsório, o equivalente a US\$ 50 bilhões, para que os bancos públicos e privados pudessem comprar a carteira dos bancos pequenos.

Todas essas medidas, mais a solidariedade dos empresários, a solidariedade dos trabalhadores brasileiros e a seriedade da nossa política fiscal, fizeram com que a gente pudesse afirmar que nós seríamos o último país a entrar na crise e o primeiro país a sair da crise.

Você não sabe, querido Berlusconi, a alegria que eu tive quando eu chamei o Ratto, o presidente do FMI, aquele espanhol, e disse para ele: Meu caro, eu quero devolver o seu dinheiro, que eu não preciso mais dele. E muito mais orgulho, e muito mais orgulho, Berlusconi, eu tive agora, quando o G-20 decidiu emprestar dinheiro para o FMI. Não sei se você sabe, o Brasil foi o primeiro país a emprestar. Tem alguns que não emprestaram ainda, mas nós já colocamos lá R\$ 14 bilhões. Eu estou... De dólares.

Eu estou dizendo isso, Berlusconi, porque eu te disse agora há pouco: aqui, no Brasil,

você e qualquer italiano poderão se dizer brasileiros na hora que vocês quiserem, porque nós temos orgulho da relação histórica que nós temos com a Itália. Temos orgulho, e muito orgulho, nós temos muito orgulho do Brasil que os italianos nos ensinaram a construir. Nós temos muito orgulho da pizza, da macarronada, do vinho, do azeite. Mas eu posso lhe dizer uma coisa: do que nós temos mais orgulho é saber que a única coisa que nós temos de diferente é um pouco a língua e o nosso passaporte, porque no mais nós somos iguais e queremos construir essa parceria definitivamente, para que Brasil e Itália possam ter uma maior inserção na ajuda a terceiros países, sobretudo aos africanos.

Muito obrigado pela sua presença, meu querido.

VISITA DO PRESIDENTE DA SÍRIA, BASHAR AL-ASSAD

DISCURSO DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA POR OCASIÃO DA VISITA DO PRESIDENTE DA SÍRIA, BASHAR AL-ASSAD - PALÁCIO ITAMARATY, 30/06/2010

Presidente da República Árabe da Síria e sua senhora Asma Al-Assad,

Minha querida companheira Marisa,
Senador José Sarney, presidente do Senado,
Deputado Michel Temer, presidente da Câmara dos Deputados,

Companheiros ministros,

Deputados,

Embaixadores,

Convidados,

Quero cumprimentar a delegação que acompanha o presidente Al-Assad,

Quero cumprimentar a imprensa da Síria, a imprensa brasileira,

E dizer: a vinda do presidente Al-Assad ao Brasil é uma viagem de descoberta e reencontro. É a primeira visita de um chefe de Estado da Síria, país que tanto contribuiu para a formação da nação brasileira.

Recebê-lo, quando comemoramos os 130 anos da imigração árabe, renova os laços de confiança e de esperança que fizeram homens e mulheres atravessarem oceanos em busca de uma nova vida. São hoje mais de dois milhões e meio de homens e mulheres. Herdaram seu talento, projetando-se no Brasil como políticos, médicos, arquitetos, engenheiros, artistas e cientistas.

Meu caro presidente Al-Assad,

Sua presença aqui é oportunidade para selarmos parceria lançada quando estive em Damasco, em 2003. Nesses sete anos, nossas relações ganharam novas dimensões e possibilidades.

A capacidade de transpor barreiras e compartilhar experiências é o impulso maior de nosso relacionamento. Os acordos que assinamos hoje dão sentido prático a esse compromisso. Temos uma aliança assentada em números sólidos. O comércio quadruplicou e hoje alcança US\$ 300 milhões.

A criação do Conselho Empresarial Brasil-Síria abre oportunidades para multiplicar o comércio e estimular os investimentos. Essa tendência é de crescimento, com um sistema multilateral de comércio mais representativo dos anseios do mundo em desenvolvimento. Por isso, defendemos o fim dos entraves que impedem o avanço do processo de acesso da Síria à Organização Mundial do Comércio.

Meu caro Presidente,

Desde o início de meu governo, atribuí prioridade às relações com o Mundo Árabe. Com o lançamento da Cúpula América do Sul – Países Árabes, em 2005, unimos de forma pioneira nossas vozes na defesa de uma ordem internacional mais democrática e mais equilibrada. A construção da paz no Oriente

Médio é um dos pilares desse projeto do qual o Brasil quer ser parceiro.

Mas essa é uma responsabilidade de todos. Esse conflito transcende as dimensões regionais e afeta o mundo inteiro.

Recusamos a tese de que o Oriente Médio está fadado ao conflito, de que seus filhos estão condenados a reviver a irracionalidade da guerra. Não haverá reconciliação verdadeira se houver vencedores e vencidos. Temos urgência em ver a região pacificada, com todos os seus povos vivendo em harmonia.

Foi essa a mensagem que transmiti aos presidentes Peres, Abbas, Ahmadinejad e Sleiman quando estiveram no Brasil. Levei essa exortação à moderação e ao compromisso negociador com minhas recentes visitas a Tel Aviv, Ramalá, Amã, Doha e Teerã.

Caro Presidente,

Não por coincidência, comecei por Damasco minha primeira viagem ao Oriente Médio. A Síria é um sócio indispensável na busca da pacificação. Não se retomarão as negociações sem o engajamento de todos. O Brasil é especialmente grato pelo apoio sírio à retirada dos cidadãos brasileiros do Líbano durante a conflagração de 2006.

Todos os olhos se voltam para Damasco em busca de palavra de autoridade e moderação. A Síria tem que ser ouvida e envolvida nas grandes discussões sobre o futuro do Oriente Médio. Apoiamos o princípio da “terra por paz” para assegurar a devolução das Colinas de Golã à Síria.

Defendemos um Estado Palestino independente, soberano, coeso e economicamente viável, e que possa conviver em segurança e dignidade com o Estado de Israel. Isso só será possível com unidade. Contamos com a Síria para ajudar a alcançar uma verdadeira reconciliação entre os palestinos.

O Brasil condenou a intervenção em Gaza, da mesma forma que condena atos terroristas de qualquer espécie. Consideramos que bloqueios não contribuem com a paz. O incidente com a flotilha humanitária, atacada em águas internacionais, mostra que é mais do que hora de levantar o bloqueio a Gaza.

Esperamos o imediato acesso de material de construção aos assentamentos. Disso depende a execução de projetos IBAS de construção de escola em Gaza.

Queremos investir nos jovens, na voz da esperança e do diálogo. Recusamos a lógica do preconceito, da desconfiança e das armas. Por isso, congratulo-me com Vossa Excelência pelo empenho da Síria em normalizar suas relações diplomáticas com o Líbano.

Caro Presidente,

Sírios e libaneses apostaram no respeito recíproco e no trabalho cooperativo quando deixaram sua pátria em busca de novos horizontes. Ajudaram a construir uma nação brasileira agradecida e determinada a retribuir generosamente. São essas as perspectivas e esperanças que nos unem.

Com essa convicção expresso, em meu nome e no do povo brasileiro, meus melhores votos de saúde e felicidade para Vossa Excelência, desejando paz e prosperidade para o povo sírio.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Cooperação no Campo Veterinário. 05/01/2010

Programa Executivo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, para a Implementação da Assistência Preparatória ao Projeto de Aprimoramento da Capacidade Brasileira de Conservar e Utilizar a Biodiversidade através do Uso e Gerenciamento de Informações. 15/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto ``Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Arroz de Terras Altas em Belize``. 19/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto ``Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Feijão em Belize``. 19/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto ``Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Milho em Belize``. 19/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Belize para a Implementação do Projeto ``Capacitação de Recursos Humanos e Validação de Variedades para Produção de Soja em Belize``. 19/01/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional. 20/01/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais. 20/01/2010

Acordo para o Estabelecimento de Comitê de Cooperação Intergovernamental entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar. 20/01/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais. 20/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Plano de Desenvolvimento Turístico do Departamento de Río San Juan”. 30/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica e Implementação de Mecanismos para o Manejo Sustentável do Sistema de Águas Pluviais das Bacias dos Lagos Manágua e Nicarágua”. 30/01/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Plano de Manejo de Uso e Ocupação da Bacia do Rio Yaque do Norte para a Criação do Parque Linear do Arroyo Gurabo”. 04/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Rastreabilidade Genética e Produção de Carne e Leite Bovinos”. 05/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da

República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Autoridade Sanitária Dominicana nas Áreas de Registro de Medicamentos, Farmacovigilância e Inspeções Sanitárias”. 05/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação em Manejo de Controle da Mosca-das-Frutas”. 05/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano na República Dominicana”. 05/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para a Implementação do Projeto “Capacitação de Gestores Municipais de Bajos de Haina na Estruturação e Gestão de seus Sistemas e Serviços de Limpeza Pública”. 05/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério Das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores do Cameroun sobre o Estabelecimento de Consultas Políticas. 09/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério Das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores do Cameroun sobre Cooperação Esportiva. 09/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República

Federativa do Brasil e o Ministério de Transportes e Telecomunicações da República do Chile sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre. 12/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a Suas Vítimas. 23/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Colaboração no Setor das Tecnologias da Informação e das Comunicações. 24/02/2010

Protocolo Complementar ao Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba na Área da Saúde. 24/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional dos Laboratórios Nacionais de Vigilância Sanitária do Brasil e de Cuba”. 24/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional do CECMED e da ANVISA na Área de Vigilância Sanitária”. 24/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do

Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Desenvolvimento de Capacidades Técnicas em Controle Biológico de Pragas Agrícolas entre Brasil e Cuba”. 24/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Assistência Técnica para a Produção de Soja e Milho em Cuba – Fase II”. 24/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Transferência de Metodologias para o Controle Genético de *Ralstonia Solanacearum*, *Begomovirus*, *Tospovirus*, *Potyvirus* y *Phytophthora Capsici* no Tomate e Pimentão”. 24/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Implementação do Projeto “Limites Permissíveis de Metais Pesados na Agricultura Cubana – Transferência e Adequação da Experiência e Elaboração da Legislação Brasileira”. 24/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do Sistema de Educação Superior do Haiti. 25/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti”. 25/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva no Haiti”. 25/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional”. 25/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Pecuária da República de El Salvador, na Área de Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento da Agricultura Familiar. 26/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Social. 26/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao

Fortalecimento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de El Salvador”. 26/02/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador”. 26/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Avanço da Condição da Mulher. 03/03/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países. 03/03/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Mudança do Clima. 03/03/2010

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Apoio ao Programa de Luta Contra a Tuberculose em São Tomé e Príncipe”. 04/03/2010

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Auxílio Técnico na Implantação da Política de Salário Mínimo em São Tomé e Príncipe”. 04/03/2010

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Gestão de Águas em São Tomé e Príncipe - Fase I”. 04/03/2010

Programa Executivo ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe para Implementação do Projeto “Implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar em São Tomé e Príncipe – Fase II”. 04/03/2010

Protocolo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Hungria sobre Consultas Políticas. 10/03/2010

Protocolo de Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun para a Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e da Inclusão Social. 12/03/2010. Situação especial - Ver observações.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate a

Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas. 15/03/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, na Área da Saúde. 17/03/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina, para o Desenvolvimento do Turismo. 17/03/2010

Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área do Esporte entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização para a Libertação da Palestina, em Nome da Autoridade Nacional Palestina. 17/03/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Hachemita da Jordânia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 17/03/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica sobre a Realização do Trigesimo Terceiro Período de Sessões da CEPAL. 24/03/2010

Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana para

Implementação do Projeto ``Desenvolvimento do Cooperativismo e do Associativismo Rural em Botsuana``. 24/03/2010

Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana para Implementação do Projeto ``Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Pecuária de Corte em Botsuana``. 24/03/2010

Ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Botsuana para Implementação do Projeto ``Inserção Social pela Prática Esportiva``. 24/03/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte sobre Cooperação para Desenvolver Legados Econômico, Comercial e de Reputação como Anfitriões das Olimpíadas. 25/03/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa da Guiné Bissau para Implementação do Projeto ``Apoio na Formulação e Monitoramento do Programa Nacional para Universalização do Registro Civil de Nascimento em Guiné Bissau. 25/03/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria para a Criação de Comissão Mista. 07/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República da Libéria para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. 07/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação Esportiva. 07/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Libéria sobre Cooperação em Minas e Energia. 07/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Mali para a Implementação do Projeto ``Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural e Apoio ao Programa de Pesquisa ‘Frutas e Legumes’ do Instituto de Economia Rural-IER``. 08/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Chile para Cooperação Esportiva. 09/04/2010

Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana. 12/04/2010

Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e o Principado de Mônaco. 14/04/2010

Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China

sobre Quarentena e Condições Sanitárias e Veterinárias de Carne Bovina Processada Termicamente a ser Exportada da República Federativa do Brasil para a República Popular da China. 15/04/2010

Protocolo sobre os Requisitos Fitossanitários para a Exportação de Folhas de Tabaco do Brasil para a China entre a Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China e o Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil. 15/04/2010

Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, 2010-2014. 15/04/2010

Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China para os Anos de 2010-2012. 16/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério do Comércio da República Popular da China para o Estabelecimento de Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual no Âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação. 16/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre um fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação relativo ao Contencioso do Algodão (WT/DS267) na Organização Mundial do Comércio. 20/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Libanesa sobre Cooperação na Área de Esporte. 22/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da República Federativa do Brasil e o Ministério de Assuntos Sociais da República Libanesa. 22/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República da Guiana na Área de Segurança Fitossanitária de Produtos de Origem Vegetal. 26/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana sobre Cooperação Técnica em Benefício da República do Haiti na Área de Defesa Civil. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento de Ações de Vigilância e Prevenção da Doença de Chagas no Suriname”. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Resposta à Epidemia Do HIV/AIDS no Suriname”. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil

e o Governo da República do Suriname para a Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Pesquisa, Coleta, Preparação e Análise de Mercúrio em Amostras Biológicas e Ambientais”. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Belize para Implementação do Projeto “Apoio Técnico para a Implantação do Banco de Leite Humano em Belize”. 26/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura. 26/04/2010. Situação especial - ver observações.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010

Memorando De Entendimento Entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura. 26/04/2010. Situação especial - ver observações.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre Cooperação Técnica na Área de Segurança Pública. 26/04/2010. Situação especial - ver observações.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Santa Lúcia sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo das Bahamas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Comunidade de Dominica Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da Jamaica e o Governo da República Federativa do Brasil para Implementação do Projeto “Programa de Capacitação de Técnicos da Jamaica em Produção e Processamento de Frutas Tropicais”. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos para Desenvolvimento das Cadeias Agropecuárias da Jamaica - com Ênfase na Cadeia da Mandioca”. 26/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Estabelecimento de uma Comissão Mista. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados para Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos em Todos os Aspectos da Produção de Açúcar em Barbados”. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Combate ao HIV em Barbados”. 26/04/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Antígua e Barbuda sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis Sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço. 26/04/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Barbados para a Implementação do Projeto “Capacitação de Recursos Humanos na Produção de Frutas e Hortaliças em Estufas e em Plantações Naturais ao Ar Livre em Barbados”. 26/04/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do “Projeto de Criação do Centro de Formação Profissional no Domínio do Comércio e dos Serviços (CFPCS)”. 26/04/2010

Comunicado Conjuntosobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Centro-Africana. 27/04/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevoos em Área de Fronteira. 28/04/2010 Situação especial - ver observações.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica. 28/04/2010

Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil. 28/04/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre a Criação de Grupo de Trabalho para a Negociação de Acordo Relativo ao Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço. 28/04/2010

Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação do Projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para Favelas de Caracas”. 28/04/2010

Programa de Cooperação na Área de Turismo entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para o Turismo da República Bolivariana da Venezuela. 28/04/2010

Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres

da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de “Centros Binacionais de Assistência às Mulheres Migrantes na Fronteira Brasil-Venezuela”. 28/04/2010

Acordo-Sede e Declaração de Exigências Firmado entre o Ministério da Cultura e a UNESCO em Virtude da Realização da 34ª Reunião do Comitê do Patrimônio Mundial em Brasília, entre os Dias 25 de Julho e 03 de Agosto de 2010. 01/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Implementação do Projeto “Capacitação em Políticas Públicas para o Desenvolvimento”. 03/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Implementação do Projeto “Técnicas de Diversificação das Atividades Agropecuárias para a Agricultura Familiar no Paraguai”. 03/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento do Governo Eletrônico no Paraguai”. 03/05/2010

Comunicado Conjunto dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai. 05/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo

da República do Zimbábue Sobre Cooperação em Matéria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. 11/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a Implementação do Projeto “Suporte Técnico à Plataforma de Inovação Agropecuária de Moçambique”. 12/05/2010

Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Federação da Rússia para 2010-2012. 14/05/2010

Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a Federação da Rússia. 14/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Catar sobre o Desenvolvimento do Turismo. 15/05/2010

Acordo de Cooperação Esportiva entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado de Catar, representado pelo Comitê Olímpico do Catar. 15/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã para Cooperação em Geologia, Mineração e Indústrias de Transformação Mineral. 16/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre Cooperação Agrícola. 17/05/2010

Memorando de Entendimento em Cooperação Esportiva entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã. 17/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Islâmica do Irã sobre Cooperação na Área de Meio Ambiente. 17/05/2010

Acordo de Coprodução Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa. 18/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Portuguesa para a Promoção da Igualdade de Gênero. 19/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa no Âmbito dos Assuntos Jurídicos Internacionais. 19/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Ciência e Tecnologia da República Federativa do Brasil e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior da República Portuguesa para o Lançamento de um Programa de Formação Avançada e Investigação Conjunta no Sector da Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos em Águas Profundas na Bacia do Atlântico. 19/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde”. 20/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cabo Verde para a Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional da Gestão das Águas em Cabo Verde – Fase I”. 20/05/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Letônia sobre Cooperação Esportiva. 24/05/2010

Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, de 17 de Setembro de 1996, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha [Nota brasileira ABC/DEU/DAI/DIM/1/ETEC BRAS RFA e Nota alemã WZ 445.00 59 2010]. 25/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais da República da Turquia sobre Cooperação Agrícola. 27/05/2010

Acordo entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia Sobre Intercâmbio de Diplomatas. 27/05/2010

Plano de Ação da Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia. 27/05/2010

Ata de Compromisso entre a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela. 27/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da

República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Chipre para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas. 28/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO - para a Promoção da Cooperação Técnica Trilateral em Países em Desenvolvimento. 28/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau para Implementação do Projeto “Jovens Lideranças para a Multiplicação de Boas Práticas Socioeducativas”. 28/05/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Integração Européia da República da Croácia para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais. 29/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Nicarágua para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Política Pública de Prevenção à Violência Juvenil”. 30/05/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de Burquina Faso para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Pecuária Leiteira na Burquina Faso”. 02/06/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo

da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Zimbábue sobre Cooperação em Turismo. 08/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Democrática de Timor-Leste para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste”. 10/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Congo para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Produção de Cacao da República do Congo”. 11/06/2010

Memorando de Entendimento sobre a Cooperação no Campo da Aquicultura entre o Ministério da Pesca da República Federativa do Brasil e o Ministério para Alimentação, Agricultura, Floresta e Pesca da República da Coreia. 11/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Capacidades Locais para o Desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais (SAF) em Comunidades Fronteiriças Amazônicas do Peru”. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Transferência da Metodologia do Projeto Rondon às Instituições

de Ensino Superior do Peru em Comunidades Fronteiriças dos Dois Países”. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru para a Criação do Subgrupo de Trabalho sobre Cooperação em Matéria de Transportes Fluviais em Rios Amazônicos. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento do Ordenamento Territorial para a Integração Fronteiriça Peru-Brasil”. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento de Capacidades para Melhorar a Produção Aquícola no Baixo Yavari”. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Peru para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos Peru – Brasil. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Quadro entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru para o Estabelecimento de uma Zona de Integração

Fronteiriça Brasil – Peru para a Criação do Subgrupo de Trabalho sobre Saúde na Fronteira. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Peru para Implementação do Projeto “Centro de Tecnologias Ambientais”. 16/06/2010. Situação especial - ver observações.

Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério da Agricultura da República do Peru no Campo Sanitário e Fitossanitário. 16/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique”. 17/06/2010

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou Oficiais/de Serviço. 20/06/2010

Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da Sérvia sobre Consultas Políticas. 20/06/2010

Protocolo de Entendimento Brasil - Angola (MDIC-CAMEX e Ministério das Finanças da República de Angola). 23/06/2010. Situação especial - ver observações.

Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola. 23/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola”. 23/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos”. 23/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola”. 23/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária”. 23/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do “Projeto Piloto em Doença Falciforme”. 23/06/2010

Ajuste Complementar ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação em Defesa (Compras Governamentais). 24/06/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação na Área do Esporte. 29/06/2010. Situação especial - ver observações.

Programa Executivo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana para o Período de 2010-2013. 29/06/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura. 30/06/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Árabe da Síria sobre Cooperação na Área da Saúde. 30/06/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização Mundial de Turismo das Nações Unidas para a Promoção de Cooperação Técnica Triangular em Países em Desenvolvimento. 30/06/2010

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

ENCONTRO DO MINISTRO CELSO AMORIM COM O MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA PALESTINA 05/01/2010

O Ministro Celso Amorim manterá amanhã, 6 de janeiro, em Genebra, reunião e almoço de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina, Riad Malki. Os dois ministros darão seguimento a conversas sobre temas bilaterais e sobre o processo de paz israelo-palestino mantidas durante a visita do Presidente Mahmmoud Abbas ao Brasil, em 20 de novembro.

ATENTADO À SELEÇÃO NACIONAL DO TOGO 09/01/2010

O Governo brasileiro condena veementemente o atentado levado a cabo por separatistas do enclave de Cabinda, em Angola, contra o ônibus que transportava a seleção nacional de futebol do Togo.

O Brasil, além de repudiar o uso da violência, deplora que atletas e eventos esportivos sejam utilizados como alvo para a promoção de objetivos políticos. O Governo brasileiro expressa sua solidariedade aos povos togolês e angolano.

TERREMOTO NO HAITI 12/01/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto, de 7.3 de magnitude, que abalou o Haiti, por volta das 17 horas (hora local), em 12 de janeiro.

O Ministro Celso Amorim conversou com o Presidente da República, a quem transmitiu as primeiras informações recebidas a respeito da situação no Haiti. De acordo com relato recebido do Encarregado de Negócios do Brasil em Porto Príncipe, Cláudio Campos, o prédio da Embaixada do Brasil sofreu sérios abalos, mas não houve vítimas entre os funcionários brasileiros. Há informações de que algumas instalações militares da ONU sofreram danos. Estão sendo recolhidas informações sobre a situação das tropas brasileiras na MINUSTAH e demais brasileiros a serviço da ONU.

O Presidente Lula manifestou sua profunda preocupação com a situação dos brasileiros e do povo haitiano. Instruiu para que sejam avaliadas as necessidades para que o Brasil possa apoiar o esforço de ajuda humanitária ao Haiti.

Já está em operação, no Itamaraty, sala de crise sobre o Haiti, com funcionamento 24 horas, sob a coordenação do Embaixador Marcos Vinícius Pinta Gama. Informações referentes a cidadãos brasileiros no Haiti poderão ser obtidas junto ao Núcleo de Assistência a Brasileiros, nos seguintes telefones: (061) 3411.8803/ 8805 / 8808 / 8817 / 9718 ou 8197.2284.

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO
MINISTRO CELSO AMORIM À FAMÍLIA
DA DOUTORA ZILDA ARNS
14/01/2010

Prezados Rubens, Nelson, Heloísa,
Rogério e demais familiares,

A confirmação da notícia do falecimento da Doutora Zilda Arns foi recebida por todos - meus familiares e colegas de Itamaraty - com enorme tristeza. Todos que acompanhamos sua trajetória de dedicação à causa humanitária sentiram um profundo sentimento de perda.

No Haiti, como em tantos outros países e no próprio Brasil, Doutora Zilda ofereceu permanente contribuição à construção de um mundo mais justo. Sua vida confundiu-se com sua personalidade: combativa, terna e altruísta.

A obra assistencial da Pastoral da Criança e da Pastoral da Pessoa Idosa é um legado de vida que jamais fenecerá nem será esquecido por nós - e principalmente por aqueles que se beneficiaram diretamente do seu trabalho. O exemplo de Doutora Zilda Arns permanecerá vivo no coração de muitos brasileiros, haitianos, timorenses, angolanos, meninas e meninos de muitas idades e nacionalidades.

Peço que aceitem meus sentimentos neste momento de dor e minhas homenagens de admirador.

Celso Amorim
Ministro das Relações Exteriores

COMUNICADO DOS ESTADOS-PARTES
DO MERCOSUL E DOS ESTADOS
ASSOCIADOS SOBRE O TERREMOTO
NA REPÚBLICA DO HAITI
14/01/2010

Os Governos dos Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados apresentam as mais profundas condolências ao povo e ao Governo da República do Haiti e expressam sua solidariedade diante da terrível tragédia ocasionada pelo terremoto ocorrido nesse país irmão, a conseqüente e irreparável perda de vidas e o elevado número de feridos.

Neste contexto, os Governos dos Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados afirmam que estão mobilizados para contribuir ao esforço de assistência humanitária, com vistas a minimizar o sofrimento do povo irmão haitiano.

Da mesma forma, os Governos dos Estados-Partes do Mercosul e Estados Associados manifestam sua decisão de aprofundar a cooperação bilateral e regional com a República do Haiti e somar esforços aos da comunidade internacional frente a tão lamentável tragédia.

FALECIMENTO DE ALTOS
FUNCIONÁRIOS DAS NAÇÕES UNIDAS
NO HAITI
16/01/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com profunda consternação, do falecimento do Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti, o brasileiro Luiz Carlos da Costa, e

do Representante Especial, Hédi Annabi, em decorrência do terremoto que assolou o Haiti no último dia 12 de janeiro.

O Secretário-Geral Ban Ki-moon telefonou para a Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, Embaixadora Maria Luiza Viotti, para transmitir a notícia e expressar seu pesar.

Luiz Carlos da Costa, que tinha 60 anos, dedicou sua vida à causa da paz, aliando sólida experiência diplomática à sensibilidade necessária para lidar com os desafios típicos das situações de conflito.

Entrou para as Nações Unidas em 1969 e fez carreira no Secretariado. Ocupou posições de relevo nas missões de manutenção da paz no Kosovo e na Libéria, além de diferentes cargos no Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas. Desde 2006 exercia as funções de Representantes Especial Adjunto no Haiti.

O Ministro Celso Amorim está dirigindo mensagem de condolências à família de Luiz Carlos da Costa.

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS DO
MINISTRO CELSO AMORIM À FAMÍLIA
DE LUIZ CARLOS DA COSTA
17/01/2010

Prezada Cristina,

Recebi com enorme tristeza a notícia do falecimento de Luiz Carlos, em decorrência do trágico terremoto que devastou o Haiti no último dia 12 de janeiro.

Tive a grande satisfação de conhecê-lo pessoalmente e, como brasileiro, acompanhei com orgulho sua brilhante trajetória nas Nações Unidas, especialmente em assuntos relacionados às missões de

paz. No Haiti, testemunhei sua capacidade de liderança, sensibilidade para as dificuldades do povo haitiano e sentido de dever público.

Sei do apreço pessoal e admiração profissional que todos os meus colegas diplomatas que conheceram Luiz Carlos nutriam por ele.

Em meu nome e em nome do Governo brasileiro, transmito a você e a suas filhas meu profundo reconhecimento pelo trabalho de Luiz Carlos, um grande militante da paz, cujo exemplo continuará a inspirar gerações de brasileiros.

Peço que aceite meus sentimentos neste momento de dor.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores

COMUNICADO DA UNIÃO DE NAÇÕES
SUL-AMERICANAS - UNASUL - SOBRE
O TERREMOTO NO HAITI
18/01/2010

Los países miembros de UNASUR ante el devastador terremoto acaecido el pasado martes 12 de enero a las 17h00, en la hermana República de Haití, que ocasionó un sinnúmero de heridos, personas desaparecidas, pérdidas humanas y materiales, expresan su solidaridad y condolencias al gobierno y al pueblo haitianos por esta lamentable tragedia, que enluta no sólo al país caribeño sino a toda la región latinoamericana.

UNASUR se suma a la convocatoria de la comunidad internacional para aunar esfuerzos en la búsqueda de mecanismos de respuesta y asistencia humanitaria, ante esta grave y dolorosa situación.

VISITA AO BRASIL DO EMIR DO CATAR
- BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2010
18/01/2010

O Emir do Estado do Catar, Xequê Hamad Bin Khalifa Al Thani, realizará, no dia 20 de janeiro, visita oficial ao Brasil, a primeira desde o estabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países, em 1974. O Emir Al Thani já visitou Brasília, em maio de 2005, quando chefiou a delegação catariana à I Cúpula América do Sul - Países Árabes.

Durante sua estada em Brasília, o Emir Hamad Al Thani será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com quem assinará acordos sobre o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas e de comitê de cooperação intergovernamental, sobre serviços aéreos bilaterais, sobre formas de evitar a dupla tributação dos lucros do transporte aéreo internacional, sobre isenção de vistos em passaportes oficiais e diplomáticos, e sobre cooperação econômica e comercial.

No encontro, serão avaliadas as oportunidades de incremento e diversificação do intercâmbio econômico-comercial e de investimentos. Serão igualmente passados em revista temas das agendas regionais e internacional.

COMUNICADO DO G20 SOBRE A
SITUAÇÃO NO HAITI
19/01/2010

(versão em português)

O G20 manifesta sua solidariedade e suas sinceras condolências ao povo e ao Governo da República do Haiti em decorrência da devastação causada pelos terremotos de 12 de janeiro último, que resultou na trágica perda de vidas humanas, em feridos e em danos materiais consideráveis.

Expressamos, igualmente, nossas condolências às Nações Unidas e a todos os países que participam da Missão das Nações Unidas de Estabilização no Haiti, pela trágica perda dos membros da equipe e pela destruição de sua sede.

Ao reconhecer o apelo urgente feito pelo Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-Moon, à comunidade internacional para contribuir com assistência emergencial, nós do G-20 reafirmamos nossa disposição e nosso compromisso com o envio imediato de assistência econômica e de mantimentos para atender as necessidades humanas básicas da população haitiana, nesse momento de dificuldade, e acompanharemos com atenção o processo de ajuda e de reconstrução naquele país.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO EMIR DO CATAR
- BRASÍLIA, 20 DE JANEIRO DE 2010
20/01/2010

1. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar para evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional;
2. Acordo para o Estabelecimento de Comitê de Cooperação Intergovernamental entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar;
3. Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais;
4. Acordo de Cooperação Econômica e Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar;
5. Acordo entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais;

6. Acordo de Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Estado do Catar.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO
CELSO AMORIM EM
SOLENIDADE DE HOMENAGEM
A LUIZ CARLOS DA COSTA
20/01/2010

Será realizado no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, amanhã, 21 de janeiro, a partir das 10 horas, o velório de Luiz Carlos da Costa, Vice-Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas na MINUSTAH, falecido durante o recente terremoto no Haiti. O Ministro Celso Amorim participará de homenagem que será realizada ao meio-dia. O Palácio Itamaraty situa-se à Rua Marechal Floriano, 196 - Centro.

MENSAGEM DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
PRESIDENTE ELEITO DO CHILE,
SEBASTIÁN PIÑERA
21/01/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem de felicitações ao Presidente eleito do Chile, Sebastián Piñera:

“Senhor Presidente,

Em nome do povo brasileiro e no meu próprio, felicito-o por sua eleição para Presidente da República do Chile.

Congratulo-me com Vossa Excelência e com todo o povo chileno pelos resultados da eleição de ontem, conduzida de forma democrática e transparente.

Peço aceitar meus votos de êxito à frente dos destinos do Chile. Estou seguro de que, sob sua liderança, o Chile seguirá comprometido com a integração e o desenvolvimento da América do Sul.

Tenho certeza de que nossos países continuarão a aprofundar o relacionamento bilateral, que é guiado por respeito mútuo, por laços históricos, por valores democráticos e por objetivos comuns.

Cordialmente,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

DOAÇÕES PARA AJUDA
HUMANITÁRIA AO HAITI
21/01/2010

Como parte dos esforços do Governo brasileiro para prestar ajuda humanitária ao Haiti, o Ministério das Relações Exteriores abriu conta corrente para o recebimento de doações. Os valores coletados serão transferidos às agências especializadas das Nações Unidas. Os dados da conta bancária são os seguintes:

Banco do Brasil (001)

Agência Itamaraty (1503-2)

Conta 85.000-4

Titular: Ministério das Relações Exteriores
- Ajuda Humanitária ao Haiti

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO HAITI - PORTO PRÍNCIPE, 23 DE
JANEIRO DE 2010
22/01/2010

O Ministro Celso Amorim realizará visita a Porto Príncipe em 23 de janeiro.

Está previsto encontro com o Presidente René Préval, o Primeiro-Ministro Jean-Max Bellerive e a Chanceler Michèle-Marie Rey na sede provisória do Governo haitiano.

O Ministro Celso Amorim manterá contato, igualmente, com o Embaixador Edmond Mullet, Representante, interino, do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Haiti; o General Floriano Peixoto, Comandante militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH); Kim Bolduc, Coordenadora de Assistência Humanitária da ONU naquele país, além dos comandantes dos batalhões brasileiros e funcionários brasileiros de organizações internacionais.

O Ministro Amorim deverá, ainda, efetuar sobrevôo da capital haitiana e visitar o Centro Cultural Brasil - Haiti, onde funciona provisoriamente a Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

O Ministro Celso Amorim partirá de Porto Príncipe para Montreal, onde participará de reunião preparatória à conferência para reconstrução do Haiti, em 25 de janeiro.

INUNDAÇÕES EM MACHU PICCHU - ATENDIMENTO A BRASILEIROS 27/01/2010

Em função das inundações que assolam o sul do Peru, inclusive a região de Águas Calientes, 2000 turistas ficaram retidos em Machu Picchu - entre os quais cerca de 180 brasileiros.

O Ministério das Relações Exteriores determinou a montagem de Centro de Apoio aos Brasileiros em Cuzco. Foram deslocados para essa cidade, em 26 de janeiro, o Chefe do Setor Consular da Embaixada em Lima e o Vice-Cônsul. Na Embaixada do Brasil em Lima, foi constituído Núcleo de Crise, encarregado de coordenar o apoio junto ao Governo peruano.

O Embaixador do Brasil em Lima, Jorge Taunay, viajou, hoje, dia 27 de janeiro, para Cuzco, para acompanhar pessoalmente os trabalhos de resgate e apoio aos brasileiros. Para facilitar o contato com os brasileiros, o

Vice-Cônsul deslocou-se, no final do dia, de Cuzco para Águas Calientes.

O Ministro, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, recebeu o Embaixador do Peru em Brasília e foi informado de que o Governo do Peru está executando operação de resgate dos visitantes por meio de 11 helicópteros. A ordem de prioridade das operações de resgate, definida pelo Governo peruano, é: doentes; idosos; crianças e suas mães; e demais pessoas. O Ministro, interino, das Relações Exteriores ofereceu ao Governo peruano o envio de helicópteros brasileiros para apoiar as operações de resgate.

Até o momento, cerca de 800 visitantes teriam sido resgatados, entre os quais cerca de 30 brasileiros. As operações têm sido interrompidas, ocasionalmente, pela retomada de chuvas torrenciais. Os visitantes que seguem ilhados estão recebendo, segundo o Governo peruano, água, alimentos e abrigos.

O Centro de Apoio aos Brasileiros em Cuzco está funcionando em ligação direta com o Núcleo de Assistência a Brasileiros (NAB), no Itamaraty, em Brasília. As consultas ao NAB poderão ser feitas pelos telefones (061) 3411.8803/ 8805 / 8817 e 9718, bem como pelo celular de plantão (061) 8197.2284.

40ª REUNIÃO ANUAL DO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL - DAVOS, 27 A 31 DE JANEIRO DE 2010 - PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO CELSO AMORIM 28/01/2010

O Ministro Celso Amorim participa, no período de 28 a 30 de janeiro, em Davos, da 40ª Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial.

Na manhã do dia 28, o Ministro participará de sessão especial sobre o Haiti que contará também com a presença do enviado especial do Secretário Geral da ONU para o Haiti, Bill Clinton, da administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Helen Clark, e do presidente do Fórum Econômico Mundial, Klaus Schwab. Na tarde do dia 28, o Ministro manterá encontros com os Ministros das Relações Exteriores do Irã, Manoucher Mottaki, e de Cingapura, George Yeo. Em seguida, participa de jantar de trabalho sobre o Haiti promovido pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA).

No dia 29, o Ministro Celso Amorim manterá encontros com o Diretor-Geral da FAO, Jacques Diouf, com o Ministro dos Transportes Terrestres e Rodovias da Índia, Kamal Nath, com o Ministro do Comércio da Austrália, Simon Crean, com o presidente do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, Jakob Kellenberger e com o Secretário de Relações Exteriores do Reino Unido, David Milliband. Na noite do mesmo dia, o Ministro se reunirá ainda com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy.

No dia 30, pela manhã, o Ministro Celso Amorim participará de reunião informal de ministros sobre a Rodada Doha, convocada pelo Governo suíço, seguida de almoço oferecido pela Presidente da Confederação Suíça e Conselheira Federal do Departamento de Temas Econômicos, Doris Leuthard. Na tarde do mesmo dia, o Ministro participará, como debatedor, de sessão plenária do Fórum Econômico Mundial intitulada “Repensando o comércio e a mudança do clima”.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO PERU 28/01/2010

Em atenção à solicitação das autoridades do Peru, o Governo e o povo brasileiro enviarão assistência humanitária aos flagelados das

chuvas torrenciais e inundações que atingiram a região Sul do Peru. A carga de 14 toneladas de alimentos do Armazém Humanitário Brasileiro será enviada à cidade de Cuzco, em voo da Força Aérea Brasileira. Os alimentos atenderão todos os necessitados, tanto brasileiros como demais turistas e a população peruana atingida pelas chuvas.

O desastre natural gerou danos em vias de transporte, o que restringiu a mobilidade de cerca de 1.000 pessoas na região de Machu Picchu. Mais de duzentos turistas brasileiros, que têm sido gradualmente retirados em operações de resgate, vêm sendo atendidos pelo “Centro de Apoio aos Brasileiros em Cuzco”, montado em caráter emergencial pelo Itamaraty.

NOTIFICAÇÃO AO UNFCCC SOBRE AS AÇÕES BRASILEIRAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES 29/01/2010

A 15ª Conferências das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) foi realizada em Copenhague, na Dinamarca, em dezembro de 2009. Na ocasião, um grupo de países negociou documento político intitulado Acordo de Copenhague.

Apesar de o Acordo não constituir a solução ideal, oferece elementos para discussão futura nas negociações da Convenção sobre Mudança do Clima.

O Acordo não foi adotado pela Conferência das Partes, que se limitou a tomar nota de sua existência. O documento estabeleceu que, até 31 de janeiro de 2010, os países que são Partes do Anexo I (países desenvolvidos) deverão registrar suas metas de redução de emissões até 2020 e os países que não são Partes do Anexo I (países em desenvolvimento), como o

Brasil, deverão informar as ações nacionais de redução de emissões que tencionam executar.

No espírito da transparência e da cooperação internacional, o Brasil informou ao Secretariado da UNFCCC hoje, 29 de janeiro de 2010, as ações de mitigação nacionalmente adequadas que o Governo brasileiro pretende implementar. As ações informadas foram primeiramente apresentadas pela Chefe da Delegação brasileira à COP-15, Ministra Dilma Roussef.

“Prezado Senhor de Boer,

Tendo em conta o anúncio feito por Sua Excelência o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Segmento de Alto Nível da 15ª Conferência das Partes (COP 15) e da 5ª Conferência das Partes servindo como Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (CMP 5) realizadas em Copenhague, o Governo brasileiro gostaria de indicar as ações de mitigação nacionalmente adequadas que deseja empreender, para a informação das Partes na UNFCCC.

Favor atentar para a natureza voluntária das ações indicadas e que estas serão implementadas de acordo com os princípios e disposições da UNFCCC, em particular com o Artigo 4 parágrafo 1, Artigo 4 parágrafo 7, Artigo 12 parágrafo 1(b), artigo 12 parágrafo 4 e Artigo 10 parágrafo 2(a). Não está excluído o uso do mecanismo de desenvolvimento limpo do Protocolo de Quioto.

- Redução de 80% do desmatamento na Amazônia (redução estimada de 564 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Redução de 40% do desmatamento no Cerrado (redução estimada de 104 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Recuperação de Pastos (amplitude de redução estimada de 83 a 104 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Integração Lavoura Pecuária (amplitude de redução estimada de 18 a 22 milhões de

toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Plantio Direto (amplitude de redução estimada de 16 a 20 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Fixação Biológica de Nitrogênio (amplitude de redução estimada de 16 a 20 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Eficiência Energética (amplitude de redução estimada de 12 a 15 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Incremento do uso de biocombustíveis (amplitude de redução estimada de 48 a 60 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Expansão da oferta de energia por Hidroelétricas (amplitude de redução estimada de 79 a 99 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Fontes Alternativas: pequenas centrais hidroelétricas, bioeletricidade, eólica (amplitude de redução estimada de 26 a 33 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

- Siderurgia: substituir carvão de desmate por plantado (amplitude de redução estimada de 8 a 10 milhões de toneladas de CO2 eq. em 2020);

Estima-se que o somatório dessas ações leve a uma redução da ordem de 36,1% a 38,9% com relação à projeção das emissões brasileiras para 2020.

O Governo brasileiro desempenhou papel ativo nas negociações do Acordo de Copenhague e entende ser esse passo importante a fim de facilitar a conclusão das negociações sendo realizadas em dois trilhos sob o Grupo de Trabalho Ad-Hoc sobre Compromissos Futuros para Países do Anexo I sob o Protocolo de Quioto (AWG-KP) e sob o Grupo de Trabalho Ad-Hoc sobre Ação Cooperativa de Longo Prazo sob a UNFCCC (AWG-LCA), com vistas a adotar decisão sobre o segundo período de compromisso do Protocolo de Quioto, bem como sobre a conclusão do mandato do Plano de Ação de Bali durante a COP-16, no México.”

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A PARIS - 1º E 2 DE FEVEREIRO
31/01/2010

Na seqüência de sua participação no Foro Econômico Mundial, em Davos, o Ministro Celso Amorim, realizará visita a Paris nos dias 1º e 2 de fevereiro. O Ministro manterá encontro com a Diretora-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Irina Bokova, e participará do seminário “Global Zero Summit: a World Without Nuclear Weapons”.

O seminário, organizado por ONG norte-americana coordenada pelo ex-Secretário de Estado Adjunto, Embaixador Thomas Pickering, contará com a presença de numerosos especialistas em desarmamento nuclear. Ocorre cerca de três meses antes da Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear e servirá para uma troca de idéias quanto às perspectivas de progresso nos compromissos internacionais na área de desarmamento nuclear, bem como para renovar o compromisso de governos e sociedade civil com a causa da eliminação total das armas nucleares. O Ministro Amorim será o orador de honra durante o almoço de abertura do evento, em 2 de fevereiro.

COMUNICADO DE IMPRENSA
DE AUSTRÁLIA, BRASIL E
TAILÂNDIA SOBRE O AUMENTO
DAS EXPORTAÇÕES DE AÇÚCAR
EXTRAQUOTA PELA UNIÃO EUROPEIA
02/02/2010

Austrália, Brasil e Tailândia receberam com preocupação a decisão da União Europeia, de 28 de janeiro de 2010, de aumentar suas exportações de açúcar extra quota. Como

grandes produtores e exportadores de açúcar, os codemandantes no contencioso da OMC “CE-Subsídios à Exportação de Açúcar” lamentam que a União Europeia tenha adotado essa medida sem consultá-los previamente.

O aumento das exportações de açúcar extra quota em 500.000 toneladas significa que as exportações totais desse tipo de açúcar pela União Europeia poderão alcançar 1.850.000 toneladas para o ano-safra 2009/2010. Esse volume supera em 576.500 toneladas o teto de 1.273.500 que a União Europeia comprometeu-se a respeitar sob o Acordo de Agricultura da OMC.

A Comissão Europeia declarou que padrões circunstanciais dos preços internacionais do açúcar a autorizam a desconsiderar o teto da OMC. Austrália, Brasil e Tailândia discordam que as distorções provocadas pelo regime açucareiro europeu tenham sido eliminadas pela conjuntura de preços altos registrada no mercado internacional de açúcar. Os três países estão analisando as medidas da União Europeia e não descartam, neste momento, nenhum curso de ação.

Informação de Apoio (Brasil)

O Brasil entende que a autorização de exportação adicional de 500.000 toneladas de açúcar fora da quota suscita preocupação, entre outros, pelas seguintes razões:

(i) a autorização elevaria para cerca de 1.850.000 toneladas a exportação total de açúcar extraquota para a campanha 2009/2010, o que excederia o limite europeu de exportação subsidiada acordado na Organização Mundial do Comércio (“OMC”). O limite atual, negociado para a UE-15, ainda em vigor, é de 1.273.500 toneladas. Sem endosso multilateral, a UE tem considerado como limite o total de 1.374.400 para a UE-27;

(ii) o argumento europeu, manifestado na nota da Comissão Europeia em 27 de

janeiro de 2010, de que não haveria mais açúcar subsidiado na UE, em decorrência da suspensão dos reembolsos (“refunds”) à exportação, deve ser recebido com cautela. Os “reembolsos” representam apenas parte dos mecanismos condenados pelo Órgão de Solução de Controvérsias (“OSC”) da OMC no contencioso do açúcar. A suspensão dos reembolsos à exportação, por si só, não permite concluir que o açúcar europeu não recebe mais subsídios e que a UE, portanto, não estaria mais limitada ao teto de 1.273.500 toneladas;

(iii) ainda que os preços atuais do açúcar nos mercados internacional e europeu viabilizem exportações de açúcar fora da quota, e além dos limites consolidados na OMC, é importante notar que o ônus de comprovar que essas exportações não recebem subsídios recai sobre a CE, de acordo com Acordo de Agricultura (Artigo 10.3);

(iv) a esse propósito, cabe ressaltar que a Comissão não envidou nenhum esforço, até o momento, para demonstrar que suas exportações de açúcar além dos limites acordados na OMC não recebem subsídios. A Comissão limitou-se a justificar a medida em bases totalmente conjunturais. Em sua nota à imprensa, enfatizou repetidamente que a autorização só era possível “[...] due to exceptional market situation” e que “the present market situation for sugar is very unlikely to occur again in the future”. Se não houvesse mais subsídios, a Comissão poderia ter justificado a autorização de exportação em termos estruturais, relacionados com a reforma do regime açucareiro europeu;

(v) o açúcar europeu que será “despejado” no mercado internacional resulta dos excedentes produzidos ao longo de várias safras artificialmente infladas pelo regime açucareiro. A decisão do Comitê de Gestão

de expandir as exportações de açúcar envia sinal equivocado aos produtores europeus de açúcar, que serão incentivados a aumentar sua produção levando a pressões crescentes para que os volumes excedentes voltem a ser escoados para o mercado internacional.

Antecedentes

I. O Contencioso:

Em 27 de setembro de 2002, Brasil e Austrália pediram consultas à União Europeia para discutir a conformidade de elementos do regime açucareiro do Bloco com as normas da OMC. As consultas foram realizadas em 21 e 22 de novembro, em Genebra. As consultas solicitadas posteriormente pela Tailândia realizaram-se em março do ano seguinte. Não foi possível, em nenhum dos casos, encontrar solução satisfatória para as partes. Assim, os três países reclamantes apresentaram ao Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, em julho de 2003, solicitação para o estabelecimento de painel. O painel foi estabelecido em 29 de agosto e composto em 24 de dezembro do mesmo ano. Compuseram o painel Warren Lavorel (EUA - Presidente), Gonzalo Biggs (Chile) e Naoshi Hirose (Japão).

Participaram dos procedimentos do contencioso na condição de terceiras partes interessadas: Barbados, Belize, Canadá, China, Colômbia, Côte d’Ivoire, Cuba, Estados Unidos, Fiji, Guiana, Índia, Jamaica, Quênia, Madagascar, Malawi, Maurício, Nova Zelândia, Paraguai, Saint Kitts & Nevis, Suazilândia, Tanzânia e Trinidad e Tobago.

O painel realizou duas reuniões com as partes, em março e maio de 2004. Seu relatório final foi circulado em 15 de outubro. O relatório deu pleno ganho de causa ao Brasil nos dois elementos do regime açucareiro europeu questionados no âmbito do contencioso (ver seção III).

Em 13 de janeiro de 2005, a UE iniciou procedimentos de apelação. A divisão do

Órgão de Apelação que examinou o caso foi composta por Arumugamangalam Venkatachalam Ganesan (Índia - Presidente), Merit Janow (EUA) e Yasuhei Taniguchi (Japão) e se reuniu com as partes em 7 e 8 de março. O relatório de apelação, divulgado em 28 de abril daquele ano, confirmou todas as conclusões do painel.

II. O Regime Açucareiro Europeu:

Diversos elementos do regime açucareiro europeu questionado por Brasil, Austrália e Tailândia atuavam para criar distorções que afetam o mercado internacional do produto de maneira negativa, tais como medidas de proteção do mercado doméstico (tarifas elevadas de importação, salvaguardas especiais e preços mínimos de entrada), incentivos à produção (subsídios ao consumo dentro de quotas preestabelecidas, mecanismo de compra da produção a “preço de intervenção” e exportação obrigatória de excedentes); e incentivos à exportação (subsídios diretos à exportação de quantidade pré-estabelecida de açúcar; subsídios diretos à exportação de volume equivalente ao açúcar importado em condições preferenciais de países da África, Caribe e Pacífico - ACP).

Esses elementos levaram o Mecanismo de Solução de Controvérsias a concluir que o regime açucareiro da União Europeia opera de forma a conceder subsídios à exportação tanto para o açúcar intraquota quanto para o açúcar extraquota. Desde a adoção dos relatórios do Painel e do Órgão de Apelação, em 19 de maio de 2005, a União Europeia alterou parcialmente seu regime. Essas alterações não significam, contudo, que o regime açucareiro atual não mais concede subsídios à exportação, de forma a autorizar a União Europeia a desrespeitar o limite de 1.273.500 toneladas consolidado na Rodada Uruguai.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À ARGENTINA E I REUNIÃO DA COMISSÃO MINISTERIAL BRASIL- ARGENTINA - BUENOS AIRES, 4 E 5 DE FEVEREIRO DE 2010 03/02/2010

O Ministro Celso Amorim manterá reunião de trabalho, em 4 de fevereiro, em Buenos Aires, com o Ministro das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Jorge Taiana, oportunidade em que tratarão de temas de interesse dos dois países, como o aprofundamento da cooperação bilateral, a integração regional e a coordenação de posições em organismos multilaterais, incluindo a participação nos esforços de ajuda humanitária e reconstrução no Haiti.

O Ministro Amorim será, igualmente, recebido em audiência pela Presidente Cristina Fernández de Kirchner.

Em 5 de fevereiro, será realizada a I Reunião da Comissão Ministerial Brasil - Argentina, criada por decisão dos Presidentes Lula e Cristina Kirchner em 18 de novembro de 2009, para estabelecer canal permanente de diálogo e coordenação de alto nível em temas comerciais, econômicos e financeiros. Pelo Brasil, além do Ministro Celso Amorim, participarão o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. A Argentina será representada pelo Chanceler Taiana, e pelos Ministros da Economia e Finanças Públicas, Amado Boudou, e da Indústria e Turismo, Débora Giorgi.

Apesar da queda total de cerca de 20% na corrente de comércio bilateral em 2009, as trocas entre Brasil e Argentina têm-se recuperado desde o segundo semestre do ano passado. Os números preliminares para o

fluxo bilateral em janeiro de 2010 apontam para crescimento de aproximadamente 50% em relação a janeiro de 2009.

BRASIL FINANCIA PROJETO DE
EDUCAÇÃO NO HAITI
04/02/2010

O Brasil doou US\$400 mil para o financiamento integral de um dos três projetos elaborados pela UNESCO para a reconstrução do sistema educacional do Haiti. O montante será destinado ao treinamento de professores e beneficiará cerca de 110 mil estudantes haitianos de nível secundário e superior.

A doação foi anunciada pelo Ministro Celso Amorim após encontro com a Diretora-Geral da UNESCO, Embaixadora Irina Bokova, na sede da Organização, em Paris, no dia 1o de fevereiro.

ETANOL DE CANA-DE-AÇÚCAR
PRODUZIDO NO BRASIL
É CLASSIFICADO COMO
“BIOCOMBUSTÍVEL AVANÇADO” PELA
AGÊNCIA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
DOS EUA
05/02/2010

A Agência de Proteção Ambiental dos EUA (“Environmental Protection Agency” - EPA) reconheceu, em relatório divulgado em 3 de fevereiro, que o etanol de cana-de-açúcar produzido no Brasil reduz em 61% a emissão de gases do efeito estufa, quando comparado à gasolina. Em consequência, o etanol brasileiro recebeu a classificação de “biocombustível avançado”, atribuída àqueles que reduzem em pelo menos 50% as emissões de gases causadores do efeito estufa. Segundo as metas

de longo prazo estabelecidas pelo Congresso norte-americano, tanto o volume quanto a proporção de “biocombustíveis avançados” em relação ao total de biocombustíveis consumidos no país deverão elevar-se progressivamente, chegando, em 2022, a 80 bilhões de litros (dos 136 bilhões de litros de biocombustíveis que deverão ser consumidos naquele ano).

Contribuiu para a decisão da EPA a atuação conjunta e coordenada do Governo, da comunidade científica e do setor privado brasileiros, desde o início dos debates sobre a nova legislação norte-americana para o setor energético, em 2007.

Em paralelo, a estreita cooperação mantida pelo Brasil e pelos EUA, nos quase três anos de existência do Memorando de Entendimento sobre Biocombustíveis, tem gerado resultados significativos no sentido da formação de um mercado internacional para o etanol e o biodiesel, objetivo compartilhado pelos dois maiores produtores e consumidores de biocombustíveis do mundo.

BRASIL FINANCIA PROJETO DE
EDUCAÇÃO NO HAITI
05/02/2010

O Brasil doou US\$400 mil para o financiamento integral de um dos três projetos elaborados pela UNESCO para a reconstrução do sistema educacional do Haiti. O montante será destinado ao treinamento de professores e beneficiará cerca de 110 mil estudantes haitianos de nível secundário e superior.

A doação foi anunciada pelo Ministro Celso Amorim após encontro com a Diretora-Geral da UNESCO, Embaixadora Irina Bokova, na sede da Organização, em Paris, no dia 1o de fevereiro.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DO CAMEROUN,
HENRI EYEBE AYISSI - BRASÍLIA E
SÃO PAULO, 8 A 12 DE FEVEREIRO DE
2010
08/02/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Cameroun, Henri Eyebe Ayissi, realiza visita oficial ao Brasil entre 8 e 12 de fevereiro. Esta é a primeira visita do Ministro Ayissi ao Brasil, e a segunda de um chanceler camerounês ao País (a primeira foi realizada por Laurent Esso, em agosto de 2005).

No dia 9, o Ministro Ayissi será recebido em Brasília pelo Ministro Celso Amorim. Os Ministros manterão encontro no Palácio Itamaraty, seguido de almoço de trabalho e da abertura da III Reunião da Comissão Mista Brasil-Cameroun. Na ocasião, deverão ser firmados atos nas áreas de esportes, turismo, e trabalho remunerado de dependentes de pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico, além de memorando de entendimento sobre consultas políticas. O Ministro camerounês fará, ainda, visita à sede da EMBRAPA, onde será recebido pelo Presidente da instituição, Pedro Arraes.

No dia 10, o Ministro Ayissi manterá reunião com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

No dia 11, em São Paulo, o Ministro camerounês deverá encontrar-se com representantes da FIESP, quando serão discutidas oportunidades de investimento no país africano.

Entre 2005, quando a Embaixada do Brasil em Iaundé foi reaberta, e 2008, o comércio bilateral cresceu de US\$ 88 milhões para US\$ 136 milhões.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
LIBÉRIA, OLUBANKE KING AKERELE
- BRASÍLIA, 9 A 12 DE FEVEREIRO DE
2010
09/02/2010

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Libéria, Olubanke King Akerele, realiza visita ao Brasil entre os dias 9 e 14 de fevereiro. É a primeira visita de um chanceler da Libéria ao Brasil.

A Ministra Akerele dará início à preparação da visita ao Brasil da Presidente da Libéria, Ellen-Johnson Sirleaf, prevista para o próximo dia 7 de abril. A Ministra viaja acompanhada de representantes dos Ministérios da Agricultura, da Juventude e Esportes, das Terras, Minas e Energia, além do Vice-Presidente da Companhia Nacional de Petróleo da Libéria.

No dia 10, a Ministra Akerele será recebida pelo Ministro Celso Amorim. Os Ministros manterão encontro no Palácio Itamaraty, seguido de almoço de trabalho. No dia 11, a Chanceler liberiana se reunirá com os Ministros das Minas e Energia, Édison Lobão; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge; e da Agricultura, Reinhold Stephanes.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
SESSÃO DE ABERTURA DA COMISSÃO
MISTA BRASIL-CAMEROUN -
BRASÍLIA, 09 DE FEVEREIRO DE 2010
09/02/2010

1. Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Cameroun para Cooperação Esportiva

2. Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério das Relações Exteriores da República do Cameroun Relativo ao Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Políticas

SOLIDARIEDADE DA UNASUL COM
O HAITI - DECISÃO DE QUITO, 9 DE
FEVEREIRO DE 2010
10/02/2010

Solidariedade da UNASUL com o Haiti
Decisão de Quito
9 de fevereiro de 2010

Os Chefes de Estados e de Governo da UNASUL, reunidos no Palácio de Governo, em Quito, em 9 de fevereiro de 2010, à luz das conseqüências do terremoto produzido no Haiti em 12 de janeiro passado, pelos vínculos de solidariedade e amizade;

EXPRESSAMOS nossa solidariedade com o Povo e o Governo do Haiti neste momento de dor e tragédia, bem como nosso profundo pesar pelo falecimento de milhares de haitianos e funcionários internacionais e de países que cooperam com o Haiti;

REITERAMOS nosso compromisso em apoiar o provimento de atenção integral aos feridos e à reconstrução do país, tendo em conta as necessidades e prioridades manifestadas pelas autoridades do Haiti;

APOIAMOS os esforços do Governo do Haiti para que, sob sua liderança, e em coordenação com os organismos internacionais e regionais, execute as atividades de assistência humanitária à população haitiana e promova o desenvolvimento social, econômico e institucional do Haiti;

EXPRESSAMOS nosso reconhecimento pelo trabalho da Missão de Estabilização das

Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

DECIDEM:

1. Reiterar suas expressões de solidariedade com o Governo do Presidente René Préval e o povo do Haiti, assim como as condolências pelas perdas de vidas humanas.

2. Contribuir para que a cooperação internacional que chegue ao Haiti responda à demanda, às necessidades e às prioridades do país, no marco do mais absoluto respeito à soberania nacional e ao princípio de não-intervenção nos assuntos internos. Nessa mesma linha, apoiar o fortalecimento das instituições do Estado haitiano, com o objetivo de promover a eficácia da cooperação, o desenvolvimento social e econômico sustentável, o aprofundamento da democracia e a preservação da paz e da segurança.

3. Continuar com a ajuda humanitária empreendida pelos Estados Membros, em comum acordo com o Governo haitiano.

4. Concretizar uma nova cooperação sul-sul, mediante o acompanhamento a médio e longo prazo do processo de reestruturação, respeitando a soberania do Haiti, que contemple o fortalecimento das instituições do Estado e o desenvolvimento da capacidade local.

5. Atender de maneira prioritária e imediata aos três eixos apresentados nesta reunião pelo Presidente do Haiti, René Préval, aos Estados membros da UNASUL:

 infra-estrutura e energia: a) construção viária: recursos para aquisição de material, máquinas e dotação de contingentes de engenheiros, para contribuir para a infraestrutura do Haiti, em particular por meio da construção de vias que serão determinadas pelo Governo haitiano; b) energia: recuperar a rede elétrica e estudar o impacto, como alternativa energética, do gás na realidade haitiana;

 agricultura: contribuir para a reconstrução do setor da agricultura e

produção alimentar mediante a doação de sementes, insumos, fertilizantes; e o envio de especialistas. Neste tema serão levados em conta os modelos “Pro-huerta” e o Programa de Segurança Alimentar.

• saúde: incrementar as ações já implementadas pelo Conselho Sul-Americano de Saúde.

6. Promover ações conjuntas com o intuito de canalizar a ajuda humanitária, assim como impulsionar trabalhos de reconstrução mediante um plano de ação coordenado com os representantes do Governo Constitucional do Haiti. Este plano de ação deverá contemplar, entre outras, as seguintes medidas, de maneira voluntária e segundo as capacidades de cada Estado Membro:

- Criar um Fundo da UNASUL, para financiar os equipamentos setoriais que impulsionarão ações nos três eixos expressados pelo Presidente René Préval no item número 5. Em princípio, o Fundo seria de 100 milhões de dólares norte-americanos, com contribuições dos países.

- Solicitar ao BID um crédito de até 200 milhões de dólares norte-americanos, de longo prazo, com a menor taxa de juros, que será assumido pelos países da UNASUL.

- Enviar imediatamente barracas, apropriadas para as necessidades atuais; e proceder com a construção de albergues, que atendam à urgente necessidade de moradias do Haiti.

- Enviar ao Haiti uma delegação de organismos de planificação da UNASUL, para respaldar, neste âmbito, as ações que o Governo haitiano requeira.

- Estimular a doação ao Governo haitiano de máquinas requeridas para a reconstrução física do Haiti, de maneira planejada.

- Explorar compromissos dos Estados Membros de contribuir, em conformidade com suas capacidades e de maneira voluntária, para

a reconstrução de uma área geográfica no Haiti.

- Contribuir para o reflorestamento do Haiti, mediante a elaboração de um programa específico, com a participação, entre outros, das universidades, centros de pesquisa, população civil e demais atores sociais.

- Estimular a diversificação de fontes energéticas usadas no Haiti, para reduzir a dependência tradicional na madeira e aumentar o uso de energias renováveis e de baixo impacto sobre o meio ambiente local.

- Colaborar na reconstrução da sede do Governo.

- Exortar os Estados Membros que ainda não o fizeram a aplicar processos especiais de regularização migratória a favor de cidadãos haitianos.

- Apoiar as iniciativas dos Estados Membros de auxílio no setor de educação, mediante, entre outros, a reconstrução do sistema educativo, em todos seus níveis; designação de entidades para cooperação, estabelecimento de acampamentos, escolas resistentes a abalos sísmicos e a concessão de bolsas de estudo para estudantes haitianos.

7. Exortar os Estados Membros a eliminar, temporariamente, as tarifas de importação de países sul-americanos para produtos haitianos exportáveis e estimular investimentos de empresas sul-americanas em setores com elevado potencial de utilização de mão-de-obra local.

8. Respalda o apelo do Relator Especial das Nações Unidas sobre Dívida Externa em favor do perdão da dívida haitiana e saudar a decisão de vários países nessa linha. A propósito, fazemos um chamado a todos os credores, especialmente os organismos multilaterais, a perdoar a referida dívida.

9. Reconhecer a importância dos compromissos assumidos na IV Reunião Extraordinária de Ministros e Ministras de Saúde Sul-Americanos, em 27 de janeiro de

2010. Do mesmo modo, ressaltar o conteúdo da Resolução sobre Haiti, adotada pelo Conselho Sul-Americano de Defesa, em Manta, em 28 de janeiro de 2010.

10. Estudar a criação de um escritório autônomo ou dentro do Conselho Sul-Americano de Defesa, de gestão de riscos, que coordene as ações de prevenção e mitigação de emergências provocadas por desastres.

11. Dispor que uma comissão do Conselho Sul-Americano de Defesa, em coordenação com o Conselho de Delegados, viaje ao Haiti para efetuar um estudo das condições, necessidades e oferecimentos de ajuda, segundo as zonas geográficas de atuação, em plena concordância com as autoridades haitianas, a fim de lograr uma melhor utilização dos recursos aportados pelos países da UNASUL às tarefas encomendadas.

12. Estabelecer a cooperação dos Estados Membros da UNASUL para o envio marítimo e aéreo das contribuições enviadas para atender à situação do Haiti, bem como tomar nota da oferta de alguns Estados Membros - Argentina, Brasil, Peru e Venezuela - para estabelecer corredores no Pacífico y no Atlântico.

13. Reconhecer a importância da proposta da República do Paraguai, sobre a criação de uma “Brigada Sul-Americana de Solidariedade e Cooperação”, e instruir o Conselho de Delegados a iniciar seu estudo.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
SUÉCIA, CARL BILDT - SÃO PAULO,
BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 10 A 13
DE FEVEREIRO
10/02/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, realiza visita ao Brasil no período de 10 a 13 de fevereiro, acompanhado

de sua esposa, a Deputada Anna Maria Corazza Bildt, integrante do Parlamento Europeu, e do Vice-Ministro Gunnar Wieslander.

No dia 10, em São Paulo, o Ministro Bildt visitará a Embraer e proferirá palestra na Câmara de Comércio Sueco-Brasileira sobre possibilidades de ampliação e diversificação dos fluxos de comércio e investimentos bilaterais.

No dia 11, em Brasília, o Chanceler sueco manterá encontro com o Ministro Celso Amorim. Na ocasião, será avaliada a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia - assinado durante a visita do Presidente Lula à Suécia, em outubro de 2009 -, com ênfase na cooperação nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica e de bioenergia. Os dois Chanceleres deverão passar em revista, ainda, os respectivos cenários regionais e tratar de temas de interesse comum da agenda internacional. Serão também discutidos os preparativos da visita ao Brasil do Casal Real da Suécia, prevista para o período de 23 a 27 de março.

O Ministro Bildt realizará, ainda, visita ao Rio de Janeiro no dia 12 de fevereiro.

O intercâmbio comercial Brasil-Suécia aumentou 144% entre 2003 e 2008, tendo se elevado de US\$ 928 milhões para US\$ 2,28 bilhões. A Suécia é um dos mais importantes investidores no Brasil. Cerca de 200 empresas suecas estão hoje instaladas no País, gerando aproximadamente 50 mil empregos.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO CHILE - SANTIAGO, 12 DE
FEVEREIRO DE 2010
11/02/2010

O Ministro Celso Amorim realizará visita oficial a Santiago do Chile em 12 de fevereiro, oportunidade em que participará de reunião de trabalho com o Ministro das Relações

Exteriores daquele país, Mariano Fernández. Os Chanceleres do Brasil e do Chile avaliarão o estado das relações bilaterais, com ênfase nos temas de cooperação, comércio, investimentos e integração física. Também serão discutidos assuntos regionais, como a assistência humanitária e os esforços de reconstrução do Haiti, a atuação de ambos os países na MINUSTAH, além de temas relativos à UNASUL e à OEA.

Por ocasião da visita, será instalada a Comissão Bilateral Brasil-Chile, criada pelo Memorando de Entendimento firmado quando da visita da Presidente Michelle Bachelet ao Brasil, em 30 de julho de 2009. A Comissão buscará aprofundar o diálogo político entre os dois países por meio de consultas regulares de alto nível.

Será assinado, igualmente, o Memorando de Entendimento Brasil-Chile sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre.

O Ministro Celso Amorim será, ainda, recebido em audiência pelo Presidente em exercício do Chile, Edmundo Pérez Yoma, e terá encontro com o Presidente-eleito, Sebastián Piñera.

Em 2009, o intercâmbio comercial entre Brasil e Chile alcançou o valor de US\$ 5,3 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

REUNIÃO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-PAQUISTÃO 12/02/2010

A primeira Reunião Bilateral de Consultas Políticas Brasil-Paquistão foi realizada em Brasília em 11 de fevereiro de 2010.

A Senhora Attyia Mahmood, Secretária do Exterior para as Américas, e o Subsecretário-Geral Político II, Embaixador Roberto Jaguaribe, chefiaram as respectivas

Delegações. As duas partes realizaram uma extensa revisão do estado das relações bilaterais e trocaram opiniões sobre questões regionais e globais de interesse mútuo. Concordaram em estreitar os contatos e explorar novos campos de cooperação, particularmente no setor econômico, em áreas como biocombustíveis, agricultura, governo eletrônico e automação bancária, entre outras.

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas, em 1948, o Brasil e o Paquistão desfrutaram de um bom relacionamento, baseado no respeito e na confiança recíprocos.

Estas consultas são um dos mecanismos institucionais de alto nível estabelecidos entre os dois países para discutir questões de interesse comum. A próxima rodada de Consultas Políticas Bilaterais deverá ocorrer em Islamabad em 2011.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À ESPANHA - MADRI, 15 DE FEVEREIRO - IV REUNIÃO DO DIÁLOGO POLÍTICO DE ALTO NÍVEL BRASIL-UNIÃO EUROPÉIA 12/02/2010

O Ministro Celso Amorim participará em Madri, no dia 15 de fevereiro, da quarta reunião do Diálogo Político de Alto Nível Brasil-União Européia, a primeira sob a vigência do Tratado de Lisboa. Do lado europeu, participarão a Alta Representante para Política Exterior e de Segurança da União Européia, Baronesa Catherine Ashton, Vice-Presidente da Comissão Européia, e o Ministro de Assuntos Exteriores e Cooperação da Espanha, Miguel Ángel Moratinos.

A reunião permitirá avançar nos preparativos para a IV Cúpula Brasil-União Européia (a ser realizada no segundo semestre de 2010, no

Brasil), bem como avaliar a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-União Européia, adotado em 22 de dezembro de 2008. O referido Plano de Ação prevê o aumento da cooperação nas seguintes áreas principais: luta contra a pobreza; mudança do clima; fortalecimento do sistema multilateral; direitos humanos; relações econômicas, comerciais e de investimento; assuntos consulares e migratórios; e educação e cultura.

Deverão ser abordados, igualmente, temas das agendas global e regional, incluindo: ajuda humanitária e reconstrução do Haiti; mudança do clima; processo de paz no Oriente Médio; direitos humanos; Acordo de Associação MERCOSUL-União Européia; realização da VI Cúpula América Latina e Caribe-União Européia (Madri, 18 de maio); realização do III Fórum da Aliança de Civilizações (Rio de Janeiro, 28 e 29 de maio); e preparativos para a Cúpula do G-20 em Toronto (26 e 27 de junho).

O intercâmbio comercial entre Brasil e União Européia aumentou 183,8% entre 2002 e 2008, tendo passado, no período, de US\$ 29,539 bilhões para US\$ 82,588 bilhões.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA DO MINISTRO CELSO
AMORIM AO CHILE - SANTIAGO, 12 DE
FEVEREIRO DE 2010
14/02/2010

1- Ata de Instalação da Comissão Bilateral Brasil-Chile

2- Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações da República Federativa do Brasil e o Ministério de Transportes e Telecomunicações da República do Chile sobre Cooperação na área de Televisão Digital Terrestre

SITUAÇÃO NA REPÚBLICA DO NÍGER
19/02/2010

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os acontecimentos ocorridos, em 18 de fevereiro, na República do Níger, que levaram à tomada do poder por forças militares. O Brasil se associa às manifestações de repúdio à quebra da normalidade democrática já externadas pela União Africana e pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental.

O Governo brasileiro exorta as autoridades e a sociedade nigerenses a manterem a serenidade e a atuarem com moderação, de forma a preservar o quadro político-institucional e a restabelecer a ordem constitucional e democrática no país.

VISITA DO SENHOR PRESIDENTE DA
REPÚBLICA AO MÉXICO, II CÚPULA DA
AMÉRICA LATINA E DO CARIBE SOBRE
INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
(CALC), XXI CÚPULA
DO GRUPO DO RIO - CANCUN,
21 A 23 DE FEVEREIRO DE 2010
21/02/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará viagem oficial à cidade mexicana de Cancun para participar da II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e da XXI Cúpula do Grupo do Rio (G-Rio), de 21 a 23 de fevereiro.

A agenda das Cúpulas prevê o tratamento de quatro temas principais: (i) nova institucionalidade; (ii) desafios e oportunidades em um contexto econômico incerto; (iii) integração regional; e (iv) Haiti.

Um dos objetivos centrais das Cúpulas é o

lançamento de uma discussão entre todos os Estados da América Latina e do Caribe sobre a convergência dos processos da CALC e do Grupo do Rio.

As Cúpulas deverão, igualmente, adotar Declaração de Solidariedade ao Haiti. Nesse contexto, serão discutidas iniciativas a serem implementadas pelos países da América Latina e do Caribe para apoiar o Haiti em seus esforços de reconstrução e desenvolvimento.

FORTES CHUVAS NA ILHA DA
MADEIRA
23/02/2010

O Governo brasileiro expressa sua consternação pelos graves danos causados pelo temporal ocorrido no último dia 20 de fevereiro na Ilha da Madeira.

Ao lamentar a tragédia ocorrida, o Governo brasileiro estende ao Povo português sua solidariedade pelas perdas humanas e materiais sofridas.

VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
MÉXICO, CANCÚN,
23 DE FEVEREIRO DE 2010
23/02/2010

Ao término da II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento e da XXI Cúpula do Grupo do Rio na cidade mexicana de Cancun, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manterá reunião de trabalho com o Presidente do México, Felipe Calderón, em 23 de fevereiro.

Os dois mandatários discutirão os principais temas da agenda bilateral, com ênfase em comércio e investimentos, além de assuntos regionais, como a possibilidade de cooperação

na ajuda humanitária e reconstrução do Haiti. Os Presidentes do Brasil e do México receberão, igualmente, empresários dos dois países, reunidos no Foro Estratégico Empresarial Brasil - México desde o dia 22. Testemunharão, ainda, assinatura de contrato entre a Braskem e a empresa mexicana IDESA para empreendimento conjunto na área petroquímica.

Em 2009, o comércio entre Brasil e México alcançou US\$ 5,3 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões corresponderam a exportações brasileiras.

VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
A CUBA, HAVANA,
23 A 25 DE FEVEREIRO DE 2010
23/02/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho a Cuba entre os dias 23 e 25 de fevereiro. Na ocasião, deverá visitar as obras do Porto de Mariel, que conta com financiamento brasileiro para a exportação de bens e serviços nacionais utilizados em sua construção.

O Presidente Lula participará, ainda, do encerramento de evento empresarial Brasil - Cuba, e manterá reunião de trabalho com o Presidente Raúl Castro, com vistas a examinar os principais temas da agenda bilateral e regional.

Por ocasião da visita, deverão ser assinados os seguintes atos: Protocolo Complementar na área da Saúde; Memorando de Entendimento sobre Tecnologias da Informação; Ajuste complementar em matéria de Vigilância Sanitária; Ajuste Complementar na área de Controle Biológico de Pragas Agrícolas; Ajuste Complementar para cooperação na área de Limites de Metais Pesados na Agricultura;

Ajuste Complementar para cooperação em produção de soja; e Ajuste Complementar para cooperação em controle genético em tomates e pimentões.

O fluxo de comércio entre o Brasil e Cuba, em 2009, atingiu US\$ 330,6 milhões, dos quais mais de US\$ 277 milhões resultaram de exportações brasileiras.

REUNIÃO DE TRABALHO ENTRE
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DE BRASIL, LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA, E DO PRESIDENTE
DOS ESTADOS UNIDOS MEXICANOS,
FELIPE CALDERÓN HINOJOSA -
COMUNICADO CONJUNTO
23/02/2010

No contexto da Cúpula da Unidade da América Latina e o Caribe, os Presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do México, Felipe Calderón Hinojosa, realizaram reunião bilateral na Riviera Maia, em atenção ao compromisso assumido por ambos os Mandatários durante a Visita de Estado ao Brasil do Presidente do México, em 17 de agosto de 2009, de manter ao menos um encontro por ano. Ao final dessa reunião, decidiram emitir o seguinte

Comunicado Conjunto:

1. Manifestaram sua satisfação ao constatar que as relações entre Brasil e México têm sido intensas e construtivas, em especial no que se refere ao diálogo político e às relações econômico-comerciais, assim como nos âmbitos científico, cultural e consular. Expressaram seu compromisso de ampliar os mecanismos para o aproveitamento do potencial de cooperação e integração entre os dois países.

2. Anunciaram o início de um processo formal de trabalho para avaliar e determinar as áreas de oportunidade, alcances, benefícios e sensibilidades de um Acordo Estratégico de Integração Econômica entre Brasil e México, com o objetivo de aprofundar o intercâmbio bilateral de bens e serviços, promover investimentos, bem como garantir o acesso aos mercados, atendendo de modo ágil e efetivo problemas pontuais como normas, subsídios agrícolas e barreiras não-tarifárias.

Acordaram que nesse processo formal de trabalho entre as autoridades será fundamental a participação dos setores privados de ambos os países.

Reconheceram que uma visão de longo prazo permitirá e contribuirá para aprofundar a relação bilateral e impulsionará a integração da América Latina e o Caribe para fortalecer a competitividade e presença regional nos mercados internacionais.

3. Congratularam-se pelo anúncio de um investimento conjunto de 2,5 bilhões de dólares que realizará a empresa brasileira Braskem e o grupo mexicano Idesa, para a construção de um complexo petroquímico em Coatzacoalcos, Veracruz. Tal investimento, o maior do Brasil até o momento registrado no México, e um dos mais importantes registrados no setor petroquímico nos últimos anos, gerará importante benefício econômico nessa região do país. Ademais, expressaram a necessidade de continuar impulsionando alianças estratégicas entre ambos os países, a fim de aproveitar o potencial das duas economias.

4. Instruíram as respectivas entidades de promoção de investimento e comércio exterior do Brasil e do México a trabalharem de forma conjunta para incrementar os fluxos de comércio bilateral, assim como os investimentos mútuos e alianças estratégicas

entre empresas brasileiras e mexicanas, com o objetivo de que a relação econômica alcance o potencial de complementação a que se deve aspirar entre as duas maiores economias da América Latina.

Ademais, manifestaram sua confiança de que as propostas do Foro Estratégico Empresarial Brasil-México, composto por empresários líderes de ambos os países, contribuirão para o fortalecimento dos laços econômicos e comerciais entre ambos os países.

5. Ao reafirmar a importância de promover o conhecimento recíproco e a divulgação da diversidade cultural de suas respectivas sociedades, expressaram sua satisfação pela realização, no Brasil, de atividades culturais, entre outras, nas áreas de artes plásticas, artes cênicas, literatura e cinema no marco da celebração do Ano do México no Brasil, assim como pela realização, no México, de iniciativas culturais no âmbito da literatura, da música e de uma exposição fotográfica comemorativa dos 50 anos de Brasília, no contexto das comemorações dos 200 anos da Independência de México e dos 100 anos da Revolução Mexicana.

6. Congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a suas Vítimas, que tem como objetivo principal estabelecer as bases de cooperação entre as Partes para prevenir e combater os grupos criminosos que atuam no tráfico de migrantes e de pessoas, bem como para a atenção e proteção a suas vítimas. Para o seguimento deste instrumento, criar-se-á uma Comissão Técnica que se reunirá bienalmente.

7. Congratularam-se, ademais, pelos resultados alcançados na Cúpula da Unidade da América Latina e o Caribe, celebrada na Riviera Maia, nos dias 22 e 23 de fevereiro, e, em particular, pela decisão histórica dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e o Caribe de constituir a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, como um foro unificado que preserve o Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e o Caribe (CALC), e que seja um veículo de diálogo, concertação, união, solidariedade, cooperação, integração e desenvolvimento de todos os países da região. Ambos os Presidentes, como membros da Troica ampliada do Grupo do Rio e da CALC, decidiram somar esforços para que o processo de negociação do documento constitutivo da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos tenha exitosa e pronta culminação.

8. Reafirmaram a disposição de trabalhar de maneira estreita e coordenada visando a contribuir para a consolidação do processo de reforma integral das Nações Unidas. Reiteraram a urgência de revitalizar a Assembléia Geral, fortalecer o Conselho Econômico e Social (ECOSOC), reformar o Conselho de Segurança, promover a coerência do sistema e a reforma administrativa do Secretariado. Saudaram a evolução das negociações na Assembléia Geral para a reforma integral do Conselho de Segurança, com vistas a torná-lo mais representativo e democrático, para assegurar maior transparência em seus trabalhos, legitimidade e eficácia na implementação de suas decisões.

Ademais, reiteraram a intenção de continuar a trabalhar de forma coordenada em 2010, quando ambos os países estão presentes no Conselho de Segurança.

9. Comprometeram-se a trabalhar, com base nos resultados alcançados na Conferência de Copenhague, para impulsionar um acordo amplo,

inclusivo e eficaz na 16ª Conferência das Partes (COP16) da Convenção Marco das Nações Unidas sobre Mudança Climática e na 6ª Reunião das Partes do Protocolo de Kioto (COP/MOP6), que se celebrarão no México no final de 2010. As Partes expressaram seu apoio à condução de um processo preparatório dinâmico e transparente em direção à COP-16 - COP/MOP6.

10. Expressaram seu mais firme compromisso com o fortalecimento do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP), durante a VIII Conferência de Exame do Tratado, que terá lugar em Nova York, de 3 a 28 de maio próximo, em que buscarão abordar equilibradamente os três pilares do TNP: o desarmamento nuclear, a não proliferação e o uso pacífico da energia nuclear, assim como a renovação do compromisso político dos Estados possuidores de armas nucleares com as decisões das Conferências de Exame de 1995 e de 2000, incluindo as 13 medidas práticas de desarmamento.

11. Reafirmaram seu compromisso em dar prioridade e atenção especial à juventude, com enfoque multidimensional, integral e coerente, como elemento essencial para alcançar seu desenvolvimento social sustentável, ao mesmo tempo em que se congratularam pelo esforço e convite do Governo do México para a celebração da Conferência Mundial da Juventude, em agosto deste ano. Os Presidentes congratularam-se pela realização da primeira pré-conferência, a ocorrer no Brasil, no primeiro semestre de 2010.

12. Reiteraram sua disposição de manter uma estreita colaboração no âmbito do G-20, com o fim de contribuir para a construção de uma nova arquitetura econômica internacional e promover o desenvolvimento sustentável em escala global. Nesse contexto, sublinharam a importância de aprofundar o diálogo e a coordenação entre os países em desenvolvimento membros do G-20, a fim de impulsionar os interesses comuns de maneira mais efetiva. Coincidiram, igualmente, em que as duas Cúpulas de Líderes

que o grupo celebrará este ano, no Canadá e na Coréia, deverão focar-se no cumprimento dos compromissos já adquiridos, particularmente em matéria de regulação e supervisão do sistema financeiro, a reforma das instituições financeiras internacionais, o combate ao protecionismo e a conclusão exitosa da Rodada de Doha.

O Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, agradeceu, em seu nome e de sua comitiva, as atenções e demonstrações de afeto recebidas do povo e do Governo mexicanos durante sua visita de trabalho.

Riviera Maia, 23 de fevereiro de 2010

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA DE TRABALHO DO PRESIDENTE
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO
MÉXICO - CANCUN,
23 DE FEVEREIRO DE 2010

24/02/2010

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a suas Vítimas

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
II CÚPULA DA AMÉRICA LATINA E
DO CARIBE SOBRE INTEGRAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO (CALC) E XXI
CÚPULA DO GRUPO DO RIO - CANCUN,
21 A 23 DE FEVEREIRO DE 2010

24/02/2010

I. Declaración De Cancún

Ii. Declaración De La Cumbre De La
Unidad De América Latina Y El Caribe

Iii. Declaración En Solidaridad Con Haití
Iv. Declaración Sobre La “Cuestión De Las Islas Malvinas”

V. Declaración Sobre La Necesidad De Poner Fin Al Bloqueo Económico, Comercial Y Financiero De Los Estados Unidos Contra Cuba

Vi. Declaración En Apoyo A La Iniciativa Yasuní - Itt

Vii. Declaración Especial Sobre Guatemala

Viii. Declaración De Solidaridad Con Ecuador

Ix. Comunicado Especial Sobre Exploración Hidrocarburífera En La Plataforma Continental

X. Comunicado Especial Sobre Cooperación En Material Migratoria

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO HAITI - PORTO
PRÍNCIPE, 25 DE FEVEREIRO DE 2010
24/02/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho a Porto Príncipe, em 25 de fevereiro. Trata-se da terceira visita oficial do Presidente Lula ao Haiti.

O Presidente da República manterá reunião de trabalho com o Presidente do Haiti, René Préval. Na oportunidade, darão seguimento ao diálogo sobre a cooperação do Brasil em termos de assistência humanitária emergencial e de reconstrução do país após o terremoto de 12 de janeiro.

O Presidente Lula realizará sobrevôo da cidade de Porto Príncipe e participará de cerimônia com as tropas brasileiras a serviço da Missão das Nações Unidas de Estabilização do Haiti (MINUSTAH), comandada pelo Brasil desde 2004. Visitará, ainda, as seguintes instalações do contingente brasileiro daquela Missão: Base do Grupamento Operativo dos

Fuzileiros Navais; Base da Companhia de Engenharia do Exército brasileiro; e Hospital de Campo da Força Aérea Brasileira.

Por ocasião da visita, deverão ser assinados os seguintes atos: Memorando de Entendimento para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do sistema de Educação Superior do Haiti; Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Modernização e Fortalecimento do Centro Piloto de Formação Profissional no Haiti”; Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva no Haiti”; e Ajuste Complementar para Implementação do Projeto “Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional”.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A CUBA, 23 A 25 DE
FEVEREIRO DE 2010
25/02/2010

I - Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto “Fortalecimento Institucional Dos Laboratórios Nacionais De Vigilância Sanitária Do Brasil E De Cuba”

II - Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto “Limites Permissíveis De Metais Pesados Na Agricultura Cubana - Transferência E Adequação Da Experiência De Elaboração Da Legislação Brasileira”

Iii- Ajuste Complementar Ao Acordo De

Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto “Desenvolvimento De Capacidades Técnicas Em Controle Biológico De Pragas Agrícolas Entre Brasil E Cuba”

Iv - Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto “Assistência Técnica Para A Produção De Soja E Milho Em Cuba- Fase II”

V - Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto “Transferência De Metodologias Para O Controle Genético De *Ralstonia Solanacearum*, *Begomovirus*, *Tospovirus*, *Potyvirus* Y *Phytophthora Capsici* No Tomate E Pimentão”

Vi - Ajuste Complementar Ao Acordo De Cooperação Científica, Técnica E Tecnológica Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Implementação Do Projeto “Fortalecimento Institucional Do Cemed E Da Anvisa Na Área De Vigilância Sanitária”

Vii - Protocolo Complementar Ao Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Na Área Da Saúde

Viii - Memorando De Entendimento Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República De Cuba Para Colaboração No Setor Das Tecnologias Da Informação E Das Comunicações

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A EL SALVADOR - SÃO SALVADOR, 25 E 26 DE FEVEREIRO DE 2010
25/02/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho a El Salvador, em 25 e 26 de fevereiro. Trata-se da quarta visita oficial do Presidente Lula àquele país.

Na manhã do dia 26, o Presidente Lula participará, juntamente com o Presidente de El Salvador, Mauricio Funes, de reunião com empresários brasileiros e salvadorenos. Em seguida, os dois mandatários manterão encontro de trabalho em que examinarão os principais temas da agenda bilateral, tais como financiamento para aquisição de ônibus brasileiros, cooperação técnica, comércio e biocombustíveis. Os Presidentes deverão, ainda, discutir assuntos de alcance regional, como a situação no Haiti e a recente Cúpula de países latino-americanos e caribenhos.

Por ocasião da visita, deverão ser assinados os seguintes atos:

-Ajuste Complementar para implementação do projeto “Apoio ao Fortalecimento e Desenvolvimento do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados de El Salvador”;

-Ajuste Complementar para implementação do projeto “Apoio ao Fortalecimento do Sistema de Segurança Presidencial de El Salvador”;

- Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério da Agricultura e Pecuária de El Salvador na área de agricultura familiar;

- Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica na área de Desenvolvimento Social; e

- Carta de Intenções entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Multisectorial de Inversiones (BMI).

Em 2009, o comércio entre o Brasil e El Salvador superou US\$ 200 milhões, dos quais mais de US\$ 195 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO HAITI, 25 DE
FEVEREIRO DE 2010
25/02/2010

I - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA A RECONSTRUÇÃO, O FORTALECIMENTO E A RECOMPOSIÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO HAITI.

II - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DO CENTRO-PILOTO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL BRASIL- HAITI”.

III - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “ESTUDO PARA A PROMOÇÃO DE AÇÕES DE FORTALECIMENTO

DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL”.

IV - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CONSTRUÇÃO DE CISTERNAS PARA CAPTAÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUA DE CHUVA NO HAITI”.

II REUNIÃO MINISTERIAL
DE ASSUNTOS SOCIAIS E
DESENVOLVIMENTO DA ASPA
(BRASÍLIA, 1 E 2 DE MARÇO DE 2010)
26/02/2010

O Ministério das Relações Exteriores, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, acolherá, nos dias 1º e 2 de março, a II Reunião dos Ministros de Assuntos Sociais e Desenvolvimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA). O encontro é parte da agenda de cooperação internacional da ASPA e reunirá representantes dos 22 países árabes e 12 sul-americanos que integram o grupo.

A ASPA, proposta pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, foi formalmente criada na I Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Brasília, em maio de 2005. Sua meta é aproximar duas regiões em desenvolvimento com afinidades e complementaridades, promovendo a cooperação e a convergência em torno de assuntos de interesse comum. Integram o Fórum, além dos 34 países árabes

e sul-americanos, o Secretariado da Liga dos Estados Árabes (LEA) e a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Napauta da reunião está prevista a aprovação de um “Plano de Ação de Cooperação Social”, proposto pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tem por objetivo implementar as linhas gerais de cooperação bi-regionais definidas na I Reunião de Ministros de Assuntos Sociais e Desenvolvimento, ocorrida no Cairo, em 3 de maio de 2007. Entre as propostas incorporadas ao Plano de Ação está a constituição de uma plataforma de Internet comum para o intercâmbio de experiências, melhores práticas, estudos e estatísticas relativos ao desenvolvimento social. É intenção das duas regiões cooperar, adicionalmente, para atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio até 2015.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A EL SALVADOR, 26 DE
FEVEREIRO DE 2010
26/02/2010

I - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO AO FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE SEGURANÇA PRESIDENCIAL DE EL SALVADOR”

II - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO

DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO AO FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE SANGUE E HEMODERIVADOS DE EL SALVADOR”

III - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR, NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

IV - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE EL SALVADOR SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

VISITA AO BRASIL DOS REIS DA
ESPANHA - BRASÍLIA,
3 DE MARÇO DE 2010
26/02/2010

O Rei Juan Carlos I da Espanha e a Rainha Sofia visitarão Brasília no dia 3 de março.

O Casal Real será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que oferecerá jantar em sua homenagem. Na ocasião, serão discutidos temas da agenda bilateral e regional, bem como assuntos de interesse comum da agenda internacional.

O último encontro entre o Presidente Lula e o Rei Juan Carlos I ocorreu em novembro de 2009, por ocasião da Cúpula Ibero-Americana

realizada na cidade portuguesa de Estoril.

O intercâmbio comercial entre Brasil e Espanha passou de US\$ 2,53 bilhões, em 2003, para US\$ 6,55 bilhões, em 2008 - o que representou um aumento de quase 160%. Em 2008, o estoque dos investimentos espanhóis no Brasil somou US\$ 35 bilhões, posicionando a Espanha como o segundo principal investidor no País, depois dos Estados Unidos.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO URUGUAI -
MONTEVIDÉU, 1º DE MARÇO DE 2010
26/02/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita oficial a Montevideu, em 1º de março, para participar da cerimônia de posse do Presidente-eleito do Uruguai, José Alberto Mujica Cordano.

Além de cooperarem nos âmbitos do MERCOSUL, da UNASUL e das Nações Unidas, entre outros foros regionais e multilaterais, o Brasil e o Uruguai mantêm uma intensa agenda bilateral em diversas áreas, tais como cooperação energética, integração fronteiriça, conexão viária e hidroviária, integração produtiva, investimentos e comércio. A visita do Presidente Lula demonstra o caráter prioritário conferido pelo governo brasileiro à continuidade e ao aprofundamento dessa ampla agenda bilateral.

Em 2009, o valor das trocas comerciais entre os dois países alcançou US\$ 2,6 bilhões, dos quais US\$ 1,36 bilhão correspondeu a exportações brasileiras. Em janeiro de 2010, o fluxo comercial bilateral - de US\$ 184,4 milhões - foi mais de 30% superior ao intercâmbio entre Brasil e Uruguai em janeiro do ano passado.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A EL SALVADOR - SÃO
SALVADOR, 26 DE FEVEREIRO DE 2010
- COMUNICADO CONJUNTO
26/02/2010

1. Atendendo a um cordial convite de Sua Excelência o Presidente da República de El Salvador, Mauricio Funes, Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, realizou uma Visita Oficial a El Salvador em 25 e 26 de fevereiro de 2010.

2. O Presidente Lula agradeceu ao Presidente Mauricio Funes por sua Visita Oficial ao Brasil em 9 de setembro de 2009. O Presidente Funes expressou sua satisfação por receber o Presidente Lula em Visita Oficial pela primeira vez após a cerimônia de posse em 1º de junho de 2009, em São Salvador.

3. O Presidente Funes felicitou o Presidente Lula por sua recente nomeação como “Estadista Global” no Foro Econômico Mundial, em reconhecimento a sua gestão em favor da inclusão social das grandes majorias e por seu trabalho de posicionamento do Brasil e da América Latina no contexto internacional.

4. Os Presidentes reiteraram os termos do Comunicado Conjunto de seu encontro anterior no que se refere ao compromisso do Presidente Funes de promover a reconversão do sistema de transporte público de El Salvador, particularmente a renovação da frota de microônibus e ônibus, para o que o Governo de El Salvador, por meio das instituições correspondentes, está gerenciando os recursos necessários para que o Governo do Brasil, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), disponibilize o financiamento para levar a cabo o projeto. Os Presidentes congratularam-se pelas reuniões

governamentais nas quais se discutiu o tema. O Presidente Lula manifestou seu pleno respaldo à iniciativa e reiterou que a mesma tem alto grau de prioridade nas instâncias pertinentes no Brasil.

5. Nesse sentido, os Mandatários congratularam-se pela conversar mantidas no marco do Memorando de Entendimento entre o BNDES e o Banco Multisectorial de Inversiones (BMI) de El Salvador e em particular pela assinatura, nesta ocasião, de uma Carta de Intenções entre o BNDES e o BMI, por meio da qual se formalizou o interesse de ambas as instituições de encontrar o mecanismo adequado de financiamento para o projeto de renovação da frota de ônibus e microônibus.

6. Ambos os Mandatários destacaram a importância da Cooperação Brasil-El Salvador, Sul-Sul e Triangular, assim como do fortalecimento técnico conferido pelo Brasil às Instituições Salvadorenhas, desde a assinatura do Acordo Básico de Cooperação entre ambos os Governos, pelo que convieram em instruir as autoridades de Cooperação de seus respectivos Governos a realizar o mais breve possível a VIII Reunião da Comissão Mista de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica Brasil-El Salvador, com ênfase nas seguintes áreas consideradas prioritárias no Plano de Governo de El Salvador: educação, saúde, segurança, inclusão social, meio ambiente e recursos naturais, agricultura, energia, transporte, turismo, economia, fortalecimento do setor financeiro, esportes e cultura.

7. Da mesma forma, os Presidentes expressaram sua satisfação pela assinatura, nesta ocasião, de Ajustes Complementares ao Acordo Básico de Cooperação nas áreas de Segurança Presidencial e do Sistema Nacional de Sangue e Hemoderivados em El Salvador, e

do Memorando de Entendimento em Matéria de Desenvolvimento Agrário e Fortalecimento da Agricultura Familiar.

8. Os Mandatários reconheceram a importância do direito à alimentação e acordaram impulsionar iniciativas conjuntas de combate à fome e à desnutrição, tanto em seus países como no mundo inteiro. Nesse sentido, o Brasil contribuirá decididamente com El Salvador para fortalecer sua segurança alimentar e nutricional no marco da Carta de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República de El Salvador assinada durante a recente visita ao Brasil da Senhora Primeira-Dama e Secretária de Inclusão Social de El Salvador, Dra. Vanda Pignato, relativa à cooperação entre ambos os países no âmbito do desenvolvimento social e da luta contra a fome.

9. O Presidente Funes agradeceu o Presidente Lula pela cooperação prestada a El Salvador pelo Brasil, em particular no campo da educação, através do projeto piloto “Escolas Vivas”, e em saúde, pela doação de vacinas antirrábicas humanas.

10. Com base na importância primordial que ambos os Governos outorgam aos programas de Desenvolvimento Social, os Presidentes tomaram nota com satisfação da assinatura do “Memorando de Entendimento Sobre Cooperação Técnica na Área de Desenvolvimento Social”, no marco do qual poderão estabelecer mecanismos entre as instituições nacionais respectivas para a implementação de projetos de cooperação técnica em matéria de segurança alimentar, políticas e programas de assistência social, entre outras áreas. Da mesma forma, o Governo do Brasil comprometeu-se a prestar o apoio técnico necessário para a implementação de Restaurantes Populares em El Salvador.

11. O Presidente Funes congratulou se com o Presidente Lula pelas negociações em curso para a assinatura de um Memorando de Entendimento para transferir à área rural de El Salvador as experiências brasileiras exitosas em matéria sanitária e fitossanitária.

12. O Presidente Funes externou o interesse em assinar, em nível bilateral, um Memorando de Entendimento entre as instituições que dirigem o esporte em ambos os países mediante o qual troquem experiências e capacitação técnica científica, especialmente para a implementação dos Programas “Pintando a Liberdade”, o qual foi bem sucedido na produção de artigos esportivos e na ressocialização dos internos do sistema penitenciário brasileiro, e “Segundo Tempo”, que se caracteriza pelo acesso a diversas atividades e modalidades esportivas, desenvolvidas em espaços físicos das escolas ou em espaços comunitários, tendo como enfoque principal o esporte educacional.

13. O Presidente Funes comentou com seu homólogo que seu Governo está executando, através do Ministério da Educação, o “Plano Social Educativo 2009-2014 Vamos à Escola”, o que inclui as seguintes áreas: fortalecimento da cooperação inter-universitária; educação especial/inclusiva; políticas de fomento à formação artística e cultural; educação da primeira infância; alfabetização e educação básica para a população jovem e adulta, pelo que solicitou o compartilhamento das experiências que nesses temas esteja desenvolvendo o Brasil, através da execução de projetos de Cooperação Internacional.

14. Os Presidentes ressaltaram o fortalecimento técnico brindado pela República Federativa do Brasil em temas importantes como administração e inteligência policial, no marco do Programa

de Cooperação Bilateral 2009-2011, que fortalecerá a capacitação profissional da Polícia Nacional Civil de El Salvador. Enfatizando a necessidade de participação da cidadania no combate à delinquência, acordaram fortalecer, aprofundar e estender a cooperação a novos projetos de capacitação relacionados ao Sistema Salvadorenho de Polícia Comunitária.

15. Os Presidentes acordaram instruir seus respectivos Ministros de Relações Exteriores a efetuar uma revisão do Acordo de Cooperação em Matéria de Intercâmbio Acadêmico assinado entre ambos os países a fim de compatibilizá-lo com as novas necessidades em matéria acadêmica do Instituto Especializado de Educación Superior para la Formación Diplomática de El Salvador.

16. Os Mandatários recordaram a importância de continuar executando a iniciativa conjunta para o desenvolvimento dos biocombustíveis que impulsionam Brasil e Estados Unidos da América, no marco da qual El Salvador incrementou suas capacidades para a produção de biocombustíveis. Da mesma forma, comentaram sobre a necessidade de fortalecer os canais de colaboração bilateral através da assistência técnica em biocombustíveis.

17. O Presidente Mauricio Funes congratulou-se pela incorporação do Brasil como Estado Observador do Sistema da Integração Centro-Americana, em outubro de 2008. O Presidente Lula ressaltou que a participação de seu país no SICA é uma mostra do firme interesse do Brasil em fortalecer as relações políticas, econômicas e de cooperação com a região centro-americana. Nesse marco, reiterou a decisão do Brasil de se incorporar como sócio extra-regional ao Banco Centro-Americano de Integração

Econômica (BCIE), o que contribuirá para o fortalecimento financeiro do mencionado Organismo e da região.

18. Ambos os Mandatários comprometeram-se a impulsionar um maior fortalecimento das relações políticas, econômicas e comerciais entre o SICA e o MERCOSUL, incluindo a negociação de um acordo comercial que possibilite o aumento do intercâmbio comercial e da cooperação entre os dois blocos de integração, em que se tenham em conta as assimetrias entre suas respectivas economias e o pleno interesse em que resulte em benefícios concretos para as populações de ambos os blocos.

19. Os Presidentes reconheceram a importância da presença de empresários na comitiva brasileira, o que contribui para fortalecer os vínculos comerciais entre os setores privados de ambos os países. Saudaram, a esse respeito, o aumento constante do intercâmbio comercial bilateral.

20. Congratularam-se pelos resultados alcançados na Cúpula da Unidade da América Latina e o Caribe, celebrada em Cancún, México, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2010 e, em particular, pela decisão histórica dos Chefes de Estado e de Governo da América Latina e o Caribe de constituir a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, como um foro unificado que preserve o Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e o Caribe (CALC), e que seja um veículo de diálogo, concertação, solidariedade, cooperação, integração e desenvolvimento de todos os países da região.

21. Os Presidentes coincidiram que a Mudança Climática é uma das maiores ameaças que enfrentou a humanidade nos últimos anos, destacando a relevância e urgência de dar continuidade às negociações sobre este tema, no marco do processo multilateral da Convenção Marco das Nações Unidas sobre

Mudança Climática e do Protocolo de Kioto, que deverá se concluir no México ao final de 2010, com um consenso para ampliar a ação cooperativa a longo prazo a fim de prevenir interferências perigosas no sistema climático da Terra. Da mesma forma, destacaram a importância de que os países desenvolvidos aportem financiamento adicional, apropriado e previsível para a adaptação, mitigação, transferência de tecnologia e criação de capacidades nacionais dos países em desenvolvimento.

22. Os Presidentes manifestaram sua solidariedade ao Povo e ao Governo do Haiti pela tragédia de 12 de janeiro e reiteraram o firme compromisso de seus países em oferecer todo o apoio possível para a reconstrução do país-irmão caribenho.

23. O Presidente Funes aproveitou a oportunidade para reiterar o agradecimento ao Povo e ao Governo brasileiros pelas doações de produtos de primeira necessidade, recebidas de maneira bilateral e através do Programa Mundial de Alimentos (PMA), por ocasião da Emergência Nacional decretada devido aos danos provocados pelo Furacão Ida em El Salvador, assim como pela oferta de considerar este último como país beneficiário das doações feitas pelo Brasil no marco da Assistência Humanitária Internacional, através do PMA e com o apoio do Governo espanhol.

24. O Presidente Lula reiterou o agradecimento pelo apoio dado por El Salvador à aspiração para que o Brasil integre um Conselho de Segurança ampliado das Nações Unidas, como Membro Permanente.

25. Os Mandatários expressaram sua satisfação pela próxima entrada em vigor do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de El Salvador sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns, assinado em Brasília em 24 de julho de 2007.

Ao finalizar sua visita, o Presidente Lula agradeceu ao Povo e ao Governo da República de El Salvador pelas atenções recebidas durante sua permanência no país.

TERREMOTO NO CHILE

27/02/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto, de 8.8 graus de magnitude, que atingiu o Chile na madrugada de 27 de fevereiro e gerou alertas de segurança em outros países da região.

O Presidente Lula manifestou sua profunda preocupação com o impacto do terremoto. Ao tomar conhecimento da decretação do estado de catástrofe pela Presidente Michelle Bachelet, instruiu o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Ministério das Relações Exteriores a realizarem uma primeira avaliação da situação e das medidas de assistência que o Brasil poderá adotar. O Governo brasileiro expressa sua disposição de prestar ao Governo e ao povo chileno a assistência que se faça necessária.

A Embaixada e o Consulado-Geral do Brasil em Santiago estão trabalhando para dar apoio aos brasileiros que lá se encontram. Informações referentes a cidadãos brasileiros no Chile poderão ser obtidas junto ao Núcleo de Assistência a Brasileiros, no seguinte telefone: (61) 8197 2284.

TERREMOTO NO CHILE:

ATENDIMENTO A BRASILEIROS

28/02/2010

O Governo brasileiro segue, com preocupação, o desenvolvimento dos acontecimentos após o terremoto que atingiu o Chile, na madrugada de ontem, dia 27 de fevereiro.

Foram restabelecidas as comunicações com a Embaixada brasileira em Santiago, onde está sendo prestado o atendimento consular aos brasileiros que lá se encontram. O endereço da Embaixada é Calle Padre Alonso de Ovalle, 1665.

As instalações do Consulado-Geral foram afetadas e o prédio está, no momento, interditado pela Defesa Civil do Chile.

No dia de ontem chegou a Santiago diplomata brasileiro com experiência em assistência consular para reforçar o apoio que já vinha sendo prestado aos brasileiros residentes ou de passagem pelo país.

O Embaixador e a Cônsul-Geral em Santiago estão em contato permanente com as autoridades chilenas em busca de informações de interesse e tomando as providências cabíveis no sentido de melhor assistir aos brasileiros.

Para maiores informações, segue funcionando, em Brasília, o Núcleo de Assistência a Brasileiros, que pode ser contatado pelos números (61) 3411-8804 e 3411-8805 entre 10 e 18 horas e (61) 8197.2284, entre 18 e 10 horas.

REUNIÕES DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) - BRASÍLIA, 25 A 31 DE MARÇO

01/03/2010

Serão realizadas, no Palácio Itamaraty, em Brasília, no período de 25 a 31 de março, reuniões da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) destinadas a examinar instrumentos para a valorização da língua portuguesa e sua projeção internacional.

O ciclo de reuniões terá início com a Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial e culminará com uma Reunião Extraordinária

do Conselho de Ministros da CPLP. Os dois eventos serão co-presididos pelo Brasil, como país-sede, e por Portugal, como atual presidente da Comunidade.

Informações sobre o evento já estão disponíveis no sítio eletrônico www.conferenciapl.itamaraty.gov.br.

MENSAGEM DE CONDOLÊNCIAS
PELO FALECIMENTO
DO ACADÊMICO JOSÉ MINDLIN
02/03/2010

O Ministro Celso Amorim enviou a seguinte mensagem de condolências aos filhos do Acadêmico José Mindlin, falecido no dia 28 de fevereiro:

“Prezados Sérgio, Diana, Betty e Sônia,

Foi com tristeza que recebi a notícia da partida do querido José Mindlin.

Guardião da cultura brasileira, Mindlin foi mais do que o maior e mais celebrado bibliófilo que o Brasil já teve. Foi um apaixonado pelas palavras, pelo diálogo, pela memória, pela arte. Foi um devotado servidor da própria experiência humana.

Seu compromisso com as manifestações intelectuais universais não era conflitante com seu profundo sentido patriótico. Mindlin nunca abandonou a causa das liberdades democráticas no Brasil e nunca cessou de acreditar no desenvolvimento do País. Por muito tempo, colaborou intimamente com o Itamaraty, tendo apoiado iniciativas que, sem seu apoio e envolvimento, jamais teriam saído do papel, o que pude testemunhar pessoalmente, primeiro como Chefe da Divisão e, posteriormente, do Departamento Cultural do Itamaraty.

Sua saída de cena deixará um vácuo na vida cultural brasileira que levará muito

tempo para ser preenchido. Peço que aceitem os sentimentos de um sincero admirador.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE
ESTADO DOS EUA, HILLARY CLINTON
- BRASÍLIA, 3 DE MARÇO DE 2010
02/03/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, a Secretária de Estado dos Estados Unidos da América, Hillary Rodham Clinton, realizará visita oficial ao Brasil no dia 3 de março. Além de participar de reunião e almoço com o Ministro Amorim, a Secretária de Estado se encontrará com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Durante a visita, o Ministro Amorim e a Secretária Clinton assinarão Memorando de Entendimento sobre cooperação trilateral entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a United States Agency for International Development (USAID), Memorando de Entendimento sobre Questões de Gênero e Memorando de Entendimento sobre Mudanças Climáticas. Será examinado, também, o estabelecimento do Diálogo de Parceria Global entre o Brasil e os EUA, que prevê reuniões anuais dos dois Ministros.

Na reunião com o Ministro Amorim, deverão ser tratados temas como mudança do clima, promoção da igualdade racial e de gênero, negociações na Organização Mundial de Comércio, cooperação trilateral com o Haiti e com países africanos, reforma da Organização das Nações Unidas, e outros temas da agenda global e regional.

Os EUA são o maior investidor estrangeiro no Brasil, com estoque acumulado de US\$

28 bilhões. O intercâmbio comercial entre os dois países mais que dobrou entre 2003 e 2008, tendo se elevado de US\$26,26 bilhões para US\$53,05 bilhões.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ
SOBRE DARFUR
02/03/2010

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da assinatura, em Doha, em 23 de fevereiro, de Acordo-Quadro preliminar entre o Governo do Sudão e o Movimento para Justiça e Igualdade (JEM). O acordo reflete o comprometimento dos principais atores sudaneses com uma solução política e abrangente da questão de Darfur e a necessidade de que sejam enfrentadas suas causas profundas.

Ao saudar a atuação do Emir do Catar, Xequê Hamad bin Khalifa Al-Thani, do Mediador Conjunto da ONU e União Africana, Djibril Bassolé, e do Presidente do Chade, Idriss Déby, o Brasil reitera seu compromisso de apoiar o processo político em curso no Sudão, inclusive nos debates acerca do tema no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil manifesta, ainda, a expectativa de que o compromisso estabelecido em Doha possa redundar, no mais breve prazo, na conclusão de um acordo consensuado e duradouro para a questão de Darfur.

VISITA AO BRASIL DOS REIS DA
ESPANHA - CANCELAMENTO
02/03/2010

O Rei Juan Carlos I e a Rainha Sofia anunciaram que, em decorrência do terremoto ocorrido no

Chile, em 27 de fevereiro, foi cancelada a visita que fariam ao Chile e ao Brasil.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DA SECRETÁRIA DE ESTADO
DOS ESTADOS UNIDOS, HILLARY
CLINTON, AO BRASIL - BRASÍLIA, 3 DE
MARÇO DE 2010
03/03/2010

I - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DE
ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA EM TERCEIROS PAÍSES

II - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
SOBRE COOPERAÇÃO EM MUDANÇA
DO CLIMA

III - MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS
UNIDOS DA AMÉRICA PARA O AVANÇO
DA CONDIÇÃO DA MULHER

VISITA AO BRASIL DA SECRETÁRIA DE
ESTADO DOS EUA, HILLARY CLINTON
- BRASÍLIA, 3 DE MARÇO DE 2010 -
COMUNICADO CONJUNTO
03/03/2010

A convite do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, a Secretária de Estado dos Estados Unidos da

América, Hillary Rodham Clinton, realizou visita oficial ao Brasil em 3 de março de 2010. Em Brasília, a Secretária Clinton reuniu-se com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e com o Ministro Celso Amorim.

Os Ministros tomaram nota, com satisfação, da maturidade do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, que se tem refletido na ampliação de iniciativas conjuntas, no abrangente diálogo político e na convergência de valores fundamentais que unem nossas duas sociedades na defesa da democracia e do multiculturalismo, na proteção dos direitos humanos, na proteção da paz e da segurança internacionais, e na promoção do desenvolvimento sustentável com justiça social.

Em razão da intensidade do relacionamento bilateral e da importância do papel internacional desempenhado pelos dois países, o Ministro Amorim e a Secretária Clinton instituíram o Diálogo de Parceria Global entre seus respectivos Ministérios. Seu Diálogo, que apoiará, complementarará e fornecerá contexto para outros diálogos de alto nível entre autoridades do Brasil e dos Estados Unidos, visa a fomentar discussões sobre as agendas bilateral, regional e global. Os dois Ministros decidiram que as reuniões do Diálogo serão realizadas anualmente, alternadamente nos dois países.

Em sua primeira reunião, o Ministro Amorim e a Secretária Clinton trataram dos seguintes pontos, dentre outros:

No plano bilateral, ressaltaram a importância da cooperação econômica e dos fluxos de comércio e investimentos para a criação de empregos e para o aumento da competitividade. Saudaram as discussões em curso entre o Ministério das Relações Exteriores e o Escritório do Representante de Comércio dos Estados Unidos (USTR) sobre o estabelecimento de quadro institucional para

a cooperação econômica e comercial, bem como os resultados alcançados separadamente no âmbito do Diálogo de Parceria Econômica, do Mecanismo de Consultas Bilaterais e do Fórum de Altos Executivos Brasil-Estados Unidos.

Acordaram dar impulso renovado aos mecanismos bilaterais de cooperação na área de energia e expressaram satisfação com os progressos alcançados na implementação do Memorando de Entendimento para avançar a Cooperação em Biocombustíveis. O Ministro Amorim e a Secretária Clinton coincidiram que a ação conjunta em ciência, tecnologia e inovação deve ser tida como capítulo estratégico da relação bilateral Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de ampliar atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento.

Recordando sua participação em evento sobre combate à violência contra meninas, realizado à margem da 64ª Assembleia-Geral das Nações Unidas (AGNU), assinaram Memorando de Entendimento para o Avanço da Condição da Mulher, com vistas a aprimorar a cooperação entre os dois países no enfrentamento à exploração sexual e no combate ao tráfico e a todas as formas de violência contra mulheres e meninas.

Registraram avanços obtidos na implementação do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e Promoção da Igualdade e reafirmaram o compromisso dos dois governos de continuar a trabalhar de forma conjunta com suas respectivas sociedades, nos âmbitos bilateral e multilateral, com vistas a eliminar todas as formas de discriminação.

Expressaram o desejo de aprofundar o diálogo e a cooperação entre Brasil e Estados Unidos nas áreas de defesa e segurança. Reafirmaram a necessidade de se manter intercâmbio fluido e permanente nestes e em temas correlatos, e, nesse contexto, elogiaram

a reativação do Diálogo Político-Militar e do Grupo de Trabalho Bilateral sobre Defesa.

Expressaram seu compromisso de melhorar a cooperação sobre assuntos bilaterais consulares e migratórios. Registraram, com satisfação, a perspectiva de pronta entrada em vigência do acordo que amplia de cinco para dez anos a validade dos vistos de cidadãos dos dois países que viajem a turismo ou a negócios.

No plano regional, reafirmaram seu compromisso com a revitalização da Organização dos Estados Americanos (OEA), em especial no fortalecimento da democracia nas Américas, em harmonia com a Carta Democrática Interamericana e com o princípio da não-interferência nos assuntos internos dos países. Acordaram em intensificar o combate à fome e à pobreza entre os países-membros da OEA e coincidiram que o assunto figure como tema central da XL Assembleia-Geral da OEA.

Coincidiram que a disposição dos Estados Unidos das Américas em dialogar com a UNASUL sobre questões de defesa, segurança e desenvolvimento constitui importante passo na direção de maior coordenação.

Registraram profundo pesar pelos terremotos no Haiti e no Chile e por suas trágicas conseqüências. Sobre o Haiti, acreditam que as Nações Unidas, incluindo a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), constituem a instância primordial de coordenação da assistência internacional. Manifestaram seu forte compromisso de apoiar a Conferência de Doadores, a realizar-se em 31 de março de 2010, em Nova York, bem como o plano de reconstrução do Haiti e de atendimento às necessidades pós-desastre a ser apresentado pelo Governo do Haiti. Concordaram igualmente com a criação de um fundo fiduciário para financiar a reconstrução

do Haiti a partir de suas próprias prioridades nacionais. O Ministro Amorim e a Secretária Clinton comprometeram-se a trabalhar para facilitar o acesso a mercados de produtos originados no Haiti. O Ministro Amorim reiterou a intenção brasileira de oferecer programa de preferências comerciais ao Haiti, semelhante ao programa norte-americano HOPE II, e os dois Ministros enfatizaram a importância do apoio de ambos os Governos a iniciativas voltadas para a promoção de investimentos e da reconstrução econômica do Haiti.

No plano global, coincidiram que é necessário que as instituições e fóruns multilaterais reflitam as realidades políticas e econômicas do século XXI. Para essa finalidade, comprometeram-se com uma reforma genuína das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança, de modo a refletir as realidades contemporâneas, aprimorando a habilidade de executar mandatos, como foro representativo, efetivo e dotado de credibilidade para enfrentar os desafios do novo século. Reafirmaram ainda o compromisso de manter consultas estreitas sobre a reforma do CSNU e sobre temas da agenda do Conselho de Segurança, tendo em vista a participação do Brasil como membro eleito no CSNU para o biênio 2010-2011. Acordaram ainda reforçar consultas bilaterais, no processo de revisão do Conselho de Direitos Humanos, conforme estabelecido pela Resolução Nº 60/251 da Assembleia-Geral da ONU, sobre a base das conquistas já alcançadas e abrindo o caminho para abordagens novas e cooperativas para ampliar sua efetividade na defesa e promoção dos direitos humanos.

Assinaram Memorando de Entendimento sobre Mudanças Climáticas e realçaram a importância de estreita cooperação nessa área. Reafirmaram que o Acordo de Copenhague foi um avanço significativo no tratamento de

temas-chave para o enfrentamento do desafio global de mudança do clima, e reafirmam os compromissos políticos de ambos os países ali contidos. Recordaram também que Brasil e Estados Unidos comunicaram ao Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUMC) suas respectivas ações e metas de redução de emissões de gases do efeito estufa. Reafirmaram que ambos os países continuarão a promover a execução plena, efetiva e sustentada da CQNUMC. Reiteraram seu compromisso em avançar as negociações na 16ª Conferência das Partes da CQNUMC. Nesse contexto, tomaram nota da relevância do diálogo entre o Grupo BASIC de países (Brasil, África do Sul, Índia e China) e os Estados Unidos.

Saudaram o reconhecimento institucional do G-20 como o mais alto foro mundial sobre cooperação econômica internacional. Reafirmaram o compromisso de ambos os países em alcançar conclusão ambiciosa e equilibrada das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, conforme acordado em Pittsburgh, em setembro de 2009.

Reiteraram o compromisso de ambos os países com o desarmamento e a não-proliferação nuclear, com vistas a levar a um mundo livre de armas nucleares. Confirmaram o compromisso para alcançar resultado positivo na Cúpula sobre Segurança Nuclear, a realizar-se em Washington, nos dias 12 e 13 de abril de 2010. Assinalaram, igualmente, a necessidade de fortalecer e cumprir integralmente o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), bem como de apoiar as decisões emanadas das Conferências de Exame do TNP. Confirmaram seu empenho em obter resultado bem-sucedido na 8ª Conferência de Exame do TNP, em maio de 2010, que dependerá de uma abordagem

equilibrada e do compromisso reforçado com os três pilares do TNP - desarmamento, não-proliferação e usos pacíficos.

Expressaram sua séria preocupação com a evolução da situação nuclear no Irã. Reconheceram o direito de todos os signatários do TNP a desenvolver programas nucleares para fins pacíficos, e encorajaram o Irã a tomar medidas necessárias para fortalecer a confiança da comunidade internacional na natureza pacífica de seu programa, por meio de cooperação integral com a AIEA e do cumprimento das obrigações contidas em resoluções relevantes do CSNU. Reiteraram seu compromisso com a busca de solução diplomática positiva para o tema. Acordaram envidar esforços para atingir uma solução satisfatória.

Ao assinar o Memorando de Entendimento sobre a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países, instruíram suas respectivas instituições de cooperação, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a United States Agency for International Development (USAID), a explorar novos projetos, primordial, mas não exclusivamente, na África e no Haiti. Recordaram as iniciativas trilaterais em curso nas áreas de saúde, combate à AIDS e agricultura em Moçambique.

Ressaltaram que tanto Brasil quanto Estados Unidos estão comprometidos com abrangente processo de paz entre Israel e seus vizinhos árabes. Compartilham visão de uma região onde dois Estados democráticos e economicamente viáveis, Israel e Palestina, vivem lado a lado, em paz, dentro de fronteiras seguras e reconhecidas.

O Ministro Celso Amorim transmitiu à Secretária Hillary Clinton convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que o Presidente Barack Obama visite o Brasil ainda em 2010.

RELATÓRIO DO DEPARTAMENTO
DE ESTADO DOS EUA SOBRE
O CONTROLE DO TRÁFICO
INTERNACIONAL DE DROGAS
04/03/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento da publicação, no dia 1º de março, do relatório anual do Departamento de Estado dos EUA sobre tráfico de drogas, lavagem de dinheiro e crimes financeiros.

O Governo brasileiro recorda o seu forte comprometimento com o debate aberto e transparente, em fóruns multilaterais e regionais, das questões de segurança pública e combate a ilícitos e reitera, uma vez mais, não reconhecer a legitimidade de avaliações unilaterais, que refletem percepções de um único país.

CONTENCIOSO DO ALGODÃO -
PUBLICAÇÃO DA LISTA DE BENS PARA
RETALIAÇÃO
08/03/2010

Foi publicada hoje (8 de março) a lista final de bens, aprovada pelo Conselho de Ministros da CAMEX, que terão suas alíquotas de Imposto de Importação majoradas para os Estados Unidos da América, conforme autorização do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC de 19 de novembro de 2009, no contencioso “EUA - Subsídios ao Algodão” (DS267). A OMC também foi notificada hoje da mesma lista.

A Resolução da CAMEX entrará em vigor no prazo de trinta dias.

O valor total de retaliação atingido com a lista de bens é de US\$ 591 milhões. O restante do valor de retaliação a que tem direito o Brasil - US\$ 238 milhões (perfazendo o

total autorizado de US\$ 829 milhões) - será aplicado nos setores de propriedade intelectual e serviços.

O valor da retaliação autorizado ao Brasil e determinado pelos árbitros da OMC é o segundo maior da história da OMC e decorre do descumprimento, pelos EUA, das determinações dos painéis e do Órgão de Apelação da OMC, que por quatro vezes confirmaram a incompatibilidade dos subsídios norte-americanos para seus produtores e exportadores de algodão com as regras multilaterais de comércio. As contramedidas autorizadas poderão vigorar enquanto os EUA mantiverem a atual situação de descumprimento dessas regras.

A autorização concedida ao Brasil para aplicar contramedidas, também, nas áreas de serviços e propriedade intelectual, é o reconhecimento, pela OMC, de que, no presente caso, não seria “praticável” ou “efetivo” adotar contramedidas apenas na área de bens, e de que “as circunstâncias são suficientemente sérias” para justificar recursos a medidas em outras áreas, para induzir os EUA a observarem as decisões das mais altas instâncias da OMC. A lista de bens será complementada, no curto prazo, por lista de medidas na área de direitos de propriedade intelectual e outros, uma vez concluído o processo de consulta pública, que deverá ser iniciado até a próxima reunião da CAMEX, prevista para 23 de março.

O Governo brasileiro lamenta ter que adotar as presentes medidas, pois acredita que a retaliação comercial não é o meio mais apropriado para lograr um comércio internacional em bases mais justas. Contudo, após quase oito anos de litígio e mais de quatro anos de descumprimento pelos EUA das decisões do Órgão de Solução de Controvérsias, e na ausência do oferecimento de opções concretas e realistas que pudessem

permitir a negociação de uma solução satisfatória para o contencioso, resta ao Brasil fazer valer seu direito, autorizado pela OMC. Dessa forma, busca o País salvaguardar a credibilidade e legitimidade do sistema de solução de controvérsias daquela Organização.

O Brasil permanece aberto a um diálogo com os EUA que facilite a busca de solução mutuamente satisfatória para o contencioso.

TERREMOTO NA TURQUIA

08/03/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto de 6 graus na escala Richter, que atingiu a Turquia, nesta segunda-feira, dia 8 de março, e resultou na morte de pelo menos 50 pessoas.

O Governo brasileiro solidariza-se com as famílias das vítimas e manifesta seu sentido pesar ao Governo e ao povo turcos.

HOMENAGEM A MILITARES E FUNCIONÁRIOS DA ONU MORTOS NO HAITI

08/03/2010

Será realizada em Nova York, na sede das Nações Unidas, em 9 de março, cerimônia em homenagem aos funcionários das Nações Unidas que morreram no Haiti em decorrência do trágico terremoto de 12 de janeiro. O Brasil será representado pela Embaixadora na ONU, Maria Luiza Viotti.

Com o auxílio do Governo brasileiro e da ONU, familiares dos brasileiros que serviam na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) comparecerão à cerimônia.

Dentre os brasileiros a serviço das Nações Unidas que morreram no Haiti havia 18 militares, o Representante Especial Adjunto do Secretário-Geral, Luiz Carlos da Costa, e o Capitão Cleiton Neiva, oficial da Polícia Militar do Distrito Federal que estava a serviço da MINUSTAH por meio do Programa de Voluntários das Nações Unidas.

“CONSTRUINDO COM EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E SUSTENTABILIDADE”

08/03/2010

Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, de 8 a 11 de março de 2010

O Ministério das Relações Exteriores organizará, em colaboração com outros Ministérios e agências governamentais, dois eventos no Palácio Itamaraty do Rio de Janeiro, com o objetivo de fomentar projetos de desenvolvimento habitacional com eficiência energética no continente americano.

O primeiro evento terá lugar nos dias 8 e 9 de março e reunirá arquitetos e especialistas em planejamento urbano e construção sustentável nas Américas. O objetivo do encontro, que conta com o co-patrocínio do Governo dos EUA, é debater idéias e iniciativas na área das construções populares sustentáveis e eficientes. Estão confirmadas as presenças de peritos do Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, EUA, México e Paraguai.

O segundo evento, previsto para os dias 10 e 11 de março, será uma conferência de representantes governamentais das Américas sobre o mesmo tema. O objetivo é discutir políticas públicas e consolidar em documento as boas práticas que podem ser adotadas em outros países do continente. Além do Brasil, confirmaram presença representantes da

Argentina, Belize, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, EUA, México e Trinidad e Tobago. O documento resultante da reunião deverá ser apresentado na 5ª edição do World Urban Forum, a ter lugar também no Rio de Janeiro, de 22 a 26 de março, sob os auspícios da UN-Habitat, Agência das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos.

Ambos os eventos dedicarão especial atenção à situação do Haiti e à necessidade de reconstrução do país com edificações seguras, sustentáveis do ponto de vista energético e de custo acessível.

Essas iniciativas decorrem de proposta lançada pelo Brasil, em junho de 2009, por ocasião de reunião sobre eficiência energética realizada em Lima, em seguimento à última Cúpula das Américas (Trinidad e Tobago, abril de 2009). A proposta brasileira enfatizava a prioridade que se deve conferir às necessidades dos países em desenvolvimento no debate sobre eficiência energética, como a construção de casas para famílias de baixa renda.

VIOLÊNCIA NA NIGÉRIA

09/03/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, da recente onda de violência de fundo étnico-religioso que resultou na morte de mais de 500 pessoas na região ao sul da cidade de Jos, na Nigéria.

Ao apresentar suas sentidas condolências às famílias das vítimas e ao Governo da Nigéria, o Governo brasileiro faz um apelo em favor da convivência pacífica, da tolerância e da moderação. Manifesta, ainda, a expectativa de que as autoridades e a sociedade nigerianas lograrão superar o ciclo de violência inter-religiosa no país.

VISITA AO BRASIL DO VICE-
PRIMEIRO MINISTRO E MINISTRO DO
EXTERIOR DA ALEMANHA, GUIDO
WESTERWELLE - BRASÍLIA, SÃO
PAULO E RIO DE JANEIRO, 9 A 12 DE
MARÇO DE 2010
09/03/2010

O Vice-Chanceler Federal (Vice-Primeiro Ministro) e Ministro do Exterior da Alemanha, Guido Westerwelle, realiza visita ao Brasil de 9 a 12 de março, acompanhado de delegação de parlamentares e empresários.

No dia 10, em Brasília, o Ministro Westerwelle manterá encontro com o Ministro Celso Amorim, ocasião em que será discutido o aprofundamento da Parceria Estratégica Brasil-Alemanha, com ênfase na cooperação econômico-comercial e científica e tecnológica. Serão também avaliados os respectivos cenários regionais e discutidos temas de interesse comum da agenda internacional, como a reforma das organizações internacionais, o desarmamento e a mudança do clima. O Ministro Westerwelle será também recebido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

No dia 11, em São Paulo, o Ministro Westerwelle visitará a Siemens do Brasil e se reunirá com o Presidente da Câmara de Comércio Exterior Brasil-Alemanha.

No dia 12, no Rio de Janeiro, o Ministro alemão visitará a Eletrobrás e manterá encontro com representantes dos comitês organizadores da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Será também recebido pelo Governador Sérgio Cabral.

O intercâmbio comercial Brasil-Alemanha passou de US\$ 7,3 bilhões, em 2003, para US\$

20,9 bilhões, em 2008 - o que representou um aumento de 185%. Mais de 1.200 empresas alemãs estão instaladas no Brasil, constituindo o maior parque industrial de origem alemã fora da Alemanha.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
HUNGRIA, PÉTER BALÁZS - RIO DE
JANEIRO, BRASÍLIA E SÃO PAULO, 9 A
14 DE MARÇO DE 2010
09/03/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Péter Balázs, realiza visita ao Brasil, no período de 9 a 14 de março.

No dia 9, no Rio de Janeiro, o Ministro Balázs reuniu-se com empresários e proferiu palestra sobre a crise financeira no Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI).

No dia 10, em Brasília, o Ministro húngaro será recebido pelo Ministro Celso Amorim. Os dois Ministros discutirão temas das agendas bilateral e global e assinarão Protocolo sobre Consultas Políticas. O Ministro Balázs manterá, também, encontros com o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, Senador Eduardo Azeredo; e com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge.

Nos dias 13 e 14, em São Paulo, o Ministro Balázs se reunirá com representantes da comunidade húngara, além de empresários e membros da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Hungria.

O intercâmbio comercial Brasil-Hungria passou de US\$ 150,2 milhões, em 2003, para US\$ 274,7 milhões, em 2008 - o que

representou aumento de 83%. O Brasil é o principal parceiro comercial da Hungria na América do Sul.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
HUNGRIA, PÉTER BALÁZS - BRASÍLIA,
10 DE MARÇO DE 2010
10/03/2010

PROTOCOLO ENTRE O MINISTÉRIO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA
DA HUNGRIA SOBRE CONSULTAS
POLÍTICAS

REUNIÃO DO GRUPO DE PAÍSES
MEGADIVERSOS AFINS - BRASÍLIA, 12
DE MARÇO DE 2010
11/03/2010

Será realizada, em Brasília, em 12 de março, reunião ministerial do Grupo de Países Megadiversos Afins (GPMA). O GPMA é um foro de concertação política que congrega dezessete países em desenvolvimento, detentores, em seu conjunto, de mais de 70% da biodiversidade do planeta: África do Sul, Bolívia, Brasil, China, Colômbia, Costa Rica, Equador, Filipinas, Índia, Indonésia, Madagascar, Malásia, México, Peru, Quênia, República Democrática do Congo e Venezuela. Esta será a terceira reunião do GPMA sob coordenação do Brasil, que detém a Presidência do Grupo desde 2008.

Criado em 2002, o GPMA visa à articulação de posições comuns em negociações relativas

à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). No âmbito da CDB, estão sendo negociados um Regime Internacional de Acesso e Repartição de Benefícios decorrentes da Utilização de Recursos Genéticos e um Plano Estratégico para o período 2011-2020. Ambos os instrumentos deverão ser adotados na próxima Conferência das Partes da CDB, a realizar-se em outubro, em Nagóia.

VISITA A OTTAWA DE DELEGAÇÃO
BRASILEIRA DE VICE-MINISTROS - 10
E 11 DE MARÇO DE 2010
12/03/2010

Uma delegação de vice-ministros e outras altas autoridades, representando 16 ministérios e órgãos do Governo Brasileiro, visitou o Canadá nos dias 10 e 11 de março de 2010. A delegação foi chefiada pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, e representou a continuação do intercâmbio de alto nível iniciado com a visita de dez vice-ministros canadenses ao Brasil de 1º a 6 de março de 2009.

A delegação brasileira encontrou-se com vice-ministros e outras contrapartes canadenses, tanto em sessão plenária quanto em reuniões individuais, de acordo com as principais áreas de interesse e cooperação entre os dois Governos. Estes encontros tornaram possível a consolidação da parceria entre Brasil e Canadá, baseada em interesses mútuos, percepções comuns e determinação de cooperar bilateralmente e em assuntos regionais e globais.

As relações entre Brasil e Canadá foram fortalecidas nos últimos anos, em virtude não apenas de ações dos Governos mas também da crescente interação entre governos estaduais e provinciais e atores não governamentais,

incluindo setor privado, sociedade civil, academia, estudantes, desportistas e artistas. Este processo já levou a resultados concretos (por exemplo, acordos em ciência e tecnologia, saúde e agricultura). Ademais, estão em andamento tratativas em previdência social, educação e cooperação técnica.

Brasil e Canadá têm aumentado seu diálogo em temas multilaterais e globais e pretendem aprofundar sua coordenação em fóruns regionais e internacionais, com base no interesse comum em promover a democracia, a segurança e o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, os dois países apoiam o sistema multilateral, bem como o fortalecimento do G20 e de outras instâncias de governança global, de maneira a melhor refletir as novas realidades econômicas e políticas internacionais.

Durante a visita, foram tratados os seguintes temas: investimento recíproco e comércio bilateral; defesa e segurança pública; ciência, tecnologia e inovação; energia, biocombustíveis e indústria do petróleo; povos indígenas e saúde pública; educação; trabalho e emprego; agronegócio; arrecadação tributária; cooperação conjunta em terceiros países; intercâmbio de experiências nas áreas de cultura e desporto, inclusive grandes eventos (Vancouver 2010 e Rio 2016); e perspectivas sobre o fortalecimento do G-20.

A reconstrução e o desenvolvimento sustentável do Haiti foram discutidos com atenção especial, à luz do forte engajamento do Brasil e do Canadá com aquele país e seu compromisso comum de, em coordenação com a comunidade internacional, apoiar os esforços do povo e do governo haitianos. Foram discutidas possibilidades concretas para cooperação conjunta em países tais como o Haiti.

Foi decidido iniciar um Diálogo de Parceria Estratégica entre o Ministério das Relações

Exteriores do Brasil e o Ministério de Assuntos Estrangeiros e Comércio Internacional do Canadá, a fim de estimular a cooperação bilateral e complementar os trabalhos da Comissão Econômica e Comercial Conjunta e das reuniões anuais de consultas políticas. Os termos de referência desse novo mecanismo de diálogo de alto nível serão definidos, no futuro próximo.

As duas partes acordaram propor a criação de um Fórum Empresarial Brasil-Canadá, como forma de aproximar ainda mais as duas comunidades de negócios e melhorar o diálogo entre os governos e as empresas de ambos os países, que constitui importante vetor do relacionamento bilateral.

Decidiram estabelecer também um diálogo político-militar, com vistas a estimular a cooperação bilateral no campo da defesa.

Ministérios e Agências brasileiros representados na Missão:

1. Ministério das Relações Exteriores
2. Ministério da Defesa
3. Ministério da Justiça
4. Ministério da Fazenda
5. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
6. Ministério da Ciência e Tecnologia
7. Ministério de Minas e Energia
8. Ministério da Saúde
9. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
10. Ministério do Trabalho e Emprego
11. Secretaria da Receita Federal
12. Departamento de Polícia Federal
13. Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq)
14. Agência Brasileira de Cooperação (ABC)
15. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)
16. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

CONSTRUÇÃO DE NOVAS MORADIAS EM ASSENTAMENTOS ISRAELENSES EM JERUSALÉM ORIENTAL E NA CISJORDÂNIA

12/03/2010

O Governo brasileiro recebeu com profunda preocupação o anúncio israelense de construção de 1.600 novas unidades habitacionais em Jerusalém Oriental e 112 moradias em assentamento na Cisjordânia.

O Ministro Celso Amorim declarou em 10 de março, em entrevista coletiva no Palácio Itamaraty, lamentar a autorização para novas construções em assentamentos, especialmente neste momento em que as conversações entre israelenses e palestinos (ainda que indiretas) poderiam recomeçar.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA A ISRAEL, TERRITÓRIOS PALESTINOS OCUPADOS E JORDÂNIA - 15 A 18 DE MARÇO DE 2010

12/03/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva inicia no domingo a primeira visita de um Presidente brasileiro a Israel, Palestina e Jordânia. A viagem ocorre na seqüência das visitas ao Brasil dos Presidentes Shimon Peres, de Israel, Mahmmoud Abbas, da Autoridade Nacional Palestina (ambas em novembro de 2009) e do Rei Abdullah II, da Jordânia (em outubro de 2008).

A visita do Presidente Lula reflete a crescente aproximação do Brasil com países

do Oriente Médio. Será discutido, em cada destino, o aprofundamento dos laços bilaterais, comerciais e de cooperação. Entre os temas internacionais a serem tratados estão a retomada de negociações israelo-palestinas e a disposição do Brasil de contribuir para o encaminhamento do processo de paz no Oriente Médio.

O Presidente começará o périplo por Israel. Em 15 de março, será recebido pelo Presidente Shimon Peres, pelo Primeiro-Ministro Binyamin Netanyahu e pelo Presidente do Parlamento (Knesset), o Deputado Reuven Rivlin. Receberá também a líder da oposição, a Deputada Tzipi Livni. O Presidente Lula tomará parte no seminário empresarial Brasil-Israel, com a presença de cerca de 70 empresários brasileiros e participará de sessão plenária especial do Parlamento, durante a qual discursará. Está previsto, ainda, encontro com representantes da sociedade civil israelense e palestina. No dia seguinte, o Presidente visitará o Memorial do Holocausto e plantará árvore no Bosque de Jerusalém.

O intercâmbio comercial do Brasil com Israel saltou de US\$ 440 milhões, em 2002, para US\$ 1,6 bilhão, em 2008. Em função da crise financeira internacional, o fluxo de comércio sofreu retração em 2009, para cerca de US\$ 920 milhões. É esperado o crescimento das trocas comerciais em virtude da entrada em vigor, no mês que vem, do Acordo de Livre-Comércio entre o MERCOSUL e Israel - o primeiro acordo de livre comércio do bloco com ator extra-regional - e da abertura, em maio passado, de linha aérea São Paulo-Tel Aviv.

O Presidente Lula visitará, em seguida, os Territórios Palestinos Ocupados, nos dias 16 (tarde) e 17 (manhã). No dia 16, o Presidente

Lula se reunirá com o Presidente da Autoridade Nacional Palestina, Mahmoud Abbas, e com o Primeiro-Ministro palestino, Salam Fayyad, em Belém, onde também visitará a Basílica da Natividade. Paralelamente à visita presidencial, ocorrerá em Belém, ainda no dia 16, mesa-redonda entre empresários e autoridades, com a participação de cerca de 20 empresários brasileiros.

Em Ramalá, no dia 17, o Presidente Lula inaugurará a Rua Brasil, próxima ao complexo presidencial da Autoridade Palestina. Depositará oferenda floral no Mausoléu de Yasser Arafat e participará de conferência de imprensa. Deverão ser assinados acordos de cooperação técnica, educacional e cultural e memorandos sobre saúde, esportes e turismo.

Na última etapa da viagem, o Presidente Lula irá à Jordânia nos dias 17 e 18 de março. No dia 17, o Presidente terá encontro privado com o Rei Abdullah II, que o homenageará com jantar. No dia 18, fará visita de cortesia ao Presidente do Senado, Taher Masri, e terá reunião com o Primeiro-Ministro Samir Rifai. Participará, ainda, do encontro empresarial Brasil-Jordânia, que explorará novas oportunidades comerciais bilaterais e contará com a participação de 50 empresários brasileiros. Durante a visita, será assinado acordo para a isenção de vistos em passaportes diplomáticos e oficiais.

O intercâmbio comercial Brasil-Jordânia saltou de US\$ 28 milhões para US\$ 318 milhões de 2002 a 2008. Em 2009, ficou próximo de US\$ 190 milhões. Estão em andamento negociações para a assinatura de acordo de livre comércio do MERCOSUL com a Jordânia.

REUNIÃO PREPARATÓRIA À
CONFERÊNCIA DE DOADORES PARA O
HAITI - NOVA YORK,
23 DE MARÇO DE 2010
22/03/2010

Em preparação à Conferência de Doadores para o Haiti, prevista para 31 de março, em Nova York, o Governo brasileiro e o Governo haitiano presidirão, em 23 de março, naquela cidade, reunião sobre a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH).

Com a presença de representantes de cerca de 40 países e diversas organizações internacionais, a reunião buscará discutir a contribuição da MINUSTAH para a manutenção da segurança e a assistência ao povo haitiano, após o terremoto de 12 de janeiro de 2010. O evento contará com a participação do Subsecretário para Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, Alain Le Roy, do Comandante da Força Militar da MINUSTAH, o General brasileiro Floriano Peixoto, e do Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para o Haiti, Edmond Mulet.

Com base nas visões recolhidas na reunião do dia 23, o Brasil e o Haiti prepararão relatório com recomendações sobre as atividades que devem ser privilegiadas pela MINUSTAH, dentro de seu atual mandato. Esse relatório será apresentado pelo Ministro Celso Amorim durante a Conferência de Doadores para o Haiti.

Criada pela Resolução 1542, de 2004, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a MINUSTAH contava, antes do terremoto, com a participação de 47 países, dos quais o Brasil era e continua a ser o maior contribuinte de tropas. Desde 2004, com a melhora da situação de segurança proporcionada pela MINUSTAH, o Haiti vinha experimentando

progressos na direção da estabilização política e da recuperação sócio-econômica. Após o terremoto, as ações de apoio ao Haiti têm visado a reconstruir o país, relançar as bases de um desenvolvimento sustentado e fortalecer o Estado haitiano, de modo a evitar que os efeitos da tragédia ponham a perder as conquistas alcançadas.

V FÓRUM URBANO MUNDIAL -
SESSÃO ESPECIAL
SOBRE O HAITI - RIO DE JANEIRO,
23 DE MARÇO DE 2010
23/03/2010

O Ministro Celso Amorim presidirá, no dia 23 de março, no Rio de Janeiro, Sessão Especial sobre a reconstrução do Haiti, no âmbito do V Fórum Urbano Mundial. A Sessão contará com a participação do Primeiro-Ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, e da Secretária Executiva do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), Anna Tibaijuka, entre outras autoridades.

A Sessão Especial tem como objetivo discutir idéias inovadoras para a reconstrução urbana das cidades haitianas afetadas pelo terremoto de 12 de janeiro.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO URUGUAI,
LUIS ALMAGRO - RIO DE JANEIRO,
23 DE MARÇO DE 2010
23/03/2010

O Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Luis Almagro, realizará visita ao Rio de Janeiro, em 23 de março, para reunir-se com o Ministro Celso Amorim. Durante a reunião, além de discutirem assuntos de interesse

comum da agenda global e regional, os dois ministros passarão em revista os principais temas do relacionamento bilateral, tais como cooperação energética, integração fronteiriça, conexão viária e hidroviária, integração produtiva, investimentos e comércio. O encontro servirá de preparação para a visita que o Presidente do Uruguai, José Mujica, realizará ao Brasil no dia 29 de março.

Em 2009, o valor das trocas comerciais entre os dois países alcançou US\$ 2,6 bilhões, dos quais US\$ 1,36 bilhão correspondeu a exportações brasileiras. Nos dois primeiros meses de 2010, o fluxo comercial bilateral foi de US\$ 405,9 milhões, com crescimento de 36% em relação ao mesmo período do ano passado.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DA BELARUS, SENHOR
ALEXANDER LUKASHENKO - RIO
DE JANEIRO, 22 DE MARÇO DE 2010 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
23/03/2010

Os Presidentes da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República da Belarus, Alexander Lukashenko, reuniram-se hoje, 22 de março de 2010, no Rio de Janeiro, em histórico encontro que marca a primeira visita de um Chefe de Estado da República da Belarus ao Brasil.

2. Os dois Chefes de Estado reafirmaram os valores que o Brasil e a Belarus compartilham quanto ao respeito ao direito internacional, ao fortalecimento da democracia, à defesa dos direitos humanos e à promoção da paz e da segurança internacionais.

3. A visita do Presidente Alexander Lukashenko reflete a disposição mútua de aprofundar o diálogo político entre os dois países no mais alto nível e estimular a

intensificação do relacionamento bilateral nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica, cultural e educacional. Com esse espírito, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva saudou o anúncio, pelo Presidente Alexander Lukashenko, da intenção da Belarus de abrir Embaixada em Brasília no futuro próximo. O Brasil, seguindo o princípio da reciprocidade, também abrirá Embaixada em Minsk.

4. Ao salientarem a importância de conferir maior base institucional ao relacionamento bilateral, os dois mandatários acordaram iniciar negociações com vistas à pronta assinatura de Acordos de Cooperação entre Brasil e Belarus nas Áreas Comercial, Agrícola, de Investimentos, Ciência e Tecnologia, Cultural, Educacional, Esportiva e de Turismo. Além disso, os Presidentes acordaram instituir prontamente uma comissão bilateral de cooperação econômica e comercial.

5. Os dois Presidentes concordaram quanto à necessidade de ampliação e diversificação do comércio e investimentos bilaterais, bem como da cooperação na área industrial, e comprometeram-se a incentivar a troca de missões empresariais de parte a parte. Saudaram, nesse sentido, a instalação de montadora bielorrussa de maquinário agrícola no Estado de Goiás. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva salientou o interesse brasileiro em aumentar e diversificar suas exportações de produtos alimentícios, notadamente de soja e carnes, para Belarus, e realçou os entendimentos com vistas à ampliação do comércio de fertilizantes.

6. Os dois mandatários destacaram a importância do desenvolvimento de relações entre Estados do Brasil e Regiões da Belarus, e nesse contexto ressaltaram o significado da missão do Governo do Estado de Goiás a Belarus, no período de 18 a 20 de fevereiro de 2010, bem como da missão bielorrussa chefiada pelo Vice-Primeiro-Ministro,

Vladimir Semashko, ao Estado de Goiás, nos dias 18 e 19 de março de 2010. A delegação da Belarus manteve encontro com o Governador Alcides Rodrigues Filho e com empresários locais, e visitou usinas de açúcar e etanol e uma indústria de soja e biodiesel.

7. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Alexander Lukashenko reafirmaram o interesse de seus países na cooperação com o objetivo de reforçar a segurança energética e o uso de fontes alternativas e renováveis de energia. Os dois Presidentes concordaram em estimular a cooperação bilateral na área de biocombustíveis, à luz da pioneira experiência brasileira na produção e no uso de etanol e de biodiesel. Os dois chefes de Estado saúdam o debate no âmbito da Organização das Nações Unidas sobre a facilitação de acesso aos países em desenvolvimento e de economia em transição a tecnologias de ponta na área de fontes alternativas e renováveis de energia.

8. Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Alexander Lukashenko convergiram quanto à necessidade de reforma das Nações Unidas com vistas a fortalecer o multilateralismo e assegurar a estabilidade e segurança nos níveis global e regional. Os dois Presidentes ressaltaram a importância da ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, com o ingresso de novos membros de forma a assegurar o reforço da representatividade, transparência e eficácia das Nações Unidas. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu ao Presidente Alexander Lukashenko pelo apoio da Belarus ao pleito brasileiro por assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

9. Os dois Chefes de Estado expressaram seu apoio à promoção, no âmbito da Organização das Nações Unidas, da iniciativa de elaboração do Plano Global de Ação de combate ao tráfico de seres humanos, com base no marco jurídico do Protocolo sobre Tráfico

de Pessoas, adicional à Convenção de Palermo sobre o crime organizado transnacional.

10. Os dois Chefes de Estado reafirmaram seu compromisso com a promoção do desarmamento e da não-proliferação e se comprometem a aprofundar o diálogo bilateral sobre o assunto, inclusive nos foros multilaterais pertinentes.

11. Os dois Presidentes reafirmaram seu apoio à iniciativa “Aliança de Civilizações” e congratularam-se com a realização do III Fórum da Aliança, no Rio de Janeiro, em maio de 2010, o primeiro fora da área euro-mediterrânea. Nesse contexto, reiteraram também seu apoio às propostas do Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações no segundo Plano de Implementação da Aliança de Civilizações, de conferir prioridade à consolidação do alcance global da iniciativa e de sua perspectiva universal, com o aprofundamento de seu equilíbrio regional no que se refere à América do Sul, à África e à Ásia. O Presidente Alexander Lukashenko confirmou a participação da Belarus no evento. Os presidentes expressaram seu apoio ao debate temático sobre o entendimento interreligioso, intercultural e intercivilizacional, no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas.

12. Os dois líderes concordaram que o aquecimento global e a mudança do clima representam questões muito preocupantes da agenda internacional contemporânea, devendo ser objeto de atenção constante e prioritária, especialmente no âmbito das Nações Unidas. Convergiram, também, quanto à necessidade de ampla cooperação em âmbito global, fundada no Protocolo de Quioto e com base no princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas dos Estados. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou seu apoio à pronta entrada em vigor da emenda ao Anexo B do Protocolo de Quioto, que prevê

a participação da República da Belarus no referido instrumento. Os dois Presidentes se comprometeram a cooperar para o êxito da 16ª Conferência das Partes do Protocolo de Quioto (COP-16), a realizar-se no México, em dezembro de 2010.

13. Os Presidentes saudaram todos os esforços em andamento para a superação da crise econômico-financeira internacional e expressam a importância da consolidação do G-20 como principal foro para a cooperação econômica e financeira internacional. Reiteraram, igualmente, seu apoio ao sistema multilateral de comércio.

14. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente Alexander Lukashenko expressaram satisfação com os resultados alcançados durante a visita, e reiteraram a determinação de dar continuidade ao diálogo bilateral e trabalhar em prol da intensificação do relacionamento entre o Brasil e a Belarus nas diferentes esferas, bem como para a crescente aproximação entre os povos dos dois países.

VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-
GERAL DA AGÊNCIA INTERNACIONAL
DE ENERGIA ATÔMICA – 22 E 23 DE
MARÇO DE 2010
23/03/2010

O Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica, Yukiya Amano, inicia hoje visita ao Rio de Janeiro. Ele será recebido no dia 23 de março pelo Ministro Celso Amorim, para reunião e almoço de trabalho.

O DG da AIEA visitará a Instalação de Enriquecimento Isotópico em Resende e manterá encontros com representantes dos operadores do setor nuclear brasileiro - Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Indústrias Nucleares Brasileiras

(INB), Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.(NUCLEP) e Eletronuclear. Terá, ainda, reunião na Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

Esta é a primeira visita ao Brasil de Yukiya Amano, que tomou posse como DG da AIEA em dezembro do ano passado.

SITUAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU
01/04/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande preocupação, dos acontecimentos da manhã de hoje, 1º de abril de 2010, na Guiné-Bissau, que envolveram a detenção por forças militares do Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e do Comandante do Estado Maior Geral das Forças Armadas.

O Governo brasileiro exorta as autoridades constituídas da Guiné-Bissau, as Forças Armadas e a sociedade a atuarem com moderação, de forma a equacionar os problemas político-institucionais do país dentro da ordem democrática, bem como a assegurar condições para consolidação dos avanços no processo de estabilização e de reformas internas, que conta com amplo respaldo da comunidade internacional.

O Governo brasileiro seguirá acompanhando atentamente os desdobramentos da situação na Guiné-Bissau, em coordenação estreita com os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

ENTREGA DOS RESTOS MORTAIS DO
MAJOR JULIÁN ERNESTO GUEVARA
01/04/2010

Na tarde de hoje, dia 1º de abril, o Governo brasileiro recebeu a notícia do êxito

da operação de entrega à Cruz Vermelha Internacional dos restos mortais que seriam do Major da Polícia da Colômbia Julián Ernesto Guevara, em missão complementar às realizadas nos dias 28 e 30 de março, com helicópteros e tripulação brasileiros.

Com a operação de hoje, conclui-se o apoio logístico prestado pelo Brasil à missão humanitária na Colômbia.

O Governo brasileiro espera que esse gesto leve a novas iniciativas de ordem humanitária.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DOS
PAÍSES BAIXOS, MAXIME VERHAGEN
- SÃO PAULO, BRASÍLIA E RIO DE
JANEIRO, 5 A 8 DE ABRIL DE 2010
05/04/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, Maxime Verhagen, realiza visita ao Brasil, no período de 5 a 8 de abril de 2010.

Em Brasília, no dia 6 de abril, o Ministro Verhagen se reunirá com o Ministro Celso Amorim, ocasião em que serão discutidos temas da agenda bilateral, com ênfase em questões econômicas e comerciais. Serão também tratados assuntos regionais e globais de interesse comum. No dia 7, o Chanceler holandês manterá reunião com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim.

Em São Paulo, ainda em 7 de abril, o Ministro Verhagen se encontrará com o Ministro do Esporte, Orlando Silva, e será recebido pelo Prefeito Gilberto Kassab. Manterá encontro, também, com empresários holandeses e brasileiros.

No Rio de Janeiro, no dia 8 de abril, o Chanceler holandês terá reuniões com executivos da Petrobrás e da Shell.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os Países Baixos passou de US\$ 4,8 bilhões, em 2003, para US\$ 12 bilhões, em 2008 - o que representa aumento de 150%. Ao longo dos últimos anos, os Países Baixos têm estado entre os três maiores investidores no Brasil.

CONTENCIOSO BRASIL-EUA NA OMC
SOBRE ALGODÃO - REUNIÃO DA
CAMEX - 5 DE ABRIL DE 2010
05/04/2010

- Os ministros da CAMEX aprovaram hoje Resolução que adia a entrada em vigor das contramedidas brasileiras sobre importações de bens dos Estados Unidos da América no contexto do contencioso do algodão na OMC. A resolução hoje aprovada determina que as referidas contramedidas entrarão em vigor no próximo dia 22 de abril de 2010.

- Até aquela data, os dois Governos seguirão dialogando com vistas a obter entendimentos preliminares e provisórios sobre passos iniciais relativos a três aspectos das negociações em curso:

o Estabelecimento de fundo para financiar projetos que beneficiem a cotonicultura brasileira. Esse fundo seria financiado com recursos norte-americanos no valor de US\$ 147,3 milhões anuais. Este montante foi calculado pelos árbitros da OMC como equivalente aos prejuízos sofridos pelo Brasil em decorrência dos programas de subsídios à produção de algodão nos Estados Unidos.

o Negociação bilateral de novos termos para o funcionamento do programa de garantias de crédito à exportação GSM-102.

o Medidas de cooperação na área de sanidade animal, em particular no que se refere aos setores de carne suína e bovina.

- Cumpridos os objetivos acima, até o dia 21 de abril, poderá ser acordada nova prorrogação, possivelmente de 60 dias, para o prazo de entrada em vigor das contramedidas brasileiras. Os dois governos usariam esse novo prazo para negociar entendimento provisório sobre os vários aspectos de implementação das determinações da OMC sobre o contencioso. - O Governo brasileiro entende que as conversações bilaterais em curso e o acordo provisório delas resultante poderão estabelecer as bases para uma futura e definitiva solução mutuamente satisfatória para o litígio.

- O Brasil ainda persegue a plena implementação das determinações da OMC. Eventual acordo sobre medidas de compensação ou de implementação parcial terão necessariamente caráter temporário.

- Os programas norte-americanos condenados pela OMC também afetam negativamente outros países, em particular algumas das nações menos favorecidas do continente africano. O Brasil buscará sempre entendimentos, mesmo os provisórios, que ajudem a mitigar esses efeitos nocivos de impacto sistêmico.

- O Governo brasileiro vê com satisfação o progresso verificado nas conversações bilaterais e espera que as partes cheguem a entendimento que torne desnecessária a adoção das medidas de retaliação autorizadas pela OMC.

VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA LIBÉRIA, ELLEN JOHNSON-SIRLEAF - 7

A 10 DE ABRIL DE 2010

06/04/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Presidente da Libéria, Ellen Johnson-Sirleaf, realizará visita ao Brasil entre os dias 7 e 12 de abril de 2010, acompanhada dos Ministros de Negócios Estrangeiros; Agricultura; Terras, Minas e Energia; Comércio; Assuntos Econômicos e Legais. Esta é a primeira visita de Presidente da Libéria ao Brasil.

No dia 7 de abril, a Presidente Sirleaf manterá encontro com o Presidente Lula e será homenageada com almoço no Palácio do Itamaraty. À tarde, terá reuniões com o Presidente do Senado Federal, José Sarney, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes.

No dia 8, a Presidente visitará Salvador, onde terá encontros com o Governador Jaques Wagner, com o Prefeito João Henrique, e pronunciará discurso sobre as relações Brasil-Libéria, na Universidade Federal da Bahia. A Presidente também visitará a sede da empresa Odebrecht.

No dia 9, no Rio de Janeiro, a Presidente Sirleaf realizará visitas às sedes das empresas Petrobrás e OGX.

No dia 10, a Presidente liberiana visitará o complexo de exploração mineral da Companhia Vale do Rio Doce, localizado na Serra dos Carajás.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DA PRESIDENTE DA
LIBÉRIA, ELLEN JOHNSON-SIRLEAF -
BRASÍLIA, 7 DE ABRIL DE 2010
07/04/2010

I - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
LIBÉRIA SOBRE O EXERCÍCIO DE
ATIVIDADES REMUNERADAS POR
PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL
DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

II - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA DA LIBÉRIA
SOBRE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

III - MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DA LIBÉRIA PARA A CRIAÇÃO DE
COMISSÃO MISTA

IV - MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
LIBÉRIA PARA O ESTABELECIMENTO
DE MECANISMO DE CONSULTAS
POLÍTICAS

V - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA LIBÉRIA SOBRE
COOPERAÇÃO ESPORTIVA

VI - MEMORANDO DE
ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DA LIBÉRIA SOBRE COOPERAÇÃO EM
MINAS E ENERGIA

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DO MALI, AMADOU
TOUMANI TOURÉ - SÃO PAULO,
BRASÍLIA E FORTALEZA, 6 A 9 DE
ABRIL DE 2010
07/04/2010

O Presidente da República do Mali, Amadou Toumani Touré, realiza visita ao Brasil entre os dias 6 e 9 de abril de 2010. A viagem decorre de convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, transmitido ao Presidente do Mali por ocasião da visita do Ministro Celso Amorim a Bamaco, em outubro de 2009.

No dia 7, em São Paulo, o Presidente Touré participa da Reunião empresarial Brasil-Mali, na FIESP, onde será homenageado com almoço.

No dia 8, manterá encontro com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. No mesmo dia, o Presidente Touré será recebido pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, pelo Vice-Presidente do Senado Federal, Senador Marconi Perillo, e pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso.

No dia 9, em Fortaleza, o Presidente Touré será recebido pelo Governador do Ceará, Cid Gomes.

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Mali foram estabelecidas em 1962. O relacionamento ganhou impulso nos últimos dois anos, por conta, principalmente, da abertura da Embaixada do Brasil em Bamaco, da troca de visitas entre os Chanceleres e do início do projeto de cooperação na área de algodão na Unidade Modelo de Validação e de Demonstração, em Sotuba.

O Presidente do Mali viaja acompanhado da Primeira Dama, Touré Lobbo Traoré, que terá no Brasil programa de encontros nas áreas de saúde e educação.

BRASIL-EUA: ACORDO SOBRE
COOPERAÇÃO EM DEFESA
07/04/2010

Os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América (EUA) concluíram a negociação de acordo sobre cooperação em matéria de defesa, que permitirá fortalecer o diálogo entre os dois países e abrir novas perspectivas de cooperação nesse campo, em bases equilibradas e mutuamente benéficas. O instrumento deverá ser assinado proximamente.

O acordo tem como objetivo aperfeiçoar a cobertura institucional para a cooperação bilateral já existente e futura em áreas como: a) visitas de delegações de alto nível, b) contatos em nível técnico, c) encontros entre instituições de defesa, d) troca de estudantes, instrutores e pessoal de treinamento, e) eventos de treinamento e aperfeiçoamento, f) visitas de navios, g) eventos esportivos e culturais, h) iniciativas comerciais relacionadas à defesa, e i) programas e projetos de tecnologia de defesa.

Seguindo o estabelecido pelo Art. 1.IV.c da Resolução adotada na II Reunião Extraordinária de Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da União de Nações Sul-Americanas, realizada em Quito no último dia 27 de novembro, o presente acordo contém cláusula expressa de garantias que assegura respeito aos princípios de igualdade soberana dos Estados, de integridade e inviolabilidade territorial e de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados.

O texto aborda a cooperação em defesa com os EUA de forma equilibrada e genérica, seguindo o modelo de acordo de defesa que tem sido assinado pelo Brasil com diversos outros países e cujos textos estão disponíveis no sítio web <http://www2.mre.gov.br/dai/home.htm>. O Brasil já firmou um total de 28 acordos de cooperação em defesa e de 29

acordos e protocolos bilaterais em diversos domínios da cooperação militar, estando a maioria desses instrumentos já em vigor.

Para fins de transparência, todos os demais países-membros da UNASUL foram informados sobre a negociação do acordo Brasil-EUA de cooperação em matéria de defesa, bem como sobre os objetivos e as características do instrumento.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA - SÃO
PAULO E BRASÍLIA,
8 E 9 DE ABRIL DE 2010
08/04/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Chile, Sebastián Piñera, realiza visita de Estado ao Brasil, em 8 e 9 de abril de 2010. O Brasil é o primeiro país a receber o novo Presidente chileno em visita de Estado.

Na tarde de 8 de abril, o Presidente Piñera cumpre agenda de trabalho na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP. Na manhã do dia 9, o Mandatário chileno seguirá para Brasília, onde manterá encontros com o Presidente da República, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara dos Deputados e o Presidente em exercício do Supremo Tribunal Federal.

Na reunião com o Presidente Lula, serão tratados temas da agenda bilateral, entre os quais comércio, investimentos, cooperação esportiva e obras de infra-estrutura. Também deverá ser examinada a participação brasileira nos esforços chilenos de reconstrução após o terremoto de 27 de fevereiro. A conversa entre os Presidentes Lula e Piñera deverá abranger, ainda, o fortalecimento da UNASUL e a cooperação entre o Brasil e o Chile nos foros multilaterais e no Haiti.

Está prevista assinatura de Memorando de Entendimento em matéria de cooperação esportiva, com vistas a desenvolver iniciativas conjuntas de inclusão social por meio do esporte.

Em 2009, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Chile alcançou o valor de US\$ 5,3 bilhões, dos quais US\$ 2,6 bilhões corresponderam a exportações brasileiras. No primeiro bimestre de 2010, o intercâmbio bilateral ultrapassou US\$ 1 bilhão.

ANO BRASIL-ALEMANHA DE CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
08/04/2010

O Ano Brasil-Alemanha de Ciência, Tecnologia e Inovação 2010-2011 será aberto no dia 12 de abril, das 9h às 17h30, em evento que contará com a presença do Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, e da Ministra da Educação e Pesquisa da Alemanha, Annette Schavan. Também participará o Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. O evento terá lugar no Sheraton São Paulo WTC Hotel, com a realização do seminário “Brasil e Alemanha na Era do Conhecimento e da Inovação”. Os Ministros falarão à imprensa às 13h45.

O Ano Brasil-Alemanha é organizado pelos Ministérios das Relações Exteriores e da Ciência e Tecnologia. A iniciativa celebra os 40 anos de relacionamento bilateral em ciência e tecnologia e será marcada por atividades conjuntas de inovação, como constituição de plataformas tecnológicas, programas de trabalho envolvendo instituições científicas e de pesquisa e inovação. Especial destaque é dado às áreas de nano e biotecnologia, ciências biomédicas, tecnologia industrial, engenharia de produção, eletrônica, sustentabilidade,

mudança climática e popularização da ciência.

De abril de 2010 a março de 2011 deverão ser realizados, em diversas cidades brasileiras e alemãs, encontros e eventos nas áreas mencionadas. O objetivo é despertar o interesse do setor produtivo e de serviços, no Brasil e na Alemanha, quanto às possibilidades de negócios e de inovação tecnológica e industrial em setores-chave da economia de ambos os países.

Durante a abertura do “Ano Brasil-Alemanha” será lançada a página oficial bilingue do evento na internet.

VISITA AO BRASIL DO VICE-
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE
GANA, JOHN DRAMANI MAHAMA -
SÃO PAULO, SÃO JOSÉ DOS CAMPOS,
FORTALEZA E BRASÍLIA, 7 A 9 DE
ABRIL DE 2010
08/04/2010

O Vice-Presidente de Gana, John Dramani Mahama, realiza visita ao Brasil, no período de 7 a 9 de abril de 2010.

Nos dias 7 e 8, o Vice-Presidente de Gana manteve reuniões de caráter comercial em São Paulo, São José dos Campos e Fortaleza.

No dia 9, o Vice-Presidente Mahama será recebido pelo Vice-Presidente José Alencar Gomes da Silva. Na ocasião, serão tratados temas relativos à cooperação, ao comércio e aos investimentos entre os dois países. Também estão previstos encontros no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e na Embrapa, instituição que mantém, em Acra, escritório regional para a África.

Em 2009, as trocas comerciais entre Brasil e Gana atingiram US\$ 197 milhões.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA - 9 DE
ABRIL DE 2010
09/04/2010

Memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república do chile para cooperação esportiva

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO CHILE, SEBASTIÁN PIÑERA
- BRASÍLIA, 9 DE ABRIL DE 2010 -
COMUNICADO CONJUNTO
09/04/2010

“BRASIL-CHILE: PARCERIA
ESTRATÉGICA PARA A INTEGRAÇÃO
SUL-AMERICANA E A INSERÇÃO
INTERNACIONAL COMPETITIVA”

A convite do Excelentíssimo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Excelentíssimo Presidente da República do Chile, Sebastián Piñera, realizou Visita de Estado ao Brasil nos dias 08 e 09 de abril de 2010, ocasião em que manteve encontros com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, com o Presidente do Senado Federal e com altas autoridades do Governo brasileiro.

Ao final do encontro, os Presidentes do Brasil e do Chile emitiram o seguinte Comunicado Conjunto:

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva felicitou o Presidente Sebastián Piñera por sua recente eleição para a Presidência do Chile, e reiterou seus votos de êxito em suas novas funções.

O Presidente do Chile agradeceu ao Presidente da República Federativa do Brasil

e expressou que esta primeira visita de Estado demonstra a profunda vocação latino-americana de seu Governo, reafirma a sólida e tradicional amizade que vincula Chile e Brasil e constitui sinal de sua vontade de ampliar e aprofundar os laços e as responsabilidades compartilhadas entre ambos os países.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva manifestou seu pesar pelo terremoto que atingiu a região centro-sul do Chile em 27 de fevereiro de 2010, e reiterou a oferta de apoio brasileiro para a reconstrução das áreas mais afetadas.

O Presidente Sebastián Piñera agradeceu, em nome do povo chileno, a ajuda humanitária proporcionada pelo Brasil e afirmou que o país tem interesse em contar com a parceria brasileira para o esforço de reconstrução em curso.

Nesse sentido, o Presidente do Chile convidou as empresas e os atores econômicos brasileiros a participar no esforço de reconstrução e fortalecimento do desenvolvimento econômico chileno, por meio das licitações internacionais e outros procedimentos que o Chile anunciará oportunamente.

Congratularam-se pelo excelente momento por que passam as relações bilaterais, fundadas em ampla coincidência de valores, na defesa dos princípios democráticos, dos direitos humanos, do respeito ao direito internacional e à intangibilidade dos tratados, da promoção do multilateralismo e da solução pacífica de controvérsias.

Essas amplas coincidências refletem-se na colaboração tanto em temas regionais como multilaterais, especialmente na participação em instituições de integração regional e na coordenação e ação conjunta nos foros internacionais.

Reafirmaram o compromisso de ambos os países de incentivar, de modo conjunto, a integração sul-americana, por meio de iniciativas que promovam a paz, a estabilidade

democrática, a convergência econômica, o desenvolvimento sustentável e a coesão social. Reafirmaram, igualmente, a Parceria Estratégica para a Integração da América do Sul e para a inserção competitiva da região no mundo.

Nesse contexto, congratularam-se pela instalação, em 12 de fevereiro de 2010, da Comissão Bilateral Brasil-Chile, a ser presidida pelos Ministros de Relações Exteriores dos dois países, que fortalecerá o diálogo político, consolidando a Parceria Estratégica. Determinaram que a I Reunião da Comissão Bilateral realize-se no decorrer do segundo semestre do presente ano, no Brasil.

Felicitaram-se pelos avanços registrados nas relações econômico-comerciais entre Brasil e Chile, como demonstram os significativos resultados do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos alcançados nos últimos anos.

Celebraram o trabalho da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Chile, que tem contribuído para a promoção de temas de alta relevância para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos bilaterais.

Expressaram sua satisfação pelo início das negociações para um futuro Acordo Bilateral de Investimentos.

Constatarem os avanços obtidos nas negociações no âmbito do Acordo de Complementação Econômica-35, em particular a internalização, em ambos os países, do Protocolo Adicional sobre a inclusão de produtos originários de Zonas Francas no regime de desgravação alfandegária, bem como a assinatura do Protocolo Adicional sobre o comércio de Serviços e o início das conversações para um Acordo de Investimentos entre MERCOSUL e Chile.

Determinaram a realização, durante o presente ano, de reunião de Grupo de Especialistas a cargo das cadeias produtivas, a ocorrer no marco da Comissão de

Monitoramento do Comércio Bilateral, que se ocupará de estudar a promoção da integração produtiva com participação do setor privado de ambos os países.

Atestaram a evolução das tratativas para a revisão do Acordo Bilateral de Transporte Marítimo, determinando às autoridades competentes a busca de avanços concretos, com vistas ao aprimoramento da qualidade e da competitividade do transporte marítimo entre Brasil e Chile, essencial para a intensificação dos fluxos bilaterais de comércio.

Instruíram as autoridades competentes a reforçarem a cooperação bilateral em ciência e tecnologia, visando à obtenção de resultados concretos no menor prazo possível. Determinaram a realização, no terceiro trimestre de 2010, da II Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, a realizar-se no Chile.

Ressaltaram o papel fundamental do intercâmbio cultural, educativo e esportivo na cooperação e na integração entre os povos brasileiro e chileno.

Nesse sentido, manifestaram a intenção de reforçar a colaboração entre os dois países na área cultural, determinando, para tanto, a realização da V Reunião da Comissão Mista Cultural Brasil-Chile, ainda no curso de 2010.

Determinaram o estabelecimento, no âmbito da Comissão Bilateral Brasil-Chile, de Grupo de Trabalho sobre cooperação educacional, com vistas à elaboração de propostas concretas de colaboração nessa área, a serem examinadas ainda este ano pelos dois governos.

Congratularam-se pela assinatura, na data de hoje, do Memorando de Entendimento na área de Cooperação Esportiva, que visa, entre outros objetivos, a fortalecer o intercâmbio de experiências e informações na matéria.

Com o fim de implementar o Memorando de Entendimento, determinaram que, no âmbito

da Comissão Bilateral Brasil-Chile, seja criado Grupo de Trabalho sobre Cooperação Esportiva, que se encarregará de elaborar Plano de Ação que contemple

atividades nas áreas de esporte de alto nível, medicina esportiva, esporte paraolímpico, administração esportiva, entre outros.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva expressou sua simpatia pelo pleito do Chile de organizar a Copa América de Futebol de 2015, naquele país.

Celebraram a assinatura, em 12 de fevereiro passado, do Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações do Brasil e o Ministério de Transportes e Telecomunicações do Chile sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre, que viabilizará um maior intercâmbio de informação sobre Televisão Digital Terrestre, com vistas à exploração de oportunidades favoráveis para ambas as Partes na matéria.

Sublinharam o interesse na continuidade da cooperação para o desenvolvimento das potencialidades de complementação de seus recursos e tecnologias no âmbito energético. Determinaram a realização, em agosto de 2010, da primeira reunião da Comissão Mista para Energia e Mineração, assim como o envio de uma missão sobre biocombustíveis ao Chile, em concordância com o Memorando de Entendimento sobre o tema.

Declararam seu interesse em, juntamente com o Presidente Evo Morales, inaugurar, ainda no curso de 2010, as obras do corredor rodoviário bioceânico Brasil-Bolívia-Chile, que efetuará a ligação do porto de Santos, no Brasil, aos portos de Arica e Iquique, no Chile, constituindo importante contribuição para a integração física regional e para o estreitamento dos vínculos entre os três países, bem como para o desenvolvimento, em particular, do Centro-Oeste do Brasil, do Sul da Bolívia e do Norte do Chile, em sua

condição de porta para o Pacífico Sul-Oriental.

Instruíram a realização de ações necessárias no sentido de facilitar o uso desse Corredor e de informar adequadamente os benefícios para os três países que dele decorrerão.

Reconheceramos avanços obtidos com respeito à definição do traçado do Corredor Ferroviário Bioceânico, que ligará o Porto de Santos, no Brasil, aos portos chilenos de Antofagasta e Mejillones. Assinalaram a importância do Estudo de Viabilidade do Corredor Ferroviário Bioceânico, contratado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para os trabalhos de implementação do projeto. Concordaram em realizar, durante o ano de 2010, a V Reunião do Grupo de Trabalho sobre Integração Ferroviária Bioceânica.

Concordaram, também, em realizar, no segundo trimestre do presente ano, a reunião da Comissão Mista Bilateral de Integração Física.

Reafirmaram seu compromisso com a prevenção do uso de drogas e a repressão ao tráfico na região. Determinaram a realização, ainda no presente ano, da II Reunião da Comissão Mista de Drogas.

Coincidiram na necessidade de fortalecer e promover a cooperação técnica entre ambos os países, por meio: (a) do estímulo à cooperação bilateral, mediante identificação e execução de iniciativas de interesse mútuo, preferencialmente no âmbito de agricultura e desenvolvimento de pequenos agricultores; e (b) do desenvolvimento de projetos conjuntos em benefício de terceiros países da região, tendo como objetivo contribuir para a integração e o desenvolvimento especialmente daqueles mais vulneráveis.

Nesse sentido, determinaram que, no primeiro semestre do ano corrente, se realize a I Reunião do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Técnica Brasil-Chile.

No marco da Comissão Bilateral Brasil-Chile, instruíram suas Chancelarias a estreitar

as consultas bilaterais sobre os temas de defesa e de segurança. Essa iniciativa permitirá, também, intercambiar opiniões e informação de matérias tratadas no Conselho de Defesa da UNASUL, no Conselho de Luta contra o Narcotráfico e em outras instâncias regionais com competência sobre os referidos temas.

Destacaram a excelente cooperação entre as indústrias aeronáuticas de ambos os países, que tem se traduzido, entre outras iniciativas, em convite do Governo do Brasil ao Governo do Chile para participar no desenvolvimento de aeronave de transporte pesado. Esse projeto permitirá ao Chile ter acesso a tecnologias de ponta e desenvolver, conjuntamente com o Brasil, um pólo regional no setor aeronáutico.

Instruíram as autoridades do Instituto Rio Branco e da Academia Diplomática Andrés Bello a iniciar na negociação de convênio que amplie o futuro intercâmbio de estudantes entre as duas academias diplomáticas.

Igualmente, determinaram seja iniciado intercâmbio de informações entre ambas as Chancelarias relativo às estruturas das respectivas carreiras diplomáticas.

Ratificaram seu compromisso com a integração sul-americana, voltada para o fortalecimento da coordenação política entre os países da região em favor da inclusão social, da participação cidadã e da estabilidade democrática. Assim, reafirmaram o compromisso com o aprofundamento da cooperação política entre o Brasil e o Chile, visando à otimização dos processos de integração regional.

Destacaram a importância da UNASUL como foro de concertação, de diálogo e de colaboração entre os países sul-americanos e se congratularam pela criação dos conselhos de Defesa, de Saúde, de Desenvolvimento Social,

de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, de Luta contra o Narcotráfico e de Infraestrutura e Planejamento.

Salientaram a importância do processo gradual de convergência entre o Grupo do Rio e a Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento.

Em relação ao processo de negociação acordado na Cúpula da Unidade, em Cancun, para implementação dos acordos que darão origem à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), concordaram com a necessidade de manter as características de flexibilidade, agilidade e ausência de burocracia permanente do Grupo do Rio.

Igualmente, coincidiram em aproveitar a capacidade de concertação do Grupo do Rio, mecanismo do qual o Chile exerce a Secretaria Pro Tempore no período 2010-2012, para contribuir com os esforços de articulação, cooperação, convergência e intercâmbio de experiências entre os distintos mecanismos sub-regionais.

Reafirmaram seu compromisso de fortalecer e ampliar a dimensão política e social do MERCOSUL e sua decisão de impulsionar a participação e o protagonismo social no processo de integração regional, com o objetivo de promover sociedades mais inclusivas e equitativas na região. Igualmente, manifestaram seu interesse de seguir aprofundando o Acordo de Complementação Econômica MERCOSUL-Chile, a fim de aprimorar as relações econômicas e de cooperação vigentes.

Sublinharam a cooperação entre Brasil e Chile no esforço de fortalecimento da Organização dos Estados Americanos como instância regional de implementação de

princípios e valores, especialmente no que tange a direitos humanos, desenvolvimento integral, segurança e democracia.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva felicitou o povo e o Governo do Chile pela reeleição do Senhor José Miguel Insulza ao posto de Secretário-Geral da OEA. O Presidente do Chile agradeceu o valioso apoio prestado pela República Federativa do Brasil a essa reeleição.

Salientaram a relevância do Direito Internacional e a importância do fortalecimento do multilateralismo como meio para garantir a paz e a segurança internacional, assim como para a promoção do desenvolvimento econômico e social de todas as nações.

Ressaltaram a necessidade da reforma integral do Conselho de Segurança da ONU, com destaque para a inclusão, como membros permanentes, de países de todas as regiões do mundo em desenvolvimento, de forma a torná-lo mais representativo e democrático.

O Presidente da República do Chile reiterou, no marco de uma política exterior permanente de Estado, o apoio chileno à aspiração brasileira a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança reformado. O Presidente da República Federativa do Brasil agradeceu o apoio.

Com o objetivo de aprofundar o diálogo nesse tema, instruíram as autoridades competentes a realizarem, em agosto de 2010, a II Reunião de Consultas Multilaterais.

Coincidiram na necessidade de avançar no aperfeiçoamento do sistema internacional de desarmamento e não-proliferação e expressaram seus votos de êxito à VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares - TNP, que ocorrerá durante o mês de maio de 2010,

em Nova York, mediante o fortalecimento equilibrado dos três pilares do Tratado - desarmamento, não-proliferação e direito ao uso pacífico da energia nuclear.

Também fizeram um chamado especial à comunidade internacional para assistir à II Conferência dos Países Membros de Zonas Livres de Armas Nucleares - ZLANS (Nova York, 30 de abril de 2010) - e expressaram seus votos de êxito nas deliberações desse encontro.

Salientaram a participação da América Latina na Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH), ressaltando a atuação dos contingentes brasileiro e chileno, que tem contribuído efetivamente para a superação dos muitos problemas ocasionados pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010.

Destacaram a relevância do comércio internacional para a promoção do desenvolvimento econômico e social de suas nações, sublinhando a necessidade de que todos os povos beneficiem-se com as oportunidades geradas pelo sistema multilateral de comércio.

Coincidiram na necessidade de obter avanços concretos nas negociações da Rodada de Doha da OMC, de modo a contribuir para o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, com especial atenção aos objetivos dos países em desenvolvimento.

O Presidente Sebastián Piñera agradeceu, em seu próprio nome e em nome de sua Delegação, a excelente acolhida do povo e do Governo brasileiros por ocasião de sua visita ao Brasil, e convidou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a visitar o Chile em data a estabelecer-se por via diplomática.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o convite e manifestou sua satisfação

em receber o Presidente Sebastián Piñera, cuja Visita de Estado confirma a importância dos vínculos entre os dois países e a renovada fase de cooperação bilateral, consubstanciada no marco da Parceria Estratégica para a integração entre Brasil e Chile.

MENSAGENS DE CONDOLÊNCIAS DO
PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA E DO MINISTRO CELSO AMORIM
AO GOVERNO DA POLÔNIA
10/04/2010

O Governo brasileiro decretou luto oficial de três dias pelo falecimento do Presidente da Polônia, Lech Kaczynski, sua esposa e grande número de autoridades polonesas, em acidente aéreo ocorrido na manhã de hoje, 10 de abril, na região de Smolensk, na Rússia.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem de condolências ao Primeiro-Ministro da Polônia, Donald Tusk, e ao Presidente interino, Bronislaw Komorowski:

“Recebi, com profunda consternação, a notícia do trágico acidente aéreo que vitimou o Presidente Lech Kaczynski, sua esposa e grande número de autoridades polonesas.

Em nome do povo e do Governo brasileiros, e em meu próprio, transmito a Vossa Excelência e ao povo polonês as mais sinceras e fraternas condolências. Neste momento de dor e de perda, esteja seguro de poder contar com a plena solidariedade do Brasil e com os laços históricos de amizade que unem brasileiros e poloneses.

Aproveito a ocasião para reiterar a Vossa Excelência meus votos de mais alta estima e consideração.

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

O Ministro Celso Amorim também enviou mensagem ao Ministro das Relações Exteriores da Polônia, Radoslaw Sikorski:

“Senhor Ministro, caro amigo,

Foi com grande pesar que recebi a notícia do falecimento do Presidente Lech Kaczynski, sua esposa e outras autoridades polonesas.

Reitero a Vossa Excelência a solidariedade do Brasil com a Polônia, país ao qual estamos ligados por grande comunidade de imigrantes e profundos laços de amizade e cooperação.

Neste momento de luto nacional, peço que transmita aos familiares das vítimas as mais sentidas condolências e a solidariedade de todo o povo brasileiro.

Aproveito a ocasião para reiterar a Vossa Excelência meus votos de mais alta estima e consideração.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores”.

CÚPULA DE SEGURANÇA
NUCLEAR - WASHINGTON,
12 E 13 DE ABRIL DE 2010

11/04/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chefiará a delegação brasileira que participará da Cúpula de Segurança Nuclear, em Washington, nos dias 12 e 13 de abril.

Iniciativa do Presidente dos EUA, Barack Obama, o evento deverá reunir líderes de 43 países e de 4 organizações internacionais. A reunião discutirá a cooperação internacional na área de proteção física de material e instalações nucleares e de combate ao terrorismo nuclear.

Para o Governo brasileiro, a segurança nuclear é fundamental para se impulsionar o uso pacífico da energia nuclear, concorrendo para sua aceitação pública, e para a prevenção de acidentes e atentados radiológicos.

O Brasil possui sólida legislação no campo da segurança nuclear e do combate ao terrorismo, sendo parte das principais convenções internacionais nas matérias.

PARCERIA ESTRATÉGICA
BRASIL-ITÁLIA
12/04/2010

Ato assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Presidente do Conselho de Ministros da Itália, Silvio Berlusconi.

Washington, 12 de abril de 2010.

PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
A REPÚBLICA ITALIANA

PLANO DE AÇÃO

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva,

e

O Presidente do Conselho dos Ministros da República Italiana, Silvio Berlusconi,

Considerando os sólidos e tradicionais laços de amizade que unem o Brasil e a Itália, fortalecidos no decorrer do tempo pela presença significativa no Brasil de uma ampla comunidade de origem italiana;

Reiterando a disposição conjunta de trabalhar em estreita articulação em prol da paz e da segurança internacionais, do respeito aos direitos humanos, do fortalecimento do multilateralismo, da conservação do meio ambiente, do desarmamento e não-proliferação e da promoção do desenvolvimento com justiça social;

Renovando a disposição de aprofundar o diálogo político no âmbito da parceria privilegiada entre o Brasil e a Itália, doravante denominados as “Partes”;

Reafirmando o empenho de ampliar e diversificar o comércio Brasil-Itália, a cooperação industrial e o fluxo de investimentos bilaterais;

Cientes das vantagens e benefícios mútuos derivados da cooperação das respectivas indústrias nacionais;

Decidiram adotar o presente Plano de Ação com vistas ao aprofundamento da parceria estratégica Brasil-Itália:

I - Diálogo Político

As Partes manterão o diálogo de alto nível sobre o tratamento de temas relevantes e urgentes no plano multilateral. As Partes darão atenção especial a questões relativas ao combate à fome e à pobreza, à mudança do clima, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, ao desarmamento e não-proliferação, à manutenção e à consolidação da paz.

As Partes reafirmam o compromisso de contribuir de forma positiva para uma reforma abrangente das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança. As Partes comprometem-se a dar continuidade aos entendimentos sobre o assunto nos foros apropriados.

As Partes reiteram a importância de um diálogo construtivo, institucionalizado e regular entre países em desenvolvimento e desenvolvidos para a moldura de uma nova arquitetura financeira internacional. As Partes saúdam os resultados positivos das Reuniões de Cúpula do G-20 em Washington, Londres e Pittsburgh e reconhecem, especificamente, a alta relevância e atualidade do G-20 como foro de resposta a questões econômicas e de governança financeira internacional. As Partes saúdam, outrossim, o êxito da Cúpula do G8 de L'Aquila.

No plano bilateral, as Partes se congratulam pela realização bem-sucedida e regular das Reuniões do Conselho Brasil-Itália para a Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento e seus Grupos de Trabalho, e as reuniões do Mecanismo de Consultas Políticas. As Partes reafirmam

o caráter complementar e reciprocamente construtivo de ambos os instrumentos.

As Partes tomam nota, com satisfação, do êxito da Reunião de Consultas Políticas bilaterais ocorrida em 9 de novembro de 2009, paralelamente à IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, e concordam em manter, com regularidade, consultas estreitas sobre os temas da agenda política bilateral e multilateral.

As Partes buscarão promover as reuniões de Consultas Políticas preferencialmente em paralelo às reuniões do Conselho Brasil-Itália, tal como acordado na IV Reunião do Conselho em 9 de novembro de 2009, ou em ocasiões especiais para fins específicos, definidas de comum acordo.

As Partes se congratulam pela operação humanitária conjunta entre Brasil e Itália no Haiti, que testemunha o alto nível de integração operacional atingido pelas duas Marinhas. As Partes reconhecem o apoio da MINUSTAH à prestação de assistência humanitária ao Haiti e à manutenção de ambiente seguro e estável em condições extremamente adversas. As Partes reafirmam seu compromisso com o esforço internacional de reconstrução e desenvolvimento do Haiti, com o imprescindível apoio das Nações Unidas e da MINUSTAH, em estreita coordenação com o Governo haitiano.

II - Cooperação judiciária

As Partes reiteram seu compromisso com o fortalecimento da cooperação judiciária bilateral, com base nos tratados multilaterais e bilaterais vigentes. As Partes buscarão, nesse sentido, intensificar o relacionamento entre as áreas governamentais pertinentes.

III - Concertação Inter-Regional

As Partes acentuam a importância da Parceria Estratégica entre o Brasil e a União Européia e

reiteram sua importância na construção de uma ordem internacional multipolar.

As Partes reiteram seu engajamento na retomada das negociações de um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Européia e expressam a expectativa de conclusão de acordo ambicioso, equilibrado e abrangente.

IV - Cooperação em matéria técnico-militar e de defesa

Brasil e Itália recordam que a celebração conjunta, em Pistóia e demais cidades italianas, em abril de 2010, do 65º aniversário da campanha da Força Expedicionária Brasileira no teatro italiano de operações, durante a Segunda Guerra Mundial, é emblemática da amizade e da solidariedade entre o Brasil e a Itália e do apego de ambos os países aos valores da paz e da democracia.

As Partes registram a satisfação mútua pelos resultados do Programa AM-X de desenvolvimento, instalação e produção de aeronaves e os benefícios decorrentes da cooperação técnica e do intercâmbio bilateral do Programa para eventuais futuras colaborações no setor aeroespacial.

As Partes destacam a relevância do Acordo assinado pelo Estado-Maior do Exército Brasileiro com uma empresa italiana para a produção, em regime de parceria com a indústria brasileira, de dois mil e quarenta e quatro (2.044) veículos blindados para o transporte de pessoal, em um período de vinte (20) anos. De tal acordo emana a expectativa de colaboração entre a indústria brasileira e italiana para desenvolvimentos posteriores no campo de meios e sistemas terrestres.

As Partes reafirmam a relevância, para uma aproximação progressiva entre as Marinhas do Brasil e da Itália, da prática de reuniões bienais entre os respectivos Estados-Maiors de suas Forças Armadas, do intercâmbio regular de

visitas de oficiais e do diálogo regular entre as duas Forças no campo do controle naval do tráfego marítimo.

À luz desta crescente cooperação, as Partes decidem desenvolver um relacionamento privilegiado no campo da defesa, embasado na parceria industrial e transferência de tecnologia. Este relacionamento privilegiado entre os dois países no campo da defesa será matéria de acordo específico entre os respectivos Ministérios da Defesa. Deverá conferir, em princípio, prioridade aos seguintes projetos de colaboração:

- desenvolvimento e produção de unidades navais, especificamente navios-patrolha oceânicos, fragatas e navios de apoio logístico, incluindo sistemas de combate, de navegação, de armamento e de contramedidas eletrônicas;
- intercâmbio de experiências e de tecnologia no setor de transporte terrestre e no desenvolvimento de produção de veículos blindados e sistemas para o Exército Brasileiro;
- sistemas de proteção do espaço terrestre e marítimo;
- manutenção de motores para aeronaves e navios;
- sistemas de Radar para a defesa aérea (Radar 3D);
- aviões e sistemas de treinamento;
- aplicações espaciais militares e de segurança referentes a: comunicações militares via satélite; ou observação da Terra via satélite-radar e serviços baseados no SAR (Radar de Abertura Sintética).

As Partes poderão, ademais, incluir áreas adicionais de colaboração na lista de projetos prioritários supracitados, tais como:

- sistemas para o Projeto “Amazônia Azul”;
- Sistemas para a Defesa Nacional; e
- digitalização dos sistemas do Exército Brasileiro (Soldado do Futuro, Sistema de Gerenciamento de Combate etc).

V - Cooperação na área espacial

As Partes se comprometem a aprofundar a cooperação entre suas respectivas instituições nacionais de pesquisa e desenvolvimento científico em tecnologias espaciais e suas aplicações industriais. Nesse contexto, as Partes saúdam a disposição mútua de implementar o Protocolo de Intenções entre a Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Agência Espacial Italiana (ASI), assinado em 11 de novembro de 2008, relativo a iniciativas em áreas de interesse comum, tais como observação da terra para prevenção e gestão de desastres naturais e mudança do clima; telecomunicações; e navegação via satélite, assim como a cooperação em tecnologias espaciais e suas aplicações.

Para dar implementação aos objetivos acordados, as Agências Espaciais dos dois países prosseguirão no exame conjunto de oportunidades de colaboração e, em particular, considerarão os itens relacionados a seguir, identificados preliminarmente, como potenciais áreas de cooperação de claro interesse e relevância para os dois lados:

- utilização e recepção dos dados de satélite “COSMO-SkyMed” para aplicações civis;
- observação da terra por satélite radar e serviços baseados no SAR (Radar de Abertura Sintética) para aplicações civis;
- colaboração na área de balões meteorológicos; e
- seminários e capacitação conjunta.

VI - Cooperação Econômica, Comercial, Industrial e Financeira

Brasil e Itália saúdam a instituição, em 2006, do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento como mecanismo regular para a intensificação dos fluxos de investimentos e a ampliação do intercâmbio bilateral.

As Partes implementarão atividades de promoção de investimento mútuo, com ênfase específica na preparação da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 e nos projetos de infraestrutura no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As Partes coincidem quanto à relevância de conclusão das negociações de um Memorando de Entendimento na Área de Infraestruturas, em cujo âmbito poderá desenvolver-se útil troca de experiências, em especial nos setores da segurança ferroviária e dos sistemas de sinalização. No setor dos transportes, as Partes promoverão, outrossim, possíveis entendimentos entre os principais portos dos dois países de maneira a facilitar o intercâmbio comercial com origem e destinação na área do Mediterrâneo. As Partes concordam também sobre a necessidade da revisão do acordo aéreo em vigor para favorecer o aumento das rotas e das frequências dos vôos, incrementando as possibilidades de transferência entre os dois Países.

As Partes ressaltam a importância dos acordos de colaboração entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Sociedade de Serviços de Seguro para o Crédito Exterior da Itália (SACE) e entre o Banco do Brasil e a SACE, para estimular os investimentos, a cooperação industrial e o comércio bilateral, no entendimento de que os recursos disponibilizados por esses acordos podem aumentar segundo a evolução do relacionamento econômico entre os dois países. As Partes comprometem-se a estimular novos mecanismos financeiros para ampliar o acesso ao crédito e incrementar o comércio bilateral.

Brasil e Itália assinalam o ritmo notável de crescimento dos fluxos comerciais bilaterais até 2008, e se empenharão para que as trocas voltem a crescer a partir de 2010, de forma a refletir as dimensões e potencialidades dos mercados brasileiro e italiano. Nesse

contexto, saúdam a instituição, à margem da IV Reunião do Conselho Brasil-Itália, do Mecanismo de Monitoramento do Comércio e dos Investimentos Bilaterais, com o objetivo de fortalecer as relações econômicas bilaterais, apoiando a troca de informações e visões entre os setores público e privado dos dois países sobre formas de aprimorar o ambiente de negócios, promover o comércio e os investimentos e facilitar transações comerciais bilaterais.

Em relação ao aprimoramento do ambiente de negócios, é considerado de particular importância o desenvolvimento de uma estrutura de cooperação bilateral no campo da política de concorrência e de proteção ao consumidor, com vistas ao compartilhamento das melhores práticas e experiências entre as autoridades de defesa de concorrência brasileiras e italianas. O objetivo é facilitar o aprimoramento do ambiente econômico em prol dos consumidores e das empresas em ambos os países. Esta estrutura para a cooperação e assistência técnica é projetada para abranger uma variedade de atividades específicas, incluindo, em particular, a advocacia da concorrência, a implementação da legislação antitruste, a legislação e a implementação da proteção ao consumidor para aumentar a competitividade das economias brasileira e italiana.

As Partes estimularão, no âmbito do Acordo entre a Agência Brasileira de Promoção das Exportações (APEX) e o Instituto de Comércio Exterior da Itália (ICE), firmado em São Paulo, no dia 10 de novembro de 2009, atividades de assistência mútua para a promoção comercial e troca de informações sobre propriedade intelectual. As Partes destacam, entre as áreas de principal interesse, os setores de novas tecnologias, indústrias criativas, ambiental, aeroespacial e de biotecnologia, além daquelas tradicionalmente contempladas.

Entre as modalidades de atuação conjunta, serão promovidos cursos de treinamento para funcionários das entidades de apoio ao comércio internacional. As Partes estimularão também, no âmbito do Memorando assinado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Sociedade Italiana para as Empresas no Exterior (SIMEST), atividades de prospecção de oportunidades de investimento para as empresas dos dois Países, com destaque especial para as pequenas e médias empresas.

As Partes se comprometem a ampliar o conhecimento mútuo dos sistemas de segurança sanitária de produtos de origem animal e vegetal vigentes nos dois países. Nesse sentido, darão seguimento à implementação do “Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e o Ministério do Trabalho, Saúde e Políticas Sociais da República Italiana na Área de Segurança Sanitária de Produtos de Origem Animal e Vegetal”, firmado em 9 de novembro de 2009, no intuito de desenvolver atividades para aperfeiçoar o intercâmbio comercial (troca de informações técnicas, visitas de especialistas e profissionais sanitários, pesquisa conjunta, atividades de formação e aperfeiçoamento de pessoal sanitário).

As Partes se comprometem a concluir o Acordo de Assistência Mútua Administrativa para a Correta Aplicação da Legislação Aduaneira e a Prevenção, Constatação e Repressão às Infrações Aduaneiras.

As Partes acordam consolidar uma parceria privilegiada no processo de desenvolvimento industrial com ênfase na inovação e nas tecnologias avançadas. Nesse sentido, desenvolverão uma cooperação de longo prazo, baseada na transferência de tecnologia e capacitação. Para tanto, examinarão as possibilidades de cooperação, entre outros, nos

setores naval, aeronáutico, de infraestrutura, de energia e de telecomunicações, de recuperação e saneamento ambiental, de plantas industriais, do agronegócio e de mecânica.

Com esse objetivo, iniciarão a negociação de um Plano de Cooperação Industrial que poderá, conforme necessário, ser integrado por Grupos de Trabalho setoriais. Será examinada, nesse contexto, a conveniência de se estabelecer um Comitê Gestor das atividades e projetos acordados.

Brasil e Itália saúdam as oportunidades abertas para a ampliação da cooperação empresarial entre os dois países pela grande missão empresarial realizada em novembro de 2009 em São Paulo, pelo Ministério do Desenvolvimento da Itália, com o apoio da Confindustria, do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália, da Federação de Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), do Instituto do Comércio Exterior da Itália (ICE) e da Associação Bancária italiana (ABI); e se comprometem a estimular esse processo regular de intercâmbio iniciado em 2006.

As Partes reconhecem o papel fundamental desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e pela Confindustria, que se concretiza em importantes iniciativas empresariais realizadas seja no Brasil seja na Itália, e se felicitam pela renovação do Acordo de colaboração entre as duas entidades por ocasião da missão empresarial no mês de novembro de 2009.

As Partes se empenham em fortalecer a colaboração entre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) do Brasil e o Conselho Nacional da Economia e do Trabalho (CNEL) da Itália sobre temas de interesse recíproco.

VII - Cooperação entre Pequenas e Médias Empresas

As Partes sublinham a importância das Pequenas e Médias Empresas (PMEs) nos

tecidos produtivos do Brasil e da Itália e o inestimável papel por elas desempenhado na geração de renda e empregos.

As Partes destacam a relevância do Fórum Permanente de Negócios Brasil-Itália para Micro, Pequenas e Médias Empresas, instituído em Junho de 2009 em São Paulo, como espaço de convergência das associações empresariais dos dois países em favor da expansão do comércio, investimentos e iniciativas conjuntas no setor das PMEs.

Cientes da elevada importância e do dinamismo das PMEs de ambos os países, as Partes reforçarão os mecanismos destinados a ampliar a corrente de comércio entre elas, no contexto do “Protocolo de Intenções Sobre a Colaboração entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da República Italiana”, assinado em 10 de novembro de 2009, e do “Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da República Italiana”, assinado em novembro de 2008.

Tendo em vista a importância da colaboração entre as PMEs de ambos os Países, as Partes implementarão projetos específicos de colaboração no quadro do “Protocolo de Intenções entre o SEBRAE e o Ministério do Desenvolvimento Econômico da República Italiana” assinado em novembro de 2009.

VIII - Turismo

As Partes promoverão atividades no âmbito do Acordo sobre Cooperação no Domínio de Turismo, assinado em 11 de dezembro de 1991, enfatizando as presentes demandas de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes; de troca de informações e estatísticas; e de internacionalização de empresas de turismo.

As Partes priorizarão a vertente do turismo sustentável para a gestão de patrimônios ambientais, culturais e históricos, e intercambiarão informações e experiências nesse domínio.

IX - Energia

Brasil e Itália implementarão ações e incentivarão projetos de política energética, em particular com relação às fontes renováveis e à eficiência energética.

Brasil e Itália reconhecem as oportunidades oferecidas pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) para promoção de investimentos e cooperação empresarial nos campos de geração e transmissão de energia elétrica.

As Partes atribuem prioridade ao desenvolvimento e à utilização de energias renováveis em suas respectivas matrizes energéticas e reafirmam o compromisso comum de favorecer a disseminação de tecnologias de energia renovável, inclusive biocombustíveis.

Brasil e Itália, na condição de co-presidentes da Parceria Global para Bioenergia (GBEP), reiteram seu compromisso de promover a criação de um mercado internacional para os biocombustíveis e salientam a importância de se expandir o número de membros da GBEP.

As Partes colaborarão, no contexto da GBEP, para o desenvolvimento de critérios e indicadores de sustentabilidade voluntários, relevantes, práticos e cientificamente embasados para orientar análises de bioenergia no âmbito doméstico.

As Partes trabalharão em uma iniciativa conjunta para, fazendo uso da estrutura acordada no âmbito da GBEP, apoiar uma metodologia comum para mensurar a redução de emissões de gases de efeito estufa derivada do uso de etanol como substituto de combustíveis fósseis.

Brasil e Itália trabalharão juntos para promover o desenvolvimento de projetos no

âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Quioto, usando metodologias relacionadas a biocombustíveis, inclusive projetos para incentivar o uso de etanol pelos proprietários de veículos equipados com tecnologia bicombustível.

Considerando a importância estratégica do setor energético, as Partes concordam em promover a colaboração entre empresas brasileiras e italianas no setor dos hidrocarbonetos.

X - Cooperação Cultural e Acadêmica

As Partes ressaltam a importância da cultura como instrumento de promoção e fortalecimento de suas relações, considerando especialmente os profundos vínculos histórico-culturais entre o Brasil e a Itália, forjados pela presença no Brasil da maior comunidade de origem italiana fora da Itália.

Neste contexto, as Partes expressam satisfação com as negociações para a elaboração de um Programa Executivo Cultural e com o lançamento, pela parte italiana, de amplo programa de eventos a se realizar em todo o território brasileiro a partir de 2011.

O Brasil e a Itália atribuem prioridade ao reforço da cooperação cultural e acadêmica como meio de favorecer a aproximação continuada e o conhecimento recíproco entre as sociedades brasileira e italiana.

As Partes reafirmam que a intensificação da cooperação cultural e acadêmica será promovida, inclusive mediante coordenação de esforços entre o Poder Público e o setor privado.

As Partes se comprometem a dar continuidade à realização de cursos, conferências e ciclos de seminários com vistas à promoção do ensino dos respectivos idiomas.

À luz do disposto no Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, o Brasil e a Itália buscarão assegurar a criação de redes, parcerias, iniciativas conjuntas e intercâmbio de pesquisadores entre

instituições acadêmicas brasileiras e italianas. Nesse contexto, será estimulada a conclusão do convênio em negociação entre a Associação Brasileira de Reitores de Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e a Conferência dos Reitores das Universidades Italianas (CRUI), com vistas a, entre outros fins, favorecer a mobilidade de doutorandos e pós-doutorandos.

XI - Cooperação Científica e Tecnológica

Brasil e Itália se congratulam com o bom andamento do Programa Executivo de Cooperação Científica e Tecnológica Brasil-Itália, como atesta a aprovação recente de nove (9) projetos em diversas áreas, com destaque para a de tecnologias de inclusão social.

As Partes se congratulam pela formalização de novo Convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNR), do Memorando de Entendimento entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e o Conselho para a Pesquisa e Experimento em Agricultura (CRA), a renovação do Convênio entre o Conselho Nacional de Secretários Estaduais para Assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação (CONSECTI) e a Embaixada da Itália em Brasília, e do Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO) e o Instituto Nacional de Pesquisa Metrológica (INRIM).

As Partes realizarão, em 2010, a Primeira Reunião da Comissão Mista Permanente prevista no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Itália, na qual serão avaliadas as iniciativas bilaterais em andamento e serão definidas as próximas etapas da cooperação bilateral científica e tecnológica. Os temas da agenda da Primeira Reunião da Comissão Mista Permanente serão acordados pelos canais diplomáticos.

Brasil e Itália explorarão as possibilidades de participação conjunta em projetos de pesquisa desenvolvidos no âmbito do Sétimo Programa-Quadro sobre Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da União Europeia.

As Partes apoiarão as atividades decorrentes da renovação do Convênio entre o CONSECTI e a Embaixada da Itália em Brasília, por ocasião da IV Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, ocorrida no dia 9 de novembro de 2009. As Partes reconhecem, nesse contexto, o interesse na continuidade de atividades bem-sucedidas, tais como os seminários realizados ao amparo do Convênio nas áreas de design, inovação, parques tecnológicos e inclusão social.

Brasil e Itália adotarão, igualmente, ações de cooperação na área de pesquisa agrícola no marco do Memorando de Entendimento entre a EMBRAPA e CRA, assinado em 3 de novembro de 2009.

As Partes registram, com satisfação, a cooperação entre o Estado de Minas Gerais e a Região do Piemonte, estabelecida por meio do “Programa Estratégico de Cooperação Científico-Tecnológica”, o qual contemplará as áreas de biocombustíveis de segunda geração e automotiva.

XII - Cooperação Descentralizada

O Brasil e a Itália, em consonância com as políticas externas conduzidas pelos Governos, acompanharão, no âmbito do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, as ações e atividades desenvolvidas pela Cooperação Descentralizada, incluindo as ações da Comissão Intersetorial do Programa “Brasil Próximo”, instituída em maio de 2009, com a participação de suas respectivas Agências de cooperação.

Com o intuito de troca de informações e fortalecimento do potencial econômico regional

de ambos os países, as Partes apoiarão iniciativas, programas e projetos no âmbito da Cooperação Descentralizada entre Estados e Municípios do Brasil e Regiões e entidades locais da Itália, cabendo ao nível nacional o acompanhamento dessas ações, à luz do “Protocolo Adicional ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana sobre Cooperação Descentralizada”, assinado em 17 de outubro de 2007.

XIII - Cooperação trilateral

Com base nas positivas experiências de cooperação bilateral realizadas em vários setores, as Partes se comprometem a coordenar e implementar atividades de cooperação em terceiros países, em benefício das populações locais nos setores da proteção do meio ambiente e do combate à pobreza urbana, entre outros, nos termos do “Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Italiana para a Realização de Atividades de Cooperação com Terceiros Países”, assinado em 27 de março de 2007.

XIV - Saúde

As Partes consolidarão a iniciativa, adotada na III Reunião do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, de incluir a área de saúde entre os principais eixos da cooperação bilateral, inclusive na área de saúde e segurança do trabalho. No contexto da assinatura em Roma, no dia 11 de novembro de 2008, do “Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Saúde e das Ciências Médicas”, as Partes definirão as áreas temáticas prioritárias no campo da saúde e adotarão programa de atividades sob o marco institucional do Memorando, inclusive no que diz respeito a possíveis colaborações na área da telemedicina.

XV - Cooperação esportiva

As Partes congratulam-se com a renovação do acordo de cooperação entre o Comitê

Olímpico Brasileiro (COB) e o Comitê Olímpico Nacional Italiano (CONI) e com a negociação de um novo instrumento bilateral de cooperação esportiva que inclui, entre outras, as seguintes áreas:

- preparação atlética e desenvolvimento técnico em esportes de alto rendimento;
- medicina esportiva e antidopagem;
- promoção do esporte para portadores de necessidades especiais;
- ciência, tecnologia e infraestrutura do esporte;
- inclusão social por meio do esporte;
- esporte para a terceira idade;
- informática aplicada ao esporte;
- promoção dos esportes de identidade cultural;
- equipamentos esportivos;
- construção e manutenção de instalações esportivas e de equipamentos; e
- preparação e organização de megaeventos.

XVI - Ações em benefício das comunidades brasileira e italiana

As Partes se comprometem a trabalhar para a pronta conclusão do Acordo de Reconhecimento Recíproco em Matéria de Conversão de Carteiras Nacionais de Habilitação.

Em sintonia com o Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia, as Partes reiteram o papel positivo da migração como fator de intercâmbio humano e econômico nos países de origem e de destino. Com esse espírito, as Partes comprometem-se a fortalecer o diálogo bilateral regular em questões consulares e migratórias, especialmente quanto à prestação de assistência a seus respectivos nacionais em casos de detenção em postos policiais, aeroportos e postos de fronteira. As Partes comprometem-se também a facilitar os fluxos de movimentação de nacionais entre os dois países.

As Partes avaliarão a possibilidade de celebrar Memorando de Entendimento para

o estabelecimento de mecanismo bilateral de consultas sobre questões consulares e migratórias.

XVII - Implementação

A implementação das atividades mencionadas no presente Plano de Ação será tratada pelas áreas competentes de ambas as Partes, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Itália. O acompanhamento da implementação das atividades do Plano de Ação será coordenado, dentro de sua esfera de competência, pelo Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento, que se reúne anualmente no marco do “Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Italiana”, assinado em 12 de fevereiro de 1997, que instituirá Grupo de Trabalho específico que se reunirá em base periódica.

ACORDO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

12/04/2010

Ato assinado pelo Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert Gates.

Washington, 12 de abril de 2010.

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

O Governo da República Federativa do Brasil (doravante “Brasil”) e O Governo dos Estados Unidos da América (doravante “Estados Unidos”) (doravante denominados coletivamente “as Partes” e “Parte”, individualmente),

Imbuídos do interesse comum na paz e segurança internacionais, assim como na resolução pacífica de conflitos internacionais;

Desejando fortalecer suas boas e cordiais relações;

Reafirmando o princípio da soberania; e

Desejando fortalecer a cooperação em matéria de Defesa,

Acordam o seguinte:

Artigo 1 - Escopo

O presente Acordo, regido pelos princípios de igualdade, reciprocidade e interesse mútuo, em conformidade com as respectivas leis e regulamentos nacionais e as obrigações internacionais das Partes, tem como objetivo promover:

a) a cooperação entre as Partes em assuntos relativos à Defesa, particularmente nas áreas de pesquisa e desenvolvimento, apoio logístico, segurança tecnológica e aquisição de produtos e serviços de Defesa;

b) a troca de informações e experiências adquiridas no campo de operações e na utilização de equipamento militar de origem nacional e estrangeira, bem como as relacionadas a operações internacionais de manutenção de paz;

c) a troca de experiências na área de tecnologia de defesa;

d) a participação em treinamento e instrução militar combinados, exercícios militares conjuntos e o intercâmbio de informações relacionado a esses temas;

e) a colaboração em assuntos relacionados a sistemas e equipamentos militares; e

f) a cooperação em quaisquer outras áreas militares que possa ser de interesse mútuo das Partes.

Artigo 2 - Cooperação

A cooperação entre as Partes pode incluir:

a) visitas recíprocas de delegações de alto nível a entidades civis e militares;

b) conversações entre funcionários e reuniões técnicas;

c) reuniões entre as instituições de Defesa equivalentes;

d) intercâmbio de instrutores e pessoal de treinamento, assim como de estudantes de instituições militares;

e) participação em cursos teóricos e práticos de treinamento, orientações, seminários, conferências, mesas-redondas e simpósios organizados em entidades militares e civis com interesse na Defesa, de comum acordo entre as Partes;

f) visitas de navios militares;

g) eventos culturais e desportivos;

h) facilitação de iniciativas comerciais relacionadas à área de Defesa; e

i) implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de defesa, considerando a participação de entidades militares e civis estratégicas de cada Parte.

Artigo 3 - Garantias

Na execução das atividades de cooperação realizadas no âmbito deste Acordo, as Partes comprometem-se a respeitar os princípios e propósitos relevantes da Carta das Nações Unidas e da Carta da Organização dos Estados Americanos, incluindo os de igualdade soberana dos Estados, integridade e inviolabilidade territoriais e não-intervenção em assuntos internos de outros Estados.

Artigo 4 - Disposições Financeiras

1. Salvo se mutuamente acordado em contrário, cada Parte será responsável por suas despesas, incluindo, mas não limitado a:

a) gastos de transporte de e para o ponto de entrada no Estado anfitrião;

b) gastos relativos a pessoal, incluindo os de hospedagem e alimentação;

c) gastos relativos a tratamento médico e dentário, bem como de remoção ou evacuação do seu pessoal doente, ferido ou falecido.

2. Todas as atividades desenvolvidas no âmbito deste Acordo estarão sujeitas

à disponibilidade dos recursos e fundos apropriados para estes fins.

Artigo 5 - Implementação, Protocolos Complementares e Emendas

1. Os Agentes Executivos das Partes deverão facilitar a implementação do presente Acordo. O Agente Executivo do Brasil será o Ministério da Defesa; o Agente Executivo dos Estados Unidos será o Departamento de Defesa.

2. Protocolos Complementares a este Acordo poderão ser celebrados com o consentimento das Partes, por escrito, pelos canais diplomáticos, e constituirão partes integrantes do presente Acordo.

3. Os Arranjos de Implementação no âmbito deste Acordo e programas e atividades específicas empreendidos para a consecução dos objetivos do presente Acordo e de seus Protocolos Complementares serão desenvolvidos e implementados pelos Agentes Executivos das Partes, serão restritos às matérias previstas neste Acordo e estarão em conformidade com as respectivas legislações das Partes.

4. Este Acordo poderá ser emendado por acordo escrito com consentimento das Partes. As emendas entrarão em vigor na data da última notificação entre as Partes, por meio dos canais diplomáticos, que indique o cumprimento dos respectivos requisitos internos para a vigência das emendas.

Artigo 6 - Solução de Controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou aplicação deste Acordo será resolvida por meio de consultas e negociações entre as Partes, por via diplomática.

Artigo 7 - Validade e Denúncia

1. Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes após 90 dias da notificação escrita à outra Parte, pelos canais diplomáticos.

2. A denúncia deste Acordo não afetará os programas e atividades em curso no âmbito

do presente Acordo, salvo se acordado em contrário pelas Partes.

Artigo 8 - Entrada em Vigor

O presente Acordo entrará em vigor na data da última notificação trocada entre as Partes, por via diplomática, que indique o cumprimento dos respectivos requisitos internos para a vigência deste Acordo.

Feito em Washington D.C., em 12 de abril de 2010, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

IV CÚPULA IBAS - BRASÍLIA,

15 DE ABRIL DE 2010

13/04/2010

Será realizada no Palácio Itamaraty, em 15 de abril, a IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul. Anfitrião do evento, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, e o Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh.

Na pauta do encontro, destacam-se temas como a participação dos três países na reconstrução do Haiti, através do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza, e a cooperação em ciência e tecnologia, entre outros. Por ocasião da Cúpula, será lançado o livro Fórum de Mulheres do IBAS - Pensando uma Estrutura Macro-econômica Inclusiva: uma abordagem feminista Sul-Sul.

Paralelamente à Cúpula, realizam-se, também em Brasília, entre 12 e 15 de abril, os seguintes eventos: Fórum Acadêmico do IBAS; XV Reunião de Pontos Focais do IBAS; Reunião dos Pontos Focais do IBAS com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Fórum Parlamentar do IBAS; Mesa-Redonda sobre Governança Local; Fórum de Mulheres do IBAS; Fórum de Editores do IBAS; Encontro

de Executivos de Pequenas Empresas do IBAS; e Exposição sobre o Fundo IBAS.

O intercâmbio comercial entre Índia, Brasil e África do Sul passou de US\$ 2,6 bilhões, em 2002, para US\$ 11,9 bilhões, em 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO
MINISTRO DA ÍNDIA,
MANMOHAN SINGH - BRASÍLIA,
15 DE ABRIL DE 2010
13/04/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, fará visita de trabalho ao Brasil, no dia 15 de abril de 2010. Será a segunda visita do Chefe de Governo indiano, que esteve no Brasil em setembro de 2006. No dia 15, o Primeiro Ministro Singh participará igualmente da IV Reunião do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) e, no dia 16, da II Cúpula do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China).

Durante o encontro, serão examinados temas da agenda bilateral e assuntos da pauta regional e internacional, bem como a coordenação de posições em foros multilaterais. A visita do Primeiro Ministro indiano constitui oportunidade para o aprofundamento da cooperação entre o Brasil e a Índia em setores como ciência e tecnologia, agricultura, educação, cultura, turismo, energia, transportes e desenvolvimento social.

Em 2009, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a Índia atingiu o montante de US\$ 5,6 bilhões, dos quais US\$ 3,4 bilhões corresponderam a exportações brasileiras para aquele país. Nos dois primeiros meses de 2010, o comércio bilateral somou US\$ 1,07 bilhão, dos quais US\$ 624 milhões corresponderam a exportações brasileiras.

Paralelamente à visita do Primeiro Ministro Singh ao Brasil, terá lugar, ainda em 15 de abril, em Brasília, a II Reunião do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Índia. O encontro será co-presidido pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, e pelo Assessor de Segurança Nacional da Índia, Embaixador Shivshankar Menon.

II CÚPULA BRIC - BRASÍLIA,
16 DE ABRIL DE 2010
13/04/2010

Será realizada no Palácio Itamaraty, em 16 de abril, a II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China. Anfitrião do evento, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva receberá o Presidente da Rússia, Dmitri Medvedev, o Primeiro Ministro da Índia, Manmohan Singh, e o Presidente da China, Hu Jintao.

Os quatro líderes manterão diálogo, entre outros temas, sobre a situação econômica internacional, a reforma das instituições financeiras, o G-20 financeiro, cooperação e temas relacionados à governança global. Na ocasião, será lançada publicação conjunta que contém dados estatísticos sobre os quatro países.

Em paralelo à Cúpula, serão realizados, entre 13 e 16 de abril, os seguintes eventos: Fórum Empresarial IBAS/BRIC; Encontro de Representantes de Bancos de Desenvolvimento; Encontro de Representantes de Bancos Comerciais; Seminário de Think Tanks; Fórum de Cooperativas; e Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Estratégia e Segurança.

Entre 2003 e 2007, o crescimento dos países do BRIC representou 65% da expansão do PIB

mundial. Em 2009, o PIB dos países do BRIC, pela paridade de poder de compra, atingiu US\$ 16,3 trilhões, correspondendo a 23,4% da economia mundial. No período de 2003 a 2008, houve aumento de 382% na corrente de comércio entre o Brasil e os países do BRIC. As trocas passaram de US\$ 10,7 bilhões em 2003 para US\$ 51,7 bilhões em 2008.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O PRINCIPADO DE MÔNACO

13/04/2010

Será realizada no dia 14 de abril, na Representação Permanente do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, cerimônia de assinatura do Comunicado Conjunto sobre o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Principado de Mônaco. O documento será firmado pelas respectivas Representantes Permanentes junto às Nações Unidas: do lado brasileiro, a Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti; do lado monegasco, a Embaixadora Isabelle Picco.

REUNIÃO DE MINISTROS DO IBAS COM O CHANCELER DA AUTORIDADE NACIONAL PALESTINA - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010

14/04/2010

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, presidirá, na manhã de 15 de abril, em Brasília, encontro de Ministros do Fórum de Diálogo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) com o Ministro de Negócios Estrangeiros da Autoridade Nacional Palestina, Riad Al-Malki. Os três países do IBAS têm mantido

coordenação em temas relacionados ao processo de paz no Oriente Médio desde a primeira Comissão Trilateral, em 2004.

Brasil, África do Sul e Índia - países em desenvolvimento extra-regionais que mantêm boas relações tanto com árabes quanto com israelenses - têm renovado sua disposição de contribuir para o processo de paz.

Por meio do Fundo IBAS e em coordenação com as autoridades palestinas, os três países estão construindo um centro esportivo na cidade de Ramala, ao custo de US\$ 1 milhão. Também apóiam a formação de ligas esportivas juvenis nos Territórios Palestinos Ocupados. Por compromissos assumidos em conferências internacionais - Paris (2007) e Sharm El-Sheikh (2009) -, o Fundo IBAS deverá dedicar US\$ 2 milhões adicionais a projetos nos Territórios Palestinos Ocupados.

A situação dos direitos humanos nos Territórios Palestinos Ocupados foi objeto de intervenções conjuntas do IBAS no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em março e em setembro de 2009.

TERREMOTO NA CHINA

14/04/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto de 7.1 graus de magnitude na escala Richter que atingiu a província de Qinghai, no noroeste da China. O sismo, que ocorreu na noite de 13 de abril, teria causado, até o momento, a morte de mais de 400 pessoas.

O Governo brasileiro transmite sua solidariedade às famílias das vítimas e manifesta seu sentido pesar ao Governo e ao povo chineses.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA,
HU JINTAO - BRASÍLIA,
14 A 17 DE ABRIL DE 2010
14/04/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, realizará visita de Estado ao Brasil, no período de 14 a 17 de abril, e participará da II Cúpula do BRIC, nos dias 15 e 16.

Os Presidentes discutirão o aprofundamento da Parceria Estratégica, com foco na ampla agenda bilateral e na crescente importância dos dois países no debate sobre governança global.

Os Chefes de Estado firmarão o Plano de Ação Conjunta Brasil-China, que estabelece metas para o conjunto das relações bilaterais no período 2010-2014.

No dia 15 de abril, o Presidente Hu Jintao será recebido pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer.

A China foi, em 2009, o maior parceiro comercial do Brasil, com intercâmbio de US\$ 36,1 bilhões, dos quais US\$ 20,2 bilhões correspondem a exportações brasileiras. Nos dois primeiros meses de 2010, o fluxo do comércio bilateral somou US\$ 5,54 bilhões, o que representa aumento de 36,5% em relação ao mesmo período de 2009.

COMUNICADO CONJUNTO SOBRE O
ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
PRINCIPADO DE MÔNACO
14/04/2010

A República Federativa do Brasil e o Principado de Mônaco,

Desejosos de promover suas relações de amizade e cooperação nos âmbitos político, econômico, cultural, humanitário e em outros campos,

Almejando desenvolver suas relações com base nos objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional,

Convencidos de que o estabelecimento de relações diplomáticas corresponde aos interesses mútuos dos dois Estados e contribuirá para a consolidação de sua cooperação e da paz,

Decidiram estabelecer relações diplomáticas nesta data, de acordo com as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

Feito na cidade de Nova York, em 14 de abril de 2010, em dois exemplares originais e idênticos, nos idiomas português e francês.

II CÚPULA DO BRIC (BRASIL,
RÚSSIA, ÍNDIA E CHINA) E VISITA AO
BRASIL DO PRESIDENTE DA CHINA -
ALTERAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO
15/04/2010

Devido aos fortes terremotos ocorridos desde ontem na Província de Qinghai, no noroeste do país, o Presidente da China, Hu Jintao, antecipou sua partida de Brasília da manhã de sábado, dia 17, para a noite de hoje, dia 15.

Apesar das alterações que tiveram de ser feitas na programação em Brasília, foram mantidas a reunião de trabalho com o Presidente Lula; sua presença na cerimônia de assinatura dos atos bilaterais; e, após coordenação com o Presidente da Rússia e com o Primeiro-Ministro da Índia, sua participação na sessão de trabalho com os demais Chefes de Estado do BRIC.

O Governo brasileiro manifesta seu apreço pela decisão do mandatário chinês de manter as

partes substantivas da Visita de Estado bilateral e sua participação na II Cúpula do BRIC, mesmo após inteirar-se, ainda quando participava de reunião multilateral em Washington, no dia 14, do terremoto em seu país.

O Governo brasileiro expressa também seu agradecimento às Partes indiana e russa, pela compreensão e irrestrita solidariedade, diante da necessidade de serem feitos ajustes na agenda de trabalho da II Cúpula do BRIC.

COMUNICADO CONJUNTO DOS
MINISTROS DO IBAS SOBRE A
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO

15/04/2010

(Original em inglês)

The Situation in the Middle East

On the occasion of the Fourth IBSA Summit, in Brasilia, on April 15th 2010, the Ministers of Brazil, India and South Africa met with the Palestinian Foreign Minister Riad Malki

2. The Ministers indicated that India, Brazil and South Africa, as members of the IBSA Forum, are convinced that a comprehensive peace in the Middle East is crucial, not only for the peoples and countries of the region, but also for the international peace and security.

3. In line with the relevant UN Resolutions, the Madrid principles, the Road Map and the Arab Peace Initiative, the IBSA countries call for the urgent resumption of negotiations that will lead to a two-state solution, with the creation of a sovereign, democratic, independent, united and viable Palestinian State, coexisting peacefully alongside Israel, within secure, pre-1967 borders, with East Jerusalem as its capital.

4. They note that a comprehensive Arab-Israeli peace process, including between Israel and Palestine, must reach concrete progress on

all tracks and reiterate their support to efforts aimed at reactivating talks between Israel, Syria and Lebanon. An enlarged participation of the international community in this endeavour, including developing countries with good relations with all parties, could bring a fresh perspective to the peace process, and IBSA countries will actively support this process.

5. The IBSA countries strongly urge the Israeli government to freeze all settlement activity in the occupied Palestinian territories, including “natural growth”, and to reverse its decision to advance planning for new housing units in East Jerusalem. Concerned by the continuing deterioration of the humanitarian situation in Gaza, they also call on Israel to alleviate circulation restrictions on the movement of people and goods, both in Gaza and in the West Bank. In addition, they expressed deep concern at the issuance by Israel of Military Order 1650.

6. Conflicts in the Middle East remain essentially political in nature and cannot be resolved by force. The IBSA countries therefore call upon all actors not to pursue policies, measures and actions that inflict damage and suffering, particularly to civilians.

7. They express support for mediation efforts with a view to reaching domestic Palestinian reconciliation and urge all interested parties to contribute to that purpose. They call on the international community to contribute, on a sustained, concrete and urgent basis, to the state-building efforts undertaken by the Palestinian National Authority, recalling the IBSA readiness to continue its commitments in this regard.

8. IBSA countries will continue consultations on the matter.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HU
JINTAO - 14 E 15 DE ABRIL DE 2010 -
COMUNICADO À IMPRENSA
15/04/2010

Atendendo a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, realizou visita ao Brasil, nos dias de 14 e 15 de abril de 2010.

2. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou a solidariedade do Governo e do Povo brasileiros pelas irreparáveis perdas humanas causadas pelo terremoto ocorrido na Província de Qinghai. O Presidente Hu Jintao agradeceu a manifestação recebida e reiterou a solidariedade transmitida ao Governo e ao Povo brasileiros, por ocasião dos recentes incidentes no Rio de Janeiro. O Presidente Lula agradeceu a mensagem recebida.

3. Durante a visita, o Presidente Hu Jintao manteve reunião com o Presidente Lula, durante a qual discutiram detalhadamente as relações bilaterais e temas regionais e internacionais de interesse comum. O intercâmbio entre os dois Presidentes se deu em atmosfera de grande cordialidade. Eles avaliaram positivamente os resultados obtidos com a visita, que deu renovado impulso ao desenvolvimento da Parceria Estratégica Brasil-China.

4. Os dois Presidentes passaram em revista o progresso das relações sino-brasileiras desde o estabelecimento da Parceria Estratégica, em 1993, manifestando satisfação com os importantes resultados já atingidos. Enfatizando o espírito de respeito mútuo que anima as duas partes, assim como a busca de benefícios recíprocos, os dois Chefes de Estado assinalaram seu compromisso com o contínuo fortalecimento da Parceria

Estratégica, em uma conjuntura internacional de grande complexidade. Reiteraram a disposição de seus Governos no sentido de conduzir o relacionamento bilateral dentro de uma perspectiva estratégica e de longo prazo. A parte brasileira reiterou a posição tradicional do Brasil de reconhecimento do princípio de “uma só China” e a parte chinesa manifestou seu apreço por esta posição.

5. Coincidiram em avaliação positiva sobre o Plano de Ação Conjunta 2010-2014, firmado durante a visita. Sublinharam que o PAC proporciona uma visão integrada das relações; fortalece, por meio do diálogo estratégico e político, a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Cooperação e Concertação - COSBAN e suas Subcomissões; promove atividades e projetos concretos de cooperação com objetivos claros e precisos, até 2014; e institui mecanismos de monitoramento da evolução dos resultados, por meio de instrumento condizente com sua crescente amplitude e complexidade. A fim de dar imediato início à implementação do Plano de Ação Conjunta, os dois Presidentes concordaram com a realização da 2ª Sessão da COSBAN, em 2010, bem como das reuniões as suas Subcomissões.

6. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva agradeceu o apoio da China à vitoriosa candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Os dois Presidentes concordaram em estreitar a cooperação e a troca de experiências em temas como realização de megaeventos esportivos e treinamento de atletas.

7. Os Presidentes destacaram a magnitude da EXPO Xangai 2010 e assinalaram a importância da participação do Brasil no evento. Concordaram em que a organização de um Pavilhão do Brasil no evento contribuirá de maneira significativa para a aproximação cultural entre os dois países e para o fomento

da amizade e do conhecimento recíproco entre os povos brasileiro e chinês, ademais de criar oportunidades de negócios e investimentos sino-brasileiros.

8. Os Presidentes Lula e Hu Jintao congratularam-se pela capacidade demonstrada pelos dois países de reagir de forma rápida e efetiva aos efeitos da crise econômica internacional, conforme evidenciado pela preservação do comércio bilateral no mesmo nível anterior ao da eclosão da crise; pela manutenção dos fundamentos macroeconômicos das duas economias; e pela continuidade dos respectivos programas de inclusão social e trajetórias de crescimento doméstico.

9. Comprometeram-se a continuar a estimular a trajetória de crescimento do comércio e do investimento bilaterais dos últimos anos e a adotar medidas conducentes à sua diversificação, sobretudo em setores de maior valor agregado. Dentro desse espírito, concordaram em estimular o desenvolvimento da cooperação nos campos aeronáutico, impulsionar as empresas das duas partes a procurar ativamente novos projetos de cooperação e ampliar a cooperação entre a EMBRAER e a AVIC.

10. Os Presidentes constataram com satisfação os avanços alcançados no diálogo sobre medidas sanitárias e fitossanitárias e sobre segurança de alimentação, e concordaram em intensificá-lo, com o objetivo de expandir o comércio bilateral no setor agrícola e alimentício.

11. Salientaram as oportunidades de cooperação na área de infra-estrutura, em especial aquelas propiciadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento no Brasil, que contempla projetos nos campos de transporte e energia, dentre outros. Na oportunidade, o Presidente Lula transmitiu ao Presidente Hu Jintao a boa acolhida brasileira ao interesse

das empresas chinesas em participar da licitação do trem de alta velocidade.

12. Os Presidentes manifestaram sua satisfação com o andamento da cooperação em energia e mineração. Manifestaram, em especial, contentamento com a execução pela Petrobras e pela Sinopec do acordo de fornecimento de petróleo, firmado durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Pequim, em maio de 2009. Com base nestes excelentes resultados, as duas partes vão continuar a consolidar e aprofundar a cooperação nos campos de energia e mineração. A parte brasileira manifesta boa acolhida ao interesse das empresas chinesas petrolíferas em participar da prospecção e exploração de petróleo e gás de pré-sal.

13. Na área de energia renováveis, acordaram intensificar a cooperação nos setores eólico, solar e de hidreletricidade. Decidiram, também, desenvolver parcerias na área dos biocombustíveis, com vistas a consolidar seu papel como commodities energéticas e disseminar internacionalmente sua produção e uso. Sublinharam, igualmente, a intenção de promover maior coordenação no tratamento multilateral de questões relacionadas a energias renováveis.

14. Os dois Presidentes concordaram em dar continuidade e expandir a cooperação na área espacial. Nesse sentido, reafirmaram o propósito de impulsionar o trabalho de disponibilizar o acesso aos dados do CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite) a países em desenvolvimento. Acordaram, ainda, envidar esforços para explorar novas áreas de cooperação, no campo da tecnologia espacial e suas aplicações.

15. Sublinharam a importância de promoverem-se avanços em outros campos da cooperação em ciência e tecnologia - particularmente nos domínios da nanotecnologia, ciência agrária,

biotecnologia, energias renováveis e desenvolvimento sustentável - e de fortalecer a base institucional das relações, por meio da celebração de novos instrumentos e da criação das novas instâncias de ação comum, acima referidas. Dentro desse espírito, registraram, com satisfação, o propósito comum dos dois países de promover a criação de um Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia.

16. Os dois Presidentes saudaram a intensificação do intercâmbio e cooperação bilateral na área militar, que consideram parte integrante da Parceria Estratégica. Registraram, a propósito, o sucesso da realização da primeira reunião do Comitê Conjunto Brasil-China de Intercâmbio e cooperação entre os Ministérios de Defesa.

17. Afirmaram que fortalecerão ainda mais a cooperação amistosa e intercâmbio entre órgãos legislativos dos dois países, com trocas de visitas frequentes de alto nível. Concordaram em implementar positivamente o Mecanismo Regular de Intercâmbio entre a Assembléia Popular da China e a Câmara dos Deputados do Brasil.

18. Reiteraram a importância que atribuem à cooperação judiciária nos campos civil, comercial e penal e no combate ao tráfico de drogas internacional e ao crime organizado.

19. Os Presidentes Lula e Hu Jintao coincidiram na avaliação de que a dimensão global da Parceria Estratégica vem adquirindo densidade crescente. Dá exemplo disso a comunicação fluida e a convergência de posições entre os dois países em foros como o G-20; a OMC; o BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China); e o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China). As partes estimaram que as economias emergentes contribuirão de forma cada vez mais importante para enfrentar os desafios da agenda global e

promover uma ordem internacional mais justa, equitativa, equilibrada e inclusiva, com base em um renovado multilateralismo. Os Presidentes Lula e Hu Jintao coincidiram quanto à urgência de ampliar, por meio de reformas abrangentes, a representatividade e a voz dos países em desenvolvimento nas organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e as Nações Unidas. A parte chinesa expressou sua compreensão e seu apoio à aspiração do Brasil, como maior país em desenvolvimento do hemisfério ocidental, a desempenhar maior papel nas organizações acima.

20. Os Chefes de Estado brasileiro e chinês instruíram seus Governos a reforçar o diálogo e a cooperação sobre temas multilaterais e regionais, em especial por meio dos mecanismos de diálogo estratégico e político e do intercâmbio entre suas Missões em organizações internacionais.

21. Durante a visita, foram firmados os seguintes atos:

- Plano de Ação Conjunta Brasil-China, 2010-2014;

- Memorando de Entendimento sobre a criação do Grupo de Trabalho Brasil-China sobre Propriedade Intelectual;

- Programa Executivo de Cooperação Cultural, 2010-2012;

- Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Administração-Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena sobre requisitos sanitários para a exportação de carne bovina processada do Brasil para a China;

- Protocolo entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e a Administração-Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena sobre requisitos sanitários para a exportação de folhas de tabaco do Brasil para a China;

PLANO DE AÇÃO CONJUNTA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR
DA CHINA, 2010-2014

15/04/2010

- Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o “Center for Resources Satellite Data and Application” (CRESDA) sobre Política de Dados do CBERS;

- Memorando de Entendimento entre Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o “National Meteorological Satellite Center” (NMSC) para a cooperação em aplicações de dados de satélites meteorológicos;

- Memorando de Entendimento entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o “Center for Earth Observation and Digital Earth” (CEODE) para a cooperação científica em observação da Terra;

- Memorando de Entendimento entre Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e o “Center for Space Science and Applied Research” (CSSAR) para a cooperação científica na área do clima espacial;

- Memorando de Entendimento entre a Embrapa e a Academia de Ciências Agrárias da China (CAAS) para o estabelecimento do “Labex China”;

- Acordo de Cooperação Estratégica entre a Petrobras, a Sinopec e o Banco de Desenvolvimento da China.

- Contrato entre a Petrobras e a Sinopec sobre a transferência de direitos dos lotes BM-PAMA-3 e BM-PAMA-8;

- Acordo entre a EBX e a WISCO;

- Memorando de Entendimento entre a Telemar, o CDB e a Huawei;

- Memorando de Entendimento entre a VIVO e a ZTE.

22. O Presidente Hu Jintao expressou sincero agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Governo brasileiro pela grande hospitalidade e calorosa acolhida recebida durante sua visita.

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China (doravante denominados Partes) reafirmaram o objetivo comum de adotar um plano de ação conjunta para o período 2010-2014, como consta no Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China para o Fortalecimento da Parceria Estratégica Brasil-China (doravante denominado Comunicado Conjunto), assinado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva da República Federativa do Brasil e pelo Presidente Hu Jintao da República Popular da China, por ocasião da visita de Estado do Presidente Lula à China, em maio de 2009.

A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (doravante denominada COSBAN) elaborou, portanto, o Plano de Ação Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China 2010-2014 (doravante denominado Plano de Ação Conjunta), o qual fornece orientações estratégicas e abrangentes para o desenvolvimento da Parceria Estratégica bilateral e de cooperação em áreas relevantes.

Por meio de consultas amistosas as duas Partes concordaram com o que segue:

Artigo 1 - Princípios Gerais

1. A fim de promover um desenvolvimento abrangente e aprofundado da Parceria Estratégica Brasil-China e intensificar ainda

mais a cooperação amigável e mutuamente benéfica entre os dois países, as duas Partes acordaram assinar o “Plano de Ação Conjunta” em um espírito de igualdade, pragmatismo e obtenção de resultados positivos para ambas as Partes.

2. O Plano de Ação Conjunta define os objetivos, metas concretas e orientações para a cooperação bilateral para os próximos cinco anos. O plano visa a melhorar a coordenação e a atuação dos mecanismos de cooperação bilateral existentes, bem como a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as áreas.

Artigo 2 - Objetivos Gerais

Com base nos princípios gerais acordados acima, as duas Partes estabelecem os seguintes objetivos gerais para o Plano de Ação Conjunta:

1. Fortalecer as consultas políticas sobre temas bilaterais e multilaterais de interesse mútuo, com base nos princípios de igualdade e confiança mútua, solidificando, desse modo, a base política da Parceria Estratégica;

2. Ampliar e aprofundar as relações bilaterais em todas as áreas;

3. Aprimorar a coordenação das iniciativas de cooperação em todas as áreas da Parceria Estratégica Brasil-China, bem como de todos seus mecanismos institucionais;

4. Estabelecer metas precisas e objetivas para cada uma das áreas de cooperação com base em iniciativas específicas;

5. Monitorar e avaliar as metas estabelecidas e as atividades empreendidas pelos vários organismos envolvidos;

6. Promover o intercâmbio de experiências nacionais em áreas de interesse mútuo;

7. Adotar visão estratégica das relações bilaterais, a médio e longo prazo, considerando os desenvolvimentos do cenário internacional.

Artigo 3 - Implementação do Plano de Ação Conjunta

1. A COSBAN reunir-se-á a cada dois anos e continuará desempenhando seu importante papel de coordenar a cooperação bilateral em todas as áreas. A COSBAN será, em suas áreas de competência, o principal órgão de tomada de decisões do Plano de Ação Conjunta. As instituições de coordenação e pontos focais da COSBAN e a lista dos acordos de cooperação em diversas áreas assinados pelas duas Partes constam dos Anexos I e II, respectivamente.

2. As Subcomissões da Comissão de Alto Nível reunir-se-ão uma vez por ano para promover a implementação do Plano de Ação Conjunta. As Subcomissões também deverão continuar a identificar novas áreas, bem como propor novas idéias, para a cooperação. As Subcomissões submeterão relatórios anuais ao ponto focal de cada Parte e relatórios bianuais à COSBAN. O Mecanismo de Diálogo Financeiro Brasil-China será incorporado à COSBAN, com o nome de Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China.

3. Para a efetiva implementação deste Plano de Ação, os pontos focais brasileiros e chineses da Comissão de Alto Nível se reunirão uma vez por ano e terão como responsabilidade monitorar, revisar e avaliar a implementação deste Plano de Ação Conjunta, bem como encaminhar, regularmente, recomendações às várias Subcomissões. Os Secretários-Executivos da COSBAN poderão trocar visitas periodicamente, para comunicação e consulta sobre a implementação do Plano de Ação Conjunta.

4. Este Plano de Ação Conjunta estará sujeito a uma revisão abrangente quando da terceira reunião da COSBAN, com base em uma avaliação das atividades dos dois primeiros anos de implementação. O resultado da revisão fornecerá as orientações para a segunda fase de implementação do Plano de Ação Conjunta.

Artigo 4 - Área Política

1. As duas Partes, com base nos princípios do Comunicado Conjunto, reafirmaram o compromisso com consultas igualitárias, com a intensificação do diálogo político e da confiança mútua, bem como com o fortalecimento da base política para a Parceria Estratégica, assim contribuindo para o estreitamento da cooperação e do intercâmbio entre as duas Partes, em todas as áreas.

2. As duas Partes manterão contatos de alto nível. Líderes dos dois países manter-se-ão em contato por meio de troca de visitas e de correspondência e de encontros à margem das reuniões internacionais mais importantes, com vistas ao intercâmbio aprofundado de visões sobre as relações bilaterais, bem como sobre temas internacionais e regionais de interesse comum.

3. Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países fortalecerão o contato e aprimorarão os mecanismos de diálogo, comunicação e coordenação em todos os níveis e áreas.

(i) Os Ministros de Relações Exteriores dos dois países manterão anualmente no mínimo uma reunião bilateral por meio de troca de visitas ou à margem de conferências multilaterais. Eles também se manterão em estreito contato através de conversas telefônicas e de troca de correspondências, a respeito de temas de interesse comum.

(ii) Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países fortalecerão os mecanismos do Diálogo Estratégico e da Subcomissão Política, a fim de intensificar a confiança política mútua e ampliar visão estratégica comum. O Diálogo Estratégico terá como foco a troca de visões sobre o planejamento estratégico das relações bilaterais e sobre temas internacionais e regionais importantes, de interesse comum. A Subcomissão Política terá como foco as consultas sobre relações bilaterais, a fim de promover a cooperação das

duas Partes em todas as áreas.

(iii) Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países continuarão a manter consultas e trocas regulares de opiniões sobre planejamento político, questões multilaterais, controle de armas e mudança de clima, entre outros.

(iv) Os Ministérios das Relações Exteriores promoverão diálogo bilateral na área de direitos humanos com vistas ao intercâmbio de experiências e de melhores práticas.

(v) Os Ministérios das Relações Exteriores dos dois países engajar-se-ão ativamente no intercâmbio nas áreas de legislação diplomática e preparação de diplomatas.

(vi) Os Ministérios das Relações Exteriores promoverão ativamente o intercâmbio entre si e entre instituições acadêmicas relevantes, em particular por meio de seminários e projetos de pesquisa.

4. As duas partes concordam em prosseguir com a intensificação do diálogo e da cooperação em questões multilaterais, a fim de dar maior contribuição para a estabilidade, o desenvolvimento e a paz mundiais. Para esse fim, as duas partes:

(i) fortalecerão a comunicação e coordenação em organizações internacionais e mecanismos multilaterais, tais como as Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio. As Missões de ambos os países nas organizações internacionais manterão estreita e freqüente comunicação e coordenação;

(ii) fortalecerão a coordenação bilateral em assuntos relativos ao G-20, à luz da decisão dos Líderes na Cúpula de Pittsburgh (24 e 25 de setembro de 2009) de designar o G-20 como o principal fórum para cooperação econômica internacional;

(iii) fortalecerão a comunicação e a coordenação no âmbito de mecanismos de cooperação entre grandes países em desenvolvimento, tais como o relativo aos

cinco principais países em desenvolvimento (G-5) e o BRIC;

(iv) conduzirão, tendo em vista a necessidade de salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos países em desenvolvimento, diálogos aprofundados e específicos sobre os seguintes temas internacionais de importância:

a) reforma da Organização das Nações Unidas e do Conselho de Segurança; b) governança econômica global e reforma das instituições econômicas/financeiras internacionais; c) crise financeira internacional; d) negociações da Rodada de Doha da OMC; e) mudança de clima e proteção ambiental; f) segurança alimentar; g) segurança energética; h) Metas de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; i) financiamento para desenvolvimento; j) controle de armas, desarmamento, não-proliferação; k) conflitos regionais;

(v) intercambiarão informações e compartilharão experiências sobre a participação em organizações internacionais e mecanismos multilaterais, a fim de entender melhor as posições da outra Parte e fortalecer a cooperação em organizações internacionais e mecanismos internacionais dos quais ambos os países participem.

5. As duas Partes verão positivamente o engajamento de cada uma na cooperação com sua própria região e na cooperação América Latina e Caribe-Ásia, e desempenharão um papel positivo na promoção de sua relação com a região da outra parte, bem como da cooperação geral entre a América Latina e o Caribe e a Ásia. Além disso, as duas Partes:

(i) trocarão impressões e compartilharão informações, de maneira freqüente, sobre a situação em suas respectivas regiões;

(ii) apoiarão as trocas e cooperações entre a Ásia e a América Latina e o Caribe, fortalecendo, em particular, a comunicação e a coordenação bilateral no âmbito do Fórum

de Cooperação América Latina-Ásia do Leste;

(iii) intercambiarão informações e compartilharão experiências sobre as relações de cada país com sua região.

6. As duas partes concordam em reforçar a cooperação em assuntos consulares bilaterais. Para esse fim:

(i) manterão e reforçarão a consulta mútua em assuntos consulares e fornecerão a assistência necessária para facilitar a abertura de representações consulares e o desempenho de funções consulares;

(ii) manter-se-ão mutuamente informadas e atualizadas sobre práticas relativas a vistos e taxas consulares de ambos os países, sobre proteção a nacionais no exterior e sobre imigração; coordenar-se-ão ativamente com as autoridades relevantes para facilitar a movimentação de pessoas; tomarão medidas concretas para proteger os direitos e interesses legítimos dos cidadãos do outro país que estejam em seu território.

7. As duas Partes continuarão a encorajar seus respectivos órgãos legislativos a fortalecer suas relações, aí incluindo a implementação, com a maior brevidade possível, do mecanismo de comunicação regular entre a Câmara dos Deputados do Brasil e o Congresso Nacional Popular da China.

8. Importantes partidos políticos brasileiros estabeleceram intercâmbio e cooperação com o Partido Comunista da China. O Plano de Ação Conjunta tem como objetivo intensificar a promoção do intercâmbio e da cooperação entre os partidos das duas Partes e facilitar consultas entre as duas Partes sobre assuntos relacionados ao treinamento de membros dos partidos dos dois países.

9. As duas Partes continuarão a fortalecer o intercâmbio e a cooperação nas áreas jurídica e policial e aperfeiçoar, expandir e atualizar o marco jurídico pertinente. De acordo com o Tratado entre a República

Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal, assinado em maio de 2004; com o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Extradicação, assinado em novembro de 2004; e com o Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial, assinado em maio de 2009, ambas as Partes desenvolverão a cooperação e fortalecerão o intercâmbio e a colaboração nas áreas de combate ao terrorismo internacional, combate à corrupção, repressão ao tráfico de drogas e ao crime organizado transnacional.

10. Considerando a importância de intensificar, de forma amistosa, o intercâmbio e a cooperação na área de desenvolvimento social entre o Brasil e a China, para promover o desenvolvimento sustentável de cada país, as duas Partes fortalecerão o diálogo e a cooperação sobre saúde pública, seguridade social, assistência social, bem-estar social e redução da pobreza, entre outras áreas, considerando ativamente o estabelecimento oportuno de um mecanismo de cooperação em desenvolvimento social no âmbito da COSBAN.

11. As Partes, à luz do Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República Popular da China sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa, assinado em 2004, elevarão as relações nessa área a um novo patamar, promovendo ativamente visitas de alto nível, intercâmbios de missões de especialistas e treinamento de pessoal, bem como fortalecendo de forma abrangente o intercâmbio e a cooperação em assuntos militares e de defesa.

Artigo 5 - Área Econômico-Comercial

1. As duas Partes reafirmam que a

cooperação econômica e comercial é um componente importante da Parceria Estratégica Brasil-China e comprometem-se a tomar medidas concretas e efetivas para promover o desenvolvimento, em bases sólidas, das relações bilaterais econômicas e comerciais. As duas Partes concordam em intensificar a troca de experiências relativas à formulação e implementação de políticas públicas, por meio da Subcomissão Econômico-Comercial da COSBAN, com vistas ao aperfeiçoamento da cooperação econômica e comercial.

2. Frente à atual crise financeira global, as duas Partes esforçar-se-ão para manter o crescimento econômico interno. As duas Partes reconhecem a importância de consolidar e desenvolver a cooperação econômico-comercial bilateral para alcançar tal objetivo. As duas Partes reconhecem a significativa complementaridade das duas economias e o grande potencial para cooperação em investimentos e comércio. As duas Partes esforçar-se-ão conjuntamente para diversificar e promover o crescimento do comércio e dos investimentos, bem como para resolver disputas comerciais através de consultas e diálogo conduzidos de forma amistosa. As duas Partes avaliam positivamente a Agenda China, adotada em 2008. Os dois países estão prontos para avançar nos estudos com o fim de identificar prioridades de investimento e de comércio bilaterais; cooperar com as comunidades empresariais organizando, uma vez por ano, um encontro do Conselho Empresarial Brasil-China; e estabelecer as diretrizes para participação das comunidades empresariais nos encontros da Subcomissão.

3. As duas Partes fortalecerão a coordenação em tópicos relacionados ao comércio, nos fóruns e organizações multilaterais, para promover o comércio global e o desenvolvimento econômico sustentável. As duas Partes estão prontas para

intensificar a coordenação e a cooperação no âmbito da Organização Mundial de Comércio e, em particular, do G-20, grupo de países em desenvolvimento com interesse especial em agricultura. As duas Partes estão dispostas a desenvolver esforços conjuntos em oposição ao protecionismo, sob qualquer forma, e empenham-se em alcançar brevemente a conclusão da rodada de negociações de Doha, e um resultado abrangente e equilibrado, que preserve os resultados já alcançados. A realização dos objetivos da rodada de desenvolvimento beneficiará os membros em desenvolvimento, ajudará os países a superar a crise e promoverá a cooperação regional e inter-regional. As duas Partes também intensificarão a coordenação de posições em outros fóruns multilaterais e internacionais com vistas a adotar regras internacionais e a implementar uma reforma das instituições econômicas e financeiras internacionais, conducente a um comércio global mais sólido e a um desenvolvimento econômico sustentável.

4. As duas Partes encorajarão o diálogo no Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau) com vistas ao fortalecimento da cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

5. O Brasil reconheceu o status de economia de mercado da China no Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, assinado em 12 de novembro de 2004. As duas Partes comprometem-se a fortalecer ainda mais o diálogo sobre a implementação do reconhecimento da China como economia de mercado e a empreender os melhores esforços para explorar medidas concretas para esse fim. O Brasil está comprometido a tratar dessa questão de maneira expedita.

6. As autoridades relevantes das duas Partes encorajarão ativamente a cooperação econômica e comercial e apoiarão o investimento nos dois sentidos, por parte de entidades e empresas relevantes, em particular nas áreas de: infra-estrutura, energia, mineração, agricultura, bio-energia, indústria e setor de alta tecnologia. As duas Partes intensificarão a cooperação com vistas a facilitar o comércio e o investimento. As duas Partes concordam em avançar na conclusão de acordos de cooperação entre seus órgãos de promoção comercial e de investimentos; dar mais exposição aos produtos de ambas as Partes ajudando as empresas da outra Parte a: organizarem ou co-organizarem, em seus territórios, feiras, exposições e eventos de promoção de parcerias empresariais, e delas participarem, em áreas como matérias-primas, produtos alimentícios e alta tecnologia; e diversificar os produtos de exportação, particularmente em setores intensivos em inovação, tais como serviços, indústrias criativas, indústria aeroespacial, biotecnologia, nanotecnologia, tecnologias e engenharias industriais, etc.

7. As duas Partes reconhecem as amplas perspectivas para o aprofundamento e o fortalecimento da cooperação em infra-estrutura em todos os seus aspectos, de acordo com os princípios de assistência mútua, benefício mútuo e desenvolvimento comum, observados os respectivos regulamentos e leis internas.

8. As duas Partes promoverão a cooperação aprofundada no desenvolvimento e implementação de projetos de infra-estrutura e intensificarão o intercâmbio de informações sobre leis e regulamentos e sobre planos de desenvolvimento, bem como fortalecerão o intercâmbio técnico e o treinamento de pessoal.

9. Em 10 de fevereiro de 2006 o Ministério do Comércio da China e o Ministério de

Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil assinaram Memorando de Entendimento, que estabelece o Grupo de Coordenação de Assuntos do Comércio Bilateral (GCB). As duas Partes continuarão a avaliar o comércio bilateral e a trocar informações sobre produtos específicos, quando necessário.

10. Considerando a discrepância significativa entre as estatísticas do comércio bilateral, os dois países estabeleceram o Grupo de Harmonização Estatística, cujo trabalho é de grande importância na abordagem e análise objetiva e imparcial do volume do comércio bilateral, reduzindo as divergências e promovendo o desenvolvimento estável e positivo do investimento e comércio bilaterais. O Grupo de Harmonização Estatística se encontrará uma vez ao ano, para concluir o relatório final sobre a discrepância das estatísticas de comércio bilateral, conforme decisão da Subcomissão Econômica e Comercial (22-24 abril, 2009, Pequim), bem como para fortalecer o mecanismo de comunicação e coordenação e promover o trabalho nos diversos temas.

11. As duas Partes concordam em reabrir as negociações sobre o Acordo de Cooperação Mútua em Matéria Aduaneira Brasil-China, tal como decidido na Subcomissão Econômica e Comercial (22-24 de abril, 2009, Pequim), e em continuar a discussão sobre o uso da informação, com vistas a concluir as negociações tão pronto quanto possível. Até que o Acordo de Cooperação Mútua em Matéria Aduaneira seja assinado, as duas Partes concordam em trocar informações caso a caso.

12. As duas Partes realizarão, sempre que necessário, encontro do Grupo Permanente sobre Contrabando e Temas Afins, com vistas a intensificar a troca de experiência e inteligência sobre fraude comercial e tráfico de drogas, bem como trabalhar para obter

progresso substancial no combate conjunto ao contrabando. O Grupo estabelecerá sua metodologia de trabalho e um programa de trabalho detalhado

13. As duas Partes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho sobre Propriedade Intelectual (PI) para expandir a cooperação em PI a fim de melhor conhecer a legislação doméstica de cada Parte e fortalecer a cooperação na aplicação da legislação de PI, bem como promover cooperação em fóruns multilaterais relevantes.

14. As duas Partes concordam em estabelecer um Grupo de Trabalho sobre Investimentos no âmbito da Subcomissão Econômico-Comercial, com vistas a intercambiar informações sobre investimentos e oportunidades de investimento bilaterais e a promover a cooperação na área de investimentos entre empresas das duas Partes. Concordam ainda em auxiliar na resolução de problemas e dificuldades que possam surgir no contexto de sua cooperação em investimentos. O Grupo de Trabalho será dirigido por autoridades governamentais de ambas as Partes.

15. As duas Partes continuarão sua cooperação no setor de aviação, por meio do aprofundamento da cooperação técnica Brasil-China em Harbin conforme a demanda de mercado, promovendo ainda mais o desenvolvimento do mercado de aviação regional com a cooperação China-Brasil na produção de aviões competitivos e de tecnologia avançada.

16. As duas Partes promoverão um esforço cooperativo entre a Secretaria de Comércio e Serviços do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e o Ministério do Comércio da China, para trocar informações sobre métodos de quantificação do comércio exterior de serviços. Nesse âmbito, o Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior está disposto a fornecer informações sobre seu Sistema Integrado de Comércio Exterior em Serviços (SISCOSERV).

17. As duas Partes fortalecerão a comunicação, aumentarão a confiança mútua e trocarão opiniões regularmente, para promover ainda mais o diálogo e a cooperação, iniciados durante a visita de Estado do Presidente Lula da Silva à China, em maio de 2009, entre os representantes das indústrias brasileira e chinesa de têxteis e vestuário

18. As duas Partes farão uso do mecanismo de cidades e províncias irmãs, fortalecerão os laços entre as províncias e os estados e organizarão visitas mútuas anuais, bem como participarão de diversas feiras e exposições

19. Ambas as Partes fortalecerão ainda mais as comunicações entre autoridades de turismo dos dois países; encorajarão a troca de informações sobre turismo, regulamentação do turismo e estatísticas do setor; encorajarão empresas domésticas a investir no setor do turismo do outro país; e promoverão a cooperação nas áreas de educação em turismo e de treinamento de pessoal.

20. As duas Partes promoverão, também, o estabelecimento de vôos diretos entre o Brasil e a China. Nesse sentido, as duas Partes se congratulam com o acordo de code-share recentemente concluído entre empresas aéreas do Brasil e da China.

21. As duas Partes concordam em fortalecer a cooperação em pesquisa e aplicação de novas tecnologias para redução de emissões no setor de aviação, bem como no compartilhamento de informações e intercâmbio de pessoal; concordam ainda em fortalecer a coordenação e alinhar posições em negociações e conferências internacionais sobre emissões do setor aéreo.

22. As duas Partes discutirão a realização de pesquisa de longo prazo sobre o potencial

de intensificação do desenvolvimento de relações comerciais entre o IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e a China.

Artigo 6 - Área de Energia e Mineração

1. As duas Partes concordam sobre o grande potencial de cooperação na área de investimentos bilaterais no setor de energia e mineração. As duas Partes fortalecerão, com base na cooperação em curso, a comunicação e o intercâmbio; promoverão a implementação de projetos importantes de cooperação em investimento no setor de energia e mineração; manterão coordenação freqüente e resolverão os problemas que surgirem durante a implementação de projetos no âmbito da Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN.

2. As duas Partes assinalaram a importância dos documentos assinados entre os dois países nessa área específica e estão dispostas a continuar a promover ativamente sua implementação.

3. As duas Partes promoverão e expandirão, com base na cooperação atual, sua cooperação nas áreas de comércio, exploração de petróleo, desenvolvimento, financiamento, serviços de engenharia e equipamentos. As duas Partes aprofundarão a parceria bilateral no setor petrolífero, com a participação de companhias brasileiras no desenvolvimento e na produção na China e a participação de companhias chinesas no desenvolvimento e na produção no Brasil, intensificando o comércio de equipamentos e investimentos na cadeia de fornecimento de gás e petróleo.

4. Brasil e China cooperarão no desenvolvimento de novas fontes de energia, em particular fontes renováveis (eólica, solar, hidroeletricidade, biocombustíveis e biomassa).

5. Brasil e China cooperarão na área de energia nuclear. Inicialmente, os dois países estudarão formas de cooperação nessa área

por meio da organização de seminário com especialistas de ambos os países.

6. Os dois países intensificarão a cooperação e desenvolverão parcerias na área de biocombustíveis, com vistas a consolidar o papel dos biocombustíveis como “commodities” energéticas.

7. As duas Partes concordam em expandir a cooperação entre companhias brasileiras e chinesas no setor de mineração; encorajar investimentos bilaterais e investimentos conjuntos em terceiros países; promover o investimento necessário em infra-estrutura para possibilitar a exploração econômica de recursos minerais e o comércio de produtos minerais.

8. Ambos os países dão importância ao desenvolvimento e processamento conjunto de minerais, tais como ferro, alumínio, níquel, cobre e carvão. Neste contexto, ambas as Partes concordam em expandir o investimento da China no Brasil, incluindo investimentos em infra-estrutura, de forma a dar suporte às exportações para a China, bem como o processo de agregação de valor à produção e o processamento de minerais em âmbito local.

9. Brasil e China manterão discussões sobre assuntos de energia e mineração, especialmente no âmbito de políticas públicas, metas, demandas, esforços de conservação, desenvolvimento de novas tecnologias e cooperação bilateral.

10. As duas Partes promoverão encontros e fóruns de negócios e investimento no setor de energia e mineração, em ambos os países.

11. Brasil e China identificarão as áreas para criação de “clusters”, de forma a promover tecnologias chinesas no Brasil e tecnologias brasileiras na China.

12. As duas Partes farão uso da Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN para promover a implementação de compromissos no setor de energia e mineração, bem como

manterão estreito contato e intercâmbio de informações sobre todos os aspectos dos projetos de cooperação bilateral e sobre sua implementação.

Artigo 7 - Área Econômico-Financeira

1. No âmbito da globalização econômica, a estreita comunicação e a cooperação em política macroeconômica, bem como nas áreas fiscal e financeira, entre o Brasil e a China são instrumentos importantes para garantir o crescimento econômico estável em ambos os países e em todo o mundo. Assim, as duas Partes decidiram ampliar a agenda atual do Diálogo Financeiro Brasil-China para incluir o diálogo e a cooperação em políticas macroeconômicas, coordenação de posições em assuntos financeiros e econômicos multilaterais, cooperação financeira e monetária e outros assuntos econômicos e financeiros. Em consequência, acordam mudar o nome e a estrutura do “Diálogo Financeiro Brasil-China” para “Subcomissão Econômico-Financeira Brasil-China”. A subcomissão trabalhará no âmbito da COSBAN e a ela se reportará, reunindo-se uma vez ao ano, alternadamente, nos dois países.

2. As duas Partes almejam alcançar os seguintes objetivos por meio dos trabalhos da Subcomissão:

(i) intensificar o diálogo sobre políticas macroeconômicas entre os dois países. As duas Partes discutirão e trocarão informações sobre assuntos relacionados a políticas fiscal, impositiva e monetária e sobre estratégias de desenvolvimento econômico; e intensificarão a cooperação política e promoverão o desenvolvimento sustentável de suas economias.

(ii) fortalecer a cooperação em foros multilaterais econômicos e financeiros. As duas Partes promoverão coordenação freqüente de posições em fóruns econômicos multilaterais

(incluindo G-20 e BRICs, bem como em organizações econômicas multilaterais como FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros bancos de desenvolvimento regionais); intensificarão a cooperação com vistas à superação da crise financeira e à reforma do sistema financeiro internacional, em particular pelo aumento, nesse contexto, da representatividade e da voz dos países emergentes e dos países em desenvolvimento; advogarão conjuntamente o estabelecimento de um sistema financeiro internacional igualitário, justo, abrangente e ordenado.

(iii) expandir a cooperação financeira bilateral. As duas Partes: (a) fortalecerão a cooperação, incluindo troca de experiência e informação entre agências reguladoras de atividades financeiras (inclusive nos setores bancário, de títulos e de seguros); (b) fornecerão mais oportunidades de cooperação para instituições financeiras dos dois países e facilitarão o estabelecimento de escritórios e operações de tais instituições em suas respectivas jurisdições, de acordo com o arcabouço legal de cada país; (c) explorarão abordagens para facilitar o investimento direto e de portfólio bilateral através de cooperação financeira intensificada.

(iv) facilitar o financiamento do comércio e promover o uso de moedas locais no comércio bilateral. Ao implementar o consenso alcançado pelos líderes dos dois países em 19 de maio de 2009, as duas Partes darão continuidade à discussão sobre o uso de moedas locais no comércio bilateral.

Artigo 8 - Área de Agricultura

1. Intensificar a troca de visitas bilaterais de alto nível. As Partes intensificarão a troca de visitas bilaterais no nível vice-ministerial ou ministerial, preferencialmente uma vez ao ano, com vistas a promover diálogo regular de alto nível sobre políticas agrícolas em ambos os países e aumentar o conhecimento mútuo.

2. Estabelecer um sistema de troca de informações. As Partes trocarão comentários, opiniões e informações por meio de canais diplomáticos, sítios oficiais ou contatos diretos entre os pontos focais nos ministérios coordenadores. Tal intercâmbio de informações incluirá, entre outras coisas, políticas agrícolas (modernização, modelos de produção agrícola, leis e regulamentações do setor, agricultura familiar, novas aplicações e pesquisas de tecnologias agrárias, importações e exportações de produtos agrícolas, investimento), fornecimento de dados (suprimento ou demanda de produtos agrícolas, necessidades de investimento agrícola, doenças de plantas e zoonoses, entre outros) e comentários e opiniões sobre questões regionais e multilaterais relevantes (como negociações na OMC, processo regulatório no âmbito da OIE, etc.).

3. Fortalecer a cooperação em pesquisas agrícolas. As Partes trocarão informações e conduzirão pesquisas conjuntas em recursos de germoplasma de plantas e animais de alta qualidade, biotecnologias, tecnologias de energia de biomassa (etanol de cana-de-açúcar e co-geração de eletricidade, etanol de celulose de segunda geração, biodiesel, entre outras) e tecnologias de produção agrícola (produção de soja, processamento de frutas, reprodução de gado, aquicultura e controle de zoonoses), levando em consideração dispositivos legais e direitos de propriedade intelectual.

4. Fortalecer a cooperação no comércio de produtos agrícolas. As Partes realizarão avaliações conjuntas sobre o comércio de produtos agrícolas relevantes e farão esforços para expandir o comércio bilateral e otimizar a estrutura comercial, inclusive por meio da diversificação dos produtos comercializados, da redução de custos e do estabelecimento de relações comerciais diretas entre exportadores e importadores.

5. Promover visitas bilaterais de especialistas em agricultura. As Partes promoverão visitas bilaterais de delegações de especialistas, em base ad hoc, para aprendizagem recíproca de tecnologias agrícolas avançadas e de experiências de gerenciamento.

6. Sedar “workshops” e seminários conjuntos sobre tecnologias agrícolas. As Partes realizarão “workshops” e seminários conjuntos sobre tecnologia em temas de interesse comum, tais como tecnologias de prática agrícola, políticas agrícolas, crédito rural, cooperativas, infraestrutura agrícola, relações urbano-rurais, entre outros.

7. Estabelecer laboratórios conjuntos no Brasil e na China. As Partes apoiam o interesse da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) em fortalecer sua cooperação, inclusive por meio do estabelecimento de laboratórios conjuntos no Brasil e na China em 2010.

8. Intensificar a cooperação em temas agrícolas internacionais. As Partes continuarão a fortalecer sua comunicação e a coordenar posicionamentos nas discussões sobre agricultura em organizações internacionais relevantes, tais como OMC, FAO, UNCTAD e OIE, com o objetivo de desenvolver um sistema de comércio agrícola internacional e regras internacionais mais justas e sólidas, que protejam os interesses dos agricultores de países em desenvolvimento.

9. Promover investimentos mútuos no setor agrícola. As Partes promoverão um ambiente propício para o aumento de investimentos mútuos no setor agrícola, inclusive no processamento de grãos e alimentos, em coordenação com o Grupo de Trabalho de Investimentos da Subcomissão Econômico-Comercial.

10. Envolver as entidades financeiras na cooperação agrícola. O Banco de

Desenvolvimento da China se dispõe a oferecer apoio financeiro para o desenvolvimento da cooperação bilateral em agricultura, inclusive por meio de iniciativas em pesquisa agrícola, comércio agrícola, investimento agrícola mútuo e workshops e seminários de tecnologia entre o Brasil e a China. O Banco do Brasil e o BNDES também se dispõem a apoiar essas iniciativas de acordo com as orientações de ambas as instituições.

Artigo 9 - Área de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena

1. Ambos os lados estão empenhados em reforçar a cooperação bilateral e o intercâmbio na área de inspeção e quarentena de alimentos e produtos agrícolas, com o objetivo de promover o efetivo desenvolvimento, racionalização e agilização do comércio bilateral desses itens, por meio da implementação de procedimentos que garantam a segurança e a qualidade dos produtos animais e vegetais, de acordo com as regras da OMC. Brasil e China aprofundarão ainda mais a institucionalização da troca de experiências em políticas nacionais, assim promovendo a confiança recíproca e permitindo a diversificação das exportações e importações bilaterais de alimentos e produtos agrícolas. Ambos os lados concordam em renomear a Subcomissão como “Subcomissão de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena”.

2. As partes concordam em continuar ativamente a implementar o “Plano de Trabalho em Cooperação Sanitária e Fitossanitária entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil (MAPA) e a Administração-Geral para a Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China (AQSIQ)”, assinado em 19 de maio de 2009.

3. Ambos os lados concordam em intensificar a troca de informações sobre leis e regulamentos relativos a segurança alimentar,

estabelecer consultas, desenvolver pesquisas conjuntas em tecnologias relevantes em inspeção e quarentena e aumentar as visitas recíprocas e o intercâmbio de informações.

4. Ambos os lados facilitarão a coordenação de posições em fóruns multilaterais e outras organizações internacionais, tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE), a Comissão do Codex Alimentarius (CAC) e a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais (IPPC).

5. O MAPA e a AQSIQ manterão diálogo regular em todos os níveis, a fim de assegurar a implementação de um sistema de “alerta antecipado”, que resolva com agilidade problemas sanitários emergentes por meio do exame célere, caso a caso, das medidas a serem adotadas para os problemas que possam ameaçar o comércio bilateral.

6. Ambas as Partes se empenharão em assegurar um comércio desimpedido de aves brasileiras para a China e de tripas chinesas de ovelha e cabra para o Brasil.

7. Brasil e China darão continuidade às medidas para permitir o comércio bilateral de carne suína, inclusive com a aprovação dos sistemas sanitário e de registro em vigor no Brasil e na China e de todos os requisitos necessários relacionados a pedidos de registro apresentados.

8. Ambas as Partes se comprometem a agilizar os procedimentos para a implementação dos protocolos assinados em 12 de novembro de 2004 sobre exportação de carnes termicamente processadas de aves e de suínos da China para o Brasil, de forma a gerar correntes de comércio.

9. Ambas as Partes concordam em implementar de forma expedita o reconhecimento das zonas livres de febre aftosa, em conformidade com o Plano de Trabalho assinado em 19 de maio de 2009

entre o MAPA e a AQSIQ, para facilitar a expansão bilateral das exportações de carne bovina.

10. As Partes concordam em assinar o “Protocolo sobre Requisitos Sanitários e Fitossanitários para Exportação de Folhas de Tabaco do Brasil para a China entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração-Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China” e o “Protocolo sobre Quarentena e Condições Sanitárias Animais para Exportação de Carne Bovina Termicamente Processada do Brasil para a China entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento da República Federativa do Brasil e a Administração-Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China”.

11. Considerando a questão do acesso recíproco de frutas chinesas e brasileiras, ambos os lados comprometem-se a realizar a necessária avaliação de risco e a aprimorar as consultas, de forma a facilitar o comércio bilateral de frutas o mais rápido possível; a iniciar negociações sobre um acordo bilateral na área de frutas e vegetais, implementando os entendimentos alcançados durante a primeira reunião da Subcomissão, em setembro de 2007. As frutas identificadas como prioritárias por ambos os países são: frutas cítricas, uvas e melão (Brasil), e pêra, maçã e frutas cítricas (China). Como primeiro passo, as análises de risco para as frutas cítricas brasileiras e para a pêra chinesa poderiam ser concluídas. O potencial para as maçãs e uvas também poderia ser levado em consideração.

12. Ambas as Partes concordam em iniciar e desenvolver discussões técnicas sobre as condições sanitárias para o comércio bilateral, dentre outros produtos, de: outras frutas e vegetais; pintos-de-um-dia; ovos fecundados;

ovos; gelatina; carne e couro de cavalo, asininos e mulas.

13. Brasil e China buscarão também acordo nos procedimentos sanitários sobre o comércio bilateral em ambos os sentidos de produtos derivados do leite.

14. Ambos os lados concordam em aprofundar as trocas e a cooperação nas áreas de metrologia, padrões, inspeção, certificação e acreditação por meio de consultas, visitas mútuas e organização de simpósios, assim como de pesquisas conjuntas e intercâmbio técnico. Os dois lados também aprimorarão a cooperação e o apoio recíproco em organizações internacionais como a Organização Internacional de Normalização (ISO), a Comissão Eletrotécnica Internacional (IEC) e a Organização Internacional de Metrologia Legal (OIML).

15. Ambas as Partes concordam em implementar o Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica sobre Vigilância de Medicamentos e Produtos Relacionados à Saúde, assinado em 24 de maio de 2004, entre a ANVISA e a Administração Estatal de Alimentos e Drogas da China.

Artigo 10 - Área de Indústria e Tecnologia da Informação

1. Objetivos:

(i) Promover o diálogo e a troca de informações relativas a políticas industriais de ambos os países;

(ii) explorar o potencial para a cooperação industrial e de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) a partir das complementaridades entre os dois países;

(iii) promover a troca de experiências em desenvolvimento industrial e de TIC entre os dois países;

(iv) ambas as Partes concordaram em renomear a subcomissão como “Subcomissão de Indústria e Tecnologia da Informação”.

2. Escopo da cooperação:

(i) diálogo sobre políticas de desenvolvimento industrial e de TIC, incluindo políticas relacionadas com inovação, financiamento e padrões tecnológicos; troca de experiências bem sucedidas de industrialização e informatização em ambos países;

(ii) cooperação em áreas industriais, tais como recursos minerais, indústria de aviação civil, etanol-combustível para motores, utilização abrangente de resíduos, indústria leve e têxteis;

(iii) cooperação em áreas de indústria eletrônica e de tecnologia da informação, tais como TV digital, comunicação sem-fio e software;

(iv) troca de experiências na transformação e aprimoramento de indústrias tradicionais por meio do uso TIC e na promoção da aplicação de TIC em várias áreas;

(v) intercâmbio e cooperação entre Pequenas e Médias Empresas (PME) em ambos os países.

3. Formas de cooperação:

(i) troca de visitas de ministros e outras autoridades;

(ii) reuniões da Subcomissão para revisar o progresso da cooperação e formular o plano de trabalho anual;

(iii) promoção da troca intensificada de tecnologia entre empresas e institutos de pesquisa em ambos os países;

(iv) intercâmbio de listas de eventos nos dois países, como conferências, exposições e feiras de comércio relacionados com a indústria e a TIC, e apoio a empresas nacionais e associações industriais para participação em tais eventos realizados pela outra Parte;

(v) fortalecimento da coordenação em fóruns multilaterais e organizações internacionais das quais Brasil e China fazem parte, na área pertinente.

Artigo 11 - Área de Cooperação Espacial

1. Continuidade e expansão da cooperação espacial. As Partes reiteram o desejo de

continuar e aprofundar a cooperação espacial. As Partes destacam o CBERS (“China-Brazil Earth Resources Satellite”) como um dos programas de cooperação tecnológica e científica mais bem-sucedidos entre países em desenvolvimento e reafirmam o desejo de expandir e enriquecer a cooperação no âmbito desse programa.

2. Fortalecimento da parceria estratégica. As Partes implementarão ativamente o Protocolo para a Continuidade, Expansão e Aplicação do Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres entre a Agência Espacial Brasileira do Governo da República Federativa do Brasil e a Administração Espacial Nacional da República Popular da China.

3. Política de dados. China e Brasil expandirão o programa CBERS e suas aplicações por meio da assinatura de um acordo que defina a política de dados para distribuição de imagens produzidas pela série de satélites CBERS à China, Brasil e outros países. Essa política de dados cobre os dados obtidos pelo CBERS-1, CBERS-2 e CBERS-2B bem como pelos futuros CBERS-3 e CBERS-4.

Artigo 12 - Área de Ciência, Tecnologia e Inovação

1. Fortalecer a cooperação. As Partes consideram que a ciência, a tecnologia e a inovação têm um papel estratégico na elaboração de políticas para o desenvolvimento econômico e para a competitividade de ambos os países. Ambas as Partes fortalecerão o papel de liderança da Subcomissão de Ciência e Tecnologia da COSBAN, promoverão coordenação e comunicação mais intensas entre os Ministérios de Ciência e Tecnologia dos dois países e explorarão novas oportunidades e áreas de cooperação. As Partes concordam em renomear a Subcomissão como “Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação”.

2. Áreas de cooperação prioritárias. As Partes acordam que as áreas prioritárias de

cooperação devem ser as de bioenergia e biocombustíveis, nanotecnologia e ciências agrárias, a fim de fortalecer a cooperação bilateral, a transferência de tecnologia, bem como os projetos e pesquisas conjuntos. Os Ministérios de Ciência e Tecnologia de ambos os países promoverão e estimularão ativamente a cooperação entre instituições brasileiras e chinesas nessas áreas.

3. Benefícios mútuos. As Partes promoverão cooperação baseada no princípio da igualdade e dos benefícios mútuos, a fim de elevar o nível da cooperação bilateral em ciência e tecnologia e a diversificação das áreas de interesse mútuo.

4. Inovação para o desenvolvimento. As Partes promoverão o desenvolvimento, financiamento e execução de projetos conjuntos de pesquisa em áreas de interesse comum, a fim de promover, desenvolver, financiar e executar projetos de cooperação tecnológica e científica, baseados no diálogo sobre políticas públicas em inovação e desenvolvimento.

5. Implementação do Plano de Trabalho sobre cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em 19 de maio de 2009. As Partes realizarão todos os esforços necessários para implementar os seguintes projetos, tal como acordado no Plano de Trabalho em Ciência, Tecnologia e Inovação, assinado em 19 de maio de 2009:

(i) Bioenergia e biocombustíveis (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Universidade de Tsinghua, Academia Chinesa de Ciências Agrárias de Guangxi e Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais - CATAS):

(a) produção de biodiesel derivado de algas, de acordo com as seguintes tecnologias existentes nos dois países: - o processo de produção da biomassa de cana a partir da hidrólise enzimática da cana-de-açúcar,

desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; o processo de cultivo de algas, em culturas celulares de alta densidade, com alto conteúdo de óleo, desenvolvido pela Universidade de Tsinghua. Essas duas áreas são altamente complementares e permitirão o desenvolvimento de uma tecnologia inovadora para produção de biodiesel;

(b) promover o estudo da hidrólise da biomassa da cana-de-açúcar, usando enzimas produzidas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como a biomassa de cana-de-açúcar da província chinesa de Guangxi, e, em seqüência, processando as enzimas de alto desempenho com técnicas disponíveis na Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais (CATAS).

(ii) Nanotecnologia (Academia Chinesa de Ciências - CAS; Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil e outras instituições e agências de pesquisa que compõem o Sistema Nacional de Inovação do Brasil): instituições brasileiras de pesquisa em nanociência e nanotecnologia e a Academia Chinesa de Ciências darão prioridade às pesquisas conjuntas nos campos de nanometrologia, encapsulação de drogas (estruturas e processos) e nanomateriais. Brasil e China também acordam estabelecer um Centro Brasil-China em Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia. As prioridades e os dispositivos regulamentares do Centro serão conjuntamente definidos em seminários e videoconferências.

(iii) Ciências Agrárias (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA e Academia Chinesa de Ciências Agrárias - CAAS): a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), juntamente com a Academia Chinesa de Ciências Agrárias (CAAS), decidiram estabelecer Laboratórios Conjuntos na China e no Brasil. Os laboratórios contarão com equipe de trabalho

adequada e conduzirão pesquisas básicas e aplicadas conjuntas em campos tais como biocombustíveis, biotecnologia e genética vegetal.

(iv) Apoio ao Centro Brasil-China de Tecnologias Inovadoras para Mudança Climática e Novas Fontes de Energia, estabelecido pela COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e pela Universidade de Tsinghua. As atividades desse centro serão apoiadas por parcerias com instituições acadêmicas, organizações empresariais e governamentais chinesas e suas contrapartes brasileiras interessadas no trabalho do Centro.

6. Projetos adicionais poderão ser considerados durante futuras reuniões da Subcomissão em Ciência, Tecnologia e Inovação da COSBAN, tais como projetos nas áreas de difusão, educação e popularização da ciência e pesquisa e desenvolvimento nanotecnológicos aplicados ao setor têxtil.

Artigo 13 - Área Cultural

1. As Partes concordam em aprofundar a cooperação nos campos da cultura e das artes, rádio, filme e televisão, imprensa, editoração e esportes, para estimular intercâmbios e colaborações culturais mais frequentes naquelas áreas, a fim de fortalecer a compreensão mútua e a amizade entre os dois povos.

2. As Partes concordam, no âmbito da Subcomissão Cultural, em estabelecer um mecanismo de encontros de trabalho regulares em nível ministerial; aprimorar o intercâmbio e a cooperação culturais entre os dois Governos; implementar o Programa Executivo Cultural para 2010-2012, sob a cobertura do “Acordo de Cooperação Educacional e Cultural”; encorajar e facilitar o intercâmbio cultural bilateral envolvendo vários setores sociais; explorar novas oportunidades para intercâmbio em diferentes campos e melhorar o nível profissional da cooperação.

3. Conforme acordado entre os Presidentes dos dois países, as Partes organizarão o “Mês da China no Brasil”, em 2010, e o “Mês do Brasil na China”, em 2011.

4. Brasil e China concordam em encorajar organizações culturais e artistas de ambos os países a participar de eventos culturais tais como festivais e competições artísticas internacionais, exposições e fóruns realizados no outro país; promover trocas entre profissionais das artes (artes visuais, teatrais, de cinema, música, dança e design); e encorajar e apoiar artistas na pesquisa acadêmica no outro país.

5. As Partes concordam em começar consultas sobre o estabelecimento de um Centro Cultural Chinês no Brasil e um Centro Cultural Brasileiro na China.

6. As Partes fortalecerão o intercâmbio no campo da indústria cultural e encorajarão a cooperação entre empresas culturais dos dois países.

7. As Partes encorajarão a troca e doação de livros entre as bibliotecas, bem como o intercâmbio de bibliotecários entre os dois países; a participação de editoras e instituições culturais em feiras internacionais de livros de ambos os países; a promoção do estabelecimento de acordos entre editoras para publicação de livros de autores de ambos os países, em edições bilingues sempre que possível.

8. Brasil e China intensificarão a cooperação nos campos de línguas e publicações, a fim de promover o uso do mandarim e do português no intercâmbio bilateral; apoiar o projeto de compilação e edição de um Dicionário Português-Chinês, a partir da base de dados do Dicionário “Le Grand Ricci”; encorajar a iniciativa da Academia Chinesa de Ciências Sociais de traduzir livros clássicos de ciências sociais brasileiras, com alta qualidade editorial e apresentação acurada da cultura

brasileira aos leitores chineses; encorajar as iniciativas de traduzir e publicar títulos clássicos e modernos sobre a China no Brasil, com subsídios fornecidos pela Parte Chinesa.

9. As Partes promoverão a cooperação no campo da imprensa, bem como a troca de visitas entre formadores de opinião de ambos os países, e fortalecerão a cooperação entre agências governamentais de notícias.

10. Brasil e China concordam em promover a cooperação no campo dos esportes, a fim de fortalecer os esportes olímpicos no Brasil e na China, bem como em acumular experiência na organização de eventos esportivos de grande escala.

(i) Considerando a eleição do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, e a experiência adquirida pela China ao sediar os Jogos Olímpicos de 2008, as Partes decidem estabelecer um grupo de trabalho, sob a Subcomissão Cultural, para cuidar de assuntos relacionados a esportes.

(ii) Considerando o alto nível da experiência brasileira em futebol, as Partes decidem oferecer oportunidades para cooperação e promover o futebol brasileiro, inclusive por meio da abertura de centros de treinamento de futebol brasileiro na China, em parceria com escolas locais. Durante a Expo Xangai 2010, ambos os países poderiam organizar uma partida amistosa de futebol entre as seleções nacionais do Brasil e da China.

Artigo 14 - Área de Educação

1. As Partes concordam em fortalecer os intercâmbios educacionais bilaterais, com vistas a promover a cooperação em diferentes níveis e a compartilhar experiências e boas práticas.

2. Ambas as Partes concordam em realizar intercâmbios baseados no benefício mútuo, por meio da concessão de bolsas governamentais.

(i) A Parte chinesa confirma o oferecimento

de 22 bolsas de estudo governamentais por ano para estudantes brasileiros, ao longo do período de vigência deste Plano de Ação. A Parte brasileira confirma que fornecerá bolsas de estudo para estudantes chineses com base na reciprocidade, observando os limites institucionais e legais respectivos;

(ii) as Partes confiarão ao China Scholarship Council (CSC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a responsabilidade pela implementação de programas bilaterais de bolsas de estudo;

(iii) as Partes encorajarão o CSC e a CAPES a assinar acordos operacionais baseados nas diretrizes do Plano de Ação Conjunta;

(iv) as Partes avaliarão conjunta e periodicamente a possibilidade de aumentar o número de bolsas de estudo oferecidas ao outro país.

3. A fim de facilitar o diálogo e a cooperação acadêmicos entre universidades de ambos os países, as Partes encorajarão membros da comunidade acadêmica a participar de intercâmbios, pesquisa e atividades acadêmicas conjuntas de interesse mútuo.

4. Ambas as Partes concordam em encorajar visitas entre agências governamentais, organizações e instituições educacionais, para compartilhar informações sobre instituições, políticas, leis e regulamentos na área da educação, bem como sobre materiais didáticos.

5. Ambas as Partes concordam em fornecer auxílio ao ensino de línguas, apoiando programas de ensino da língua chinesa e portuguesa em universidades dos dois países, especialmente por meio de:

(i) envio de professores de línguas, para auxiliar no ensino e/ou para contribuir para o treinamento de professores;

(ii) fornecimento de materiais didáticos e

de colaboração no desenvolvimento de livros-texto;

(iii) assistência ao desenvolvimento de Institutos Confúcio na Universidade de São Paulo e na Universidade de Brasília, bem como de quaisquer outros Institutos criados depois da assinatura deste Plano de Ação;

(iv) realização de exames CELPE-BRAS em universidades chinesas e testes HSK em universidades brasileiras, encorajando, para esse propósito, as instituições implicadas a chegar a um acordo o mais rápido possível;

(v) assistência ao desenvolvimento do Centro de Estudos Brasileiros (CEB), estabelecido na Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), do Centro para Cultura Brasileira estabelecido na Universidade de Pequim (PKU), bem como qualquer outro CEB criado depois da assinatura deste Plano de Ação;

(vi) assistência ao desenvolvimento de outros centros para o estudo da língua portuguesa, variante brasileira, nas universidades chinesas, tais como a Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong, a Universidade de Comunicações de Pequim e a Universidade de Estudos Internacionais de Pequim;

(vii) apoio à difusão do estudo e do ensino do português, variante brasileira, em universidades, tais como a Universidade de Nanjing e a Universidade Jiaotong de Xangai.

Artigo 15

Este Plano de Ação Conjunta entra em vigor na data de sua assinatura e é válido por um período de cinco anos.

Feito em Brasília, em 16 de abril de 2010, em dois exemplares originais, nos idiomas português, chinês e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, prevalecerá o texto em inglês.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, HU
JINTAO - BRASÍLIA,
14 E 15 DE ABRIL DE 2010
15/04/2010

I - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA O ESTABELECIMENTO DE GRUPO DE TRABALHO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL NO ÂMBITO DA SUBCOMISSÃO ECONÔMICO-COMERCIAL DA COMISSÃO SINO-BRASILEIRA DE ALTO NÍVEL DE CONCERTAÇÃO E COOPERAÇÃO

II - PROTOCOLO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A ADMINISTRAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DA QUALIDADE, INSPEÇÃO E QUARENTENA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA SOBRE QUARENTENA E CONDIÇÕES SANITÁRIAS E VETERINÁRIAS DE CARNE BOVINA PROCESSADA TERMICAMENTE A SER EXPORTADA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL PARA A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

III - PROTOCOLO SOBRE OS REQUISITOS FITOSSANITÁRIOS PARA A EXPORTAÇÃO DE FOLHAS DE TABACO DO BRASIL PARA A CHINA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DA QUALIDADE, INSPEÇÃO E QUARENTENA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA E

O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

IV - PROGRAMA EXECUTIVO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA PARA OS ANOS DE 2010-2012

DECLARAÇÃO CONJUNTA BRASIL-ÍNDIA - BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010
15/04/2010

A convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o Primeiro-Ministro da República da Índia, Dr. Manmohan Singh, realizou visita ao País, no dia 15 de abril corrente. Os dois Mandatários mantiveram encontro bilateral e reuniram-se, igualmente, por ocasião da IV Cúpula do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) e da II Cúpula do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), em 15 de abril.

2. Durante a reunião e o almoço de trabalho, o Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh discutiram, em detalhes, temas bilaterais, regionais e multilaterais e renovaram seu compromisso de fortalecer a Parceria Estratégica Brasil-Índia. Ambos os Mandatários manifestaram satisfação pela crescente cooperação e pela colaboração entre os dois países, intensificadas em anos recentes.

3. Expressaram satisfação pela contínua expansão, nos últimos anos, do comércio bilateral, que atingiu US\$ 5,6 bilhões em 2009, apesar do impacto da crise financeira internacional. Registraram, contudo, a necessidade de maiores esforços para atingir a meta de US\$ 10 bilhões nas trocas bilaterais até 2010, mediante a diversificação do intercâmbio bilateral, particularmente

em setores de maior valor agregado. Nesse contexto, destacaram os resultados positivos do Mecanismo de Monitoramento do Comércio Bilateral, cuja segunda reunião teve lugar em São Paulo, em 15 de março de 2010, bem como o agendamento do próximo encontro para outubro de 2010, em Nova Délhi. Os Mandatários reiteraram sua intenção de realizar a II Reunião do Fórum de Lideranças Empresariais em breve.

4. Os dois Mandatários registraram o crescimento dos investimentos bilaterais em diversas áreas. Conclamaram os setores comercial e industrial em ambos os países a aproveitar as oportunidades nas áreas de Energia, Agricultura, Mineração, Produtos Farmacêuticos, Infraestrutura e Construção, entre outras, para expandir investimentos bilaterais.

5. Ambos saudaram a entrada em vigor do Acordo de Preferências Comerciais entre o MERCOSUL e a Índia em junho de 2009. Ressaltaram a necessidade de aumentar, significativamente, o número de linhas tarifárias no Acordo de Preferências Comerciais de forma a expandir consideravelmente a cobertura do Acordo. Os Mandatários instaram que as negociações, em andamento, sobre o tema sejam concluídas com sucesso, em breve prazo.

6. Os dois Mandatários reiteraram a necessidade de reforçar, de forma concreta, a cooperação bilateral em Ciência e Tecnologia, Energia Nuclear, Espaço e Defesa para benefício mútuo. Observaram, igualmente, que Biotecnologia, Tecnologia da Informação, Ciência Marinha e Nanotecnologia têm sido identificadas como áreas com grande potencial de cooperação.

7. Ambos os Mandatários enfatizaram a importância de fortalecer a cooperação bilateral no setor de Energia, inclusive em Hidrocarbonetos e em Energias Novas &

Renováveis. Nesse sentido, instruíram o Grupo de Trabalho Conjunto sobre energia a convocar reunião em breve. O Governo brasileiro saudou o interesse de empresas petrolíferas indianas em participar, de acordo com a política nacional para o setor, do futuro leilão da ANP para exploração de petróleo. Reafirmaram sua intenção de melhorar a coordenação de posições sobre o tema de Biocombustíveis em foros multilaterais.

8. Os dois Chefes de Governo manifestaram satisfação pela atual cooperação bilateral no setor de Defesa. Saudaram a indicação dos Adidos Militares em suas respectivas Missões Diplomáticas, no Brasil e na Índia. Registraram o aprofundamento dos contatos entre a EMBRAER e a DRDO com vistas ao desenvolvimento conjunto de aeronaves militares de alta tecnologia. Destacaram que a recente visita à Índia, realizada em março último, pelo Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, abriu oportunidades para cooperação reforçada em Defesa, particularmente na área de produção, pesquisa e desenvolvimento conjuntos. Ambos os Mandatários saudaram a decisão de sediar, na Índia, a I Reunião do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-Índia neste ano, em data a ser definida.

9. Reiteraram a importância que atribuem à cooperação eleitoral bilateral e registraram com satisfação o diálogo em curso entre a Comissão Eleitoral da Índia e autoridades brasileiras desse setor, que resultou na visita à Índia do Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto, para a comemoração do Jubileu de Diamante da Comissão Eleitoral da Índia em 25 de janeiro de 2010 e que poderá levar à assinatura, em breve, de Memorando de Entendimento entre a Comissão Eleitoral da Índia e o Tribunal Superior Eleitoral do Brasil.

10. Os dois Mandatários expressaram satisfação pela intensificação do intercâmbio

cultural entre o Brasil e a Índia. A Parte brasileira saudou a decisão da Índia de abrir um Centro Cultural em São Paulo, o primeiro das Américas. O Governo indiano, por sua vez, elogiou o Brasil pela organização bem sucedida da Semana Cultural do Brasil, realizada na Índia, em 2008. O Governo brasileiro saudou a decisão indiana de organizar um Festival da Índia no Brasil, no começo de 2011.

11. As duas Partes saudaram a convergência de posições entre o Brasil e a Índia em foros multilaterais e agrupamentos como o IBAS e o BRIC, o que reflete a crescente importância dos países em desenvolvimento e de seu papel na construção de uma ordem internacional mais justa e equilibrada, em um mundo multipolar.

12. Os Mandatários coincidiram quanto à urgente necessidade de fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias das instituições econômico-financeiras multilaterais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, e políticas, como as Nações Unidas. Reafirmaram, assim, o compromisso de seus Governos com a reforma da ONU, em particular do Conselho de Segurança, por meio, inclusive, da ampliação do número de assentos para membros permanentes e não-permanentes, com vistas a dotá-lo da eficiência, da representatividade e da legitimidade necessárias para fazer frente aos desafios atualmente enfrentados pela comunidade internacional. As Partes reiteraram o apoio mútuo a suas candidaturas a assentos permanentes em um CSNU ampliado. Expressaram, igualmente, o compromisso de unir forças no sentido de transmitir a outros países a importância e o sentido de urgência da expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não-permanentes. O Presidente Lula agradeceu o apoio da Índia para a eleição do Brasil como membro não-permanente do CSNU para o biênio 2010-11

e reiterou o apoio brasileiro à candidatura indiana a membro não-permanente para o período de 2011-12.

13. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh condenaram, com veemência, o terrorismo em todas as suas formas e manifestações cometido por qualquer pessoa, em qualquer lugar e por qualquer razão e enfatizaram que não há qualquer justificativa para atos de terrorismo. Concordaram em apoiar a luta global contra o terrorismo em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas, de convenções internacionais pertinentes e do Direito Internacional. Ambas as Partes reafirmaram o compromisso de somar esforços para adoção, em breve, da Convenção Abrangente sobre terrorismo internacional.

14. Ambos recordaram os significativos resultados já obtidos nas negociações da Rodada Doha. Instaram seus participantes a trabalhar em prol de um acordo equilibrado e a evitar demandas a alguns países em desenvolvimento em níveis de ambição adicionais excessivos. A prolongada indefinição das negociações pode vir a ameaçar a credibilidade do sistema multilateral de comércio, cujas regras provaram sua relevância na luta contra o protecionismo durante a recente crise econômica global. O Brasil e a Índia continuarão a envidar todos os esforços para construir um sistema multilateral de comércio que privilegie o desenvolvimento como objetivo central.

15. O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Singh reiteraram que a pronta conclusão da Rodada São Paulo de Negociações do Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento (SGPC), tal como acordado em dezembro último, contribuirá, efetivamente, para o incremento do comércio e da cooperação econômica Sul-Sul.

16. Ambos os Mandatários reafirmaram sua preocupação com Mudança do Clima e

seus impactos adversos e comprometeram-se a trabalhar em estreita coordenação de posições, inclusive no âmbito do grupo BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), com vistas a obter resultados abrangentes, equilibrados e efetivos, por ocasião da 16ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), e da 6ª Conferência das Partes, como Reunião das Partes do Protocolo de Quioto (COP-16/CMP-6), a ter lugar no México, em novembro-dezembro de 2010. Ambos saudaram a Resolução da Assembléia-Geral da ONU de sediar a Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) no Rio de Janeiro, em 2012.

17. Os dois Mandatários reiteraram o compromisso com o combate à fome e à pobreza, com a promoção de valores democráticos e com o desenvolvimento econômico com inclusão social em seus países.

18. O Primeiro-Ministro da Índia, Dr. Manmohan Singh, expressou sinceros agradecimentos ao Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao Governo brasileiro pela gentil hospitalidade recebida durante sua visita a Brasília.

IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DO IBAS - DECLARAÇÃO
DE BRASÍLIA
15/04/2010

(Original em inglês)

India-Brazil-South Africa Dialogue Forum
Fourth Summit of Heads of State/Government
Brasília Declaration - 15 April 2010

The Prime Minister of the Republic of India, H.E. Dr. Manmohan Singh, the President of the Federative Republic of Brazil, H.E. Mr. Luiz Inácio Lula da Silva, and the President of

the Republic of South Africa, H.E. Mr. Jacob Gedleyihlekisa Zuma (hereinafter referred to as “the Leaders”) met in Brasília, Brazil, on 15 April 2010 for the 4th Summit of the India-Brazil-South Africa (IBSA) Dialogue Forum.

2. The Leaders highlighted that the three countries’ commitment to democratic values, inclusive social development and multilateralism constitutes the basis for their growing cooperation and close coordination on global issues. They noted that a first round of IBSA Summits of Heads of State/Government (Brasilia, 2006; Tshwane, 2007; New Delhi, 2008) has strengthened the three countries resolve to continue to work for enhancing the role of developing countries, increasing the interchanges amongst themselves with the participation of their peoples, and for implementing concrete projects in partnership with other developing countries.

3. Recalling the Declarations and Communiqués issued during the previous Summits, they took the opportunity to deliberate on the topics hereunder.

Global Governance

4. The Leaders reaffirmed their commitment to increase participation of developing countries in the decision-making bodies of multilateral institutions. They also reiterated the urgent need for the reform of the United Nations (UN) to render it more democratic and consistent with the priorities of developing countries. They particularly emphasized that no reform of the United Nations will be complete without a reform of the UN Security Council (UNSC), including an expansion in both permanent and nonpermanent categories of its membership, with increased participation of developing countries in both. Such reform is of the utmost importance for the UNSC to reflect geopolitical realities and to have the representativeness and legitimacy it needs to face contemporary challenges.

They committed to keep close coordination amongst the three countries and the broader UN membership to achieve substantial progress in the intergovernmental negotiations on UNSC reform presently underway in New York. They recalled that an overwhelming majority of the UN member states agreed to proceed with a fifth round of intergovernmental negotiations based on a negotiating text.

5. The Leaders stressed the need to reform the Bretton Woods Institutions in order to increase their effectiveness and enhance their accountability, credibility and legitimacy. They stressed the importance of increasing the role of developing countries in these institutions.

The social dimensions of globalization

6. The Leaders reaffirmed that people must come first in the formulation and implementation of public policies, allowing for fair, equitable and sustainable development. They considered this issue a relevant priority in the context of an increasingly globalized world, in which the economic and financial crisis, and the restructuring of the international financial architecture that ensued, directly affect the welfare of people, particularly of vulnerable groups. In this regard, they stressed the need to strengthen social policies and to fight hunger and poverty, especially in times of global economic crisis.

7. The Leaders also reiterated the need to promote a job-intensive recovery from the downturn and create a framework for sustainable growth. In this context, they underlined their support for the global jobs pact, adopted by the 98th session of the international labour conference, which, while demonstrating the linkages between social progress, economic development and recovery from the crisis, offers policy options

adaptable to national needs and circumstances. The Leaders also reaffirmed that their actions in response to the crisis are guided by the International Labour Organization (ILO) decent work agenda and the 2008 declaration on social justice for a fair globalization.

Gender

8. The Leaders stressed the importance of empowering women, increasing their participation in economic activities and addressing the negative impact of the international financial crisis on their situation. They received with satisfaction a letter from the IBSA Women's Forum and instructed all areas of government involved in IBSA cooperation to pay due attention to its recommendations. In addition, the Leaders reiterated their support for the full implementation of UN Resolution 1325 (2000). They also recalled the importance of formulating and implementing appropriate policies and programs in accordance with the Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women (CEDAW) and the Beijing Platform of Action.

Human Rights

9. The Leaders attached the highest priority to human rights issues and acknowledged the positive advance represented by the creation and functioning of the Human Rights Council. They noted the importance of their close collaboration therein. They expressed their hope that the 2011 review will result in a further strengthening of the Council.

10. They also emphasized the need to continue to strengthen international human rights law, norms and standards, particularly in the area of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, in accordance with the International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination.

11. The Leaders welcomed the adoption of an IBSA proposal in the Human Rights Council related to the importance of access to medicine (A/HRC/RES/12/24).

Intellectual Property Rights

12. The Leaders recognized that innovation plays a central role in addressing the key global challenges of our times such as food security, poverty eradication, health, access to knowledge and climate change. They emphasized, in this context, the need for a balanced international intellectual property system capable of meeting those challenges on a truly global scale and reducing the technological gap. To that effect, they called for the full implementation of the Development Agenda of the World Intellectual Property Organization (WIPO).

13. They warned against attempts at developing new international rules on enforcement of intellectual property rights outside the appropriate fora of WTO and WIPO, that may give free rein to abuses in the protection of rights, the building of barriers against free trade and undermining fundamental civil rights.

14. They further expressed renewed concern about the continuous application of enforcement measures that allow seizures of generic medicines in transit to developing countries, in violation of World Trade Organization (WTO) rules and posing a serious threat to developing countries access to medicines.

Internet Governance

15. The Leaders reaffirmed their commitment to working together towards a people-centered, inclusive and development-oriented Information Society and their agreement to continue to coordinate positions for the World Summit on Information Society

(WSIS) follow-up mechanisms, as well as in the other fora and organizations related to the Information Society and Information and Communication Technologies (ICTs).

16. The Leaders highlighted the importance of building a wide political concertation at international level for making the global internet governance regime as multilateral, democratic and transparent as provided by the WSIS. They recognized the advances reached by the multistakeholders participants in the international dialogue on internet governance in the last five years. They recalled, with satisfaction, the fruitful coordination amongst IBSA countries and the efforts of Brazil and India for hosting the second and third editions of the Internet Governance Forum, held in Rio 2007 and Hyderabad 2008, respectively.

Climate Change

17. The Leaders reiterated the importance of a positive result for the current climate change negotiations at the 16th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and the 6th Conference of the Parties serving as the meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, in Mexico. They stressed that the result should be reached in an inclusive and transparent manner, and should effectively address the challenge of climate change, in accordance with the principles of the UNFCCC, especially the principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities. They urged developed countries to take ambitious action to reduce their greenhouse gas emissions, and to provide adequate international financing and transfer of technology to support the efforts of developing countries to mitigate and adapt the impacts of climate change.

Sustainable Development

18. The Leaders stressed the importance of promoting sustainable development. They welcomed the resolution of the UN General Assembly to convene a Conference on Sustainable Development (Rio+20) in Rio de Janeiro, in 2012. They called for a comprehensive preparatory process, to ensure that the Rio+20 Conference can adequately address existing implementation deficits and emerging issues in sustainable development, with a view to further strengthening international cooperation in this field.

Trade

19. The Leaders stated that a positive outcome of the Doha Round of trade talks within the World Trade Organization would be instrumental in economic recovery, particularly in job creation, as international trade experiences its sharpest decline in many decades. A development oriented, balanced and successful conclusion of the Round at an early date would bolster the credibility of the multilateral trading system in the face of increased protectionist pressures. In this respect, they expressed their concern over the excessive demands made on some developing countries without any indication of adequate additional concessions in favour of developing countries.

20. They recalled, with satisfaction, the First Trilateral MERCOSUR-SACU-India Ministerial Meeting held in Geneva on November 30th, 2009 and expressed their confidence that trade agreements and ongoing negotiations between MERCOSUR and India, MERCOSUR and SACU and SACU and India will lead to a future Trilateral Trade Arrangement which would form the largest trade agreement in the developing world.

Global financial and economic crisis

21. The Leaders welcomed signs of recovery from the global financial and economic crisis. They however remained concerned over the consequences of the crisis for the achievement

of the Millennium Development Goals. They recalled the vital contribution made by developing countries to the global recovery. The Leaders underlined that developed and developing countries should continue to coordinate approaches and responses to the crisis in order to achieve sustainable and balanced recovery. They stressed that global economic efforts have to respond to the needs of developing and low income countries, particularly in Africa. The Leaders recognized that the impact of the crisis has been severe in many developing and low income countries. They welcomed pledges to increase IMF resources and Multilateral Development Bank (MDB) lending, and called for the urgent implementation of all commitments in meeting the needs of low income countries, including the Gleneagles commitment to double aid to Africa to \$50 billion by 2010. They called for a substantial increase in the capital base of the World Bank, so that it could sustain enhanced levels of lending. They agreed to enhance cooperation between India, Brazil and South Africa in relevant international fora where recovery efforts are being considered.

Disarmament and Non-Proliferation

22. The Leaders reaffirmed their commitment to the goal of complete elimination of nuclear weapons in a comprehensive, universal, non-discriminatory and verifiable manner, and expressed concern over the lack of progress in the realization of that goal. They underlined the need for reducing the role of nuclear weapons in strategic doctrines and expressed their support for effective international agreements to assure non-nuclear weapon States against the use or threat of use of nuclear weapons. The Leaders expressed support for an International Convention Prohibiting the Development, Production, Stockpiling and Use of Nuclear Weapons, leading to their destruction.

They reiterated that nuclear disarmament and nuclear non-proliferation are mutually reinforcing processes, requiring continuous irreversible progress on both fronts.

Terrorism

23. The Leaders condemned terrorism in all its forms and manifestations, committed by whomever, wherever and for whatever purposes, as it constitutes one of the most serious threats to international peace and security. They regretted and condemned the recent attacks in India that resulted in the loss of innocent lives. The Leaders of Brazil and South Africa offered condolences to the government and the people of India. The three Leaders also encouraged cooperation among States and regional organizations. In this regard, they emphasized the urgent need to finalize the Comprehensive Convention on International Terrorism and called upon all states to cooperate in resolving outstanding issues with the objective of an expeditious conclusion of negotiations and adoption of this Convention. They note that the fight against international terrorism must be done with full respect to the UN Charter and International Law.

Peacebuilding Commission Review

24. The Leaders recognized the central role played by the United Nations Peacebuilding Commission (PBC) in the establishment of the foundations for sustainable peace in countries that are on the verge of or emerging from conflict and express their intention to join efforts and coordinate positions in the context of the PBC review process.

South-South Cooperation

25. Welcoming the outcome of the UN High-Level Conference on South-South Cooperation (Nairobi, December 2009), the Leaders concurred that South-South cooperation is a particular and essential instrument for development. Developing countries tend to share common views on

national development strategies and priorities when faced with similar development challenges. In the three decades since the adoption of the Buenos Aires Plan of Action, technical cooperation amongst developing countries has evolved to embrace all forms of development cooperation. In this context, developing countries have designed and implemented technical cooperation projects, based on their own capabilities, aimed at the promotion of effective actions and policies for social and economic progress. These include the sharing of knowledge and experiences, training, technology transfer, financial and monetary cooperation and in-kind contributions.

26. The Leaders recalled that South-South cooperation is a common endeavour of peoples and countries of the South, a partnership among equals, and must be guided by the principles of respect for national sovereignty, national ownership and independence, equality, non-conditionality, non-interference in domestic affairs and mutual benefit. Therefore South-South Cooperation should not be seen as aid, nor should developing countries engaged in South-South cooperation be perceived as donors and recipients. They expressed the view that the United Nations system needs to better adapt to support the growth of South-South cooperation.

The IBSA Facility Fund

27. They noted with appreciation that people and authorities of Haiti, Palestine, Guinea-Bissau, Cape Verde, Burundi and Cambodia are benefiting from projects being undertaken under the IBSA Facility Fund. They reiterated the continued commitment of India, Brazil and South Africa to each contribute with at least US\$ 1 million per year to the Fund. They also concurred that cooperation through the IBSA Fund is a concrete gesture reflecting their political determination to contribute to the

development of other developing countries in the spirit of South-South Cooperation.

Regional Issues

Haiti

28. They reaffirmed their solidarity with the Haitian people and with the Government of Haiti at these most trying times. They called upon international community to unite and coordinate, under the Leadership of the United Nations and of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH), to align strong international support to the national priorities set forth by the Government of Haiti. They commended MINUSTAH for ensuring a secure and stable environment in Haiti and effectively coordinating international aid. They recognized that MINUSTAH has a critical role to play in the reconstruction phase and reaffirmed their full support for the Mission and the United Nations agencies. They also commended the UN Development Programme (UNDP) for the results achieved so far in implementing “cash for work” programs.

29. The Leaders recalled the IBSA resolve to contribute additional US\$ 2 million to the reconstruction of Haiti. They agreed that the solid waste management project in Carrefour Feuilles, a successful initiative supported by IBSA, in partnership with local authorities and UNDP, should be expanded to other areas in Haiti, deepening on the expertise accrued since 2006. They also noted with appreciation that the Haitians involved in the project got back to work soon after the tragedy, testifying that the dedication of the people of Haiti will be at the core of the reconstruction effort.

Chile

30. The Leaders expressed their condolences to the Government and people of Chile for the tragedy caused by the earthquake that struck South-Central Chile on February 27, 2010, and expressed their willingness to

support the Chilean efforts for overcoming the effects of the tragedy.

Iran

31. The Leaders recognized the right of Iran to develop nuclear programs for peaceful purposes in keeping with its international obligations. They called upon Iran to fully cooperate with the International Atomic Energy Agency (IAEA) and comply with the relevant UNSC resolutions. They reiterated the need for a peaceful and diplomatic solution of the issue.

Afghanistan

32. The Leaders expressed concern at the continuing deterioration of the military and political situation in Afghanistan, the growth of terrorism, including cross-border terrorism promoted by Taliban and al Qaeda, and its links with international terrorism. They reiterated, in this context, that a coherent and a united international commitment, both in its developmental and security/military aspects, remained of paramount importance. In this context, they also emphasized the need to strengthen the Afghan National Security Forces. They agreed to continue to cooperate and coordinate their efforts to impart greater strength to the process. They reaffirmed their commitment to a democratic, pluralistic and stable Afghanistan. They underlined the centrality of the regional aspect in the reconstruction and development process in Afghanistan. The Leaders condemned the terrorist attack targeting Indian humanitarian and development workers in Kabul on February 26, 2010.

NEPAD/AU structure

33. The Leaders welcomed the 2010 decision of the AU Assembly to further integrate the New Partnership for Africa’s Development (NEPAD) into the AU structures and the re-naming of the NEPAD Secretariat to the NEPAD Planning and Coordinating

Agency (NPCA). The Leaders took note that the NPCA will focus on taking further the programmes of the AU by translating decisions of the AU Assembly and the AU Executive Council into tangible projects and programmes for the Regional Economic Communities (RECs) to implement. They further took note that the NPCA's mandate now includes the coordination and monitoring of such programmes and projects amongst the RECs and member states.

34. The Leaders recognized that the further integration of NEPAD as well as the augmented mandate of the NPCA will promote a more holistic and coordinated approach to infrastructural development and in the growth and development of Africa, which will benefit the attainment of NEPAD's identified priorities in such sectors as ICT, energy, water and sanitation and transport.

Guinea-Bissau

35. The Leaders expressed their concern about the recent military incidents in Guinea-Bissau. They urge the military and political leadership to uphold the constitutional order and resolve differences through peaceful dialogue in order to ensure the progress recently achieved by Guinea-Bissau in the ongoing process of consolidation of peace and democracy. The Leaders hope that these events do not jeopardize the engagement of international partners. in the International Donor Conference expected to take place in 2010. They highlighted the role of the United Nations Peacebuilding Commission, and confirmed their commitment to continue to support, through concrete actions of cooperation, the efforts of the Guinean Government to consolidate the political and institutional stability, building the basis for sustainable socio-economic development. In this context, they took note with satisfaction that the IBSA Project in Guinea-Bissau has

entered its second phase, distributing tools for farmers and organizing literacy classes for women living in rural areas, in coordination with national authorities.

Republic of Guinea

36. The Leaders acknowledged progress made by the Republic of Guinea in its efforts towards normalisation of the political environment since the signing of the Ouagadougou Accord on 15 January 2010. They welcomed the appointment of the Transitional Authority led by a civilian Prime Minister. The Leaders encouraged the Transitional Authority to hold the Presidential elections, as stipulated in the Ouagadougou Accord, scheduled for 27 June 2010 to be followed by the second round of the Presidential elections on 18 July 2010.

Madagascar

37. They noted with concern the current stalemate in the negotiation process to return Madagascar to constitutionality and endorsed the continuance of the SADC Mediator in his efforts towards the restoration of constitutional order and good governance in Madagascar, through an inclusive, transparent and credible dialogue. The Leaders called for the establishment of a Transitional Government and the holding of all inclusive, transparent, free and fair elections as envisaged by the Maputo and Addis Ababa Agreements.

Sectoral cooperation and People-to-People Fora

38. The Leaders noted that besides promoting increased consultation and coordination on global issues among the three countries, IBSA also provides for important sectoral cooperation and promotion of people-to-people contacts. The Leaders welcomed the effective interaction among specialists from the three countries, within the working groups on Agriculture, Environment & Climate Change, Culture, Defence, Education, Energy,

Health, Human Settlements, Information Society, Public Administration, Revenue Administration, Science & Technology, Social Issues, Tourism, Trade & Investment, and Transport. Their activities have already resulted in the signing of a number of Memoranda of Understanding. Furthermore, seminars and workshops have been regularly undertaken and proven beneficial.

39. The Leaders noted with appreciation the organization and the outcome of the Women's Forum, the Parliamentary Forum, the Business Forum, the Editor's Forum, the Academic Forum and the Round Table on Inter-governmental Relations and Local Government Dialogue, which lay roots in the three societies. The Leaders also noted the cooperation among the three countries in the format of the Tri-Nations Summit of Small, Micro and Medium Enterprises.

40. The Leaders welcomed the signing of Memoranda of Understanding on Science and Technology and Solar Energy. They noted with appreciation the adoption of the "IBSA Social Development Strategies" and of the "Future of Agriculture Cooperation in IBSA".

IBSA Satellites

41. The Leaders decided to the early development of satellites in the areas of space weather, climate and earth observation. These satellites will address common challenges in climate studies, agriculture and food security. The IBSA micro satellites aim to promote and strengthen space programs amongst the three countries.

Final remarks

42. They affirmed the importance of encouraging the dialogue among civilizations, cultures, religions and peoples. In this respect, they supported the "Alliance of Civilizations", a United Nations' initiative aimed at building bridges, mutual knowledge and understanding around the world. They commended the

Brazilian decision to host, in Rio de Janeiro, on May 2010, the 3rd Global Forum and confirmed their intention to be represented at an appropriate high level.

43. The Leaders expressed confidence in the success of the FIFA 2010 World Cup in South Africa, of the 2010 Commonwealth Games in New Delhi, of the FIFA 2014 World Cup in Brazil and of the 2016 Olympic and Paralympic Games in Rio de Janeiro. They recognized that hosting these events reflects the positive momentum of developing countries, and of the three countries in particular, and that they are potentially a tool for their social and economic development.

44. They decided that the VII Trilateral Commission will be held in India by the end of 2010. They also decided that South Africa will host the VIII Trilateral Commission and the V IBSA Summit of Heads of State/Government towards the end of 2011.

45. The Prime Minister of India and the President of South Africa expressed their gratitude to the President and the people of Brazil for successfully convening the 4th IBSA Summit.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DO IBAS - BRASÍLIA,

15 DE ABRIL DE 2010

15/04/2010

I - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL
SOBRE COOPERAÇÃO NA ÁREA DE
ENERGIA SOLAR;

II - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
SOBRE COOPERAÇÃO TRILATERAL EM

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL, O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÍNDIA E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.

DOCUMENTOS ADOTADOS POR
OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFES
DE ESTADO E DE GOVERNO DO IBAS -
BRASÍLIA, 15 DE ABRIL DE 2010
15/04/2010

Documentos adotados por ocasião da IV
Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do
IBAS - Brasília, 15 de abril de 2010

(Originais em inglês)

I- FUTURE OF AGRICULTURE CO-
OPERATION IN INDIA, BRAZIL AND
SOUTH AFRICA (IBSA)

II - SOCIAL DEVELOPMENT
STRATEGIES - A PAPER FROM THE
INDIA-BRAZIL-SOUTH AFRICA
DIALOGUE FORUM

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
TURQUIA, AHMET DAVUTOĞLU -
BRASÍLIA, 16 DE ABRIL DE 2010
15/04/2010

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da
Turquia, Ahmet Davutoğlu, realiza
visita a Brasília, no dia 16 de abril.

O Chanceler turco se reunirá com o Ministro
Celso Amorim, que oferecerá almoço em sua
homenagem. Na ocasião, serão discutidos
temas da agenda bilateral, bem como questões
regionais e assuntos de interesse comum da
agenda internacional, em preparação à visita
ao Brasil do Primeiro Ministro da Turquia,
Recep Tayyip Erdoğan, que deverá

ocorrer em maio de 2010. Ao término do
almoço, os dois Ministros concederão uma
entrevista coletiva de imprensa. O Ministro
Davutoğlu será recebido, ainda, em
encontro de cortesia, pelo Presidente Luiz
Inácio Lula da Silva.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e
a Turquia passou de US\$ 395,2 milhões, em
2003, para US\$ 1,2 bilhão, em 2008 - o que
representou um crescimento de 192%.

A Turquia abriu o Consulado-Geral em São
Paulo, em 2009. O Brasil reabrirá o Consulado-
Geral em Istambul, ainda em 2010.

II CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO DO BRIC -
COMUNICADO CONJUNTO
15/04/2010

(original em inglês)

II BRIC SUMMIT - JOINT STATEMENT
BRASÍLIA, 15 APRIL 2010

We, the leaders of the Federative Republic
of Brazil, the Russian Federation, the Republic
of India and the People's Republic of China,
met in Brasília on 15 April 2010 to discuss
major issues of the international agenda as
well as concrete steps to move forward the
cooperation and coordination within BRIC.

We have agreed on the following:

Common Vision and Global Governance

1. We share the perception that the world
is undergoing major and swift changes
that highlight the need for corresponding
transformations in global governance in all
relevant areas.

2. We underline our support for a multipolar,
equitable and democratic world order, based
on international law, equality, mutual respect,
cooperation, coordinated action and collective
decision-making of all States.

3. We stress the central role played by

the G-20 in combating the crisis through unprecedented levels of coordinated action. We welcome the fact that the G-20 was confirmed as the premier forum for international economic coordination and cooperation of all its member states. Compared to previous arrangements, the G-20 is broader, more inclusive, diverse, representative and effective. We call upon all its member states to undertake further efforts to implement jointly the decisions adopted at the three G-20 Summits.

We advocate the need for the G-20 to be proactive and formulate a coherent strategy for the post-crisis period. We stand ready to make a joint contribution to this effort.

4. We express our strong commitment to multilateral diplomacy with the United Nations playing the central role in dealing with global challenges and threats. In this respect, we reaffirm the need for a comprehensive reform of the UN, with a view to making it more effective, efficient and representative, so that it can deal with today's global challenges more effectively. We reiterate the importance we attach to the status of India and Brazil in international affairs, and understand and support their aspirations to play a greater role in the United Nations.

5. We believe the deepened and broadened dialogue and cooperation of the BRIC countries is conducive not only to serving common interests of emerging market economies and developing countries, but also to building a harmonious world of lasting peace and common prosperity. We have agreed upon steps to promote dialogue and cooperation among our countries in an incremental, proactive, pragmatic, open and transparent way.

International Economic and Financial Issues

6. The world economic situation has improved since our first meeting in June 2009,

in Ekaterinburg. We welcome the resumption of economic growth, in which emerging market economies are playing a very important role. However, we recognize that the foundation of world economic recovery is not yet solid, with uncertainties remaining. We call upon all states to strengthen macroeconomic cooperation, jointly secure world economic recovery and achieve a strong, sustainable and balanced growth. We reiterate our determination to make positive efforts in maintaining domestic economic recovery and promoting development in our own countries and worldwide.

7. We underline the importance of maintaining relative stability of major reserve currencies and sustainability of fiscal policies in order to achieve a strong, long-term balanced economic growth.

8. We are convinced that emerging market economies and developing countries have the potential to play an even larger and active role as engines of economic growth and prosperity, while at the same time commit to work together with other countries towards reducing imbalances in global economic development and fostering social inclusion.

9. G-20 members, with a significant contribution from BRIC countries, have greatly increased resources available to the IMF. We support the increase of capital, under the principle of fair burden-sharing, of the International Bank for Reconstruction and Development and of the International Finance Corporation, in addition to more robust, flexible and agile client-driven support for developing economies from multilateral development banks.

10. Despite promising positive signs, much remains to be done. We believe that the world needs today a reformed and more stable financial architecture that will make the global economy less prone and more resilient

to future crises, and that there is a greater need for a more stable, predictable and diversified international monetary system.

11. We will strive to achieve an ambitious conclusion to the ongoing and long overdue reforms of the Bretton Woods institutions. The IMF and the World Bank urgently need to address their legitimacy deficits. Reforming these institutions' governance structures requires first and foremost a substantial shift in voting power in favor of emerging market economies and developing countries to bring their participation in decision making in line with their relative weight in the world economy. We call for the voting power reform of the World Bank to be fulfilled in the upcoming Spring Meetings, and expect the quota reform of the IMF to be concluded by the G-20 Summit in November this year. We do also agree on the need for an open and merit based selection method, irrespective of nationality, for the heading positions of the IMF and the World Bank. Moreover, staff of these institutions needs to better reflect the diversity of their membership. There is a special need to increase participation of developing countries. The international community must deliver a result worthy of the expectations we all share for these institutions within the agreed timeframe or run the risk of seeing them fade into obsolescence.

12. In the interest of promoting international economic stability, we have asked our Finance Ministers and Central Bank Governors to look into regional monetary arrangements and discuss modalities of cooperation between our countries in this area. In order to facilitate trade and investment, we will study feasibilities of monetary cooperation, including local currency trade settlement arrangement between our countries.

13. Recent events have shattered the belief about the self-regulating nature of financial

markets. Therefore, there is a pressing need to foster and strengthen cooperation regarding the regulation and supervision of all segments, institutions and instruments of financial markets. We remain committed to improve our own national regulations, to push for the reform of the international financial regulatory system and to work closely with international standard setting bodies, including the Financial Stability Board.

International Trade

14. We stress the importance of the multilateral trading system, embodied in the World Trade Organization, for providing an open, stable, equitable and non discriminatory environment for international trade. In this connection, we commit ourselves and urge all states to resist all forms of trade protectionism and fight disguised restrictions on trade. We concur in the need for a comprehensive and balanced outcome of the Doha Round of multilateral trade talks, in a manner that fulfills its mandate as a "development round", based on the progress already made, including with regard to modalities. We take note and strongly support Russia's bid for accession to the WTO.

Development

15. We reiterate the importance of the UN Millennium Declaration and the need to achieve the Millennium Development Goals (MDGs). We underscore the importance of preventing a potential setback to the efforts of poor countries aimed at achieving MDGs due to the effects of the economic and financial crisis. We should also make sustained efforts to achieve the MDGs by 2015, including through technical cooperation and financial support to poor countries in implementation of development policies and social protection for their populations. We expect the UN MDG Summit, in September 2010, to promote the implementation of MDGs through policy

recommendations. We stress that sustainable development models and paths of developing countries should be fully respected and necessary policy space of developing countries should be guaranteed.

16. The poorest countries have been the hardest hit by the economic and financial crisis. The commitments regarding the aid to the developing states, especially those related to the MDGs, should be fulfilled, and there should be no reduction in development assistance. An inclusive process of growth for the world economy is not only a matter of solidarity but also an issue of strategic importance for global political and economic stability.

Agriculture

17. We express our satisfaction with the Meeting of Ministers of Agriculture and Agrarian Development in Moscow, where they discussed ways of promoting quadripartite cooperation, with particular attention to family farming. We are convinced that this will contribute towards global food production and food security. We welcome their decision to create an agricultural information base system of the BRIC countries, to develop a strategy for ensuring access to food for vulnerable population, to reduce the negative impact of climate change on food security, and to enhance agriculture technology cooperation and innovation.

Fight against poverty

18. We call upon the international community to make all the necessary efforts to fight poverty, social exclusion and inequality bearing in mind the special needs of developing countries, especially LDCs, small islands and African Countries. We support technical and financial cooperation as means to contribute to the achievement of sustainable social development, with social protection, full employment, and decent work policies

and programmes, giving special attention to the most vulnerable groups, such as the poor, women, youth, migrants and persons with disabilities.

Energy

19. We recognize that energy is an essential resource for improving the standard of living of our peoples and that access to energy is of paramount importance to economic growth with equity and social inclusion. We will aim to develop cleaner, more affordable and sustainable energy systems, to promote access to energy and energy efficient technologies and practices in all sectors. We will aim to diversify our energy mix by increasing, where appropriate, the contribution of renewable energy sources, and will encourage the cleaner, more efficient use of fossil fuels and other fuels. In this regard, we reiterate our support to the international cooperation in the field of energy efficiency.

20. We recognize the potential of new, emerging, and environmentally friendly technologies for diversifying energy mix and the creation of jobs. In this regard we will encourage, as appropriate, the sustainable development, production and use of biofuels. In accordance with national priorities, we will work together to facilitate the use of renewable energy, through international cooperation and the sharing of experiences on renewable energy, including biofuels technologies and policies.

21. We believe that BRIC member countries can cooperate in training, R&D, Consultancy services and technology transfer, in the energy sector.

Climate Change

22. We acknowledge that climate change is a serious threat which requires strengthened global action. We commit ourselves to promote the 16th Conference of the Parties to the United Nations Framework Convention on

Climate Change and the 6th Conference of the Parties serving as the Meeting of the Parties to the Kyoto Protocol, in Mexico, to achieve a comprehensive, balanced and binding result to strengthen the implementation of the Convention and the Protocol. We believe that the Convention and the Protocol provide the framework for international negotiations on climate change. The negotiations in Mexico should be more inclusive, transparent, and should result in outcomes that are fair and effective in addressing the challenge of climate change, while reflecting the principles of the Convention, especially the principle of equity and common but differentiated responsibilities.

Terrorism

23. We condemn terrorist acts in all forms and manifestations. We note that the fight against international terrorism must be undertaken with due respect to the UN Charter, existing international conventions and protocols, the UN General Assembly and Security Council resolutions relating to international terrorism, and that the prevention of terrorist acts is as important as the repression of terrorism and its financing. In this context, we urge early conclusion of negotiations in the UN General Assembly of the Comprehensive Convention on International Terrorism and its adoption by all Member States.

24. Brazil and China express their sympathy and solidarity with the people and Governments of Russia and India which suffered from recent barbaric terrorist attacks. Terrorism cannot be justified by any reason.

Alliance of Civilizations

25. We affirm the importance of encouraging the dialogue among civilizations, cultures, religions and peoples. In this respect, we support the “Alliance of Civilizations”, a United Nations’ initiative aimed at building bridges, mutual knowledge and understanding

around the world. We praise the Brazilian decision to host, in Rio de Janeiro, in May 2010, the 3rd Global Forum and confirm our intention to be present at the event, in appropriate high level.

Haiti

26. We reaffirm our solidarity towards the Haitian people, who have been struggling under dire circumstances since the earthquake of January 12th, and reiterate our commitment to gather efforts with the international community in order to help rebuilding the country, under the guidance of the Haitian government, and according to the priorities established by the Action Plan for National Recovery and Development of Haiti.

Cooperation

27. We welcome the following sectoral initiatives aimed at strengthening cooperation among our countries:

- a) the first Meeting of Ministers of Agriculture and Agrarian Development;
- b) the Meetings of Ministers of Finance and Governors of Central Banks;
- c) the Meetings of High Representatives for Security Issues;
- d) the I Exchange Program for Magistrates and Judges, of BRIC countries, held in March 2010 in Brazil following the signature in 2009 of the Protocol of Intent among the BRIC countries’ Supreme Courts;
- e) the first Meeting of Development Banks;
- f) the first Meeting of the Heads of the National Statistical Institutions;
- g) the Conference of Competition Authorities;
- h) the first Meeting of Cooperatives;
- i) the first Business Forum;
- j) the Conference of think tanks.

28. We also endorse other important manifestations of our desire to deepen our relationship, such as:

- a) the joint publication by our respective

national statistical institutions which is going to be released today;

b) a feasibility study for developing a joint BRIC encyclopedia.

29. We reaffirm our commitment to advance cooperation among BRIC countries in science, culture and sports.

30. We express our confidence in the success of the 2010 World Expo in Shanghai, the 2010 Commonwealth Games in New Delhi, the 2013 World Student Games in Kazan, the 2014 Winter Olympic and Paralympic Games in Sochi, the FIFA 2014 World Cup in Brazil and the 2016 Olympic and Paralympic Games in Rio de Janeiro.

31. We reaffirm the efforts to strengthen our cooperation and assistance for reduction of natural disasters. Russia and India express their condolences and solidarity with the people and Governments of Brazil and China, for the lives lost in the mudslide in Rio de Janeiro, Brazil, and in the earthquake in Yushu, China.

III BRIC Summit

32. Brazil, Russia and India appreciate the offer of China to host the III BRIC Summit in 2011.

33. Russia, India and China express their profound gratitude to the Government and people of Brazil for hosting the II BRIC Summit.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA II
CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO E DE
GOVERNO DO BRIC

15/04/2010

(original em inglês)

MEMORANDUM ON COOPERATION
AMONG BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL (BNDES), CHINA DEVELOPMENT

BANK CORPORATION, EXPORT-
IMPORT BANK OF INDIA, AND STATE
CORPORATION BANK FOR DEVELOPMENT
AND FOREIGN ECONOMIC AFFAIRS
(VNESHECONOMBANK)

IV CÚPULA DE CHEFES DE ESTADO
E DE GOVERNO DO IBAS - BRASÍLIA,
15 DE ABRIL DE 2010 - RELATOS DOS
FOROS DA SOCIEDADE CIVIL

15/04/2010

(originais em inglês ou português)

I - REPORT OF THE ACADEMIC FORUM
OF THE FOURTH IBSA DIALOGUE
PROCESS TO THE PLENARY SESSION

II - RESOLUTIONS OF THE IBSA
WOMEN'S FORUM

III - JOINT DECLARATION OF THE
IBSA PARLIAMENTARY FORUM

IV - DECLARATION OF THE FORUM
OF INTERGOVERNMENTAL RELATIONS
AND LOCAL GOVERNMENTS FOR THE
IBSA SUMMIT PLENARY SESSION,
APRIL 15 2010, PALÁCIO DO ITAMARATY,
BRASÍLIA, BRASIL

V - RELATO DO FÓRUM DE EDITORES
DO IBAS

VI - COMUNICADO DO FÓRUM DE
PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS DO
IBAS

COMEMORAÇÃO DO DIA DO
DIPLOMATA

18/04/2010

Por ocasião do Dia do Diplomata, 20 de abril, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva presidirá a Cerimônia de Formatura da Turma 2007-2009 do Instituto Rio Branco. A solenidade terá lugar no Auditório Wladimir

Murtinho, no Palácio Itamaraty, e contará com a presença do Ministro Celso Amorim, paraninfo da turma, e de outras autoridades.

Também no dia 20, no Palácio Itamaraty, será realizada a Cerimônia de Imposição de Insígnias e Medalhas da Ordem de Rio Branco. A condecoração, instituída pelo Decreto nº 51.697, de 5 de fevereiro de 1963, é assim intitulada em homenagem ao Patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco.

35ª REUNIÃO MINISTERIAL DO GRUPO
DE CAIRNS - PUNTA DEL ESTE, 19 E 20
DE ABRIL DE 2010 -
COMUNICADO CONJUNTO
20/04/2010

(Original em inglês)

We, the Ministers of the Cairns Group*, have met in Punta del Este, Uruguay, from 19 to 20 April 2010. Following the stocktake by senior officials in Geneva last month, this has been our first opportunity to meet collectively to discuss the current state of the Doha Development Round and to chart a path forward.

Our discussions have been enriched by the attendance of special guests from Egypt, the European Union, Japan, Mexico and the United States.

In contrast to last year, our meeting in Punta del Este has been set against the background of a slowly recovering global economy. In a recent report, the World Trade Organization (WTO) forecasted that global trade will grow by 9.5% in 2010, following the sharpest decline in more than 70 years. Throughout the economic downturn, the WTO's rules based system has helped to contain protectionist responses and to maintain access to markets and levels of trade finance. Now, as the recovery gets underway, the WTO remains

the right platform for trade to grow strongly once again.

These are positive signs, but we cannot be complacent. The recovery remains fragile and the pressure to introduce new protectionist policies still exists, including in agriculture through the use of tariffs, subsidies and restrictive non-tariff measures.

We must remember that trade plays a vital role in economic growth and development, job creation and poverty reduction, yet imposes only a minimal fiscal burden on governments. Trade is also fundamental in addressing food security, in supporting environmentally sustainable agricultural production and in achieving the Millennium Development Goals.

This is why protectionism must be resisted and why efforts to strengthen the rules-based multilateral trading system must continue. Concluding the Doha Development Agenda must remain the top priority of WTO Members. The Cairns Group will continue to push vigorously for global trade reform in agriculture, which is critical to the development deliverables of the Round.

We note the slow pace of the negotiations since July 2008. While there has been some progress since last year's Cairns Group Ministerial Meetings in Bali (June 2009) and Geneva (November 2009) - notably the proposed modality on tropical products and preference erosion - conclusion of the Round is still not within our grasp.

We must ensure that the positive progress we have made in the agriculture negotiations over the past nine years is preserved. It is essential that the Round delivers on the reforms needed in agriculture, including the elimination of all forms of export subsidies by 2013, substantial reductions and disciplines on domestic support, and substantial improvements in market access. There can be no weakening

of ambition on these issues. Development is central to this Round and the outcome should accurately reflect this development mandate.

The Cairns Group remains determined to reach an ambitious and balanced outcome in the agriculture negotiations, in line with the agreed mandate. To achieve that goal, we will continue our efforts, at both the technical and political level, to resolve the outstanding issues so that the Round can be concluded as soon as possible.

We are pleased that our meeting in Bali last year acted as a catalyst for renewed ministerial engagement on the Round. It presented us with an important opportunity to engage with India, the US and other special guests, and created momentum for ongoing political discussion, including at the New Delhi meeting in September. It contributed to an awareness that, in our search for progress, negotiations could usefully take place in a range of formats as we look for a final deal.

Our meeting here in Punta del Este has reinforced the need for a proactive approach to the negotiating process. Maintaining the primacy of the multilateral process in Geneva is critical, and negotiations in other formats and configurations should support this process. It is also important that we continue our work in each of the negotiating groups, and work horizontally across the negotiating agenda to help make the necessary links and balances between all parts of the Doha Mandate.

We urge all WTO Members to continue engaging at the ministerial level to provide the political guidance needed to bring the Doha negotiations to a successful conclusion. This includes taking advantage of all opportunities for ministerial engagement, such as the forthcoming APEC and OECD meetings.

Japan and the United States, who have been special guests at this meeting, have told us they share the views of the Cairns Group on the importance of moving forward in the Doha negotiations, including the need to work proactively to bridge technical and political gaps and to consider links across all parts of the Doha agenda. We have greatly appreciated the opportunity to engage with our special guests on these issues.

We welcome the presence and acknowledge the input of WTO Director-General Pascal Lamy.

We also welcome Vietnam, who participated in our meeting as an observer, and look forward to continuing our close cooperation.

We have again appreciated the presence of the Cairns Group Farm Leaders. The interests of our agricultural producers are paramount in the WTO agriculture negotiations, and we have continued to benefit from their ongoing guidance and support.

Finally, we express our deepest gratitude to the Uruguayan Government for hosting the 35th Cairns Group Ministerial Meeting and welcome the offer by Canada to host the next Ministerial Meeting of the Group.

The Cairns Group comprises Argentina, Australia, Bolivia, Brazil, Canada, Chile, Colombia, Costa Rica, Guatemala, Indonesia, Malaysia, New Zealand, Pakistan, Paraguay, Peru, Philippines, South Africa, Thailand and Uruguay.

*Costa Rica, Malaysia, Pakistan, South Africa and Thailand were unable to attend due to disruptions to air travel following the Icelandic volcano eruption.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA LIBANESA, GENERAL
MICHEL SLEIMAN - BRASÍLIA, SÃO
PAULO E RIO DE JANEIRO,
21 A 26 DE ABRIL DE 2010
20/04/2010

O Presidente da República Libanesa, General Michel Sleiman, realizará visita de Estado ao Brasil, entre os dias 21 e 26 de abril. Sua vinda coincide com as comemorações dos 130 anos da imigração árabe para o Brasil.

Em Brasília, o Presidente libanês manterá reunião com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e será recebido pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal, do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, a agenda do Presidente Sleiman contempla encontros com autoridades locais e com representantes da comunidade libanesa.

Os laços entre o Brasil e o Líbano distinguem-se pela relevância da contribuição dada ao País pelos imigrantes libaneses, que aqui começaram a se estabelecer ainda no século XIX, dando origem a uma importante comunidade de aproximadamente 10 milhões de pessoas. Em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Beirute - a primeira viagem oficial de um Chefe de Estado brasileiro àquele país.

O Brasil tem prestado intensa cooperação ao Líbano, inclusive por meio de contribuições para a reconstrução das áreas afetadas pelos ataques israelenses de 2006. A corrente bilateral de comércio, que ao término de 2003 estava pouco acima de US\$ 60 milhões, cresceu para cerca de US\$ 312 milhões ao final de 2009.

Durante a visita do Presidente Sleiman, está prevista a assinatura de Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva e Memorando de Entendimento entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil e o Ministério de Assuntos Sociais da República Libanesa.

BRASIL-EUA: CONTENCIOSO DO
ALGODÃO - COMUNICADO MRE-
CAMEX
21/04/2010

Brasil e Estados Unidos concluíram hoje, 20 de abril, a negociação de Memorando de Entendimento no âmbito do contencioso do algodão (WT/DS267), conforme acordado entre os dois Governos nos dias 5 e 6 de abril.

O Memorando estabelece o marco jurídico entre os dois países que permitirá a criação de fundo para a transferência de recursos que serão destinados ao setor cotonicultor brasileiro. Essa iniciativa soma-se ao cumprimento dos dois outros compromissos assumidos pelo governo norte-americano durante as negociações realizadas no começo do corrente mês: i) suspensão de recursos e adoção de novos termos para o funcionamento do programa de garantia de crédito à exportação dos EUA (GSM-102); e ii) publicação de proposta de norma que reconhece o Estado de Santa Catarina como livre de determinadas doenças animais, passo fundamental para o reconhecimento sanitário da carne brasileira.

Diante do cumprimento dos compromissos assumidos pelos Estados Unidos e do entendimento positivo entre as duas partes, o Governo brasileiro publicará no dia 22 de

abril, quinta-feira, Resolução CAMEX que adiará a entrada em vigor das contramedidas brasileiras sobre importações de bens dos Estados Unidos no contexto do contencioso do algodão na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Durante um período de 60 dias, os Governos do Brasil e dos Estados Unidos seguirão negociando com vistas a alcançar entendimento sobre a implementação da decisão do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC que condenou os programas norte-americanos de apoio doméstico e de garantia de crédito à exportação.

O Governo brasileiro entende que o acordo firmado entre as partes é avanço positivo e espera que as próximas etapas da negociação possam levar à plena implementação das determinações da OMC, objetivo que continuará a ser perseguido pelo Governo brasileiro.

SEMINÁRIO ‘NOVAS ESTRUTURAS DA GOVERNANÇA GLOBAL’ - BRASÍLIA,

22 DE ABRIL DE 2010

22/04/2010

Está sendo realizado, no Palácio Itamaraty, em Brasília, no dia 22 de abril, com patrocínio da Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), o seminário “Novas Estruturas da Governança Global”.

O evento, cujos termos de referência foram elaborados com a participação de David Rothkopf, da Fundação Carnegie para a Paz Internacional, conta com especialistas em relações internacionais, acadêmicos, diplomatas e outros funcionários governamentais, analistas independentes e formadores de opinião de 12 países de todos os continentes.

O seminário será aberto pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, que conduzirá os trabalhos. Contará com apresentações, entre outros, do Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; do Assessor Especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia; do Representante Permanente do Afeganistão junto às Nações Unidas e Coordenador de Negociações Intergovernamentais para Reforma do Conselho de Segurança, Embaixador Zahir Tanin; e do Diretor do Centro de Cooperação Internacional da Universidade de Nova York, Bruce Jones.

O seminário, que reforça a importância de Brasília, em seu cinquentenário, no roteiro dos debates internacionais sobre governança global, parte da constatação de que o mundo passa por momento de inflexão. Os mecanismos de governança global foram profundamente afetados no período entre a falência do banco Lehman Brothers, que desencadeou a crise financeira mundial (15 de setembro de 2008) e a conclusão da Cúpula do Clima em Copenhague (18 de dezembro de 2009).

Em quinze meses, o G20 Financeiro tomou o lugar do G7/8 como principal mecanismo de articulação internacional sobre temas econômicos. Novos agrupamentos políticos passaram da periferia para o centro do processo decisório internacional, como o BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) e o IBAS (Índia, Brasil, África do Sul), que em 15 de abril corrente realizaram cúpulas em Brasília, e o BASIC (Brasil, África do Sul, Índia, China), que se firma como protagonista do debate sobre mudança do clima.

Todas as organizações de alcance global necessitam de reformas, das Nações Unidas

às instituições financeiras internacionais. Fóruns nos quais as potências emergentes se encontram sub-representadas - como Conselho de Segurança das Nações Unidas, o G7/8 e as instituições financeiras - enfrentam desafios de legitimidade e eficácia. Teve início movimento em direção a mecanismos mais inclusivos, mas é chegado o momento de buscar a reforma de modo mais coordenado, com visão abrangente sobre os resultados no nível sistêmico.

A própria distribuição global de poder encontra-se em processo de mudança. Aspectos unipolares da antiga configuração (vigentes entre a queda do Muro de Berlim, em 1989, e a crise financeira, em 2008) estão desaparecendo, enquanto os contornos de uma nova ordem ainda não foram inteiramente delineados. A dinâmica atual já incorpora elementos de multipolaridade, mas não é possível, ainda, identificar uma estrutura coerente.

Os debates do seminário “Novas estruturas de governança global” tratam de questões como: qual o propósito da governança global? Devemos ter uma única estrutura universal de mecanismos de governança ou uma rede de estruturas diferentes? Como seriam as instituições internacionais se fôssemos desenhá-las hoje, a partir de zero? Os novos mecanismos seriam mais igualitários? Como os objetivos dos países convergiriam ou divergiriam? Como conciliar a inclusão com a necessidade de decisões e resultados rápidos?

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO
COMÉRCIO DA AUSTRÁLIA, SIMON
CREAN - BRASÍLIA,
21 DE ABRIL DE 2010
22/04/2010

O Ministro Celso Amorim recebeu, em 21 de abril, em Brasília, a visita do Ministro do

Comércio da Austrália, Simon Crean. Além de temas relativos ao comércio bilateral, foram tratados os resultados da 35ª Reunião Ministerial do Grupo de Cairns (Punta del Este, 19 e 20 de abril), as perspectivas de encaminhamento da Rodada Doha, bem como a negociação de um Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e o CER, mecanismo que reúne Austrália e Nova Zelândia.

Ao final do encontro, os Ministros assinaram acordo bilateral na área de serviços aéreos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA LIBANESA, GENERAL
MICHEL SLEIMAN - BRASÍLIA, 22 DE
ABRIL DE 2010
22/04/2010

I - Memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república libanesa sobre cooperação na área do esporte

II - Memorando de entendimento entre o ministério do desenvolvimento social e combate à fome da república federativa do brasil e o ministério de assuntos sociais da república libanesa

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DO
COMÉRCIO DA AUSTRÁLIA, SIMON
CREAN - BRASÍLIA, 21 DE ABRIL DE
2010
22/04/2010

Acordo de serviços aéreos entre o governo da república federativa do brasil e o governo da austrália

CÚPULA BRASIL - CARICOM -
BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010
23/04/2010

Será realizada, no Palácio Itamaraty, em 26 de abril, a Cúpula Brasil - Comunidade do Caribe (CARICOM). Será a primeira vez que os Chefes de Estado e de Governo do Brasil e da totalidade dos países da CARICOM se reúnem para tratar do conjunto dos relacionamentos bilaterais e regionais.

Criada em 1973, a CARICOM é integrada pelos seguintes 14 países: Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Suriname e Trinidad e Tobago. O Brasil é membro observador desde 2006.

A realização da Cúpula Brasil - CARICOM atende aos esforços da política externa brasileira para fomentar a integração latino-americana e caribenha em todos os seus aspectos. A Cúpula estará voltada, especialmente, para o tema da cooperação em áreas tais como saúde, agricultura, educação, formação profissional, turismo e meio ambiente. Deverá ser instituído, igualmente, mecanismo para consultas políticas regulares entre o Brasil e os membros da CARICOM. Está prevista, ainda, a criação de projetos de cooperação triangular entre o Brasil e a CARICOM em favor do Haiti.

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, estarão presentes representantes de todos os países membros daquela Comunidade. Está confirmada a participação de 10 Chefes de Estado ou de Governo dos países caribenhos, bem como do Secretário-Geral da Comunidade, Edwin Carrington.

Também participarão da Cúpula, na condição de observadores, os Diretores da Organização dos Estados do Caribe Oriental - OECS, do Instituto Caribenho de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola - CARDI,

da Associação Caribenha de Controle de Desastres - CDEMA, do Instituto Caribenho de Saúde Ambiental - CEHI e o Secretário-Geral Adjunto da OEA.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e os países da CARICOM passou de US\$ 657 milhões, em 2002, para cerca de US\$ 5,2 bilhões, em 2008. Desse total, mais de US\$ 4,4 bilhões corresponderam a exportações brasileiras. De janeiro a março de 2010, as trocas entre o Brasil e a CARICOM somaram mais de US\$ 1 bilhão.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A ISTAMBUL, MOSCOU E TEERÃ - 24 A
27 DE ABRIL DE 2010
23/04/2010

Em preparação às visitas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Rússia e ao Irã, e à visita do Primeiro-Ministro Recep Tayyip Erdogan ao Brasil, previstas para maio, o Ministro Celso Amorim realizará viagem a Istambul, Moscou e Teerã, de 24 a 27 de abril.

Nos dias 26 e 27, o Ministro Amorim visitará Teerã, onde se encontrará com o Presidente Mahmoud Ahmadinejad, com o Presidente do Parlamento, Ali Larijani, com o Chanceler Manouchehr Mottaki e com o Secretário-Geral do Conselho Supremo de Segurança Nacional, Said Jalili. Além de tratar da visita do Presidente Lula a Teerã, o Ministro Amorim discutirá a questão nuclear.

A caminho de Teerã, o Ministro Amorim manterá encontro, em Istambul, no dia 24, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ahmet Davutoğlu, com quem discutirá, entre outros temas, a visita do Primeiro-Ministro Erdogan ao Brasil. No dia 25, em Moscou, o Ministro Amorim será recebido por seu homólogo russo, Serguei Lavrov, quando os dois Chanceleres discutirão

os preparativos para a visita do Presidente Lula à Rússia.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA JAMAICA, BRUCE
GOLDING - BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I - ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo da jamaica para implementação do projeto “programa de capacitação de técnicos da jamaica em produção e processamento de frutas tropicais”

II - ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo da jamaica para implementação do projeto “capacitação de recursos humanos para desenvolvimento das cadeias agropecuárias da jamaica - com ênfase na cadeia da mandioca”

III - memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo da jamaica para o estabelecimento de uma comissão mista

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE ANTÍGUA E BARBUDA,
DR. W. BALDWIN SPENCER - BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I - acordo de cooperação educacional entre o governo da república federativa do brasil e o governo de antiga e barbuda

II - acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo de antiga e barbuda sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço

REUNIÃO DE CÚPULA BRASIL-
CARICOM – DECLARAÇÃO DE
BRASÍLIA 26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

Os Chefes de Estado e de Governo do Brasil e dos Países da Comunidade do Caribe reuniram-se em Brasília, no dia 26 de abril de 2010, na Primeira Cúpula Brasil - CARICOM.

Participaram da Cúpula com o Excelentíssimo Senhor Presidente Luiz Inacio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; o Primeiro Ministro de Antigua and Barbuda, Excelentíssimo Senhor Winston B Spencer; o Primeiro Ministro de Dominica e atual Presidente da CARICOM, Excelentíssimo Senhor Roosevelt Skerrit, o Primeiro Ministro de Granada, Excelentíssimo Senhor Tillman Thomas; o Presidente da República da Guiana, Excelentíssimo Senhor Bharrat Jagdeo; o Presidente do Haiti, Excelentíssimo Senhor René Garcia Préval; o Primeiro Ministro da Jamaica, Excelentíssimo Senhor Bruce Golding; o Primeiro Ministro da Federação de São Cristóvão e Névis, Excelentíssimo Senhor Dr. Denzil L. Douglas; o Primeiro Ministro de Santa Lucia, Excelentíssimo Senhor Stephenson King; o Primeiro Ministro de São Vicente e Granadinas, Excelentíssimo Senhor Dr. Ralph Gonsalves; e o Presidente do Suriname, Excelentíssimo Senhor Dr. Runaldo R. Venetiaan.

O Primeiro Ministro das Bahamas esteve representado pelo Excelentíssimo Senhor Brent Symonette, Vice-Primeiro Ministro e Ministro das Relações Exteriores; o Primeiro

Ministro de Barbados esteve representado pela Excelentíssima Senhora Senadora Maxine McClean, Ministra de Estado das Relações Exteriores e Comércio Internacional; o Primeiro Ministro de Belize esteve representado pelo Excelentíssimo Senhor Wilfred Elrington, Ministro das Relações Exteriores e Comércio Internacional; e o Primeiro Ministro de Trinidad e Tobago esteve representado pela Excelentíssima Senhora Monica Clement, Embaixadora na República Federativa do Brasil.

Os Chefes de Estado e de Governo registraram que esta reunião ocorria por ocasião do 50º Aniversário de Brasília como capital do país. Esse importante marco emprestou maior significado à natureza histórica deste diálogo.

A Cúpula de Brasília representa a expressão do desejo mútuo de maior aproximação e cooperação entre o Brasil e os países da CARICOM, a fim de reforçar os laços históricos e culturais que os unem e traçar as linhas de um futuro comum.

Este primeiro encontro foi precedido por vários encontros bilaterais e multilaterais, dentre os quais se assinala o Encontro Intersessional da Conferência de Chefes de Governo da CARICOM em Paramaribo, em 2005, que contou com a presença do Presidente Lula da Silva.

Outros encontros relevantes foram a I e a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), em dezembro de 2008, em Salvador, e em fevereiro de 2010, em Cancun, de que participaram os Chefes de Estado e de Governo. A Cúpula reiterou os compromissos de integração assumidos em Cancun, quando acordaram a criação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe.

A Cúpula reiterou o compromisso com a integração latino-americana e caribenha

e com o fortalecimento de sociedades justas e democráticas, fundadas na paz e na cooperação, na luta contra a pobreza, contra as desigualdades e toda espécie de discriminação, no multilateralismo e no desenvolvimento sustentável em um mundo sem guerras e livre de armas nucleares.

Os Chefes de Estado e de Governo reconheceram que as atuais estruturas financeiras internacionais não correspondem às necessidades peculiares aos pequenos países de renda média altamente endividados da CARICOM. Nesse sentido, os Chefes de Estado e de Governo da CARICOM saudaram o compromisso do Presidente do Brasil de levar às deliberações da próxima reunião do G-20 no Canadá, em junho próximo, as preocupações e posições da CARICOM a esse respeito.

A Cúpula concordou, ademais, em continuar os esforços em favor de uma reforma das Nações Unidas e do Conselho de Segurança que reflita as realidades e necessidades do mundo contemporâneo, especialmente no que se refere a uma maior representatividade dos países em desenvolvimento nos processos de decisão dos organismos multilaterais. Com este espírito, os Chefes de Estado e de Governo acordaram favorecer o apoio mútuo a suas candidaturas naqueles organismos.

Os Chefes de Estado e de Governo reconheceram que a catástrofe que atingiu o Haiti em 12 de janeiro de 2010 faz com que na ajuda àquele país se deva concentrar a parte mais importante do auxílio humanitário no Caribe. A esse respeito, determinam, também, a urgência na implementação de projetos de cooperação visando a recuperação econômica, social, de infra-estrutura e institucional do país. O Brasil, para tanto, tem destinado o maior montante jamais utilizado para ações dessa natureza e, com a CARICOM, buscará implantar projetos conjuntos em favor do desenvolvimento do Haiti.

Amparados pelo desenvolvimento auspicioso das relações entre seus países e pela convergências de seus pontos-de-vista na maioria dos temas da atualidade internacional, esta Primeira Cúpula discutiu sobretudo os projetos de cooperação a todos os níveis de seu relacionamento e acordaram o seguinte:

1. Político

Manifestar satisfação pela intensificação das relações entre o Brasil e os Países Membros da CARICOM, ilustrada pelo intercâmbio de grande quantidade de visitas do mais alto nível e do mais variado espectro de atividades.

Saudar a determinação do Presidente do Brasil de abertura de Embaixadas brasileiras residentes em todos os países da CARICOM, ademais da acreditação do Embaixador do Brasil em Georgetown como observador permanente junto à CARICOM e do Embaixador do Brasil em Castries junto à Organização dos Estados do Caribe Oriental.

Saudar, igualmente, a recente abertura, pelo Governo de Barbados, de Embaixada residente em Brasília e a intenção manifestada pelo Governo da Jamaica de estabelecer uma Embaixada em Brasília.

Estabelecer, através de um Protocolo entre o Brasil e a CARICOM, um mecanismo de consultas políticas que se reunirá regularmente, para a identificação e promoção de posições comuns no cenário internacional, com vistas à intensificação da cooperação e colaboração em organismos internacionais e ao desenvolvimento integrado dos esforços mútuos de cooperação. Esta consulta se dará a nível de altos funcionários e abordará todos os aspectos das relações políticas e de cooperação entre o Brasil e a CARICOM.

Registrar com satisfação a assinatura, durante esta Cúpula, de um Protocolo de Entendimento entre o Brasil e a Jamaica sobre Consultas Políticas.

2. Clima

Intensificar ações conjuntas no combate às mudanças climáticas, através de projetos a serem identificados pelos organismos competentes do Brasil e da CARICOM, em especial, de parte do Caribe, o “Caribbean Community Climate Change Centre (CCCCC)”, com apoio técnico e em colaboração com o “Caribbean Environmental Health Institute - CEHI” e o “Caribbean Institute of Meteorology and Hidrology - CIHM” e, de parte do Brasil, o Ministério do Meio Ambiente - MMA e a Agência Nacional da Água - ANA.

Tomar nota da intenção do Brasil de participar do V Forum e Exposição Bienais Ambientais do Caribe, que se realizará em junho próximo na Jamaica. Tomar nota, igualmente, do desejo da CARICOM de participar do I Forum de Biodiversidade das Américas, que se realizará em Brasília em julho próximo.

A Agência Nacional da Água (ANA), do Brasil e o Caribbean Environmental Health Institute (CEHI) estabelecerão negociação para o desenvolvimento de atividades conjuntas, especialmente nas áreas de troca de informações, incremento de capacidade técnica e do estudo de legislações de maior interesse para aquele Instituto caribenho.

3. Cooperação técnica

Tomar nota do fato de que 9 % da cooperação técnica internacional prestada atualmente pelo Governo brasileiro se destina à região do Caribe e comprometer-se a aumentar e intensificar aquela cooperação com a implementação dos novos Acordos e Memorandos de Entendimento.

Congratular-se com a assinatura, por ocasião desta Cúpula, do Acordo de Cooperação Técnica Brasil - CARICOM, que possibilitará a coordenação de ações de cooperação entre o Governo brasileiro e a CARICOM.

A esse respeito, determinaram que a 1ª reunião entre as Partes ocorra dentro do mais breve prazo possível, na sede da CARICOM, em Georgetown.

Saudar, do mesmo modo, a assinatura do Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Brasil e a CARICOM, que permitirá a imediata implementação de ações específicas de cooperação e capacitação.

Tomar nota com satisfação da existência de Acordos de Cooperação Técnica bilateral entre o Brasil e os seguintes Países Membros da CARICOM : Barbados, Belize, Granada, Guiana, Haiti, Jamaica, Suriname e Trinidad e Tobago.

Saudar a assinatura, por ocasião desta Cúpula, dos Acordos de Cooperação Técnica bilateral entre o Brasil e os seguintes Países Membros da CARICOM : Dominica, Santa Lucia e São Vicente e Granadinas

Expressar o desejo de que se conclua muito proximamente os acordos similares que estão sendo negociados entre o Brasil e Bahamas e São Cristóvão e Névis.

Saudar, do mesmo modo, a assinatura, por ocasião desta Cúpula, dos Memorandos de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Brasil e os seguintes Países membros da CARICOM : Granada, Guiana, Santa Lucia e São Vicente e Granadinas. Esses Memorandos deverão facilitar a implementação imediata de ações bilaterais específicas de cooperação e capacitação de pessoal.

Manifestar satisfação pelas recentes missões técnicas de cooperação enviadas pelo Brasil a diversos Países Membros da CARICOM. A esse respeito, os Chefes de Estado e de Governo comprometeram-se a organizar novas missões daquela natureza aos países signatários dos novos Memorandos de Entendimento para Cooperação Técnica. Tais Memorandos facilitarão a identificação

de setores de atenção prioritária no âmbito daquela cooperação.

4. Cooperação com o Haiti

Realizar, dentro dos próximos 30 dias, encontro de alto nível técnico entre o Governo brasileiro e o Secretariado da CARICOM para estabelecer as modalidades de cooperação com o Haiti em ações trilaterais. Essa cooperação contemplará especialmente os setores de fornecimento de abrigos, educação e agricultura, que estão entre os aspectos mais críticos da recuperação e reconstrução daquele país membro da CARICOM.

5. Educação e cultura

Aumentar o número e a atuação de leitores brasileiros na Universidade das Índias Ocidentais em Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago e nas Universidades Nacionais do Haiti, Guiana e Suriname. Do mesmo modo, promover a criação de centros de estudos caribenhos em instituições de ensino superior no Brasil.

Registrar o aumento constante do número de estudantes caribenhos em instituições de ensino superior brasileiras e intensificar as providências para promover o incremento desse intercâmbio. Nesse sentido, saudaram a assinatura, por ocasião desta Cúpula, de Acordos de Cooperação Educacional entre o Brasil e Antigua e Barbuda, Belize, Dominica, Granada, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Suriname. Registraram com satisfação o adiantado estágio de negociação daqueles acordos entre o Brasil e Bahamas. Esses acordos facilitarão, entre outros, a capacitação lingüística dos candidatos àquele intercâmbio educacional.

Reconhecer a importância do desenvolvimento do intercâmbio cultural para uma maior aproximação entre os povos. Os Chefes de Estado e de Governo saudaram também a assinatura, por ocasião desta Cúpula, de Acordos de Cooperação Cultural

entre o Brasil e Barbados, Belize, Dominica, Granada, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Suriname. Registraram, também, com satisfação, o adiantado estágio de negociação daqueles acordos entre o Brasil e Bahamas.

Reconhecer a importância da cooperação na formação e capacitação e habilitação de pessoal diplomático. A esse respeito, congratularam-se com a assinatura, por ocasião desta Cúpula, dos Memorandos de Entendimento entre o Instituto Rio Branco, do Brasil e a CARICOM e entre o Instituto Rio Branco e a Organização dos Estados do Caribe Oriental para o desenvolvimento de atividades conjuntas nesse setor.

Saudam, do mesmo modo, os entendimentos que se estabelecerão entre o Governo de Trinidad e Tobago e o Instituto Rio Branco para cooperação com o novo instituto diplomático que será criado pelo Governo trinitário.

Registrar, também, o Acordo em vigor entre os Governos do Brasil e da Guiana para cooperação entre o Instituto Rio Branco do Brasil e o Instituto do Serviço Exterior da Guiana

Reconhecendo a importância da herança africana em suas sociedades, os Chefes de Estado e de Governo decidiram incentivar a realização de estudos sobre o fenômeno da escravidão e seu impacto na formação de suas identidades nacionais, com vistas a valorizar adequadamente a participação dos afro-descendentes em sua história comum.

6. Agricultura

Saudar a próxima instalação do Escritório Regional para a América Central e o Caribe da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, como primeiro passo para a intensificação da cooperação entre o Brasil e os países do Caribe no setor da pesquisa agropecuária, voltada para a melhoria da qualidade de vida dos povos.

Tomar nota com satisfação da assinatura,

por ocasião desta Cúpula, de acordos por ajuste complementar para a implementação de projetos específicos no setor agropecuário entre o Brasil e Barbados e Jamaica. Saudam, igualmente, a assinatura, na mesma ocasião, de Memorandos de Entendimento entre o Brasil e Granada, Santa Lucia e São Vicente e Granadinas, que contemplam ações preliminares de cooperação no mesmo setor.

Registrar, ademais, a assinatura durante esta Cúpula de um Memorando de Entendimento entre a Guiana e o Brasil na área de segurança fitossanitária para produtos de origem vegetal. Esse Memorando se soma a uma série de acordos de cooperação já em vigor entre o Brasil e a Guiana neste setor.

Assegurar a otimização das relações no campo da pesquisa agropecuária e em aquicultura e da implementação de projetos agrícolas comuns.

Saudar os entendimentos preliminares entre a EMBRAPA e o Instituto Caribenho de Pesquisa e Desenvolvimento Agrícola - CARDI, que deverão levar ao estabelecimento de Acordo para o desenvolvimento de pesquisas conjuntas e o intercâmbio de técnicos.

Promover a criação de um comitê sobre cooperação agrícola, no âmbito dos acordos existentes entre o Brasil e a CARICOM.

7. Saúde

Tomar nota, com satisfação, da cooperação existente entre a CARICOM / PANCAP e o Ministério da Saúde do Brasil com relação à cooperação horizontal na área da HIV / AIDS. Registrar, também, o potencial de expansão dessa cooperação para a área de Doenças Crônicas Não-transmissíveis, na qual tanto o Brasil quanto a CARICOM são pioneiros em introduzir respostas não-tradicionais.

Saudaram, a esse respeito, a assinatura, por ocasião desta Cúpula, de acordos por ajustes complementares para implementação

de projetos no campo da saúde entre o Brasil e Barbados, Belize e Suriname.

Do mesmo modo, saudaram a assinatura, na mesma ocasião, de Memorandos de Entendimento entre o Brasil e Granada e Haiti, que contemplam cooperação específica no campo da saúde.

Tomam nota com satisfação do convite do Governo brasileiro para que os países do Caribe participem ativamente da próxima Conferência Universal sobre Sistemas de Saúde, promovida pelo Ministério da Saúde do Brasil, em dezembro de 2010..

8. Energia

Intensificar as relações no campo da pesquisa e desenvolvimento de fontes de energia renováveis e não-renováveis e de métodos de poupança de energia. Nesse sentido, acordaram a organização de missão do Brasil à CARICOM, em data a ser proposta pelo Secretariado daquela Comunidade, para um estudo preliminar conjunto das possibilidades de cooperação institucional e empresarial no setor.

9. Biocombustíveis

Tomar nota, com satisfação, do intercâmbio crescente entre o Brasil e países da CARICOM na comercialização de biocombustíveis e concordar em intensificar os estudos conjuntos de viabilização da produção de biocombustíveis na região da CARICOM.

10. Defesa Civil

Recordaram dois grandes desastres recentes - o terremoto que atingiu a capital do Haiti e as enxurradas que devastaram regiões do Rio de Janeiro - , acontecimentos trágicos que assinalam a importância de se estar preparado e ter resposta rápida para mitigar desastres. Elogiaram, a esse respeito, a capacidade especial do Brasil para combater desastres naturais, reagir rapidamente e iniciar a reconstrução.

Concordar em fortalecer as iniciativas de assistência humanitária e promover o

estabelecimento de protocolos de ajuda mútua e outros sistemas simplificados de resposta a desastres. A esse respeito, acordaram, também, promover e implementar boas práticas para a redução de riscos relacionados com desastres.

Saudar a proposta do Brasil de criar um fundo brasileiro junto à “Associação Caribenha de Controle de Desastres – CDEMA”, com o intuito de fortalecer a coordenação regional em ações humanitárias. Essas ações estão voltadas a mitigar e responder aos desastres sociais, humanos e naturais, assim como aos esforços de reconstrução nos países membros da CARICOM. O montante destinado ao fundo será gerido pelo “Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários - OCHA”, no âmbito das Nações Unidas. A CDEMA manifestará interesse pelo recebimento de recursos para fazer face a uma determinada situação e o Governo brasileiro avaliará o valor dos recursos a serem canalizados para a CDEMA através do OCHA.

11. Turismo

Reconhecer a importância do turismo para o Brasil e a CARICOM. A esse respeito, manifestar o desejo de uma rápida conclusão do projeto de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Turismo, apresentado pelo Brasil, que determinará os modos de cooperação entre o Brasil e a CARICOM.

12. Financiamento

Congratular-se com a decisão do Brasil de aderir ao Banco Caribenho de Desenvolvimento na qualidade de membro não-tomador. Registrar com satisfação que o processo de adesão, que prevê ademais uma contribuição ao “Fundo Especial de Desenvolvimento” do Banco, encontra-se em fase final de tramitação no Congresso Nacional brasileiro. A participação brasileira no Banco se constituirá em importante instrumento para uma maior aproximação comercial e empresarial entre o Brasil e os Países Membros da CARICOM.

Reconhecer a importância do apoio financeiro solidário para atividades de cooperação para o desenvolvimento. A esse respeito, os Chefes de Estado e de Governo acordam realizar reunião técnica preliminar entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do Brasil e os Bancos Centrais da CARICOM, com a participação do Banco de Desenvolvimento do Caribe, da Associação Caribenha dos Bancos Nacionais (CAIB) e da Associação dos Bancos de Desenvolvimento do Caribe Oriental (ADBEC), em 2011.

Iniciar conversações com vistas à participação do Brasil no Fundo de Desenvolvimento da CARICOM, importante instrumento para o fornecimento de assistência aos países membros, regiões e setores menos favorecidos da CARICOM.

13. Comércio

Tomar nota, com satisfação, do aumento em mais de 10 vezes de seu fluxo comercial comum, nos últimos seis anos. Ressaltaram, entretanto, o grande desequilíbrio existente naquele fluxo comercial e coincidiram na necessidade de encontrar meios de diminuí-lo, explorando também um aumento do comércio em serviços. Para tanto, coincidiram na importância da realização de ampla missão comercial da CARICOM ao Brasil. Ambas as partes se comprometem a cooperar estreitamente na preparação da missão, cuja data será proposta pela CARICOM. O Brasil indicou, igualmente, sua disposição de dar início à preparação de estudo específico sobre “Como Exportar para o Brasil desde o Caribe”, a partir de troca de informações comerciais com o Secretariado da CARICOM.

Saudar a iniciativa do Brasil de organizar uma missão da Agência Brasileira de Promoção das Exportações - APEX à CARICOM, tendo em vista a importância da intensificação do comércio bilateral de pequeno e médio porte.

A APEX realizará consultas preliminares com instituições regionais similares de promoção de exportações, especialmente a “Agência Caribenha para o Desenvolvimento das Exportações” e a “Associação Caribenha de Indústria e Comércio”.

Estimular e intensificar a presença do Brasil em feiras comerciais e industriais nos países membros da CARICOM e a presença de representação dos países da CARICOM e agências relevantes em feiras similares no Brasil.

14. MERCOSUL - CARICOM

Reiterar e ressaltar a importância das relações MERCOSUL - CARICOM no processo de integração da América Latina e do Caribe. Nesse sentido, concordam realizar, no mais breve prazo em 2010, a reunião prevista na Declaração Conjunta MERCOSUL - CARICOM, adotada em Salvador, Bahia, em 17 de Dezembro de 2008, para a retomada dos trabalhos técnicos entre as duas organizações.

15. Transportes

Ressaltar a importância da existência de linhas de transporte marítimo regulares e freqüentes para o desenvolvimento e fortalecimento das relações bilaterais e regionais. Nesse sentido, os Chefes de Estado e de Governo decidem promover, dentro dos próximos 6 meses, encontro entre autoridades portuárias e empresas de transporte marítimo para identificação das providências cabíveis, no sentido de aumentar e otimizar o fluxo do transporte marítimo de cargas entre o Brasil e os Países Membros da CARICOM.

Promover, do mesmo modo, encontro entre autoridades aeronáuticas e empresas de transporte aéreo e de turismo para identificação das providências cabíveis, no sentido de aumentar e otimizar o fluxo do transporte aéreo de passageiros e de cargas entre o Brasil e os Países Membros da CARICOM.

Tomaram nota, com satisfação, do próximo início das operações aéreas regulares de

transporte de passageiros entre o Brasil e Barbados, como resultado de entendimentos entre companhias de aviação e de turismo de ambos os países.

Congratulam-se com a recente assinatura do Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e Trinidad e Tobago. Congratulam-se, ademais, com a entrada em vigor dos acordos já existente entre o Brasil e a Guiana e o Suriname. Saúdam, ademais, a assinatura, por ocasião desta Cúpula, do Acordo de Serviços Aéreos entre o Brasil e Barbados.

16. Vistos

Registram com satisfação a assinatura, por ocasião desta Cúpula, dos Acordos para Isenção de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço entre o Brasil e Antigua e Barbuda, Dominica, Santa Lucia, São Cristóvão e Névis e São Vicente e Granadinas que, somados aos já existentes, passam a abranger o Brasil e todos os países membros da CARICOM.

17. Próxima Cúpula

Reconhecendo a importância de manterem uma interlocução regular no mais alto nível como fator fundamental para a intensificação de suas relações, os Chefes de Estado e de Governo decidem realizar uma nova Cúpula Brasil - CARICOM a cada dois anos.

Concordam que a próxima Cúpula Brasil - CARICOM deverá ser realizada em 2012, em um país membro da CARICOM.

18. Agradecimento

Os Chefes de Estado e de Governo da CARICOM expressaram seu agradecimento ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Brasil, assim como ao Governo e ao povo brasileiros, pela calorosa hospitalidade e pelas cortesias que lhes foram prestadas em Brasília, assim como pela excelente organização deste encontro, o que contribuiu para o sucesso desta Cúpula histórica.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO VICE-PRIMEIRO-
MINISTRO DAS BAHAMAS, THEODORE
BRENT SYMONETTE - BRASÍLIA,

26 DE ABRIL DE 2010

26/04/2010

Acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo das bahamas sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO
DA VISITA AO BRASIL DA
MINISTRA DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS E COMÉRCIO
INTERNACIONAL DE BARBADOS,
MAXINE MCLEAN - BRASÍLIA,

26 DE ABRIL DE 2010

26/04/2010

I - acordo de serviços aéreos entre o governo da república federativa do brasil e o governo de barbados

II - ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo de barbados para implementação do projeto “capacitação de recursos humanos em todos os aspectos da produção de açúcar em barbados”

III - ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo de barbados para a implementação do projeto “fortalecimento do combate ao hiv em barbados”

IV - ajuste complementar ao acordo básico de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo

de barbados para a implementação do projeto “capacitação de recursos humanos na produção de frutas e hortaliças em estufas e em plantações naturais ao ar livre em barbados”

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DE BELIZE, WILFRED ELRINGTON
- BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010

26/04/2010

I. Acordo de cooperação cultural entre o governo da república federativa do brasil e o governo de belize

II. Acordo de cooperação entre o governo da república federativa do brasil e o governo de belize na área de educação

III. Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo de belize para implementação do projeto “apoio técnico para a implantação do banco de leite humano em belize

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE DOMINICA, ROOSEVELT
SKERRIT - BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I. Acordo de cooperação cultural entre o governo da república federativa do brasil e o governo da comunidade de dominica

II. Acordo de cooperação educacional entre o governo da república federativa do brasil e o governo da comunidade de dominica

III. Acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo da comunidade de dominica sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE GRANADA,
TILLMAN THOMAS - BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010

26/04/2010

I - memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo de granada sobre cooperação técnica na área de agricultura

II - acordo de cooperação cultural entre o governo da república federativa do brasil e o governo de granada

III - acordo de cooperação educacional entre o governo da república federativa do brasil e o governo de granada

IV - memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo de granada sobre cooperação técnica na área de saúde pública

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA GUIANA, BHARRAT JAGDEO-
BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

Memorando de entendimento entre o ministério da agricultura, pecuária e abastecimento da república federativa do brasil e o ministério da agricultura da república da guiana na área de segurança fitossanitária de produtos de origem vegetal

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE SÃO CRISTÓVÃO E
NÉVIS, DENZIL DOUGLAS - BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I - acordo de cooperação cultural entre o governo da república federativa do brasil e o governo da federação de são cristóvão e névis

II - acordo de cooperação educacional entre o governo da república federativa do brasil e o governo da federação de são cristóvão e névis

III - acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo da federação de são cristóvão e nevis sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DE SÃO VICENTE E
GRANADINAS, RALPH E. GONSALVES
- BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I - acordo de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo de são vicente e granadinas

II - acordo de cooperação cultural entre o governo da república federativa do brasil e o governo de são vicente e granadinas

III - acordo de cooperação educacional entre o governo da república federativa do brasil e o governo de são vicente e granadinas

IV - memorando de entendimento entre o governo da república federativa do brasil e o governo de são vicente e granadinas sobre cooperação técnica na área de agricultura

V - acordo entre o governo da república federativa do brasil e o governo de são vicente e granadinas sobre a isenção de visto para portadores de passaportes diplomáticos, oficiais ou de serviço

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DO SURINAME, RUNALDO RONALD
VENETIAAN - BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA E PREVENÇÃO DA DOENÇA DE CHAGAS NO SURINAME”

II - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME NA ÁREA DE EDUCAÇÃO

III - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DA RESPOSTA À EPIDEMIA DO HIV/AIDS NO SURINAME”

IV - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA FEDERATIVA DO BRASIL

E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO SURINAME PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO TÉCNICA EM PESQUISA, COLETA, PREPARAÇÃO E ANÁLISE DE MERCÚRIO EM AMOSTRAS BIOLÓGICAS E AMBIENTAIS”

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-MINISTRO DE SANTA LUCIA, STEPHENSON KING - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010
26/04/2010

I - ACORDO DE COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL O GOVERNO DE SANTA LÚCIA

II - ACORDO DE COOPERAÇÃO EDUCACIONAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE SANTA LÚCIA

III-ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE SANTA LÚCIA

IV-MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DE SANTA LUCIA SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE AGRICULTURA

V - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA O BRASIL E O GOVERNO DE SANTA LUCIA SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA

VI - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO E SANTA LÚCIA SOBRE A

ISENÇÃO DE VISTO PARA PORTADORES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS, OFICIAIS OU DE SERVIÇO

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA CÚPULA BRASIL - CARICOM - BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2010
27/04/2010

I - PROTOCOLO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM) SOBRE CONSULTAS POLÍTICAS

II - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM)

III - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM) SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA

IV - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O INSTITUTO RIO BRANCO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O SECRETARIADO DA COMUNIDADE DO CARIBE (CARICOM) SOBRE COOPERAÇÃO MÚTUA EM FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE DIPLOMATAS

V - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O INSTITUTO RIO BRANCO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O SECRETARIADO DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS DO CARIBE ORIENTAL (OECS) SOBRE COOPERAÇÃO MÚTUA EM FORMAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE DIPLOMATAS

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ -
BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2010
27/04/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, realizará visita oficial ao Brasil, em 28 de abril. Trata-se do oitavo encontro presidencial no marco do mecanismo de reuniões trimestrais entre os mandatários, criado em 2007.

Os Presidentes deverão revisar os principais tópicos da agenda bilateral, com ênfase na evolução dos programas de cooperação nas áreas de indústria, agricultura, desenvolvimento urbano, universalização de serviços bancários e integração fronteiriça. Deverão, ainda, estimular o intercâmbio de experiências sobre programas sociais desenvolvidos nos dois países, bem como examinar temas relacionados à integração regional, tendo em vista, em particular, a próxima Cúpula Extraordinária da UNASUL, prevista para 4 de maio, na Argentina.

Em 2009, o intercâmbio comercial bilateral totalizou US\$ 4,2 bilhões, dos quais as exportações brasileiras representaram US\$ 3,6 bilhões. No primeiro trimestre de 2010, as trocas entre Brasil e Venezuela já superaram US\$ 1 bilhão. De janeiro a março, as exportações brasileiras somaram US\$ 777,6 milhões.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
HAITI, RENÉ PRÉVAL – BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
27/04/2010

AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO

TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DO HAITI PARA
IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO DE
CRIAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO
PROFISSIONAL NO DOMÍNIO DO
COMÉRCIO E DOS SERVIÇOS (CFPCS)”

ATO ASSINADO ENTRE O BRASIL, A
REPÚBLICA DOMINICANA E O HAITI
À MARGEM DA CÚPULA BRASIL-
CARICOM – BRASÍLIA,
26 DE ABRIL DE 2010
27/04/2010

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA DOMINICANA SOBRE
COOPERAÇÃO TÉCNICA EM BENEFÍCIO
DA REPÚBLICA DO HAITI NA ÁREA DE
DEFESA CIVIL

O Governo da República Federativa do Brasil

O Governo da República Dominicana, e O Governo da República do Haiti (doravante denominados “Partes”), ANIMADOS pela vontade de estreitar os laços de amizade e de fraternidade existentes entre os três países e povos;

DETERMINADOS a desenvolver e aprofundar as relações de cooperação;

INTERESSADOS em promover a cooperação para o desenvolvimento, em benefício da República do Haiti, na área de defesa civil;

CONSIDERANDO QUE:

O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana compartilham de parceria no campo da cooperação técnica, estabelecida pelo Acordo

Básico celebrado em São Domingos em 02 de setembro de 2009 e que;

As relações de cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti, têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica celebrado em Brasília em 15 de outubro de 1982;

Tendo em vista que a cooperação técnica nas áreas citadas, em benefício do Haiti, se reveste de especial interesse para as Partes;

CHEGARAM ao seguinte entendimento:

Artigo I

As Partes comprometem-se, em regime de reciprocidade e quando solicitadas, a prestar cooperação técnica para o desenvolvimento do Haiti, em especial nas seguintes áreas:

- a) administração de desastres naturais,
- b) administração de albergues e refúgios,
- c) coordenação de ações de ajuda humanitária,
- d) mobilização comunitária, isto é, a participação de grupos comunitários na prevenção e em situações de desastre, e
- e) atenção psicossocial em situação de risco e de desastre.

Artigo II

As Partes poderão estabelecer mecanismos de cooperação técnica com instituições do setor público, organismos internacionais e organizações não governamentais, para a implementação de projetos e atividades de cooperação técnica, sob a égide de futuros ajustes complementares.

Artigo III

Ações, programas, projetos e atividades decorrentes deste Memorando serão coordenados:

- a) pelo lado da República Federativa do Brasil, pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores, que designará as instituições brasileiras responsáveis pela execução de ações, programas, projetos e atividades;

- b) pelo lado da República Dominicana, pela Comissão Nacional de Emergências (CNE);

- c) pelo lado da República do Haiti, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, que coordenará, juntamente com as autoridades haitianas, a designação das instituições responsáveis pela execução de ações, programas, projetos e atividades.

Artigo IV

Ações, programas e atividades a serem desenvolvidos serão amparados por projetos firmados entre o Governo da República Federativa do Brasil, Governo da República Dominicana, e o Governo da República do Haiti.

Artigo V

Ações, programas, projetos e atividades decorrentes deste Memorando estarão sujeitas às leis e aos regulamentos em vigor na República Federativa do Brasil, República Dominicana, e República do Haiti.

Artigo VI

1. O presente Memorando de Entendimento entrará em vigor na data de sua assinatura e terá vigência de dois (2) anos, sendo renovado automaticamente, por períodos iguais e sucessivos, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes, por via diplomática.

2. Qualquer das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Memorando de Entendimento. A denúncia surtirá efeito três (3) meses após a data da notificação.

3. O presente Memorando de Entendimento poderá ser emendado por acordo mútuo entre as Partes, por via diplomática.

4. Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à execução do presente Memorando será dirimida por negociação direta entre as Partes.

Feito em Brasília, em 26 de abril de 2010, em três exemplares originais, em português, espanhol e francês, sendo todos os textos igualmente autênticos.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA À
MONGÓLIA
27/04/2010

O Governo brasileiro realizou ontem, 26 de abril, doação ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), com vistas a contribuir para as ações de assistência humanitária a crianças da Mongólia que sofrem os efeitos do último inverno, extremamente rigoroso.

Os recursos, no valor de 100 mil dólares, serão utilizados para adquirir alimentos, garantir calefação e prover assistência médica às crianças mais vulneráveis. A doação será acompanhada pela Embaixada do Brasil em Pequim.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA VENEZUELA, HUGO CHÁVEZ
– BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2010 –
COMUNICADO CONJUNTO
28/04/2010

Os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías mantiveram encontro de trabalho no dia 28 de abril de 2010, em Brasília. Foi o nono encontro desde a instituição, em 2007, do mecanismo de reuniões presidenciais regulares.

Ao final do encontro, os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frías emitiram o seguinte Comunicado Conjunto:

Cooperação habitacional

Registraram com satisfação, no contexto da cooperação bilateral em matéria habitacional e construção de moradias, a assinatura do Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica para a implementação do projeto “Apoio ao Plano de Desenvolvimento Sustentável para as Favelas de Caracas”. O projeto visa a promover o dinamismo econômico dessas comunidades, por meio

da inclusão social e do fortalecimento da cidadania de seus moradores.

Nesse contexto, foram informados, com satisfação, da visita que missão técnica da Caixa Econômica Federal deverá realizar em breve a Caracas, para iniciar a discussão, com autoridades do Ministério do Poder Popular para Obras Públicas e Habitação, de aspectos concretos do projeto.

Os Presidentes manifestaram satisfação com a assinatura de Carta de Intenção entre o Ministério de Obras Públicas e Habitação da Venezuela e a Construtora Norberto Odebrecht S.A., a qual tem o objetivo realizar estudos e obras para a execução de planos de desenvolvimento urbano e construção de moradias como soluções para dignificar a população, facilitar a inclusão social e impulsionar a transformação socioeconômica de favelas e a melhora habitacional da Venezuela.

Além disso, ambos os mandatários celebraram a assinatura de Carta de Compromisso entre o Ministério de Obras Públicas e Habitação da Venezuela e a Consultoria e Construções Elétricas Ltda. – Consilux Tecnologia, com o objetivo de firmar os instrumentos ou adendos necessários para a reativação e execução das obras para o desenvolvimento dos Pólos Urbanos de Desenvolvimento Endógeno localizados em Ciudad Bolívar, no Estado Bolívar, e Barquisimeto, no Estado Lara.

Inclusão bancária

Expressaram sua alegria com a assinatura de Acordo de Assistência Técnica e Convênio Comercial entre a Caixa Econômica Federal e o Banco da Venezuela na área de inclusão bancária, que, por meio do apoio técnico oferecido pela Caixa Econômica Federal, promoverá a universalização e a democratização do acesso das populações mais carentes aos serviços bancários e

possibilitará a melhoria das condições de vida e a inclusão social de uma parcela substancial da população venezuelana.

Reiteraram a importância da cooperação já existente nessa área e saudaram a recente visita de missão técnica da Caixa Econômica Federal a Caracas, entre os dias 21 e 23 de abril de 2010, com o fim de definir cronograma de implementação de investimentos necessários para a constituição de projeto piloto na Venezuela, nos termos do acordo firmado.

Integração fronteiriça

Os Presidentes reiteraram a importância fundamental que tem, para ambos os países, o fortalecimento da integração dos estados e municípios fronteiriços, a qual permitirá melhorar a qualidade de vida das populações fronteiriças, a partir de uma perspectiva de cooperação e de um enfoque intercultural.

Neste sentido, reiteraram sua firme decisão de avançar no desenvolvimento e na progressiva integração da fronteira comum, razão pela qual ratificaram seu respaldo aos trabalhos do Grupo de Trabalho sobre Desenvolvimento Fronteiriço (GTDF), que se reunirá nos dias 26, 27 e 28 de maio próximo em Brasília, e do Subgrupo de Trabalho de Saúde na Fronteira. Os trabalhos desses foros permitirão impulsionar as ações de promoção e prevenção, controle e vigilância sanitária; garantir a cobertura e acessibilidade aos serviços de atenção à saúde; assim como o tratamento adequado à população da fronteira.

Saudaram, com satisfação, a assinatura do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, que deverá proporcionar benefícios concretos para a região de fronteira em áreas como acesso à educação e à saúde gratuita, entre outras, que facilitam a integração social e representam melhora na qualidade de vida das populações de fronteira.

Os Presidentes instruíram suas delegações a se reunir em 28 de maio próximo, no marco

do GTDF, para implementar o Memorando de Entendimento firmado neste encontro presidencial, que determina os parâmetros de trabalho para a conclusão e assinatura, no próximo encontro dos mandatários, do Acordo sobre o Estabelecimento de um Regime Especial Fronteiriço entre Pacaraima e Santa Elena do Uairén.

No marco dos trabalhos de integração fronteiriça e de melhoria das condições de vida das populações naquela região, congratularam-se pela assinatura do Memorando de Entendimento para a criação de “Centros Binacionais de Atendimento às Mulheres Migrantes na Fronteira Brasil-Venezuela”.

Os Presidentes saudaram a importância da inauguração, na primeira semana de maio, de uma agência bancária da Caixa Econômica Federal em Pacaraima, na área de fronteira entre o Brasil e a Venezuela. O Presidente Chávez indicou sua intenção de instalar uma agência do Banco de Venezuela em Santa Elena do Uairén, do lado venezuelano, com vistas a estabelecer uma parceria com a agência da Caixa em Pacaraima para atender as necessidades da população residente naquela região. Os Presidentes ressaltaram que essa estratégia constituirá importante instrumento de integração e desenvolvimento fronteiriço.

Os Presidentes se felicitaram pela assinatura de novo Memorando de Entendimento de Sobrevôos na Região Fronteiriça, que regulamenta e facilita a autorização dessas atividades. Nesse sentido, manifestaram a vontade de que as partes continuem avançando, com a brevidade possível, na negociação de novas rotas de sobrevôo.

Cooperação agrícola

Congratularam-se pela renovação, por dois anos adicionais, do Acordo entre o Escritório da Embrapa em Caracas e o Ministério da Agricultura da Venezuela para a cooperação

nas áreas de produção de sementes de grãos e pasto; sanidade animal; melhoramento de bovinos; produção de frangos e agricultura familiar, com expansão da superfície cultivada. A renovação do Acordo demonstra os importantes avanços obtidos por essa cooperação, como puderam verificar em El Tigre, Estado Anzoátegui, em outubro de 2009, quando testemunharam a primeira colheita de soja no marco do Proyecto Agrario Socialista “José Inácio de Abreu e Lima”, que permitiu a transferência de tecnologia de produção agrícola e representa o núcleo impulsor do desenvolvimento do cultivo de soja na República Bolivariana da Venezuela.

Saudaram o resultado da parceria entre a EMBRAPA, a empresa brasileira Queiroz Galvão e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Rural da Venezuela (Inder) no âmbito do Projeto Integrado do Vale de Quíbor, no Estado Lara, que permitirá potencializar a capacidade produtiva daquela região. Nesse sentido, lembraram que a transferência tecnológica é componente prioritário dessa parceria.

Cooperação em alimentação e agricultura familiar

Os Presidentes se congratularam pela coordenação realizada no sentido de alavancar ações destinadas a desenvolver o “Plano Estratégico de Agricultura Familiar Socialista” na República Bolivariana da Venezuela.

Mostraram satisfação com o estabelecimento do Comitê Técnico encarregado de implementar o Memorando de Entendimento para a Cooperação nos Setores Alimentar e de Investimento e Comercialização de Alimentos, firmado em El Tigre, Estado Anzoátegui, em 30 de outubro de 2009.

Nesse sentido, as partes se comprometeram a estabelecer mecanismos de cooperação para a logística e distribuição de alimentos que

permitam avaliar a aquisição de produtos alimentícios diretamente dos pequenos produtores do Brasil, o que permitirá fortalecer a agricultura familiar.

Os mandatários saudaram a decisão de realizar, entre os meses de maio e junho deste ano, missão técnica da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) à República Bolivariana da Venezuela, para elaborar diagnóstico que permitirá apoiar “Plano Estratégico de Agricultura Familiar Socialista”, e missão técnica do Ministério do Poder Popular para a Alimentação, por meio da Corporación de Abastecimiento y Servicios Agrícolas (CASA), à República Federativa do Brasil, para abordar aspectos relacionados à logística, assim como avaliar a possível aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares brasileiros e visitar algumas das unidades armazenadoras da CONAB.

Temas sociais

Os Presidentes decidiram acelerar os programas sociais da agenda de integração bilateral relativa à erradicação da fome e da pobreza, ao combate ao analfabetismo e à promoção do bem-estar a fim de impulsionar, em ambos os países, a implementação de políticas públicas orientadas à inclusão social e à superação das desigualdades econômicas e sociais.

Saudaram a instalação de um Gabinete Social Brasil-Venezuela, que permitirá intercambiar experiências e desenhar programas de trabalho conjuntos a fim de erradicar as causas da pobreza e da desigualdade social. Este Gabinete se reunirá novamente antes do próximo encontro presidencial, que se realizará na Venezuela.

Exortaram a necessidade de avançar na internacionalização dos programas sociais de ambos os países voltados a atender as necessidades básicas da população em

situação de vulnerabilidade como crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais.

Cooperação cultural

Ressaltaram, com grande entusiasmo, a utilização do ensino da música erudita a crianças e adolescentes como instrumento para a inclusão social na Venezuela, por meio da Fundação do Estado para o Sistema Nacional das Orquestras e Coros Juvenis e Infantis da Venezuela (FESNOJIV) e do importante trabalho do Maestro José Antonio Abreu.

Nesse contexto, sublinharam a importância da cooperação bilateral na área musical, que será impulsionada com a assinatura, no dia de hoje, da “Carta de Intenções para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil”, com o objetivo de implantar, no Brasil, um modelo de projeto social semelhante ao da FESNOJIV.

Educação

Os mandatários celebram as gestões do Ministério do Poder Popular para a Educação Superior e da Fundação Gran Mariscal de Ayacucho (FUNDAYACUCHO) da Venezuela, bem como do Ministério da Educação e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Brasil, a fim de avançar ações de estímulo à mobilidade acadêmica, à formação de recursos humanos, ao intercâmbio de informação sobre os sistemas de educação universitária e ao ensino dos idiomas português e castelhano como línguas estrangeiras, com o firme propósito de favorecer o desenvolvimento integral da união intercultural dos povos de ambos os países.

Desenvolvimento científico, tecnológico e industrial

Os mandatários tomaram nota dos esforços realizados pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e pelo Ministério do Poder Popular para Ciência,

Tecnologia e Indústrias Intermediárias (MPPCTI) voltados ao avanço na cooperação em matéria industrial, com vistas a contribuir para o desenvolvimento científico-tecnológico e para a consolidação do modelo produtivo venezuelano.

Destacaram a importância de continuar o amplo intercâmbio de informação e experiência por parte das equipes técnicas binacionais no apoio ao fortalecimento do Plano Nacional de Desenvolvimento Industrial da Venezuela, acordando orientar ações para alcançar, no curto prazo, os resultados previstos, com ênfase nas áreas priorizadas pelo Governo venezuelano.

Manifestaram, igualmente, satisfação pela assinatura do Programa de Trabalho para o fortalecimento do setor automotivo venezuelano entre o Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias venezuelano e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior brasileiro, em apoio à criação de um centro de pesquisa em engenharia automotiva em território venezuelano, a partir do alto potencial científico, tecnológico e produtivo da indústria automotiva brasileira, para o que se constituirá uma Comissão de Coordenação bilateral.

Ademais, os Presidentes anunciaram a mudança da sede do escritório da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) em Caracas para as novas instalações do gabinete da Vice-Ministra de Desenvolvimento Industrial do Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias, cuja adequação deve ser concluída brevemente.

Em matéria de tecnologias de informação e comunicação, os mandatários celebraram os avanços obtidos no projeto de interconexão por fibra ótica entre as cidades de Santa Elena de Uairén na Venezuela e Manaus no Brasil,

com o aproveitamento do serviço de transporte de dados DWDM gerados pela CANTV da Venezuela. Recordaram que, depois da conclusão da conexão até Boa Vista em 2009, que está levando internet de alta velocidade a populações que antes não dispunham desse serviço, o projeto de interconexão de fibra ótica deverá alcançar a cidade de Manaus em dezembro deste ano.

Além disso, manifestaram sua vontade de trabalhar em conjunto para identificar projetos e/ou atividades de interesse comum que permitam iniciar, de maneira exitosa, as atividades de cooperação espacial no marco do Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial firmado em junho de 2008, considerando que as aplicações pacíficas da ciência e tecnologia espacial constituem instrumento importante para o desenvolvimento de nossos países.

Energia

Reiteraram a necessidade de intensificar a cooperação bilateral de maneira a apoiar, a partir da própria experiência brasileira em gestão de crises semelhantes que enfrentou no passado, os esforços da Venezuela para a superação da conjuntura atual de dificuldades no setor elétrico e para a geração e abastecimento de energia elétrica. Sublinharam, nesse contexto, a importância da troca, nos primeiros meses deste ano, de visitas de autoridades e técnicos do setor elétrico dos dois países.

A médio prazo, propõem que a cooperação que se realizou em caráter emergencial seja transformada em um programa estruturado e, nesse sentido, se felicitaram pela assinatura do Memorando de Entendimento sobre cooperação em matéria de energia elétrica, que prevê o início de uma cooperação mais duradoura neste campo.

Os Presidentes expressaram sua satisfação pelos avanços da cooperação em diversos âmbitos do setor energético e, nesse contexto,

se felicitaram pela assinatura de acordo entre a Braskem e a Pequiven que prevê a extensão do contrato para o fornecimento de nafta petroquímica pela Venezuela, assinado na reunião presidencial ocorrida em El Diluvio, Estado Zulia, em janeiro de 2009, com perspectiva de venda de 90 mil toneladas ao ano para o Brasil.

Manifestaram, ainda, o apoio à conclusão das negociações entre a Braskem e a Pequiven para a definição dos termos contidos no Acordo assinado pelas duas empresas em 2007, com vistas à instalação e início das operações das empresas mistas Propilsur e Polimérica, que contribuirão para o desenvolvimento petroquímico de ambos os países, com implicações positivas para o processo de união sul-americana.

Cooperação no setor mineral

Felicitaram o esforço de ambos os países com vistas a intensificar a cooperação bilateral para aperfeiçoar os padrões de fiscalização, controle e certificação de diamantes, no âmbito do Processo Kimberley.

Saudaram, nesse contexto, a visita ao Brasil de técnicos do Ministério de Indústrias Básicas e Mineração da Venezuela, iniciada em 28 de abril, para dar seguimento à cooperação sobre certificação de diamantes.

Comércio

Os Presidentes decidiram convocar, em 16 de junho de 2010, a primeira reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, para a qual ambos os países já designaram seus representantes. Tal comissão significa importante iniciativa dos dois países para a discussão de medidas com vistas ao incremento do comércio bilateral em ambos os sentidos.

Os Presidentes se congratularam pela exitosa operação de importação, pelo Estado de Roraima, de 20 mil toneladas de calcário venezuelano do Estado Bolívar. Tal iniciativa,

além de contribuir para o esforço do equilíbrio do comércio bilateral, também permite uma maior integração física, humana e econômica entre os dois Estados limítrofes do Brasil e da Venezuela.

Setor automotivo

Tomaram nota da intenção da empresa Marcopolo do Brasil de iniciar conversações com o governo venezuelano para a montagem de fábrica de ônibus para transporte urbano em território venezuelano, injetando nova capacidade industrial e permitindo agregar valor ao setor produtivo, em clara demonstração da confiança do setor produtivo brasileiro no potencial da economia venezuelana.

O Ministério do Poder Popular, Ciência Tecnologia e Indústrias Intermediárias exortou avaliar, conjuntamente, a constituição de uma empresa mista para atender a demanda social na Venezuela e promover a transferência de tecnologia para o desenvolvimento do setor automotivo venezuelano, no marco das políticas do estado venezuelano na matéria.

Financiamento a exportações de bens e serviços

Reiteraram a importância dos projetos de infraestrutura e exortaram suas áreas técnicas competentes a concluir as etapas necessárias para que os acordos de financiamento oficial pelo Brasil possam ser firmados no primeiro semestre de 2010.

Ao mesmo tempo, tomaram nota com satisfação da disposição do Banco do Brasil, por meio de sua Gerência Regional para a América do Sul, de atuar de forma mais intensa no financiamento de atividades de exportação de serviços brasileiros para a Venezuela, o que permite ampliar as fontes de financiamento existentes e agilizar operações de investimento.

IPEA

Exortaram suas equipes a dar celeridade aos entendimentos para a abertura do Escritório do

Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em Caracas, em 2010. Trata-se de passo fundamental para intensificar a cooperação dos dois países na análise e formulação das políticas macroeconômicas voltadas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Turismo

Reconheceram o caráter dinamizador do turismo como fator de integração e se comprometeram a incrementar esforços dirigidos a fortalecer as relações bilaterais em matéria turística. Nesse sentido, manifestaram interesse mútuo na realização da I Reunião do Grupo de Trabalho Bilateral de Turismo nos dias 17 e 18 de maio de 2010, em Brasília.

Ademais, se mostraram satisfeitos com a assinatura do Programa de Cooperação na Área de Turismo, o qual permitirá dinamizar a relação entre ambos os países neste âmbito, em benefício dos turistas das duas nações.

Igualmente, ressaltaram as ações que vêm sendo desenvolvidas pela Venezuelana de Turismo (VENETUR) e a Construtora OAS Ltd., para a reconstrução dos Hotéis Guicamacuto e Gran Caribe, localizados no Estado Vargas da República Bolivariana da Venezuela.

Combate ao narcotráfico

Reafirmaram o compromisso dos Estados na prevenção e repressão do problema mundial das drogas e seus delitos conexos, e coincidiram na necessidade de fortalecer e dinamizar a cooperação pactuada no Acordo sobre Prevenção, Controle, Fiscalização e Repressão ao Consumo e Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas de 1987, com o objetivo de adequá-la ao problema mundial das drogas.

Nesse sentido, acordaram realizar, no segundo semestre de 2010, reunião entre autoridades competentes de ambos os países, de modo a definir os passos seguintes para fortalecer a cooperação nesta área.

Aniversário de Brasília

O Presidente Hugo Chávez felicitou o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e todo o povo brasileiro pelos 50 anos da cidade de Brasília, Patrimônio da Humanidade. Destacou, também, que a cidade é um monumento à perseverança do povo brasileiro e motivo de orgulho para todos os latino-americanos.

MERCOSUL

Reafirmaram a importância de concretizar a incorporação plena da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, o que contribuirá para a integração social, política e econômica dos povos da América do Sul, ratificando sua vontade política de avançar no processo de adesão da República Bolivariana da Venezuela a esse bloco regional. Nesse sentido, se comprometeram a completar, com a brevidade possível, os aspectos técnicos desse processo, tal como ficou estabelecido no Comunicado Conjunto dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez Frias no encontro trimestral realizado em Salvador, Bahia, em 26 de maio de 2009.

Integração regional

Destacaram a importância da UNASUL como foro de concertação, diálogo e colaboração entre os países sul-americanos e se congratularam pelos avanços alcançados no âmbito dos conselhos de Energia; de Defesa; de Saúde; de Desenvolvimento Social; de Educação; Cultura; Ciência, Tecnologia e Inovação; de Luta contra o Narcotráfico e de Infraestrutura e Planejamento, cuja própria multiplicidade demonstra a riqueza do potencial da cooperação entre os países da região, com o objetivo de oferecer respostas a problemas comuns.

Saudaram, em particular, as negociações no âmbito do Conselho de Defesa Sul-americano de um Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação, bem como de medidas e

procedimentos de fomento à confiança mútua em matéria de defesa, reafirmando seu compromisso com a realização, em nível regional, de um diálogo intenso sobre cooperação em questões de paz, defesa e segurança.

Reiteraram seu compromisso de adesão ao princípio da solução pacífica de controvérsias e reconheceram a importante contribuição que as organizações regionais e subregionais podem oferecer à solução pacífica das controvérsias locais e à diplomacia preventiva. Nesse sentido, destacaram o valor e a importância da UNASUL como espaço político efetivo para dirimir diferenças na América do Sul, redobrando seu compromisso com seu desenvolvimento e consolidação.

Saudaram a realização em Buenos Aires, no próximo dia 4 de maio, da Cúpula Extraordinária da UNASUL, manifestando sua expectativa de que seja eleito naquela ocasião o Secretário-Geral do organismo.

Enfatizaram a importância de uma avaliação abrangente da arquitetura institucional da UNASUL, com o intuito de fortalecer sua eficácia e coerência. Reiteraram interesse em que, nesse marco, seja estudada a proposta de criação de um Conselho Eleitoral da UNASUL, conforme acordado na Primeira Reunião dos Organismos e Autoridades Eleitorais dos Estados Membros, realizada em Caracas, em 9 de outubro de 2009, como um mecanismo que favoreça maior cooperação, coordenação e intercâmbio de experiências entre organismos e autoridades eleitorais da UNASUL.

Ambos os mandatários manifestaram sua satisfação pela decisão tomada pelos Chefes de Estado e de Governo da região de criar a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC), como primeiro mandato da Declaração dos Presidentes da Cúpula da Unidade da América Latina e

Caribe, celebrada em Cancún, México, em 23 de fevereiro de 2010.

O Presidente Lula felicitou o Presidente Chávez e todo o povo venezuelano pela comemoração dos duzentos anos do dia 19 de abril de 1810, início da Independência da Venezuela. Igualmente, ratificou todo seu apoio ao Governo da República Bolivariana da Venezuela na tarefa de organizar a Primeira Cúpula da CELAC, que já havia sido anunciada na Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada em Salvador, Bahia, em dezembro de 2008, e que por decisão unânime da América Latina e do Caribe em Cancún, se realizará em 5 de julho de 2011 na Venezuela, coincidindo com a comemoração do Bicentário da Declaração de sua Independência.

Os Presidentes expressaram seu compromisso de que a referida Cúpula signifique um verdadeiro avanço no processo de consolidação da Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Ao final deste encontro, os mandatários manifestaram sua satisfação pelo êxito obtido com a cooperação bilateral entre seus Governos, que trabalham intensamente para diversificá-la. Igualmente, fizeram votos pelo aprofundamento desta relação no marco dos processos libertadores que levam a cabo os países latino-americanos e caribenhos, como garantia da verdadeira emancipação dos povos de nossa América.

Os Presidentes acordaram realizar o próximo encontro trimestral em Caracas, em 3 de agosto de 2010.

ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES
DIPLOMÁTICAS COM A REPÚBLICA
CENTRO-AFRICANA
29/04/2010

Por meio de Comunicado Conjunto subscrito em 27 de abril, em Nova York, pelos respectivos Representantes Permanentes junto às Nações Unidas, o Brasil e a República Centro-Africana estabeleceram relações diplomáticas, conforme as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, de 1961.

Trata-se de iniciativa que se inscreve no esforço do Governo brasileiro de valorizar e aprofundar as relações com os países africanos. Com o ato firmado com a República Centro-Africana, o Brasil passa a manter relações diplomáticas com todos os Estados do continente africano.

VIII CONFERÊNCIA DE EXAME DO
TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO
DE ARMAS NUCLEARES (TNP) – NOVA
YORK, 3 A 28 DE MAIO DE 2010
30/04/2010

O Ministro Celso Amorim chefiará a delegação brasileira à VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP). No dia 3 de maio, o Ministro Amorim pronunciará discurso na sessão de abertura da Conferência. A reunião, que se estenderá pelo período de 3 a 28 de maio, acontece a cada cinco anos e tem o objetivo de avaliar e propor novas medidas para a implementação do Tratado.

O TNP, em vigor desde 1970, é o principal instrumento internacional na área de desarmamento e não-proliferação nucleares. Conta atualmente com 189 Estados-Partes, entre os quais o Brasil, que a ele aderiu em 1998.

Na VI Conferência de Exame, em 2000, as cinco potências nucleares reconhecidas pelo Tratado assumiram um compromisso inequívoco com a eliminação completa de seus

arsenais atômicos. Aceitaram, igualmente, um programa com 13 passos concretos para alcançar esse objetivo. No entanto, pouco do que estava previsto naquele programa se cumpriu ao longo dos últimos dez anos.

A Conferência deste ano ocorre em um contexto internacional mais promissor, tendo em conta desdobramentos recentes que indicam a possibilidade de revitalização das discussões e iniciativas na área do desarmamento nuclear.

Para o Brasil, o êxito da Conferência depende, em grande medida, de uma abordagem equilibrada das três áreas principais do Tratado – a não-proliferação, o desarmamento e os usos pacíficos da energia nuclear.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PARAGUAI, FERNANDO LUGO - PONTA
PORÃ, 3 DE MAIO DE 2010
30/04/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Paraguai, Fernando Lugo, realizará visita de trabalho a Ponta Porã, em 3 de maio.

Na ocasião, os Presidentes tratarão dos principais temas da agenda bilateral, como o diálogo sobre Itaipu Binacional; a questão migratória; a cooperação na área social; a segurança e o desenvolvimento da região de fronteira; a ampliação e a diversificação do comércio entre os dois países; e projetos de infra-estrutura com vistas a aprofundar a integração bilateral e regional. Serão abordadas, igualmente, questões relacionadas ao MERCOSUL e à UNASUL.

Os Presidentes deverão participar do encerramento do Seminário Empresarial “Brasil-Paraguai: Perspectivas de comércio

e investimentos na fronteira”, em que serão discutidas novas oportunidades de negócios e investimentos produtivos.

Ainda durante a visita, deverão ser assinados ajustes complementares para cooperação técnica nas áreas de capacitação em políticas públicas para o desenvolvimento, técnicas para diversificação de atividades agropecuárias para agricultura familiar, e apoio ao fortalecimento do governo eletrônico no Paraguai.

Em 2009, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Paraguai alcançou cerca de US\$ 2,3 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 1,7 bilhão e importações de aproximadamente US\$ 600 milhões. Nos três primeiros meses de 2010, as trocas comerciais cresceram 60,2% em relação ao mesmo período de 2009, alcançando o valor de US\$ 703 milhões.

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA UNIÃO DE NAÇÕES SUL-
AMERICANAS (UNASUL) - BUENOS
AIRES, 4 DE MAIO DE 2010
01/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em 4 de maio, na Argentina, de Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

A agenda da Reunião prevê o tratamento de temas como o apoio ao Chile e ao Haiti após os terremotos ocorridos naqueles países; a situação de Honduras; a eleição do Secretário-Geral da UNASUL; o diálogo UNASUL – Estados Unidos; e solução de controvérsias em matéria de investimentos.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
COMISSÃO DA UNIÃO ECONÔMICA
E MONETÁRIA DO OESTE AFRICANO
(UEMOA) - 27 A 30 DE ABRIL DE 2010

01/05/2010

O Presidente da Comissão da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), Soumaïla Cissé realizou visita ao Brasil, entre 27 e 30 de abril, acompanhado de uma delegação de altos funcionários da Comissão. O objetivo da visita foi conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis e tratar de cooperação nessa área. A UEMOA é uma organização regional de que participam oito países da África Ocidental (Benim, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné-Bissau, Mali, Níger, Senegal e Togo). A visita do Presidente Cissé constituiu marco inicial da implementação de Memorando de Entendimento entre Brasil e UEMOA na área de biocombustíveis.

Em Brasília, no dia 28, o Presidente da UEMOA foi recebido pelo Ministro Celso Amorim e participou de reunião com representantes do Governo brasileiro, presidida pelo Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia do Itamaraty, Embaixador André Amado. Na reunião, acordou-se a realização de Estudo de Viabilidade de projetos de bioenergia no espaço da UEMOA, a ser elaborado por instituições brasileiras. O estudo determinará os locais mais indicados e as melhores condições de sustentabilidade para a instalação de projetos de produção e uso de bioenergia em países da UEMOA.

O Presidente Cissé esteve igualmente no Rio de Janeiro, no dia 27, para contatos na Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no BNDES e na Petrobras Biocombustível. Em São Paulo, nos dias 29 e 30/4, visitou a Federação das

Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA) e a usina de etanol de Cresciunal, na cidade de Leme.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO URUGUAI -
MONTEVIDÉU, 4 DE MAIO DE 2010

02/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita de trabalho a Montevideu em 4 de maio, a convite do Presidente José Mujica. Os Presidentes chegarão a Montevideu na tarde do dia 4, após participarem da Cúpula Extraordinária da UNASUL, na Argentina.

Os dois mandatários passarão em revista a extensa agenda bilateral e darão continuidade às conversas que tiveram em 29 de março, em Brasília. Discutirão a consolidação da Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva, criada naquela ocasião.

À margem da visita, será realizado o “Encontro de Empresários e do Setor Público sobre Infra-Estrutura e Desenvolvimento”. O evento será organizado em Grupos de Trabalho dedicados a grandes projetos como o porto de águas profundas em La Paloma, a construção do Centro de Feiras e Convenções em Montevideu, a Hidrovia da Lagoa Mirim e portos fluviais, a integração de cadeias produtivas, TV digital, a interconexão elétrica e ferroviária, mineração, e as pontes sobre o rio Jaguarão.

O Brasil continua a ser o principal parceiro comercial do Uruguai. Mesmo durante a recente crise financeira mundial, cresceu o montante das exportações uruguaias para o Brasil em cerca de 20%. Em 2009, o Brasil exportou US\$ 1,36 bilhão e importou US\$ 1,24 bilhão. Nos primeiros três meses de

2010, as trocas bilaterais aumentaram quase 30% em relação ao mesmo período do ano passado.

Nos últimos quatro anos, aumentaram os investimentos de empresas brasileiras no Uruguai, especialmente no agronegócio e nas áreas de finanças e energia. Com a inauguração do escritório do BNDES em Montevideu e a substituição do escritório do Banco do Brasil por uma agência bancária, que deverá ser efetivada em breve, poderá ser dado apoio ainda maior ao comércio bilateral e às empresas instaladas no Uruguai.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO PARAGUAI, FERNANDO LUGO - PONTA PORÃ, 3 DE MAIO DE 2010
03/05/2010

I - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “TÉCNICAS DE DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO PARAGUAI”

II - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “APOIO AO FORTALECIMENTO DO GOVERNO ELETRÔNICO NO PARAGUAI”

III - AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PARAGUAI PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CAPACITAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO”

LEI ANTI-IMIGRATÓRIA DO ARIZONA
03/05/2010

O Governo brasileiro recebeu com grande preocupação a notícia de que o estado norte-americano do Arizona aprovou, em 22 de abril, legislação que criminaliza a imigração irregular.

O Governo brasileiro tem-se pronunciado firme e reiteradamente, em negociações bilaterais e nos foros internacionais, contra a associação indevida entre migração irregular e criminalidade. No caso da nova lei do Arizona, o poder discricionário conferido aos agentes policiais para verificação da situação migratória e prisão de estrangeiros virá ao sacrifício dos direitos humanos dos migrantes.

O Governo brasileiro considera que conceder o mesmo tratamento a indocumentados e criminosos subverte noções elementares de humanidade e justiça. Julga que o caminho a seguir não é o da criminalização, mas o da regularização migratória, de que é exemplo a aprovação da Lei brasileira nº 11.961, de julho de 2009, que promoveu ampla regularização da situação migratória dos estrangeiros no Brasil.

O Governo brasileiro se une às manifestações contrárias à lei anti-imigratória do Arizona. Espera que tal legislação seja revista, de modo a evitar a violação de direitos de milhões de estrangeiros que vivem e trabalham pacificamente nos Estados Unidos, como os brasileiros que se encontram naquele país.

ENTREGA DE CREDENCIAIS DE EMBAIXADORES NÃO-RESIDENTES

04/05/2010

Será realizada no Palácio Itamaraty, amanhã, dia 5 de maio de 2010, às 12h, cerimônia de entrega de credenciais de Embaixadores estrangeiros não-residentes ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Entregarão suas respectivas credenciais o Sr. Erlan Idrissov (Cazaquistão), o Sr. Artis Bertalius (Letônia), o Sr. Ahmed Ali Kalaz (Iêmen), o Sr. Bockari Kortu Stevens (Serra Leoa), a Sra. Hunainah Sultan Al Mughairy (Omã), o Sr. Ronald Jean Jumeau (Seichelles), o Sr. James Kimonyo (Ruanda), o Sr. David Mohlomi Rantekoa (Lesoto), a Sra. Rakiah Haji Abdul Lamit (Brunei), a Sra. Houda Ezra Nonoo (Bareine), o Sr. Ayeid Mousseid Yahya (Djibouti), o Sr. Limbiyè Edawè Kadangha Bariki (Togo), o Sr. Vaclovas Salkauskas (Lituânia), o Sr. Mitar Kujundzic (Bósnia e Herzegovina), o Sr. Akramul Qader (Bangladesh) e o Sr. Tundervdorj Zalaa-Uul (Mongólia).

A cobertura da cerimônia, que será realizada na Sala dos Tratados, estará aberta apenas para profissionais de imagem.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA AO URUGUAI – COMUNICADO CONJUNTO - MONTEVIDÉU, 4 DE MAIO DE 2010

05/05/2010

Em razão do convite estendido pelo Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, José Mujica, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula Da Silva, realizou Visita de Estado ao Uruguai, no dia 4 de maio de 2010.

Ambos os Mandatários destacaram o

diálogo fluido que mantêm, assim como seu compromisso de dar seguimento às reuniões presidenciais regulares com vistas a fortalecer a associação estratégica entre o Uruguai e o Brasil por intermédio de múltiplos projetos de integração, complementação produtiva e cooperação bilateral.

Ressaltaram a importância da criação da “Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva”, concebida como uma ferramenta que permitirá encaminhar e potencializar o planejamento bilateral de projetos de desenvolvimento econômico e comercial entre ambos os países. Nesse sentido, anunciaram sua instalação em Brasília no próximo dia 31 de maio.

Congratularam-se pela celebração do “Fórum Empresarial de Alto Nível sobre Infra-estrutura e Desenvolvimento”, celebrado nesta capital, paralelamente a esta visita, com a finalidade de apresentar projetos de investimentos existentes no Uruguai que poderão ser de interesse para o setor empresarial brasileiro.

Ambos os Presidentes celebraram os avanços realizados no Projeto de Interconexão Elétrica, em particular os acordos alcançados por suas empresas energéticas UTE e Eletrobrás para a realização das obras correspondentes no território brasileiro.

Instruíram, igualmente, os respectivos Ministérios da área energética e as Chancelarias a considerarem, no âmbito da “Comissão Bilateral de Planejamento Estratégico e Integração Produtiva”, a possibilidade de intensificar a integração energética, incluindo mecanismos comerciais e regulatórios.

Receberam com beneplácito o acordo alcançado entre representantes do setor privado de ambos os países com relação ao setor avícola.

Manifestaram o propósito de continuar aprofundando o comércio bilateral, e com esse

fim anunciaram a celebração da XIII Reunião da “Comissão de Monitoramento de Comércio Bilateral” em Brasília, em 11 de maio.

Nesse sentido, acordaram uma próxima reunião em princípios de agosto em Santana do Livramento, Brasil.

Finalmente, o Presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, agradeceu, em seu nome e no de sua delegação, a hospitalidade e a atenção recebidas de parte do Governo e do povo uruguaio durante sua visita.

Montevideú, 4 de maio de 2010

MERCOSUL: FUTURAS NEGOCIAÇÕES COM A UNIÃO EUROPEIA

05/05/2010

(Tradução não-oficial do original em espanhol)

O MERCOSUL reitera sua vontade de avançar nas negociações com a União Europeia com vistas a alcançar um acordo de livre comércio abrangente e equilibrado. As exportações de nosso bloco à União Europeia alcançaram uma média de 55 bilhões de dólares entre os anos de 2006 a 2008, o que equivale a 20% das exportações totais ao mundo. Ao mesmo tempo, os países da União Europeia são os principais investidores diretos em nossa região.

Um acordo de associação não apenas permitirá fortalecer essas correntes comerciais, mas também abrirá novas oportunidades para os setores produtivos do MERCOSUL no importante mercado comunitário. Ao mesmo tempo, a negociação com a União Europeia servirá para vitalizar o processo de aperfeiçoamento da União aduaneira do MERCOSUL.

Em tal contexto, o MERCOSUL recebe com satisfação a decisão da Comissão Europeia a favor de um restabelecimento formal das negociações. Tal como assinalou nas reuniões informais desenvolvidas nos últimos meses entre representantes

de ambos blocos, o MERCOSUL atribui grande ênfase à negociação de um Acordo de Associação ambicioso e equilibrado, que aborde apropriadamente as assimetrias de desenvolvimento entre as duas regiões.

Isso implica que as negociações entre o MERCOSUL e a UE deverão ser claramente compatíveis com os esforços do MERCOSUL em prol de uma maior diversificação de sua estrutura produtiva e do crescimento do emprego. O MERCOSUL parte do princípio de que o comércio internacional deve desempenhar um papel na promoção do desenvolvimento e na redução da pobreza.

Especificamente, o futuro Acordo de Associação deverá abordar as demandas de acesso aos produtos de interesse do MERCOSUL, em especial os bens agrícolas e processados, bem como preservar adequadamente os espaços de política do MERCOSUL em outros âmbitos.

Os intercâmbios prévios entre o MERCOSUL e a Comissão Europeia indicam que resta um longo caminho a ser percorrido, no qual deverá assegurar-se que ambas as partes obtenham claros benefícios econômicos do futuro Acordo de Associação. O MERCOSUL se encontra preparado para trabalhar em direção a esse objetivo comum.

DIÁLOGO BRASIL-ÁFRICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR, COMBATE À FOME E DESENVOLVIMENTO RURAL – BRASÍLIA, 10 A 12 DE MAIO DE 2010

06/05/2010

Por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será realizado no Palácio Itamaraty, de 10 a 12 de maio, o “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”. O evento contará com a presença dos de Ministros de Agricultura

e Desenvolvimento Rural africanos e de representantes de organizações internacionais dedicadas aos temas da agricultura e da segurança alimentar, como a FAO, o FIDA, o PMA, o Banco Mundial e o Banco Africano para o Desenvolvimento.

No dia 10 de maio, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva abrirá a reunião, que terá também a participação do Ministro Celso Amorim e dos Ministros do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Agrário; e da Pesca e Aqüicultura. Ainda no dia 10, o Ministro Celso Amorim oferecerá almoço aos participantes da reunião no Palácio Itamaraty. À tarde, o Presidente Lula inaugurará, na presença dos Ministros africanos, o Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação em Agricultura Tropical da Embrapa.

O encontro discutirá formas de promover a agricultura, a segurança alimentar e o desenvolvimento rural, nos marcos da cooperação sul-sul. Serão identificadas e analisadas iniciativas para a intensificação da cooperação entre o Brasil e os países africanos.

A cooperação técnica com a África tem aumentado nos últimos anos. O Continente recebe hoje cerca de 60% dos recursos da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) destinados à cooperação internacional. Há 50 projetos na área de segurança alimentar operados pela ABC, em 18 países africanos. A abertura de Escritório da EMBRAPA em Gana constituiu um marco da cooperação agrícola prestada pelo Brasil aos países da África.]

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA A
MOÇAMBIQUE
06/05/2010

O Brasil realizou, no dia 29 de abril, doação em assistência humanitária a Moçambique, com

vistas a minimizar a situação de grave insegurança alimentar dos moçambicanos que residem em regiões afetadas por enchentes e secas.

O Programa Mundial de Alimentos, em coordenação com o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades de Moçambique, utilizará a doação, no valor de cem mil dólares, para adquirir e distribuir 145 mil toneladas de alimentos. Será dada prioridade às compras efetuadas diretamente de produtores locais.

COMUNICADO CONJUNTO DOS
MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E DA
REPÚBLICA DO PARAGUAI SOBRE A
CONSTRUÇÃO DA LINHA
DE TRANSMISSÃO ENTRE ITAIPU E
VILLA HAYES
07/05/2010

Por mandato do Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e do Senhor Presidente da República do Paraguai, Fernando Lugo Méndez, após o Encontro Bilateral realizado na cidade de Ponta Porã, Brasil, em 3 de maio de 2010, subscreve-se o presente

COMUNICADO CONJUNTO

Nessa oportunidade, os Presidentes do Brasil e do Paraguai recordaram o compromisso contido no ponto 10 da Declaração Conjunta assinada em Assunção, em 25 de julho de 2009, relativo à “construção por Itaipu da LT 500 kV entre a SE Itaipu-MD e a SE Villa Hayes. (...) As duas obras serão transferidas sem custo ao Paraguai”.

Os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Paraguai identificaram, como mecanismo para viabilizar

a execução da linha de transmissão de 500 kV no mais breve prazo possível, o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM). Nesse sentido, os recursos serão repassados pelo FOCEM a ITAIPU, para que execute a obra.

Para este efeito, os dois Governos apresentarão o projeto de forma conjunta, para a utilização dos recursos do FOCEM derivados das contribuições feitas pelo Brasil - tanto as obrigatórias quanto as voluntárias - que beneficiarão o Paraguai.

Levando em consideração que o valor da obra é estimado em US\$ 400.000.000 (quatrocentos milhões de dólares), desse montante, US\$ 100.000.000 (cem milhões de dólares) virão de contribuições obrigatórias brasileiras e até US\$ 300.000.000 (trezentos milhões de dólares) de contribuições voluntárias do Brasil.

Nessa oportunidade, os Presidentes determinaram que a Entidade Binacional ITAIPU e a Administración Nacional de Electricidad (ANDE) adotem as providências necessárias para a pronta execução da obra, cuja conclusão está prevista para o mês de dezembro de 2012.

Assinado em 5 de maio de 2010

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Héctor Lacognata

Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai

PROCESSO DE PAZ NO
ORIENTE MÉDIO
09/05/2010

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da retomada do processo de paz no Oriente Médio, por meio de

conversações indiretas entre o Governo de Israel e a Autoridade Nacional Palestina.

O Brasil conclama as partes a se engajarem de forma construtiva nas negociações, abstendo-se de quaisquer medidas que possam minar a confiança mútua e prejudicar o desenvolvimento do processo de paz.

O Governo brasileiro expressa seu entendimento de que o diálogo é o único meio para se alcançar uma paz justa e duradoura na região e reitera a expectativa de que o processo de paz ora reiniciado resulte, no mais breve prazo possível, na criação de um Estado Palestino, convivendo em harmonia e segurança com o Estado de Israel.

CERIMÔNIA DE ADESÃO DO BRASIL
AO FUNDO DE RECONSTRUÇÃO DO
HAITI - WASHINGTON,
11 DE MAIO DE 2010
11/05/2010

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, participará, em 11 de maio, da cerimônia de adesão do Brasil ao Fundo de Reconstrução do Haiti, cuja criação foi decidida na Conferência Internacional de Doadores para o Haiti (Nova York, 31 de março de 2010). O evento será realizado na sede do Banco Mundial, em Washington, às 15h30 (hora local), e contará com a presença do Presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, e do Embaixador do Haiti nos Estados Unidos, Raymond Joseph, entre outras altas autoridades.

O Brasil será o primeiro país a efetuar contribuição financeira ao Fundo de Reconstrução do Haiti, no valor de US\$ 55 milhões. Desse total, US\$ 40 milhões são referentes a recursos brasileiros do Programa Brasil-UNASUL, em linha com a Decisão de Solidariedade da UNASUL com

o Haiti, adotada em Quito em 9 de fevereiro e confirmada em reunião presidencial à margem da Cúpula da Unidade Latino-Americana e Caribenha, realizada em 23 de fevereiro, em Cancun. Os restantes US\$ 15 milhões serão transferidos pelo Brasil a título de ajuda direta ao orçamento do governo do Haiti.

Com o objetivo de apoiar o Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti, apresentado pelo Governo haitiano, o Fundo de Reconstrução reunirá contribuições de diferentes doadores e terá o Banco Mundial como agente fiduciário. Suas atividades serão administradas por um Comitê Diretor, presidido por representante do Governo do Haiti e integrado por grupo de doadores, entre eles o Brasil. As atividades de administração, controle e prestação de contas do Fundo serão executadas de acordo com os parâmetros vigentes na prática do Banco Mundial.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À RÚSSIA - MOSCOU,
14 DE MAIO DE 2010
11/05/2010

A convite do Presidente da Federação Russa, Dmitri Medvedev, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Moscou no dia 14 de maio, em retribuição à visita ao Brasil que o Presidente russo realizou em novembro de 2008.

Em Moscou, o Presidente Lula se reunirá com o Presidente Dmitri Medvedev, com o Primeiro-Ministro Vladimir Putin e, acompanhado de delegação de empresários, participará de Fórum Empresarial Brasil-Rússia. Dando continuidade aos entendimentos mantidos em abril de 2010, em paralelo à II Cúpula do BRIC, serão discutidos temas da agenda bilateral, especialmente a cooperação nas áreas econômico-comercial, espacial e científico-

tecnológica; questões regionais; e assuntos de interesse comum da agenda multilateral, como a reforma das Nações Unidas e das instituições financeiras internacionais.

Na ocasião, será adotado o Plano da Ação da Parceira Estratégica Brasil-Rússia. Deverão ser também assinados os seguintes atos: Acordo Intergovernamental sobre Proteção Mútua dos Direitos dos Resultados da Atividade Intelectual, Empregados ou Obtidos no âmbito da Cooperação Técnico-Militar; Programa de Cooperação Científico-Tecnológica para 2010-12; Acordo para Cooperação no Campo da Segurança Internacional da Informação e da Comunicação e Plano de Consultas Políticas entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Rússia para 2010-12. Será ainda adotada Declaração conjunta referente aos 65 anos do fim da II Guerra Mundial.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Rússia evoluiu de US\$ 1,68 bilhão, em 2002, para US\$ 4,3 bilhões, em 2009. Este valor é inferior à cifra recorde de quase US\$ 8 bilhões obtida em 2008. A queda pode ser atribuída aos efeitos da crise financeira internacional, uma vez que o intercâmbio bilateral já cresceu 63,8% no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

PEDIDO DE CONSULTAS DO BRASIL
RELATIVO À APREENSÃO DE
MEDICAMENTOS GENÉRICOS EM
TRÂNSITO NA UNIÃO EUROPÉIA
12/05/2010

O Brasil apresentou hoje, 12 de maio, ao amparo do Mecanismo de Solução de Controvérsias da OMC, pedido de consultas à União Européia (UE) e aos Países Baixos relativo à apreensão de medicamentos genéricos em trânsito.

Desde 2008, autoridades da UE têm apreendido vários carregamentos de medicamentos em trânsito pelo seu território, sob a alegação de que tais carregamentos seriam suspeitos de infringir direitos de propriedade intelectual nos países de trânsito. Uma dessas apreensões incidiu sobre carga de losartana potássica (Losartan) destinada ao Brasil, que foi retida pelas autoridades holandesas em dezembro de 2008 e nunca chegou ao seu destino final.

O Brasil considera que a apreensão de medicamentos sob alegação de violação de patentes no país de trânsito é incompatível com as disciplinas da OMC sobre liberdade de trânsito, um dos alicerces do sistema multilateral de comércio. Tal violação é ainda mais clara quando não há dúvidas sobre a ausência de proteção patentária para os bens em questão tanto no país exportador como no importador.

Tais medidas têm um impacto sistêmico altamente negativo sobre o comércio legítimo, as relações comerciais Sul-Sul e as políticas nacionais de saúde dos países em desenvolvimento. Além disso, programas humanitários patrocinados por agências internacionais estão sendo afetados pelas apreensões de medicamentos genéricos.

Desde o início de 2009, quando o episódio do Losartan veio a público, o Brasil tem expressado suas preocupações em diferentes foros, tais como o Conselho Geral da OMC e o Conselho de TRIPS (Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio), assim como com a UE no plano bilateral.

Apesar de todos esses esforços, o Regulamento da UE 1383/2003, fundamento legal para as apreensões, permanece inalterado, causando insegurança jurídica e aumento de custos dos medicamentos nos mercados consumidores.

O Brasil tem-se engajado com a UE em diálogo voltado à resolução dessas questões. Tais esforços continuam em andamento e o Brasil espera que as consultas solicitadas hoje contribuam para um desfecho mutuamente satisfatório para o tema.

ACIDENTE AÉREO NA LÍBIA

12/05/2010

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com pesar, da notícia do acidente aéreo que vitimou 103 pessoas nos arredores de Trípoli, hoje, 12 de maio.

O Governo brasileiro transmite aos familiares das vítimas, ao povo líbio e às demais nações que tiveram cidadãos vitimados pelo acidente sua solidariedade e as mais sentidas condolências.

MENSAGENS DE CUMPRIMENTOS AO PRIMEIRO-MINISTRO E AO SECRETÁRIO DO EXTERIOR DO REINO UNIDO

12/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou a seguinte mensagem de congratulações ao Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron:

“Excelentíssimo Senhor David Cameron
Primeiro-Ministro do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

Tenho a grata satisfação de cumprimentar-lhe, em nome do Governo e do povo brasileiros, pela sua vitória nas eleições de 6 de maio. Transmito meus sinceros votos de êxito em suas novas funções.

Recordo com grande satisfação o encontro que mantivemos quando de minha

visita a Londres, em novembro último. Estou certo de que na sua gestão daremos continuidade à nossa cooperação nos foros multilaterais, no G-20 Financeiro em particular, e trabalharemos juntos para reforçar ainda mais as excelentes relações que unem nossos dois países.

Mais alta consideração,

Luiz Inácio Lula da Silva

Presidente da República Federativa do Brasil”

O Ministro Celso Amorim enviou também a seguinte mensagem de felicitações ao Secretário do Exterior, William Hague:

“Excelentíssimo Senhor

William Hague

Secretário do Exterior do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

É com grande satisfação que o felicito por sua designação ao cargo de Secretário do Exterior do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

Brasil e Reino Unido são parceiros históricos, o que se reflete em nossas relações bilaterais e no diálogo que mantemos sobre os principais temas da agenda internacional. Tenho certeza de que nossa cooperação no âmbito do G-20 Financeiro prosseguirá de modo frutífero nos próximos anos.

Estou convicto de que o entendimento e a amizade que, desde sempre, unem nossos dois países continuarão a ser fortalecidos.

Desejo transmitir-lhe meus mais sinceros votos de felicidade pessoal, juntamente com os protestos de minha mais elevada consideração.

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores

República Federativa do Brasil”

ACORDO ESTRATÉGICO DE
INTEGRAÇÃO ECONÔMICA ENTRE O
BRASIL E O MÉXICO - COMUNICADO
DE IMPRENSA CONJUNTO EMITIDO
PELOS GOVERNOS DO BRASIL E DO
MÉXICO - CIDADE DO MÉXICO,

12 DE MAIO DE 2010

13/05/2010

Em seguimento ao processo formal de trabalho que os Governos do Brasil e México estão levando a cabo, em preparação para um Acordo Estratégico de Integração Econômica, autoridades de ambos os países mantiveram reunião bilateral nos dias 11 e 12 de maio, na Secretaria de Economia do México.

Por ocasião do encontro, houve intercâmbio de informação técnica e definiram-se termos de referência, ou seja, as regras a serem aplicadas uma vez que os governos decidam iniciar negociações. Existe compromisso entre ambos os governos nos seguintes aspectos fundamentais:

1. O acordo será amplo, ou seja, além de tarifas, incluir-se-ão temas de serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual, entre outros.

2. A cobertura deste acordo será integral e examinar-se-ão todos os produtos, serviços e demais temas comerciais.

3. Serão reconhecidas as sensibilidades de ambos os países e será outorgado tratamento especial aos setores vulneráveis.

4. Será garantido o acesso real aos mercados, atendendo de maneira ágil e efetiva os problemas pontuais e as barreiras não-tarifárias. Será estabelecido, entre outras medidas, um mecanismo que contribua para a segurança jurídica e a previsibilidade dos agentes econômicos de ambos os países.

5. Serão seguidos os princípios de negociação, segundo os quais a substância determinará o tempo do processo e nada estará acordado até que tudo esteja acordado.

Estas regras básicas respondem às preocupações e solicitações apresentadas pelos setores privados de ambos os países.

Brasil e México buscam, em um Acordo Estratégico de Integração Econômica, ir além do marco comercial para incluir aspectos de cooperação e intercâmbio tecnológico, assim como conformar uma arquitetura que promova a integração e o desenvolvimento dos países da América Latina e do Caribe, com o objetivo de fortalecer a competitividade e a presença regional nos mercados internacionais.

As delegações foram chefiadas por Beatriz Leycegui, Subsecretária de Comércio Exterior da Secretaria de Economia do México, e por Welber Barral, Secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, e Paulo Roberto França, Diretor do Departamento de ALADI e Integração Econômica Regional do Ministério das Relações Exteriores. Participaram funcionários das áreas de economia, relações exteriores, comércio, agricultura, fazenda, saúde, entre outras.

Acordou-se realizar duas reuniões futuras em junho e em agosto próximos.

Antecedentes

Em agosto de 2009, os Presidentes Felipe Calderón e Luiz Inácio Lula da Silva instruíram suas respectivas equipes negociadoras a explorarem opções para aprofundar a relação comercial bilateral. Em fevereiro de 2010, em reunião bilateral no marco da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada em Cancún, ambos os Mandatários anunciaram o início de um processo formal de trabalho para avaliar e determinar as áreas de oportunidade, alcances, benefícios e sensibilidades de um Acordo Estratégico de Integração Econômica entre Brasil e México.

DIÁLOGO BRASIL-AFRICA SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR, COMBATE À FOME E DESENVOLVIMENTO RURAL: ADOÇÃO DE DOCUMENTO FINAL

13/05/2010

Com a presença, na abertura, do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, realizou-se, no Itamaraty, durante os dias 10 a 12 de maio corrente, o “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”.

Participaram da reunião 45 países africanos e 39 Ministros daquela região, além de Timor Leste, na qualidade de observador, bem como organismos multilaterais regionais e entidades da sociedade civil do Brasil e dos países africanos.

No marco das relações Sul-Sul, o evento propiciou uma discussão de temas e de propostas de cooperação entre o Brasil e a África no campo da agricultura e segurança alimentar. Foram anunciadas novas iniciativas de cooperação, como o Centro de Estudos Estratégicos e de Capacitação em Agricultura Tropical da EMBRAPA e dez Projetos -Piloto do Programa de Aquisição dos Alimentos na África.

Foi adotado Documento Final do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, cuja íntegra segue abaixo.

Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural

Documento Final

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os Ministros da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Pesca e Aquicultura do Brasil e da África reuniram-se no Palácio do Itamaraty, em Brasília, de 10 a 12 de maio de 2010. A

reunião, cujo anfitrião foi o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, contou com a participação também o Diretor-Geral da FAO; o Diretor Executivo do Programa Mundial de Alimentos (PMA); o Vice-Presidente do Banco Africano para o Desenvolvimento (BAfD); o Vice-Presidente do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); representantes de alto escalão do Banco Mundial; de organizações regionais africanas, como a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC); da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC); e do Fórum para a Pesquisa Agrícola na África (FARA). Da parte do Brasil, participaram a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e representantes de entidades voltadas para os temas da reunião. Participaram ainda, como observadoras, organizações não governamentais brasileiras e africanas.

Durante a reunião, fizeram-se apresentações sobre segurança alimentar, combate à fome e desenvolvimento rural sustentável na África e no Brasil, bem como sobre as atividades realizadas nesses campos por instituições internacionais e regionais. Os Ministros Africanos e outras autoridades descreveram o programa agrícola da Nova Parceria para o Desenvolvimento na África (NEPAD) e o Programa Compreensivo de Desenvolvimento Agrícola na África (CAADP), além de prestarem informações sobre programas nacionais e regionais.

As apresentações e os debates focalizaram áreas relacionadas à segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento rural sustentável na África e no Brasil, a serem objeto de cooperação bilateral, regional e internacional

nas seguintes áreas: a) desenvolvimento da agricultura, da pesca e da aquicultura sustentáveis, de atividades agroflorestais e dos sistemas de manejo dos recursos hídricos; b) aprimoramento da infraestrutura rural, comercialização de produtos agrícolas e acesso ao mercado; c) apoio a agricultores familiares, aumento da produção de alimentos e redução da fome; d) pesquisa, desenvolvimento e disseminação de tecnologias agrícolas, bem como acesso a essas tecnologias; e) capacitação institucional em segurança alimentar e nutricional; f) desenvolvimento de modelos compatíveis e tecnologias adaptáveis à África; e g) desenvolvimento de estratégias para atingir a segurança alimentar e nutricional.

Durante a reunião, decidiu-se estabelecer um diálogo permanente entre a África e o Brasil a respeito de segurança alimentar e nutricional e do desenvolvimento rural, com o objetivo de realizar avaliações regulares do estado da cooperação, propor diretrizes para seu aprimoramento e estudar novas iniciativas, levando em consideração ações conjuntas de caráter bilateral, regional e continental.

O Diálogo concluiu em favor da necessidade de por em execução as seguintes iniciativas por parte do Brasil e dos países africanos em suas respectivas esferas de competência:

O Brasil deverá:

a) Buscar meios de ampliar significativamente os programas de cooperação desenvolvidos atualmente com países africanos nas áreas de capacitação e treinamento, fortalecimento institucional, formulação de políticas públicas, mecanismos de apoio técnico e financeiro, extensão rural, seguro agrícola, abastecimento alimentar e nutricional, assistência técnica, microcrédito, mercados institucionais e aquisição de produtos da agricultura familiar para programas de merenda escolar;

b) Intensificar os esforços de cooperação realizados pelos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Pesca e Aquicultura (MPA); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); das Relações Exteriores (MRE); bem como pela EMBRAPA, CONAB, Agência Brasileira de Cooperação (ABC); pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); e por outras agências brasileiras, segundo as solicitações feitas por países africanos em nível bilateral ou no âmbito de organizações subregionais;

c) Com a finalidade de complementar recursos africanos, reservar recursos suficientes para a execução de projetos previstos neste documento e empreender esforços para obter recursos financeiros adicionais de fontes internas, de instituições internacionais ou terceiros países, a fim de cobrir os custos de novas atividades, segundo solicitação de países africanos, de modo a fortalecer a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento rural e a produção de bioenergia como complemento da produção de alimentos;

d) Promover a cooperação no âmbito de organizações internacionais voltadas para o desenvolvimento da agricultura, pecuária, pesca e aquicultura em apoio a ações destinadas a melhorar a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento rural e a reforma agrária na África, em conformidade com o princípio de execução nacional e de acordo com os programas de desenvolvimento e prioridades dos países africanos. Atenção especial deverá ser dada a processos de integração e estrutura africanos;

e) Acelerar a cooperação técnica em matéria de agricultura, mediante programas de capacitação e treinamento, bem como

de agricultura tropical, para pesquisadores e técnicos africanos no Centro de Estudos Estratégicos da EMBRAPA em agricultura tropical, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC);

f) Disponibilizar a países africanos metodologias e instrumentos operacionais desenvolvidos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), mediante o qual produtos da agricultura familiar são adquiridos para uso em programas sociais do governo.

g) Executar dez projetos-piloto em cinco regiões diferentes da África, os quais incluirão consultoria técnica, diagnóstico e planejamento estratégico, execução de projetos e organização de reuniões regionais. Diferentes instituições brasileiras participarão com os governos dos países africanos diretamente interessados.

h) Estabelecer um centro Brasileiro-Africano de excelência em bioenergia. O estabelecimento desse centro levará em conta as capacidades já existentes na África, para que a estrutura de alcance regional a enquadrar-se nos objetivos abaixo especificados, possa ser utilizada para tal fim.

i) Desenvolver projetos-piloto em diferentes sub-regiões do continente africano, voltados para segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar e desenvolvimento rural, com o objetivo de aumentar a produção local de alimentos, fortalecer a segurança alimentar e nutricional, promover o desenvolvimento rural, fortalecer os mercados locais e reduzir a pobreza e a fome decorrentes de fatores estruturais e situações emergenciais, mediante a aquisição de produtos da agricultura familiar para programas oficiais sustentáveis – inclusive o de merenda escolar – seja no contexto de programas oficiais, seja como parte dos esforços para fortalecer atividades específicas de produção, por meio

de capacitação profissional e suprimento de tecnologias sociais para a produção da agricultura e da aquicultura e para agregar mais valor à produção por meio do processamento de alimentos e de mecanismos alimentares e nutricionais institucionais.

j) Executar um programa de capacitação apoiado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) para profissionais africanos, incluindo, o seguinte em 2010:

1) Um programa executado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), abrangendo capacitação em técnicas pecuárias e para a produção hortigranjeira e florestal, bem como para processamento e agregação de valor;

2) Um seminário e treinamento promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) para funcionários de governo, na área de políticas de agricultura familiar, crédito e seguro (Programa Nacional de Agricultura Familiar) e políticas de aquisição de alimentos (Programa de Aquisição de Alimentos-PAA);

3) Cursos sobre temas relacionados a políticas agrícolas, modelos para fortalecimento de instituições de pesquisa agrícola e principais culturas e ecossistemas tropicais, sob a coordenação do Centro de Estudos Estratégicos e de Capacitação em Agricultura Tropical da EMBRAPA.

k) Seguir estudando a possibilidade de financiar as seguintes atividades contempladas:

· Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB): seminários de capacitação em instrumentos de apoio à comercialização da sociobiodiversidade e de produtos do PAA, bem como em armazenagem e logística de distribuição;

· Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA): capacitação em técnicas de pesca e aquicultura e em processamento e agregação de valor.

· Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): apoio ao fortalecimento de programas de merenda escolar, mediante

a promoção da aquisição de produtos da agricultura familiar; e à implantação de hortas escolares, baseada na utilização de alimentos diversificados e seguros, que respeitem a cultura e hábitos alimentares saudáveis, capazes de contribuir para o crescimento e desenvolvimento dos estudantes, de modo a melhorar seu desempenho escolar.

· Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): promoção das iniciativas de cooperação já em andamento com países africanos e participação nas discussões da Comissão Mista e dos Grupos de Trabalho Especiais sobre a promoção da agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar na África. A experiência obtida pelo MDA com a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF) será compartilhada por meio da Comissão Mista.

· Utilização das novas instalações da EMBRAPA (inauguradas durante o Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural em 2010) para iniciativas de cooperação em capacitação, aproveitando todas as ofertas feitas por instituições governamentais e privadas brasileiras durante o diálogo em Brasília. Além disso, as instalações da EMBRAPA na África serão colocadas à disposição para cursos e programas locais.

l) Apoiar maior participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de segurança alimentar e nutricional, mediante a criação ou fortalecimento de espaços de política pública institucional, que possibilitem a ação conjunta entre Estado, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais em países africanos.

m) Apoiar e incentivar a cooperação direta entre países africanos e organizações de produtores brasileiros.

n) Apoiar maior cooperação entre programas de universidades brasileiras

voltados para pesquisa agrícola e extensão rural e países africanos, inclusive universidades e instituições de ensino superior;

o) Trabalhar com países africanos com vistas à realização gradual do direito humano à alimentação adequada e sadia em todos os níveis, direcionando as medidas de cooperação relacionadas com agricultura familiar, de modo a fomentar a produção de alimentos saudáveis, tendo em conta os hábitos alimentares locais.

A África deverá

No âmbito das atividades das instituições e atividades regionais africanas, inclusive da UA/NEPAD/CAADP:

a) Adotar e fortalecer políticas destinadas a promover o aumento da produção alimentar, assegurando o desenvolvimento agrícola sustentável, especialmente a agricultura familiar, inclusive a produção de biocombustíveis;

b) Realizar e fortalecer esforços para obter os recursos financeiros necessários junto a fontes internas, instituições internacionais ou países doadores para execução de políticas destinadas a aumentar a produção de alimentos ou bioenergia;

c) Adotar e fortalecer políticas e programas para promover o direito à alimentação adequada e medidas para garantir o acesso à terra em condições que assegurem a produtividade;

d) Adquirir produtos da agricultura familiar local e regional, inclusive em situações emergenciais;

e) Formular e fortalecer políticas destinadas a assegurar crédito e seguro agrícola, assistência técnica, produção de bioenergia, merenda escolar, renda para as populações rurais e comercialização de produtos agrícolas;

f) Estudar ações de cooperação na área de capacitação técnica e institucional em países africanos; e

g) Desenvolver futuras iniciativas para identificar ações de cooperação em infra-

estrutura rural, com ênfase em irrigação e eletrificação rural.

A África e o Brasil deverão

a) Criar uma Comissão Mista (CM) encarregada de coordenar os projetos de cooperação entre o Brasil e a África, resultantes deste Diálogo, bem como outras iniciativas futuras. Os Termos de Referência da Comissão Mista, inclusive, inter alia, seu mandato, composição, aspectos operacionais e interação com outras organizações internacionais e regionais e sub-regionais africanas, serão estabelecidos em conjunto pelos governos africanos e pelo governo brasileiro até 15 de agosto de 2010, com vistas à sua entrada em vigor antes de 15 de outubro de 2010;

b) Atribuir à CM a supervisão de todas as iniciativas relacionadas com a execução das atividades de cooperação contempladas neste documento;

c) Incentivar uma ação coordenada em fóruns agrícolas, comerciais e financeiros, com vistas a obter acordo em decisões destinadas a assegurar maior acesso para os países em desenvolvimento, especialmente países africanos, a tecnologias agrícolas, recursos financeiros e mercados, mediante a redução das barreiras comerciais e não-comerciais e a eliminação de subsídios que distorcem o comércio internacional de produtos agrícolas;

d) Incentivar também uma ação coordenada para a realização da reforma do Comitê sobre Segurança Alimentar Mundial (CFS);

e) Desenvolver uma ação coordenada junto aos países doadores e às instituições financeiras internacionais, com o propósito de convencê-los da necessidade de medidas na área de segurança alimentar e nutricional e de agricultura. Como salientou o Presidente Lula em novembro de 2009, o governo brasileiro envidará esforços, com o apoio da União Africana / NEPAD/ CAADP,

para despertar o interesse dos países doadores na atual iniciativa de cooperação Brasil-África;

f) Incentivar a cooperação trilateral para desenvolver e intensificar a cooperação interafricana;

g) Criar uma rede institucional integrada de instituições de pesquisa e extensão rural no Brasil e na África;

h) Reforçar os contatos entre organizações brasileiras e africanas no campo de segurança alimentar com organizações internacionais, tais como FAO, OMS, OIE e OMC;

i) Estabelecer mecanismos para promover as relações entre instituições brasileiras e africanas, voltados para a agregação de valor à produção agrícola, com ênfase especial na agricultura familiar; e

j) Trocar experiências no campo de segurança alimentar e nutricional e de agricultura, especialmente agricultura familiar.

Instituições Multilaterais e Regionais e Terceiros Países:

Tendo em vista a natureza transversal da segurança alimentar e nutricional, do desenvolvimento rural e do combate à fome, os países africanos e o Brasil procurarão obter maior engajamento dos parceiros técnicos e financeiros internacionais, como o Banco Africano para o Desenvolvimento, FAO, FIDA, PMA e o Banco Mundial, em esquemas trilaterais de cooperação Sul-Sul, para a provisão de recursos financeiros e humanos, bem como de conhecimentos, para a execução de projetos concebidos por países africanos, com a assistência do Brasil, em conformidade com os princípios de execução nacional.

Os participantes expressaram o seu sincero agradecimento e profunda apreciação pelo papel de liderança do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e os grandes esforços envidados pelos Ministros brasileiros para o êxito dessa reunião.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À RÚSSIA – 14 DE
MAIO DE 2010
14/05/2010

I - PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICO-TECNOLÓGICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA PARA O PERÍODO DE 2010 A 2012

II - PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

III - PLANO DE CONSULTAS POLÍTICAS ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA PARA 2010-2012

IV - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE A PROTEÇÃO MÚTUA DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E OUTROS RESULTADOS DA ATIVIDADE INTELECTUAL UTILIZADOS E OBTIDOS NO CURSO DA COOPERAÇÃO TÉCNICO-MILITAR BILATERAL

V ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA PARA COOPERAÇÃO NO CAMPO DA SEGURANÇA INTERNACIONAL DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO

VI- MEMORANDO ENTRE O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)
E O SERVIÇO FEDERAL DE ALFÂNDEGA
(FEDERAÇÃO DA RÚSSIA) SOBRE
COOPERAÇÃO, INTERCÂMBIO DE
INFORMAÇÃO E ASSISTÊNCIA MÚTUA
NO ÂMBITO DO SISTEMA GERAL DE
PREFERÊNCIAS

VII - DECLARAÇÃO CONJUNTA
DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E DO
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA

DECLARAÇÃO CONJUNTA DO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E DO
PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DA
RÚSSIA
14/05/2010

O Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e O Presidente da Federação da Rússia, Dmitri Medvedev;

Tendo em mente que a visita oficial do Presidente da República Federativa do Brasil à Federação da Rússia no dia 14 de maio de 2010 ocorre poucos dias após a celebração do 65º aniversário do término da Segunda Guerra Mundial;

Ao levarem em conta que a segunda guerra mundial foi o conflito armado mais devastador que a história jamais testemunhou;

Ao ressaltarem a contribuição dos povos da ex-União Soviética, que tiveram papel decisivo na luta contra o nazismo, tendo sofrido quase metade do total das vítimas fatais, entre civis e militares;

Ao recordarem que, durante a Segunda Guerra Mundial, os dois países atuaram como aliados na coalizão anti-eixo;

Em sintonia com o empenho dos dois países na promoção da paz internacional,

no fortalecimento da democracia, na defesa dos direitos humanos e no respeito ao direito internacional;

Ao reafirmarem a disposição dos dois países de trabalhar para a construção de uma ordem internacional multipolar, isenta de hegemonia e totalitarismo;

1. Prestam homenagem aos cidadãos dos dois países e de outros países que tombaram na luta contra o nazismo na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, condenam o neonazismo, bem como todas as formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância conexas.

2. Manifestam a disposição de contribuir para a continuação de pesquisas sobre a história da Segunda Guerra Mundial de modo extrair as devidas lições daquela experiência histórica. Nesse sentido, consideram importante o ensino da história da Segunda Guerra Mundial a partir de uma perspectiva objetiva, com vistas à transmissão às gerações vindouras da memória histórica não deturpada.

3. Ressaltam a importância de unir esforços com vistas a evitar a propagação de ideologias de superioridade racial, discriminação e intolerância. Com esse objetivo em mente, incentivarão os contatos entre os órgãos públicos e associações não-governamentais de seus países, entre elas as organizações dos veteranos e das vítimas da Segunda Guerra Mundial, associações de historiadores e cientistas políticos. Renovam também o compromisso com a promoção da educação em Direitos Humanos em ambos os países.

4. Reconhecem, nesse contexto, a importância de valorizar o sistema de relações internacionais baseado nos princípios do direito internacional promovidos pela Organização das Nações Unidas, incluindo a igualdade soberana de todos seus membros, respeito mútuo, contenção ao emprego da força, observância à integridade territorial e independência política

de todos os países e não-intervenção em assuntos internos de outros países.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO CATAR
14/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará, no dia 15 de maio, visita ao Catar, a primeira de um Chefe de Estado brasileiro. O Presidente Lula já havia estado em Doha em março de 2009, quando chefiou a delegação brasileira à II Cúpula América do Sul-Países Árabes.

O mandatário brasileiro será recebido pelo Emir, Xequê Hamad Bin Khalifa Al Thani. Em seguida, proferirá discurso de encerramento no Seminário Empresarial Brasil-Catar e será homenageado com almoço no Palácio Real. Durante a visita, serão assinados acordos de cooperação em cultura, esportes e turismo.

Entre 2003 e 2008, o intercâmbio comercial do Brasil com o Catar cresceu mais de onze vezes, passando de US\$ 37 milhões para US\$ 439 milhões. Em razão da crise financeira global, o intercâmbio comercial em 2009 caiu para US\$ 221 milhões.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO IRÃ
14/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Teerã, entre os dias 15 e 17 de maio, em retribuição à visita do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, em novembro de 2009. Trata-se da primeira visita de um Chefe de Estado brasileiro ao Irã.

No dia 16, o Presidente Lula se reunirá com o Líder Supremo, Aiatolá Ali Khamenei; com o Presidente Ahmadinejad; e com o

Presidente do Parlamento, Ali Larijani. Participará também do encerramento de encontro empresarial Brasil-Irã.

No dia 17, o Presidente Lula comparecerá à cerimônia de abertura da 14ª Reunião de Cúpula de Chefes de Estado do G-15.

Em seus contatos com as autoridades iranianas, o Presidente Lula pretende explorar formas de aprofundar as relações bilaterais, ampliar os fluxos de comércio e de investimento e diversificar a cooperação, em áreas como Turismo, Esportes, Energias renováveis e Agricultura. Por ocasião da visita, estão previstas as assinaturas de atos sobre cooperação em turismo, esportes, agricultura, metrologia, mineralogia, indústria e comércio.

Os dois lados passarão em revista os principais temas da agenda internacional, em particular as questões do Oriente Médio.

O Presidente Lula tratará também do programa nuclear iraniano.

O Ministro Celso Amorim já se encontra em Teerã, onde manterá no dia 15 de maio contatos com autoridades iranianas e participará da reunião Ministerial do G-15.

Entre 2002 e 2009, o comércio bilateral mais do que duplicou, passando de US\$ 500 milhões para US\$ 1,23 bilhão. O Brasil manteve expressivo superávit ao longo de todos esses anos. O Irã é atualmente o terceiro maior parceiro comercial do Brasil no Oriente Médio e um dos maiores destinos das exportações brasileiras de alimentos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA AO CATAR – 15 DE
MAIO DE 2010
15/05/2010

I - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

E O GOVERNO DO ESTADO DO CATAR SOBRE COOPERAÇÃO CULTURAL

II-MEMORANDODEENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DE CATAR SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

III - ACORDO DE COOPERAÇÃO ESPORTIVA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO ESTADO DO CATAR, REPRESENTADO PELO COMITÊ OLÍMPICO DO CATAR

VI CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE E UNIÃO EUROPÉIA (ALC-UE) - MADRI, 17 E 18 DE MAIO DE 2010 15/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, em Madri, da VI Reunião de Cúpula América Latina e Caribe-União Européia (ALC-UE), a realizar-se nos dias 17 e 18 de maio. O mecanismo reúne-se a cada dois anos para o debate de temas de interesse birregional e análise de assuntos da agenda global.

A VI Cúpula reunirá Chefes de Estado e de Governo de 60 países – 33 do lado latino-americano e caribenho e 27 da União Européia – que discutirão o tema “Rumo a uma nova etapa da associação birregional: inovação e tecnologia para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social”.

Prevê-se debate sobre a crise financeira internacional e mudança do clima, bem como apresentação do Presidente do Haiti, René Preval, sobre a situação de seu país.

Durante a VI Cúpula, serão adotados os seguintes documentos: Declaração Conjunta, que abordará os principais desafios globais e

o fortalecimento da associação birregional; e Plano de Ação de Madri, com iniciativas de cooperação em ciência e tecnologia, meio ambiente, energia, integração regional, migrações, drogas e segurança, entre outras áreas. Na ocasião, será lançada a Iniciativa Conjunta ALC-UE para a Pesquisa e Inovação.

À margem da VI Cúpula ALC-EU, no dia 17 de maio, será realizada a Cúpula MERCOSUL-União Européia, com o anúncio do relançamento das negociações para conclusão de Acordo de Associação entre os dois blocos.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE IRÃ, TURQUIA E BRASIL - 17 DE MAIO DE 2010 17/05/2010

Tendo-se reunido em Teerã em 17 de maio, os mandatários abaixo assinados acordaram a seguinte Declaração:

1. Reafirmamos nosso compromisso com o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e, de acordo com os artigos relevantes do TNP, recordamos o direito de todos os Estados-Parte, inclusive a República Islâmica do Irã, de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear (assim como o ciclo do combustível nuclear, inclusive atividades de enriquecimento) para fins pacíficos, sem discriminação.

2. Expressamos nossa forte convicção de que temos agora a oportunidade de começar um processo prospectivo, que criará uma atmosfera positiva, construtiva, não-confrontacional, conducente a uma era de interação e cooperação.

3. Acreditamos que a troca de combustível nuclear é instrumental para iniciar a cooperação em diferentes áreas, especialmente no que diz respeito à cooperação nuclear pacífica,

incluindo construção de usinas nucleares e de reatores de pesquisa.

4. Com base nesse ponto, a troca de combustível nuclear é um ponto de partida para o começo da cooperação e um passo positivo e construtivo entre as nações. Tal passo deve levar a uma interação positiva e cooperação no campo das atividades nucleares pacíficas, substituindo e evitando todo tipo de confrontação, abstendo-se de medidas, ações e declarações retóricas que possam prejudicar os direitos e obrigações do Irã sob o TNP.

5. Baseado no que precede, de forma a facilitar a cooperação nuclear mencionada acima, a República Islâmica do Irã concorda em depositar 1200 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU) na Turquia. Enquanto estiver na Turquia, esse urânio continuará a ser propriedade do Irã. O Irã e a AIEA poderão estacionar observadores para monitorar a guarda do urânio na Turquia.

6. O Irã notificará a AIEA por escrito, por meio dos canais oficiais, a sua concordância com o exposto acima em até sete dias após a data desta Declaração. Quando da resposta positiva do Grupo de Viena (EUA, Rússia, França e AIEA), outros detalhes da troca serão elaborados por meio de um acordo escrito e dos arranjos apropriados entre o Irã e o Grupo de Viena, que se comprometera especificamente a entregar os 120 quilos de combustível necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã.

7. Quando o Grupo de Viena manifestar seu acordo com essa medida, ambas as partes implementarão o acordo previsto no parágrafo 6. A República Islâmica do Irã expressa estar pronta - em conformidade com o acordo - a depositar seu LEU dentro de um mês. Com base no mesmo acordo, o Grupo de Viena deve entregar 120 quilos do combustível requerido

para o Reator de Pesquisas de Teerã em não mais que um ano.

8. Caso as cláusulas desta Declaração não forem respeitadas, a Turquia, mediante solicitação iraniana, devolverá rápida e incondicionalmente o LEU ao Irã.

9. A Turquia e o Brasil saudaram a continuada disposição da República Islâmica do Irã de buscar as conversas com os países 5+1 em qualquer lugar, inclusive na Turquia e no Brasil, sobre as preocupações comuns com base em compromissos coletivos e de acordo com os pontos comuns de suas propostas.

10. A Turquia e o Brasil apreciaram o compromisso iraniano com o TNP e seu papel construtivo na busca da realização dos direitos na área nuclear dos Estados-Membros. A República Islâmica do Irã apreciou os esforços construtivos dos países amigos, a Turquia e o Brasil, na criação de um ambiente conducente à realização dos direitos do Irã na área nuclear.

Manucher Mottaki

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã

Ahmet Davutoğlu

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia

Celso Amorim

Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA VISITA
DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA
SILVA AO IRÃ – 16 DE MAIO DE 2010

17/05/2010

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ

PARA COOPERAÇÃO EM GEOLOGIA, MINERAÇÃO E INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO MINERAL

CÚPULA UNIÃO EUROPEIA-
MERCOSUL - MADRI, 17 DE MAIO DE
2010 - COMUNICADO CONJUNTO
17/05/2010

(Tradução não-oficial do original em inglês)

A Cúpula União Europeia-MERCOSUL foi realizada em Madri em 17 de maio de 2010. A União Europeia foi representada pelo Senhor Herman van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu, e o Senhor José Manuel Durão Barroso, Presidente da Comissão Europeia, com a participação do Presidente do Governo espanhol e Presidente Pro Tempore do Conselho da União Europeia, José Luis Rodríguez Zapatero. O MERCOSUL foi representado pela Senhora Cristina Fernández de Kirchner, Presidenta da República da Argentina, a cargo da Presidência Pro Tempore do MERCOSUL; pelo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil; pelo Senhor Danilo Astori, Vice-Presidente da República Oriental do Uruguai; pelo Senhor Héctor Lacognata, Ministro das Relações Exteriores da República do Paraguai; e pelo Senhor Francisco Arias Cárdenas, Vice-Ministro para América Latina e Caribe da República Bolivariana da Venezuela, em processo de adesão.

1. Os Chefes de Estado e de Governo debateram a situação nas duas regiões e informaram seus contrapartes sobre os últimos desenvolvimentos nos seus respectivos processos de integração e em suas situações econômicas. Os líderes enfatizaram os valores culturais, econômicos e políticos que vinculam estreitamente as duas regiões. Os líderes sublinharam que, com uma população

combinada de mais de 700 milhões de pessoas, um elevado PIB conjunto e com um intercâmbio comercial bi-regional próximo a € 100 bilhões por ano, a cooperação entre os dois blocos gera vantagens recíprocas e repercussões positivas a nível global.

2. Por ocasião do relançamento das negociações para um Acordo de Associação MERCOSUL-UE, os Chefes de Estado e de Governo recordaram a importância das mesmas, com vistas a alcançar um acordo ambicioso e equilibrado entre as duas regiões, o que aprofundaria as relações e ofereceria grandes benefícios políticos e econômicos para ambos os lados. Os líderes estão conscientes de que esforços substantivos deverão ser feitos, e sublinham o seu pleno compromisso de engajamento nessas negociações. Ambos os lados enfatizaram seu compromisso de envidar esforços pela conclusão das negociações sem demora. Uma primeira rodada de negociações terá lugar, no mais tardar, no início de julho.

3. Os líderes da UE e o MERCOSUL expressaram seu compromisso de rapidamente chegar a uma conclusão ambiciosa, abrangente e equilibrada da Rodada de Desenvolvimento de Doha e, tendo em mente o papel crucial do comércio internacional como motor do crescimento econômico e desenvolvimento, reafirmaram seu compromisso para evitar o protecionismo em todas as suas formas.

4. Os Chefes de Estado e de Governo sublinharam a importância do diálogo político entre as duas regiões e concordaram sobre a importância da intensificação das consultas em fóruns internacionais.

5. Em consonância com as conclusões da Conferência Ministerial ALC-UE sobre Ciência, Tecnologia e Inovação de 2010 em Madri, e tendo em conta os fortes laços já existentes entre as duas regiões em matéria de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, as partes concordaram em explorar formas

concretas de aprofundar e intensificar a cooperação em matéria de inovação e tecnologia para o benefício mútuo.

6. Ambos os lados destacaram o progresso alcançado no âmbito da cooperação MERCOSUL-UE e da revisão parcial do Programa Indicativo Regional.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A PORTUGAL, POR
OCASIÃO DA X CIMEIRA BRASIL-
PORTUGAL - LISBOA, 19 DE MAIO DE
2010
17/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita a Lisboa no próximo dia 19 de maio, para participar, juntamente com o Primeiro-Ministro José Sócrates, da X Cimeira Brasil-Portugal. Na ocasião, o Presidente Lula também manterá encontro com o Presidente Aníbal Cavaco Silva. A prática de realização de Cimeiras regulares foi estabelecida pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta, de 2000.

Em Lisboa, o Presidente Lula deverá passar em revista a agenda bilateral, em especial a cooperação nas áreas econômico-comercial, científico-tecnológica, cultural e de energia. Serão também analisados os respectivos cenários regionais e discutidos temas da agenda internacional. Brasil e Portugal compartilham, entre outros, o interesse pela projeção internacional da lusofonia, pela retomada das negociações comerciais entre Mercosul e União Européia e pela reforma urgente das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança.

O intercâmbio comercial entre os dois países evoluiu de US\$ 753,4 milhões, em 2002, para a cifra recorde US\$ 2,3 bilhões, em 2008

- o que representa crescimento de 206% no período. Na última década, Portugal investiu no Brasil cerca de € 20 bilhões. Existem hoje mais de 600 empresas com capital português no Brasil, as quais geram cerca de 110 mil postos de trabalho.

III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE
CIVILIZAÇÕES
18/05/2010

O III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações (AdC) ocorrerá no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, nos dias 27, 28 e 29 de maio de 2010. A AdC é uma iniciativa da ONU que busca contribuir para um maior conhecimento recíproco entre populações de culturas diversas como forma de superação de esterótipos em defesa da paz.

O Fórum será aberto pelo Presidente Lula, na manhã do dia 28, e contará com a presença de Chefes de Estado e de Governo, do Secretário-Geral da ONU e de diversas delegações estrangeiras.

SITUAÇÃO NA TAILÂNDIA
19/05/2010

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os recentes acontecimentos na Tailândia. Ao expressar sua solidariedade à nação tailandesa, o Governo brasileiro faz votos de que a situação volte à normalidade o mais breve possível, em benefício da paz e prosperidade nacionais.

Apesar de estarem impossibilitados de ter acesso à Embaixada, os diplomatas brasileiros em Bangkok têm informado regularmente sobre a evolução dos acontecimentos políticos no país e mantido permanente contato com a comunidade brasileira.

CARTA AOS MEMBROS DO CONSELHO
DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS

19/05/2010

A Declaração Conjunta firmada por Brasil, Turquia e Irã no último dia 17, em Teerã (nota nº 310), foi encaminhada hoje, 19 de maio, aos membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por meio da seguinte carta (tradução não-oficial do original em inglês, que segue após o texto em português):

“Excelência,

Temos o prazer de encaminhar, em anexo, cópia da ‘Declaração Conjunta de Irã, Turquia e Brasil’, que foi emitida pelo Exmo. Sr. Mahmoud Ahmadinejad, Presidente da República Islâmica do Irã, pelo Exmo. Sr. Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil, e pelo Exmo. Sr. Recep Tayyip Erdoğan, Primeiro-Ministro da República da Turquia, em Teerã, em 17 de maio de 2010. A Declaração Conjunta foi assinada pelo Exmo. Sr. Manucher Mottaki, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Islâmica do Irã, pelo Exmo. Sr. Ahmet Davutoğlu, Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Turquia e pelo Exmo. Sr. Celso Amorim, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil.

A Declaração Conjunta realça o direito de desenvolver pesquisa, produção e uso de energia nuclear para fins pacíficos ao mesmo tempo que sublinha a forte convicção dos três países de que a troca de combustível nuclear ensejará oportunidade de começar um processo prospectivo que almeja criar uma atmosfera positiva, construtiva e não-confrontacional, conducente a uma era de interação e cooperação.

A Declaração reflete, nesse contexto, a clara concordância do Irã em depositar 1200 quilos de urânio levemente enriquecido (LEU) na Turquia. Ela também estabelece um roteiro realista e factível que leve a acordos e arranjos

necessários que serão negociados entre as partes diretamente envolvidas, dentro de prazos especificados, para o fornecimento de 120 quilos de combustível nuclear necessários para o Reator de Pesquisas de Teerã (TRR) em troca do LEU depositado.

Temos plena confiança de que o grupo P5+1 examinará a Declaração Conjunta com vistas a preparar o caminho para o reabastecimento do TRR da forma mais eficiente e efetiva, considerando aspectos relativos ao programa nuclear iraniano e a temas de interesse mútuo, por meio de um diálogo construtivo.

O Brasil e a Turquia estão convencidos de que é hora de dar uma chance às negociações e evitar medidas prejudiciais à solução pacífica desta questão.

Queira aceitar, Excelência, os protestos de nossa mais alta consideração.

Celso Amorim Ahmet Davutoğlu

Ministro das Relações Exteriores da
Ministro dos Negócios Estrangeiros da
República Federativa do Brasil República da
Turquia”

DECLARAÇÃO CONJUNTA DA X
CIMEIRA PORTUGAL-BRASIL - LISBOA,
19 DE MAIO DE 2010

19/05/2010

1. O Primeiro Ministro da República Portuguesa, José Sócrates, e o Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, reuniram-se em Lisboa, Portugal, em 19 de Maio de 2010, por ocasião da X Cimeira Portugal-Brasil.

2. Os dois Chefes de Governo:

· Reafirmaram os especiais e fortes laços que unem os dois países e os dois povos, que traduzem uma profunda, alargada e dinâmica comunhão de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais.

· Passaram em revista o estado atual das relações bilaterais e, conscientes do amplo campo de convergência de objetivos e da necessidade de sua consolidação e desenvolvimento futuro, definiram como prioridades estratégicas a cooperação nos domínios da:

- Energia;
- Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa.

· Congratularam-se, neste contexto, com os resultados muito substanciais da I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, que ocorreu em Brasília, no período de 25 a 30 de Março último, bem como da VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada em Brasília, em 31 de Março de 2010, quando foi formalmente adotado o Plano de Ação de Brasília, que será formalmente endossado na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, a realizar-se em Julho próximo em Luanda. Também registraram com satisfação a proposta portuguesa de dar continuidade a esse processo por meio da realização da II Conferência Internacional em Portugal no ano de 2012.

· Saudaram vivamente o escritor cabo-verdiano Arménio Vieira, distinguido com o Prémio Camões 2009, o mais importante galardão da Literatura Portuguesa.

· Reafirmaram o empenho em ampliar e diversificar as relações econômicas e comerciais e, nesse sentido, saudaram a realização, no contexto da X Cimeira, do Seminário Empresarial Portugal- Brasil.

· Trocaram impressões sobre os principais temas de interesse comum no âmbito da CPLP, da parceria estratégica UE-Brasil, da União Europeia, do Mercosul, do G-20, assim como sobre outros assuntos da agenda internacional,

nomeadamente a crise econômica e financeira internacional, a reforma das Nações Unidas e de seu Conselho de Segurança, o desarmamento e a não-proliferação e a mudança do clima, bem como a realização da Cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte em Lisboa, em Novembro próximo.

3. No decurso da Cimeira realizaram-se encontros setoriais das delegações dos dois países nas seguintes áreas: cultura, ciência e tecnologia, economia, comércio e investimentos, turismo, energia e meio ambiente.

4. Os dois Governantes presidiram à assinatura dos seguintes instrumentos:

· Protocolo de Cooperação Técnica no Domínio das Áreas de Saneamento e Resíduos Urbanos;

· Memorando de Entendimento para Lançamento de um Programa de Formação Avançada e Investigação Conjunta no Sector da Pesquisa e Produção de Hidrocarbonetos em Águas Profundas na Bacia do Atlântico;

· Protocolo de Cooperação no Domínio da Luta Contra a Dopagem;

· Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Igualdade do Género;

· Memorando de Entendimento no Domínio dos Assuntos Jurídicos Internacionais;

· Acordo de Cooperação para a Promoção do Projeto de Produção de Biocombustível Tecnologicamente Avançado em Portugal;

· Acordo Mota-Engil/Geovision.

· Expressaram ainda a sua satisfação com a assinatura do Protocolo de Colaboração entre as Administrações dos Portos de Sines e de Santos.

5. Precederam a X Cimeira Portugal-Brasil a IV Reunião da Comissão Bilateral Permanente, que se realizou em Lisboa no passado dia 30 de Abril, e as reuniões das Subcomissões de Assuntos Económicos, Financeiros e Comerciais; de Assuntos Consulares e

Circulação de Pessoas; e de Assuntos para a Educação, Cultura, Comunicação Social, Ciência e Tecnologia e Juventude e Desporto, ocorridas no último dia 29 de Abril. No âmbito desta Subcomissão, abordou-se em paralelo e em reunião específica o tema “Ciência e Tecnologia”, de importância crescente no relacionamento entre os dois países. A reunião da Subcomissão de Reconhecimento de Graus e Títulos Acadêmicos e para Questões relativas ao Acesso a Profissões e seu Exercício deverá realizar-se, logo que possível, em Brasília. Nesse contexto, os dois Governantes tomaram nota, com satisfação, dos resultados positivos dos encontros preparatórios da X Cimeira, que fortalecem o quadro institucional acordado entre os dois países no Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta de 2000.

Cooperação Política e Diplomática

6. No âmbito da Cooperação Política e Diplomática, os dois Chefes de Governo:

- Reafirmaram a importância de se concretizar a reforma das Nações Unidas e do seu Conselho de Segurança de forma a torná-lo mais representativo, transparente e eficaz. O Primeiro-Ministro José Sócrates agradeceu o apoio activo do Brasil à candidatura de Portugal a um assento não-permanente no Conselho de Segurança para o biênio 2011-2012. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou seus agradecimentos ao apoio constante de Portugal para que o Brasil integre, como membro permanente, um Conselho de Segurança reformado. Neste contexto, o Governo português nota com satisfação o papel que o Brasil e o seu Presidente tem vindo a desempenhar, em particular no presente momento, na gestão de várias questões de interesse crucial para a manutenção da paz e segurança internacionais.

- Analisaram as consequências da crise financeira internacional e as políticas aplicadas para enfrentá-la, bem como as medidas que

deverão ser tomadas com os objetivos de reformar o sistema financeiro internacional, relançar a economia e promover o emprego.

- Reiteraram seu empenho na continuação das negociações multilaterais sobre o clima, assim como na implementação das orientações políticas constantes do Acordo de Copenhaga, para facilitar as negociações em curso no âmbito da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com vista à conclusão com êxito da 16ª Conferência dos Estados Parte da Convenção Quadro e da 6ª Reunião dos Estados Parte do Protocolo de Quioto, que se realizarão em Cancún de 29 de Novembro a 10 de Dezembro do corrente ano.

- Sublinharam a importância da realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que ocorrerá no Rio de Janeiro em 2012, para fortalecer a implementação política de compromissos estabelecidos nas convenções multilaterais sobre temas ambientais.

- Expressaram apoio à comemoração, em 2010, do Ano Internacional da Biodiversidade e reconheceram, nesse contexto, a importância dos esforços de concertação internacional voltados para a conservação dos recursos biológicos, para seu uso sustentável e para a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

- Apelaram à mobilização da comunidade internacional para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, salientando, nesse contexto, a relevância das Nações Unidas e de sua ação.

- Saudaram o relançamento das negociações para um Acordo de Associação entre a União Europeia e o Mercosul, assim como reiteraram seu empenho na conclusão com êxito do ciclo de Doha para o Desenvolvimento.

- Congratularam-se pela realização, no Rio de Janeiro, nos próximos dias 28 e 29 de Maio, do III Fórum da Aliança das

Civilizações, dedicado ao tema “Aliança das Civilizações: Diversidade Cultural como Via para a Paz”, e pelo progresso alcançado na implementação da agenda dessa iniciativa pelo Alto Representante do SGNU para a Aliança das Civilizações, Dr. Jorge Sampaio, e, na implementação, em nível nacional e regional, de seus objetivos, pelos membros do Grupo de Amigos.

- Constataram que a CPLP vem assumindo um papel determinante no cenário mundial, com capacidade de atuação em diversas domínios geográficos e temáticos. A esse respeito, concordaram em promover, em estreita coordenação com a próxima Presidência de Angola da organização, o reforço da concertação político-diplomática.

- Saudaram a liderança do Brasil na Presidência da Configuração Específica da Comissão de Consolidação da Paz para a Guiné Bissau, também integrada por Portugal, cuja contribuição para a estabilidade e o desenvolvimento da Guiné Bissau tem sido fundamental.

- O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva compartilhou com o Primeiro-Ministro José Sócrates os resultados da II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos países do BRIC, grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia e China, realizada em Brasília, no dia 15 de abril último, quando foram examinados temas relevantes da agenda internacional, bem como a cooperação e coordenação no âmbito do grupo.

- O Primeiro-Ministro José Sócrates prestou informação sobre a Cimeira da Organização do Tratado do Atlântico Norte, que se realizará em Lisboa em Novembro próximo.

- No contexto da implementação do Mecanismo Bilateral de Consultas Políticas, decidiram promover, inclusive à margem das reuniões da Comissão Bilateral Permanente, consultas diplomáticas a nível de Diretores

de Departamento sobre temas de comum interesse das agendas regional e multilateral.

Cooperação Económica, Financeira e Comercial

7. No quadro da Cooperação Económica, Financeira e Comercial, os dois Chefes de Governo:

- Fizeram um balanço positivo das relações bilaterais e concordaram acerca da necessidade de se equilibrar a balança comercial, atualmente desfavorável a Portugal, de se diversificarem as trocas comerciais e de se promoverem bens e serviços de valor acrescentado. Neste contexto, o Presidente do Brasil destacou as potencialidades do mercado brasileiro para as empresas portuguesas, bem como as oportunidades de negócio decorrentes da realização, em seu país, do Campeonato do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, tendo sido acordado o incremento da troca de informação e de missões empresariais entre os dois países. O Primeiro-Ministro de Portugal referiu-se às vantagens de Portugal como plataforma para os interesses brasileiros no mercado europeu.

- Exploraram a possibilidade de se criar uma Confederação Empresarial Portugal-Brasil como embrião de um futuro Diálogo Empresarial entre a Europa e a América do Sul, que permita incrementar os negócios, promover o emprego e a utilização de novas tecnologias entre os dois países e as duas regiões, encarregando os Ministros dos Negócios Estrangeiros e da Economia de Portugal e das Relações Exteriores e da Fazenda do Brasil de prosseguirem a sua análise.

Notaram, com satisfação, a criação do Grupo de Trabalho Energia, com vista a desenvolver o relacionamento entre os dois países em matéria de energias fósseis e renováveis (eólica, fotovoltaica, etanol e biodiesel), assim como a promover a

cooperação trilateral em África. Registraram, neste contexto, os investimentos mútuos no sector da Energia, destacando a presença da GALP no Brasil e da Petrobrás em Portugal, assim como o interesse da empresa brasileira em utilizar o Porto de Sines como plataforma logística de exportações de diesel e querosene de aviação para o mercado europeu.

- Endossaram a proposta brasileira de que o Grupo de Trabalho criado ao abrigo do Acordo de Cooperação no domínio do Turismo inicie a reflexão com vista à utilização das ligações aéreas diretas existentes entre Portugal e a Europa Oriental em benefício dos dois países.

- Tomaram nota dos mecanismos técnicos acordados para ultrapassar os problemas encontrados pela parte portuguesa nos setores do vinho, do azeite e de produtos à base de carne de suíno e de laticínios, assim como no domínio dos investimentos, e analisaram as preocupações brasileiras em matéria de legislação europeia, registradas num “aide-memoire” entregue à parte portuguesa, tendo ficado estabelecido o estreitamento de contactos sobre o assunto entre as Missões Permanentes dos dois países junto da União Europeia.

- Avaliaram como positivas as iniciativas na área das finanças nas quais Portugal e o Brasil têm participado ativamente, nomeadamente ao nível da CPLP e da Cúpula Ibero-Americana, encorajando o seu aprofundamento.

- Concordaram com a importância de se dinamizar o diálogo bilateral no âmbito das Instituições Financeiras Internacionais (IFI), designadamente sobre cooperação técnica.

- Apoiaram os esforços em curso no sentido de que a língua portuguesa passe a ser língua de trabalho do Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD) e expressaram sua satisfação com a realização em Portugal, em 2011, da Assembleia Anual do Conselho de Governadores do BAfD.

- Consideraram de grande importância o alargamento e aprofundamento da cooperação bilateral nos domínios portuário e marítimo, tendo encorajado a utilização de portos dos dois países como instrumento para o desenvolvimento do relacionamento económico.

Cooperação em Assuntos Consulares e de Circulação de Pessoas

8. No plano dos Assuntos Consulares e de Circulação de Pessoas os dois Chefes de Governo:

- Registraram a inauguração do “Mecanismo de Consultas sobre Nacionais no Exterior, Circulação de Pessoas e Outros Temas Consulares”, cuja próxima reunião dar-se-á no Brasil e deverá ter enfoque mais temático, com vista ao aprofundamento de determinadas questões.

- Manifestaram reconhecimento pelas importantes contribuições das duas Comunidades nos respectivos países em diversas esferas da vida académica, comercial e cultural.

- Notaram, com apreço, a cooperação projetada entre os dois países nas seguintes áreas prioritárias: modernização consular e uso de novas tecnologias para melhor servir as Comunidades residentes no estrangeiro; troca de experiências relativamente à forma como os respectivos Governos e Administrações se relacionam com as suas Comunidades no exterior; e ensino e utilização da Língua Portuguesa por suas Comunidades emigradas e descendência. A esse respeito, manifestaram satisfação pelo início da cooperação entre a Chancelaria brasileira e a portuguesa, essa última por meio do Instituto Camões (IC).

- Salientaram a importância do intercâmbio estudantil, destacando a necessidade de que as instituições académicas e os estudantes procedam com a maior brevidade possível aos trâmites migratórios aplicáveis, de modo

a que se evitem demoras para a concessão de vistos, anteriormente verificadas, por parte de suas redes consulares.

- Verificaram a conveniência de comparar mapeamentos das respectivas Comunidades residentes no exterior, de modo a verificar possibilidades de adoção de políticas comuns de apoio aos respectivos nacionais emigrados.

- Expressaram sua satisfação com a aplicação do Acordo de Contratação Recíproca de Nacionais, que atingiu resultados muito positivos, e salientaram que a entrada em vigor do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros de território português permitiu a regularização de um conjunto muito significativo de cidadãos que se encontravam em situação irregular, registrando-se elevados níveis de integração de nacionais brasileiros na sociedade portuguesa.

- Encorajaram a troca de impressões sobre a necessidade de dar continuidade à prática defendida por ambos os Estados de não associação de crimes à nacionalidade dos seus atores, sendo de salientar a reação policial e judicial das autoridades portuguesas e brasileiras que, em conjunto, têm procedido ao desmantelamento de vários grupos criminosos e à adoção de legislação de proteção e apoio à vítima.

- Congratularam-se com os desenvolvimentos do Projeto-Piloto RAPID, designadamente a celebração do Protocolo que garante a cessão do equipamento e respectivo software da parte portuguesa ao Aeroporto de Brasília para concretizar esta iniciativa, verificando-se uma excelente cooperação entre o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal e o Departamento de Polícia Federal do Brasil.

Cooperação em Ciência e Tecnologia

9. No contexto dos assuntos relacionados com a Educação, Ciência e Tecnologia,

Cultura, Juventude e Desporto e Comunicação Social, os dois Chefes de Governo:

- Concordaram com o alargamento do âmbito da cooperação bilateral na área da educação à utilização das tecnologias de informação e de comunicação.

- Recordaram os Protocolos e Memorandos de Entendimento assinados em Outubro de 2009 em Lisboa entre o Ministro português da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministro brasileiro da Ciência e Tecnologia em matéria de Computação distribuída em GRID, de participação conjunta em projetos EUREKA e IBEROEKA, de I&D em Nanotecnologia, de reforço da língua portuguesa na Sociedade da Informação e de apoio à investigação em Ciências Sociais e Humanas na CPLP, encorajando sua implementação.

- Tomaram nota, com apreço, da organização de um Seminário conjunto na área da Nanotecnologia, na sede do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), no Rio de Janeiro, de 14 a 16 de Julho próximo, que envolverá visitas ao Laboratório Nacional de Luz Síncrotron (LNLS), em Campinas, e ao Instituto Nacional de Metrologia, Padronização e Controle de Qualidade (INMETRO), no Rio de Janeiro, com vista a subsidiar o lançamento de editais conjuntos na área da nanociência e da nanotecnologia em 2011.

- Encorajaram a exploração de opções de associação direta de instituições brasileiras de CT&I com o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (INL), sediado em Braga.

- Registraram, com satisfação, as novas possibilidades de cooperação para formação avançada e pesquisa conjunta nas áreas de hidrocarbonetos em águas profundas.

- Expressaram também interesse de estudar a possibilidade de cooperação em pesquisa científica no Atlântico Sul.

- Notaram, com apreço, o interesse em ativar, logo que possível, a Comissão Mista

prevista no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, assinado entre os dois países em Lisboa em 5 de Maio de 1986.

- Acolheram, com agrado, a proposta brasileira de organizar um Congresso de Cultura da Língua Portuguesa, cuja primeira edição deverá ser realizada no Rio de Janeiro em Novembro de 2010, com o objetivo da promoção e afirmação internacional do idioma nas várias vertentes culturais. Registraram o interesse de que a segunda edição tenha lugar em Portugal em 2012.

- Acordaram na realização, em 2012, em conjunto e simultâneo do Ano do Brasil em Portugal e do Ano de Portugal no Brasil.

- Comprometeram-se a fortalecer o intercâmbio nas diversas áreas da cultura, nomeadamente através da criação de novos prêmios, realização de residências artísticas, incentivos à mobilidade de artistas e outros profissionais de cultura e implementação de programas de cooperação, sempre que possível no âmbito da CPLP.

- Expressaram sua satisfação com a colaboração entre o Instituto dos Museus e da Conservação (IMC) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desejando ampliá-la no âmbito do Programa IBERMUSEUS, e congratularam-se pela cooperação desenvolvida entre o IGESPAR e o IPHAN, manifestando interesse em aprofundá-la nos campos do patrimônio material e imaterial.

- Mostraram satisfação pelo apoio que o Ministério da Cultura do Brasil dará ao novo filme de Manoel de Oliveira, a ser anunciado pelo respectivo Ministro no Festival de Cannes, em evento de homenagem ao cineasta português.

- Congratularam-se pela escolha do Brasil para a organização do Campeonato do Mundo de Futebol em 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016, no Rio de Janeiro, tendo Portugal disponibilizado a partilha das suas

experiências no domínio da organização e segurança de eventos desportivos.

- Encorajaram o diálogo sobre o desenvolvimento do Projeto CPLP-TV, especialmente quanto à formação de uma agência para difusão de informação e conteúdos da língua portuguesa.

10. Os dois Chefes de Governo congratularam-se com os excelentes resultados da X Cimeira Portugal-Brasil e sublinharam o excelente nível do diálogo político e setorial, a atualidade da agenda e a projeção futura da cooperação bilateral, manifestando o seu compromisso em continuar a trabalhar para a dinamização e o aprofundamento de um relacionamento próprio de países e povos irmãos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA A PORTUGAL - LISBOA,
19 DE MAIO DE 2010
19/05/2010

I - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA REPÚBLICA PORTUGUESA NO
ÂMBITO DOS ASSUNTOS JURÍDICOS
INTERNACIONAIS

II - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
NO DOMÍNIO DA LUTA CONTRA
A DOPAGEM ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL, O GOVERNO DA REPÚBLICA
PORTUGUESA E A AGÊNCIA MUNDIAL
ANTIDOPAGEM

III - MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DA CIÊNCIA
E TECNOLOGIA DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO

DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA PARA O LANÇAMENTO DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO AVANÇADA E INVESTIGAÇÃO CONJUNTA NO SECTOR DA PESQUISA E PRODUÇÃO DE HIDROCARBONETOS EM ÁGUAS PROFUNDAS NA BACIA DO ATLÂNTICO

IV-MEMORANDODEENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA PARA A PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO

V - PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO E O MINISTÉRIO DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE – SEA, EM ESPECIAL NAS ÁREAS DE SANEAMENTO E RESÍDUOS URBANOS

VI CÚPULA AMÉRICA LATINA E CARIBE – UNIÃO EUROPEIA - MADRI, 18 DE MAIO DE 2010 - DECLARAÇÃO CONJUNTA

19/05/2010

(Tradução não-oficial)

“Rumo a uma nova etapa na parceria birregional: inovação e tecnologia em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social”

1. Nós, Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, América Latina e Caribe, o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente da Comissão, reunimo-nos em Madri em 18 de maio de 2010 para reafirmar nosso compromisso de continuar promovendo e reforçando nossa Parceria Estratégica

Birregional, baseada em nossos princípios, valores e interesses comuns. Para esse fim, comprometemo-nos a reforçar nosso diálogo e cooperação nas áreas prioritárias que definimos conjuntamente nas cinco Cúpulas anteriores, desde a do Rio de Janeiro em 1999, enfatizando na presente Cúpula a inovação e a tecnologia em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

I. Sócios para enfrentar conjuntamente os desafios globais

2. A fim de promover a paz e a segurança, a liberdade, a democracia, o Estado de Direito, os direitos humanos e a prosperidade, reiteramos nosso compromisso com o multilateralismo, em particular no marco do sistema das Nações Unidas. Nesse contexto, intensificaremos nossos esforços, tanto no plano subregional quanto no plano birregional, para definir os interesses comuns e, sempre que possível, coordenar posições e atuações nas organizações e foros multilaterais dos quais nossos países são partes. Para continuar a promover um sistema multilateral eficaz, continuamos dispostos a cooperar para a reforma das Nações Unidas, com o objetivo de reforçar sua capacidade para enfrentar os muitos desafios apresentados pelo novo milênio. Reconhecemos a necessidade de prosseguir com a reforma geral dos organismos principais dessa organização, entre os quais a Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social e o Conselho de Segurança, a fim de aumentar a representatividade, a transparência e a eficácia do sistema.

3. Reiteramos nosso apoio ao desarmamento nuclear e à não-proliferação. Comprometemo-nos a dar continuidade a nossos esforços comuns para o êxito da VIII Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

4. Comprometemo-nos igualmente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Tratado sobre o Comércio de Armas, que será

realizada de maneira aberta e transparente, sobre a base do consenso, com vistas a alcançar um tratado forte e sólido.

5. Reafirmamos nosso compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e com a Declaração e Plano de Ação de Viena de 1993, assim como com a defesa e proteção dos direitos humanos universais, e ressaltamos nossa disposição de cooperar para alcançar o objetivo comum de atingir os mais altos níveis de direitos humanos. Ademais, enfatizamos nosso desejo mútuo de ampliar nossa coordenação em foros como o Conselho de Direitos Humanos de Genebra e a Terceira Comissão da Assembleia-Geral das Nações Unidas em Nova York.

Reconhecemos os esforços relacionados com a moratória do uso da pena de morte.

6. Reafirmamos nosso compromisso de combater a impunidade, em particular no que diz respeito aos crimes mais graves do Direito Internacional, especialmente aqueles previstos no Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI). A fim de que esses crimes sejam submetidos à ação da Justiça, deverão ser adotadas medidas de âmbito nacional ou outro âmbito adequado e deverá ser intensificada a cooperação internacional. Convidamos aqueles países que não são Partes a contemplar a possibilidade de ratificar ou de aderir, conforme o caso, ao Estatuto de Roma. Saudamos a realização da próxima Conferência de Revisão do Tribunal Penal Internacional, que se celebrará em Kampala, Uganda, de 31 de maio a 11 de junho de 2010.

7. Reiteramos nosso compromisso com os objetivos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, reafirmamos nossa decisão de apoiar todos os esforços para defender a igualdade soberana de todos os Estados, respeitar sua integridade territorial e independência política, abstermo-nos, em nossas relações internacionais da ameaça ou do

uso da força em contradição com os objetivos e princípios das Nações Unidas, e defender a solução de controvérsias por meios pacíficos e em conformidade com os princípios da Justiça e do Direito Internacional.

Rejeitamos com firmeza todas as medidas coercitivas de caráter unilateral e efeito extraterritorial que sejam contrárias ao Direito Internacional e às normas conjuntamente acordadas do livre comércio. Coincidimos em que esse tipo de prática representa uma ameaça grave para o multilateralismo. Nesse contexto, e em referência à resolução A/RES/64/6 da Assembleia-Geral das Nações Unidas, reafirmamos nossas posições já conhecidas sobre a aplicação das disposições extraterritoriais da Lei Helms-Burton.

8. Estamos decididos a intensificar nossa cooperação para enfrentar as consequências mundiais da crise econômica e financeira e evitar que volte a produzir-se uma crise dessa natureza, em consonância com os resultados da Conferência das Nações Unidas sobre a crise econômica e financeira mundial e seu impacto sobre o desenvolvimento (22 e 23 de junho de 2009), levando em conta, ademais, os objetivos estabelecidos pelo G-20 e pelos foros regionais adequados. Continuaremos a nos esforçar para aplicar políticas macroeconômicas e financeiras concebidas para evitar futuras crises financeiras com suas consequências econômicas e financeiras, fomentar um crescimento econômico mundial equilibrado e sustentável, restabelecer a confiança e estabilizar os mercados financeiros mundiais. Sublinhamos a importância de reforçar a ajuda às pessoas mais vulneráveis e pobres.

Nesse contexto, reafirmamos nosso compromisso de trabalhar juntos rumo a uma nova arquitetura financeira internacional, incluindo a reforma das instituições financeiras internacionais, dando maior voz e direitos de voto aos países em desenvolvimentos ou em

transição ora subrepresentados, e realizando ao mesmo tempo reformas em matéria de governança desvinculada de quotas. Também reafirmamos nosso compromisso de reformar o marco regulatório e de supervisão financeira internacional, para garantir a estabilidade e a solvência de nossos sistemas financeiros.

9. Recordamos o 30o aniversário da adoção da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, assim como o 15o aniversário da adoção da “Declaração e Plataforma de Ação de Pequim” (Pequim + 15) e ressaltamos a importância da igualdade entre os sexos e a emancipação das mulheres, aumentando sua participação nas atividades políticas, sociais e econômicas e enfrentando as consequências negativas que a crise financeira internacional acarreta para sua situação.

Nesse mesmo sentido, condenamos firmemente qualquer tipo de violência de gênero, e reconhecemos a necessidade de adotar todas as medidas necessárias para preveni-la e erradicá-la. Reconhecemos a necessidade de integrar as questões de gênero em todos os aspectos da atividade internacional, incluindo a mudança do clima. A esse respeito, estamos comprometidos a cooperar com vistas a desenvolver o futuro diálogo.

10. Manifestamos nossa intenção de aumentar a coerência e a eficácia de nossas políticas de cooperação para o desenvolvimento e de alcançar o objetivo de 0,56% em 2010 e o de uma proporção entre ajuda oficial ao desenvolvimento e renda nacional bruta de 0,7% na UE para 2015, tal como consagrado no Consenso de Monterrey e na Declaração da Cúpula de Viena. Os Estados Membros que aderiram à UE depois de 2002 farão um esforço para aumentar essa proporção para 0,33% em 2015. Nesse sentido, reconhecemos a importância de colaborar na sessão plenária de alto nível das Nações Unidas sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio,

que se celebrará em setembro de 2010, a fim de alcançar resultados práticos para atingir esses Objetivos até 2015. Reconhecemos, ademais, os progressos significativos realizados em nível regional para alcançar esses Objetivos.

11. Reiteramos nosso compromisso de dar especial atenção aos países de menor desenvolvimento relativo, países em desenvolvimento sem litoral marítimo e pequenos países insulares em desenvolvimento.

12. Expressamos nosso compromisso de evitar o protecionismo em todas as suas formas. Continuamos determinados a favorecer um sistema comercial multilateral aberto e não discriminatório, baseado em normas, e a respeitar plenamente suas disciplinas, e reconhecemos sua contribuição para promover a recuperação da crise econômica, assim como o crescimento e o desenvolvimento, conforme o princípio do tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento, quando apropriado. No que se refere ao programa atual de negociação da OMC, reiteramos nosso compromisso de coordenar esforços para a obtenção de uma conclusão rápida, ambiciosa, plena, e equilibrada da Rodada Doha.

13. Reconhecemos o princípio do direito soberano dos Estados para administrar e regulamentar seus recursos naturais. Deverão ser levados em consideração critérios de sustentabilidade.

Consideramos que são essenciais para a erradicação da pobreza e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio a diversificação e a complementaridade das matrizes energéticas, mediante a promoção das energias renováveis, assim como de uma maior eficiência energética e maior economia energética em todos os setores da economia, inclusive o transporte, as mudanças nos modelos atuais de consumo e produção, a melhora da interconectividade regional da

energia e o acesso dos indivíduos aos serviços de energia.

Intercambiaremos experiências em matéria de tecnologias, normas e regulamentos sobre biocombustíveis, sobre energia hidroelétrica e outras formas de energia.

14. Reconhecemos nosso interesse comum em melhorar a eficiência energética e reduzir a intensidade das emissões de gases de efeito estufa em atividades de produção e consumo em nossos países, em consonância com os compromissos internacionais existentes, para enfrentar os desafios econômicos, sociais, meio ambientais e outros desafios acarretados pela mudança do clima. Além disso, sublinhamos a importância de estratégias de desenvolvimento sustentável com baixa emissão de gases de efeito estufa, para o crescimento e o desenvolvimento, que sirvam para orientar e aplicar as medidas e ações de adaptação e mitigação. Reforçaremos a confiança entre nossas regiões sobre as questões de mudança do clima, e intensificaremos nossa cooperação, com base nos compromissos contraídos em virtude da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (CQNUCC).

15. Após a COP 15 em Copenhague e trabalhando conjuntamente com vistas à COP 16 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Câmbio Climático (CQNUCC), reconhecendo as visões científicas sobre o limite de aumento geral da temperatura e baseando-se nos progressos realizados até o momento no processo multilateral formal, por meio da CQNUCC e do Protocolo de Kioto, manifestamos nosso apoio ao México e aos seus esforços para obter, mediante um processo de negociação transparente e inclusivo, rumo a um acordo abrangente, ambicioso, eficaz e juridicamente vinculante, destinado a reduzir e limitar as emissões de gases de efeito estufa para alcançar o objetivo final da CMNUCC, levando em consideração

o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das capacidades respectivas.

16. Tomamos nota da realização de eventos organizados para promover o debate sobre mudança do clima, como a Conferência sobre Mudança Climática que se realizou em Cochabamba, cujas conclusões foram enviadas para a CMNUCC, e o Diálogo para Ação Progressiva que se realizou em Cartagena.

17. Estamos decididos a redobrar nossos esforços no marco do Convênio sobre a Diversidade Biológica para a conservação e uso sustentável da biodiversidade e continuaremos nossos esforços para reduzir significativamente a perda de biodiversidade, tendo presentes os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e a contribuição da biodiversidade para a erradicação da pobreza. Manifestamos nossa determinação de fazer o possível para adotar um plano estratégico eficaz e objetivo para o período posterior a 2010, que inclua objetivos mensuráveis, alcançáveis e realistas, na 10ª Conferência das Partes no Convênio sobre a Diversidade Biológica (COP 10). Reafirmamos, igualmente, nosso empenho em concluir com êxito as negociações sobre um regime jurídico internacional sobre acesso aos recursos genéticos e participação nos benefícios (ABS) na COP 10. Ansiamos por alcançar um acordo sobre o eventual estabelecimento de uma plataforma intergovernamental sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos (PIBSE) na terceira e última reunião ad hoc que se celebrará em Busan, República da Coreia, em junho de 2010.

18. Manifestamos nossa determinação de contribuir de forma positiva para a constituição de um Comitê Negociador Intergovernamental do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, e para a elaboração de um instrumento juridicamente vinculante sobre o

mercúrio, cuja primeira reunião terá lugar em Estocolmo de 7 a 11 de junho de 2010.

19. Reafirmamos que toda cultura tem direito a existir e a preservar seu próprio patrimônio cultural. Nessa perspectiva, o diálogo intercultural deveria fomentar o entendimento mútuo, salvaguardar a diversidade e a identidade cultural, promovendo, simultaneamente, o desenvolvimento de indústrias culturais.

20. Intensificaremos nossa cooperação em relação com os desafios causados pelo terrorismo, o crime organizado transnacional, a corrupção, o tráfico ilegal de armas e munições, o problema mundial das drogas e o tráfico de armas relacionado com elas, a lavagem de dinheiro, o tráfico de seres humanos, especialmente de mulheres e crianças, e a introdução ilegal de imigrantes.

Expressamos nossa preocupação pela violência cada vez maior relacionada, em alguns casos, com organizações criminosas envolvidas com o tráfico de drogas, e defendemos medidas para impedir que essas organizações possam adquirir os meios para prosseguir suas atividades, as quais podem afetar a sociedade civil bem como as autoridades policiais.

Rechamos firmemente o terrorismo em todas suas formas e manifestações e reafirmamos que, seja qual for sua origem ou sua motivação, não há nenhuma razão que possa justificá-lo. Reiteramos, ademais, nosso empenho em prevenir, combater e eliminar o terrorismo e seu financiamento por meio da cooperação mais ampla possível.

Nossa cooperação para combater todos esses problemas deverá ser implementada com pleno respeito aos direitos humanos e ao Estado de Direito, em conformidade com o Direito Internacional.

21. Apoiamos a cooperação em matéria de paz e segurança com o objetivo de fortalecer o papel das Nações Unidas nesse

âmbito, incluindo prevenção de conflitos e administração de crises. Desenvolveremos nosso diálogo birregional nessa área.

II. Reforçar nossa parceria birregional

22. Congratulamo-nos pelos avanços alcançados em nossa Parceria Estratégica. Comprometemo-nos a continuar reforçando essa parceria com o objetivo de aprofundar o diálogo político e a integração regional, promover a inclusão e a coesão social, bem como intensificar as relações bilaterais entre os países de ambas as regiões.

23. Em particular, expressamos nossa satisfação pelos os seguintes avanços:

- Colômbia e Peru – UE: conclusão das negociações para Acordo Comercial Multi-Partes.

- América Central – UE: conclusão das negociações de Acordo de Associação.

- CARIFORUM - UE: renovado diálogo político regional, lançado em 23 de março de 2010, em Kingston, Jamaica, e progresso rumo ao estabelecimento de uma nova Estratégia Conjunta Caribe - UE.

- III Cúpula UE-Brasil no marco da Parceria Estratégica Brasil-UE.

- V Cúpula UE-México e adoção do Plano Executivo conjunto no marco da Associação Estratégica UE-México

- IV Cúpula UE-Chile e estabelecimento da Associação UE-Chile para o Desenvolvimento e Inovação

24. Negociações MERCOSUL - UE: recordamos a importância das negociações recentemente relançadas com vistas a alcançar um Acordo de Associação ambicioso e equilibrado entre as duas regiões.

25. Manifestamos nossa satisfação pela decisão adotada pelos Chefes de Estado ou de Governo de América Latina e os países do Caribe de criar a Comunidade dos Estados Latino-americanos e do Caribe, como primeira decisão da Declaração Presidencial da “Cúpula da Unidade da América Latina e

do Caribe” celebrada em Cancun em 23 de fevereiro de 2010. Expressamos, igualmente, nosso apoio à República Bolivariana da Venezuela e à República do Chile em suas tarefas de organizar, respectivamente, as Cúpulas da CALC e do Grupo do Rio, em 5 de julho de 2011 na Venezuela e em 2012 no Chile, comprometidos com um verdadeiro avanço rumo à consolidação da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe.

26. Reafirmamos nosso compromisso de contribuir, no longo prazo e com nossa máxima capacidade, para os esforços conjuntos empreendidos em favor do povo do Haiti e para a recuperação e reconstrução do país e de suas instituições, segundo as prioridades e as necessidades mais fundamentais do povo e do Governo do Haiti. Expressamos nossa confiança de que a recente catástrofe natural converta-se em uma oportunidade de “reconstruir melhor”, e também para promover progresso econômico e social em geral, em conformidade com o Plano de Ação para Reconstrução Nacional e Desenvolvimento daquele país. Nesse contexto, confiamos no êxito da Conferência de Santo Domingo, a ser realizada em 2 de junho de 2010.

27. Manifestamos igualmente nosso propósito de reforçar a cooperação para prevenir e administrar os efeitos das catástrofes naturais. Reconhecemos a importância das redes e infra-estruturas de TIC, em situações de catástrofe natural e como instrumentos para a prevenção e a gestão dessas catástrofes.

28. Em seguimento aos compromissos que assumimos em Lima, em 2008, manifestamos nossa satisfação pelo início, em 30 de junho de 2009, do Diálogo Estruturado e Abrangente UE-ALC sobre Migrações e apoiamos os princípios e a plena implementação de sua agenda, conforme acordado no documento “Bases para a Estruturação do Diálogo ALC-UE”, adotado naquela ocasião. Esse

Diálogo tem o objetivo de, por meio de uma abordagem multidimensional, alcançar uma melhor compreensão das realidades da migração e promover o efetivo gozo e proteção dos direitos humanos para todos os migrantes em ambas as regiões, assim como identificar desafios e áreas de interesse mútuo que requeiram soluções comuns e cooperação prática e concreta sobre assuntos específicos, como aqueles especificados no Plano de Ação.

No contexto de nosso Diálogo, deveremos abordar também medidas para combater o tráfico de seres humanos, o contrabando de migrantes e para assistir as vítimas. Expressamos, igualmente, nossa preocupação com todas as práticas baseadas na intolerância e no preconceito racial.

29. A parceria estratégica ALC-UE deverá desempenhar um papel chave nas negociações futuras sobre a mudança do clima e a biodiversidade. A esse respeito, iniciamos um Diálogo ALC-UE sobre Mudança do Clima e Meio Ambiente baseado nos compromissos relevantes da “Agenda de Lima para o Desenvolvimento Sustentável: Meio Ambiente; Mudança do Clima; Energia”, assim como sobre biodiversidade, que pretendemos alcançar. No contexto do Diálogo foi enfatizada a importância de avançar na implementação da Agenda de Lima. Manifestamos nosso respaldo político para explorar iniciativas inovadoras nesse sentido.

30. Estamos comprometidos com a promoção de estratégias integradas assim como políticas públicas, inclusive proteção social e políticas fiscais, destinadas a erradicar a pobreza e reduzir a desigualdade e a exclusão social. Encorajamos a incorporação dos jovens a postos de trabalho decentes, dignos e produtivos e o estabelecimento de sistemas educativos e de formação profissional que respondam às necessidades do mercado de

trabalho, aos objetivos de desenvolvimento e abordem e que possam prevenir o desemprego de longa duração.

31. Congratulamo-nos pelo papel ativo desempenhado pelo Conselho Econômico e Social Europeu e pelos organismos respectivos da América Latina e Caribe.

32. Intensificaremos nossa cooperação birregional existente para combater o problema mundial das drogas, de acordo com o princípio da responsabilidade comum e compartilhada. Nesse contexto, congratulamo-nos pela Declaração de Madri, adotada na XII Reunião de Alto Nível do Mecanismo de Coordenação e Cooperação em matéria de Drogas entre a América Latina e Caribe e a União Europeia, América Latina e Caribe, realizada em Madri, em 26 e 27 de abril de 2010.

33. Celebramos a criação pela UE de um novo Mecanismo de Investimento na América Latina, cujo objetivo principal é servir de alavanca para mobilizar novos fundos de apoio ao investimento na América Latina, que ajudem a avançar nos âmbitos prioritários. Ao mesmo tempo, esperamos com interesse a criação de um Fundo Caribenho para Infraestruturas. Essas iniciativas aumentarão a capacidade de financiar projetos nos setores chave da região da América Latina e Caribe.

34. Em seguimento à iniciativa adotada na Cúpula de Lima, decidimos criar uma Fundação ALC-UE, cujos Termos de Referência recebemos. Essa Fundação foi concebida como um instrumento útil para fortalecer nossa parceria birregional e para suscitar o debate sobre estratégias e ações comuns, assim como para aumentar sua visibilidade.

35. Tomamos nota das resoluções da Assembleia Parlamentar Euro-Latino-americana (Eurolat) e a convidamos a continuar fortalecendo sua atuação em benefício de ambas as regiões.

36. Expressamos nossa satisfação pelas reuniões e atividades que foram realizadas entre as Cúpulas de Lima e de Madri, assim como por sua contribuição em questões que formam parte da agenda birregional, assim como por todas as iniciativas de seguimento aos nossos compromissos. Agradecemos a todos os países da UE e da América Latina e Caribe que sediaram e apoiaram essas reuniões.

37. Buscamos atingir resultados concretos e maior valor agregado em nosso diálogo birregional, estendendo seu alcance a novas áreas de interesse comum, conforme exposto no Plano de Ação conjunto que adotamos hoje. O principal objetivo desse Plano de Ação é elaborar programas e iniciativas de cooperação birregional, inclusive a cooperação sul-sul e a cooperação triangular. Isso supõe selecionar os âmbitos prioritários sobre os quais trabalhar no futuro, inclusive setores como ciência, pesquisa, inovação e tecnologia; desenvolvimento sustentável; meio ambiente, mudança do clima; biodiversidade; energia; integração regional e interconectividade para promover a inclusão e coesão sociais; migrações; educação e emprego para promover a inclusão e coesão sociais; e o problema mundial das drogas.

III. Promover a inovação e a tecnologia em escala birregional em prol do desenvolvimento sustentável e da inclusão social

38. Conscientes do papel chave desempenhado pela ciência, tecnologia e inovação para alcançar um desenvolvimento sustentável e a inclusão social, graças à apropriação social do conhecimento, assim como os benefícios comuns trazidos pela cooperação em melhora de capacidades, os programas de pesquisa e as atividades de transferência de tecnologia, graças às redes temáticas de melhoria da inovação e aumento da competitividade, ao fomento da independência em ciência e tecnologia e da

promoção de uma maior integração da ciência e da tecnologia na América Latina, Caribe e UE, acordamos dar prioridade à cooperação birregional e triangular, assim como às atividades nesses âmbitos, especialmente para permitir que os países que não participam ou que participam de forma reduzida dos programas europeus possam ter acesso às possibilidades de cooperação.

39. Decidimos, igualmente, reforçar o diálogo sobre ciência, tecnologia e inovação em nível ministerial e de altos funcionários encarregados de ciência e tecnologia da UE e da América Latina e Caribe, para poder garantir a atuação e a supervisão das prioridades e dos instrumentos comuns, levando em conta os interesses e as diferenças entre as regiões e em cada uma delas, a fim de consolidar um entorno favorável para a inovação social e tecnológica em todas as nossas sociedades.

40. Plenamente comprometidos com as prioridades e com a decisão adotada nas Cúpulas anteriores entre a ALC-UE de criar um “Espaço ALC-UE do Conhecimento”, concordamos sobre o desenvolvimento e a implementação da Iniciativa Conjunta de Pesquisa e Inovação ALC-UE, adotada no Foro ministerial ALC-UE sobre ciência e tecnologia realizado em Madri em 13 e 14 de maio de 2010. A Iniciativa baseia-se em uma série de ações novas e pre-existentes, que combina diferentes tipos de instrumentos em nível nacional, regional e birregional, de maneira complementar e coordenada em prol dos objetivos da Iniciativa. A Iniciativa situa a cooperação científica e tecnológica em uma estreita coordenação com as ações de educação superior e de inovação. Espera-se que crie condições para melhorar a interface entre pesquisa e inovação e para facilitar a transferência de tecnologia e a adaptação em formatos acessíveis para as microempresas e as Pequenas e Médias Empresas, mediante “Centros de Conhecimento e Inovação”, a

participação no Programa marco europeu de investigação, a abertura paulatina dos programas nacionais de pesquisa, a interconectividade entre infra-estruturas de pesquisa, e promovendo a cooperação na constituição de capacidades humanas e institucionais.

41. A fim de atingir esses objetivos, o Plano de Ação Conjunto mencionado acima, no que se refere à pesquisa, tecnologia e inovação, inclui a implementação da Iniciativa Conjunta de Pesquisa e Inovação, assim como outras atividades birregionais em relação com a pesquisa, desenvolvimento e inovação.

42. Congratulamo-nos especialmente com o fato de que a VII Cúpula ALC-UE será realizada no Chile em 2012 e aceitamos com prazer o convite para dela participar.

43. Agradecemos à Espanha e à cidade de Madri por sediar a VI Cúpula ALC-UE.

VISITA AO BRASIL DO PRÍNCIPE
HERDEIRO DA BÉLGICA – SÃO PAULO,
RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 15 A 21
DE MAIO DE 2010
20/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebe, hoje, em visita de cortesia, o Príncipe Philippe da Bélgica, que chefia missão empresarial ao Brasil, com interesse nos setores de infraestrutura e logística, de transportes, de energia, químico-farmacêutico e do agronegócio, entre outros.

O programa do Príncipe Philippe no Brasil inclui encontros com o Governador de São Paulo, Alberto Goldman; com o Governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e com o Prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Inclui, ainda, visitas à UNICA, à FIESP, à Fiocruz, e encontro com o Presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Bélgica evoluiu de US\$ 2,4 bilhões, em 2002, para mais de US\$ 6 bilhões, em 2008 -

o que representou aumento de 150%. Em 2009, totalizou US\$ 4,2 bilhões. A Bélgica mantém expressivos investimentos no Brasil.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DO SENEGAL, MADICKÉ NIANG –
BRASÍLIA, 21 DE MAIO DE 2010
20/05/2010

A convite do Ministro Celso Amorim, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Senegal, Madické Niang, realizará visita ao Brasil no dia 21 de maio. Esta é sua primeira viagem ao Brasil.

Após encontro de trabalho com o Ministro Celso Amorim, o Ministro Madické Niang será homenageado com almoço no Palácio Itamaraty. Por ocasião da visita, será assinado Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre os dois países.

O Chanceler senegalês manterá, ainda, encontros com o Ministro da Defesa, Nelson Jobim, e com o Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), José Gerardo Fontelles. Além disso, a delegação técnica que acompanha o Ministro Niang participará de reuniões com representantes da Petrobras, da ANAC, da EMBRAPA e do MAPA.

Em 2009, as trocas comerciais entre Brasil e Senegal atingiram US\$ 136 milhões.

ENTREGA DE CARTA DO IRÃ AO
DIRETOR-GERAL DA AIEA
24/05/2010

O Governo brasileiro expressa a sua satisfação com o fato de o Irã ter notificado hoje, 24 de maio, por meio de carta entregue ao Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA),

seu compromisso com os termos da Declaração Conjunta Irã, Turquia e Brasil, assinada em Teerã no último dia 17 de maio (Declaração de Teerã).

A entrega da carta foi acompanhada pelo Encarregado de Negócios da Missão do Brasil junto à AIEA e pelo representante turco junto à Agência. Com a notificação formal, cumpriu-se o previsto no parágrafo 6 da Declaração de Teerã.

O Governo brasileiro manifesta a expectativa de que esse primeiro passo para a implementação da Declaração de Teerã ajude a construir um ambiente de confiança e contribua para uma solução negociada sobre a questão do programa nuclear iraniano.

VISITA DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO
LULA DA SILVA À ARGENTINA -
BUENOS AIRES, 25 DE MAIO DE 2010
24/05/2010

A convite da Presidenta Cristina Fernández de Kirchner, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizará visita à Argentina, em 25 de maio, para participar das comemorações do Bicentenário da Revolução de Maio de 1810 em Buenos Aires.

Entre outros eventos, o Presidente Lula assistirá à inauguração da Galeria de Patriotas Latinoamericanos na Casa Rosada e ao desfile cívico-militar de 25 de maio, do qual participará pelotão de regimento histórico do Exército brasileiro.

AFUNDAMENTO DE CORVETA DA
REPÚBLICA DA COREIA
25/05/2010

O Governo brasileiro recebeu, com grande preocupação, relatório de investigação apresentado pelo Governo da República da Coreia sobre as causas do afundamento, no dia 26 de março passado, da corveta “Cheonan”,

o qual resultou na morte de 46 membros de sua tripulação.

O Governo brasileiro lamenta profundamente o episódio, que potencialmente pode constituir uma ameaça à paz na região, e se solidariza com o Governo coreano e com as famílias das vítimas pelas irreparáveis perdas sofridas.

O Governo brasileiro continua a acompanhar atentamente a questão e conclama as partes envolvidas a absterem-se de quaisquer atos que ponham em risco a estabilidade da Península Coreana.

VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA TURQUIA, RECEP
TAYYIP ERDOGAN – SÃO PAULO,
BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO, 26 A 29
DE MAIO DE 2010
25/05/2010

O Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, realizará visita ao Brasil de 26 a 29 de maio, acompanhado do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ahmet Davutoglu, e do Ministro do Comércio Exterior, Zafer Caglayan, além de expressiva delegação empresarial.

No dia 26, em São Paulo, o Primeiro-Ministro da Turquia visitará a EMBRAER e a FIESP; inaugurará o Consulado-Geral da Turquia; e se encontrará com representantes da comunidade turca. Participará, ainda, do encerramento do Fórum Empresarial Brasil-Turquia.

No dia 27, em Brasília, o Primeiro-Ministro Erdogan será recebido pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Deverão ser discutidos temas da agenda bilateral, bem como questões regionais e assuntos de interesse comum da agenda internacional. Na ocasião, serão assinados, além do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Turquia, atos bilaterais de

cooperação nas áreas aduaneira, agrícola, sanitária e fitossanitária, bem como acordo para evitar a dupla tributação.

No dia 28, no Rio de Janeiro, o Primeiro-Ministro da Turquia participará da abertura do III Fórum da Aliança de Civilizações e visitará a PETROBRÁS.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Turquia passou de US\$ 268 milhões, em 2002, para US\$ 1,15 bilhão, em 2008, o que representou um crescimento de 330%. O fluxo comercial bilateral foi pouco afetado pelos efeitos da crise financeira internacional e, em 2009, manteve-se pouco acima do patamar de US\$ 1 bilhão.

GUIA DO TORCEDOR BRASILEIRO
25/05/2010

O Itamaraty lançou hoje o “Guia do Torcedor Brasileiro para a Copa do Mundo da África do Sul”. Trata-se de cartilha que contém informações e recomendações destinadas aos brasileiros que viajarão para assistir ao campeonato mundial de futebol.

Além da Embaixada em Pretória e do Consulado-Geral na Cidade do Cabo, o Ministério das Relações Exteriores montará escritórios consulares temporários para atendimento ao torcedor nas cidades onde a seleção brasileira jogará: Joanesburgo, Durban e Port Elizabeth. O escritório consular de Joanesburgo, cidade em que a seleção fará a sua estréia, funcionará na Casa do Brasil, onde estarão concentradas as agências do Governo brasileiro.

A versão eletrônica da cartilha está disponível no endereço eletrônico http://www.portalconsular.mre.gov.br/informacoes-gerais/28_05_guia_copa_2010.pdf.

Também será distribuída pelas principais operadoras de pacotes turísticos para a Copa do Mundo e pelos centros de atendimento na

África do Sul.

III FÓRUM MUNDIAL DA ALIANÇA DE
CIVILIZAÇÕES – RIO DE JANEIRO, 27 A
29 DE MAIO DE 2010
27/05/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará, no dia 28 de maio, do III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, a realizar-se no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de 27 a 29 de maio. Com o tema “Interligando Culturas, Construindo a Paz”, o Fórum do Rio de Janeiro dá seguimento aos de Madri (2008) e Istambul (2009).

A Aliança de Civilizações é uma iniciativa, no âmbito das Nações Unidas, que busca mobilizar a opinião pública em todo o mundo para superar preconceitos e percepções equivocadas que, muitas vezes, levam a conflitos entre Estados e comunidades heterogêneas. Participarão do Fórum cerca de 3.000 pessoas, entre Chefes de Estado ou de Governo, Ministros de Estado e representantes governamentais ou de organizações internacionais.

A sessão inaugural, presidida pelo Presidente Lula, contará com a participação do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon; do Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Tayyip Erdogan; do Alto-Representante das Nações Unidas para a Aliança de Civilizações, o ex-Presidente português Jorge Sampaio; e da Xeica Mozah, do Catar, anfitriã do próximo Fórum, em 2011.

A programação do Fórum divide-se em diversas sessões temáticas, entre elas Sessão Especial sobre o Haiti, que contará com a participação do Primeiro-Ministro haitiano, Jean-Max Bellerive, e do Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas no Haiti, Edmond Mullet.

BRASIL E EUA AMPLIAM VALIDADE DE
VISTO PARA 10 ANOS
27/05/2010

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil têm a satisfação de anunciar a concessão recíproca de vistos com validade de 10 anos para viagens de turismo e de negócios. Essa mudança entra em vigor nesta sexta-feira, 28 de maio de 2010. Anteriormente, a validade máxima desses vistos era de cinco anos.

Além disso, Brasil e Estados Unidos decidiram eliminar as taxas cobradas para a concessão de vistos de viagens de negócios, de estudante e de intercâmbio/professores visitantes.

A taxa de solicitação de visto continuará sendo cobrada de toda pessoa que solicitar qualquer tipo de visto, incluindo visto de turismo e de negócios. Para consultar essas taxas favor acessar:

<http://www.embaixadaamericana.org.br/index.php?action=materia&id=9007&submenu=21&itemmenu=21>

Para outras informações sobre vistos para viajar para os EUA:

www.embaixadaamericana.org.br/index.php?itemmenu=38&submenu=11&action=visa.php

Para mais informações sobre vistos e custos dos vistos para viajar para o Brasil, favor consultar as páginas dos Consulados do Brasil no exterior.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRIMEIRO-
MINISTRO DA TURQUIA, RECEP TAYYIP
ERDOĞAN – 27 DE MAIO DE 2010
27/05/2010

I - ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA
TURQUIA SOBRE ASSISTÊNCIA MÚTUA
ADMINISTRATIVA EM MATÉRIA ADUANEIRA

II - ACORDO ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA TURQUIA SOBRE INTERCÂMBIO DE DIPLOMATAS

III-MEMORANDODEENTENDIMENTO ENTREOMINISTÉRIODAAGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ASSUNTOS RURAIS DA REPÚBLICA DA TURQUIA SOBRE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA

PLANO DE AÇÃO DA PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DA TURQUIA

27/05/2010

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República da Turquia,

Considerando os antigos laços de amizade e as relações diplomáticas entre o Brasil e a Turquia;

Reafirmando a importância de seu compromisso com os princípios democráticos, os direitos humanos e as liberdades fundamentais, o Estado de Direito, a economia de mercado, a justiça social, assim como a responsabilidade ambiental;

Reiterando sua disposição de atuar de forma coordenada com vistas ao reforço do multilateralismo, à preservação da paz e da segurança internacional, ao desarmamento e à não-proliferação, ao diálogo intercultural e ao desenvolvimento sustentável;

Enfatizando o interesse mútuo em estabelecer estreita parceria nas áreas de comércio e investimento, energia, defesa,

ciência, inovação e alta tecnologia, bem como intercâmbio cultural e educação, em benefício das sociedades brasileira e turca;

Considerando a determinação mútua de ampliar o âmbito e de diversificar o conteúdo das relações bilaterais em todos os campos,

Decidiram estabelecer uma parceria estratégica entre o Brasil e a Turquia adotando o seguinte plano de ação:

I – Diálogo político e cooperação em foros multilaterais

O Brasil e a Turquia conjugarão esforços com vistas a aprofundar o diálogo político sobre temas da agenda bilateral e regional, bem como sobre temas globais de interesse mútuo. Os dois países se consultarão regularmente sobre a conjuntura em suas respectivas regiões e coordenarão esforços para assegurar a paz e a segurança, contribuindo para a resolução pacífica de conflitos em curso. Compartilham da opinião de que deveria ser dada prioridade ao diálogo e à solução diplomática na resolução de crises internacionais.

Em vista do interesse em alcançar as metas e objetivos do desarmamento universal e não-proliferação de armas de destruição em massa, nomeadamente as armas nucleares, químicas e biológicas e seus meios de lançamento, o Brasil e a Turquia concordaram em manter consultas e trabalhar em conjunto nas questões de interesse comum com vistas a promover esforços nestas áreas. Também reconheceram a importância do cumprimento das obrigações decorrentes dos tratados internacionais pertinentes.

Os dois países manifestaram a determinação de ativar a Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível estabelecida em 2006, em nível de Ministros das Relações Exteriores. A este respeito, os Ministros das Relações Exteriores decidiram estabelecer subcomitês sobre temas considerados essenciais, incluindo energia e cultura. A Comissão Conjunta Brasil-Turquia

sobre Cooperação Econômica, Comercial e Industrial relatará seus resultados à Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível.

Além das reuniões da Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível, ambos os países reiteraram o desejo de manter consultas políticas regulares no nível de Secretário-Geral/Subsecretário do Ministério das Relações Exteriores, e em outros níveis considerados adequados.

O Brasil e a Turquia também concordaram em estreitar as consultas em foros multilaterais. Nesse contexto, os dois países sublinharam a necessidade de avançar no processo de reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de forma a torná-lo mais eficaz e representativo, em particular por meio de mais ampla representação de países em desenvolvimento.

Ambos os países também destacaram a importância da iniciativa das Nações Unidas da Aliança de Civilizações, cujos Fóruns foram sediados por Espanha e Turquia, e cujo III Fórum será realizado no Brasil em maio, e comprometeram-se a trabalhar para promover o diálogo e a tolerância entre as culturas.

O Brasil expressou o seu total apoio para a criação do Mecanismo de Diálogo Político entre a Turquia e o MERCOSUL.

O Brasil também tomou conhecimento do interesse da Turquia em iniciar diálogo com o BRIC e o IBAS, manifestando sua intenção de explorar a possibilidade de facilitar esse diálogo.

A Turquia manifestou seu apoio ao estabelecimento de contatos mais estreitos entre o Brasil e a Organização da Conferência Islâmica (OCI).

O Brasil e a Turquia reiteraram sua convicção de que o sistema financeiro internacional deve contribuir para a manutenção de um ambiente que estimule o crescimento econômico sustentável, a erradicação da pobreza e a

consecução das Metas do Milênio das Nações Unidas. Neste sentido, reafirmaram o seu compromisso com a reforma das instituições financeiras internacionais, de modo a permitir um aumento significativo na participação dos países em desenvolvimento em seus processos decisórios e a possibilitar uma execução mais rápida e tangível para os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento.

Considerando o seu papel efetivo em minimizar o impacto da crise econômica global, ambos os países expressaram total apoio ao processo do G-20, onde ambos são representados, e reiteraram a determinação em reforçar o papel deste fórum em temas econômicos globais.

O Brasil e a Turquia reafirmaram seu apoio ao sistema multilateral de comércio e concordaram em empregar esforços conjuntos e em manter o diálogo para que se alcance uma conclusão rápida e bem sucedida da Rodada de Doha da OMC. A Turquia apoia o papel de liderança exercido com efetividade pelo Brasil nesta Rodada.

II – Cooperação em comércio e investimentos

O Brasil e a Turquia reiteraram seu compromisso no sentido de ampliar e diversificar o comércio bilateral, de dinamizar os fluxos de investimentos diretos e de intensificar o diálogo sobre questões bilaterais de cunho econômico e comercial.

Ambos os países acolheram com satisfação a conclusão do Acordo de Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira e buscarão concluir novos acordos que contribuam para o desenvolvimento do comércio e dos investimentos bilaterais.

Ambos os países manifestaram satisfação com o atual mecanismo da Comissão Conjunta Brasil-Turquia sobre Cooperação Econômica, Comercial e Industrial e decidiram realizar as reuniões da Comissão anualmente.

Considerando o crescente potencial de suas respectivas economias, o Brasil e a Turquia decidiram incentivar os setores públicos e privados a participar de “joint ventures”, respectivamente, no Brasil, na Turquia e em terceiros países. Ambos os países concordaram em fornecer todos os incentivos possíveis, a fim de facilitar este objetivo.

O Brasil e a Turquia, com base nos mesmos objetivos de promover a cooperação com os países africanos, decidiram compartilhar experiências e trabalhar em conjunto na região.

Os dois países concordaram em facilitar o intercâmbio de informações de maneira que ambos se beneficiem das oportunidades recíprocas de investimento. Nesse sentido, também concordaram em transferir alta tecnologia e em cooperar em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento.

Ambos os países comprometem-se a assinar o Memorando de Entendimento em Assuntos Sanitários e Fitossanitários Relacionados a Produtos de Origem Animal, Vegetal e outros Temas Agrícolas de Interesse Mútuo e, nesse marco, decidiram ampliar a cooperação nas áreas de agricultura, florestal, pecuária e de assuntos rurais.

O Brasil e a Turquia igualmente acordaram em cooperar no setor aeronáutico, incluindo relações comerciais, e em explorar as possibilidades do desenvolvimento e da produção de aeronaves e seus componentes.

O Brasil e a Turquia manifestaram a convicção da importância de dar continuidade às negociações do Acordo de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a Turquia, a fim de reforçar e promover as relações econômicas bilaterais. O Brasil e a Turquia manifestaram o seu total apoio a uma rápida conclusão dessas negociações.

III – Cooperação na área de energia

O Brasil e a Turquia reconheceram a necessidade crucial de trabalhar para alcançar

um abastecimento energético sustentável e confiável. Neste sentido, ambos os países manifestam satisfação sobre a cooperação em curso entre a Turkish Petroleum Corporation (TPAO) e a PETROBRAS no Mar Negro. Os dois países ressaltaram a determinação de desenvolver esta cooperação em outras áreas.

O Brasil e a Turquia concordaram em compartilhar suas experiências e conhecimentos na área de fontes renováveis de energia, incluindo usinas hidrelétricas e biocombustíveis.

Ambos os países concordaram em criar um “Subcomitê de Energia” no âmbito da Comissão de Cooperação Conjunta de Alto Nível, que se reuniria regularmente com a participação das autoridades competentes dos dois países.

IV – Cooperação na área de biodiversidade

Ao reconhecerem a importância da Convenção sobre Diversidade Biológica como instrumento jurídico internacional capaz de conciliar a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável de seus componentes e a justa e equitativa repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos, o Brasil e a Turquia compartilham o interesse de estabelecer um regime internacional de acesso e repartição de benefícios derivados da utilização de recursos genéticos e de conhecimentos tradicionais associados durante a X Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, em outubro de 2010, na cidade de Nagóia, Japão.

V – Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

O Brasil e a Turquia saúdam a aprovação de Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, no marco dos vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, a realizar-se no Brasil, em 2012, e ressaltam a importância de que a Rio+20 assegure

o renovado compromisso político com o desenvolvimento sustentável, avalie a implementação dos resultados das principais cúpulas sobre o tema e aborde desafios novos e emergentes, por meio de documento politicamente focado.

VI – Cooperação na área de defesa

O Brasil e a Turquia decidiram reforçar a cooperação na área de defesa com base nas disposições do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa, assinado em 14 de agosto de 2003, particularmente no que diz respeito a visitas militares recíprocas e a treinamento militar.

Os dois países comprometeram-se a identificar áreas de interesse mútuo, com a finalidade de fortalecer a cooperação também em parcerias na indústria de defesa, na venda de equipamentos militares, na produção conjunta e na transferência de tecnologia.

Nesse sentido, ambos os países concordaram em estabelecer um Grupo de Trabalho Conjunto na área da Defesa.

O Brasil e a Turquia estão empenhados em aumentar a cooperação e a troca de experiência na área de aeronáutica, onde ambos têm comprovada competência.

VII – Enfrentamento ao crime organizado e prevenção do terrorismo

O Brasil e a Turquia estão convencidos de que o terrorismo, em todas as suas formas e manifestações, jamais poderá ser justificado em qualquer circunstância, tal como estipulado na Carta das Nações Unidas.

Portanto, o Brasil e a Turquia decidiram cooperar na prevenção e repressão do crime organizado e na ratificação e implementação dos instrumentos das Nações Unidas de enfrentamento do terrorismo.

Os dois países concordaram em cooperar para a conclusão da Convenção Global da

ONU sobre o Terrorismo Internacional.

O Brasil e a Turquia concordaram em cooperar, inclusive em foros internacionais, no combate ao crime organizado e à corrupção, estabelecendo os padrões e normas internacionais pertinentes.

As autoridades competentes poderão consultar-se regularmente a fim de promover o intercâmbio de informações e boas práticas no enfrentamento a esses desafios globais.

VIII – Cooperação na área de ciência, inovação e alta tecnologia

O Brasil e a Turquia expressaram o desejo de estabelecer cooperação bilateral na área de Ciência, Tecnologia e Inovação e na troca de informações sobre alta tecnologia e nanotecnologia.

Os dois países decidiram preparar e assinar um Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia, a ser adotado em momento de sua mútua conveniência. O Acordo será implementado pelo Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica (CNPq), pelo lado brasileiro, e pelo Conselho de Pesquisa Científica e Tecnológica da Turquia (TÜBITAK), pelo lado turco.

IX – Cooperação na área educacional e cultural

Os dois países decidiram promover a cultura brasileira e turca, respectivamente, em cada um dos países. Eles observaram que os voos diretos da Turkish Airlines entre Istambul e São Paulo podem contribuir para este processo.

Ambos os países concordaram em incentivar os respectivos Ministérios da Cultura, instituições e empresas do setor privado a organizarem exposições de arte, feiras e outras atividades culturais nas principais cidades do Brasil e da Turquia.

Ambos os países enfatizaram o interesse recíproco em ampliar o intercâmbio cultural e educacional bilateral baseado na difusão

cultural mútua em diversas áreas, com base no Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre a República Federativa do Brasil e a República da Turquia, assinado em 10 de abril de 1995.

Os dois países decidiram, também, que as relações acadêmicas devem ser reforçadas, mediante:

programas de intercâmbio de estudantes, acadêmicos e pesquisadores, entre universidades dos dois países;

a designação de um leitor turco em universidade brasileira e de um leitor brasileiro em universidade turca.

Os dois países concordaram que a Comissão Cultural Brasil-Turquia, prevista no referido acordo, deveria ser ativada, sem demora.

X – Implementação

Por ocasião das Consultas Políticas anuais a serem realizadas no nível de Ministro das Relações Exteriores ou de Secretário-Geral / Subsecretário do Ministro das Relações Exteriores, Brasil e Turquia farão balanço dos progressos alcançados na implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica. Ambos os países poderão decidir pelo estabelecimento de Grupos de Trabalho para monitorar a implementação em áreas específicas deste Plano de Ação.

Brasília, em 27 de maio de 2010.

ATO ASSINADO COM CHIPRE POR
OCASIÃO DA III FÓRUM MUNDIAL DA
ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE
JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010
28/05/2010

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS

ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO CHIPRE PARA O ESTABELECIMENTO DE UM MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS

XXXIII PERÍODO DE SESSÕES DA
CEPAL – BRASÍLIA, 30/5 A 1º/6
28/05/2010

Terá lugar em Brasília, entre 30 de maio e 1º de junho, no Hotel Royal Tulip Brasília Alvorada, o XXXIII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A reunião, convocada a cada dois anos, constitui a mais alta instância de debates da CEPAL. Prevê-se a participação de delegações de mais de 50 países, além de acadêmicos, representantes de ONGs e de outras agências internacionais especializadas.

Serão debatidos os seguintes temas: a estabilidade macroeconômica, a dimensão sócio-ambiental do desenvolvimento, e as políticas de inclusão social e de geração de empregos na região, entre outros. Na ocasião, será aprovado o programa de trabalho da CEPAL para o próximo biênio.

O Programa do Período de Sessões prevê seminário sobre o documento elaborado pela CEPAL para a reunião, intitulado “A Hora da Igualdade: Brechas a Fechar, Caminhos por Abrir”. O Ministro Celso Amorim participará do seminário, que contará, entre outras, com a presença das seguintes autoridades estrangeiras: José Miguel Insulza, Secretário-Geral da OEA, Mercedes Marcó del Pont, Presidente do Banco Central da Argentina, Juan Alberto Fuentes, Ministro da Fazenda da Guatemala, e Enrique Iglesias, Secretário-Executivo da Cúpula Ibero-americana.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará discurso na Cerimônia de Encerramento,

prevista para as 17h30 do dia 1º de junho.

Informações adicionais sobre o evento podem ser obtidas na página eletrônica da CEPAL: www.cepal.org

ATOS ASSINADOS COM A ROMÊNIA
POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL
DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO
DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010
29/05/2010

I - ACORDO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA E TECNOLÓGICA ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA ROMÊNIA

II - ACORDO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA ROMÊNIA
SOBRE O EXERCÍCIO DE ATIVIDADES
REMUNERADAS POR PARTE DE
DEPENDENTES DE MEMBROS DE
MISSÃO DIPLOMÁTICA E REPARTIÇÕES
CONSULARES

ATO ASSINADO COM GUINÉ-BISSAU
POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL
DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO
DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010
29/05/2010

AJUSTE COMPLEMENTAR AO
ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO
TÉCNICA E CIENTÍFICA ENTRE
O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA GUINÉ-
BISSAU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO “JOVENS LIDERANÇAS PARA
MULTIPLICAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS
SOCIOEDUCATIVAS”

ATO ASSINADO COM A ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA POR
OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL DA
ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO DE
JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010
29/05/2010

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
CULTURA PARA A PROMOÇÃO DA
COOPERAÇÃO TÉCNICA TRILATERAL
EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

VISITA AO BRASIL DO DIRETOR-GERAL
DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES
UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO
INDUSTRIAL (ONUDI) - BRASÍLIA, 27 A
28 DE MAIO DE 2010
29/05/2010

O Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI), Kandeh Yumkella, realizou, em 27 e 28 de maio, visita oficial ao Brasil. A ONUDI é a agência especializada da ONU que promove o desenvolvimento industrial sustentável voltado para a redução da pobreza em países em desenvolvimento.

Em Brasília, o Diretor-Geral da ONUDI foi recebido pelo Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, e pelo Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende. Também manteve encontros com o Diretor-Executivo da EMBRAPA, José Geraldo Eugênio de França, e com o Presidente do SEBRAE, Paulo Okamoto.

No Itamaraty, o Dr. Yumkella reuniu-se com o Subsecretário-Geral de Energia e Alta Tecnologia, Embaixador André Amado. No encontro, discutiu-se o maior envolvimento da ONUDI em iniciativas de cooperação do Brasil com países do continente africano, em especial, em projetos de bioenergia.

Durante a missão, foi anunciada a reabertura do escritório da ONUDI no Brasil. O Representante do novo Escritório será Gustavo Aishemberg, funcionário de carreira da Organização.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO
SOBRE A ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES
30/05/2010

We, the Ministers of Foreign Affairs of States belonging to the Group of Friends of the United Nations' Alliance of Civilizations;

Together with the General Directors and other Heads of Delegation of international organizations also belonging to the United Nations' Alliance of Civilizations;

On the occasion of the Third Global Forum of the Alliance of Civilizations, held in Rio de Janeiro, Brazil, on 28th and 29th May, 2010;

Reaffirming our commitment to the purposes and principles of the Charter of the United Nations, the Universal Declaration of Human Rights, as well as other relevant international instruments, such as the Constitution of UNESCO and the UNESCO Universal Declaration on Cultural Diversity;

Recognizing that all cultures, civilizations and religions contribute to the enrichment of humankind;

Convinced that the world's cultural diversity is a wealth to be cherished by all as a factor of peace;

Stressing the importance of respect and understanding for cultural and religious diversity, and encouraging tolerance, respect, dialogue and cooperation among different cultures, civilizations and peoples;

Recognizing the importance of intercultural and interreligious dialogue in order to promote tolerance, mutual respect and peace, and expressing its support for the diverse initiatives taken by many countries and regions towards such dialogue;

Emphasizing the important role of UNESCO and other international organizations on the matter;

Welcoming and stimulating the continuing efforts made by the United Nations' Secretary-General and His High Representative for the Alliance of Civilizations to promote greater understanding and respect among civilizations, cultures, and religions, by means "inter alia" of concrete projects in the priority areas of youth, education, media and migration, in collaboration with Governments, international and regional organizations, the private sector, foundations and civil society in general;

Taking into consideration United Nations' General Assembly Resolution 64/14, of 10 November, 2009, adopted by consensus,

1. Welcome the new members of the Group of Friends of the Alliance of Civilizations;

2. Reiterate our commitment to the advancement of the goals and principles of the United Nations Alliance of Civilizations;

3. Express our support to the priorities identified in the 2nd Implementation Plan of the Alliance of Civilizations, submitted in June 2009 to the UN Secretary-General and the Group of Friends;

4. Stress the importance of implementing the Alliance's goals at national level, in

collaboration with governments and civil society, namely through the implementation of National Plans for Intercultural Dialogue;

5. Support the development of regional processes to increase cooperation among countries on intercultural dialogue, praising, in that regard, the Regional Conference for South-Eastern Europe, held in Sarajevo, in December 2009;

6. Acknowledge the importance of the annual Global Forums, involving the Group of Friends and partners, together with leading personalities of various areas, as a means to discuss, approve and promote the Alliance of Civilizations as well as its programmes and projects;

7. Call for increased coordination and consultation between the Alliance and the members of the Group of Friends through the network of the National Focal Points;

8. Reiterate our appreciation to Spain for the First Global Forum, held in Madrid in January 2008, and to Turkey, for the Second Global Forum, held in Istanbul, in April 2009;

9. Welcome the offers already made by Qatar and Austria to host the next two global forums in Doha, in 2011, and in Vienna, in 2012;

10. Extend our gratitude to the Government and people of Brazil, in particular to the City and State of Rio de Janeiro, for convening the present Third Global Forum in the period 27-29 May, 2010;

11. Call upon the full implementation of the announcements made in the Rio Forum;

12. Express our conviction that the Rio Forum has achieved its main objective of making the United Nations' Alliance of Civilizations a really global undertaking, with universal aims.

ATOS ASSINADOS COM A CROÁCIA
POR OCASIÃO DO III FÓRUM MUNDIAL
DA ALIANÇA DE CIVILIZAÇÕES – RIO
DE JANEIRO, 27 A 29 DE MAIO DE 2010

31/05/2010

I MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E INTEGRAÇÃO EUROPÉIA DA
REPÚBLICA DA CROÁCIA PARA O
ESTABELECIMENTO DE CONSULTAS
BILATERAIS

II ACORDO ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA
DA CROÁCIA SOBRE O EXERCÍCIO
DE ATIVIDADE REMUNERADA POR
PARTE DE DEPENDENTES DO PESSOAL
DIPLOMÁTICO, CONSULAR, MILITAR,
ADMINISTRATIVO E TÉCNICO

ATAQUE ISRAELENSE À
“FLOTILHA DA LIBERDADE”

31/05/2010

Com choque e consternação, o Governo brasileiro recebeu a notícia do ataque israelense a um dos barcos da flotilha que levava ajuda humanitária internacional à Faixa de Gaza, do qual resultou a morte de mais de uma dezena de pessoas, além de ferimentos em outros integrantes.

O Brasil condena, em termos veementes, a ação israelense, uma vez que não há justificativa para intervenção militar em comboio pacífico, de caráter estritamente

humanitário. O fato é agravado por ter ocorrido, segundo as informações disponíveis, em águas internacionais. O Brasil considera que o incidente deva ser objeto de investigação independente, que esclareça plenamente os fatos à luz do Direito Humanitário e do Direito Internacional como um todo.

Os trágicos resultados da operação militar israelense denotam, uma vez mais, a necessidade de que seja levantado, imediatamente, o bloqueio imposto à Faixa de Gaza, com vistas a garantir a liberdade de locomoção de seus habitantes e o livre acesso de alimentos, remédios e bens de consumo àquela região.

Preocupa especialmente ao Governo brasileiro a notícia de que uma brasileira, Iara Lee, estava numa das embarcações que compunha a flotilha humanitária. O Ministro Celso Amorim, ao solidarizar-se com os familiares das vítimas do ataque, determinou que fossem tomadas providências imediatas para a localização da cidadã brasileira.

A Representante do Brasil junto à ONU foi instruída a apoiar a convocação de reunião extraordinária do Conselho de Segurança das Nações Unidas para discutir a operação militar israelense.

O Embaixador de Israel no Brasil está sendo chamado ao Itamaraty para que seja manifestada a indignação do Governo Brasileiro com o incidente e a preocupação com a situação da cidadã brasileira.

VIII CONFERÊNCIA DE EXAME DO TRATADO DE NÃO-PROLIFERAÇÃO NUCLEAR 31/05/2010

O Ministro Celso Amorim expressou satisfação com o êxito da VIII Conferência de Exame do Tratado de Não-Proliferação Nuclear

(TNP), encerrada no dia 28 de maio, em Nova York. A delegação brasileira, em coordenação com os demais países membros da Coalizão da Nova Agenda, teve participação ativa nos trabalhos da Conferência, em linha com as diretrizes indicadas no discurso pronunciado pelo Ministro Amorim na abertura do encontro, em 3 de maio (nota nº 276).

O Brasil considera que o plano de ação aprovado na Conferência avança em relação ao documento final de 2000 (já que não houve consenso na Conferência de 2005). São contempladas 64 ações a serem empreendidas pelos Estados Partes, com prevalência para aquelas relativas ao desarmamento nuclear (22 ações). Destaque-se a reafirmação, pelos Estados nuclearmente armados reconhecidos pelo Tratado, de seu compromisso inequívoco com a eliminação completa dos arsenais nucleares, conforme estipulado no artigo VI do TNP e reiterado na Conferência de 2000.

Além da continuidade das reduções já acordadas, como é o caso do recente acordo START entre os EUA e a Rússia, estão previstas outras medidas na área do desarmamento, tais como: a diminuição do relevo das armas nucleares nas doutrinas dos países nuclearmente armados; a minimização do risco de uso acidental das armas nucleares; maior transparência sobre os arsenais nucleares; entrada em vigor do Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT); início de negociações sobre um acordo para a proibição da produção de materiais físséis para fins explosivos (FMCT); e a elaboração de instrumento juridicamente vinculante de garantias de não-uso ou ameaça de uso de armas nucleares contra os países não-nuclearmente armados.

O Governo brasileiro considerou igualmente importante a aprovação de medidas concretas para a convocação de uma conferência em 2012 sobre o estabelecimento de uma zona livre de armas nucleares e outras armas de destruição em massa no Oriente Médio.

A conferência deverá ser convocada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e pelos três depositários do TNP (Estados Unidos, Reino Unido e Rússia) e terá como termo de referência a Resolução sobre Oriente Médio aprovada na Conferência de Exame do TNP em 1995, importante elemento do conjunto de decisões que aprovou a extensão do Tratado por prazo indeterminado e estabeleceu o atual processo reforçado de exame do TNP.

SITUAÇÃO DA BRASILEIRA IARA LEE

01/06/2010

O Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil em Israel esteve hoje, 1º de junho, de 9h a 12h, horário local israelense, com a brasileira Iara Lee, que se encontra retida na Prisão de El'A, em Be'er Sheva, em Israel.

Iara Lee está bem de saúde e confirmou dispor, na prisão, de alimentos e vestimentas adequadas. Por meio do telefone celular do Encarregado de Negócios da Embaixada do Brasil, buscou contato com membros de sua família e deixou recado para a irmã, residente em Nova York. Queixou-se de que as autoridades israelenses não permitiram, no dia de ontem, que entrasse em contato com a Embaixada do Brasil e afirmou que suas bagagens e passaportes (brasileiro e estadunidense) continuavam retidos por Israel.

A cidadã brasileira explicou ao diplomata do Brasil que as autoridades israelenses exigiram, como condição para a sua libertação, que ela assinasse termo declarando ter entrado ilegalmente em Israel. Iara Lee informou que não pretende assinar o documento, uma vez que foi presa pelas forças israelenses em águas internacionais.

O Governo brasileiro continua em contato permanente com as autoridades israelenses, instando-as a que libertem pronta e incondicionalmente a brasileira,

como de resto exige a própria Declaração da Presidência do Conselho de Segurança da ONU, aprovada ontem.

APOIO DOS ESTADOS PARTES DO MERCOSUL AO PRESIDENTE DO BID

01/06/2010

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, decidiram prestar apoio, em conjunto, à recondução do Senhor Luis Alberto Moreno, de nacionalidade colombiana, ao cargo de Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BID é, desde sua criação há mais de 50 anos, um importante instrumento financeiro de promoção de desenvolvimento da região.

Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai esperam trabalhar com o Senhor Luis Alberto Moreno numa agenda de fortalecimento deste importante papel do Banco.

40º PERÍODO ORDINÁRIO DE SESSÕES DA ASSEMBLEIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

07/06/2010

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, chefia a delegação do Brasil à 40ª Sessão da Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (Lima, Peru, 6 a 8 de junho).

O tema escolhido para o encontro é “Paz, Segurança e Cooperação”. A Declaração de Lima, a ser aprovada na ocasião, contempla elementos de construção de confiança em matéria de segurança e defesa na região, bem como de fortalecimento de mecanismos e ações de cooperação com vistas ao combate à pobreza e à exclusão social.

INTERVENÇÃO E EXPLICAÇÃO DE
VOTO DO BRASIL NO CONSELHO DE
SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS
09/06/2010

Em sessão realizada hoje, 9 de junho, no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Nova York, a Representante Permanente do Brasil, Embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti, pronunciou a seguinte explicação de voto ao projeto que resultou na Resolução 1929/2010, sobre o programa nuclear do Irã:

“Senhor Presidente,

O Brasil vota contra o projeto de resolução.

Ao fazê-lo, estamos honrando os propósitos que inspiraram nossos esforços que resultaram na Declaração de Teerã de 17 de maio.

Estamos votando contra por não vermos as sanções como instrumento eficaz neste caso. As sanções, muito provavelmente, levarão ao sofrimento do povo iraniano e serão usadas por aqueles que, em todos os lados, não desejam a prevalência do diálogo.

Experiências passadas nas Nações Unidas, em particular o caso do Iraque, mostram que a espiral de sanções, ameaças e isolamento pode trazer trágicas conseqüências.

Também votamos contra porque a adoção de sanções, a esta altura, vai de encontro aos bem-sucedidos esforços do Brasil e da Turquia para engajar o Irã em uma solução negociada para seu programa nuclear.

Conforme o Brasil tem declarado repetidas vezes, a Declaração de Teerã adotada em 17 de maio constitui oportunidade única que não deve ser desperdiçada. Foi aprovada pelas mais altas instâncias da liderança iraniana e endossada pelo Parlamento iraniano.

A Declaração de Teerã alcançou uma solução que permitiria ao Irã exercer

plenamente seu direito ao uso pacífico da energia nuclear, ao mesmo tempo que daria garantias plenamente verificáveis de que o programa nuclear iraniano tem propósitos exclusivamente pacíficos.

Estamos firmemente convencidos de que a única maneira possível de alcançar esse objetivo comum é garantir a cooperação do Irã por meio do diálogo e de negociações eficazes e objetivas.

A Declaração de Teerã mostrou que o diálogo e a persuasão podem mais do que ações punitivas.

Seu propósito e seu resultado foram a construção de confiança necessária para lidar com um conjunto de aspectos do programa nuclear do Irã.

Como explicamos ontem, a Declaração Conjunta removeu obstáculos políticos para a materialização de uma proposta feita pela AIEA em outubro de 2009. Muitos governos, bem como instituições e indivíduos de alta respeitabilidade, reconheceram seu valor como passo importante na direção de um debate mais amplo sobre o programa nuclear iraniano.

Assim, o Governo brasileiro lamenta profundamente que a Declaração Conjunta não tenha recebido o reconhecimento político que merecia e que tampouco lhe tenha sido dado o tempo necessário para frutificar.

O Brasil considera pouco natural lançar-se no caminho das sanções antes mesmo que as partes envolvidas possam sentar e discutir a implementação da Declaração. As reações do Grupo de Viena à carta iraniana de 24 de maio, que confirmou o compromisso do Irã com o conteúdo da Declaração, foram recebidas há apenas poucas horas. Não foi concedido ao Irã nenhum tempo para reagir às opiniões do Grupo de Viena, inclusive à proposta de realização de reunião técnica para discutir detalhes.

A adoção de sanções em tais circunstâncias envia um sinal errado ao que poderia ser o começo de um engajamento construtivo em Viena.

Também objeto de grave preocupação foi a maneira pela qual os membros permanentes, juntamente com um país que não é membro do Conselho de Segurança, negociaram entre si, por meses e a portas fechadas.

Senhor Presidente,

O Brasil atribui a mais alta importância ao desarmamento e à não-proliferação. Nosso histórico nesta matéria é impecável.

Nós também sempre reafirmamos – e o fazemos outra vez agora – o imperativo de que toda atividade nuclear seja conduzida sob salvaguardas pertinentes da Agência Internacional de Energia Atômica. As atividades nuclear do Irã não são exceção.

Seguimos acreditando que a Declaração de Teerã constitui estratégia sólida e deve ser levada adiante. Esperamos que todas as partes envolvidas possam enxergar a sabedoria de longo prazo deste curso de ação.

Em nossa visão, a adoção de novas sanções pelo Conselho de Segurança vai atrasar o tratamento da questão, em lugar de acelerá-lo ou garantir seu progresso.

Não devemos perder a oportunidade de dar início a um processo que pode levar a uma solução pacífica e negociada para esse tema.

As preocupações com o programa nuclear do Irã suscitadas hoje não serão resolvidas sem que o diálogo tenha início.

Ao adotar sanções, o Conselho está, na verdade, optando por um de dois trilhos que deveriam correr em paralelo – e, em nossa opinião, trata-se do trilho errado.

Muito obrigada.”

DISCURSO DA EMBAIXADORA MARIA
LUIZA RIBEIRO VIOTTI NO DEBATE
DO CONSELHO DE SEGURANÇA
SOBRE NÃO PROLIFERAÇÃO (IRÃ),

REALIZADO EM 8/6/10

08/06/2011

“Senhor Presidente,

O Brasil e a Turquia solicitaram uma reunião do Conselho de Segurança aberta a todos os membros das Nações Unidas porque acreditamos firmemente que a relevância do assunto em questão exige que aqueles, em nome de quem o Conselho atua, devem ter a chance de entender plenamente as posições e as perspectivas de cada um de nós.

Senhor Presidente,

Há importantes pontos em comum entre os governos representados nesta mesa com relação ao programa nuclear iraniano:

a. Todos nós temos por objetivo assegurar que o programa nuclear iraniano é inteiramente pacífico.

b. Todos nós queremos que Teerã esclareça dúvidas legítimas da comunidade internacional acerca de suas atividades nucleares passadas e atuais.

c. Acredito que também compartilhamos o entendimento de que para essas coisas acontecerem, precisamos da cooperação do Irã.

Desta forma, a discordância entre alguns de nós não está nos fins que perseguimos, mas nos meios para alcançá-los.

O Brasil apoiou plenamente a política de engajamento e diálogo com o Irã perseguida pela nova administração dos Estados Unidos. Também consideramos a proposta da AIEA do último mês de outubro um caminho promissor e encorajamos ativamente o Irã a segui-lo de forma resoluto. Isso não se materializou na época.

Continuamos acreditando que esta é a política certa a seguir e que esforços adicionais podem gerar resultados que permitam criar confiança e permitir maior progresso.

Dessa forma, nós, junto com a Turquia, continuamos envolvidos com o Irã para ajudar a remover os obstáculos políticos que impediram a implementação da proposta da AIEA. Ao fazer isso, tivemos o encorajamento de atores-chave.

O resultado desse engajamento foi a Declaração Conjunta de 17 de maio.

A Declaração contempla plenamente todos os elementos chave que impediram a implementação da proposta da AIEA - isto é, quantidade, momento e local da troca. Ela demonstrou a flexibilidade do Irã em vários aspectos.

a. O Irã concordou em enviar 1.200kg de urânio levemente enriquecido (LEU). Embora a quantidade pareça agora insuficiente para alguns, estamos de acordo com especialistas que observam que a concordância do Irã em exportar uma grande quantidade de urânio levemente enriquecido para fora de suas fronteiras por até um ano merece ser considerada medida de criação de confiança.

b. O Irã concordou em depositar o urânio levemente enriquecido na Turquia, aceitando assim não reter o urânio no seu território. O urânio levemente enriquecido deverá permanecer na Turquia sob vigilância da AIEA.

c. O Irã também aceitou enviar o urânio levemente enriquecido para a Turquia antes de receber o combustível. Este é um avanço positivo com relação ao posicionamento anterior, segundo o qual a troca deveria dar-se simultaneamente (ou seja, mediante o recebimento de combustível para o Reator de Pesquisa de Teerã - RPT).

d. O Irã também aceitou comprometer-se oficialmente com os termos da Declaração. Desde então, cumpriu o seu compromisso de notificar o Diretor-Geral da AIEA por meio de uma carta.

Senhor Presidente,

A Declaração Conjunta nunca teve por objetivo resolver todos os problemas relacionados ao programa nuclear iraniano, assim como a proposta da AIEA. Ao contrário, ela foi concebida como uma medida de construção de confiança, um caminho para discussões mais amplas acerca do assunto.

O Brasil reconhece que ainda há questões muito importantes a serem resolvidas. Só será possível lidar com esses aspectos em uma atmosfera de menos desconfiança e de mais cooperação.

A Declaração conclama as partes interessadas a chegarem a um acordo pelo diálogo. Isso permitirá esclarecimentos necessários em vários aspectos, incluindo o enriquecimento de urânio a 20%.

Senhor Presidente,

Não estamos sozinhos nessa avaliação geral dos benefícios da Declaração.

Membros do Conselho de Segurança expressaram apoio à Declaração.

Essa também é a opinião de analistas de instituições respeitadas e de peritos que ocuparam cargos importantes em organismos internacionais e em governos nacionais, como por exemplo o Diretor-Geral da AIEA, Dr. Mohammad El Baradei, que ajudou a formular a proposta original.

O Dr. El Baradei afirmou à imprensa brasileira (e tivemos sua autorização para citá-lo) que o acordo do RPT “deve ser entendido como uma boa primeira medida de confiança, um primeiro esforço por parte do Irã de estender a mão e dizer que eles estão prontos

para negociar”. Ele também argumentou que “se cerca de metade do material que o Irã tem for levado para a Turquia, essa é claramente uma medida de construção de confiança com relação a preocupações acerca das intenções futuras do Irã. O material que ficará no Irã está sob a salvaguarda e chancela da AIEA. Não há absolutamente nenhuma ameaça iminente de que o Irã desenvolverá a bomba amanhã com o material de que dispõe”.

É claro que, para que a Declaração Conjunta seja implementada, ela precisa de algum tempo, mas não de um tempo indefinido. Certamente um período mais curto do que qualquer período necessário para que outros meios possam funcionar de forma realista.

Por todos esses motivos, o Brasil não acredita que este seja o momento para adotar mais sanções contra o Irã.

Acreditamos, juntamente com vários outros, que a única solução viável para as discordâncias com o Irã com relação ao seu programa nuclear é uma solução diplomática negociada. É por isso que estamos convencidos de que o acordo para a troca de combustível do último mês de maio constitui oportunidade a não ser desperdiçada.

Obrigada.”

BRASIL-EUA: CONTENCIOSO DO
ALGODÃO - COMUNICADO CONJUNTO
MRE-CAMEX
10/06/2010

Foi aprovado hoje, 10 de junho, pelo Senado Federal, o Projeto de Lei de Conversão n.º 6, relativo à Medida Provisória n.º 482 de 2010, que regulamenta a aplicação de medidas de suspensão de concessões relativas a direitos de

propriedade intelectual e outros, em casos de descumprimento de obrigações dos Acordos da OMC. O texto segue agora para sanção presidencial.

Essa legislação torna possível a suspensão de obrigações decorrentes do Acordo sobre Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Acordo de TRIPS) contra os Estados Unidos no âmbito do contencioso “Estados Unidos - Subsídios ao Algodão”. A retaliação poderá atingir os setores de propriedade intelectual e serviços num montante calculado de US\$ 238 milhões. O documento, no entanto, não se restringe ao contencioso dos Subsídios ao Algodão e poderá amparar outros casos de retaliação em propriedade intelectual que possam vir a ser autorizados.

O texto legal prevê medidas de retaliação sobre diversos direitos de propriedade intelectual tais como suspensão de direitos, subtração de prazo, licenciamento sem remuneração, bloqueio de remessa de royalties, aplicação de direitos de natureza comercial sobre a remuneração do titular, criação ou majoração dos valores de registros.

À luz da MP n.º 482, a Câmara de Comércio Exterior realizou, em março passado, consulta pública sobre 21 medidas de retaliação em propriedade intelectual sobre obras literárias, audiovisual, medicamentos, cultivares e programas de computador. As manifestações já foram analisadas e a elaboração das medidas específicas encontra-se em estágio final.

Em razão de negociações bilaterais ora em curso, a Resolução CAMEX n.º 20/2010 suspendeu por 60 dias, até 21 de junho, o início da retaliação.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A GENEBRA E PARIS,
14 E 15 DE JUNHO DE 2010
11/06/2010

O Ministro Celso Amorim participará, em Genebra, no dia 14 de junho, na condição de orador principal, de Evento de Alto Nível no contexto da 99ª Conferência Internacional do Trabalho. O Evento tratará da integração do “Pacto Global pelo Emprego” da Organização Internacional do Trabalho (OIT) a políticas macroeconômicas e do papel do emprego produtivo e da proteção social na realização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).

No mesmo dia, o Ministro Celso Amorim se reunirá com o Diretor-Geral da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Francis Gurry.

No dia 15 de junho, o Ministro Amorim pronunciará discurso na sessão plenária da Conferência do Desarmamento (CD), no início da Presidência brasileira daquela Conferência. A Conferência, estabelecida pela I Sessão Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas para o Desarmamento, em 1978, é o único fórum multilateral dedicado a negociar instrumentos na área de desarmamento e não-proliferação.

A Presidência brasileira da CD deverá pautar-se pela intensificação dos esforços para a retomada dos trabalhos substantivos, paralisados há mais de uma década. Espera-se que os resultados da VIII Conferência de Exame do TNP, concluída em Nova York em 28 de maio passado, venham a ter repercussão positiva para o início de negociações sobre o desarmamento, visando à eliminação completa e irreversível dos arsenais nucleares.

Ainda na terça-feira, 15 de junho, o Ministro Amorim manterá encontro com o Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy.

No mesmo dia, a convite do jornal *International Herald Tribune*, participará,

como orador, da Terceira Edição dos Jantares do Atlântico, em Paris.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS,
16 DE JUNHO DE 2010
15/06/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Peru, Alan García, realizará visita oficial a Manaus em 16 de junho.

No encontro, os dois Presidentes deverão impulsionar a Aliança Estratégica entre Brasil e Peru, e examinar temas relacionados ao desenvolvimento fronteiriço, comércio e integração física, bem como sobre o processo de integração da América do Sul.

Deverá ser assinado Acordo para Fornecimento de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil, que inicia o processo de interconexão das redes elétricas dos dois países.

Brasil e Peru firmarão igualmente acordos de cooperação nas áreas de ordenamento territorial, gestão integrada de recursos hídricos, instalação de sistemas agroflorestais, produção aquícola no Rio Javari e implementação de centro de capacitação industrial.

Em paralelo ao encontro presidencial, haverá reunião da Presidente da Caixa Econômica Federal com o Presidente do Banco de La Nación do Peru e de líderes das partes brasileira e peruana do Conselho Empresarial Brasil-Peru.

De 2003 a 2008, o comércio bilateral passou de cerca de US\$ 730 milhões para US\$ 3,2 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões corresponderam a exportações do Brasil. De janeiro a maio de 2010, o intercâmbio entre Brasil e Peru soma mais de US\$ 1 bilhão, montante aproximadamente 60% superior à cifra de igual período de 2009. No ano, as

exportações brasileiras alcançam US\$ 730 milhões.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
A ESTÔNIA, POLÔNIA, BÓSNIA E
HERZEGOVINA, SÉRVIA, ÁUSTRIA E
ROMÊNIA - 16 A 22 DE JUNHO DE 2010
15/06/2010

O Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, visitará a Estônia, Polônia, Bósnia e Herzegovina, Sérvia, Áustria e Romênia entre os dias 16 e 22 de junho corrente.

Em Talim, capital da Estônia, onde iniciará seu roteiro nos dias 16 e 17 de junho, o Ministro Celso Amorim manterá encontros com o Presidente Toomas Hendrik Ilves, o Primeiro-Ministro Andrus Ansip, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Urmas Paet, entre outras autoridades. Os Chanceleres deverão discutir oportunidades para o incremento do comércio bilateral e assinar Memorando de Consultas Políticas.

No dia 18, o Ministro Celso Amorim realizará visita à Polônia, onde deverá se encontrar com o Vice-Primeiro Ministro, Waldemar Pawlak, o Ministro da Defesa, Bodgan Klich e o Presidente do Senado, Bodgan Borusewicz. A visita se dará no contexto da celebração dos 90 anos de relações bilaterais entre Brasil e Polônia, completados no último mês de maio.

No dia 19, o Chanceler brasileiro cumprirá programação em Sarajevo, retribuindo visita do Chanceler Sven Alkalaj. Além de possibilidades de incremento do comércio e cooperação bilaterais, os Ministros deverão repassar os principais temas da agenda internacional, uma vez que Brasil e Bósnia e Herzegovina ocupam atualmente assentos não-permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Ministro Celso Amorim deverá se encontrar também com os Presidentes rotativos do país, Haris Silajdžić,

Željko Komšić e Nebojša Radmanović, além de outras autoridades e assinar acordo sobre isenção de vistos em passaporte comum.

No dia 20, o Ministro Celso Amorim visitará a Sérvia, atendendo a convite do Chanceler Vuk Jeremic. Será discutida a ampliação da relação bilateral em áreas como agricultura, energia e comércio. Deverão ser assinados Memorando de Consultas Políticas e acordos para a supressão de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço e em passaportes comuns. O Ministro Celso Amorim se encontrará ainda com o Presidente da Sérvia, Boris Tadic.

Em Viena, no dia 21, o Ministro Celso Amorim fará palestra na Academia Diplomática de Viena e manterá encontros com o Presidente Heinz Fischer, o Primeiro-Ministro Werner Faymann, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Michael Spindelegger.

A convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Romênia, Teodor Baconschi, o Ministro Celso Amorim realizará visita a Bucareste no dia 22 de junho. Os Chanceleres deverão examinar possibilidades de incremento do comércio bilateral e ampliação da cooperação nas áreas energética e tecnológica. O Chanceler Baconschi esteve no Brasil nos dias 27 e 28 de maio participando do III Fórum da Aliança de Civilizações. Na ocasião, foram firmados Acordos sobre Cooperação Econômica e Tecnológica e sobre Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes de Missão Diplomática e Repartições Consulares.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS,
16 DE JUNHO DE 2010 –
COMUNICADO CONJUNTO
16/06/2010

O Presidente da República do Peru, Alan García Perez, realizou, nesta data, visita

oficial à cidade de Manaus, a convite do Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, os Mandatários registraram, com viva satisfação, o excelente momento por que passam as relações entre os dois países, amparadas por sólidas bases de amizade, de cooperação e de efetiva integração.

Ao fim do encontro, os Presidentes divulgaram o seguinte Comunicado Conjunto:

1. Saudaram a assinatura do “Acordo para Fornecimento de Eletricidade à República do Peru e Exportação de Excedentes à República Federativa do Brasil”, instrumento de grande interesse estratégico para os dois países, que tem como objetivo promover o desenvolvimento conjunto, em território peruano, da infraestrutura necessária para a produção de eletricidade destinada ao mercado interno do Peru e para a exportação de excedentes ao Brasil, baseado em um modelo de energia limpa e renovável, que leve em conta a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, em particular, a melhora da qualidade de vida das comunidades locais.

2. Nesse sentido, determinaram às autoridades competentes dos respectivos países que, com a brevidade possível, estabeleçam um Grupo de Trabalho para a implementação dos aspectos relativos à cooperação, à assistência técnica e ao intercâmbio tecnológico e de informação, formação e capacitação profissional, visando à elaboração de estudos elétricos e energéticos para integração dos sistemas dos dois países, em conformidade com o referido Acordo.

3. Celebraram a inauguração, em 1º de abril passado, da primeira rota aérea entre as cidades Rio Branco e Cusco, importante passo para a integração econômica e social da fronteira entre os dois países.

4. Destacaram a instalação da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteira

(CVIF), em cuja primeira reunião, realizada em Brasília, em 11 de junho corrente, foram tratados temas da maior relevância para a continuidade do processo de integração entre as regiões fronteiriças dos dois países.

Nesse sentido, os Presidentes acordaram o seguinte:

4.1 Voos Transfronteiriços: instruir as autoridades a tomar as medidas necessárias para a regularização, nos próximos 90 dias, da rota aérea entre as cidades de Rio Branco e Cusco, bem como de voos de carga entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Pucallpa, dentro do espírito da Declaração para o Estabelecimento de Voos Transfronteiriços entre Brasil e Peru.

Instruíram, ademais, as autoridades competentes a concluir, ainda no corrente ano, a negociação do Acordo sobre Transporte Aéreo Transfronteiriço entre Brasil e Peru. Igualmente, determinaram que se tomem as providências necessárias para que os aeroportos contem com instalações e infraestrutura adequada ao trânsito fluido de passageiros e mercadorias.

4.2 Fortalecimento da institucionalidade fronteira: Saudaram o estabelecimento, nesta data, do Comitê de Fronteira Benjamin Constant - Islândia, bem como a criação dos Subgrupos de Trabalho sobre Saúde Fronteira e Cooperação Fluvial Fronteira, que darão importante contribuição aos trabalhos da CVIF

4.3 Regime especial de comércio fronteiro: instruíram as autoridades competentes a avançarem nas negociações com vistas a estabelecer um regime especial de comércio para localidades fronteiriças isoladas ou de difícil acesso, em conformidade com o Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em dezembro de 2009.

4.4 Cooperação em navegação fluvial: Saudaram a realização, em agosto e setembro

próximos, de missões técnicas, no Brasil e no Peru, para execução de projeto bilateral de cooperação, com base nos termos de referência apresentados pelo Peru.

4.5 Controle integrado de Postos de Fronteira: Determinaram a instalação, no decorrer do segundo semestre do presente ano, do Comitê de Coordenação Bilateral da Área de Controle Integrado de Fronteira (ACI) Assis Brasil–Iñapari e a realização de exercícios de controle integrado no supracitado período.

4.6 *Roaming* internacional fronteiro: Instruíram as autoridades competentes a concluir, até o final do corrente ano, a negociação de um acordo bilateral em matéria de *roaming* internacional fronteiro, o qual permitirá maior acesso a serviços de telefonia e internet, fortalecendo o desenvolvimento e a inclusão social de suas populações.

4.7 Interconexão elétrica fronteiro: Acordaram a pronta realização de uma reunião entre autoridades competentes dos dois países para analisar e viabilizar projetos de interconexão elétrica nas localidades fronteiriças de Benjamin Constant e Islândia, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e promover o desenvolvimento econômico de suas populações.

4.8 Projetos de Cooperação Benjamin Constant – Islândia: saudaram, nesta data, a assinatura dos Acordos de Cooperação em matéria de cadeias produtivas nas localidades fronteiriças de Benjamin Constant - Islândia e instruíram suas Chancelarias a desenvolver semelhante instrumento, ainda neste ano, nas localidades de Santa Rosa do Purus e Puerto Esperanza.

5. Os Mandatários reiteraram sua plena disposição em trabalhar conjuntamente para o desenvolvimento da fronteira. Nesse sentido, instruíram a CVIF para que, ainda este ano, aprove os Planos Operativos da Zona de Integração Fronteira Brasil – Peru.

6. O Presidente Alan García renovou o convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para inaugurar, no fim do presente ano, a Rodovia Interoceânica-Sul e a Ponte sobre o Rio Madre de Dios. Nesse sentido, acordaram reunir-se no Peru, no último trimestre do corrente ano, e instruíram as respectivas Chancelarias a coordenar a realização de Cúpula Presidencial Fronteira, na ocasião.

7. Tomaram nota da realização, em maio passado, da primeira reunião para realizar estudos com vistas à análise construção de rodovia entre as cidades de Cruzeiro do Sul e Pucallpa, conferindo especial atenção a seus impactos sociais e ambientais. Instaram, ainda, as autoridades competentes a trabalhar em estreita colaboração para o avanço do tema.

8. Ressaltaram o elevado potencial gasífero da região de Camisea, na selva amazônica peruana. Nesse sentido, destacaram a importância do “Sistema de Transportes de Gás Natural Andino do Sul”, cuja inclusão no âmbito do “Projeto Integrado de Gás Peruano” permitirá o início de sua execução no curto prazo, com participação de empresas brasileiras e peruanas, visando ao transporte de gás peruano ao porto de Ilo, com benefícios para terceiros mercados e para a integração energética da região. Tal iniciativa, conjuntamente com a Rodovia Interoceânica Sul, constituirá a base do desenvolvimento industrial da Macrorregião Sul do Peru, assim como contribuirá para uma maior integração entre ambos os países.

9. Ressaltaram igualmente a importância da assinatura do Memorando de Entendimento de 17 de maio de 2008, para desenvolvimento de um projeto competitivo de produção de etileno e polietileno, com utilização, inclusive, do etano contido no gás natural de outros blocos da região.

10. Constataram, com grande satisfação, o fortalecimento do intercâmbio comercial bilateral, que, nos primeiros quatro meses

do ano corrente, registrou um aumento de 24% em relação ao mesmo período de 2009. Essa tendência comprova que já se iniciou um processo de recuperação e que os efeitos da crise econômica de 2009 estão sendo superados.

11. Sublinharam a realização, em maio, de missão técnica brasileira às cidades de Tacna, Puno, Arequipa e Cusco, no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), iniciativa que contribui para o desenvolvimento do comércio bilateral, ao proporcionar a empresários peruanos informações sobre como exportar para o Brasil, particularmente nas regiões vinculadas ao Eixo da Interoceânica Sul.

12. Registrando seu reconhecimento ao Brasil por fomentar e promover o comércio bilateral através dos supracitados eventos, o Presidente Alan García expressou seu desejo de que uma missão técnica semelhante visite a região norte do Peru, durante o segundo semestre deste ano, conforme o oferecido pelo Brasil durante a V Reunião do Grupo Executivo de Trabalho (GET), celebrada em Lima em dezembro de 2009.

13. Destacaram o esforço do Grupo Executivo de Trabalho (GET), que realizou sua quinta reunião em dezembro passado e que constitui um mecanismo efetivo de promoção e facilitação do comércio, do turismo e de investimentos bilaterais. Determinaram que a VI Reunião do GET seja celebrada no Brasil no segundo semestre deste ano, em data e local a serem brevemente fixados.

14. Registraram, igualmente, a realização, em Lima, no último mês de março, da III Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral e determinaram a realização, no decorrer do segundo semestre de 2010, da IV Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral, em local a ser definido no Brasil.

15. Manifestaram sua satisfação com a

assinatura do Memorando de Entendimento de Cooperação em Matéria Sanitária e Fitossanitária entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil (MAPA) e o Ministério de Agricultura do Peru, que permitirá o reconhecimento recíproco das inspeções sanitárias e fitossanitárias realizadas por cada país, com consequências positivas para o desenvolvimento do comércio bilateral, especialmente em matéria de produtos agropecuários. Igualmente, instaram as autoridades sanitárias de ambos os países a intensificar esforços para o acesso de novos produtos a seus respectivos mercados.

16. Manifestaram seu compromisso com o processo de fortalecimento e diversificação do relacionamento econômico-comercial, no marco do ACE-58 MERCOSUL-Peru. Nesse sentido, sugeriram que a II Reunião da Comissão Administradora do ACE-58, em Montevideu, nos dias 1.º e 2 de julho de 2010, marque o início do aprofundamento do ACE-58, com vistas a ampliar as trocas comerciais entre o Peru e os países do MERCOSUL. Para tanto, em coordenação com os demais sócios do MERCOSUL, a referida reunião deverá ser realizada no nível de altos funcionários.

17. Determinaram, igualmente, seja realizada reunião, em Lima, no início de julho próximo, de seus Ministros responsáveis por comércio exterior, agricultura e pesca, bem como de suas respectivas Chancelarias, para resolver situações que possam estar afetando o comércio bilateral.

18. Saudaram a assinatura, em 9 de junho de 2010, do Convênio Marco de Colaboração Interinstitucional entre o Banco do Brasil e o Banco de la Nación do Peru, que estabelece as bases para a coordenação de estratégias, o intercambio de informações, de experiências e capacidades.

19. Tomaram nota, com satisfação, da assinatura do “Convênio Marco de Cooperação

Interinstitucional entre a Caixa Econômica Federal e o Banco de la Nación do Peru, que permitirá o estabelecimento de parceria, com vistas à promoção da bancarização das populações mais desfavorecidas, ao desenvolvimento econômico e social, bem como à realização de projetos comuns nas regiões fronteiriças.

20. Saudaram a realização da segunda reunião do Conselho Empresarial Brasileiro-Peruano e agradeceram as iniciativas para fortalecimento dos negócios e dos investimentos apresentadas pelos Presidentes dos dois Capítulos do referido Conselho.

21. Reiteraram a seus respectivos Ministérios das Comunicações a necessidade da realização de esforços conjuntos para implementar o Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Televisão Digital Terrestre (TDT), datado de setembro de 2009, a fim de avançar no desenvolvimento e na transferência de tecnologia e capacitação técnica para o pleno funcionamento da TDT no Peru.

22. Determinaram a convocação, durante o segundo semestre de 2010, de uma reunião bilateral com a participação dos setores competentes, visando à análise das propostas de interconexão ferroviária entre os dois países.

23. Manifestaram seu vivo apoio à realização da ExpoPeru, em novembro próximo, na cidade de São Paulo, evento com participação de artistas, empresários, representantes da sociedade civil e dos Governos dos dois países, que contribuirá para uma ainda maior integração entre as sociedades brasileira e peruana por meio do intercâmbio cultural e do fomento dos investimentos, do comércio e do turismo.

24. Destacaram o compromisso de continuar apoiando o processo de complementaridade econômica e comercial entre a Superintendência da Zona Franca

de Manaus (SUFRAMA) e o Centro de Exportação, Transformação, Indústria, Comércio e Serviços de Paita (CETICOS Paita), com vistas a promover maior integração entre o norte do Brasil e o norte do Peru. Nesse sentido, ressaltaram a visita efetuada por autoridades do CETICOS PAITA a Manaus, de 1 a 3 de junho corrente, a fim de dar seguimento ao acordado no Memorando de Entendimento entre a referida instituição e a SUFRAMA, assinado em Lima, em dezembro de 2009.

25. Saudaram, igualmente, a assinatura do Acordo de Cooperação Interinstitucional entre a Universidade Federal do Amazonas e a Universidad Nacional de Piura, que permitirá uma maior aproximação acadêmica, científica e tecnológica entre ambos os países.

26. Destacaram o intenso e efetivo trabalho realizado ao longo do semestre em matéria de cooperação técnica, o que permitiu a assinatura, no dia de hoje, dos Ajustes Complementares que aprovam os seguintes projetos:

Ajuste Complementar para execução do Projeto: “Fortalecimento do Ordenamento Territorial para a Integração Fronteiriça Brasil-Peru”

Ajuste Complementar para execução do Projeto: “Fortalecimento Institucional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos”

Ajuste Complementar para execução do Projeto: “Fortalecimento das Capacidades para Melhoria da Produção Aquícola no Baixo Javari”

Ajuste Complementar para execução do Projeto: “Fortalecimento das Capacidades Locais para a Instalação de Sistemas Agroflorestais em Comunidades Fronteiriças”

Ajuste Complementar para execução do Projeto: “Transferência de Metodologia do Projeto Rondon às Instituições de Ensino Superior do Peru, em Comunidades Fronteiriças dos Dois Países”

Ajuste Complementar para execução do Projeto: “Implementação de Centro de Tecnologias Ambientais”

27. Expressaram sua satisfação pelos avanços da cooperação entre o Ministério do Desenvolvimento Social do Brasil e o Ministério da Mulher e do Desenvolvimento Social do Peru, que permitirá resgatar a experiência brasileira no que concerne tanto ao monitoramento e à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas no âmbito social, como ao acompanhamento do impacto dos programas e projetos de desenvolvimento social. Instruíram as autoridades competentes a concluírem o projeto “Fortalecimento da Gestão de Monitoramento e Avaliação dos Programas Sociais do MIMDES”, no decorrer do segundo semestre do corrente ano.

28. Saudaram a realização da II Conferência Bilateral sobre Políticas Sociais em nível de Ministros da Saúde, prevista para ocorrer em Lima no segundo semestre de 2010, e comprometeram-se a continuar fomentando a cooperação bilateral em matéria de saúde, particularmente nos temas de seguridade universal, financiamento do sistema de seguridade, reforma do modelo de assistência e promoção da saúde, saúde familiar, participação social e formação de recursos humanos em saúde.

29. Reconheceram os importantes avanços obtidos nas áreas de cooperação cultural e educacional desde a assinatura, em agosto de 2009, dos Programas Executivos de Cooperação Cultural e de Cooperação Educacional. Nesse sentido, reafirmaram seu compromisso de empreender todos os esforços necessários para a abertura, em curto prazo, da primeira Escola Pública Brasileiro-Peruana, em Lima.

30. O Presidente Alan García saudou o êxito da realização, por parte do Governo brasileiro, da II Semana Cultural do Brasil no Peru, na cidade de Piura, de 27 de maio a 2 de junho de

2010, como exemplo emblemático dos projetos de descentralização da cooperação cultural e educacional entre os dois países.

31. Os Presidentes manifestaram vivo interesse no fortalecimento da cooperação e no início do intercâmbio de alunos e docentes das academias diplomáticas dos dois países.

32. Ressaltaram a importância de assegurar o desenvolvimento sustentável e integral da Amazônia e, nesse sentido, expressaram seu firme respaldo à próxima realização da X Reunião de Ministros de Relações Exteriores da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, em Lima, durante a qual se celebrarão os 30 anos de entrada em vigor do referido Tratado.

O Presidente Alan García expressou seu agradecimento pela hospitalidade recebida durante sua estada em Manaus e estendeu um cordial convite ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que participe da segunda edição da “ExpoPeru no Brasil”, a realizar-se em São Paulo, em novembro próximo.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
PERU, ALAN GARCÍA - MANAUS,
16 DE JUNHO DE 2010
16/06/2010

1. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTELECIMENTO DAS CAPACIDADES LOCAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAF) EM COMUNIDADES FRONTEIRIÇAS AMAZÔNICAS DO PERU”

2. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DE CAPACIDADES PARA MELHORAR A PRODUÇÃO AQUÍCOLA NO BAIXO YAVARÍ”

3. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL PARA A INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA PERU – BRASIL”

4. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS PERU - BRASIL”

5. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “CENTRO DE TECNOLOGIAS AMBIENTAIS”

6. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA

DO PERU PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO “TRANSFERÊNCIA DA METODOLOGIA DO PROJETO RONDON ÀS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DO PERU EM COMUNIDADES FRONTEIRIÇAS DOS DOIS PAÍSES”

7. ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA AO PERU E EXPORTAÇÃO DE EXCEDENTES AO BRASIL

8. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA DA REPÚBLICA DO PERU NO CAMPO SANITÁRIO E FITOSSANITÁRIO

9. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA ZONA DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-PERU PARA A CRIAÇÃO DO SUBGRUPO DE TRABALHO SOBRE SAÚDE NA FRONTEIRA

10. AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO QUADRO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DO PERU PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA ZONA DE INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA BRASIL-PERU PARA A CRIAÇÃO DO SUBGRUPO DE TRABALHO SOBRE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE TRANSPORTES FLUVIAIS EM RIOS AMAZÔNICOS

11. ACORDO POR TROCA DE NOTAS PARA O ESTABELECIMENTO DO COMITÊ DE FRONTEIRA ISLÂNDIA-BENJAMIN CONSTANT (Sin versión en español)

CRIAÇÃO DO CONSELHO DE
REPRESENTANTES DE BRASILEIROS
NO EXTERIOR – CRBE
17/06/2010

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, em 15 de junho de 2010, o Decreto nº 7.214, que, entre outras medidas, estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, institui as Conferências “Brasileiros no Mundo” (CBM) e cria o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE).

O Decreto amplia o conjunto de ações que o Itamaraty já desenvolve para aprimorar o atendimento consular e o apoio aos cerca de 3 milhões de compatriotas que vivem fora do Brasil. O CRBE será composto por 16 emigrados brasileiros e terá por objetivo colher as demandas dos brasileiros no exterior e colaborar com o MRE para o seu atendimento. As Conferências “Brasileiros no Mundo”, realizadas em 2008 e 2009 pela Subsecretaria-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior e pela Fundação Alexandre de Gusmão, ambas unidades do Itamaraty, tornam-se evento regular anual.

Informações mais detalhadas sobre o Decreto e sobre as primeiras eleições para o CRBE estarão disponíveis no portal “Brasileiros no Mundo”, (www.brasileirosnomundo.mre.gov.br).

V SESSÃO DA COMISSÃO MISTA
BRASIL-MOÇAMBIQUE – BRASÍLIA,
16 E 17 DE JUNHO DE 2010
17/06/2010

Realizou-se, em Brasília, entre os dias 16 e 17 de junho, a V Sessão da Comissão Mista de Cooperação Brasil-Moçambique.

As delegações brasileira e moçambicana, chefiadas, respectivamente, pelo Embaixador Piragibe Tarragô, Subsecretário-Geral Político III do Itamaraty, e pelo Engenheiro Antônio Fernando, Ministro da Indústria e Comércio, realizaram avaliação dos diversos projetos e programas de intercâmbio que compõem a agenda da cooperação bilateral. As delegações ressaltaram a importância dos projetos de investimentos brasileiros em Moçambique, que apresentam perspectivas promissoras.

Em encontros paralelos, o Ministro da Indústria e Comércio de Moçambique entrevistou-se com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e com o Presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial.

Ao final da reunião da Comissão Mista, os chefes das delegações assinaram os seguintes instrumentos bilaterais: Ajuste Complementar ao Acordo Geral de Cooperação para Implementação do Projeto “Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique”; Acordo de Serviços Aéreos; e Acordo Relativo ao Reconhecimento Mútuo de Carteira de Habilitação.

DECISÃO DA CAMEX SOBRE O
CONTENCIOSO DO ALGODÃO
17/06/2010

Os Ministros da CAMEX aprovaram hoje os termos de um “Acordo-Quadro para uma Solução Mutuamente Acordada para o Contencioso do Algodão na Organização Mundial do Comércio (WT/DS267)”, negociado entre delegações de Brasil e Estados Unidos ao longo das últimas semanas. Este Acordo-Quadro não constitui a solução

final da controvérsia, mas contém conjunto de importantes parâmetros para um processo progressivo que almeja redução substantiva dos efeitos negativos dos programas de subsídios norte-americanos.

O Acordo-Quadro, resultante de intensas negociações entre Brasil e EUA, dá continuidade aos compromissos já assumidos no Memorando de Entendimento assinado entre os dois Governos em 20 de abril de 2010, que cria um fundo de apoio aos cotonicultores nacionais no valor de US\$ 147,3 milhões anuais.

Entre os principais elementos do Acordo-Quadro, que serão válidos para um período de transição até fins de 2012, destacam-se:

1. No que diz respeito aos programas de apoio doméstico:

- a base das discussões será o estabelecimento de um limite anual para os programas de apoio que distorcem o comércio, em patamar significativamente inferior à média dos anos 1999-2005 (período examinado pelo mecanismo de solução de controvérsias da OMC);

- previsão de consultas trimestrais, que se estenderão até a finalização dos termos da lei agrícola norte-americana de 2012, para determinar como os programas daquela nova lei serão contabilizados contra o limite anual.

2. No que concerne o programa de Garantias de Crédito à Exportação (GSM-102):

- além das consultas trimestrais regulares, haverá processo com revisões semestrais da operação do programa (“Revisões Operacionais”), com especial foco nas duas características centrais das garantias de crédito: prazo de pagamento e prêmios de risco;

- a primeira revisão ocorrerá antes que sejam anunciadas as condições vigentes para o programa no primeiro semestre do próximo ano fiscal norte-americano (que terá início em outubro de 2010);

- o programa sofrerá alterações com vistas a reduzir o prazo de pagamento médio ponderado para não mais que 16 meses até o final do período transitório que termina em 2012;

- sempre que o valor das garantias concedidas ultrapassarem o patamar de US\$1,3 bilhão, o que representa 48% do orçamento semestral do programa, os EUA aumentarão o valor dos prêmios de risco cobrados em pelo menos 11%;

- em determinadas circunstâncias, quando a utilização do programa superar US\$ 1,5 bilhão, cerca de 55% do orçamento semestral, o reajuste mínimo será de 15%.

3. Os termos do Acordo Quadro não afetam os direitos das duas Partes no que se refere ao contencioso sobre o algodão na OMC e não prejudgam os termos do que possa vir a constituir uma solução negociada e mutuamente satisfatória para aquela disputa.

4. O Brasil não abre mão do seu direito de aplicar contramedidas e qualquer das partes pode denunciar o Acordo Quadro a qualquer momento.

5. O Brasil compromete-se a não aplicar as contramedidas autorizadas pela OMC enquanto o Acordo Quadro estiver em vigor.

Uma vez concluído o processo legislativo que colocará em vigor a nova lei agrícola norte-americana em 2012, as partes examinarão as modificações introduzidas naquela legislação e avaliarão a possibilidade de informar à OMC que foi alcançada uma solução mutuamente satisfatória para o contencioso.

O Governo brasileiro entende que o Acordo-Quadro firmado entre as partes é passo positivo e espera que o processo negociador, de consultas e de reformas que se iniciará possa levar à plena implementação das determinações da OMC, objetivo que continuará a ser perseguido pelo Governo brasileiro.

BRASIL-EUA: CONTENCIOSO
DO ALGODÃO
17/06/2010

O Ministro Celso Amorim, em visita oficial a Varsóvia, Polônia, tomou conhecimento, com satisfação, dos resultados das negociações entre o Brasil e os Estados Unidos sobre a implementação da decisão da Organização Mundial do Comércio relativa ao contencioso do algodão. O Ministro considerou positivo que as partes tenham chegado a um entendimento, evitando, assim, a suspensão de concessões em bens e em direitos de propriedade intelectual. A solução temporária alcançada respeita plenamente a capacidade do Brasil de fazer valer seus direitos de acordo com as decisões da OMC.

ATO ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM A
ESTÔNIA - TALIM,
17 DE JUNHO DE 2010
17/06/2010

Memorando de entendimento entre o ministério das relações exteriores da república federativa do brasil e o ministério dos negócios estrangeiros da estonia sobre consultas políticas

ATOS ASSINADOS ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA DE
MOÇAMBIQUE,
17 DE JUNHO DE 2010
17/06/2010

I) ajuste complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do projeto “apoio ao desenvolvimento de um programa nacional de alimentação escolar de moçambique”

II) acordo sobre serviços aéreos
III) acordo relativo ao reconhecimento mútuo de carteira de habilitação

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA
À SOMÁLIA
18/06/2010

O Governo brasileiro realizou, em 16 de junho, doação ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, para assistência humanitária à Somália.

Os recursos, no valor de 300 mil dólares, serão utilizados para a garantia da segurança alimentar e nutricional da população somali em situação de vulnerabilidade. A doação será acompanhada pela Embaixada do Brasil no Cairo.

VINDA AO BRASIL DA SELEÇÃO DE
FUTEBOL FEMININO DA PALESTINA
18/06/2010

Entre os dias 20 de junho e 5 de julho, 24 jogadoras da seleção palestina de futebol feminino realizarão treinamento e capacitação no Centro de Treinamento “Meninos da Vila”, em Santos. O objetivo da iniciativa, patrocinada pelo Governo brasileiro em parceria com o Santos Futebol Clube, é oferecer à equipe palestina treinamento teórico e prático nas instalações de instituição brasileira de excelência em futebol feminino.

As atletas palestinas também jogarão partidas amistosas com equipes brasileiras e visitarão a cidade de São Paulo, onde conhecerão o Museu do Futebol e os estádios do Pacaembu e do Morumbi.

Esta é a primeira atividade realizada no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área do Esporte, assinado durante visita do Presidente Luiz Inácio Lula

da Silva aos Territórios Palestinos Ocupados, em março de 2010. A iniciativa se insere na política brasileira de cooperação esportiva com países em desenvolvimento e constitui gesto de solidariedade com o povo palestino.

FALECIMENTO DO ESCRITOR
JOSÉ SARAMAGO
18/06/2010

O Ministro Celso Amorim, em visita oficial a Varsóvia, Polônia, tomou conhecimento, com pesar, do falecimento do escritor português José Saramago. O Ministro Amorim lamenta a perda de um homem que, com sua obra, deixou uma extraordinária contribuição para a literatura mundial e para a valorização da língua portuguesa, além de representar, por sua conduta pessoal, um exemplo de atuação engajada em favor de um mundo mais justo.

VISITA DO MINISTRO CELSO
AMORIM À POLÔNIA – DECLARAÇÃO
CONJUNTA – 18 DE JUNHO DE 2010
18/06/2010

No ano em que se celebra o 90º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Polônia, o Ministro Celso Amorim realizou visita oficial a Varsóvia, em 18 de junho, onde manteve encontros com autoridades do Executivo e do Legislativo poloneses.

Os Ministros identificaram os valores universais que ambos os países promovem nas relações internacionais, como o respeito à democracia e ao multilateralismo, a prevalência dos direitos humanos e a defesa da paz. O Brasil e a Polônia comprometeram-se a continuar a promover estes valores no mundo.

As partes expressaram satisfação com o ótimo estado das relações políticas entre o

Brasil e a Polônia, tanto em nível bilateral como multilateral. Ao mesmo tempo, declararam que existe grande potencial para o desenvolvimento das relações econômicas. Os Ministros manifestaram o desejo de fortalecer o comércio bilateral e promover investimentos recíprocos.

Os Chanceleres enfatizaram, ainda, a necessidade de desenvolver a cooperação regional entre a América Latina e Caribe e a União Européia. Destacaram a especial importância da Parceria Estratégica do Brasil com a União Européia e manifestaram satisfação pelo relançamento das negociações entre o MERCOSUL e a União Européia, à margem da VI Cúpula América Latina e Caribe – União Européia, realizada em Madri, em maio último.

ATO ASSINADO POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM À
BÓSNIA-HERZEGOVINA - SARAJEVO, 19
DE JUNHO DE 2010
19/06/2010

Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a isenção parcial de vistos.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
À SÉRVIA – BELGRADO,
20 DE JUNHO DE 2010
20/06/2010

I) MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA
SÉRVIA SOBRE CONSULTAS POLÍTICAS

II) ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA SÉRVIA SOBRE A ISENÇÃO DE VISTOS PARA SEUS RESPECTIVOS NACIONAIS

III) ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA DA SÉRVIA SOBRE ISENÇÃO DE VISTO EM FAVOR DE NACIONAIS PORTADORES DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS OU OFICIAIS/DE SERVIÇO

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ
EDUARDO DOS SANTOS – BRASÍLIA,
23 DE JUNHO DE 2010

22/06/2010

A convite do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, realizará visita de Estado ao Brasil em 23 de junho. O mandatário angolano estará acompanhado do Ministro das Relações Exteriores, Assunção dos Anjos, do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, do Ministro da Defesa Nacional, Cândido Van-Dúnem, e do Ministro das Finanças, Carlos Alberto Lopes.

No dia 23, o Presidente José Eduardo dos Santos será recebido pelo Presidente Lula para encontro de trabalho no Palácio Itamaraty. Na tarde do mesmo dia, o Presidente angolano realizará visitas de cortesia aos Presidentes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal.

Durante a visita, serão assinados dez atos bilaterais, entre os quais a Declaração Conjunta de Parceria Estratégica entre o Brasil e Angola, o Acordo de Cooperação em Defesa e os acordos de cooperação em ensino superior e não-superior.

Angola é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. Em 2009, a corrente de comércio bilateral somou US\$ 1,47 bilhão, dos quais US\$ 1,33 em exportações brasileiras. O Brasil disponibilizou US\$ 2,5 bilhões em linhas de crédito para financiamento à exportação de bens e serviços para Angola no âmbito do Fundo de Garantia de Exportações, o que faz de Angola o maior beneficiário dessa modalidade de crédito. Os Governos dos dois países negociam a expansão da linha de crédito bilateral, cujo montante será anunciado em breve.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA À
REPÚBLICA QUIRGUIZ

22/06/2010

O Governo brasileiro realizou, no dia 16 de junho, doação ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas, com vistas a contribuir para as ações de assistência humanitária às vítimas dos recentes distúrbios de violência, ocorridos na República Quirguiz.

Os recursos, no valor de 300 mil dólares, serão utilizados para compra de bens considerados prioritários para a garantia de segurança alimentar e nutricional da população mais vulnerável. A doação será acompanhada pela Embaixada do Brasil em Astana.

XII REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA
BRASIL-UNIÃO EUROPEIA BRASÍLIA,

16 E 17 DE JUNHO DE 2010

22/06/2010

Em preparação à IV Cúpula Brasil – União Europeia, que ocorrerá em Brasília, em 14 de julho, realizou-se, no Palácio Itamaraty, em 17 de junho, a XII Reunião da Comissão Mista Brasil – União Europeia. A Comissão Mista

é o principal mecanismo de implementação das iniciativas acordadas no Plano de Ação Conjunto da Parceria Estratégica, adotado na II Cúpula, no Rio de Janeiro, em dezembro de 2008. A Comissão Mista foi precedida por encontros setoriais.

As delegações brasileira e europeia foram chefiadas, respectivamente, pela Diretora do Departamento da Europa do Ministério das Relações Exteriores, Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, e pelo Diretor-Geral-Adjunto da Direção-Geral de Relações Exteriores da União Europeia, Stefano Sannino.

A XII Reunião da Comissão Mista permitiu a avaliação dos seguintes Diálogos Setoriais existentes entre o Brasil e a União Europeia: Questões Macroeconômicas; Questões Industriais e Regulatórias; Serviços Financeiros; Transporte Marítimo; Cooperação Administrativa em Questões de Concorrência; Ciência e Tecnologia; Sociedade da Informação; Desenvolvimento Sustentável e Mudança do Clima; Política Energética; Educação; Políticas Culturais; Políticas de Integração Regional; Desenvolvimento Social; e Governança do Setor Público. Foram também tratadas formas de se ampliar e diversificar a pauta comercial bilateral; as perspectivas para a assinatura de acordos na área da Aviação Civil; e as iniciativas de cooperação trilateral para o desenvolvimento de biocombustíveis e de bioeletricidade em países africanos, entre outros assuntos. A reunião serviu, igualmente, para a identificação de novas áreas de cooperação, em especial nos campos da promoção da igualdade de gênero e da cooperação judiciária.

Na agenda birregional, as delegações brasileira e europeia saudaram o anúncio do relançamento das negociações para a conclusão de Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia, feito em Madri em 17 de maio de 2010, e reiteraram

a importância de se alcançar um acordo ambicioso e equilibrado entre as duas regiões.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Europeia teve aumento de 183,8% entre 2002 e 2008, passando de US\$ 29,5 bilhões para US\$ 82,5 bilhões.

VISITA DO MINISTRO CELSO AMORIM
À BULGÁRIA - DECLARAÇÃO
CONJUNTA - SÓFIA,
23 DE JUNHO DE 2010
23/06/2010

Em seguimento à visita a oito países europeus, o Ministro Celso Amorim realizou visita oficial à Sófia, em 23 de junho, a primeira de um Chanceler brasileiro à Bulgária.

O Ministro manteve encontros com o Primeiro Ministro, Boyko Borissov; o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nikolay Mladenov; e com a Presidente da Assembleia Nacional, Tsetska Tsacheva.

Os dois Chanceleres discutiram temas de interesse bilateral, especialmente na área de comércio, investimentos e energia renovável. Exploraram formas de incrementar o comércio entre os dois países, como a organização de missões empresariais, e analisaram temas da agenda internacional e regional. Concordaram em dar impulso à cooperação entre as academias diplomáticas e na área cultural. No início de agosto será realizado em Varna, no Mar Negro, o III Festival da Cultura Brasileira.

Na oportunidade, os Chanceleres emitiram a seguinte Declaração Conjunta:

“Having met on 22-23 June, 2010, in Sofia, the Ministers of Foreign Affairs of the Federative Republic of Brazil and the Republic of Bulgaria agreed on the following Communiqué:

The Federative Republic of Brazil and the Republic of Bulgaria have long enjoyed a fruitful and friendly relationship.

The visit of H.E. Minister Celso Amorim to Sofia, to meet with his counterpart, H.E. Minister Nickolay Mladenov, and other high level authorities, being the highest level visit so far from Brazil to Bulgaria, represents a welcome development in our bilateral relations.

On this occasion, we have had the opportunity to further the understanding of our countries' perspectives on a number of bilateral and multilateral issues, thus contributing to an improved relationship on all the instances, regional and global, where Brazil and Bulgaria have to contribute to reach decisions that affect the interests of the international community.

Both Ministers agreed that the partnership between Brazil and Bulgaria can play a positive role in advancing economic, social and cultural opportunities in South East Europe, as well as strengthening the inter-regional relationship between the Balkans and Latin America.

Having in mind this fruitful relationship, and the need to facilitate cultural and commercial exchanges, we also have agreed to accelerate the ongoing negotiations of bilateral Agreements on Economic Cooperation and on Education and Cultural Cooperation as well as on other subjects of interest to both parties.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ
EDUARDO DOS SANTOS – BRASÍLIA,
23 DE JUNHO DE 2010
23/06/2010

I - AJUSTE COMPLEMENTAR
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO

DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO “PROJETO
PILOTO EM DOENÇA FALCIFORME”

II - AJUSTE COMPLEMENTAR
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“CAPACITAÇÃO NA ASSISTÊNCIA
TÉCNICA E EXTENSÃO AGRÁRIA PARA
TÉCNICOS ANGOLANOS”

III - AJUSTE COMPLEMENTAR
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“APOIO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL
RURAL E PROMOÇÃO SOCIAL EM
ANGOLA”

IV - AJUSTE COMPLEMENTAR
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA POPULAR DE
ANGOLA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO
PROJETO “APOIO À IMPLANTAÇÃO
DO SERVIÇO DE SANIDADE VEGETAL
E CAPACITAÇÃO TÉCNICA PARA
INSPEÇÃO FITOSSANITÁRIA”

V- AJUSTE COMPLEMENTAR
AO ACORDO DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA, CIENTÍFICA E TÉCNICA
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA POPULAR DE ANGOLA
PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO
“APOIO AO SISTEMA NACIONAL DE
INVESTIGAÇÃO AGRÁRIA DE ANGOLA”

VI - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE ANGOLA NO DOMÍNIO DA DEFESA

VII - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE ANGOLA NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO NÃO-SUPERIOR E FORMAÇÃO

VIII - ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DE ANGOLA NO DOMÍNIO DO ENSINO SUPERIOR E FORMAÇÃO DE QUADROS

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS – 23 DE JUNHO DE 2010 – DECLARAÇÃO CONJUNTA
23/06/2010

A República Federativa do Brasil

e

A República de Angola,

Considerando o patrimônio único de mais de 500 anos de história, cultura e laços de sangue em comum e o forte e sustentado desenvolvimento das relações entre a República Federativa do Brasil (doravante denominada “Brasil”) e a República de Angola (doravante denominada “Angola”);

Conscientes de que para enfrentar os desafios e explorar as oportunidades do novo cenário internacional impõem-se ampliar e diversificar as áreas de cooperação para novos domínios ancoradas em princípios e mecanismos institucionais que reflitam as novas situações de Brasil e Angola no contexto internacional;

Considerando que Brasil e Angola estão firmemente comprometidos com a promoção dos direitos e liberdades democráticas; e que são grandes países com sociedades pluralistas,

multiétnicas e culturalmente diversificadas;

Considerando que Brasil e Angola defendem uma ordem internacional mais justa, democrática e transparente, apoiada por um sistema multilateral fortalecido, para a consolidação de um mundo multipolar, diversificado culturalmente e regido pela tolerância e prevalência da Lei;

Considerando a prioridade que atribuem à cooperação Sul-Sul no contexto da cooperação internacional e o compromisso de ambos os países com os processos de integração regional de que participam;

Decidem adotar a Parceria Estratégica Angola-Brasil orientada nos seguintes termos:

1. A Parceria Estratégica conforma-se aos princípios estabelecidos na Carta das Nações Unidas e nas normas do direito internacional, em particular no respeito aos princípios de igualdade, benefício mútuo, soberania e integridade territorial, solução pacífica de controvérsias e não-intromissão nos assuntos internos de cada país.

2. A Parceria Estratégica estimulará a concertação nos assuntos bilaterais e internacionais, a diversificação das áreas e dos meios de cooperação, o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental, a troca de conhecimentos científicos e tecnológicos

3. A Parceria Estratégica privilegiará a formação e a capacitação de quadros, a transferência de conhecimento e tecnologia, a criação de parcerias entre entidades do setor público e privado, bem como a realização de investimentos recíprocos e complementares visando ao crescimento das respectivas economias e o maior desenvolvimento dos povos angolano e brasileiro.

4. A Parceria Estratégica promoverá iniciativas, programas e projetos específicos, de interesse comum, nos mais variados domínios, entre os quais político, diplomático, judicial, de segurança pública e defesa,

econômico, financeiro, comercial, energético, científico, ambiental, cultural e desportivo, tendo em consideração as seguintes diretrizes.

A. Cooperação política, diplomática, de segurança pública e defesa

5. Promover o diálogo e o entendimento mediante a intensificação das relações diplomáticas e consulares, de reuniões e troca de visitas de altas autoridades dos dois países, inclusive de reuniões da Comissão Mista, do Mecanismo de Consultas Políticas e de encontros setoriais ou temáticos.

6. Manter consultas regulares sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais, tais que a reforma das Nações Unidas, em especial do Conselho de Segurança, as negociações sobre mudança do clima, as negociações comerciais multilaterais, iniciativas no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), cooperação para a solução de conflitos na África e em outras regiões, inclusive construção da paz em situações de pós-conflito.

7. Promover contatos mais estreitos entre representantes de todos os órgãos do Executivo, do Legislativo, do Poder Judiciário, de associações profissionais e da sociedade civil de ambos os países.

8. Trabalhar pela reforma do sistema financeiro mundial com o objetivo de torná-lo mais inclusivo, responsável e transparente e assegurar maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios, bem como estimular a cooperação inter-regional com vista a explorar oportunidades de cooperação entre a SADC e o MERCOSUL.

9. Trabalhar para a consecução de um sistema de comércio multilateral mais equilibrado e justo, com a eliminação das distorções do comércio agrícola e sua maior liberalização em benefício dos países em desenvolvimento.

10. Consultar e coordenar, quando apropriado, ações em apoio à proteção e à

promoção dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos dois países, bem como nos contextos regional e multilateral.

11. Estimular a cooperação entre os ministérios de defesa de ambos os países em temas de seu interesse, bem como entre os órgãos de segurança pública.

B. Cooperação Econômica, Financeira, Comercial e de Desenvolvimento

12. Promover a cooperação institucional visando aos seguintes objetivos:

i) Formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas, bem como na formação e aperfeiçoamento de quadros para o seu exercício.

ii) Desenvolver um Plano de Trabalho de cooperação industrial entre Angola e Brasil visando à integração produtiva das duas economias e sua melhor inserção competitiva internacional.

13. Incentivar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do comércio recíproco e promover a cooperação empresarial por meio do incentivo à formação de parcerias, em particular de pequenas e médias empresas nos domínios do agronegócio, petróleo, petroquímica, minas e energia, cultura, turismo, infraestrutura, bens e componentes industriais, produtos e serviços da indústria de defesa, entre outros.

14. Promover a cooperação de entidades públicas e privadas no domínio das infraestruturas e dos transportes, em particular aéreos e marítimos, a fim de aumentar e melhorar os serviços entre os dois países.

15. Cooperar para o desenvolvimento das áreas da agricultura, florestas e pescas, telecomunicações e tecnologias de informação, petróleo, energia e águas, mineração e obras públicas.

16. Melhorar a utilização dos mecanismos de financiamento aos programas/projetos e das exportações para crescimento do comércio

bilateral e das economias de ambos países.

17. Ampliar os esforços conjuntos em favor da segurança alimentar em ambos os países e no âmbito de suas regiões respectivas.

18. Incentivar a criação de Conselhos Empresariais Brasil-Angola com vista ao aumento do comércio bilateral e dos investimentos recíprocos.

C. Cooperação técnica, científica e tecnológica, sociocultural e educacional

19. Incrementar e estabelecer a cooperação técnica, científica e tecnológica para fortalecer o desenvolvimento de recursos humanos qualificados e promover pesquisas conjuntas na esfera bilateral, entre outros, nos seguintes domínios:

Ciência da alimentação, segurança alimentar e produção agrícola; energia com ênfase em bioenergia; indústrias naval e petroleira; mineração; biodiversidade e biotecnologia; saúde; educação e formação; ensino superior e de pós-graduação; defesa e segurança pública; cultura; comunicação social; desportos.

20. Estimular o intercâmbio entre instituições de ensino, universidades, empresas e instituições homólogas, bem como promover a cooperação educacional mediante o intercâmbio de informação e professores e de experiências, assim como o treinamento de professores, especialistas e pesquisadores.

21. Promover cooperação no domínio do meio ambiente, baseada no princípio de responsabilidades comuns, porém diferenciadas no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças climáticas e do Protocolo de Quioto.

22. Fomentar o intercâmbio de experiências e o trabalho conjunto para alcançar as metas de desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, bem como outras metas e objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente na luta contra o

analfabetismo, a exclusão social, a pobreza, a fome e as doenças.

23. Promover a cooperação cultural, em particular nas áreas de preservação do patrimônio histórico-cultural e da memória documental, procurando ressaltar o respeito cultural mútuo através da promoção e divulgação cultural, intensificação do turismo e intercâmbio em artes e mídia de ambos os países.

24. Promover o desenvolvimento humano e a reinserção social e econômica por meio de intercâmbios na área dos desportos, grupos de jovens, estudantes e sociedade civil.

D. Cooperação Triangular

25. Promover a cooperação triangular entre Angola, Brasil e terceiros países nas áreas e modalidades a serem acordadas mutuamente.

26. Trabalhar estreitamente para o estabelecimento de cooperação regional e inter-regional, entre outras, nas seguintes áreas:

Proteção Civil;

Prevenção e administração de desastres naturais;

Ajuda emergencial e mecanismos de reconstrução pós-desastre;

Segurança alimentar;

Fortalecimento institucional;

Formação de quadros;

Saúde;

Energia e águas;

Comunicações e tecnologias da informação;

Promoção da língua portuguesa;

E. Implementação

27. Estabelecer uma Comissão Bilateral de Alto Nível para coordenar, acompanhar, avaliar, orientar e assegurar a implementação da presente Parceria Estratégica. Esta Comissão reunir-se-á pelo menos uma vez por ano em ambos os países, alternadamente.

Feito em Brasília, em 23 de junho de 2010.

ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA AO SRI
LANKA
23/06/2010

O Governo brasileiro realizou, em 16 de junho, doação ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), para apoio a deslocados internos no Sri Lanka.

A doação, no valor de 900 mil dólares, será acompanhada pela Delegação brasileira em Genebra e será prioritariamente utilizada para auxiliar o reassentamento e abrigo de famílias deslocadas

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE MINISTROS DA ITÁLIA,
SILVIO BERLUSCONI – SÃO PAULO, 28
E 29 DE JUNHO DE 2010
28/06/2010

O Presidente do Conselho de Ministros da Itália, Silvio Berlusconi, realiza visita ao Brasil, nos dias 28 e 29 de junho, acompanhado de delegação empresarial.

O Primeiro-Ministro italiano se reunirá com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em São Paulo. Os mandatários discutirão temas da agenda bilateral, no âmbito do Plano de Ação da Parceria Estratégica assinado em 12 de abril de 2010, com ênfase na cooperação econômico-comercial.

Durante a visita, deverão ser assinados atos bilaterais de cooperação nas áreas esportiva, cultural, de turismo e em matéria de infraestrutura, além de outros atos no campo econômico-comercial.

O Presidente Lula e o Primeiro-Ministro Berlusconi participarão ainda da sessão de instalação do Conselho Empresarial Brasil-Itália, bem como do encerramento do Seminário Empresarial que ocorrerá na ocasião.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Itália passou de US\$ 3,6 bilhões, em 2002, para US\$ 9,4 bilhões, em 2008 – o que representou aumento de mais de 160%. Apesar de o fluxo de comércio ter recuado 28% em 2009, em razão dos efeitos da crise financeira internacional, as trocas entre os dois países já cresceram 27% nos cinco primeiros meses de 2010, evidenciando tendência de retomada do crescimento.

VISITA DO PRESIDENTE DA SÍRIA,
BASHAR AL-ASSAD -
BRASÍLIA E SÃO PAULO,
30 DE JUNHO A 2 DE JULHO DE 2010
29/06/2010

O Presidente da República Árabe Síria, Bashar Al-Assad, visitará o Brasil de 30 de junho a 2 de julho. A primeira visita de um Presidente sírio ao Brasil coincide com a comemoração dos 130 anos da imigração árabe ao País. A vinda do Presidente Assad retribui a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Damasco, em dezembro de 2003.

Em Brasília, o Presidente Assad terá reunião e almoço de trabalho com o Presidente Lula. Será também recebido pelos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados. Em São Paulo, terá contato com a comunidade síria.

Durante a visita do Presidente Assad, deverão ser assinados acordos de cooperação jurídica em matéria penal e acordo de transferência de pessoas condenadas, assim como programa executivo de cooperação educacional e memorando de entendimento na área de saúde.

Brasil e Síria ampliaram significativamente os laços econômicos nos últimos sete anos. A corrente bilateral de comércio passou de US\$ 78 milhões, em 2003, para cerca de US\$ 307 milhões, em 2009.

VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE MINISTROS DA ITÁLIA,
SILVIO BERLUSCONI – SÃO PAULO,
29 DE JUNHO DE 2010 -
DECLARAÇÃO CONJUNTA
29/06/2010

1. O Presidente do Conselho de Ministros da República Italiana, Silvio Berlusconi, realizou Visita Oficial ao Brasil no dia 29 de junho de 2010.

2. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi reiteraram a natureza privilegiada dos vínculos humanos, políticos e comerciais que unem o Brasil e a Itália. Fizeram referência, no âmbito da Parceria Estratégica existente entre os dois países, à crescente afinidade de visões e princípios no sentido de fortalecer o multilateralismo. Destacaram o objetivo comum de promover a paz, a solução pacífica de controvérsias, o desarmamento e a não-proliferação, o combate à fome e à pobreza, a defesa dos direitos humanos e do meio ambiente. Reafirmaram o compromisso de contribuir de forma positiva para uma reforma abrangente das Nações Unidas, inclusive do Conselho de Segurança, e se comprometeram a dar continuidade aos entendimentos sobre o assunto nos foros apropriados.

3. Os dois Chefes de Governo expressaram, à luz dos resultados do III Fórum da Aliança de Civilizações realizado em 28 e 29 de maio no Rio de Janeiro, a necessidade de incentivo ao diálogo intercultural e de promoção e proteção dos direitos de migrantes, e a condenação veemente de todas as formas contemporâneas de xenofobia, racismo, discriminação e intolerância.

4. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi assinalaram a importância, no presente quadro de incerteza econômica mundial, de uma conclusão bem-

sucedida das negociações da Rodada de Doha para o Desenvolvimento e do Acordo MERCOSUL-União Europeia.

5. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi manifestaram, no contexto da IV Cúpula do G20 em Toronto, em 26 e 27 de junho, o reconhecimento da capacidade de resposta do mecanismo, que vem apresentando importantes contribuições para a superação, em bases sustentáveis, da presente crise financeira global. Destacaram a necessidade de transparência do sistema financeiro internacional e de ampliação do papel dos países em desenvolvimento no G20 e nas instituições financeiras internacionais tais como o Banco Mundial e o FMI.

6. Os dois Chefes de Governo ressaltaram a importância que atribuem ao enfrentamento global da mudança do clima e sua disposição comum de realizar ações adicionais com esse objetivo, utilizando-se plenamente de suas respectivas capacidades nacionais. Os Mandatários reiteraram o compromisso com o regime multilateral de combate à mudança e com a coordenação de iniciativas para assegurar o êxito da Conferência de Cancún (COP16). Assinalaram, ainda, a importância da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que se realizará no Brasil em 2012.

7. Os dois Chefes de Governo fizeram referência à importância da utilização de energias renováveis e ao compromisso de promover o uso de tecnologias de energia renovável, inclusive biocombustíveis. Concordaram, ainda, em fortalecer o diálogo em instâncias multilaterais, tais como a “Parceria Global para Bioenergia” (GBEP), para promover a criação de um mercado internacional para os biocombustíveis e o desenvolvimento de critérios e indicadores de sustentabilidade para orientar a formulação de políticas públicas nacionais de biocombustíveis.

8. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi conclamaram a comunidade internacional a envidar esforços adicionais, continuados e duradouros em prol da reconstrução do Haiti, sob a égide das prioridades estabelecidas pelo Governo haitiano, e expressaram satisfação com os bons resultados da missão conjunta de caráter humanitário, integrada pelas Forças Armadas de ambos os países a bordo do porta-aviões “Cavour”, em auxílio às vítimas do terremoto que assolou aquele país.

9. Os dois Mandatários concordaram em promover novas iniciativas de cooperação trilateral em benefício de terceiros países em desenvolvimento, no marco do Memorando de Entendimento para a Realização de Atividades de Cooperação em Terceiros Países, assinado em março de 2007, e saudaram as iniciativas já em curso.

10. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi reafirmaram seu compromisso com a implementação do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Itália, firmado em 12 de abril. Com esse objetivo, decidiram atualizar o formato do Conselho Brasil-Itália de Cooperação Econômica, Industrial, Financeira e para o Desenvolvimento. Nesse sentido, determinaram que deverão reportar-se ao Conselho de Cooperação, no que se refira à implementação do Plano de Ação, as comissões e grupos de trabalho instituídos no âmbito dos Acordos bilaterais vigentes nos setores contemplados no Plano de Ação. O Conselho de Cooperação poderá constituir novos grupos de trabalho temáticos em caso de necessidade, no intuito de acompanhar a cooperação bilateral nas matérias objeto do Plano de Ação.

11. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi saudaram a criação do Conselho Empresarial Brasil-

Itália, composto por lideranças empresariais de ambos os países, e assinalaram que o mecanismo deverá fornecer, na qualidade de porta-voz do setor privado, propostas e sugestões aos dois Governos em preparação às reuniões do Conselho de Cooperação. Os dois Mandatários saudaram a decisão de se realizar a primeira reunião do Conselho Empresarial no segundo semestre de 2010, em Roma. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, com interesse, o convite formulado pelo Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi para que o Brasil participe, como convidado especial, da V Conferência Itália-América Latina.

12. Os dois Chefes de Governo tomaram nota, com satisfação, dos preparativos, por parte da Itália, de um programa de eventos no Brasil entre outubro de 2011 e a primavera de 2012, intitulado “Momento Itália-Brasil”, que contribuirá para o aprimoramento das relações entre os dois povos nos setores econômico-comercial, tecnológico, científico, cultural e educacional. Os dois Chefes de Governo encorajaram a continuidade das atividades preparatórias, com vistas ao pleno êxito da iniciativa italiana.

13. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi, ao sinalizarem a prioridade atribuída aos setores de inovação e de ciência e tecnologia, expressaram satisfação pela realização, prevista para o segundo semestre do corrente ano, da Primeira Reunião da Comissão Mista Permanente, prevista no Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Brasil e a Itália.

14. Os dois Chefes de Governo expressaram satisfação pela assinatura, por ocasião da Visita, de atos bilaterais nos setores da infraestrutura, de cooperação econômica e comercial, de cooperação esportiva e de promoção cultural, bem como pela adoção de

emendas que atualizam o Acordo de Turismo.

15. O Presidente Lula e o Presidente do Conselho de Ministros Berlusconi reconheceram a contribuição positiva que as respectivas comunidades emigradas prestaram e prestam aos países de acolhimento. Os dois Chefes de Governo reafirmaram o propósito de ampliar iniciativas em prol das comunidades brasileira na Itália e italiana no Brasil, em particular no que se refere à conclusão das negociações de um acordo de reconhecimento recíproco de carteiras nacionais de habilitação e à realização de seminários acadêmicos sobre as respectivas comunidades, bem como aos demais temas relacionados ao diálogo bilateral em questões consulares e migratórias.

16. O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Presidente do Conselho de Ministros Silvio Berlusconi manifestaram viva satisfação pelo estado das relações bilaterais, e reiteraram seu empenho na ampliação e no aprofundamento da Parceria Estratégica entre o Brasil e a Itália.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DO
CONSELHO DE MINISTROS DA ITÁLIA,
SILVIO BERLUSCONI – SÃO PAULO, 29
DE JUNHO DE 2010
29/06/2010

1. TERMOS DE REFERÊNCIA PARA
O CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-
ITÁLIA

2. PROGRAMA EXECUTIVO DE
COOPERAÇÃO CULTURAL ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA ITALIANA PARA O PERÍODO
DE 2010-2013

3. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA

FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA ITALIANA SOBRE
COOPERAÇÃO NA ÁREA DO ESPORTE

4. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O MINISTÉRIO DOS
TRANSPORTES DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O
MINISTÉRIO DAS INFRAESTRUTURAS
E DOS TRANSPORTES DA REPÚBLICA
ITALIANA SOBRE COOPERAÇÃO NO
SETOR DE INFRAESTRUTURA

5. EMENDA POR TROCA DE NOTAS
AO ACORDO SOBRE COOPERAÇÃO
NO DOMÍNIO DO TURISMO, ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA ITALIANA

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DE
RELAÇÕES EXTERIORES, COMÉRCIO
INTERNACIONAL E CULTO DA
ARGENTINA, HÉCTOR TIMERMAN -
BRASÍLIA, 30 DE JUNHO DE 2010
29/06/2010

O Ministro de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto da Argentina, Héctor Timerman, realizará visita a Brasília em 30 de junho, ocasião em que manterá reunião de trabalho com o Ministro Celso Amorim. Trata-se da primeira visita oficial ao Brasil do Chanceler argentino, que assumiu suas funções em 22 de junho.

Os Chanceleres deverão passar em revista os principais pontos da agenda bilateral, tais como o andamento de projetos estratégicos no âmbito do Mecanismo de Integração e Cooperação Brasil-Argentina (MICBA), bem como a evolução do comércio bilateral e da integração das duas economias. Os Ministros Amorim e Timerman deverão,

ainda, trocar impressões sobre temas de interesse comum das agendas regional e global, entre os quais a próxima Cúpula do MERCOSUL, o desenvolvimento da UNASUL e as possibilidades de cooperação para a reconstrução do Haiti.

O Brasil é o principal sócio comercial da Argentina. Entre 2002 e 2008, o fluxo bilateral de comércio cresceu mais de 300%, passando de US\$ 7 bilhões para mais de US\$ 30 bilhões. De janeiro a maio de 2010, a corrente de comércio entre os dois países aumentou mais de 50% em relação a igual período de 2009 e atingiu cerca de US\$ 12 bilhões, dos quais pouco mais da metade correspondeu a exportações brasileiras.

ATOS ASSINADOS POR OCASIÃO DA
VISITA AO BRASIL DO PRESIDENTE DA
REPÚBLICA ÁRABE SÍRIA, BASHAR
AL-ASSAD - BRASÍLIA, 30 DE JUNHO
DE 2010
30/06/2010

1. ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
E O GOVERNO DA REPÚBLICA ÁRABE
DA SÍRIA SOBRE TRANSFERÊNCIA DE
PESSOAS CONDENADAS

2. ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E
O GOVERNO DA REPÚBLICA ÁRABE DA
SÍRIA SOBRE COOPERAÇÃO TÉCNICA

3. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA SOBRE
COOPERAÇÃO TÉCNICA NA ÁREA DE
AGRICULTURA

4. ACORDO ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E

O GOVERNO DA REPÚBLICA ÁRABE DA
SÍRIA SOBRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA
MÚTUA EM MATÉRIA PENAL

5. MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO
DA REPÚBLICA ÁRABE DA SÍRIA SOBRE
COOPERAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE

ENTREVISTAS

ENTREVISTA COLETIVA CONCEDIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA, NA SAÍDA DO VELÓRIO DA DRA. ZILDA ARNS NEUMANN - CURITIBA-PR , 15/01/2010

Presidente: Olha, companheiros, vocês sabem que o momento não é fácil. Não é fácil o que aconteceu ao Haiti, pelo que aconteceu ao povo do Haiti, pelo que está acontecendo ainda, porque é muita gente soterrada ainda e não sabemos se têm vivos ou não; pela quantidade de gente que nós já sabemos que morreu, fora aqueles que nós ainda não sabemos; pelos 14 soldados brasileiros que morreram, e certamente os quatro que estão desaparecidos podem estar mortos também, porque... pelo representante do Brasil nas Nações Unidas. E toda essa gente que morreu está simbolizada na nossa querida Zilda Arns.

Eu penso que quem viveu no Brasil nessas duas décadas e meia e que lutou pela conquista da democracia, lutou pela conquista dos direitos humanos, lutou pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, pelas crianças, pelos idosos, sabe que se a gente fechasse os olhos e fosse imaginar uma pessoa, nós iríamos ver o rosto da dona Zilda.

Então, acho que foi uma perda muito grande para o Brasil, uma perda para o mundo, de uma pessoa que dedicou sua vida a cuidar dos mais necessitados (incompreensível) solidariedade, e que morreu, eu diria, em um momento em que

estava cumprindo uma das coisas mais sagradas que ela fazia, que era ajudar as pessoas pobres, não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo, e aconteceu com ela, no Haiti.

Eu disse à família que nesse momento de dor todo mundo vai chorar, mas o que é importante que a gente tenha em mente é que as ideias que a dona Zilda pregou neste país durante tanto tempo, eu espero que tenham encarnado na mente, no coração e na alma de cada brasileiro e de cada brasileira e que, a partir do exemplo dela, todos nós sejamos mais solidários, sejamos mais humanistas, e olhemos com um pouco mais de carinho para o nosso próximo porque, às vezes, com um pequeno gesto, a gente pode ajudar muito. Então, eu não poderia deixar de vir aqui prestar a minha solidariedade à família, sabendo que a dona Zilda está lá de cima olhando e dizendo que valeu a pena tudo o que ela fez. Eu tenho certeza que, se perguntassem para ela “se você voltasse a viver, você faria tudo outra vez?”, ela falaria: “Faria tudo outra vez, e voltaria inclusive ao Haiti outra vez”. Porque ela era uma pessoa assim, e Deus queira que surjam outras pessoas assim no Brasil.

Um abraço.

ENTREVISTA EXCLUSIVA CONCEDIDA POR ESCRITO PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, LUIZ INÁCIO DA SILVA, AOS JORNAIS “LA PRENSA”
E “EL DEBER”, DA BOLÍVIA – BRASÍLIA – DF, 22/01/2010

Jornalista: Presidente...Obrigado.

Jornalista: Quais são as expectativas de seu país diante do segundo mandato do presidente Evo Morales?

Presidente: A esmagadora reeleição do Presidente Evo Morales confirma que o atual Governo representou uma verdadeira revolução no destino da Bolívia. Sua eleição, em 2006, foi um dos mais destacados feitos políticos desta década na América do Sul. Pela primeira vez, o País tem um governante que tem a cara do povo boliviano e representa suas mais profundas aspirações. Saudamos o desenvolvimento econômico e social que a Bolívia vem experimentando nos últimos anos. Ele é importante para os bolivianos, obviamente, mas é também fundamental para o Brasil e para toda a América do Sul. A estabilidade política e democrática alcançada pela Bolívia e a manutenção de sua integridade territorial são decisivas para o nosso continente.

O povo boliviano recuperou sua autoestima e sua confiança na possibilidade do País retomar o caminho do desenvolvimento sustentável, economicamente inclusivo e socialmente justo.

Estou certo de que, no próximo quadriênio, o Governo do Evo consolidará os notáveis resultados alcançados. Por essa razão, o Brasil está comprometido em aprofundar ainda mais nossa aliança estratégica. Estamos decididos a ampliar os projetos bilaterais em curso nas áreas de energia, infraestrutura, cooperação técnica, industrial, eleitoral, migrações e segurança. Para tanto, criamos, em 2009, um mecanismo de reuniões trimestrais em nível presidencial, que reflete nossa intenção de imprimir um forte impulso político a essas iniciativas.

Nesse sentido, somos estimulados pelo vigoroso desempenho de nossas duas economias durante a recente crise mundial. Ela evidenciou as vantagens estratégicas que nossos países e o continente desfrutam diante dos desafios globais, sobretudo nos temas energético, alimentar e ambiental. Por sua localização estratégica no coração do continente, além de suas vastas riquezas naturais, a Bolívia tem um papel crucial no processo de integração sul-americano. Isso explica a prioridade que o Brasil atribui a suas relações com a Bolívia e à nossa agenda de cooperação bilateral.

Jornalista: Na sua opinião, qual será o ponto central da agenda bilateral dos próximos cinco anos? O gás vai continuar dominando a agenda?

Presidente: O gás seguramente continuará a ter um papel central na agenda bilateral, contribuindo para que o Brasil continue sendo o principal sócio comercial e investidor na Bolívia. Temos o objetivo, por outro lado, de avançar no tema da fábrica de separação de líquidos de gás natural, de modo que se realize a antiga aspiração boliviana de agregar valor local à sua riqueza gasífera e, desse modo, gerar renda e avanço tecnológico para as futuras gerações. Queremos, portanto, avançar com as iniciativas em estudo para concretizar os projetos gás-químicos em Tarija e Puerto Suárez, e a instalação de uma fábrica de fertilizantes nesta última cidade.

No entanto, as relações bilaterais são tão amplas e diversas como são os 3.423 Km. de nossa extensa fronteira comum. Devemos avançar em programas de cooperação na agenda social, de defesa, educacional, comercial, agrícola, energética e de integração física. Especialmente na área de infraestrutura, avançam estudos e iniciativas - muitos com financiamento brasileiro - que baixarão os custos de transporte e reforçarão a competitividade da economia boliviana e, particularmente, de suas exportações.

Jornalista: Que tema da agenda bilateral deveria ser aprofundado durante a gestão do presidente Evo Morales?

Presidente: Para aprofundar a aliança estratégica, inaugurada em 2007, será decisivo diversificar a pauta bilateral de comércio e reduzir a dependência da exportação de gás. Um campo prioritário é o desenvolvimento do

grande potencial agrícola boliviano. O Brasil deseja ampliar o financiamento para a compra de tratores e colheitadeiras, assim como ajudar na instalação de um instituto local de pesquisa agrícola – semelhante à Embrapa do Brasil. Também desejamos ampliar o apoio técnico e financeiro para obras de infraestrutura, necessárias para a integração definitiva do território boliviano, tanto internamente quanto regionalmente. Um dos projetos prioritários é concretizar uma conexão interoceânica que ligará os oceanos Pacífico e Atlântico, valorizando a posição estratégica da Bolívia no coração da América do Sul.

Jornalista: A YPFB prevê uma queda da demanda brasileira de gás em 2010, inclusive abaixo do mínimo estabelecido no contrato. Isso resultará em um grave golpe para a Bolívia e obrigará a Petrobras a pagar o Take or Pay. Não é chegado o momento de renegociar o contrato de compra e venda de gás para adequá-lo às possibilidades da oferta boliviana e da demanda brasileira?

Presidente: O contrato de compra e venda de gás boliviano – Gas Supply Agreement (GSA) – permite ao Brasil importar o gás da Bolívia abaixo do mínimo – que é uma média de 24 milhões de m³ anuais, até 2019 – desde que pague pela diferença não consumida, de acordo com o princípio do take or pay. O Brasil continuará honrando esse compromisso assumido. Porém, foram introduzidas mudanças recentes que tornam o GSA mais atraente para a Bolívia ao remunerar o país economicamente pela parte líquida do gás natural com poder calorífico acima de 8900 kcal/m³. Além do GSA, Brasil e Bolívia estão empenhados na implementação do Tratado de Integração Energética Sul-Americano, a ser adotado no âmbito da Unasul.

Jornalista: No ano passado, houve avanços nas condições para as exportações de têxteis bolivianos para o mercado brasileiro; contudo, tanto o Governo como os produtores bolivianos esperam que o Brasil reduza suas restrições para melhorar o volume das exportações.

Presidente: O Brasil tem feito grandes esforços para estender as exportações da Bolívia para o Brasil, além do gás, responsável por um importante superávit comercial. Com a suspensão das preferências do ATPDEA dos Estados Unidos, o Brasil firmou com a Bolívia um Protocolo que outorga preferências alfandegárias para 48 produtos têxteis selecionados, de US\$ 21 milhões por ano, em exportações bolivianas. Pelo Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), buscamos aumentar as exportações bolivianas para o Brasil e os investimentos brasileiros na Bolívia. Achamos que é necessário fortalecer a capacidade industrial e agrícola da Bolívia, para que se torne mais competitiva e capaz de uma melhor e mais diversificada inserção na economia internacional.

Jornalista: Em sua última visita à Bolívia, teve início o diálogo para uma provável participação brasileira no projeto boliviano para a exploração do lítio do Salar de Uyuni. Qual é a proposta de seu governo para levar adiante esse projeto?

Presidente: Em Villa Tunari, em agosto passado, firmamos um Memorando sobre Cooperação Científica, Tecnológica e Econômica relativo aos recursos minerais do Salar de Uyuni, que abriga metade das reservas de lítio do planeta. O Brasil deseja desenvolver uma cooperação, com a Bolívia, que inclua transferência de tecnologia. Assim poderemos ajudar a Bolívia a explorar suas

reservas de lítio com significativa agregação de valor e atração de investimentos. Acreditamos que o lítio representa um grande potencial de desenvolvimento para a economia boliviana e para sua inserção na economia mundial, no segmento das indústrias eletroeletrônicas (em baterias), químicas e metalúrgicas. O Brasil espera assim contribuir para que os recursos naturais bolivianos estejam a serviço do bem-estar social e do progresso técnico do País. Mas reitero a importância de que a Bolívia possa industrializar seu lítio e não simplesmente exportar esse mineral.

Jornalista: Seu país deu refúgio a pandinos opositores ao governo de Evo Morales, acusados perante a justiça pela comissão de delitos, do que se chamou de “o massacre de Porvenir”. Por quê? Existem dúvidas sobre a imparcialidade da justiça boliviana?

Presidente: A decisão do Comitê Nacional para Refugiados (Conare) de conceder abrigo a 58 cidadãos bolivianos e seus familiares foi motivada por critérios exclusivamente técnicos. Seguiu a estrita observância dos critérios estabelecidos pela Lei de Refúgio (Lei nº 9.474/97).

O Conare é um órgão de deliberação tripartite, que reúne representantes da área governamental, da sociedade civil e das Nações Unidas. A Bolívia encaminhou, recentemente, informações adicionais sobre as investigações em curso para a consideração do Conare, que deliberará sobre a conveniência de reabertura do caso.

Jornalista: A posição do Brasil na reunião de Copenhague contra a mudança climática distanciou-se das posições de outros líderes latino-americanos, entre eles a da Bolívia. O presidente Morales convocou uma Reunião

Social diante do que considera o fracasso na Dinamarca. Como o seu governo avalia essa convocação?

Presidente: É natural que em um tema de extrema complexidade, como a mudança climática, haja posições divergentes. O Brasil gostaria de ter conseguido compromissos mais ambiciosos sobre o combate ao aquecimento global em Copenhague. Demos uma grande contribuição ao nos comprometermos com metas de redução de emissões e de financiamento para países em desenvolvimento. Isso nos permite exigir compromissos igualmente sérios e concretos por parte dos países industrializados, à altura de suas possibilidades econômicas e materiais e, principalmente, proporcionais ao impacto de suas emissões ao longo dos anos. Os compromissos adicionais do Brasil são coerentes com o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, consagrado no Protocolo de Quioto. Os países em desenvolvimento desejam contribuir para uma solução global e justa. Acreditamos que a Reunião Mundial dos Povos sobre a Mudança Climática, anunciada pelo presidente Evo insere-se nesse esforço. Poderá contribuir para o debate, de forma que alcancemos uma posição de consenso na Reunião do México, no final deste ano. Como fizemos na Reunião dos Países Amazônicos, prévia à de Copenhague, o Brasil deseja continuar se coordenando com a Bolívia e os demais países latino-americanos para chegarmos unidos à COP 16, no México.

Jornalista: O governo do Brasil está satisfeito com o que a Bolívia faz em matéria de luta contra o narcotráfico, proteção de cidadãos brasileiros no território boliviano e política de recursos hídricos fronteiriços?

Presidente: Temos trabalhado estreitamente com o governo da Bolívia, em um espírito de cooperação e amizade, para produzir avanços nesses três temas. A cooperação para o combate ao narcotráfico se intensifica. Nossas forças policiais mantêm contatos regulares e avançam quanto às medidas de melhor controle da fronteira comum. O Brasil dá apoio logístico aos esforços bolivianos de controle e fiscalização de sua zona fronteiriça. Enviei ao Congresso Nacional o pedido de cessão de quatro helicópteros para que a Bolívia possa exercer um melhor controle das atividades criminais no País, sobretudo do narcotráfico.

Quanto aos cidadãos brasileiros, o governo boliviano vem atuando para normalizar a situação. De nossa parte, regularizamos mais de 50 mil bolivianos no Brasil. Temos também trabalhado com a ajuda da Organização Internacional de Migrações para reassentar as famílias de brasileiros que viviam na zona de fronteira, em Pando. Sobre o uso dos recursos hídricos do rio Madeira, procuramos atender, em um espírito de diálogo e cooperação, às preocupações das autoridades bolivianas com eventuais danos ambientais. O Brasil, como a Bolívia, atribui prioridade à proteção de seu patrimônio ambiental e dos interesses de suas comunidades indígenas. Para isso, as usinas que serão construídas na Amazônia ocidental brasileira dispensam grandes represas, para reduzir ao mínimo seus impactos.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul: 80, 86, 91, 92, 104, 111, 131, 136, 142, 194, 228, 247, 320,324, 353, 354, 355, 360, 368, 378, 381, 388, 389, 398, 460, 461.

Alemanha: 79, 80, 93, 104, 148, 205, 206, 208, 235, 238, 281, 323, 324, 336.

Algodão: 121, 122, 138, 148, 247, 277, 321, 332, 334, 397, 398, 475, 484, 485,486.

Argentina: 44, 45, 77, 79, 80, 86, 93, 111, 124, 125, 126, 128, 160, 165, 167, 170, 195, 196, 197, 200, 209, 224, 235, 236, 237, 238, 241, 243, 250, 295, 300, 322, 323, 331, 396, 412, 422, 423, 442, 459, 466, 471, 497, 498.

B

Bélgica: 458, 459.

Biocombustíveis: 176, 190, 218, 292, 296, 301, 308, 313, 318, 325, 326, 330, 339, 348, 349, 350, 359, 368, 369, 374, 375, 379, 406, 423, 436, 454, 464, 489, 495.

Bolívia: 111, 126, 128, 148, 160, 200, 226, 234, 235, 237, 241, 322, 323, 324, 339, 396, 501, 502, 503, 504.

Burkina Faso: 121, 423.

Burundi: 132, 194, 385.

C

Cabo Verde: 117, 132, 194, 211, 281.

CAF: 236.

CALC: 46, 79, 147, 302, 303, 305, 306, 314, 402, 421, 456.

Chile: 90, 111, 126, 127, 128, 129, 160, 241, 273, 276, 289, 294, 300, 301, 302, 315, 317, 319, 335,, 336, 337, 338,339, 340, 341, 342, 386, 396, 422, 455, 456, 458.

China: 79, 80, 86, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 104, 105, 139, 141, 142, 143, 156, 206, 227, 228, 237, 276, 277, 294, 320, 324, 354, 355, 356, 358, 359, 360, 361, 362, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 381, 389, 393, 394, 398, 447.

Cisjordânia: 326.

COI: 140, 141, 171.

Colômbia: 80, 101, 111, 294, 322, 323, 324, 332, 396, 455.

Comissão Européia: 195, 293, 301, 426, 442.

Conselho de Segurança: 198, 209, 249, 252, 305, 314, 317, 319, 328, 330, 341, 343, 364, 380, 398, 399, 402, 443, 444, 445, 446, 451, 463, 470, 471, 472, 473, 474, 477, 492, 495.

Cooperação Econômica: 284, 288, 343, 344, 345, 350, 351, 366, 447, 463, 477, 492, 496.

COP-15: 291, 292.

Coréia do Sul: 94.

CPLP: 115, 116, 117, 260, 315, 316, 433, 445, 447, 448, 449, 450.

Cruz Vermelha: 332, 291.

D

Democracia: 160.

Desenvolvimento Sustentável: 279, 381, 414, 446, 456, 464, 489, 495.

Direitos Humanos: 275, 319, 355, 438, 452, 57, 58, 59, 61, 67, 114, 128, 132, 148, 264, 275, 302, 318, 319, 329, 337, 341, 343, 344, 363, 424, 438, 451, 452, 455, 456, 462, 487, 492, 495, 499, 36, 47, 57, 58, 59, 61, 67, 114, 128, 132, 148, 264.

E

Energia: 62, 64, 65, 68, 70, 71, 75, 77, 78, 84, 92, 96, 97, 98, 100, 111, 114, 123, 124, 126, 132, 147, 156, 159, 160, 175, 182, 190, 194, 203, 220, 227, 235, 239, 240, 241, 242, 252, 257, 263, 266, 275, 276, 279, 281, 292, 297, 298, 299, 300, 306, 312, 326, 330, 331, 333, 334, 339, 341, 347, 348, 354, 359, 360, 366,

368, 369, 370, 374, 375, 379, 388, 406, 418, 420, 422, 423, 424, 434, 436, 440, 443, 444, 445, 447, 448, 483, 489, 492, 493, 495, 501.

Equador: 111, 160, 226, 324.

Espanha: 55, 109, 195, 196, 197, 198, 201, 203, 206, 207, 208, 209, 210, 216, 301, 310, 311, 317, 458, 463.

EUA: 76, 148, 225, 227, 294, 295, 296, 316, 317, 321, 322, 323, 332, 335, 342, 397, 441, 461, 463, 470, 475, 485, 486.

F

Filipinas: 109, 324.

Foro IBAS: 91, 92, 104, 105, 131, 132, 133, 135, 136, 147, 148, 154, 156, 194, 247, 270, 353, 354, 355, 357, 368, 381, 388, 389, 394, 398, 463.

França: 34, 80, 93, 98, 99, 104, 143, 173, 238, 338, 432, 441, 467, 481.

G

Genebra: 57, 116, 245, 249, 285, 294, 452, 476, 494.

Guiana: 40, 90, 227, 294, 400, 401, 404, 405, 408, 409.

Guné-Bissau: 117, 132, 148, 194, 237, 247, 276, 282, 321, 385, 387, 423, 447, 467.

Guiné-Equatorial: 93.

H

Haiti: 48, 49, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 63, 69, 78, 80, 81, 83, 84, 92, 103, 107, 115, 128,

132, 148, 153, 154, 167, 194, 235, 247, 248, 264, 273, 274, 277, 279, 281, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 296, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 307, 308, 309, 314, 316, 319, 320, 322, 323, 325, 328, 335, 341, 344, 353, 385, 386, 393, 400, 401, 402, 404, 406, 412, 413, 422, 428, 429, 440, 456, 461, 496, 498, 499.

Honduras: 82, 94, 95, 96, 102, 103, 148, 160, 422.

I

Indonésia: 324, 396.

Índia: 80, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 104, 105, 131, 133, 136, 139, 142, 194, 205, 206, 228, 247, 291, 294, 295, 320, 324, 353, 354, 355, 356, 357, 360, 368, 378, 379, 380, 381, 383, 384, 385, 386, 388, 389, 390, 393, 394, 396, 398, 404, 447.

Investimentos: 50, 55, 91, 93, 110, 113, 114, 123, 128, 135, 152, 154, 159, 160, 170, 172, 175, 178, 181, 190, 199, 202, 207, 208, 214, 264, 269, 288, 299, 300, 301, 303, 304, 311, 318, 319, 329, 335, 336, 338, 343, 345, 346, 348, 359, 365, 366, 367, 368, 369, 371, 379, 415, 422, 424, 425, 431, 445, 447, 448, 459, 463, 480, 481, 484, 487, 489, 491, 493, 503.

Iraque: 85, 97, 99, 100, 108, , 149, 185.

Israel: 49, 50, 94, 96, 152, 217, 265, 270, 285, 320, 326, 327, 355, 357, 397, 428, 469, 470, 471.

Itália: 40, 41, 79, 80, 100, 140, 141, 263, 264, 265, 267, 276, 284, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 494, 495, 496, 497.

J

Jamaica: 278, 294, 400, 401, 403, 404, 405, 455, 497.

Jogos Olímpicos: 171, 172, 264, 323, 346, 358, 376, 447, 450.

L

Líbano: 148, 151, 152, 270, 397.

M

Mali: 121, 122, 148, 247, 276, 334, 423.

Mercosul: 44, 46, 50, 90, 101, 126, 139, 147, 154, 160, 169, 170, 188, 195, 196, 197, 218, 226, 227, 247, 263, 264, 286, 302, 311, 314, 327, 338, 340, 344, 379, 399, 407, 420, 422, 426, 428, 440, 442, 443, 445, 446, 455, 463, 464, 471, 480, 487, 489, 492, 495, 498.

México: 65, 71, 79, 80, 81, 85, 90, 95, 97, 114, 153, 155, 183, 196, 224, 226, 230, 235, 238, 292, 302, 303, 304, 305, 306, 314, 322, 323, 324, 331, 381, 383, 393, 395, 421, 432, 454, 455, 504.

Moçambique: 116, 117, 120, 211, 247, 280, 283, 320, 427, 484, 486.

Mudança de Clima: 114, 125, 147, 183, 197, 274, 291, 302, 316, 317, 320, 323, 330, 343, 345, 380, 381, 398, 440, 445, 446, 453, 454, 456, 457, 489, 492, 495.

N

Nações Unidas: 49, 51, 54, 57, 58, 59, 79, 81, 92, 103, 109, 116, 124, 125, 137, 183, 193, 205, 217, 219, 242, 249, 271, 275, 282, 284,

286, 287, 288, 289, 290, 291, 293, 298, 299, 305, 306, 307, 311, 314, 316, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 328, 330, 341, 343, 344, 352, 353, 355, 356, 360, 363, 364, 380, 381, 398, 399, 402, 406, 414, 421, 429, 438, 443, 444, 445, 446, 451, 452, 453, 454, 455, 461, 463, 464, 465, 467, 470, 471, 472, 473, 476, 477, 486, 488, 491, 492, 493, 494, 495, 499, 503.

Negócios Estrangeiros: 49, 119, 175, 272, 275, 280, 281, 282, 283, 285, 288, 297, 300, 324, 332, 333, 347, 351, 355, 389, 400, 413, 429, 437, 441, 444, 447, 450, 459, 460, 462, 466, 469, 477, 486, 487, 489.

Nigéria: 156, 275, 323, 489.

O

OIT: 245, 249, 476.

OMC: 85, 87, 89, 93, 94, 131, 139, 142, 147, 177, 189, 194, 197, 228, 291, 293, 294, 321, 322, 333, 341, 360, 364, 370, 371, 372, 398, 429, 430, 437, 453, 463, 475, 476, 485, 486.

P

Palestina: 50, 132, 194, 247, 275, 285, 320, 326, 327, 355, 428, 486.

Paquistão: 94, 96, 301.

Paraguai: 86, 111, 138, 159, 160, 161, 237, 263, 280, 294, 300, 322, 422, 424, 427, 428, 442, 471.

Paz 42, 51, 97, 122, 148, 248, 260, 287, 328, 398, 420, 428, 447, 461, 471, 492.

Peru 160, 241, 255, 256, 257, 282, 283, 290, 291, 300, 324, 396, 455, 471, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482.

Portugal 104, 209, 210, 211, 213, 214, 215, 216, 316, 443, 444, 445, 446, 447, 448, 449, 450.

Programa Mundial de Alimentos (PMA) 291, 314, 427, 433, 437, 486, 488.

Programa Nuclear 126, 265.

Propriedade Intelectual 115, 277, 360, 367, 430, 475, 476.

S

Segurança Alimentar 122, 194, 260, 274, 299, 307, 426, 432, 435, 436.

Serra Leoa 425

Síria 94, 269, 270, 284, 494, 498.

Somália 486

Sri Lanka 494

Suécia 80, 113, 114, 238, 300.

Suriname 90, 153, 155, 277, 278, 400, 401, 404, 405, 406, 408, 410.

T

Timor-Leste 114, 247, 282.

Togo 285, 423, 425.

Turquia 97, 99, 209, 217, 218, 251, 252, 265, 281, 322, 389, 400, 441, 444, 459, 460, 461, 462, 463, 465, 466, 472, 473, 474, 475.

U

Unasul 44, 46, 89, 90, 91, 93, 95, 102, 128, 137, 139, 147, 148, 156, 160, 167, 169, 195, 197, 235, 237, 502.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Mariana Rausch Chuquer
Karina Almeida Barreira

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

512

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação